



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

MARIANA ZUANETI MARTINS

**APERFEIÇOANDO O IMPERFEITO: A AÇÃO SINDICAL
DOS JOGADORES DE FUTEBOL NO PERÍODO PÓS-LEI
PELÉ**

CAMPINAS

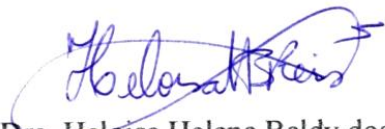
2016.

MARIANA ZUANETI MARTINS

**APERFEIÇOANDO O IMPERFEITO: A AÇÃO SINDICAL DOS
JOGADORES DE FUTEBOL NO PERÍODO PÓS-LEI PELÉ**

*Tese de doutorado apresentada à
Faculdade de Educação Física da
Universidade Estadual de Campinas
como parte dos requisitos exigidos para
a obtenção do título de Doutora em
Educação Física, na Área de Educação
Física e Sociedade.*

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA MARIANA
ZUANETI MARTINS, E ORIENTADA PELA PROF^ª. DR^ª.
HELOISA HELENA BALDY DOS REIS



Profa. Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis
Orientadora

CAMPINAS
2016

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES - 01-P-03504/2014

Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação Física
Dulce Inês Leocádio dos Santos Augusto - CRB 8/4991

M366a Martins, Mariana Zuaneti, 1986-
Aperfeiçoando o imperfeito : ação sindical dos jogadores de futebol no período por Lei Pelé / Mariana Zuaneti Martins. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Heloisa Helena Baldy dos Reis.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Futebol. 2. Sindicatos. 3. Ação coletiva. 4. Jogadores. I. Reis, Heloisa Helena Baldy dos. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Perfecting imperfect : union activity of football players in the period post Pelé Act

Palavras-chave em inglês:

Football

Unions

Collective action

Football players

Área de concentração: Educação Física e Sociedade

Titulação: Doutora em Educação Física

Banca examinadora:

Edison Luis Gastaldo

Felipe Tavares Paes Lopes

Gilmar Mascarenhas de Jesus

Ricardo Luiz Coltro Antunes

Data de defesa: 10-06-2016

Programa de Pós-Graduação: Educação Física

COMISSÃO EXAMINADORA

Heloisa Helena Baldy dos Reis

Orientadora

Edison Luis Gastaldo

Felipe Tavares Paes Lopes

Gilmar Mascarenhas de Jesus

Ricardo Luiz Coltro Antunes

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica da aluna.

Meio-de-Campo

Prezado amigo Afonsinho,

Eu continuo aqui mesmo,

Aperfeiçoando o imperfeito,

Dando um tempo, dando um jeito,

Desprezando a perfeição.

Que a perfeição é uma meta

Defendida pelo goleiro

Que joga na seleção.

E eu não sou Pelé nem nada,

Se muito for, eu sou Tostão.

Fazer um gol nessa partida não é fácil, meu irmão!

(Gilberto Gil)

Dedicatória

Para aquelas e aquelas que não se contentam apenas em interpretar o futebol das diferentes maneiras possíveis. Mas tratam, especialmente, de se engajar na difícil tarefa de transformá-lo.

AGRADECIMENTOS

Talvez essa seja uma das partes mais inacabadas desta tese. Eu sou parte de uma nova geração de futuros doutores em que o título não é o símbolo de uma maturidade intelectual atingida, mas apenas o começo de um longo caminho de pesquisas, estudos e aprendizados a percorrer. Minha geração que entrou com dezessete anos na universidade e da graduação foi aquela que já pulou direto para o mestrado e para o doutorado. Um caminho que, apesar de longo, é só o início dele, e que já de cara consumiu mais de um terço da minha vida: toda a porção adulta dela. Um caminho que descreve a profissional que me formei, professora e pesquisadora que sou e quero ser. Um caminho no qual procuro espelhar todos os bons professores e professoras, amigos e amigas, colegas de trabalho, de pesquisa, de café e de prosa. De certa forma, esta tese é também um possível ponto final de uma trajetória de treze anos estudando, trabalhando e militando na Unicamp. Por isso, ao encerrá-la, tanto a tese quanto essa primeira parte da minha trajetória, os agradecimentos para aqueles e aquelas que estiveram do meu lado nesse processo não poderiam ser deixados de fora.

Em primeiro lugar, como não poderia deixar de ser, tenho que agradecer à minha orientadora, Prof^a Heloisa Reis, que uma grande amiga se tornou neste quase sete anos que trabalhamos juntas. Ela foi minha professora, me ensinando os caminhos da pesquisa e da docência. Ela foi fonte de inspiração de grande pesquisadora respeitada que é, que não se deixa desanimar ou se corromper, neste mundo machista do futebol e da universidade. Exemplo para mim da profissional que quero ser, coerente e determinada. Que me ensinou muito sobre a vida universitária. E que sempre teve paciência e generosidade com as minhas limitações, com o meu tempo – às vezes lento e às vezes muito ansioso e acelerado – que soube me guiar, me incentivar, bem como delicadamente me mostrar os equívocos de caminhos que tomava. Aprendi com você que lutar pelo que acreditamos na universidade e na vida acadêmica é duro, mas não tem preço (embora sempre vão existir aqueles que tentem colocar um preço na gente). São todas lições que levo para vida toda, porque passaram a me constituir como pessoa. E por isso que meus agradecimentos a você durarão a vida toda!

Gostaria de agradecer também aos professores que aceitaram o convite para compor a banca de avaliação desta tese. Ao prof^o Ricardo Antunes, com o qual aprendo

desde as magistrais aulas de Sociologia de Marx, e que generosamente avaliou este trabalho no exame de qualificação. E ao profº Felipe Lopes, que desde os primórdios do projeto desta tese se colocou a disposição de lê-la, incentivou e contribuiu muito para que este trabalho finalmente tomasse um corpo de tese. Aliás, nada mais satisfatório do que uma banca de qualificação corinthiana! Além disso, gostaria de agradecer aos Profº Gilmar Mascarenhas e ao Profº Edson Gastaldo por aceitarem compor a banca da defesa desta tese.

Aos professores da FEF, que contribuíram com a minha formação desde que eu era uma graduanda revoltada, sonolenta e militante nas aulas, meu muito obrigado. Mas em especial, gostaria de destacar aqueles com os quais trabalhei como estagiária na pós graduação, à Profª Helena Altmann, Profº Edvaldo Gois e Profª Elaine Prodócimo, que me ensinaram um pouquinho sobre ser professor das disciplinas de educação física escolar. Agradeço também aos funcionários da FEF, que sempre me ajudaram ao longo desses quase 13 anos que estou lá. Em especial, gostaria de agradecer à Simone e aos demais servidores da Pós-Graduação, pela sempre disposição em me ajudar e me explicar as formas de funcionamento da Unicamp.

Também não posso deixar de mencionar meus colegas de pós-graduação da FEF, com os quais troquei muitos cafés e ideias. Discutimos a educação física, a FEF, a Unicamp, o mundo. Com vocês, percebo que a área de educação física e sociedade não vai morrer e que terei bons parceiros de Conbrace e, quem sabe de trabalho, no futuro. Tentamos mudar a pós da FEF e isso foi só o começo! Podemos sim fazer uma educação física melhor! Ao Osmar, Flávia, Dani, Dirceu, Marília, Ana Beatriz, Juliana, Vivi, Modesto, Harian, meu muito obrigado pelas contribuições nesse processo.

A concretização dessa pesquisa, no entanto só foi possível devido aos sujeitos que desde o primeiro momento disseram sim a elas. Um agradecimento especial, de coração, aos jogadores de futebol e sindicalistas que aceitaram conceder uma parte de seu tempo e de suas vidas para que eu os entrevistasse. Foram horas de conversas com esses jogadores nas quais pude aprender um pouco com o “bom senso operário” do futebol. Cada história e sentimento narrados tocaram o meu coração e incentivaram que eu registrasse nessa tese o porquê de um futebol melhor ser necessário.

Também preciso agradecer aos meus colegas e amigos de trabalho, professores, professoras e funcionários e funcionárias do IFSULDEMINAS, com os quais convivo

desde 2014 e que têm me visto de cabelos em pé no último ano. Terminar a tese trabalhando foi um desafio enorme, acentuado pelas duas casas em que resido hoje, pelo tempo semanal de estrada e pelo meu desejo de estender a tese até o final da minha vida. No entanto, ele só foi possível pela compreensão de vocês, que entenderam os momentos em que eu não podia me dedicar mais às atividades coletivas do curso, que compreenderam que as minhas demandas de última hora representavam uma sobrecarga de trabalho difícil de organizar na rotina semanal de estudos e trabalho. E não poderia deixar de mencionar nesses agradecimentos aos meus queridos alunos e alunas, que compreenderam as demoras para devolução de provas, os atrasos em orientações e as minhas palpitações em sala de aula. Sem a colaboração e compreensão de vocês, eu não teria conseguido. Além de um agradecimento, esta também é uma dedicação, uma vez que se esta tese existe, ela vem do desejo de pesquisar para poder ensinar melhor. Aos meus alunos e alunas, que me incentivam e me ensinam cotidianamente a ser uma melhor professora. Em especial, gostaria de mencionar alguns alunos que contribuíram diretamente para a realização deste trabalho: à Ana Claudia/Bauru, com a qual proseei durante as longas horas de estrada que ela me acompanhou para a realização destas entrevistas, que se tornou no final minha amiga-filha-de-faculdade; ao Roncon e ao Fiily, pela ajuda na organização dos dados empíricos; aos meus monitores que me ajudaram muito para que eu conseguisse conciliar as minhas disciplinas e o meu doutorado, Lorrânia, Douglas, Monica e, nesse semestre, a Stefanny, Bruna, Fernanda e Roncon. Vocês são mais que alunos, já são amigos que guardo no meu coração. Também tenho que agradecer ao IFSULDEMINAS pela bolsa do Programa de Incentivo à Qualificação, que me permitiu me dedicar mais nesse ano final da pesquisa.

Aos amigos do coração, que me acompanharam durante toda essa trajetória. Que me ouviram lamentando, fugindo, chorando, rindo e desistindo (risos) da vida! Ricardo, Marina; Pat e Digão; Gabi Boss e Biltre, que representam uma série de amigos que fiz durante os anos da rebeldia estudantil; aos novos amigos, que compartilharam esse trilhar de caminhos comigo: Zeique, Katia, Miguel, que representam as boas almas que conheci durante os últimos anos. É sempre bom saber que, independente do que aconteça, sempre terei o apoio de você.

Preciso agradecer à minha mãe, que sempre me apoiou, e que representa um exemplo de mulher para mim. À minha tia Tere que compartilha comigo a profissão e

muitas outras afinidades mundanas. Ao meu irmão, responsável por me “catequizar” a gostar de futebol e de política.

Por fim, não poderia deixar de agradecer ao Vitor, cuja presença repentina na minha vida fez toda ela diferente. Por todas as leituras, por me ouvir durante esses quatro anos do doutorado. Por preencher minhas dúvidas, minha casa, minha vida. Já não me reconheço longe de ti, já não reconheço caminhos que não a seu lado, já não reconheço sentido sem a sua palavra. Uma vida ao seu lado de agradecimentos, carinho e amor.

Agradeço também à CAPES pelos meses de bolsa de estudos, que contribuíram para que conseguisse iniciar essa pesquisa.

RESUMO

MARTINS, M. Z. Aperfeiçoando o imperfeito: a ação sindical dos jogadores de futebol no período pós Lei Pelé. 2016. 355f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

Esta pesquisa analisou a ação sindical de jogadores de futebol no Brasil, no período pós Lei Pelé. Para tanto, utilizamos três estratégias de pesquisa: (i) a análise da influência dos dispositivos estruturais e ideológicos relacionados a este mundo do trabalho do futebol na ação sindical; (ii) a descrição e análise do modelo de sindicalismo adotado pelo SAPESP (Sindicato de Atletas Profissionais do Estado de São Paulo), com base na sua plataforma, ideologia e na forma de se relacionarem e de atingir seus associados; e (iii) análise de outras formas de ação coletiva entre jogadores de futebol que confrontassem aquelas adotadas pelos sindicatos oficiais da categoria, em especial, a emergência do Bom Senso F.C., estratégia esta que intentou um olhar para a ação sindical que não se restringisse apenas a entidade representativa. Neste sentido, executamos um levantamento documental nos sítios eletrônicos do SAPESP e da FENAPAF, bem como de periódicos esportivos de grande circulação. Além disso, realizamos entrevistas semiestruturadas com dirigentes dos sindicatos de atletas do estado de São Paulo e do Rio Grande do Sul, atletas integrantes do Bom Senso F.C. e atletas em atividade que representavam a base de um desses sindicatos. Analisamos esses materiais apoiados em produções sobre o sindicalismo brasileiro e o sindicalismo no futebol. Nossa pesquisa demonstrou que a atuação do SAPESP e da FENAPAF nas últimas duas décadas têm se restringido a questões pontuais de defesa de alguns direitos dos trabalhadores, com uma atuação mais voltada aos jogadores de clubes pequenos. Do ponto de vista funcional e estrutural, o SAPESP opera uma separação entre categoria e sindicato, que tem servido para justificar os limites das ações da entidade, bem como dar liberdade para esta agir sem a necessidade de anuência da base. Do ponto de vista ideológico, o SAPESP e a FENAPAF têm feito críticas pontuais para a gestão do futebol brasileiro, apostando numa estratégia de diálogo e não de enfrentamento. Percebe-se também que o SAPESP pouco tem feito para mobilizar a categoria, de modo que suas conquistas têm sido obtidas privilegiando a esfera jurídica e da negociação. Em resposta a essa forma de atuação e como parte de uma conjuntura crítica brasileira, em 2013, nasceu o movimento Bom Senso F.C., voltado aos atletas insatisfeitos dos grandes clubes. Ele surgiu com uma natureza sindical, mas expandiu seu raio de atuação, caracterizando a formação de um movimento social no futebol brasileiro. Apesar de sua organização ser centralizada, o Bom Senso F.C. representou um contraponto ao discurso do SAPESP, demonstrando ser possível a organização dos jogadores de futebol para além dos sindicatos oficiais. Apesar de seu caráter de enfrentamento político, cuja atuação difere-se da dos sindicatos de atletas, seu arco de alianças é amplo e o desfecho ainda é incerto, de modo que sua natureza ideológica e funcional ainda não são possíveis de serem vislumbradas.

Palavras-chave: Futebol. Sindicato. Ação Coletiva. Jogadores.

ABSTRACT

MARTINS, M. Z. Perfecting imperfect: union activity of football players in the period post Pelé Act.2016. 355f. Faculty of Physical Education. State University of Campinas – Unicamp, Campinas, 2016.

This study has sought to analyse the union activity of football players in Brazil in the post Lei Pelé (Pelé Act) period. To achieve that, we established three mains research strategies: (i) the analysis of the influence of structural and ideological mechanisms related to football labour world in the union activity; (ii) the description of the syndicalism type of SAPESP (Professional athletes of State of São Paulo Union), based on its platform, ideology and action forms; (iii) analysis of other forms of collective action among football players that collide with official union, in particular, the emergence of Bom Senso F.C. This strategy aimed to analyse the union activity beyond the union itself. Our sources were a documental research on SAPESP and FENAPAF websites and on sports newspapers and general circulation magazines. In addition, we conducted semi-structured interviews with presidents of unions in the São Paulo and Rio Grande do Sul states, athletes members of Bom Senso F.C. and other athletes members of those unions. The analysis of the collected material was based on the syndicalism literature. After this analysis, we noticed that the actions of SAPESP and FENAPAF in the last two decades were restrained to ordinary affairs, focused on players of the smaller teams. From the functional and structural points of view, SAPESP works separating rank-and-file employees from the union representants, which explains its action limits and provides itself the freedom to act without the approval of its members. From the ideological point of view, SAPESP and FENAPAF have made occasional criticisms towards the management of Brazilian football, focused on a strategy of dialogue in order to avoid confront. We noticed also that SAPESP has made little effort to mobilize the rank-and-file athletes, which has led to achievements primarily in the legal and negotiation spheres. In reaction to this situation and as part of a critical moment in Brazil, in 2013, Bom Senso F.C. arose, and it has organized the dissatisfied athletes. It has emerged with a syndical nature, but it has expanded its range of action and created a football social movement in Brazil. Despite its centralized organization, Bom Senso F.C. was a counterpoint to the SAPESP discourse, proving to be possible to take a football players organization in Brazil beyond the official union. Despite its character of political confrontation, which differs from the official union, its range of alliance is larger and its outcome is still uncertain, as its ideological and its functional characters are not possible to define yet.

Keywords: Football. Union. Collective action. Football players.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. A cadeia produtiva do futebol, de acordo com Leoncini e Silva (2004).....	50
Figura 2. A cadeia produtiva do futebol de acordo com a FGV (2009).....	51
Figura 3. Torcedores do Manchester United, por continente, em milhões.....	59
Figura 4. Interesse por clubes estrangeiros no Brasil	59
Figura 5. O funil dos ciclos da espiral da preparação para a profissão de jogador de futebol.....	65
Figura 6. Valor das Marcas dos Clubes Brasileiros	73
Figura 7. Total dos Clubes Brasileiros entre 2013-2014.	74
Figura 8. Fonte das Receitas dos Clubes de Futebol Brasileiro	75
Figura 9. A geometria sindical. Fonte: Elaboração própria a partir de Hyman (2001)	110
Figura 10. Diagrama de relações empreendidas por Rinaldo Martorelli.....	188
Figura 11. Tomada de decisão no Bom Senso F.C.....	273
Figura 12. Equipe do Bom Senso F.C.	275
Figura 13. “Queremos bom senso em todas decisões no futebol brasileiro!!!”	292
Figura 14. “Por um futebol melhor para todos!! Todas partidas da rodada serão paralisadas no primeiro minuto de jogo!!!”	294
Figura 15. Manifestações do Bom Senso FC “operação tartaruga”	295
Figura 16. Signatários do #OcupaCBF.....	301
Figura 17. presentes no ato #ocupaCBF.....	303
Figura 18. Manifestantes presentes no ato #ocupaCBF	303

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição de praticantes de futebol segundo a classe.....	60
Tabela 2. Brasileiros que declaram ter relação com o futebol.....	61
Tabela 3. Ranking dos 10 mais valiosos clubes de futebol de 2015, segundo a revista <i>Forbes</i>	72
Tabela 4. Distribuição Salarial de jogadores de futebol em 2015, no Brasil	93
Tabela 5. Salário dos 6559 jogadores de futebol registrados no Brasil em 1971	94
Tabela 6. Salário dos jogadores de futebol no Brasil em 1981	96
Tabela 7. Médias salariais de 1981 segundo a equivalência a salários mínimos da época	97
Tabela 8. Principais agentes de jogadores de futebol em atuação no Brasil	100
Tabela 9. Tempo de Contrato de Jogadores da Segunda Divisão do Campeonato Paulista de 2013	102
Tabela 10. Frequência de idade dos contratos de duração superior a 12 meses.....	103
Tabela 11. Número de greves por ano	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Razão entre os praticantes profissionais e os torcedores que gostam, acompanham ou frequentam estádios de futebol no Brasil	61
Quadro 2. Clubes brasileiros com atrasos salariais em 2014	243
Quadro 3. Atrasos salariais mediados pelo SAPESP	244
Quadro 4. Propostas do dissídio coletivo dos jogadores de futebol	250
Quadro 5. Pontos da intenção da convenção coletiva definida entre clubes e FENAPAF - 2014.....	254
Quadro 6. Síntese das ações políticas do SAPESP por ano e público-alvo	256
Quadro 7. Propostas do Bom Senso F.C. e a resposta da FENAPAF	282

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFE - Asociación de Futbolistas Españoles

AGAP - Associações de Garantia ao Atleta Profissional

Bom Senso F.C. - Bom Senso Futebol Clube

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal do Ensino Superior

CBF - Confederação Brasileira de Futebol

CCE - Comunidade Comercial Europeia

CELAFISCS - Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul

CLT - Consolidação das leis do trabalho

CNCF – Cadastro Nacional de Nacional de Clubes de Futebol

CNE - Conselho Nacional do Esporte

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica

COB - Comitê Olímpico Brasileiro

COI - Comitê Olímpico Internacional

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CT - Centro de Treinamento

CUT - central Única dos Trabalhadores

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DIESPORTE – Diagnóstico Institucional do Esporte

ECA - European Club Association

EPFL - Ligas de Futebol Profissionais Europeias

EUA – Estados Unidos da América

FAAP – Federação das Associações de Atletas Profissionais

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FENAPAF - Federação Nacional de Atletas Profissionais de Futebol

FERJ – Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIBA - Federação Internacional de Basquete

FIFA - Fédération Internationale de Football Association

FIFPro - Fédération Internationale des Associations de Footballeurs Professionnels

FINA – Fédération Internationale de Natation

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FPF - Federação Paulista de Futebol

INDESP - Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto

INEDD - Instituto de Estudos de Direito Desportivo

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPC - Índice de Preço ao Consumidor

ISL – International Sport and Leisure

MP – Medida Provisória

MT - Mato Grosso

NASL - North American Soccer League

NBA – National Basketball Association

NFL – National Football League

NR - Norma Regulamentadora

OAB – Ordem dos advogados do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG - Organização Não Governamental

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PL – Projeto de Lei

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC- Pontifícia Universidade Católica

RBCE - Revista Brasileira de Ciências do Esporte

SAFERJ - Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

SAPESP - Sindicato de Atletas do Estado de São Paulo

SIAPERGS - Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul

SINDAFEBOL - Sindicato Nacional das Associações de Futebol Profissional do Estado de São Paulo

SINDBOL - Sindicato dos Clubes de Futebol

STF Supremo Tribunal Federal

STJD – Supremo Tribunal de Justiça Desportiva

TJD – Tribunal de Justiça Desportiva

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

UEFA – Union Européenne de Football Association

UGT - União Geral dos Trabalhadores (UGT)

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Capítulo 1: Introdução.....	22
Procedimentos Metodológicos	26
Parte I – O Fetiche do Futebol	36
Capítulo 2: A natureza do futebol	37
2.1 O surgimento do debate sobre a <i>natureza</i> do futebol.....	38
2.2 O caso Bosman e as consequências para a natureza do futebol	42
2.2.1 Impacto dos casos posteriores ao caso Bosman para a regulação europeia sobre o futebol	44
2.3 A mercadoria do futebol.....	50
Capítulo 3. O futebol como parte da indústria cultural.....	55
3.1 A indústria cultural e a espetacularização do futebol.....	56
3.2 Mudanças no capitalismo contemporâneo: a marca publicitária em questão.....	66
3.2.1 A simbiose entre cultura e publicidade	75
Capítulo 4. O fetiche do futebol: as consequências da associação das marcas ao futebol para os jogadores	83
4.1 O fetiche da profissão de jogador de futebol.....	88
PARTE II – Contextos, pretextos e saídas do sindicalismo no futebol	108
Capítulo 5. A década da rebeldia do trabalho no Brasil: o <i>novo sindicalismo</i> brasileiro e o ressurgimento dos sindicatos de futebolistas dos anos de 1980.	109
5.1 A rebeldia do trabalho na década de 1980	115
5.2 O sindicalismo no futebol na década de 1980.....	119
Capítulo 6. A crise no sindicalismo brasileiro nos anos 1990: continuidades e rupturas entre o sindicalismo brasileiro e o de futebolistas	127
6.1 A institucionalização do <i>novo sindicalismo</i> : “declínio” e reorientação das práticas sindicais no Brasil	127
6.2 O sindicalismo no futebol nos anos 1990.....	133
6.3 O sindicalismo no futebol brasileiro na década de 1990: os embates em torno da Lei Pelé	137
6.3.1 Negociações da Lei do Passe e a gênese da Lei Pelé	141
6.3.2 Agentes de opinião sobre o passe – a participação do sindicato na disputa das opiniões.	149

Capítulo 7. A década em que a imperfeição e a rebeldia saíram da moda: os desafios do sindicalismo brasileiro e de futebolistas nos governos de Lula e Dilma (2003-2014).....	155
7.1 Ambiguidades do sindicalismo no futebol frente aos governos petistas	160
Capítulo 8. O sindicalismo de futebolistas nos anos 2000.....	175
8.1 O sindicalismo da FIFPro nos anos 2000.....	175
8.2 O sindicalismo de futebolistas no Brasil nos anos 2000	182
PARTE III - Tessituras de [im]perfeição e avessos na ação coletiva e sindical de jogadores de futebol.....	190
Capítulo 9: O imperfeito aos retalhos: as funções e organização do SAPESP e a disjunção operada entre categoria e sindicato	191
9.1 O ponto de vista funcional	191
9.2 O ponto de vista estrutural	196
Capítulo 10. A perfeição como meta ideológica: disputas e acomodações ideológicas na prática sindical do SAPESP	212
10.1 O conflito capital <i>versus</i> trabalho no âmbito do futebol na visão do SAPESP	213
10.2 A (des)classificação da greve pelo SAPESP: um sindicato que paralisa o conflito.....	222
Capítulo 11. A desconstrução do imperfeito na ação política do SAPESP no período pós Lei Pelé.....	231
11.1 Narrativas sobre a atuação política do SAPESP	231
11.1.1 Direito de Arena.....	232
11.1.2 Direito de Férias.....	233
11.1.3 Intervalo entre os jogos	236
11.1.4 Horário dos jogos	238
11.1.5 Limite de idade para disputa dos campeonatos da última divisão.....	240
11.1.6 Atrasos de salários.....	242
11.1.7 Convenção Coletiva de Trabalho	249
11.2. A ação política do SAPESP sob o enfoque analítico	255
Capítulo 12. O imperfeito ao avesso: a emergência do Bom Senso Futebol Clube	260
12.1 As condições que possibilitaram o Bom Senso F.C.	260
12.2 Vozes do gramado.....	268
12.3 Bom Senso F.C. em seu modelo de organização: a descoberta da sociedade civil no futebol	272

12.4 Campos de conflitos e dissonâncias entre o Bom Senso F.C. e os sindicatos de futebolistas	280
Capítulo 13: Averso do avesso: (im?)perfeições da ação coletiva entre jogadores de futebol no Bom Senso Futebol Clube	291
13.1 A ação coletiva entre jogadores de futebol	292
13.1.1 As dificuldades e possibilidades de ação coletiva entre atletas de futebol.....	304
13.2 A política como uma imagem	310
13.3 Da ação coletiva entre jogadores de futebol para a disputa de projetos para a gestão do futebol	316
Capítulo 14: Remate final	327
As [im]perfeições, desafios e possibilidades da ação sindical entre jogadores de futebol no Brasil	327
REFERÊNCIAS	336
ANEXOS	354
ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	355

Capítulo 1: Introdução

Em 11 de agosto de 2011, Iker Casillas, Xabi Alonso, Carlos Puyol, Santi Cazorla e Fernando Llorente, jogadores dos maiores clubes de futebol da Espanha, colocaram-se sentados de braços cruzados em frente a uma mesa para conceder uma entrevista coletiva à imprensa. Atrás desses jogadores, sentava-se uma centena de outros, prontos para declarar um “Basta” à situação que viviam em seus clubes. Nesse dia, eles comunicaram que estavam em greve e que a Liga Espanhola de Futebol não começaria na data prevista. Coordenando esse movimento, estava a Asociación de Futbolistas Españoles (AFE), o sindicato de jogadores de futebol da Espanha, presidido por Luis Rubiales. Para organizar esse movimento, o sindicato discutiu com os atletas de todas as equipes da primeira e segunda divisão a necessidade de uma ação radicalizada para acabar com os atrasos salariais que aconteciam com os futebolistas no país (MARTINS; REIS, 2014).

Esse breve relato demonstra como é possível a organização de uma greve entre jogadores de futebol e como os sindicatos de futebolistas podem ser protagonistas na melhora das condições de trabalho no meio. É possível vislumbrar a partir dela que as condições de trabalho precarizadas permeiam o mundo do futebol de forma global e que existe a necessidade de uma resposta organizada para enfrentá-las. A Democracia Corinthiana, na década de 1980, foi um exemplo no futebol brasileiro de uma forma de organização coletiva que permitiu a participação de jogadores de futebol na tomada de decisão sobre os rumos de seu trabalho. No entanto, ela só foi possível pela confluência da concordância da diretoria com o movimento, dos bons resultados alcançados em campo e do momento político brasileiro de contestação às formas autoritárias de poder (MARTINS, 2012). Foi um momento e um movimento particular, singular até então na história do futebol brasileiro. A necessidade e tentativa de expandir o movimento para outros clubes e para obter outras conquistas fizeram com que os jogadores que participaram da Democracia Corinthiana fossem buscar o Sindicato de Atletas do Estado de São Paulo (SAPESP), fundado em 1947. A partir da organização desses jogadores, o SAPESP chegou a ameaçar a organização de uma greve pelo direito de férias (REIS; MARTINS, 2014).

Esses episódios – a greve espanhola e a integração de atores da Democracia Corinthiana ao SApESP – fizeram-nos questionar por que, até o momento inicial da nossa tese, nunca assistimos a uma greve generalizada no futebol brasileiro? Ao olhar a história do SApESP, disponível no sítio eletrônico da entidade, podemos vislumbrar uma das possíveis respostas: “o trabalho do Sindicato de Atletas [de São Paulo] era de cooperação e colaboração, e não de uma entidade para organizar greves e brigar com os clubes”¹. A partir dessa afirmação, construímos a pergunta inicial desta tese: qual a forma de ação sindical entre jogadores de futebol no Brasil, uma vez que a greve não faz parte do repertório de ação do sindicato da categoria?

Essa pergunta desdobrou-se em outras que nos ajudaram a construir o objetivo deste estudo: quais são as principais plataformas e ações de cada sindicato? Se até a Lei Pelé² a principal reivindicação dos sindicatos de futebolistas era o fim do passe (REIS; MARTINS, 2014), como ficou a ação sindical no período posterior? Como esses sindicatos se relacionam com a base da categoria? Quais são as estratégias para mobilizar/ atingir seus associados? Como o sindicato entende a condição de trabalho no futebol e como enfrenta as dificuldades para organizar os jogadores? Existe alguma forma de oposição sindical a essa entidade, isto é, algum grupo se organiza coletivamente e disputa a política entre jogadores de futebol? Essas perguntas apareceram para guiar a tese, norteadas pela inquietação central de refletir sobre os desafios para a ação política entre jogadores de futebol para melhorias de sua carreira e para a disputa de poder no meio esportivo. Afinal, seria o sindicato dos atletas um sujeito coletivo desse processo?

O primeiro sindicato de atleta a ser criado no Brasil foi o SApESP. No entanto, os sindicatos de jogadores de futebol somente vieram a ganhar maior visibilidade durante as décadas de 1970 e 1980, embalados pela força do *novo sindicalismo* (SADER, 2002) e igualmente motivados pelo combate à Lei do Passe (Lei nº 6.354, de 1976). Resultado desses embates, em 1979, o Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (SAPERJ) foi criado. Segundo Correia (2010), o surgimento dele é, em primeiro momento, incentivado pela luta pelo passe livre encampada a partir

¹ História do Sapesp. Sem data. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/?pg=sessao&id=3>>. Acesso em: maio 2012.

² Lei nº 9.615, de 1998, que extinguiu o passe, isto é, “a importância devida por um empregador a outro pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término” (de acordo com o Art. 1º da Lei nº 6.534, de 1976).

do ano de 1971, pelo jogador Afonsinho³. Esse jogador foi o primeiro a publicamente reivindicar seus direitos e lutar contra a dominação exercida no futebol a partir do vínculo criado pelo passe (CORREIA, 2010)⁴.

Fruto desse mesmo processo, em 1973, surgiu o Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul (SiAPERGS). Os jogadores gaúchos, liderados por Claudio Duarte, formaram a associação de atletas profissionais do estado, enfrentando diversas dificuldades para firmar-se, uma vez que os clubes não viam com bons olhos a associação da categoria. Em 1978, a associação conquistou a carta sindical. O SiAPERGS foi o primeiro sindicato de atletas, e até agora o único, a conseguir firmar uma convenção coletiva de trabalho para a categoria⁵.

Esses três sindicatos foram os primeiros a serem criados e os únicos que existiam até 1990. Eles apresentam similaridades em sua história, já que todos participaram desses embates à Lei do Passe na década de 1980 e foram os fundadores da Federação Nacional de Atletas Profissionais de Futebol (FENAPAF), em 2001. Os três atuam até hoje nos estados nos quais se concentram aproximadamente 30% dos clubes de futebol do país⁶.

Apesar de contextualizarmos esta pesquisa sobre a ação dos sindicatos de jogadores de futebol nessas três principais entidades, devemos destacar que aquela que possui mais visibilidade pública e concentra maior número de relações externas, por isso estando presente em outros fóruns de negociação, é o SAPESP. Sendo assim, nossa pesquisa tem como ponto central o sindicato de futebolistas do estado de São Paulo, sendo a pesquisa com os outros um elemento para melhor compreensão do cenário da atuação da entidade central desta pesquisa⁷.

³Para mais informações sobre o caso Afonsinho, ver Florezano (1998).

⁴Correia realizou seu trabalho de conclusão de curso sobre a formação do Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro. Ele periodizou essa formação em quatro etapas: i) a luta contra a dominação do passe empreendida por Afonsinho, a partir de 1971; ii) a promulgação da 'Lei do Passe', em 1976, que gera diversos questionamentos por parte dos atletas profissionais; iii) a formação da associação profissional de atletas de futebol, em 1977, sob comando de Zé Mario e auxílio de Zico, que fora formada com caráter assistencial; e iv) a fundação do sindicato, com o objetivo de defender os direitos dos jogadores (CORREIA, 2010, p. 2-4).

⁵Informações retiradas do sítio da entidade: <<http://www.siapergs.com.br/o-sindicato/>>. Acesso em: maio 2012.

⁶Segundo o Cadastro Nacional de Clubes de Futebol (CNCF), da CBF, do ano de 2009, existem 783 clubes no país. Destes, 132 estão presentes no estado de São Paulo; 58, no Rio de Janeiro; e 38, no Rio Grande do Sul, sendo estes, portanto, os três estados da federação que mais apresentam clubes profissionais cadastrados na CBF. Dados presentes no sítio da entidade: <<http://www.cbf.com.br/media/246120/cncf%202009.pdf>> Acesso em: maio de 2012.

⁷ Inicialmente buscaríamos a análise dos três sindicatos apresentados aqui. No entanto, pela extensão dos materiais provenientes do SAPESP, pela demonstração do protagonismo político exercido pelo seu presidente, que além do

Em 2013, outro fator importante para a análise da ação política entre jogadores de futebol tomou a cena pública. Uma série de ações coletivas ocorreu durante partidas de futebol no Campeonato Brasileiro. Essas ações estavam vinculadas à emergência de um movimento chamado Bom Senso Futebol Clube (Bom Senso F.C.). A cena pública de ação desse movimento foi um jogo em que jogadores desse movimento se abraçaram no meio de campo, demonstrando união, paralisaram partidas em seu minuto inicial e levaram faixas questionando a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Em outras palavras, começaram a movimentar-se coletivamente, envolvendo equipes diversas do país, para reivindicar um calendário que consideravam mais justo. Essas ações configuraram a emergência de jogadores de futebol dotados de opinião política e contestadores. Esses episódios colocaram em evidência a reflexão sobre a ação sindical entre futebolistas, algo até então pouco explorado, tanto pela mídia, quanto pela sociologia do esporte, em especial no Brasil.

Este trabalho justifica-se pela atualidade do tema e pela quase ausência de estudos sobre esses sindicatos no Brasil. Dentre as perspectivas para estudo do fenômeno do futebol, que envolve as mais diversas relações de sociabilidade e poder, a ação sindical tem sido desprezada. Verificamos, ao longo de sua história recente, a presença de importantes jogadores na organização dessas entidades, como Zico, Junior, Wladimir, Valdir Peres, Leão, uma série de sujeitos que conferem visibilidade às entidades. Argumentamos que o estudo desses sindicatos pode contribuir para a compreensão mais ampla dos condicionantes da profissão do jogador, a partir da visão das entidades que, em tese, organizam o debate sobre as condições de trabalho da categoria, e das possibilidades e limites da ação desses sujeitos perante a estrutura legal do futebol.

Além disso, o recorte temporal da pesquisa, qual seja, o período pós Lei Pelé, permite a compreensão dos efeitos da ação sindical dos jogadores de futebol ante o cenário esportivo brasileiro atual. Afinal, esse período é caracterizado por dois marcos. O primeiro deles diz respeito à consolidação de uma nova regulação da carreira do jogador de futebol, em âmbito global, a partir do caso Bosman. Esse acontecimento conferiu aos sindicatos o *status* de representantes e negociadores das condições de

SAPESP, também comandou a FENAPAF, até Abril de 2016, e é vice-presidente da FIFPro, o sindicato internacional de futebolistas, optamos por concentrar nossa pesquisa no sindicato de São Paulo. Essa entidade permitia vislumbrar uma relação com a categoria, bem como com as outras entidades e sindicalistas presentes da hierarquia sindical do ramo.

trabalho no futebol (DABSCHECK, 2003). O segundo marco é específico ao caso brasileiro. Esse novo cenário de ação sindical, posterior à extinção do passe, ganhou mais relevância com a organização da Copa do Mundo no país, que implicou uma série de discussões sobre a regulação do futebol no Brasil, das quais a FENAPAF foi um agente. Além disso, trouxe consequências para as condições de trabalho dos jogadores, já que em função da Copa do Mundo, o calendário de 2014 não preservou o direito aos 30 dias de férias da categoria. Como fruto desse processo, surgiu o movimento Bom Senso F.C.

Portanto, esta pesquisa buscou analisar a ação sindical de jogadores de futebol no Brasil, no período pós Lei Pelé. Para tanto, estabelecemos três estratégias de pesquisa, que interseccionam a ação sindical dos jogadores de futebol no país. Em primeiro lugar, para analisar os limites e as possibilidades da ação sindical entre jogadores de futebol, foi necessário olhar os dispositivos estruturais e ideológicos relacionados a este mundo do trabalho. Isso implicou, antes de tudo, a realização de um levantamento e uma análise das condições de trabalho no futebol brasileiro.

Em segundo lugar, para analisar a relação entre as condições de trabalho no futebol e o sindicalismo, foi necessário descrever o tipo, ou modelo, de sindicalismo adotado pelo SAPESP, a partir de suas reivindicações, assim como da sua plataforma, ideologia e da forma de relacionar-se e de atingir seus associados. Por fim, a terceira estratégia diz respeito ao olhar para outras formas de ação coletiva entre jogadores de futebol que confrontassem aquelas adotadas pelos sindicatos oficiais da categoria. Nesse sentido, analisamos também as outras formas de reivindicação coletiva que vão além da gestão dos sindicatos. O futebol reúne um vasto conjunto de características incomuns a outras categorias profissionais, o que faz com que alguns jogadores que não integram a gestão do sindicato possuam mais voz pública que a própria entidade. Por isso, o surgimento do movimento de jogadores do Bom Senso F.C., cuja ação se faz de forma distinta e até oposta ao SAPESP e à FENAPAF, é relevante de ser analisado para compreensão do sindicalismo no futebol brasileiro.

Procedimentos Metodológicos

Com a finalidade de compreender a atuação do SAPESP, escolhemos uma abordagem de cunho eminentemente qualitativo. Nossa pesquisa estruturou-se em dois eixos. O primeiro deles refere-se às diferentes condições de trabalho dos jogadores de futebol. O contexto do trabalho no futebol é marcado por uma dupla condição: um grupo minoritário participa do espetáculo esportivo da indústria cultural, os jogadores “milionários”, enquanto o outro, o majoritário, se encontra numa situação oposta, configurando as principais demandas da carreira, os jogadores precarizados. O segundo eixo diz respeito a uma perspectiva analítica do SAPESP, a partir da sua trajetória histórica, no contexto do sindicalismo brasileiro, e de seu perfil político-ideológico. Essa análise permite-nos vislumbrar o modelo de sindicalismo presente na entidade. Além disso, ao analisar sua atuação, nos deparamos com os conflitos entre o SAPESP e outros sujeitos, e consequentemente com outras formas de ação coletiva que disputaram a legitimidade da representação da categoria. Tal procedimento nos permitiu traçar um panorama da ação sindical no futebol brasileiro, enfocando os limites e as possibilidades para ação política organizada entre jogadores para a reivindicação de temas referente à profissão.

Por tratar-se de um primeiro estudo sobre o sindicalismo no futebol, a pesquisa combinou um aprofundamento teórico com a pesquisa empírica, proveniente de fontes documentais primárias e secundárias, bem como entrevistas. A revisão bibliográfica consistiu da leitura de obras de análise sobre a sociologia do esporte, do trabalho e de sindicalismo no Brasil. Nossa revisão bibliográfica também contemplou o tema do sindicalismo no esporte em âmbito internacional. Há poucas pesquisas sobre os sindicatos de atletas no Brasil⁸. No entanto, o levantamento bibliográfico realizado no Google acadêmico, com os descritores “unionism” ou “union” e “Sport” ou “football” ou “soccer” e “collective bargaining”, levantou cerca de 20 artigos sobre o sindicalismo no esporte, nos âmbitos da história, do direito, da sociologia do esporte e do trabalho. A partir desse levantamento, pudemos perceber o contexto dos sindicatos de futebolistas em âmbito global, notando sua influência no sindicalismo brasileiro⁹.

⁸ Nosso levantamento ocorreu a partir dos descritores “sindicato” e “futebol”, nos principais periódicos que tratam do tema esporte nas ciências humanas (da Educação Física: *Revista Movimento*, *RBCE*, *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*; e as específicas de esporte: *Esporte e Sociedade*, *Podium*, *Arquivos do Esporte*). Também a fizemos na plataforma Scielo e no portal de periódicos da CAPES. Apenas dois artigos e uma menção em uma tese foram encontrados; os artigos são de Correia (2010) e Reis e Martins (2014); a tese é de Rodrigues (2007).

⁹ Em 2013, realizamos uma visita à AFE – sindicato dos atletas espanhóis – a fim de compreender o contexto do sindicalismo naquele país, bem como o que originou a greve de 2011. Os resultados da nossa visita encontram-se no trabalho “Braços cruzados, rodadas paradas: a greve de jogadores espanhóis de 2011” (MARTINS; REIS, 2014).

Para análise das condições de trabalho e do funcionamento do futebol enquanto um negócio, foi necessária a construção de um banco de dados sobre esse setor econômico. Para tal, utilizamos fontes secundárias provenientes da imprensa esportiva especializada e de negócios e de consultorias econômicas. Como fontes da imprensa esportiva, destacamos a *Revista Placar*, que desde a década de 1970 buscou dar visibilidade às dificuldades da carreira do jogador de futebol, e o jornal *Folha de S. Paulo*, que em momentos pontuais buscou informações sobre salários, pagamentos e opiniões dos jogadores. Com relação à imprensa de negócio, o sítio eletrônico da revista norte americana *Forbes* apresenta levantamentos sobre negociações salariais e valores de mercado de clubes. Buscamos também mais duas fontes secundárias para confrontar esses dados: os levantamentos da Pluri Consultoria Esportiva e a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre a Mensuração Socioeconômica e Financeira do Futebol (2009). Ambos os documentos possuem a vantagem de explicitar o método de produção de seus dados. Ainda que alguém questione a confiabilidade de todas essas fontes, buscamos confrontá-las e cotejá-las minuciosamente a fim de testarmos as similaridades entre elas.

A fim de reconstruir a narrativa do sindicalismo no futebol contemporâneo no Brasil, realizamos um levantamento documental sobre a atuação dos sindicatos de jogadores de futebol e de outras iniciativas de mobilização na categoria. Essa pesquisa foi realizada em diversos veículos de comunicação. O primeiro deles foi um levantamento documental de fontes primárias nos sítios eletrônicos do SAPESP, SAFERJ, SiAPERGS e FENAPAF. Esses sítios não possuem periodicidade definida em suas publicações, mas o do SAPESP costuma apresentar publicações semanais e até diárias. Neles encontramos reportagens descrevendo a atuação do sindicato, notas oficiais, jornais e revistas institucionais, bem como reportagens selecionadas por essas entidades sobre o futebol brasileiro. Além disso, também encontramos vídeos institucionais, dentre os quais se destacam os vídeos do programa “Direito Esporte Clube”, promovido pelo SAPESP e pelo Instituto de Estudos de Direito Desportivo (INEDD) desde 2008, com o intuito de publicizar a leitura do sindicato sobre temas da atualidade do futebol, bem como explicitar sua opinião sobre eles. Esses documentos, implícita ou explicitamente, informam-nos o que os sindicatos consideravam importante na formação de sua agenda de atuação. Essas fontes possuem o limite de portarem as opiniões oficiais, sem espaço para vozes dissonantes e divergentes. Foi necessário,

portanto, tomá-las de forma crítica, cotejando-as com outras fontes de pesquisa, para atestarmos os conflitos e dissonâncias. Por isso, pesquisamos também o sítio eletrônico do movimento Bom Senso F.C., buscando elementos que apontem para visões de ação coletiva entre jogadores de futebol que sejam distintas àquela promovida pelo Sindicato dos Atletas. Tal levantamento procurou confrontar perfis ideológicos de atuação de jogadores de futebol.

Para contrastar as opiniões do sindicato com outras versões, pesquisamos a temática na seção esportiva do jornal *Folha de S.Paulo* sobre a atuação do SAPESP, bem como sobre a atuação específica de Rinaldo Martorelli, seu presidente. Destacamos esse jornal por ser de grande circulação no estado de São Paulo, local da atuação do sindicato central da nossa pesquisa. Pode-se estranhar que a sociologia do esporte se baseie em documentos da mídia esportiva, à qual esta área costuma ser tão crítica. No entanto, tratamos esse documento como um monumento (LE GOFF, 2003). Desse modo, buscamos distintas fontes para reconstituição dessas narrativas dos sindicatos, identificando seus interesses e suas condições de produção, a fim de colocá-los em confronto, demonstrando as diferentes visões sobre esses acontecimentos. Buscamos esses diversos elementos para reconstituição das narrativas de atuação sindical entre jogadores de futebol, tendo em vista que “uma experiência única é sempre impotente para discriminar os seus próprios fatores; impotente, por conseguinte, para propiciar a sua própria interpretação” (BLOCH, 2002, p. 42). O levantamento nesse jornal ainda cumpriu o papel de elencar elementos conflitantes com a visão institucional sobre atuação sindical no futebol, bem como de colocar em evidência as alternativas de ação coletiva entre jogadores de futebol, como é o caso do Bom Senso F.C.

Além de utilizarmos materiais produzidos pelas próprias organizações e pela mídia especializada, buscamos realizar entrevistas semiestruturadas com lideranças de jogadores de futebol e dirigentes desses sindicatos. Segundo Negrine (2004, p. 73), a entrevista é uma ferramenta da pesquisa qualitativa que “permite ao entrevistador o estabelecimento de um vínculo melhor com o indivíduo e maior profundidade nas perguntas que previamente elaborou (...) [procurando] obter informações com uma determinada finalidade”. Em função da atualidade e da dinamicidade das questões aqui levantadas e a escassez de produção bibliográfica sobre o tema e o período em destaque, essas entrevistas cumpriram um papel importante neste trabalho tanto para a obtenção

de dados sobre a atuação desses jogadores e do sindicato, como de compreensão das opiniões e visões político-ideológicas desses distintos grupos.

Realizamos as entrevistas com o presidente do SAPESP, dois dirigentes do SiAPERGS, dois jogadores integrantes do Bom Senso F.C. e um diretor deste. Com essas entrevistas, buscou-se construir um diagnóstico mais apurado sobre as distintas situações de trabalho no interior do futebol, bem como suas continuidades e descontinuidades. A partir delas, construímos um panorama das percepções dos jogadores sobre suas carreiras, as suas principais reivindicações e as formas como eles as colocavam publicamente. Além desses jogadores, realizamos mais três entrevistas com dois antigos jogadores de futebol profissional, que jogaram em equipes da Série A1 e A2 do Campeonato Paulista, bem como outro jogador que está ainda em atividade e já passou pelas diversas divisões desse campeonato e do Brasileiro.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp, sob parecer 21752613.6.0000.5404. As entrevistas foram previamente agendadas pela pesquisadora. Em anexo se apresenta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em função do cumprimento das disposições da Resolução 466 de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, os nomes dos entrevistados foram ocultados nesta tese, a fim de preservar suas identidades. Para identificá-los, utilizamos nomes fantasias, inspirados na música “Passaredo”, de Chico Buarque. Os integrantes do Bom Senso F.C. são Colibri, Uirapuru e Patativa (o diretor). Os atletas são Trigueiro, Pintassilgo e Inhambu. Além disso, ao utilizarmos excertos das entrevistas nos quais os atletas mencionavam outros nomes, também os denominamos como pássaros. As entrevistas foram realizadas entre outubro de 2014 e novembro de 2015.

Nossa tese está organizada em catorze capítulos. No primeiro, isto é, o presente capítulo, apresentamos a introdução ao trabalho, contendo os objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos e o plano de organização da tese. Além disso, os outros doze capítulos são divididos em três partes, que podem ser lidas de maneira independente, ainda que seu sentido subjacente só possa ser compreendido pela totalidade da leitura. Optamos pela organização das partes e dos capítulos de forma que demonstre nossas opções teóricas, ao longo da discussão do material empírico produzido pela pesquisa. Com isso buscávamos intensificar o diálogo dos dados da pesquisa de campo com o referencial teórico proposto durante o trabalho, fazendo-o de

modo contínuo ao longo de todo o texto. Feita essa ressalva, cabe explicitar o conteúdo das partes e dos capítulos da tese.

A primeira parte, “O fetiche do futebol”, é composta de três capítulos que visam discutir a economia política do futebol e como as relações sociais no futebol ocultam sua natureza econômica, bem como as desigualdades provenientes dela. No capítulo 2, apresentamos o debate sobre a natureza econômica do futebol, explicitando como este se constitui numa mercadoria e num negócio. Nele, buscamos desconstruir o debate levantado pela Federação Internacional de Futebol (Fédération Internationale de Football Association, a FIFA) de que existe uma especificidade no futebol, a qual não autorizaria encaixá-lo como uma atividade econômica qualquer e, por conseguinte, sujeita às regulações mínimas do mercado. Desconstruímos esses argumentos, a partir do recorte teórico e empírico das fontes secundárias, demonstrando que esse discurso da FIFA serve aos interesses dos grandes clubes e das federações de maximizar os seus ganhos e de não ter seu poder controlado por qualquer outro setor, seja do Estado ou do mercado.

No capítulo 3, demonstramos como se constituiu esse setor econômico do futebol, a partir da integração desse fenômeno à indústria cultural. Descrevemos, com base na revisão bibliográfica e de dados empíricos provenientes de fontes secundárias, a magnitude dessa integração, bem como sua intensificação ao longo das décadas. Argumentamos ainda que essa integração, por maior que pareça sua natureza econômica, também se deu pela política interna à FIFA, uma vez que ela se materializou a partir de um projeto de poder executado por João Havelange (REIS, 2003). Por fim, demonstramos as mudanças contemporâneas na indústria cultural no capitalismo avançado, a partir do impacto do mundo das marcas e das imagens para o futebol, mudanças estas cujo impacto sobre a carreira do jogador de futebol discutimos no capítulo 4.

Neste capítulo, buscamos evidenciar as condições de trabalho no futebol e o ciclo da carreira ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI. Desde a década de 1970, é patente a desigualdade existente no setor, configurando uma dupla situação de trabalho, de jogadores milionários e de jogadores subempregados, precarizados, quase informalizados. Explicamos ainda como a ideologia do fetiche do futebol oculta essa desigualdade e promove, a partir da ideia do “sonho” e da possibilidade de ser “descoberto” como um talento, a subserviência a toda essa estrutura

de poder e ao despotismo que se manifesta no interior dos clubes. Este debate começa a delinear as dificuldades estruturais da ação coletiva, bem como para a conformação de uma classe-que-vive-do-trabalho no futebol.

Na segunda parte, “Contextos, pretextos e saídas do sindicalismo do futebol”, apresentamos o debate sobre o sindicalismo no futebol brasileiro com base em uma perspectiva histórica e relacional. Histórica, porque refizemos a trajetória do sindicalismo no futebol nas décadas de 1980, 1990 e anos 2000. Relacional porque buscamos as continuidades e descontinuidades entre o sindicalismo geral brasileiro e o específico do futebol, bem como o do futebol brasileiro e o da Federação Internacional de Futebolistas Profissionais (Fédération internationale des Associations de footballeurs professionnels, a FIFPro), que representa o sindicalismo em escala europeia e global. Nessa parte, buscamos desenhar o quadro contextual e as tradições que inspiram e influenciam o sindicalismo de futebolistas brasileiros. No quinto capítulo, apresentamos brevemente o *novo sindicalismo*, da década de 1980, e suas influências sobre o sindicalismo no futebol, particularmente enfocando a relação da Democracia Corinthiana com o SAPESP. Mostramos que o auge do sindicalismo e a experiência mais combativa promovida influenciaram os jogadores de futebol a romperem com a tradição de imobilismo e o caráter afônico da participação deles.

No capítulo 6, enfocamos a relação do sindicalismo do futebol com o declínio e as reorientações do sindicalismo brasileiro da década de 1990, quando o caráter negocial deste começou a emergir com mais força. Nesse capítulo, começamos a discutir também o impacto do caso Bosman para a atuação dos sindicatos em âmbito global. O processo que se iniciou na Europa, de reconhecer os sindicatos como um vértice para a negociação da regulação da carreira dos jogadores, se expandiu pelo mundo e influenciou contexto brasileiro, de modo que o SAPESP foi um dos protagonistas no Brasil. No capítulo 7, apresentamos um quadro do sindicalismo brasileiro nos anos 2000, e os dilemas gerados pela eleição de um presidente sindicalista. Assim como para os sindicatos, de uma forma geral, o governo Lula não concretizou as esperanças de mudanças depositadas nele. Para os sindicalistas do futebol a relação com o governo foi bastante conturbada.

No capítulo 8, nos concentramos em explicitar o contexto europeu mais detidamente, a fim de demonstrar que as orientações tomadas pela FIFPro são criticamente acatadas por Rinaldo Martorelli no Brasil. Nesse capítulo ainda,

demonstramos a forma como o dirigente se constituiu como a principal referência do sindicalismo de futebolistas do Brasil e construiu uma rede de relações que molduram suas ações e concepções à frente do SAPESP e da FENAPAF desde os anos 2000.

Na terceira parte, intitulada “Tessituras de [im]perfeição e avessos na ação coletiva e sindical de jogadores de futebol”, enfocamos a análise sobre o SAPESP, no período pós Lei Pelé, bem como do Bom Senso F.C., como um movimento que surgiu em contraposição ao sindicato. No capítulo 9, enfocamos a análise do SAPESP em uma perspectiva de sua função e estrutura organizativa. Analisamos com base nesses dois aspectos como e para que o sindicato se relaciona com a sua categoria e qual a orientação e prática sindical advinda dessas concepções e relações. Buscamos demonstrar que a partir da disjunção “sindicato forte *versus* categoria pouco participativa”, o SAPESP justificou seu distanciamento da base, inclinando a se constituir como um sindicato de serviços, altamente hierarquizado.

No décimo capítulo, desdobramos essas relações e funções na análise ideológica do SAPESP, demonstrando que o sindicato é adaptado à ordem do futebol, visando amenizar os conflitos advindos dessa ordem e resolvê-los por meio da negociação e do recurso à justiça do trabalho. No entanto, na medida em que as condições de trabalho no futebol são altamente precarizadas, o SAPESP precisa agir para ajudar a sua base, em especial aquele setor que é majoritário. Essa ação do SAPESP, balizada pelas orientações práticas e ideológicas, foi enfocada no capítulo onze. Nele, descrevemos a plataforma de ação do SAPESP no período pós Lei Pelé, demonstrando como o recurso à justiça do trabalho e à negociação impetram suas práticas sindicais. Ao longo desses três capítulos, aparecem em nossas narrativas e análises alguns conflitos que surgiram de jogadores com o SAPESP e a FENAPAF, tendo em vista que nos ajudam a compreender como atuam essas duas entidades. Contudo, a análise sistemática deles se dá nos capítulos 12 e 13, nos quais nos debruçamos sobre o Bom Senso F.C.

No capítulo 12, tratamos de explicar a gênese do Bom Senso F.C., evidenciando a influência das manifestações de junho de 2013 para a criação de um clima de politização no Brasil, bem como a existência de jogadores dispostos a arcar com o desgaste que a participação e a contestação políticas poderiam acarretar. Esse movimento negociou com as dificuldades empreendidas no mundo do futebol, a fim de criar uma organização para o movimento. Além disso, constituiu uma relação conflitiva com o SAPESP e a FENAPAF, calcada na disputa pela produção da legitimidade da

representação dos jogadores de futebol. À medida que esbarraram nos privilégios conferidos ao sindicato oficial pela estrutura sindical, foram alterando o escopo da atuação, mas sempre resistindo a permanecer como sujeitos políticos agindo no meio. A partir dessas negociações e mudanças, o Bom Senso F.C. forjou-se como fomentador de um movimento social do futebol brasileiro.

No capítulo 13, enfocamos a análise minuciosa da forma pela qual os interesses do Bom Senso F.C. se constituíam em ações coletivas, como estas se forjavam, quais suas dificuldades e quais suas contradições. Neste caso, a abordagem das contradições serve para demonstrar como é complexo o cenário no qual o Bom Senso F.C. negocia, resiste e transgredir. Ao longo de sua pequena existência, o movimento foi experimentando diversas formas de ação política, que se iniciaram numa esfera mais sindical e voltada aos atletas dos grandes clubes. Ela perpassou a solidariedade de classe aos trabalhadores dos clubes pequenos, a gestação de uma legislação do futebol que preservasse de maneira efetiva os direitos mínimos, como o pagamento dos salários, aos jogadores desses clubes, com desfecho contemporâneo da disputa de projeto e poder para o futebol brasileiro. Para esta última orientação, foi necessária a constituição de alianças com outros setores, que confluiu na constituição de um projeto baseado na ideia de um mercado mais profissional para o futebol, cuja materialização inicial foi a Primeira Liga, realizada no início de 2016.

Por fim, o capítulo 14 apresenta as nossas considerações finais, aqui intituladas de “Remate final: As [im]perfeições, desafios e possibilidades da ação sindical entre jogadores de futebol no Brasil”. Nesse capítulo, tentamos construir uma síntese relacional entre as dificuldades imputadas pela carreira no futebol, as [não] tradições de ação e mobilização na categoria, o perfil político ideológico do SAPESP e do Bom Senso F.C., buscando demonstrar suas aproximações e dissonâncias. A comparação de ambos, à luz do cenário político, econômico e histórico do futebol, permite-nos olhar as possibilidades e os desafios para a ação política, sindical e coletiva entre jogadores.

* * *

Por fim, cabe uma nota explicativa sobre o título da tese, que suscita a denominação de diversos capítulos. O que nos inspirou foi a canção de Gilberto Gil,

intitulada “Meio-de-Campo”, epígrafe desta tese, escrita pelo compositor para homenagear a ação política promovida pelo jogador Afonsinho no meio do futebol. A letra da música explicita que o que se busca no futebol é a perfeição, e essa perfeição é normalizadora, disciplinada e obediente – cujo expoente maior seria o Pelé. São jogadores cujos corpos dóceis e disciplinados cultivam a perfeição, defendendo-na como [um]a meta *da seleção brasileira*. Essa perfeição é desprezada pelos jogadores que, tal como Afonsinho e Tostão, contestaram as normas, a ordem, a disciplina e o despotismo no futebol. Essa perfeição desprezada normalmente é tratada de forma pejorativa e negativizada, como é o caso de um dos personagens do qual emprestamos o relato para discutir as condições de trabalho no futebol: Almir Pernambuquinho. Esse jogador foi classificado como “maluco”, “gênio violento”, de modo a desconstruir não só sua arte de jogar, mas sua arte de contestar. A letra de Gilberto Gil, no entanto, busca ver o outro lado dessa imperfeição, que é o lado positivo, cultivado e aperfeiçoado dia a dia. O *aperfeiçoamento da imperfeição* é o empreendimento da ação política entre jogadores de futebol. Essa é ainda mais imperfeita, como demonstramos na tese, pelas dificuldades impostas pela disciplina, pelo despotismo e pelas instituições que aceitam e difundem esse ideal de perfeição. Mas essa imperfeição não é sucumbida, ela está presente, de forma latente ou exposta, sendo ensaiada, pensada e treinada a cada ciclo de atuação desses jogadores. Apesar de “marcar gol nessa partida não ser fácil”, os jogadores têm demonstrado que é possível se aproximar da área, oferecer perigo, resistir à violência, à pressão, à selvageria com a qual os atacam seus adversários, e até marcar gol. Ganhar o campeonato pode ser uma consequência futura desse time, do qual nós somos torcedores!

Parte I – O Fetiche do Futebol

Capítulo 2: A natureza do futebol

A partir da segunda metade do século XX, o futebol passou a relacionar-se de forma intensa com outros setores da economia, integrando-se a essas esferas da produção. Conforme Marcelo Proni (1998) destacou, o esporte tornou-se um veículo de valorização de outros setores, por meio do marketing esportivo e, em função disso, passou por alterações em sua forma de organização, de modo a amoldar-se às exigências dessas outras esferas de valorização do capital.

No entanto, essa integração trouxe consequências para a regulação da atividade futebolística, pois, uma vez que foi detectada essa predominância econômica na atividade, o Tribunal de Justiça Europeu decretou que o futebol deveria estar submetido às regras de mercado da Comunidade Europeia. Essa decisão acarretou uma polêmica com as entidades que organizam essa prática esportiva. A FIFA e a União das Federações Europeias de Futebol (UEFA) argumentaram que o futebol não poderia ser enquadrado como uma atividade econômica qualquer, uma vez que o fato de ser um esporte lhe conferiria uma especificidade com relação a outros setores econômicos. Neste capítulo, apresentaremos este debate, gerado a partir do caso Bosman, respondendo à seguinte questão: o futebol é uma atividade econômica como outra qualquer ou ele possui uma natureza esportiva que lhe confere uma especificidade com relação às outras atividades econômicas?

Apresentaremos este debate, argumentando em favor de compreender que a natureza esportiva do futebol não imputa a ele alguma especificidade – ao contrário, demonstraremos que este argumento faz parte de um discurso cujo fim é a concentração do lucro e da renda desse negócio particular nas mãos de poucos. Em contrapartida, argumentamos que se existe alguma particularidade no futebol, esta diz respeito a sua alta integração à indústria cultural, que não nega sua natureza de mercadoria, de negócio, ao contrário, a ratifica. No entanto, essa especificidade traz consequências para o futebol, criando um fetiche em torno dele e imputando alguns possíveis empecilhos à ação coletiva, conforme discutiremos nos capítulos subsequentes.

2.1 O surgimento do debate sobre a *natureza* do futebol

A reflexão sobre a *natureza* da mercadoria do futebol é atual e necessária. As regulações advindas a partir do caso Bosman e da intervenção do Tribunal Europeu de Justiça sobre o futebol empreenderam debates sobre se o futebol é ou não um negócio, uma atividade econômica, como outras. Em outras palavras, forjaram-se debates se o futebol é uma mercadoria, em especial, se ele é uma mercadoria como outra qualquer. O debate circunscreve-se à ideia de que: há ou não uma especificidade esportiva no futebol que o faz uma mercadoria especial, portanto, deixando-o isento das regulações econômicas europeias? Para enfrentarmos esse debate, entretanto, faz-se necessário que explicitemos o que nós entendemos pela forma mercadoria, o que implica explicitar o fetiche que se constitui em torno dela, que muitas vezes nos faz crer que é possível uma música sem banda. Ou um futebol sem atletas. A partir da nossa compreensão sobre a mercadoria, discutiremos a tese da suposta existência de uma especificidade nessa atividade, advinda da sua natureza esportiva, conforme argumentam a FIFA e a UEFA.

Segundo Marx (2013), a mercadoria, no capitalismo, possui um duplo caráter social. Ao mesmo tempo em que é valor de uso, ou seja, que satisfaz uma necessidade humana particular, é um corpo singular, uma matéria, resultado do trabalho humano concreto; também se apresenta como valor de troca, como uma grandeza abstraída de trabalho concreto contido nela. A partir do valor de troca constitui-se o valor, como uma abstração que está presente em todas as mercadorias, permitindo compará-las. O valor é tratado como tempo de trabalho social despendido nela, como uma medida de equivalência. “Como valores, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza” (MARX, 2013, p. 61). Na medida em que se constitui como uma abstração, a mercadoria tem ocultada a sua face de trabalho humano concreto, produto de relações sociais específicas de produção, e parecem ganhar autonomia. De acordo com Marx (2013, p. 94)

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais de seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais dessas coisas, e por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos.

A essa dissimulação das relações sociais que engendram a forma mercadoria pela sua forma fantasmagórica de relações entre coisas Marx denominou de fetichismo,

que decorre desse duplo caráter social do trabalho, que cinde a totalidade do trabalho social em trabalhos privados, que só têm contato entre si no momento da troca.

Por isso, para os últimos [produtores do trabalho], as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos (MARX, 2013, p. 95).

Essa cisão opera de forma que o duplo caráter faz com que, por um lado, haja uma utilidade de solução de uma necessidade particular e como parte de um sistema de divisão social do trabalho e, por outro, só satisfaçam por completo a necessidade de seus produtores se se tornarem uma medida que possa ser trocada. “A igualdade completa de diferentes trabalhos só pode assentar numa abstração que põe de lado a desigualdade existente entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força humana de trabalho, de trabalho humano abstrato” (MARX, 2013, p. 95). Seu produtor só percebe a igualdade dos diferentes trabalhos a partir da “igualdade de valor que se estabelece entre essas coisas materialmente diversas, os produtos de trabalho” (MARX, 2013, p. 95). Com isso, as relações sociais estabelecidas não são fundadas na ideia de que o valor é apenas a “aparência material de um trabalho humano de igual natureza. Ao contrário. Ao igualar na permuta, como valores, os diferentes produtos, igualam seus trabalhos diferentes, de acordo com sua qualidade comum de trabalho humano” (MARX, 2013, p. 96). Desse modo, o valor da mercadoria apresenta-se como uma quantidade de valor que tem a aparência de ser independente da vontade, previsão e dos atos dos participantes da troca. Marx (2013) descreveu que na realidade essa aparência de “casualidade entre as coisas que reveste a determinação das quantidades de valor dos produtos de trabalho” oculta que

os trabalhos particulares realizados independentemente uns dos outros, mas interdependentes, em todos os sentidos, como parcelas naturalmente integrantes da divisão social do trabalho, são, de modo contínuo, ajustados às proporções de troca dos produtos desses trabalhos particulares, impõe-se o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, que é a lei natural reguladora, que não leva em conta as pessoas, como a lei da gravidade, por exemplo, quando uma casa desmorona. A determinação da quantidade de valor pelo tempo do trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos visíveis dos valores relativos das mercadorias (MARX, 2013, p. 97).

Assim, Marx (2013) buscou descrever que essa forma que parece natural dissimula seu caráter histórico e seu significado. Ao analisar as relações sociais na Idade Média, calcadas na dependência pessoal, o autor evidenciou que as relações sociais naquele momento não assumiam a forma fantasmagórica de relações entre coisas. Os

homens tinham plena consciência do dispêndio de seu trabalho no serviço realizado, de modo que o trabalho assumia sua forma concreta. “As relações sociais entre as pessoas na realização de seus trabalhos revelam-se como suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas, entre produtos de trabalho” (MARX, 2013, p. 99). Em outras palavras, as relações entre os homens não são mediadas pela forma mercadoria. Esse argumento é utilizado pelo autor para demonstrar a historicidade dessa forma e desconstruir seu caráter *naturalizado*, oculto no fetiche da mercadoria, dissimulador da verdade de que elas são nada menos do que produto do trabalho humano. Desse modo, o fetiche da mercadoria oculta que o valor das mercadorias não é uma propriedade material delas, mas algo que só se realiza por meio da troca, e, com isso, só se materializa enquanto processo social.

O fato de a economia política considerar que as mercadorias possuem um valor advindo de sua materialidade, que é criticado por Marx (2013), sendo sua regulação ‘natural’, fruto de uma lei que ignora as pessoas, não é exclusivo. O mesmo acontece no esporte, em que o argumento de sua especificidade tem servido à criação de regras que tornam o mercado esportivo diferente dos demais. De acordo com Dabscheck (2004), o futebol possui regras monopolistas que impedem os direitos econômicos e o potencial de ganho salarial dos jogadores. Nesse caso, o “valor” dos jogadores não é fruto de suas características próprias; eles são regulados pelas regras monopolistas. Em outras palavras, essas regras servem aos empresários de jogadores, aos clubes, para aumentarem seu potencial de lucro, a despeito do jogador.

O que tem justificado essas regras, no entanto, são as necessidades particulares da atividade econômica dos times de esporte profissional, ou seja, a necessidade de competidores, no maior patamar de igualdade possível, para a produção de um produto (jogo). Segundo os organizadores da atividade esportiva, as federações nacionais e a FIFA, essa dinâmica específica do esporte faz com que, para ser mais lucrativo, o futebol necessite de algum equilíbrio entre as equipes, de modo que um grande monopólio de vitórias de um só time poderia torná-lo desinteressante. Isso porque, na argumentação deles, quanto mais imprevisíveis, mais atenção as partidas despertam no público e na mídia. Nesse sentido, tal regra tentaria garantir o potencial lucrativo dos clubes, para que obtivessem ganhos suficientes para equilibrar os campeonatos. Por isso, as entidades que organizam a atividade esportiva visariam garantir o poder

lucrativo e o equilíbrio entre os clubes, em detrimento dos direitos e dos ganhos dos jogadores.

Essa interpretação do funcionamento do econômico do esporte, promovido pelas federações e pela FIFA, ainda argumenta que o futebol requer cooperação de competidores para produzir o produto “partida”. Segundo eles, para uma liga gerar lucro, ela precisa maximizar a incerteza de resultados, de modo que os fãs em dúvida, patrocinadores e transmissores sejam atraídos por essa imprevisibilidade. As receitas, na argumentação deles, dependeriam das competições entre times, não competição comercial entre firmas, e isso diferenciaria a atividade esportiva de forma substancial das outras atividades econômicas. Nesse sentido, para eles, quanto maiores as competições, maiores seriam os lucros. E as receitas serviriam àquela que seria a finalidade principal do esporte, o título. Em síntese, essa argumentação promovida pela FIFA acerca da especificidade esportiva do futebol justifica regras que serviriam para garantir a competitividade entre as equipes e evitar o monopólio de uma delas sobre todas as outras, o que, na visão deles, deixaria o jogo desinteressante.

Uma consequência dessa linha argumentativa é que a especificidade da *mercadoria esportiva* justificou, até meados da década de 1990, que os atletas fossem desprovidos do direito de vender por si só sua força de trabalho. Configurou-se então a dinâmica do *passe*, que vinculava os atletas como propriedade do clube, mesmo que seus contratos houvessem terminado. Estabeleceu também que jogadores cidadãos dos países membros da União Europeia seriam os únicos trabalhadores desses locais a não ter livre circulação de sua força de trabalho dentro da comunidade. Ponto este que causou, em meados da década de 1990, a discussão em torno do caso Bosman, inaugurando dentro da Comissão Europeia uma polêmica em torno da especificidade da atividade esportiva enquanto atividade econômica. Portanto, essa tese será questionada pelo Tribunal Europeu de Justiça, com o caso Bosman, mas reafirmada posteriormente nos casos que a colocaram em xeque, a partir de sua jurisprudência, como demonstraremos a seguir. Demonstrar essas idas e vindas do Tribunal Europeu de Justiça, bem como os argumentos que as fundamentam, visa, neste momento, situar o leitor diante deste debate, para que possamos, posteriormente, explicitar nossos contra-argumentos acerca dessa suposta especificidade da atividade esportiva.

2.2 O caso Bosman e as consequências para a natureza do futebol

Em 1986, o jogador Jean Marc Bosman assinou contrato de trabalho com o clube belga Standard Liège. Dois anos após esse contrato, o jogador acordou com um clube belga menor, o SA Royal Club Liègòis, contrato de dois anos, com salário mensal de 120 mil francos belgas. Em março de 1990, em tempo de finalização do contrato, o jogador teve uma nova oferta de um contrato de um ano, com salário mensal de 30 mil francos belgas, um quarto de seu anterior, e correspondente ao valor do piso salarial belga para jogadores, o que o levou a recusar o contrato (PARRISH; McARDLE, 2005).

Pelas regras vigentes, a um mês do final da temporada, um jogador poderia transferir-se domesticamente de clube, mesmo que o anterior não concordasse. Nesse caso, era a federação belga que definia qual seria a taxa de transferência entre os clubes – valor este calculado de acordo com o salário mensal do jogador e multiplicado por um fator relacionado à sua idade. No caso Bosman, o valor seria 12 milhões de francos belgas, quantidade de dinheiro que nenhum clube belga se dispunha a pagar (PARRISH; McARDLE, 2005).

Em maio de 1990, um clube francês da segunda divisão, US Dunkerque, ofereceu um contrato de empréstimo de 1,2 milhões de francos belgas por Bosman. Além disso, o clube oferecia 4,8 milhões pela transferência permanente. O clube belga, todavia, não levou adiante o acordo e não emitiu o certificado de transferência de Bosman. O Liègòis suspendeu Bosman por não se reapresentar, parou de pagar seu salário, o que quase o colocou na condição de amador perante a federação belga (PARRISH; McARDLE, 2005).

Em função desse ocorrido, Bosman acionou a justiça belga para que o Liègòis pagasse seus salários enquanto ele procurasse outro clube para jogar e que o clube também não pudesse cobrar uma taxa de transferência por ele. Ele solicitou ainda que o caso fosse julgado no Tribunal de Justiça Europeu, para poder ser julgado também o sistema de transferência dos jogadores na Bélgica. Tais solicitações foram aceitas em primeira instância, mas derrubadas nas superiores (PARRISH; McARDLE, 2005).

Durante os anos de 1990, 1991 e 1992, Bosman articulou sua troca por três clubes de divisões inferiores de França e Bélgica, em contratos de duração de um ano, enquanto seu processo corria na justiça belga. Em 1991, a UEFA foi incorporada como “réu” em sua ação contra o Liègòis. Segundo o jogador, a UEFA também possuía regras

que estavam em desacordo com o Tratado Europeu de Roma¹⁰, em seus artigos 48 e 49, que garantia a liberdade de circulação de trabalhadores entre os países membros; e nos artigos 85 e 86, que coíbiavam a imposição de práticas restritivas no mercado e abusos de posição dominante.

Em abril de 1992, a corte belga recorreu à Comissão Europeia. Seu argumento era de que o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que promovia a especificidade do esporte, faria com que houvesse compatibilidade entre o sistema de transferência e o referido tratado. De acordo com o artigo 165 do referido tratado¹¹: “A União contribui para a promoção dos aspectos europeus do desporto, tendo simultaneamente em conta as suas especificidades, as suas estruturas baseadas no voluntariado e a sua função social e educativa”. Tal argumento promovido pela corte belga visava defender a posição de que, como o esporte possuiria uma especificidade – *sua função social e educativa* –, não era *meramente* uma atividade econômica e, por conseguinte, as regras das atividades puramente econômicas não poderiam ser aplicadas integralmente. Nesse sentido, o caso Bosman colocou em debate algo que até então era dado como *natural*, o caráter *social* do esporte, que o faria não *meramente* econômico. A partir do caso Bosman, começou a se questionar se essa afirmação seria de fato a realidade da atividade esportiva.

Contudo, o Tribunal Europeu de Justiça não concordou com a argumentação de uma natureza social no esporte, que contrariaria seu caráter econômico. Sendo assim, em 1995, Bosman ganhou a sentença. A deliberação do Tribunal de Justiça Europeu ficou conhecida como “acordo Bosman”:

O Tribunal Europeu de Justiça, ao deliberar, em Dezembro de 1995, a favor de Bosman, e contra o Liège, a Federação Belga de Futebol e a UEFA obrigou a uma reformulação completa do regulamento de transferências da FIFA, pois dessa deliberação resultaram duas decisões importantes:

[i] O pagamento de transferências por jogadores cujo contrato expirou é ilegal, desde que o jogador se transfira de um clube pertencente a um Estado Membro para outro.

[ii] A restrição em relação ao número de estrangeiros é, igualmente, ilegal. Todos os atletas cuja nacionalidade seja a de um país Estado Membro da

¹⁰ Estamos nos referindo ao Tratado que instituiu a Comunidade Econômica Europeia, de 25 de março de 1957. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/PDF/?uri=CELEX:11957E/TXT&from=EN>> Acesso em: maio 2015.

¹¹ Este é o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, cujo primeiro artigo o define como: “O presente Tratado organiza o funcionamento da União e determina os domínios, a delimitação e as regras de exercício das suas competências”. Disponível em: <http://europa.eu/pol/pdf/consolidated-treaties_pt.pdf> Acesso em: mar. 2016.

União Europeia não podem ser considerados estrangeiros dentro de um diferente país Estado Membro da União Europeia (FERREIRA, 2008, p. 40).

Nesse sentido, ao considerar a atividade esportiva como atividade econômica, o caso Bosman abriu precedente para a seguinte discussão: “por um lado, a prática esportiva não é considerada atividade econômica, mas por outro lado, devido ao fato de ser geradora de emprego, emprego este que sustenta economicamente o atleta que o pratica, tornando-o, deste modo, profissional”, ela deve ter ratificada sua esfera econômica, sendo legislada pelas regulações da economia (FERREIRA, 2008, p. 39). Essa polêmica não se encerrou tão brevemente, como demonstraremos a seguir com as consequências do caso Bosman para a compreensão dessa natureza da mercadoria esportiva.

2.2.1 Impacto dos casos posteriores ao caso Bosman para a regulação europeia sobre o futebol

A Comissão Europeia¹², por conseguinte, iniciava uma discussão acerca de o que significaria essa especificidade da dinâmica esportiva na comunidade europeia. Ao se sancionar que as regras do Tratado da Comunidade Europeia, de 1957, de Roma, com relação à circulação se trabalhadores, se remetiam também ao trabalho dos jogadores de futebol, foi gerada uma jurisprudência para que outros casos posteriormente questionassem situações esportivas que impediriam a realização do direito ao trabalho vinculado ao esporte. Três casos são mencionados para explicar a discussão sobre a especificidade esportiva, derivados do caso Bosman.

O primeiro deles é a sentença de 11 de abril de 2000, quando o Tribunal Europeu decidiu sobre o caso da judoca belga Christelle Deliège. Ela havia recorrido à corte europeia, porque havia sido cortado da seleção nacional, alegando que fora impedida de prestar serviços por sua federação. Neste caso, o Tribunal Europeu de Justiça deliberou “que este tipo de seleção de atletas e, naturalmente, a sua inclusão/exclusão numa equipe nacional é ‘inerente à organização dessa competição’ e,

¹² Comissão Europeia é o órgão da União Europeia responsável por propor políticas e aplicar as decisões do Parlamento Europeu. Seu presidente é eleito pelo Parlamento Europeu e sua composição definida pelo Conselho Europeu. É a partir da Comissão Europeia que se forjam os comitês setoriais de diálogo social, que serão discutidos na parte II desta tese.

como tal, não poderia ser considerado uma restrição ilegal à liberdade de prestar serviços” (FERREIRA, 2008, p. 54).

O segundo caso é a sentença de 13 de abril de 2000. Dois dias após a decisão do caso Deliège, o caso J. Lehtonen e o clube Castors Braine contra a Federação de Basquete Belga é decidido no Tribunal de Justiça Europeu. O jogador finlandês Lehtonen havia sido comprado pelo clube Castors Braine e a expedição de sua carta de transferência ocorrera fora do período de “janela” de transferências de estrangeiros da Federação Internacional de Basquete (FIBA). O clube alegara que o jogador poderia disputar a temporada corrente, uma vez que sua contratação era entre países membros da Comunidade Europeia, não poderia ser considerada estrangeira e, portanto, não caberia o período de transferências como um limite para tal. A federação belga, entretanto, argumentou ao clube que se a FIBA não emitisse a licença ao jogador, ele não poderia entrar em quadra. Se o clube o escalasse, seria punido. O Tribunal decidiu a favor do regulamento da FIBA, uma vez que ele buscava, por razões esportivas, “não falsear as competições”, evitando que jogadores de outros países com contextos distintos fossem introduzidos a bel-prazer durante todo o período de competição, o que poderia mudar drasticamente seu rumo. Nesse sentido, a decisão foi no sentido de: “desde que existam regras desportivas bem definidas, os organismos desportivos poderão aplicar os regulamentos que bem entenderem” (FERREIRA, 2008, p. 59). Tal decisão evidenciaria que a Corte Europeia estava reconhecendo a especificidade esportiva, considerando tal os regulamentos *bem definidos* de seus órgãos organizadores.

O terceiro caso é de 18 de julho de 2006, quando o Tribunal Europeu julgou o caso Meca-Medina. Em 1999, dois nadadores foram suspensos por quatro anos devido ao uso de substâncias proibidas pela Federação Internacional de Natação (FINA). Eles recorreram da punição ao Tribunal Arbitral da Suíça, que, em 2001, por comprovações científicas a respeito das substâncias usadas, diminuíram a punição para dois anos. Em maio de 2001, os nadadores recorreram ao Tribunal de Justiça Europeu, argumentando que as leis antidoping do Comitê Olímpico Internacional (COI) se chocavam com os artigos 81º e 82º do Tratado Europeu, pois os impedia de prestar serviços. Em agosto de 2002, esse recurso foi rejeitado pelo Tribunal de Justiça Europeu, por considerar doping uma regra *puramente esportiva*. Nesse sentido, o argumento do Tribunal Europeu foi de que a suspensão de prestar serviços, nesse caso, só ocorreu por motivos esportivos, ou

seja, a garantia de lealdade na competição. Por isso, apesar do envolvimento dos aspectos econômicos, estes seriam apenas secundários, o que deixaria o Tribunal Europeu isento de intervir no caso (FERREIRA, 2008). Apesar de esse caso corroborar a tese da especificidade esportiva, ele não discrimina quais seriam as regras puramente esportivas, o que apenas contribuiria para um sistema caso a caso, não explicitando quais seriam os momentos em que a atividade esportiva cairia sob júdice da Comunidade Europeia, isto é, quando ela se constituiria como uma atividade primariamente econômica (FERREIRA, 2008).

Esses casos demonstram que a Comissão Europeia, por meio do Tribunal de Justiça Europeu, caminhou no sentido de não considerar o esporte apenas pelo seu sentido econômico, o que desprezaria seu sentido esportivo, na de Ferreira (2008). Tal interpretação poderia ser alinhada à ideia de que existiriam afinidades eletivas entre o fenômeno esportivo e a economia. No entanto, diferente do que Weber descreveria com relação ao *ethos* protestante e o espírito capitalista (WEBER, 2004), o *ethos* esportivo seria justamente o local em que residiram as diferenças entre o esporte e economia. A manutenção da competição seria o que contrariaria as leis econômicas de formação de monopólios, a partir dessa visão. Segundo aqueles que defendem a especificidade da regulação esportiva, a estratégia comercial serviria apenas para contribuir na missão do clube em ganhar títulos. Segundo Ferreira (2008, p. 26),

enquanto que as sociedades comerciais (e civis) têm como finalidade o lucro, as associações desportivas, quer sejam conjuntos de agremiações ou clubes, não têm na persecução do lucro a sua principal atividade. A principal atividade de uma associação desportiva é a conquista de títulos desportivos ou, no caso de uma Federação, a organização das competições. A persecução do lucro, que existe nomeadamente no desporto profissional, é feita somente para garantir a solvência dos clubes pois estes, para competirem, terão, necessariamente, que gerar receitas. Mas, ao contrário do que sucede nas sociedades comerciais (e civis), onde a finalidade da atividade econômica é gerar lucro de forma a ser distribuído pelos seus acionistas, nos clubes desportivos o lucro não é finalidade em si mesma; tem que existir para ser aplicado na verdadeira finalidade, que é a de contratar e formar atletas de qualidade para a obtenção de títulos desportivos.

Embora esse argumento possa fazer sentido para os torcedores, cabe a nós indagarmos se alguns fatos recentes não complexificariam tal equação. Por mais que a Comissão Europeia tenha decidido que seleções nacionais são *puramente* esportivas, como no caso Deliège, o futebol demonstra alguns números que trazem à cena um cenário quase puramente econômico. A FIFA vem obtendo lucros cada vez maiores com a Copa do Mundo desde 1974, quando a transmissão ao vivo se difundiu mundialmente. A partir de 1978, os direitos de transmissão e marketing têm rendido

quantidades exorbitantes de dinheiro. Em 1994, a receita extrapolou os 235 milhões de dólares (YALLOP, 2005). A mercadoria esportiva estava sendo cada vez mais vendida e isso não significava um “produto” mais competitivo. Pelo contrário, a ampliação do número de seleções que ocorrera em 1982, e posteriormente em 1998, fazia com que houvesse 64 jogos, muito deles bem pouco decisivos.

Aliás, seriam as seleções nacionais *puramente* esportivas? Qual seria a pureza então de uma seleção nacional de futsal Russa com 9 jogadores brasileiros? Ou a seleção de handebol masculina do Qatar, com 9, de 16 atletas, não nascidos no Qatar? Aliás, o que falar da seleção brasileira de futebol de 2014, da qual apenas 4 jogadores disputavam o campeonato brasileiro e alguns deles sequer haviam jogado em solos nacionais? Antes do caso Bosman, a restrição de estrangeiros, que visava “limitar a aquisição desenfreada de estrangeiros que, por sua vez, levaria ao diluir da identidade nacional dos plantéis dos clubes” (FERREIRA, 2008, p. 76), acabava contribuindo para que as seleções nacionais tivessem identificação com os clubes. Evidentemente, a restrição do número de estrangeiros nos clubes não tinha o mesmo efeito para as seleções nacionais sul-americanas. Desde 1990, a seleção brasileira, por exemplo, já possuía um número significativo de jogadores que disputavam campeonatos fora do Brasil. Em 1986 eram 2, de 20; em 1990, eram 12, dos 22 convocados. Em 1994, 11; em 1998, 13; em 2002, 11. A situação inverte-se completamente em 2006, quando 20 dos convocados jogavam em solos estrangeiros. Nesse caso, o que questionamos é se é possível falar de um interesse *puramente* esportivo na organização das seleções nacionais. Qual a identidade de um povo com uma seleção formada por jogadores que ele nunca viu jogar? Qual o sentido de representar um esporte não praticado nos solos os quais você representa?

Essa discussão nos faz refletir sobre o sentido da ideia de *puramente* para aqueles que a defendem, nessa discussão sobre a natureza do futebol. Segundo Ferreira (2008, p. 25),

por “pureza” queremos significar que apenas são encontradas no desporto e suas respectivas ordens normativas, não sendo encontradas em quaisquer outras ordens normativas de outras ordens sociais, sejam estas respeitantes, ou não, a atividades econômicas

Segundo o autor, *pureza* refere-se à organização dos calendários, à composição das seleções nacionais, ao sistema de gols marcados fora, às regras delimitadoras da liberação de jogadores para as seleções, ao combate ao doping e à formação de atletas.

O argumento do autor é ratificado pelo Livro Branco¹³ sobre o Esporte, da Comissão Europeia, afirmando que as regras dizem respeito à integridade do esporte e do atleta em formação e devem ser esportivas e não econômicas, na União Europeia. Ao mesmo tempo, “o governo dos clubes e o seu respectivo licenciamento, as regras respeitantes aos empresários, aos direitos comerciais e de mercado e aos tetos salariais, não deixando de serem regras desportivas são, simultaneamente, regras de concorrência” (FERREIRA, 2008, p. 26).

O que nos perguntamos é: são mesmo regras puramente esportivas mesmo? O que motiva o doping ser menos rigoroso na NBA do que nas competições olímpicas? Seria a *pureza* esportiva ou a possibilidade de que as grandes vedetes pudessem jogar mais jogos, ainda que sob efeito de fortíssimos analgésicos? O calendário é uma decisão *puramente* esportiva? Então como justificar as manobras brasileiras para manutenção dos grandes clubes na principal competição nacional ou mesmo a resistências deles à criação de ligas independentes de federações? Esses questionamentos não visam defender um modelo em detrimento do outro, tampouco afirmar que o esporte mercantilizado seria algo “puro” ou deteriorado, ou que um modelo é melhor que outro. Apenas buscamos a reflexão sobre o atual estágio esportivo, problematizando a suposta pureza esportiva.

O modelo norte-americano, um dos mais mercantilizados, por mais paradoxal que pareça, justifica-se com base na especificidade esportiva, o que nos leva a refletir quais são as consequências das regulações produzidas com base nesse argumento. As incertezas são encontradas e produzidas a partir de times com capacidades iguais, e a melhor maneira de alcançar essa igualdade se daria a partir de controles que limitariam a liberdade econômica e os salários dos jogadores (DABSCHECK, 2004, p. 346). Tônica esta que tem justificado os sistemas de divisão de lucros e de *draft* e de *salary caps*.

Esta última refere-se à não validade das leis anti-truste. Isso significa que os empregadores podem estabelecer um teto salarial para pagarem aos atletas, diferente de outras áreas econômicas. A primeira delas é descrita por Dabscheck (2004), que explica

¹³ O Livro Branco sobre o Esporte foi apresentado pela Comissão Europeia, em 11 de julho de 2007, com o objetivo de promover “orientações estratégicas sobre o papel do desporto na União Europeia, nomeadamente a nível social e económico”. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3A135010>> Acesso: mar. 2016.

que no sistema de *drafts*¹⁴, os atletas que se profissionalizaram no ano são distribuídos pelos clubes de acordo com sua posição no campeonato. O autor pondera, entretanto, que tal sistema não garante uma mínima igualdade. Segundo ele, os clubes grandes continuariam a selecionar os melhores jogadores, ao negociarem com os clubes pequenos os jogadores por eles selecionados no *draft*. Para os clubes pequenos, seria muito mais vantajoso negociar o contrato desses novatos com outros clubes do que mantê-los, visto que isso comprometeria uma parte grande do orçamento salarial dele.

Na visão do autor, o que garantiria a igualdade entre os clubes seria outro elemento, qual seja, a forma de redistribuir os lucros entre eles. Se esses fossem redistributivos ao invés de acumulativos, seria promovida uma base financeira mais equilibrada para disputa de jogadores. Alguns torneios já trabalhariam com esse sistema, como a NFL, que divide os lucros de televisão e arrecadação de estádios com os clubes visitantes. Como já destacamos, a existência dos *drafts* tem como consequência a destinação de uma maior parte dos lucros para os clubes, já que são eles que ganham com a circulação desses jogadores, enquanto estes últimos continuam a ganhar no máximo o valor do teto salarial. Não à toa, no modelo norte-americano, essa medida gera greves em diversas temporadas. Percebe-se que mais que uma especificidade esportiva, essas medidas garantem o lucro dos proprietários dos clubes, ocultando as relações sociais que o produzem.

Com esta discussão, visamos demonstrar como o argumento da pureza esportiva não se sustenta empiricamente. Ele é uma construção discursiva que serve à manutenção de uma alta lucratividade em alguns clubes. Nesse sentido, serve também ao processo de concentração de capital no futebol, que tem se desenvolvido de forma bastante acentuada nas últimas décadas – processo este contraditório à ideia defendida pela FIFA e pela UEFA de que essa especificidade esportiva justamente garantia o equilíbrio. Conforme fomos argumentando, a sustentação de regras específicas no futebol não tem garantido equilíbrio ou maior competitividade, pelo contrário. No próximo item,

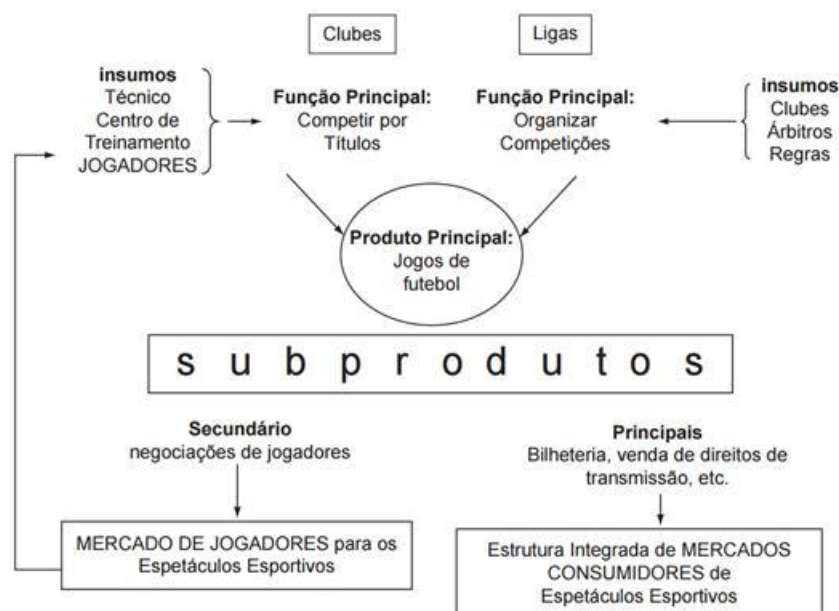
¹⁴ O modelo de *draft*, nos EUA, é aquele em que, no início de temporada, os jogadores que vieram das ligas amadoras universitárias são distribuídos pelos clubes da liga profissional. Neste caso, os clubes menores têm a prioridade de escolha. Segundo Kahane (2005), há dois argumentos que sustentam, na visão dos clubes, este sistema. O primeiro diz respeito a um suposto equilíbrio que o *draft* traria à liga, uma vez que permitiria a escolha dos melhores pelos clubes menores. O segundo argumento, quase não publicado, é que o lucro da troca e venda de jogadores é transferido do jogador para o clube. Se não houvesse o *draft*, seria o jogador quem lucraria com a sua negociação. Portanto, o sistema permite a detenção dos direitos do primeiro contrato pelo clube pequeno, que lucra com a negociação com um clube maior. Nesse caso, garante-se que o lucro fique com clubes e não com jogadores.

discutiremos a forma da mercadoria do futebol, já que essa pode ser vista como uma atividade econômica, em nossa leitura.

2.3 A mercadoria do futebol

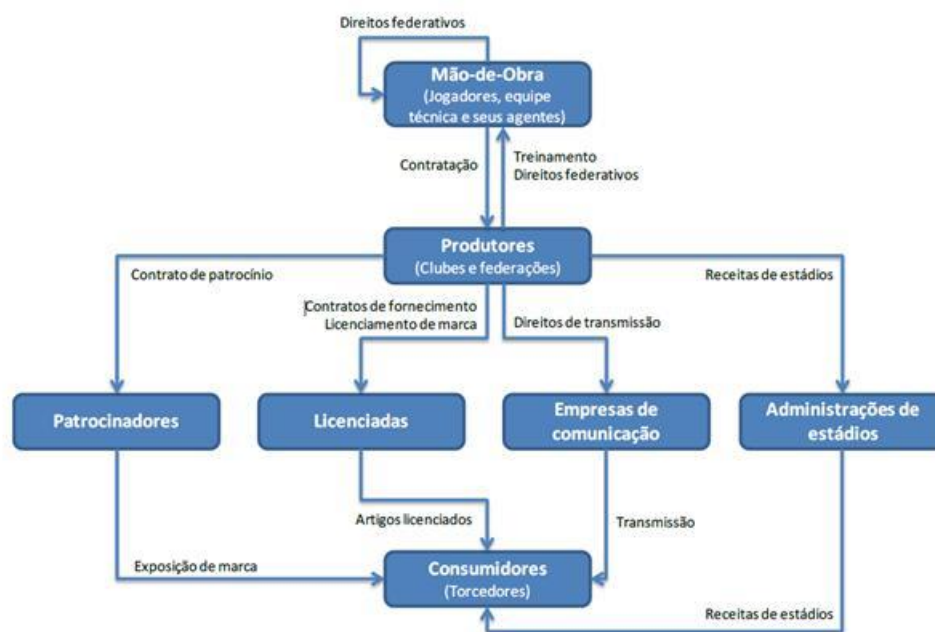
Para compreender a mercadoria esportiva, é necessário ter em vista que ela é produto de relações sociais. Diferentes tentativas de sistematização dessas relações sociais podem ser vistas nos diagramas, das figuras 1 e 2.

Figura 1. A cadeia produtiva do futebol, de acordo com Leoncini e Silva (2004)



Fonte: Leoncini e Silva (2004)

Figura 2. A cadeira produtiva do futebol de acordo com a FGV (2009)



Fonte: FGV (2009)

A figura 2 destaca, dentre os fatores necessários à produção da mercadoria esportiva, a mão de obra, ou seja, as forças produtivas sem as quais o espetáculo esportivo não aconteceria. Entretanto, desconsidera que uma dessas forças produtivas tem um duplo caráter. O jogador de futebol é a um só tempo uma mercadoria especial – força de trabalho – e uma mercadoria comum, vendida como “produto” para outros clubes, patrimônio líquido de seu clube corrente, gerador de lucro e de valorização de capital. Inclusive existe a mediação de um agente, fundamental para que ocorra a transação, e que não se reveste somente da faceta de mão de obra, uma vez que parte de sua função também é facilitar a transação dos atletas por contatos com clubes ou mesmo torná-los propriedade deles. De certa forma, ele é um mediador entre o clube e o jogador.

Na figura 1, notamos que fica comprometida a ênfase sobre os patrocinadores e a exposição da marca das empresas associada à imagem dos jogadores e dos clubes, elemento hoje fundamental para a compreensão da valorização de capital que ocorre por meio do futebol. De acordo com a FGV (2009, p. 7),

o “produto” exposição de marca não representa uma transação comercial, valendo o mesmo para o caso da transmissão (com a exceção específica da transmissão *pay-per-view*). Em ambos os casos, o “intermediário” (patrocinador ou empresa de comunicação) utiliza o “produto” para adicionar valor a outro bem que está sendo vendido (para o patrocinador, seu produto

específico, seja uma espuma de barbear ou uma refeição *fast-food*; para a empresa de comunicação, os slots de publicidade no caso da transmissão aberta ou o pacote de televisão a cabo).

O esporte surge como veículo de valorização de marcas no contexto das mutações ocorridas na esfera do marketing, da produção, da circulação e da realização de mercadorias. Naomi Klein (2006) demonstra o movimento ocorrido após meados da década de 1980, intensificado a partir da década de 1990, em que, mais do que produtos, as grandes corporações começaram a construir e valorizar suas marcas como estilos de vida. Com isso, transforma-se o papel da publicidade. No início do século XX, o papel da publicidade era de demonstrar à população os produtos da grande indústria e criar necessidades de consumo. Com base em estratégias como a familiaridade e um caráter popular, buscavam superar o estranhamento causado pelo desconhecimento de suas marcas por meio da criação de personagens que parecessem familiares para facilitar a circulação do produto popularmente (KLEIN, 2006, p. 30).

A partir da década de 1940, as marcas passaram a se tornar mais importantes que o produto em si, representando um aspecto cultural. Um dos pressupostos do surgimento da marca é, na primeira metade do século XX, a constituição de uma sociedade marcada pelo progresso técnico e por um tempo marcado pelo signo da velocidade, centrados na produção e consumo em massa oriundos do fordismo (FONTENELLE, 2002, p. 24). No entanto, nos anos 1960-1970, o desenvolvimento tecnológico levou a ganhos de produtividade e à explosão de produtos em série para diferentes empresas. Nesse sentido, “a crescente paridade do nível tecnológico entre as empresas levou a marca a tornar-se o grande diferencial na concorrência entre os capitais individuais” (FONTENELLE, 2002, p. 147). A consequência disso foi um processo no qual as marcas começaram a tornar-se mais e mais valorizadas, no mercado de ações, valorizando o patrimônio físico da empresa (KLEIN, 2006, p. 30).

A questão que emerge desse debate é o que mudou para tornar possível a emergência da marca com importante papel no processo de realização da produção. Além do grande desenvolvimento tecnológico que permitiu ganhos de produtividade e aumento da produção, em meados dos anos 1960-1970, ocorreu uma crise estrutural do capital, cuja face fenomênica se refletiu na crise do fordismo, enquanto produção em série para consumo massificado e homogeneizado. Essa crise foi resolvida com a flexibilização da produção, do pós-fordismo, conforme descrito por Harvey (1992), em que as fábricas se reorganizaram, terceirizando vários serviços, desterritorializando sua

produção. Esse crescimento da fábrica no período de acumulação flexível é concomitante a um crescimento das organizações patriarcais e artesanais, demonstrando uma combinação nas formas de produção altamente tecnologizadas e outras mais precarizadas.

As novas formas de organização da produção intensificaram a produção capitalista para padrões mais eficientes e velozes, de modo que vencer a crise de superprodução e colocar serviços sempre de acordo com os desejos dos consumidores tornaram-se prerrogativas, e cada vez mais a velocidade, a aceleração do tempo de produção e de descarte da mercadoria vão se intensificando. Conforme Mészáros (2009), há uma taxa decrescente do valor de uso das mercadorias, porque cada vez mais elas são feitas para serem descartadas mais rapidamente. Isso impõe a necessidade de os produtos circularem mais rapidamente, e nesse sentido o marketing aparece como um instrumento para que esses produtos, cada vez mais diferenciados, sejam vistos e consumidos mais rapidamente. Para que esses produtos circulem, cria-se uma fusão entre cultura e economia, caracterizando uma lógica cultural no capitalismo tardio, de acordo com Jameson (1997, p. 30):

O que ocorreu é que a produção estética hoje está integrada à produção de mercadorias em geral: a urgência desvairada da economia em produzir novas séries de produtos que cada vez mais pareçam novidades (de roupas a aviões), com um ritmo de *turn over* cada vez maior, atribui uma posição e uma função estrutural cada vez mais essenciais à inovação estética e ao experimentalismo. Tais necessidades econômicas são identificadas pelos vários tipos de apoio institucional disponíveis para arte nova, de fundações e bolsas, até museus e outras formas de patrocínio.

E neste mundo em que todas as mercadorias são descartáveis e mudam constantemente, algo é necessário para que se crie identidade com elas, e esse instrumento é a marca, por isso elas ganham centralidade. Em meados dos anos 1990, as marcas atingem esse patamar de “não mais simplesmente conferir sua marca a seus produtos, mas também à cultura externa” (KLEIN, 2006, p. 52). Ao patrocinar eventos culturais, essas empresas podiam utilizá-los para expandir suas marcas pelo mundo. A transformação nesse caso não era só de agregar valor ao produto, por meio da gestão da marca (*branding*) e da expansão da circulação da publicidade, mas de “infiltrar ideias e iconografias culturais que suas marcas podiam refletir ao projetar essas ideias e imagens na cultura como ‘extensões’ de suas marcas. A cultura, em outras palavras, agregaria valor a suas marcas” (KLEIN, 2006, p. 52), expandindo o marketing da publicidade em si e transpondo-o para a cultura. Nesse caso, as associações entre marketing e cultura se

expandem do universo das associações e representações e pretendem tornar-se realidade cultural. Klein afirma que essa mutação faz com que o marketing deixe apenas de patrocinar cultura para tornar-se cultura (KLEIN, 2006, p. 52).

A partir desse contexto, emergem algumas questões sobre a relação entre a marca e a cultura: em primeiro lugar, por que a marca se torna tão importante no capitalismo contemporâneo? Em segundo lugar, como se deu essa associação entre a marca e a cultura, e quais as mudanças para a cultura? Tais questões serão refletidas no próximo capítulo, a partir do qual discutiremos como o futebol se tornou parte da indústria cultural. Esta discussão é um pressuposto para que compreendamos as mudanças do capitalismo contemporâneo, com a ascensão das marcas e seus impactos no futebol. Questões estas que serão de relevância para, no capítulo 4, discutirmos o impacto dessa organização econômica do futebol para a profissão do jogador e sua ação coletiva.

Capítulo 3. O futebol como parte da indústria cultural

Este capítulo visa introduzir a ideia de futebol como um fenômeno econômico, evidenciando as relações sociais que o envolvem e que o convertem mais plenamente em uma mercadoria e um negócio. Em outro sentido, significa compreendê-lo não apenas política e ideologicamente a serviço do capitalismo, mas como um grande negócio, no qual outras mercadorias e ramos de produção estão relacionados, ainda que não sejam propriamente da esfera do futebol. A constituição de um mercado que gira em torno do futebol significa que a partir dele uma quantidade de valor de capital está sendo valorizada. Além de um meio de valorização de outros negócios, o futebol, em si, torna-se um negócio altamente rentável.

Isso ocorre porque o futebol, como parte da indústria cultural, foi transformado nas últimas décadas. Se antes ele já fazia parte da indústria cultural e da sociedade do espetáculo, como demonstram as próprias alusões de Adorno ao fenômeno esportivo (VAZ, 2000), a contemporaneidade insere-o de forma mais alargada nesse cenário, a partir de um pano de fundo que traz novos contornos à própria produção cultural, definido com base nas mudanças na organização da produção (FONTENELLE, 2002) e na expansão da televisão (KEHL, 2004, p. 43). A pertinência dessa reflexão sobre o esporte se deve ao fato de que essas mudanças que permearam a indústria cultural são evidências fenomênicas das transformações pelas quais o capitalismo passou nas décadas de 1970 e 1980. Desse modo, não só o futebol se faz presente na indústria cultural como meio de ocupação do tempo livre dos trabalhadores e de domesticação de suas subjetividades. Para além, torna-se uma poderosa mercadoria.

Para tanto, retomamos o conceito de indústria cultural, desenvolvido por Adorno e Horkheimer (1985) no livro *Dialética do esclarecimento*. Pretendemos expandir a abrangência do conceito para um fenômeno específico que, apesar de contemporâneo ao surgimento da indústria cultural, teve envolvimento mais intenso posteriormente àquelas mercadorias culturais encadeadas na discussão do conceito pelos autores no momento da publicação da obra, o futebol. O futebol já existia na primeira metade do século XX, quando a obra foi escrita, entretanto, é a partir das décadas de 1950-1960 que tal fenômeno passou por um grande processo de espetacularização,

acentuado nas décadas de 1970 e 1980, em função das próprias transformações pelas quais o capitalismo passou. De acordo com Viana (2012), a indústria cultural já se apresentava como uma coleção de mercadorias em seus primórdios. Na contemporaneidade, entretanto, essa fórmula triunfou na medida em que já não se tem qualquer autonomia sobre ela. Por mais que tente se proclamar um fim outro para a indústria cultural, seja a cultura em si, ou a educação, o fim último dela é o lucro (VIANA, 2012). Após retomarmos a discussão sobre a indústria cultural, apresentaremos as transformações que o capitalismo contemporâneo atravessou e seus impactos sobre a produção cultural, a partir da consolidação da publicidade e das marcas como uma forma de valorização de capital. O futebol, neste contexto, tornou-se um veículo e uma marca a contribuir para a reprodução do sistema metabólico do capital.

3.1 A indústria cultural e a espetacularização do futebol

Para pensarmos a atualidade da discussão sobre a inserção do futebol na indústria cultural, é necessário, em primeiro lugar, nos remetermos ao debate empreendido por Adorno e Horkheimer (1985), em meados do século XX. O termo “indústria cultural” foi cunhado por esses autores para definir um sistema formado, principalmente, pelo cinema, rádio e revistas, no qual cada setor é coerente em si e todos o são em conjunto (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 113). Esse sistema forma-se como dominação, a partir da racionalidade técnica e o fetichismo da mercadoria, para o controle da consciência e do tempo livre, de modo que a tentar fazer com que a subjetividade sucumba à ideologia dominante¹⁵ (CAMARGO, 2006, p. 46).

A modernidade, apesar de perpetuar a ideia do indivíduo como independente, submete-o cada vez mais ao poder do capital. As relações contidas numa unidade entre macrocosmo e microcosmo demonstram o modelo da cultura: a falsa identidade do

¹⁵ Para Adorno, a ideologia opõe-se ao esclarecimento. Para ele, a trama entre mercado, sistema político e burocracia estatal construíra um universo no qual a dominação teria se espalhado por toda a organização social, e, por isso, ficaria mais difícil reconhecer a lógica de funcionamento do sistema – produzindo ofuscamentos, opacidades. A partir dessa situação, a ideologia não está mais num ponto específico, mas permeia o sistema inteiro (GATTI, 2011, p. 87). No entanto, nossa leitura de ideologia é um pouco diferente. Apoiada em Mészáros (2004), creio que a ideologia é a forma de consciência social possível na sociedade de classes, de modo que ela pode se direcionar à manutenção do sistema metabólico do capital ou à sua transformação. É a partir dessa leitura que analisaremos a indústria cultural – como uma forma de veicular majoritariamente a ideologia dominante.

universal e do particular. Isso porque, neste contexto, “toda cultura de massas é idêntica” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 114). Para os autores, o cinema e o rádio não são arte, são negócios que se utilizam da apresentação enquanto arte, mas transfigurando-a como “ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 114). Evidentemente, o peso dessa crítica não é partilhado por outros autores identificados com a teoria crítica que se propunham à análise contemporânea. Benjamin (2011), por exemplo, buscou na análise do avanço das condições técnicas da fotografia e do cinema a possibilidade de expansão do alcance da arte para as massas, o que daria à arte o cumprimento de uma função política. Para nós, a existência da indústria cultural veicula uma produção organizada da cultura, que impacta na formação da subjetividade. Contudo, esse impacto não ocorre de forma absoluta, homogênea e inescapável, conforme destaca Benjamin (2011).

Os produtores, que se autodefinem como indústria, baseiam-se no progresso técnico como legitimação de sua produção, uma vez que ele possibilitava a massificação. Em função disso, os padrões construídos pela indústria cultural seriam necessidades de seus consumidores, sendo assim aceitos sem resistência. Para os autores, no entanto, a produção da indústria cultural não é dada pela necessidade primeira, mas por um “círculo da manipulação e da necessidade retroativa”, no qual a unidade do sistema a determina de forma coesa (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 114). A necessidade dos consumidores é, portanto, induzida pela própria produção. Essa racionalização da produção e da difusão dos bens da cultura delimita que a novidade da indústria cultural “é o funcionamento desta como um sistema integrado, que não centraliza apenas a produção, a veiculação e o consumo da cultura, mas integra a esfera da cultura à da reprodução material da sociedade” (GATTI, 2011, p. 77). Por isso a padronização do cinema não ocorre por motivo da técnica, mas pela função que o cinema possui na economia, de modo que “todo traço de individualidade do público é dirigido e absorvido (...), os talentos já pertencem à indústria muito antes de serem apresentados por ela: de outro modo não se integrariam tão fervorosamente” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 115).

O termo “indústria” tem um significado específico para Adorno e Horkheimer (1985). Não significa, ao pé da letra, a constituição de um processo de produção industrial de mercadorias, pois, apesar de existir um processo técnico, a indústria cultural conserva formas individuais de produção, valendo-se do individualismo

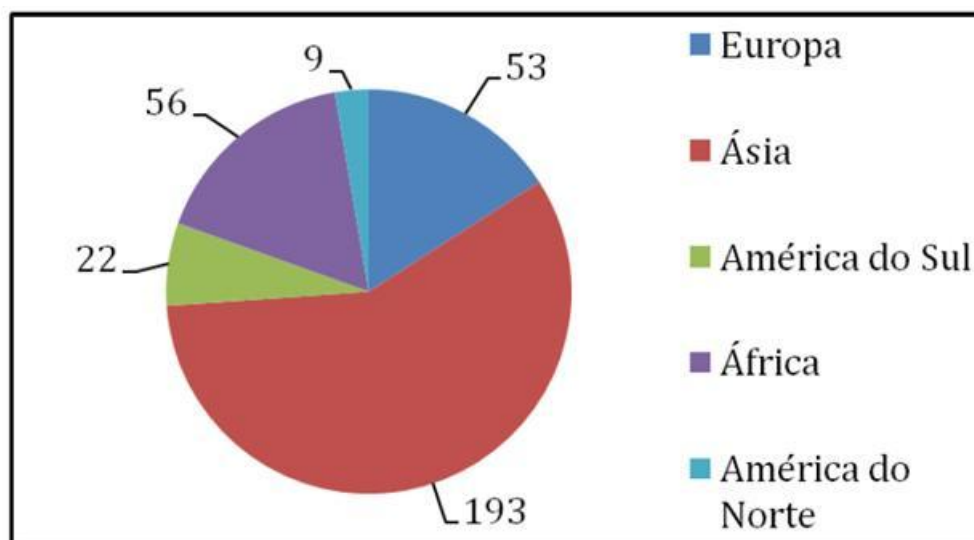
artístico para explorar comercialmente suas vedetes (GATTI, 2011, p. 77). Indústria refere-se à racionalização da produção. A totalidade da indústria cultural organiza e planeja as produções individuais, e por isso o indivíduo não se contrapõe ao todo dela, mas integra-se a ela. Essa submissão ao todo significa que a elaboração da obra é pensada pelos administradores, técnicos e diretores da indústria cultural, que julgam sua qualidade a partir da probabilidade de circulação e venda enquanto mercadoria. A consequência disso é a padronização do produto. Todo produto da indústria cultural guarda a mesma linguagem de assimilação imediata pelos consumidores. Contraditoriamente, a necessidade do mercado em apresentar sempre alguma novidade se transfigura na completa exclusão do novo. Indústria também se refere à ampla racionalização das técnicas de divulgação da indústria cultural, na qual há uma forte dependência da televisão, do rádio e do cinema como forma de veicular seus produtos (GATTI, 2011, p. 77-78).

O futebol, considerado no interior do que é veiculado pela indústria cultural, reflete essa imposição de um sistema totalizante, considerando a predominância de uma modalidade esportiva principal. Em grande parte do mundo, o futebol é a principal forma esportiva veiculada incessantemente na televisão e nos noticiários. Em face disso, a “possibilidade” de escolha fica restrita às formas de integrar-se ao sistema do clubismo¹⁶, no qual se organiza a modalidade esportiva. Dentro do espectro do clubismo, cabe ao espectador aderir a um clube, com base em qualquer que seja a justificativa (porque é clube da “elite” do qual o espectador faz parte, do mesmo grupo social, do bairro, dentre outras demarcações ideológicas que formam a atenção a um clube ou outro). Dessa forma, é difícil evitar o consumo desse produto, em especial se o espectador é do sexo masculino, ou se o país está disputando a Copa do Mundo. Poucas opções lhe restam caso ele queira demonstrar interesse por espetáculos provenientes de outra modalidade esportiva. Aliás, a própria difusão da televisão por assinatura e das ligas de futebol estrangeiras tem influenciado uma dinâmica clubística globalizada. Conforme dados da FGV (2009), a procura pelos clubes internacionais tem se difundido pelo mundo, de modo que um clube como o Manchester United, da Inglaterra, possuiu

¹⁶ “O clubismo é produto das operações simbólicas de demarcação de fronteiras, classificações, divisões e segmentações diversas (...) trata-se de uma categoria simbólica que opera socialmente e, portanto, concretamente, impondo-se em relação a outras demarcações de fronteiras, tal qual é o caso das categorias de classe, religião, gênero, partidos políticos entre outras (...). Por isso mesmo creio que não é possível compreender a dinâmica das emoções no futebol sem aprofundar o entendimento desse potente sistema de crenças, representações e segmentações” (DAMO, 2006, p. 66).

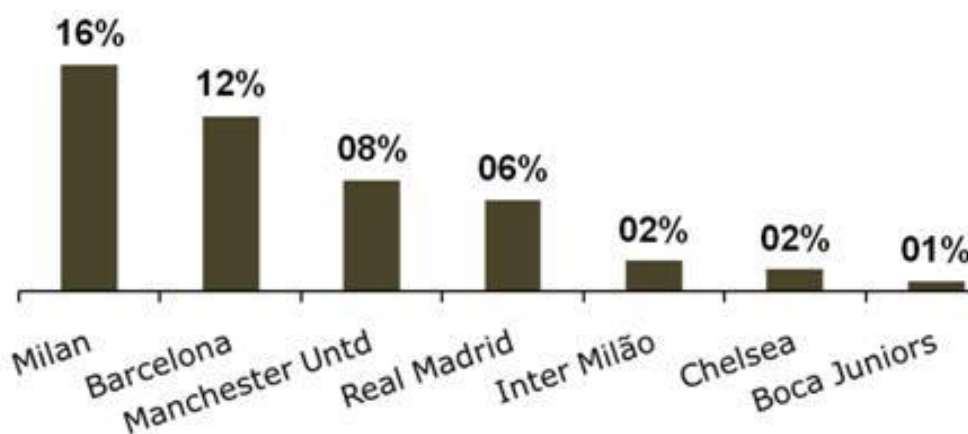
mais torcedores fora de seu país de origem, como demonstra a figura 3. Além disso, mesmo no Brasil, com clubes de futebol com grandes torcidas, a procura por estes clubes têm se intensificado, como demonstra a figura 4.

Figura 3. Torcedores do Manchester United, por continente, em milhões



Fonte: FGV (2009e), p. 43

Figura 4. Interesse por clubes estrangeiros no Brasil



Fonte: FGV (2009e, p. 44), baseado em pesquisa TNS Sports, Setembro/09. Amostra: 7205 entrevistados

A forma como a indústria cultural reflete e afirma a sociedade que a produz demonstra a afinidade original entre os negócios e a diversão, segundo a qual se divertir significa estar de acordo, e isso só ocorre quando se isola essa situação do real, se “idiotiza” e se abandona a pretensão de toda a arte, ainda que a mais insignificante de todas, qual seja, a de refletir sobre a sua limitação, o todo. Para os autores, a renúncia à reflexão sobre a sociedade imputa à diversão o caráter de fuga, “mas não da realidade ruim, mas da resistência que essa realidade ainda deixa subsistir. A liberação prometida pela diversão é a liberação do pensamento como negação” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 135). Por isso, a fuga do cotidiano prometida e alvejada na indústria cultural é a resignação a ele – a fuga da resistência ao cotidiano.

A forma como o futebol é apresentado pela indústria cultural é a partir da assistência passiva. Dessa forma, ao invés de incentivar a prática, o conhecimento do esporte, a vivência sociabilizante, a população é levada ao consumo passivo, como meio de entretenimento e diversão. Isso pode ser demonstrado quando observamos o número de pessoas que praticam a modalidade, mesmo no Brasil, que possui um número grande de praticantes, e comparamos com o número de torcedores. A tabela 1 demonstra o número de praticantes da modalidade, comparando-se o com o número de jogadores com vínculo federativo e o número de jogadores profissionais.

Tabela 1. Distribuição de praticantes de futebol segundo a classe

Praticantes de futebol	Frequência absoluta	Frequência relativa
População brasileira que declara praticar esporte	37.567.488	25,60%
População brasileira que declara praticar o futebol	15.778.345	11%
Nº de jogadores registrados na CBF (entre amadores e profissionais)	50.985	0,0347%
nº de jogadores com vínculo profissional	28.203	0,0192%

Fonte: DIESPORTE, 2015, Ministério do Esporte e Relatório DRT, 2016, CBF.

No entanto, quando comparamos esses números àqueles que acompanham o futebol, como demonstra a tabela 2, nota-se um contraste.

Tabela 2. Brasileiros que declaram ter relação com o futebol

Brasileiros que declaram ter relação com o futebol	Frequência Absoluta
Total de Brasileiros que gostam de futebol	100.000.000
Total de brasileiros que acompanham futebol	66.000.000
Total de brasileiros que frequentam os estádios	4.000.000

Fonte: FGV (2009c, p. 52), baseada em pesquisa de Opinião CNT/Instituto Sensus 2007.

Forma-se uma divisão entre aqueles que são profissionais e praticam e aqueles que são “leigos” e apenas assistem, que é demonstrada no quadro 1. Quanto mais o valor da razão é próximo a 1, menor é o abismo entre os leigos e os profissionais.

Quadro 1. Razão entre os praticantes profissionais e os torcedores que gostam, acompanham ou frequentam estádios de futebol no Brasil

Razão entre os profissionais e praticantes	28.203/15.778.345	0,00179
Razão entre os praticantes e os que gostam de futebol	15.778.345/100.000.000	0,15778
Razão entre os profissionais e os que gostam de futebol	28.203/100.000.000	0,00028
Razão entre os profissionais e os que acompanham futebol	28.203/66.000.000	0,00043
Razão entre os profissionais e os que frequentam estádios	28.203/4.000.000	0,00705

Fonte: elaboração própria a partir dos dados das tabelas 1 e 2.

As razões demonstradas no quadro 1 buscam evidenciar o abismo existente entre praticantes, profissionais e torcedores, leigos, o que contribui para colocar os não profissionais em situação de desigualdade, classificados socialmente como inferiores em relação aos profissionais no campo esportivo (BOURDIEU, 1992). Estes, que não são profissionais ou praticantes, mas são, sobretudo, acompanhantes do futebol, têm no entretenimento futebolístico a construção de uma outra realidade, mítica. E nesse espectro a indústria cultural constrói e destrói mitos e ídolos esportivos, fetichizando a prática do esporte, construindo novelas em torno dela, retroalimentando a produção de mercadorias e eventos relacionados à sua prática. São biografias, reality shows,

documentários, programas e mais programas esportivos, suplementos especializados, canais etc. Enfim, uma larga esfera construída para que o sujeito não tenha como escapar de consumir bens e serviços relacionados ao espetáculo esportivo, e que se resigne à esfera de leigo. Ao ficar imerso nas novelas relacionadas ao futebol, ele exime-se da reflexão sobre as limitações delas. Evidentemente, esse processo não é absoluto, de modo que surgem alguns focos de crítica ao próprio futebol contemporâneo. Atualmente, existem grupos de torcedores por todo o planeta que criticam o que denominam “futebol moderno”, isto é, a face mercantilizada e elitizada do futebol contemporâneo. Estes grupos demonstram como mesmo os torcedores altamente integrados ao circuito clubístico do futebol possuem autonomia para criticá-lo, explicitando o caráter não absoluto da dominação da indústria cultural.

A discussão empreendida por Adorno e Horkheimer (1985) enfatizam, todavia, como a missão específica da indústria cultural é desacostumar as pessoas de sua subjetividade. Ilustrando a ideia de que homem é como um ser genérico, substituível, fruto do acaso, em detrimento do planejamento burguês do início do capitalismo, a indústria cultural faz com que os homens não precisem ser diferentes daquilo que são, não exigindo deles aquilo que se sabem incapazes.

Mas ao mesmo tempo, dá-se a entender a eles que o esforço também não serviria para nada, porque a felicidade burguesa não tem mais nenhuma ligação com o efeito calculável de seu próprio trabalho. No fundo, todos eles reconhecem o acaso através do qual o indivíduo fez a sua sorte como o outro lado do planejamento (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 136-137).

Essa inversão de planejamento para o acaso se dá porque se criou a crença de que a sociedade se desenvolveu com tanta racionalidade que qualquer um pode ser um *business man*, de modo que a escolha de quem o será passou a ser irracional, qualquer um pode ser investido, como fruto do acaso, alimentando uma noção de uma relação idêntica entre acaso e planejamento. Desse modo, qualquer um pode ser agraciado de se tornar célebre, da mesma forma como quase ninguém o será, mas o fato de se poder ser, e ao mesmo tempo não ser, cria a possibilidade de viver no outro a experiência não concretizada na realidade. Por isso, os talentos descobertos pela indústria cultural são tipos ideais da nova classe média dependente. Desse modo, a estrela revelada na indústria cultural é como a mulher comum, mas com a sorte, provinda de uma certa forma de acaso, de ter conseguido a fama. Assim, a indústria cultural fixa para a espectadora “não apenas a possibilidade de também vir a se mostrar na tela, mas ainda mais enfaticamente a distância que existe entre elas” (ADORNO; HORKHEIMER,

1985, p. 136). Só um pode se tornar célebre, e mesmo que todos tenham a mesma probabilidade, ela é tão mínima que o melhor é não contar com isso e se projetar (regozijar-se) com a felicidade do outro, que poderia ter sido ele próprio e que, no entanto, jamais o será.

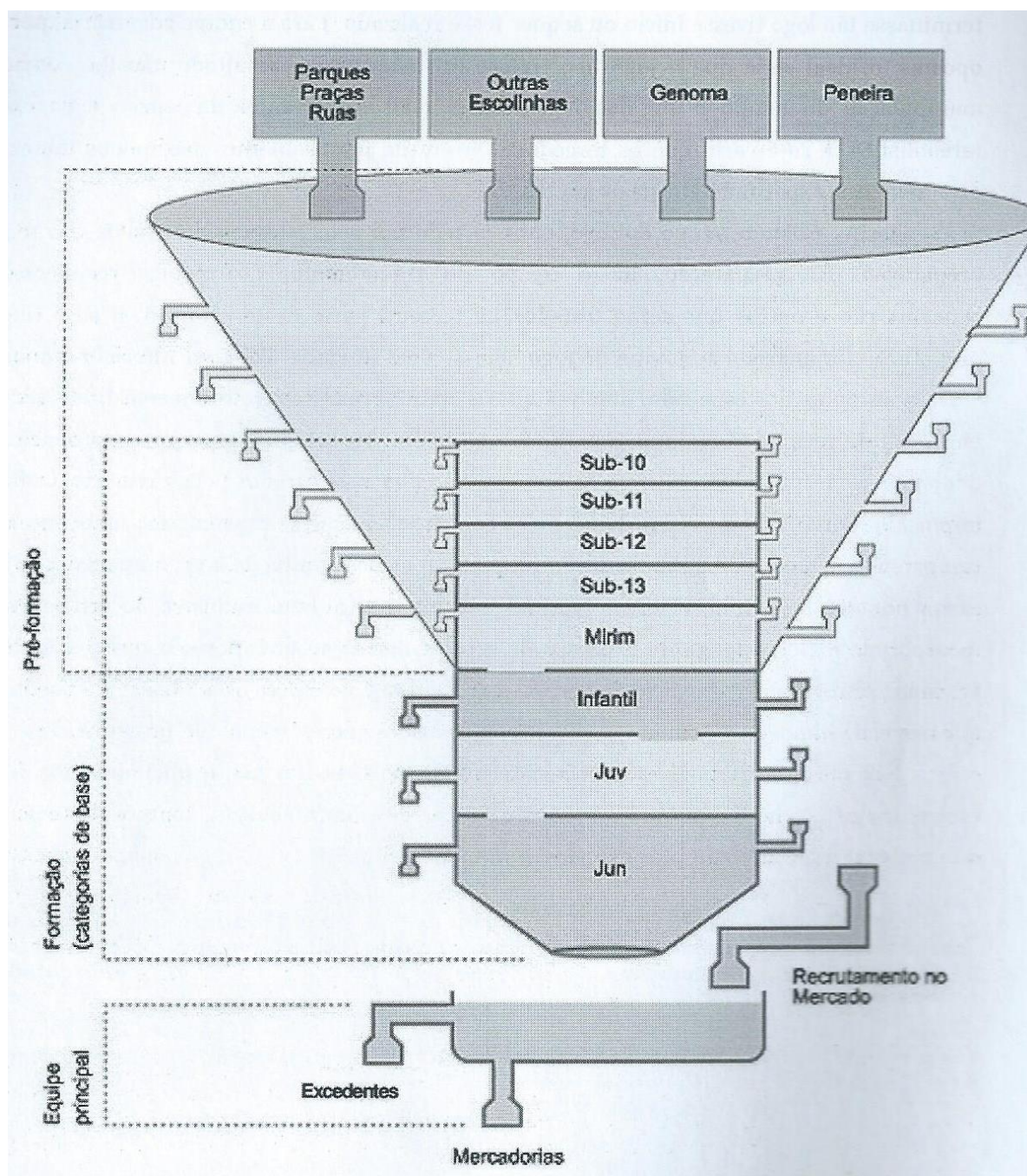
Uma imagem desse efeito, que desacostuma os homens de sua subjetividade e deposita as esperanças rompidas de mudanças para a indústria cultural, pode ser refletida no filme de Ken Loach intitulado *À Procura de Eric* (2009), que demonstra tanto como o esse processo ocorre, como o quanto contraditório ele é, uma vez que seu desfecho é justamente uma ruptura com ele. Eric era um carteiro inglês desiludido com a vida que o trabalho e seu entorno social lhe possibilitavam. Como parte de uma classe trabalhadora precarizada e de vida degradante, multicultural e sem esperanças nas promessas capitalistas, Eric e seus amigos veem no futebol uma espécie de válvula de escape. O futebol aparece como um aglutinador de culturas, etnias e classes, sendo, conforme uma fala do personagem, o único momento em que ele e seus amigos podem gritar, rir e chorar sem serem presos pela polícia. Essa aglutinação não ocorre, no entanto, sem contradições. Um episódio interessante é quando os personagens, torcedores do Manchester United, começam a discutir sobre a mercantilização do clube, promovida pela gestão de capital aberto, na bolsa de valores, que teria comprometido a “aura” desse. Essa discussão é interrompida pela necessidade de torcer pelo clube durante uma partida que este disputava, demonstrando que o vínculo criado pelo clubismo, embora possibilite críticas, tem sido mais forte que elas – ao menos naquele contexto.

O enredo do filme desenvolve-se entre as alucinações que o carteiro Eric começou a ter com o jogador francês Eric Cantona, ídolo do Manchester United na década de 1990. Cantona foi um jogador reconhecido tanto por sua habilidade em campo, quanto por seu temperamento violento. Recebeu diversas punições por xingar árbitros, agredir torcedores e jornalistas, de modo que uma delas o tirou a possibilidade de jogar a Copa do Mundo de 1998, da qual a sua seleção se sagrou campeã. Desse modo, a carreira frustrada de Cantona encontrava-se também com a carreira de Eric, o carteiro. Quando Eric relembra os grandes lances da carreira de Cantona, era como se relembresse dos grandes momentos de sua vida. Suas alucinações de conversas com Cantona eram movidas pelo desejo de, a partir do Eric ídolo, encontrar um rumo na sua vida. Nessa trama, as vidas dos dois Erics confundem-se, em um contexto em que o

futebol ajuda o carteiro a entender sua própria trajetória e a encontrar uma saída para seus problemas atuais, tanto por meio do diálogo imaginário com o seu ídolo, quanto a partir dos vínculos clubísticos realizados com seus amigos. Percebe-se neste caso, como o futebol é o veículo de respiro das subjetividades desses personagens do filme, bem como o elemento que cria suas relações sociais. O final do filme materializa a importância do clubismo e dos ídolos para “salvar” a família do personagem da perseguição realizada por um traficante local: os torcedores amigos de Eric vestem-se de *hooligans* com máscaras de Cantona e invadem a casa do traficante, ameaçando-o para que este não volte a perturbar a família do carteiro. Este desfecho do filme demonstra a construção de um sentimento de solidariedade entre a comunidade de carteiros e de resistência à realidade social degradante e desumanizada. Nesse sentido, é de um processo altamente contraditório que emanou a ruptura com a acomodação diante dele. Foi a partir de processos de alienação, que surgiu a rebeldia e a luta.

Outro exemplo ainda é o fato de o desejo de tornar-se ídolo esportivo constituir-se como uma única esperança para milhares de jovens de transformação da vida, de alguma dignidade. Mesmo que para que se forme um grande jogador, é necessária uma intensa rede de pequenas e médias equipes, constituídas por jogadores que jamais disputarão sequer um campeonato televisionado, mas que, no entanto, são fundamentais por promover os campeonatos e jogos nos quais as estrelas possam ser “descobertas” (DAMO, 2007). Como demonstramos no quadro 1, são necessários 13,2 milhões de atletas para que alcancemos um patamar de 16,2 mil profissionais. Tal processo acarreta no funil esportivo descrito por Damo (2007) e reproduzido na figura 5.

Figura 5. O funil dos ciclos da espiral da preparação para a profissão de jogador de futebol



Fonte: Damo (2007, p. 289)

Nutre-se a esperança em milhares de jovens, no caso de nosso país, que depositam suas expectativas e seus esforços na tentativa de se tornarem profissionais da bola, e serem como as principais vedetes esportivas que veem diariamente na televisão. No entanto, uma percentagem mínima deles conseguirá passar por todos os filtros que vão ao longo de anos dispensando esses meninos sonhadores. E, ainda que o que se diga

é que os craques são aqueles que possuem habilidade excepcional e que treinam e se dedicam muito, conforme apontado por Damo (2007), mais do que isso, ser “descoberto” está relacionado a ser agenciado por um grande empresário – e isso faz com que ao longo do processo milhares saiam sem ter a oportunidade de serem testados, e alguns sejam acolhidos quase como fruto do acaso ou exemplos espetaculares de superação.

Até que a possibilidade de se tornar celebridade se concretize, milhões de jovens alienam-se de si mesmos e vivem a vida de seus ídolos, a felicidade e a infelicidade deles, esperando algum dia poder se tornar um deles, coisa que, para a quase totalidade, jamais ocorrerá. O craque, como o ator de cinema, que segundo Benjamin (2011, p. 179) reconquistou a própria dignidade ao ser aprovado diante das máquinas, acaba se constituindo como a única oportunidade dos milhões que o veem no jogo ou no cinema de vencerem as máquinas que os alienam diariamente. E o capital que os controla transforma esse evento em um culto ao estrelato, que visa conservar a magia da personalidade, reduzida ao “clarão putrefato que emana de seu caráter de mercadoria” (BENJAMIN, 2011, p. 180).

Este ponto a que chegou a indústria cultural nos dias atuais é fruto, no entanto, de uma transformação no capitalismo atual, que diz respeito à consolidação das marcas publicitárias, criando uma dependência da esfera da cultura para a valorização das mercadorias. Nesse sentido, tornou-se ainda mais relevante o papel da indústria cultural, conforme demonstraremos no próximo item.

3.2 Mudanças no capitalismo contemporâneo: a marca publicitária em questão

Estudar a importância das marcas no momento atual faz-se necessário para que compreendamos as consequências delas para a realização do valor. Assim, podemos observar como o futebol se insere em relação ao mundo produtivo, e qual a importância dessa associação no contexto atual. Para isso, recorreremos à análise que Isleide Fontenelle (2002), em sua pesquisa de doutorado sobre a marca McDonald's, realizou acerca do valor da marca, e como esse processo de valorização se constituía. A questão

que emerge para a autora é como a constituição da marca se relaciona com a forma mercadoria. Para enfrentar essa problemática, a autora retomou algumas reflexões de Marx acerca da forma-mercadoria no interior do modo de produção capitalista. Em primeiro lugar, o modo de produção capitalista é voltado para o crescimento, porque é o meio pelo qual se obtém lucro e se acumula capital. Em segundo lugar, esse crescimento se dá, em termos reais, a partir do trabalho vivo, mais precisamente, da diferença entre o que se cria e o que o trabalho retira disso, fato que torna o controle do trabalho fundamental. Em terceiro lugar, para que esses fatores se tornem efetivos no tempo histórico, é necessário ao capitalismo revolucionar-se constantemente em termos organizacionais para combater as tensões no interior da luta concorrencial e do conflito entre capital e trabalho (FONTENELLE, 2002, p. 164).

A forma de acumulação de capital ocorre por meio da mais-valia, que pode ser absoluta, quando a diferença entre o produzido e o que o trabalho retira disso ocorre em função do aumento da jornada de trabalho ou da diminuição do ganho absoluto do trabalhador; e em função da mais-valia relativa, advinda das inovações técnico-organizacionais. É nesse segundo ponto que se localizam os progressos informacionais “dos quais as empresas passam a depender cada vez mais, como principal veículo para geração de valor e de acumulação de capital” (FONTENELLE, 2002, p. 165). A partir deste, Fontenelle (2002, p. 163) afirmou que “o processo de valorização de capital passa a ocorrer por meio do trabalho abstrato em sua forma virtual, (...) que requalificam a própria forma-empresa”, a partir da inserção da marca. Segundo a autora, a marca respalda uma forma distinta de constituição do valor, cuja relação não está diretamente posta no tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria, mas a uma questão legal e *social*. Esta questão refere-se à esfera de *royalties* ou de patentes e também à da percepção que as pessoas têm sobre o valor dessa mercadoria (FONTENELLE, 2002). Consideramos social por fazer parte de uma relação social, uma vez que “o valor não está no objeto, e é aqui que se encontra a dimensão fundamental do fetichismo. É nesse sentido que a marca pode ser tomada como uma ‘ilusão de forma’ em meio ao deslocamento da forma valor” (FONTENELLE, 2002, p. 169).

Para compreender essa forma de determinação do valor embutido na marca enunciado por Fontenelle, Paulani (2012) retoma a reflexão sobre a renda fundiária empreendida por Marx. Segundo a autora (2012, p. 6), a renda fundiária coloca-se como

uma metáfora importante porque, tal como na marca, se relaciona a dois aspectos: à propriedade da terra e a seu monopólio. A partir da elucidação desses dois pontos, a autora pretendeu demonstrar que não são as propriedades naturais da terra (ou as da marca, para mantermos o paralelo) que fazem seu produto melhor. Isso significa que não é uma terra mais fértil que torna o que é plantado nela com valor, mas o fato de ela ter sido monopolizada. É esse monopólio advindo da propriedade da terra que possibilitaria o que a autora chama, baseada em Marx, de sobrelucro (PAULANI, 2012).

Com essa reflexão, a autora pretende evidenciar que não é uma propriedade natural da terra, por exemplo, ser mais fértil, que a faz gerar um sobrelucro ao seu proprietário, mas exatamente o fato de ela não estar disponível a qualquer proprietário. Paulani explica ainda que a renda advinda do monopólio altera a conta inicial do valor da mercadoria. A medida do valor pelo dispêndio de trabalho socialmente necessário para produzi-la, o valor da mercadoria produzida sob a condição do monopólio não é regra,

pois tudo se passa como se os trabalhadores desses processos excepcionais produzissem, pelo efeito de alguma condição mágica, mais valor (e às vezes muito mais valor) por unidade de tempo do que os demais trabalhadores. Como quem tem a posse dessa condição mágica é o produtor, é a ele que cabem os ganhos daí derivados e ele se apropria desses ganhos sob a forma de uma renda de monopólio. Não se trata aqui, portanto, como na renda absoluta, de a posição monopolista permitir a captura de uma porção de valor que de outra forma não lhe seria acessível (já que comporia então a massa de mais valia geradora da taxa média de lucro), mas de a posição monopolista permitir a retenção integral para si do excesso de valor que tal condição excepcional de produção propicia, excesso esse que não existiria, como valor produzido, na inexistência dessa condição especial. Tal como Marx afirmou sobre a força natural (por exemplo a fertilidade maior do solo) no que concerne à sua relação com a renda diferencial, também aqui a mencionada condição mágica não é a fonte da renda de monopólio, mas apenas a base dela, pois é a base do valor magicamente mais elevado que a força de trabalho cria no processo produtivo que a tem como meio de produção (PAULANI, 2012, p. 15).

No capitalismo contemporâneo, essa condição chega ao seu ápice na medida em que essa condição mágica se apresenta enquanto marca. Ou seja, não está em suas condições de produção em si, na excepcionalidade da terra que produziu um vinho, por exemplo, como Marx citava, mas na conjunção de atributos tangíveis e intangíveis sintetizados no logotipo da marca, cujo objetivo é gerar valor (PAULANI, 2012).

O objetivo maior da marca, portanto, não é simplesmente ajudar a vender a mercadoria, mas, bem mais do que isso, é “gerar valor”, produzir um price premium, ou, em nossos termos aqui, garantir uma renda de monopólio. Daí porque a marca ter sido convertida num ativo, um patrimônio intangível, que faz parte dos ativos não circulantes da empresa, tanto quanto o imobilizado e os investimentos financeiros. Mas, o fundamental não é que a marca tenha se

transformado oficialmente num ativo. O fundamental é que esse ativo faça parte do grupo dos mais importantes, em detrimento do imobilizado, atrelado à produção enquanto tal (máquinas, equipamentos e instalações físicas). É revelador o seguinte trecho de um celebrado manual de *Managing* a respeito da forma de se organizar a contabilidade capitalista: “A capacidade de mobilização e exploração dos ativos intangíveis ou invisíveis tornou-se muito mais decisiva do que investir e gerenciar ativos físicos tangíveis” (Kaplan e Norton, apud Prado, 2005, p. 95). Os ativos tangíveis são peças fundamentais para a apropriação do lucro normal, ou seja, para a realização do valor da mercadoria de modo a se obter por ela ao menos o preço de produção. Esses mesmos ativos, ao lado de outros intangíveis como tecnologia, são também as peças chave da apropriação do sobrelucro, aquele valor excedente adicional que as empresas mais produtivas têm à sua disposição. Mas renda, renda de monopólio, só a marca é capaz de produzir. E ter sucesso no *Branding* é muito mais interessante do que ser bem-sucedido numa inovação produtiva, porque libera o valor da mercadoria da camisa de força do tempo de trabalho socialmente necessário. Uma vez estabelecida, a marca não só singulariza a mercadoria, mas se torna independente, domina o cliente, que deixa o preço de lado e paga o que for necessário. Atinge-se o ponto ideal do ponto de vista da valorização capitalista quando o consumidor consome antes a marca do que o produto propriamente dito, processo que vem se tornando cada vez mais comum nas últimas décadas (PAULANI, 2012, p. 25).

A ideia desenvolvida por Paulani (2012) de que o consumidor consome a marca e não o produto é denominada por Fontenelle de “ilusão da forma”. A “ilusão da forma” da marca, em meio a esse deslocamento da forma valor, forja-se a partir de suas imagens, num contexto distinto segundo o qual a cultura se funde com o consumo. As imagens que representam as marcas, para além de se remeter à mercadoria que visam vender, se apresentam sob a aparência de gestos culturais. Klein afirma que a publicidade sempre se voltou para o uso da imagem para equiparar produtos e experiências culturais e sociais positivas, a diferença da contemporaneidade “é que ele cada vez mais procura retirar essas associações do reino da representação e transformá-la em vida” (KLEIN, 2006, p. 53), entre outras palavras, para fundir com a cultura.

Segundo Fontenelle (2002), por meio da publicidade, a mercadoria atingiu seu estágio mais avançado, tornando-se parte da cultura e do estilo de vida das pessoas. Este é o atual estágio do capitalismo, que promove a simbiose entre publicidade e cultura, no qual a descartabilidade e obsolescência de ambas são as condições para a reprodução acelerada do capitalismo das imagens (FONTENELLE, 2002, p. 289).

No futebol, a marca apareceu a partir da década de 1970, com os contratos de publicidade para veiculação de marcas na exibição de jogos. As placas ao redor dos gramados começaram a penetrar os espetáculos esportivos, de caráter nacional e internacional (HELAL, 1997; YALLOP, 2005). Além disso, como a veiculação pública dessas placas nos gramados se fazia por intermédio da transmissão televisiva, elas

acompanharam um crescente interesse pelos direitos de transmissão e de marketing dos campeonatos. Do ponto de vista internacional, esse processo tem seu ápice, no futebol, com a criação da empresa ISL, que comprou os direitos de merchandising e publicidade das Copas do Mundo, a partir de 1986 (YALLOP, 2005). As primeiras iniciativas de marketing não foram fruto do clube, mas de estratégias audaciosas de empresários que vislumbravam a oportunidade de aproveitar o enorme interesse do público pelas partidas (PRONI, 2000, p. 44).

Segundo Proni (2000), antes da transformação promovida pela televisão e pelo marketing esportivo do espetáculo do futebol num produto globalmente consumido – no qual as empresas foram constituídas para gerir esse negócio, a simples existência de regime profissional –, a venda de ingressos e a negociação do “passe” de jogadores não implicavam um modelo clubístico que podia ser caracterizado como uma empresa capitalista (PRONI, 2000, p. 42). O autor afirma que

o futebol era um negócio muito particular. Os clubes não competiam com outros para atrair grandes multidões, reduzindo preços ou desenvolvendo plano de marketing; as suas receitas se ampliavam ou diminuía de acordo com a campanha da equipe na temporada. Não faziam qualquer esforço sério para aumentar o tamanho da torcida (seu mercado potencial). Nem se preocupavam em obter receitas de um imenso patrimônio fixo que, mesmo sendo próprio, era usado somente algumas horas por semana. E, principalmente, o futebol continuava uma atividade sem fins lucrativos, o clube dependendo da colaboração dos sócios para se manter. Não havia a figura do capitalista empreendedor (PRONI, 2000, p. 43).

Essa dimensão inaugurou um caráter do futebol como mercadoria de forma aprofundada, relação que transforma o clube em uma empresa, que ao se relacionar com outras, tem de cumprir algumas exigências dessa esfera do capital. A esse processo alguns autores trazem a noção de futebol-empresa, como denominação das transformações pelas quais os clubes passaram. Segundo Proni (2000),

Em suma, embora valores capitalistas já estivessem permeando o cotidiano das sociedades europeias e desenvolvendo uma cultura de consumo de massa, não podemos qualificar um clube de futebol nos anos [19]60 como uma “empresa capitalista” (conforme definições que os economistas atribuem ao termo). Como procuraremos mostrar, o futebol empresa requeria, além da racionalização dos métodos de gestão dos “negócios” do clube, a transformação do espetáculo em atração da programação televisiva (com contratos de transmissão), a implementação de modernas estratégias de marketing, a busca de novos mercados (ou de novas frentes de valorização) e, finalmente, uma nova regulamentação que permitisse a presença de grupos econômicos no comando do esporte (PRONI, 2000, p.45).

São estes cinco elementos – a racionalização dos métodos de gestão dos “negócios” do clube, a transformação do espetáculo em atração da programação televisiva (com contratos de transmissão), a implementação de modernas estratégias de

marketing, a busca de novos mercados (ou de novas frentes de valorização) e uma nova regulamentação que permitisse a presença de grupos econômicos no comando do esporte – que transformaram qualitativamente o futebol de um mero artifício de lazer para o chamado “futebol-empresa”, segundo Proni (2000). Nesse sentido, neste capítulo enfatizaremos as primeiras mudanças na regulamentação do esporte que permitiram a consolidação do marketing.

Nesse processo, é possível vislumbrar que a dimensão empresarial da gestão do clube e do esporte é uma condição necessária para que o futebol se incorporasse a ramos mais mercantilizados na sociedade brasileira, configurando o que pode ser chamado de “indústria do esporte” (DUNNING, 2003, p. 154)¹⁷. Nesse sentido, além de espetáculo muito bem valorizado e vendido, a relação com outros ramos de mercado, as “novas frentes de valorização”, representava um novo espaço a ser ocupado, no qual não só o futebol renderia mais dividendos, como atribuiria valor às outras esferas da produção, a partir da associação à “marca” de clube esportivo, consolidando a presença de grandes grupos econômicos nessa modalidade. Para tanto, além da gestão “modernizada”, racionalizada, era necessária também uma nova estrutura de organização do futebol, que começava a dar seus primeiros passos de mudança no Brasil ao final da década de 1970, com a Lei do Passe, e no início da década de 1980, com a permissão de marketing nas camisas.

Entretanto, em âmbito mundial, esse processo de modernização tem como marco a Copa do Mundo de 1970, que foi transmitida ao vivo para diversos países. Junto com isso, em alguns países, o futebol já se associava à indústria de entretenimento local, como foi a Liga Norte-Americana de Futebol, a NASL (North American Soccer League, EUA), que construiu uma grande propaganda em torno da modalidade, providenciando a vinda de grandes craques mundiais, como Pelé, Beckenbauer, Cruyff (PRONI, 2000, p. 47). Na FIFA, o grande marco dessas mudanças tornou-se evidente a partir da eleição de João Havelange, em 1974. Sua plataforma de mandato envolvia projetos ambiciosos de expansão do futebol para o mundo, para os quais a FIFA não tinha os recursos

¹⁷ Dunning (2003, p. 39) esboça tipos de “profissionalismo” que descrevem essa relação do esporte, em especial do futebol, com outros ramos da produção: aquele cujo apoio financeiro procede de patrocínios e publicidade industrial e comercial; aquele cujo apoio financeiro provém do pagamento dos meios de comunicação, em especial televisivos, aquele que a arrecadação provém da arrecadação por parte dos fãs e dos membros. Para esse autor, o futebol passa por um momento de “anomia clássica”. “Dado o dinheiro que gera este esporte e o ritmo acelerado das mudanças globais e europeias, têm desaparecido as normas por meio das quais a ganância dos indivíduos era contidas (...), [desse modo] já não é um simples jogo, senão uma indústria do esporte que tem crescido até ter grande importância” (DUNNING, 2003, p. 154).

necessários. Para tanto, ele fez parceria com as marcas Adidas, de materiais esportivos, e Coca-Cola, indústria alimentícia, configurando o início da estratégia empresarial e de marketing na organização dessa modalidade (PRONI, 2000, p. 48). Dessa forma, corroborando essa afirmativa, Reis (2003) destacou o papel da FIFA nesse processo de modernização e expansão da modalidade do futebol:

em torno não só do futebol, mas também da realização da Copa do Mundo de Futebol, criou-se um mundo do negócio milionário e que atrai os mais diferentes setores, como, por exemplo, o turismo, a indústria têxtil e de calçados – particularmente de materiais esportivos, além da criação de novos profissionais, todos esportivos –, os empresários, advogados, juízes, economistas e dirigentes. Conforme anunciamos na introdução deste trabalho, é apenas no final do século XX que o futebol conquista alguns dos seus últimos adeptos. E, para isso, esse esporte conta com as estratégias de marketing e propaganda, principalmente da FIFA, obviamente com a contribuição de seus associados. Decide-se que a Copa do Mundo de 1994 será disputada nos Estados Unidos, que até então não despertava, entre sua população masculina, o gosto pela prática do futebol. A realização deste Campeonato possibilitou aos americanos (Estado-unidenses), um maior contato com o “mundo do futebol” (REIS, 2003, s.p.)

Em meados da segunda década dos anos 2000, esse processo ampliou-se de tal maneira que não somente as marcas empresariais queriam se associar ao espetáculo futebol, como o próprio espetáculo futebol tornou-se uma marca. Os clubes são marcas com valores faraônicos. Em levantamento da revista *Forbes*, em 2015, conforme demonstrado na tabela 3, os maiores clubes de futebol tinham sua marca valorizada para além da casa de 2 bilhões de dólares.

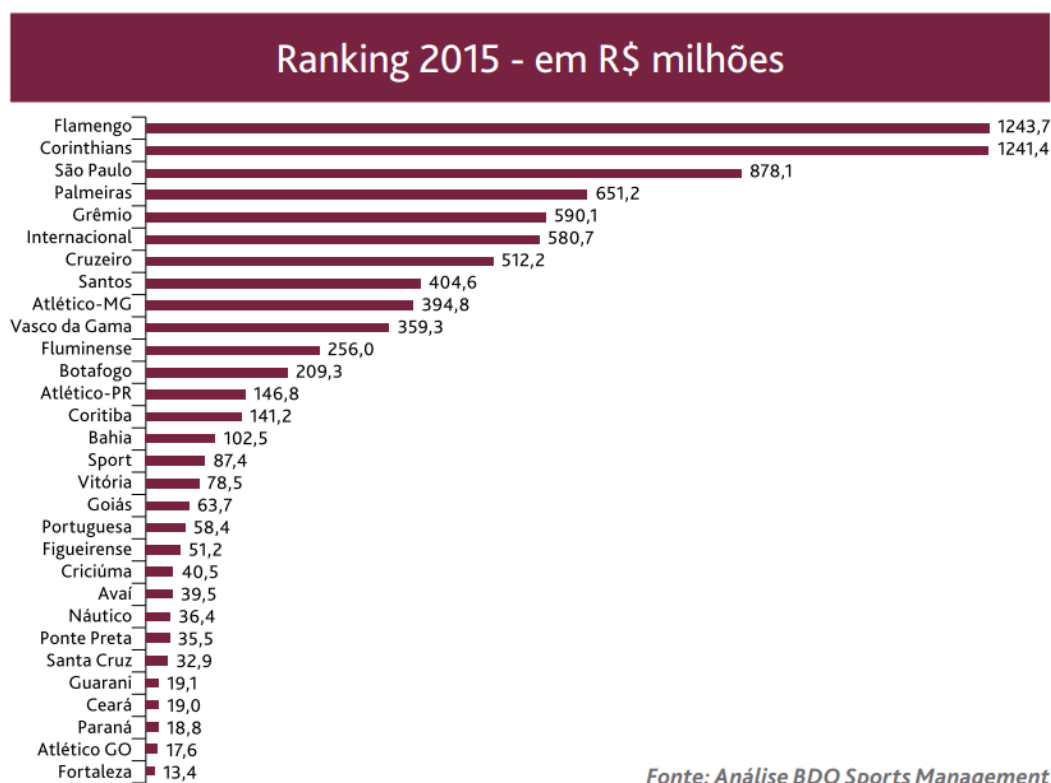
Tabela 3. Ranking dos 10 mais valiosos clubes de futebol de 2015, segundo a revista *Forbes*

Colocação	Clube	Valor Corrente em Bilhões US\$	Renda anual (milhões de dólares)	Lucro Anual (milhões de dólares)
1	Real Madrid	3,263	746	170
2	Barcelona	3,163	657	174
3	Manchester United	3,104	703	211
4	Bayern Munich	2,347	661	78
5	Manchester City	1,375	562	122
6	Chelsea	1,370	526	83
7	Arsenal	1,307	487	101
8	Liverpool	0,982	415	86
9	Juventus	0,837	379	50
10	AC Milan	0,775	339	54

Fonte: *Forbes*, Business of Sport¹⁸.

No caso dos clubes brasileiros, as estimativas da BDO Consultoria Esportiva mostram os dados de 2015, demonstrados na figura 8. Nota-se que o valor é bem inferior ao apresentado pelo levantamento da *Forbes*. Além disso, a concentração de capital é marcante, uma vez que o primeiro colocado é 92 vezes maior que o trigésimo colocado. Foram 21 variáveis utilizadas para a constituição desse valor; no caso brasileiro, são: (i) torcida, isto é, os hábitos dos torcedores (responsável por 45% do valor da marca), (ii) as características do mercado local onde o clube atua (por 24%) e (iii) receitas derivadas da marca, constituídas da utilização de marketing, patrocínio, estádios e mídia (31%) (BDO, 2015).

Figura 6. Valor das Marcas dos Clubes Brasileiros



Fonte: Sports Management (2015, p. 96)

¹⁸ OZANIAN, M. Business of Soccer. *Forbes*. 6 Mai. 2015. Disponível em: <<http://www.forbes.com/soccer-valuations/>>. Acesso em: dez. 2015.

Interessante é comparar o valor das marcas em 2015 com o valor da receita dos clubes, conforme demonstra a figura 7. O valor da marca do clube, no caso do Flamengo e do Corinthians, é de aproximadamente 4 vezes o total de suas receitas. Em contrapartida, nos casos de Avaí, Figueirense e Criciúma, eles são quase equivalentes. No caso da Ponte Preta, é de 1,6 vezes. Percebe-se como o capital monopolista da marca é capaz de atribuir um valor ao clube que extrapola incontavelmente a sua real receita de mercado, conforme apontávamos nesta discussão.

Figura 7. Receita total dos Clubes Brasileiros entre 2013-2014.

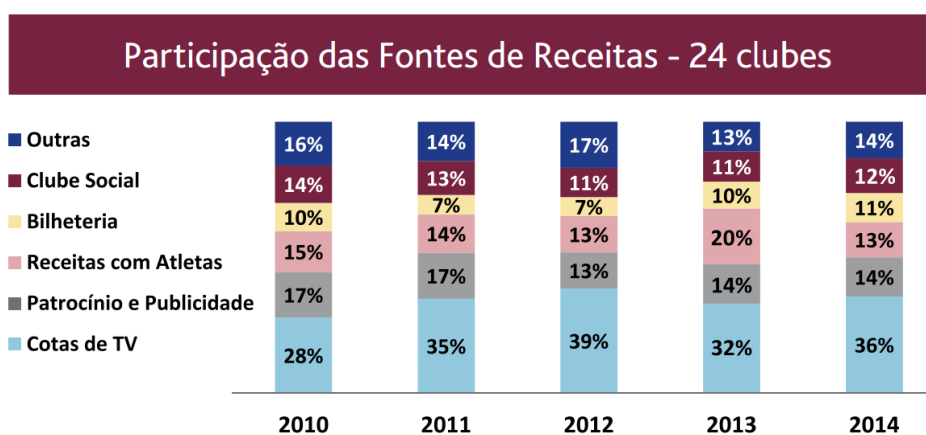
RK 2014	Clubes	UF	Receita Total 2014	Receita Total 2013	Variação 2013-14
1	Flamengo	RJ	347.027	272.999	27%
2	Corinthians **	SP	294.440	316.023	-7%
3	São Paulo	SP	253.381	362.832	-30%
4	Palmeiras	SP	244.109	176.881	38%
5	Cruzeiro	MG	223.162	187.869	19%
6	Grêmio	RS	212.124	192.405	10%
7	Internacional	RS	205.086	259.581	-21%
8	Atlético MG	MG	178.943	227.863	-21%
9	Santos	SP	169.938	190.275	-11%
10	Botafogo	RJ	163.445	181.505	-10%
11	Atletico PR	PR	138.739	85.757	62%
12	Vasco da Gama	RJ	129.194	157.077	-18%
13	Fluminense	RJ	122.271	124.762	-2%
14	Coritiba	PR	87.283	96.698	-10%
15	Bahia	BA	75.780	64.497	17%
16	Goiás	GO	66.719	55.472	20%
17	Vitória	BA	61.835	65.101	-5%
18	Sport	PE	60.797	51.428	18%
19	Criciúma	SC	43.280	45.000	-4%
20	Figueirense	SC	41.882	23.403	79%
21	Avaí	SC	30.157	19.192	57%
22	Joinville	SC	28.674	21.917	31%
23	Ponte Preta	SP	22.416	45.584	-51%
24	Náutico	PE	15.956	45.609	-65%

Fonte: BDO Sports Management (2015, p. 15).

Quando atentamos à fonte dessas receitas, percebemos que a maior parte delas advém de contratos de publicidade e de cotas de TV. Conforme demonstra a figura 8, se em 2010 elas representavam 45% das receitas, em 2014 elas foram responsáveis por 50% delas. Consideramos que a televisão é uma fonte de receita relacionada à publicidade de larga escala, uma vez que dá visibilidade à marca do clube, aos patrocinadores de camisa do mesmo e, na própria transmissão, se veiculam ainda outras fontes de patrocínio. Se considerarmos o valor de receitas de bilheterias nesse escopo,

no ano de 2014, notamos que 61% da receita do clube veio de fontes publicitárias. Nesse sentido, essas fontes demonstram a forte associação entre cultura e publicidade dos dias atuais, ratificando que o futebol não somente é uma mercadoria em si, mas um negócio que se relaciona com outros, servindo também à valorização de outras marcas de outros setores comerciais.

Figura 8. Fonte das Receitas dos Clubes de Futebol Brasileiro



Fonte: BDO Sport Management (2015, p. 17)

Por isso, cabe-nos pensar como se deu essa simbiose operada pela marca entre cultura e publicidade, quais são os imperativos dessa associação e quais as consequências para a cultura.

3.2.1 A simbiose entre cultura e publicidade

As mudanças no capitalismo tardio têm impacto sobre a cultura, conforme indicou Jameson (1997), que apontou para a existência de uma lógica cultural presente neste período. Segundo o autor, as mudanças empreendidas a partir das décadas de 1960-1970 evidenciam um sentido para a produção capitalista distinto do período fordista e taylorista. A produção passou a depender não apenas de uma organização racional do trabalho, geradora de eficiência e, por isso, altamente produtiva. Estabeleceu-se, a partir desse período, por diversas circunstâncias, uma nova lógica para a produção capitalista, que depende de uma lógica cultural, em cujo interior “a inter-

relação do cultural e do econômico não é uma rua de mão única, mas uma contínua interação recíproca, um circuito de realimentação” (JAMESON, 1997, p. 18). Para o autor, essa relação é grande a ponto de ocorrer uma lógica cultural no capitalismo tardio. Nesse caso, o autor não se prende a argumentos que transformam a cultura em esfera de manipulação econômica, mas em esfera fundida, pois tudo é mediado pela cultura, que “se tornou um produto exatamente igual qualquer outro dos itens que o constituem” (JAMESON, 1997, p. 14).

Essas mudanças no capitalismo tardio, que se referem à criação de um espaço ainda mais global e totalizante do novo sistema mundial, também trouxeram como consequência um mundo mais completamente humano do que o anterior, ao qual o autor se refere como um mundo no qual a “cultura” se tornou uma verdadeira “segunda natureza” (JAMESON, 1997, p. 13). A cultura passou por uma

dilatação intensa de sua esfera (a esfera da mercadoria), uma acumulação do Real imensa e historicamente original, um salto quântico no que Benjamin ainda denominava a “estetização” da realidade (...). Assim, na cultura pós-moderna, a própria cultura se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem: o modernismo era, ainda que minimamente e de forma tendencial, uma crítica à mercadoria e um esforço de forçá-la a se autotranscender. O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo (JAMESON, 1997, p. 14).

Para Jameson, o pós-modernismo não é a dominante cultural de uma ordem totalmente nova, chamada de sociedade pós-industrial, mas é apenas o reflexo de mais uma modificação do próprio capitalismo¹⁹. O conceito de pós-moderno vem para dar conta da “estrutura de sentimento” (cf. Raymond Williams) dessa transformação da sociedade capitalista de “coordenar as novas formas de prática e de hábitos sociais e mentais (...) e as novas formas de organização e de produção econômica que vêm com a modificação do capitalismo – a nova divisão global do trabalho – nos últimos anos” (JAMESON, 1997, p. 18). Trata-se aqui, segundo o autor, de uma “revolução cultural” na escala do próprio modo de produção. Com isso o autor se refere a

¹⁹ O pensamento de Jameson, além de diagnosticar a falência da inovação estética da arte, o esgotamento da distinção entre alta cultura e cultura de massas, conforme o pensamento adorno categorizava a cultura (JAMESON, 1997), foca-se nas mudanças por que o capitalismo passou nos últimos anos (CAMARGO, 2006, p. 130). Ocupando-se da problemática do pós-modernismo, Jameson não somente recusa o diagnóstico do fim do capitalismo ou da modernidade, como, tal qual Harvey, valendo-se das categorias marxistas, procura refletir sobre esse novo momento capitalista, no qual, a cultura preenche um papel central. Tal diagnóstico é fundamental para nossa leitura, porque são essas transformações que inserem o futebol numa dinâmica muito mais integrada à circulação de mercadorias.

uma prodigiosa explosão da cultura por todo o domínio do social, até o ponto de que tudo nessa vida social – do valor econômico e do poder do Estado às práticas e a própria estrutura da psique – pode ser considerado como cultural, em um sentido original que não foi até agora teorizado. Essa proposição, no entanto, é totalmente consistente com o diagnóstico anterior de uma sociedade da imagem ou do simulacro, e da transformação do “real” em uma série de pseudo-eventos (JAMESON, 1997, p. 74).

Essa expansão cultural, que tomou a lógica do capitalismo tardio, é interpretado por Klein como a predominância das marcas na circulação de mercadorias. Klein (2006) afirma que, nesse processo, a veiculação das mercadorias se dá a partir de suas marcas e das imagens destas, expostas por meio dos objetos culturais; e por isso a importância e a predominância que a indústria cultural adquire na contemporaneidade²⁰. Conforme Kehl (2004, p. 45), esse período é marcado pela perda dos contornos delimitadores da indústria cultural, o qual fez com que esta passasse a “abarcara todo o campo das imagens e toda a vida social”.

Conforme vimos nos primeiros itens, o que tornou possível essa simbiose entre cultura e mercado, operados a partir da marca e de suas imagens, foram as transformações no padrão de acumulação capitalista, o padrão flexível, que intensificou a lógica da sociedade de consumo no capitalismo. Além disso, outra mudança que abriu portas mais largas à entrada do mercado nas esferas culturais foram as políticas neoliberais de desregulamentações e de privatizações, a partir da década de 1970, que, aliadas à crise do capitalismo de então, possibilitaram que as marcas se estendessem e tomassem as esferas culturais. Descrevendo esse processo nos Estados Unidos, Klein destaca que

à medida que os gastos de governo encolhiam, escolas, museus e emissoras de TV ficaram desesperadas para recuperar seus déficits orçamentários e se equilibrar, formando parcerias com empresas privadas (...) Foi contra esse pano de fundo que o patrocínio [da marca] passou de uma ocorrência rara (década de 1970) a um setor de crescimento explosivo (em meados dos anos 1980), a partir de 1984, com o Jogos Olímpicos de Los Angeles (KLEIN, 2006, p. 54).

Klein destaca como heurístico o exemplo dos jogos olímpicos, para a compreensão da fusão entre patrocínio e cultura, nos Estados Unidos. De acordo com Schimmel (2006), de fato, aqueles Jogos Olímpicos foram inovadores no que diz

²⁰ A associação das grandes empresas capitalistas, por meio de suas marcas, à indústria cultural não se deu aleatoriamente. A própria lógica do capitalismo em termos de acumulação flexível, da descartabilidade das mercadorias, da aceleração do tempo de produção e de consumo delas, se adaptou perfeitamente à lógica do entretenimento, à lógica da distração. A indústria cultural voltada ao entretenimento, voltada à produção de cultura de consumo instantâneo, também descartável, proporciona o veículo ideal para a indústria do efêmero na esfera produtiva, produzindo um apelo a tudo o que é fugaz, imediatamente descartável (FONTENELLE, 2002, p. 164). É a essa integração que Jameson chamou de estética pós-moderna, segundo a qual não haveria mais espaço para a arte autônoma e para inovações estilísticas, restando apenas “máscaras” e simulacros (CAMARGO, 2006, p. 131).

respeito ao patrocínio privado para sua organização. O governo norte-americano investiu relativamente pouco na sua organização, deixando todo investimento para a iniciativa privada. O resultado é que tudo se tornou evento passível de ser vendido, até a foto com o logo do McDonald's e os anéis olímpicos (SCHIMMEL, 2006). É um ponto de inflexão que demonstra a parceria que se estenderia entre o Comitê Olímpico Internacional (COI) e empresas de patrocínio, que começariam a controlar os jogos olímpicos, conseguindo interferir até nas modalidades integradas, na carta de princípios, dentre outras coisas (JENNINGS; SIMSON, 1992).

Essa aliança entre as marcas e a esfera cultural tem sido de importância central no processo de acumulação capitalista, pois tornou possível às marcas construir, preservar e fixar uma identidade perante o público consumidor. Ao mesmo tempo, a presença das marcas na esfera cultural criou um novo cenário, no qual foi ampliada a participação delas no mercado, além de uma adequação a uma lógica neoliberal de cada vez menor intervenção do Estado em esferas culturais. Formou-se uma aliança retroalimentada, pois na medida em que a parceria foi interessante às marcas, estas intensificaram sua presença na esfera cultural, contribuindo para que ela tivesse um papel central na lógica atual do capitalismo (FONTENELLE, 2002, p. 159) e que criasse uma dependência da cultura dos patrocínios privados das marcas (KLEIN, 2006).

A cultura, transformada em parte integrante da lógica da mercadoria, tem sua estética afetada. A estética cultural passa ao interior da indústria do entretenimento, combinando-se à produção de mercadorias, uma vez que:

como vimos, são imagens voltadas para o consumo, vinculadas ao propósito da distração, do entertainment, em outras palavras, são “táteis” e, por isso, requerem um contato “...pragmático, criando hábitos que liberam nossa atenção, mantida sem esforço, basicamente descontinuum superficial e difusa, em oposição ao que seria uma recepção ótica, contemplativa, atenta, polarizada...” (citando Paulo Arantes, 1993), produzidas e consumidas em lugares onde se opera a “atenção flutuante” e onde ocorre a “disciplina tátil do olhar”, quais sejam, as grandes cidades e a mídia (FONTENELLE, 2006, p. 286).

Neste contexto, o futebol aparece como uma estética possível bastante adequada à indústria do entretenimento. São espetáculos pragmáticos, de distração, construídos dentro das grandes cidades. A atenção flutuante oferecida pelo espetáculo futebolístico possibilita não só se atentar de forma distraída a ele, como flutuar o olhar pelas marcas que o circundam, que o constituem.

As consequências disso são que o futebol, ao integrar-se a outras esferas do capitalismo tardio, passou a cumprir um papel na veiculação de marcas e produtos publicitários, e por isso necessitou aprofundar uma dinâmica globalizada. Desse modo, jogadores e clubes tornaram-se imagens que globalmente serviriam para veicular mercadorias e marcas. O próprio valor de transação do jogador de futebol passou por uma pressão especulativa, associada ao clube para o qual ele se transferiria, determinando possibilidades de se constituírem em imagens que melhor propagariam marcas e produtos. Os clubes também se tornaram marcas, passando a ter valor no mercado especulativo.

Já descrevemos como este processo se desenrolou no futebol brasileiro a partir da década de 1970. Cabe destacar, no entanto, que a associação entre as empresas capitalistas, por meio das marcas, e a indústria cultural não se deu de forma voluntarista ou espontânea. Essas alianças tinham como objetivo conseguir o crescimento de suas receitas. Tendo em vista esse olhar estratégico, o pressuposto para que pudessem investir era não ter risco que comprometesse seu capital (FONTENELLE, 2002, p. 160). Segundo a autora, a partir de dados de *A Gazeta Mercantil*, as alianças desse tipo foram responsáveis por 18% do faturamento das maiores empresas dos Estados Unidos, em 1998. Para tanto, era necessário que a esfera da cultura também se profissionalizasse para não comprometer o capital investido. Por isso, no futebol, a saída para a suposta crise de arrecadação das décadas de 1970 e 1980 passava por um prognóstico da modernização. A solução para a crise, encontrada a partir do marketing esportivo, apontava a necessidade de tornar o futebol um investimento viável para potencializar a entrada de capital de outras empresas. Como argumentamos, essa necessidade não partiu intrinsecamente do futebol, mas apresentou-se como uma demanda do capital que investiria no futebol ou na cultura. Um ponto de inflexão desse processo no futebol brasileiro é a Copa União, de 1987 (HELAL, 1997; PRONI, 2000), cuja organização prezou por construir um campeonato que fosse atrativo para o público e, por isso, para as empresas que visavam aproveitar da visibilidade do futebol para promover suas marcas.

Essas transformações no âmbito da organização esportiva trouxeram consequências para a forma como o jogador se integra a essa esfera de valorização do capital das marcas. Anteriormente, os jogadores já emprestavam suas imagens para veiculação de mercadorias, no entanto esse processo era mais precário. Como exemplo,

o jogador Leônidas da Silva batizou o chocolate da marca Lacta *Diamante Negro*, contudo a remuneração era bem inferior à dos dias atuais (GURGEL, 2003). É numa estrutura mais organizada do futebol, mundializada, profissionalizada, que a imagem do jogador de futebol passa a valer grandes cifras para a veiculação de mercadorias.

Uma questão que emerge dessa situação é como se constitui a importância da imagem para a veiculação da marca. Como já vimos anteriormente, a marca fixa-se a partir das imagens, que, diferentemente da primeira, são volantes. Como apontado por Fontenelle (2002), a contradição que constitui a marca se localiza exatamente neste ponto: ao mesmo passo que as imagens são constantemente mudadas, acompanhando o ritmo acelerado no qual as mercadorias são vendidas, descartadas e substituídas, desse padrão de acumulação flexível, a marca é reafirmada cotidianamente, como elemento fixo desse simulacro, mas que depende dessa transformação constante. Mas, como a imagem constitui esse elemento fundamental para a reafirmação da marca?

Maria Rita Kehl e Isleide Fontenelle informam que essa importância da imagem se localiza no fetiche que se constrói em torno dela. A questão da fetichização no capitalismo não é novidade. Marx, em *O Capital*, já denotava como as mercadorias, coisas, se constituíam depreendendo-se de sua característica advinda de trabalho humano concreto, para tornar-se elementos com identidade própria. Em outras palavras, as coisas deixavam de ser objeto do trabalho humano, para constituir-se com características que na aparência pareciam transcender essa barreira do trabalho humano. Em vez de serem produto do trabalho, no qual o homem se objetiviza no produto do seu trabalho, perdiam esse viés de fruto do trabalho, tornando-se um mundo fantasmagórico que teria vida própria. Segundo Kehl (2004, p. 80), “a crença que sustenta o fetichista, de que o valor da mercadoria é propriedade transcendental dela mesmo e não efeito de lenta perda da vida humana transferida para o objeto”, expandiu-se para o homem.

Fontenelle (2002) descreve esse processo pelo qual o fetiche deixa de ser focado na mercadoria para tornar-se focado na imagem desta²¹. Se no fetichismo da mercadoria a problemática central era apreender a perversão das relações humanas que ocorre por meio das coisas, no fetichismo da imagem, as próprias coisas ganharam identidade

²¹ Neste caso, há uma associação entre a ideia marxista de fetiche e a ideia freudiana do mesmo e de clivagem do eu. Segundo Fontenelle (2005), o fetiche aparece nesse caso como desejo perverso. Segundo a autora, esse desejo perverso se realizaria como uma ilusão socialmente necessária. A relação pensada por Fontenelle entre Marx e Freud se daria para entender o fetiche não como um momento de falsa consciência na contemporaneidade, mas como um “sujeito que sabe que as imagens que consome são ilusórias, mas age como se não soubesse” (FONTENELLE, 2005, p. 64). Esse fetiche se daria na realização de paixões e desejos mais profundos por meio da publicidade.

(FONTENELLE, 2002, p. 284). A autora descreve um processo no qual é como se não bastasse ter necessidade social de tomar refrigerante, mas de tomá-lo como Coca-Cola. A partir dessa nova “necessidade” social, o mundo fantasmagórico das mercadorias adquiriria também uma feição própria, uma identidade:

a marca parece perverter o próprio fetiche – uma espécie de fetichização do fetiche: as pessoas deixam de se referir às coisas e passam a se referir às imagens sobre as quais essas próprias coisas se constroem (...). O que ocorreu, de fato, foi uma “aceleração total” que faz com que, hoje, o próprio fetiche se torne “excessivo a qualquer forma” (EAGLETON, 1993), tornando-se a “estrutura de uma autoprodução incessante”, daí a minha ideia de ilusão da forma (FONTENELLE, 2002, p. 285).

A imagem é, portanto, a forma final da reificação da mercadoria, uma vez que nem a própria mercadoria à imagem se remete, de modo que a vende sem sequer fazer menção a ela e à qualquer propriedade de seu valor de uso. Dois pontos advêm desse fetiche propiciado pela imagem. Em primeiro lugar, que o objeto do fetiche não é qualquer objeto, “mas suporta uma certa historicidade e se assenta em valores sociais. Ele carrega, pois, a materialidade das significações, mesmo que essas já venham totalmente esvaziadas do seu sentido social anterior” (FONTENELLE, 2002, p. 295). Nesse sentido, o poder de sedução, apoiado nas propriedades do fetiche, cria ilusões acerca de seu significado, contudo, estas são apoiadas nos próprios valores sociais e culturais, de modo que se utiliza como meio de imagem aquilo que já guarda uma familiaridade com o público que será fetichizado. Daí a fusão com a cultura, e a derivação de uma estética não inovadora, à qual se referiu Jameson.

O segundo ponto é que a imagem opera essa fetichização por meio de uma publicidade fundida com a cultura. Segundo Kehl (2004):

A publicidade é um aspecto central na dinâmica do espetáculo. Com um pé fortemente fincado na circulação de mercadorias, outro no campo das práticas artísticas e criativas, a publicidade está tão incorporada à cultura das sociedades modernas que não concebemos a vida sem ela. (...) Hoje a publicidade não serve apenas para convencer o possível comprador de que um carro é mais potente do que outro, ou que matar a sede com cerveja X é muito mais gostoso do que com Y (embora todos saibam que cerveja não mata a sede). Junto com carros, cervejas e cartões de crédito, a publicidade vende sonhos, ideias, atitudes e valores para uma sociedade inteira. Mesmo quem não consome nenhum dos objetos alardeados pela publicidade, como se fossem a chave da felicidade, consome a imagem deles. Consome o desejo de possuí-los. Consome a identificação com o “bem”, com o ideal de vida que eles supostamente apresentam (KEHL, 2004, p. 61).

Por fim, a publicidade convoca todos a gozar de um mundo de privilégios, quando, na realidade, para que existam tais privilégios, é necessário que nem todos tenham acesso a eles, e isso a publicidade oculta, a lógica da exclusão que é a realidade

da maior parte de seu público. Nesse sentido, a publicidade está “comprometida com a lógica da violência banal” (KEHL, 2004, p. 62), que simbolicamente atinge a maioria da população que sonha e deseja o que a publicidade promete, tal como Adorno e Horkheimer (1985) definiam a promessa de sublimação rompida, mas sempre presente. Esse fato tem decorrência para aqueles que veneram as imagens de atletas na mídia corrente. Há a projeção de heróis, de super poderosos, disciplinados, de homens que seguiram um sonho e o atingiram, que criam a expectativa em milhares de jovens de que essa é uma realidade possível, uma vez que o ídolo tem uma origem semelhante à dele. Cria-se não somente a fetichização da imagem do ídolo, mas a ideia de que qualquer um pode vir a sê-lo. A consequência disso é o ingresso diário de milhares de jovens numa carreira na qual as chances de sucesso são mínimas, e à qual é necessário se dedicar e até mesmo se submeter a quaisquer condições, porque o ponto de inflexão para o sucesso pode estar por vir, num porvir que nunca se realiza, tal como Adorno e Horkheimer (1985) descreveram a promessa de sublimação rompida.

No próximo capítulo, nos deteremos mais profundamente nas decorrências da transformação do jogador em imagem no capitalismo das marcas. Nele, focaremos nos impactos sobre a carreira do jogador que se torna imagem, uma parcela pequena dos profissionais da área, e nas consequências para aqueles que sonham um dia em alcançar esse estágio de sucesso, evidenciando que essa dupla condição de trabalho no futebol constitui um sistema integrado, dentro do qual mesmo aquele que não está inserido no capitalismo das marcas, a partir do sonho de se inserir, submete-se a qualquer condição de trabalho. O mundo das imagens, então, estrutura o ciclo da carreira do jogador profissional de futebol nos dias atuais. A partir dessa estrutura, discutiremos os possíveis impactos sobre a reivindicação de direitos e a ação coletiva entre jogadores de futebol.

Capítulo 4. O fetiche do futebol: as consequências da associação das marcas ao futebol para os jogadores

Neste capítulo, procuramos demonstrar que as mudanças no capitalismo contemporâneo, a partir da emergência da marca e da predominância das imagens para a veiculação de mercadoria, trouxeram consequências ao trabalho dos jogadores de futebol. Por mais que alguns tenham melhores condições de trabalho em termos salariais, há um aumento dos abismos no interior da carreira e uma fetichização do sujeito jogador de futebol. Isso porque a relação integrada que a esfera do futebol adquire com a economia traz consigo não somente consequências ideológicas, mas também estruturais para a modalidade esportiva. Isso significa que mudanças na organização do esporte são empreendidas de modo que conformem essa integração. Não queremos aqui nos filiar a uma visão romântica que denunciaria a colonização da cultura pela economia e pelo marketing, pois, como demonstraram Adorno e Horkheimer (1985), desde os primórdios da indústria cultural, economia e cultura já estavam relacionadas. A diferença é que essa integração passou a ser total. A tese da colonização da cultura pela economia poderia nos impedir de observar quais são as mudanças que ocorreram nessa relação, em prol de um saudosismo e uma apologia ao passado (KLEIN, 2006)

Se observarmos o caso da FIFA, como ela desenvolveu e mudou o esporte, veremos que a transformação não se deu em função de uma demanda externa agindo e colonizando o futebol. Pelo contrário, partiu do interior da própria entidade, na visão de seu presidente, João Havelange, a ideia de que a integração às marcas e aos patrocinadores poderia lhes render muito mais e potencializar a visibilidade e o poder da entidade que a organizava (YALLOP, 2005)²². Além do crescimento de arrecadação exorbitante que a entidade obteve, graças à integração com outros segmentos da economia capitalista —como a Coca-Cola, a Adidas, a criação da ISL, dentre outras

²² Não se trata aqui de fazer uma apologia a uma visão empreendedora presente na FIFA. Pelo contrário, a crítica deve ser feita. Todo esse crescimento foi patrocinado por muita corrupção e desvio de dinheiro, conforme demonstra a obra do jornalista David Yallop (2005). Evidentemente, não cabe fazer uma apologia ao futebol antes da “Era Havelange”, porque, como esfera da superestrutura, sua forma espetacularizada sempre esteve, de alguma forma, a serviço do capital (sobre isso ver: *Sociologia política del deporte*, de Jean Marie Brohm, 1982).

empresas – outras transformações foram empreendidas para torná-la mais suscetível ao crescimento de outros segmentos. Como exemplo, temos a expansão para demais países onde o futebol não era popular; a expansão do número de participantes de seu principal evento, a Copa do Mundo, de modo que esse produto (e aquelas marcas que o patrocinavam) alcançassem fatias cada vez maiores de mercado; e algumas mudanças legais que permitissem que os clubes e os jogadores (e suas imagens) circulassem globalmente.

Tendo em vista que as próprias marcas são cultura, seus atores também se tornaram marcas. Afinal, “se as marcas não são produtos, mas conceitos, atitudes, valores e experiências, por que também não podem ser cultura [incluindo os atores desses valores e experiências]?” (KLEIN, 2006, p. 54). Os limites entre os patrocinadores corporativos e a cultura patrocinada desapareceram. A cultura faz parte da gestão da marca, do *branding*, e é alavancada ativamente por muitos artistas. Estes, além de veicularem o *branding* da empresa patrocinadora, elevam seu próprio potencial de *branding*, vendendo sua imagem e se tornando uma marca.

A Nike é uma empresa emblemática para compreender a forma como os atletas se transformaram em marcas. O *branding* promovido por ela revelou uma transformação segundo a qual o atleta passou a ocupar um local central, para além do clube e da modalidade esportiva em si. A partir dessas relações, a Nike construiu uma nova dimensão na carreira da elite dos jogadores de futebol, convertidos em imagem, uma nova modalidade de fetichismo. O caso retratado por Klein (2006) é o do jogador de basquete Michael Jordan, contudo a forma de construção se encaixaria perfeitamente no exemplo rapidamente discutido por Khel (2004) sobre o jogador Ronaldo.

De acordo com Klein (2006), Michael Jordan tornou-se uma marca. O início desse processo deveu-se à Nike, que eliminou as barreiras entre patrocinador e patrocinado no esporte. Para tanto, a Nike transformou “um grupo seleto de atletas em superestrelas ao estilo Hollywood que estivessem associados não com suas equipes ou mesmo, às vezes, com seu esporte, mas com algumas ideias puras sobre atletismo como transcendência e perseverança” (KLEIN, 2006, p. 75). Michael Jordan foi construído pela Nike, desde 1985, como uma figura hollywoodiana. Seus comerciais mostravam técnicas de entretenimento do cinema: quadro congelado, o *close* e os cortes rápidos. Jordan, por meio dessas técnicas, assemelhava-se a um super-herói, suspenso em meio a

seu salto, proporcionando a imagem de que ele poderia voar. Com essa imagem, a Nike intentava criar a “ideia de utilizar a tecnologia de calçados esportivos para criar um ser superior – Michael Jordan voando em animação suspensa” (KLEIN, 2006, p. 76). Os esportistas da Nike tornavam-se lendas muito maiores do que seus clubes, de modo que não se tratava mais de se associar a um clube para promover a marca, mas aos atletas. O clube – ou seleção –, nesse caso, constituía o meio para associar-se ao atleta.

É neste contexto de mundo das marcas, veiculadas por imagens e que circulam na esfera da cultura, sem a qual as mercadorias não teriam a mesma eficiência, que se insere a importância dos jogadores de futebol e de seu *marketing esportivo*. A imagem do jogador de futebol, cuidada e construída para que atenda às exigências dessa lógica cultural do capitalismo tardio, tornou-se um dos veículos mais eficientes de publicidade. Neste caso, é emblemática a narrativa trazida por Kehl (2004) acerca do jogador Ronaldo e de sua “falha” na final da Copa do Mundo de futebol de 1998. A autora descreveu a narrativa de Ronaldo da seguinte forma:

era uma vez um jogador de futebol que foi transformado em imagem. Essa imagem emitiu ao mundo todas as figuras de fetiche, mas o jogador desapareceu atrás dela. No jogo decisivo da Copa de 1998, sobrecarregado com o peso do logotipo milionário em sua camiseta, da namorada loira para-inglesa-ver, das esperanças de restaurar auto-estima de um país inteiro, Ronaldinho não conseguiu evitar que sua humanidade se manifestasse (...). Uma outra imagem então, não a de um herói e sim de um clown, atrapalhado com as próprias pernas, foi transmitida para o mundo todo (KEHL, 2004, p. 63).

Esse processo de consumo da imagem espetacularizada do ídolo esportivo significou, na visão de Kehl, a busca do que justamente tem se perdido, qual seja, a dimensão autônoma humana e singular que constitui uma pessoa (KEHL, 2004, p. 67). Para tanto, essas imagens permitem que nos apropriemos do simulacro da subjetividade de alguns sujeitos “investidos do máximo valor narcisista, da máxima autonomia, da máxima capacidade de desfrute de todas as possibilidades contidas em uma vida”, como se eles também não passassem pela mesma condição nossa, de impossibilidade de autonomia, de vendedores de força de trabalho, assim como seus fãs (KEHL, 2004, p. 65). Ou seja, a perda da autonomia e subjetividade dos espectadores faz com que eles a busquem justamente naqueles que a escondem atrás de suas imagens.

Para a autora, o fetiche deste momento do capitalismo passa dos objetos para os seres humanos, ainda, “para os corpos de alguns seres humanos” (KEHL, 2004, p. 80). Para a autora, entretanto, “as imagens dos ídolos populares, tal como a mercadoria,

escondem um segredo, eles também dependem da venda da sua força de trabalho, que é a venda de parcelas de sua vida, ao grande capital da indústria cultural” (KEHL, 2004, p. 82). São sujeitos que são alienados da sua subjetividade, do produto de seu trabalho, “já que a imagem, cujo controle lhes escapa a cada dia, sustenta a ilusão de representar uma verdade a respeito de seu próprio ser” (KEHL, 2004, p. 82). De acordo com Kehl (2004), essa marca, constituída a partir do ídolo, aprofunda o fetiche, uma vez que “diferentemente do caso das mercadorias, que só servem de suporte para a mistificação dos homens que a trocam, os vendedores da imagem são presas da própria ilusão que produzem. São, ao mesmo tempo, o fetiche e o fetichista, o ilusionista e a ilusão” (KEHL, 2004, p. 82).

Quando pensamos essa realidade para o conjunto dos jogadores de futebol, notamos que ela diz respeito a uma parcela pequena desse contingente, como demonstraremos mais adiante. No entanto, aqui se localiza um paradoxo. São estes os que têm uma maior estabilidade no emprego, que dependem menos da tirania e despotismo do clube e, nesse sentido, poderiam estar à frente da ação sindical. Em contrapartida, o fato de sua independência estar atrelada à imagem que constroem de si – já que é a essa imagem que marcas e outras empresas desejam se associar – faz com que eles sejam vítimas da manutenção dessa imagem. Mais do que isso, eles passam a se confundir com elas (KEHL, 2004). De modo tal, acreditam na imagem que constroem, “vestem a camisa [literalmente] dos produtos que são pagos para anunciar, e se tornam tributários das estratégias de venda daquelas indústrias. Seus salários milionários não são mais interpretados como evidência de seu esforço e talento”, mas passam a ser vítimas da imagem para a manutenção de suas fortunas (KEHL, 2004, p. 81).

Aqui se localizam alguns dos condicionantes estruturais da ação sindical. Por um lado, esses jogadores são mercadoria e portam-se e confundem-se enquanto tal, já que se tornam a face visível dela, num mundo dominado pela “ilusão da forma” da marca. Por outro, mantêm-se confortáveis nessa condição, uma vez que não possuem identidade com a classe-que-vive-do-trabalho. Ao contrário, a própria ascensão à carreira futebolística aparece como um distanciamento daquela. Cabe aqui uma nota teórica sobre a classe-que-vive-do-trabalho feita por Ricardo Antunes (2001). Apesar de este conceito ajudar a compreensão da heterogeneidade, aqueles que servem de gestores do grande capital, pequenos, médios e grandes empresários, estão, evidentemente, fora

dela. Jogadores de futebol, imagens de suas próprias marcas, vítimas de seu *branding* e do alheio, comportam-se como veículo dos gestores de capital. Nesse sentido, quando olhamos para aqueles que vendem sua força de trabalho como atletas do espetáculo do futebol, notamos uma dupla condição: aqueles que fazem parte do grande capital e aqueles que tentam ascender a ele. Condição esta que imputa uma dinâmica específica à ação sindical na categoria. Tão específica, particular e complexa que muitas vezes obriga os próprios jogadores imagens a se envolverem com ela. Nesse sentido, percebemos que a própria noção de classe é gestada conforme as circunstâncias particulares que envolvem a categoria.

Buscamos, a partir dessa discussão, apontar para o entendimento de que essas mudanças intensificaram a inserção do futebol na indústria cultural, enfatizando dois aspectos que se tornaram predominantes nele: (i) o refinamento deste enquanto uma mercadoria e, por isso, com formas fenomênicas de marcas e produtos culturais; e (ii) sua integração a outras esferas da produção capitalista, como imagens de outras marcas, para a veiculação de produtos que nada tem a ver com a prática esportiva diretamente. Como ambos os aspectos são interdependentes, os esforços legais e estruturais dentro do sistema esportivo do futebol têm sido no sentido da constituição dos clubes enquanto marcas globalmente projetadas. A identidade clubística, que anteriormente tinha como aspecto determinante laços de localidade, sociabilidade e parentesco (DAMO, 2006), passou a ser influenciada por essa dinâmica do capitalismo globalizado, sendo sobremaneira condicionada pela solidez das marcas dos clubes e dos atletas. Estes clubes e atletas, que foram transformados em imagens e fetichizados, sofrem flutuações tais como as marcas das grandes empresas. Essa condição tem impacto sobre a ação sindical.

Entretanto, antes de adentrarmos a ação sindical entre jogadores de futebol, é necessário que voltemos a atenção a como a indústria cultural cria uma dinâmica específica de trabalho na categoria. Como já argumentamos, só alguns jogadores podem se tornar imagens e marcas, só alguns atingem esse patamar, apesar de milhões desejarem. A maioria tem a expectativa para tal, mas nunca a alcança. Esse cenário existente por trás desse futebol milionário que nutre o futebol midiático. Entretanto, esse futebol espetacularizado não publiciza que muitos dos que sonham em se tornarem ídolos famosos e milionários recebem pouco mais de um salário mínimo. Essa é a

realidade da maior parte dos jogadores de futebol, que é sustentada pela imagem dos jogadores famosos, ídolos que

se prestam melhor do que ninguém – melhor certamente, que os reis – a sustentar este semblante de liberdade que alimenta o sintoma social. Melhor ainda, prestam-se a funcionar como imagens de sujeitos cujo ser está garantido desde sempre, por alguma propriedade inerente a eles, fora da ordem social, fora da circulação que esta ordem propicia e da dependência mútua própria de condição humana (KEHL, 2004, p. 82).

Na esteira dessa reflexão, no item a seguir discutiremos a configuração da categoria dos jogadores de futebol, buscando demonstrar o complexo cenário das condições de trabalho neste ramo da indústria cultural. Como se forjou essa profissão? Qual a situação de trabalho no futebol? Como alguns de seus agentes percebem essa situação de trabalho? São questões que buscaremos responder no próximo item. A partir desses elementos, pretendemos demonstrar como opera esse fetiche do futebol para a vida de milhões de meninos e homens, que buscam nesse esporte uma compensação para uma estrutura social ossificada, sem expectativa de transformação e desumanizada pelo trabalho alienado e despótico (BROHM, 1992).

4.1 O fetiche da profissão de jogador de futebol

A profissionalização do jogador de futebol no Brasil ocorreu na década de 1930. Foi fruto, no entanto, de uma polêmica. Os membros dos clubes das elites paulista e carioca resistiam a esse processo, a fim de que não perdessem o controle sobre o futebol. Para resolver essa polêmica entre aqueles que defendiam o amadorismo e aqueles que defendiam o profissionalismo, e a fim de manter o poder da elite que tinha até então o direito a se dedicar ao futebol, foi criada a figura do “cartola”. Os “cartolas” eram membros das elites que dirigiriam os clubes, aos quais os jogadores de futebol ficariam vinculados, a partir de seus direitos federativos, isto é, o passe (DAMO, 2007). O passe instituiu que o jogador, mesmo profissional, só poderia deixar um clube com a anuência do “cartola”, de modo que este não ficaria refém da possibilidade de assédio internacional ou nacional a seus craques. Pelo contrário, caso esse assédio ocorresse, o ente que conduziria a negociação seria o clube, que também lucraria com essa transação, criando mais uma forma de arrecadação de receitas. Por essa via, o jogador de futebol transformou-se em patrimônio do clube.

Apesar do reconhecimento na década de 1930, a regulamentação da profissão de jogador de futebol no Brasil veio a ocorrer em forma de lei apenas década de 1970, com a promulgação da Lei do Passe, em 1976²³. Tal regulamentação, apesar de garantir alguns direitos aos jogadores, ainda os vinculava como propriedade de seu clube. Essa forma de marco regulatório teve consequências sobre a categoria, ao dificultar a organização dos jogadores para a reivindicação de direitos²⁴, uma vez que, independentemente do que desejassem, eles continuariam vinculados ao clube, fato que só mudou ao final da década de 1990, com a Lei Pelé²⁵.

Como esboçamos ao fim do item anterior, pensar a dinâmica da profissão de jogador de futebol implica também observar que essa categoria de trabalhadores é mais ampla que aqueles que jogam nos times da primeira divisão dos principais campeonatos nacionais. Pelo contrário, esta categoria é composta por uma massa de trabalhadores, espalhados pelo país, que convivem nas mais diversas condições de trabalho e de precarização. Dessa forma, ao pensarmos na configuração dos trabalhadores da bola, devemos considerar essa realidade, e que sua organização política não deve ser pautada apenas pela presença dos jogadores famosos, mas como estes se relacionam e estendem sua reivindicação àqueles cuja realidade a mídia não retrata.

O mercado associado ao futebol é bem amplo. Segundo Damo (2007, p. 82), podemos pensar em três grandes circuitos de troca. O primeiro deles é o *mercado de produtores de bens*. Os jogadores, embora não sejam os únicos trabalhadores do

²³ Lei do Passe, Lei nº 6.354, promulgada em 2 de setembro de 1976, com objetivo de regulamentar legalmente as relações de trabalho do “atleta profissional de futebol”. Segundo Boudens (2002, p. 3-4), o significado concreto desta lei está contido nos dois artigos iniciais, em que se fala em “praticar o futebol sob a subordinação de empregador”, mediante “qualquer modalidade de remuneração”. Esta regulamentação veio com um duplo aspecto. Se por um lado fixou um prazo dentro do qual o jogador poderia ter passe livre e obrigou a concordância do atleta em sua transferência, por outro lado, fez valer a palavra final do clube na negociação.

²⁴ Na parte II desta tese, explicitaremos algumas iniciativas de organização de jogadores de futebol durante esse período, bem como os próprios embates que estes levantaram na formulação da Lei Pelé.

²⁵ Lei Pelé, Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Esta lei ainda hoje estabelece uma possibilidade de profissão apenas para os homens. Apesar de o texto que estabelece que o futebol deve ser obrigatoriamente profissionalizado não discriminar o gênero – o que seria ilegal –, isso não tem sido aplicado na maioria dos clubes no que diz respeito ao futebol praticado por mulheres. Ainda que elas se reconheçam enquanto profissionais, não são registradas e remuneradas para tanto. “A pesquisa de Souza Júnior (2013) demonstrou que, apesar de elas fazerem da prática dessa modalidade sua profissão, elas não são legalmente reconhecidas como tal. Tal pesquisa ainda apontou o desejo de terem uma carteira de trabalho assinada como atleta profissional e a indignação com tal situação. As mulheres relatavam a preocupação com a instabilidade da carreira, já que não há proteção legal para acidentes de trabalho, lesões ou mesmo em caso de gravidez; e as dificuldades em se estabelecer financeiramente por meio do futebol (SOUZA JÚNIOR, 2013). Neste caso, pode-se dizer que estas jogadoras estão sob uma condição ainda mais acentuada de dominação, não possuindo sequer o reconhecimento de sua profissão” (REIS; LOPES; MARTINS, 2014, p. 122-123).

espetáculo esportivo, adquirem valor de troca nesse processo, configurando-se como mercadoria não apenas sua força de trabalho, mas ele em si. Em segundo lugar, o *mercado de bens simbólicos*, constituído dos espetáculos e suas recriações a partir da mídia e dos programas esportivos. E, por fim, o *mercado de bens materiais*, que apesar de guardar relação com os outros dois, tem como particularidade fornecer os bens específicos à prática e associados ao jogo, seja pelos profissionais ou pelos leigos, seja materiais esportivos ou serviços de suporte (DAMO, 2007).

Podemos pensar na configuração da profissão de jogador de futebol a partir da associação dos dois primeiros mercados, ou seja, de bens simbólicos e da produção do espetáculo esportivo, demarcando também duas dimensões: a do sujeito que trabalha (e das habilidades envolvidas) e a do produto do trabalho. Essas duas dimensões permitem-nos vislumbrar produtos imateriais desses trabalhadores da bola. Dessa forma, a partir da ótica do trabalho imaterial, vislumbramos a profissão do jogador de futebol, tentando trazer à tona o que esse sujeito produz com o seu trabalho e a especificidade de seu ofício.

A noção de trabalho imaterial ajuda-nos a compreender a configuração da profissão de jogador de futebol na medida em que a ela se mistura a dimensão do que valoriza o jogador de futebol, o talento esportivo, e como esse jogador de futebol, a partir dessa dimensão imaterial, valoriza outros setores. Esse trabalho do jogador de futebol, material e imaterial, tem seu fundamento no corpo físico do atleta, lugar onde aparecem os símbolos e os significados do talento esportivo. Entretanto, é importante salientar, como afirma Damo (2007), que esse “talento” esportivo envolve diversos capitais simbólicos que não são tão mensuráveis quanto o que é produzido numa linha de produção. A valorização do “talento esportivo” refere-se aos capitais – no sentido do conceito de capital de Bourdieu – relacionados à habilidade esportiva, mas não só, sendo também permeada pelas esferas dos capitais cultural e político, como foi o caso de Sócrates. A partir do conceito de capital de Pierre Bourdieu, “constelação de atributos que permitem a alguém se inserir legitimamente num dado campo social” (DAMO, 2007, p. 112), a ideia de capitais futebolísticos permite vislumbrar características que vão além das habilidades técnicas e táticas para acesso e reconhecimento do talento. Segundo Damo (2007, p. 112),

Em sentido amplo, os capitais futebolísticos são os atributos que garantem o acesso de um menino a um centro de formação, o que inclui desde o reconhecimento do talento – por agentes autorizados pelos clubes e não por um observador qualquer – até vínculos com agentes/empresários, passando pela percepção dos limites e possibilidades da movimentação no interior do campo profissional, o que requer a posse de outros capitais, dentre os quais o capital simbólico está em primeiro plano.

Dessa forma, um bom domínio dos meios técnico-táticos do futebol por si só não é condição suficiente para determinar o talento esportivo de um atleta. A valorização desse jogador, então, não dependerá dele mesmo, ou de suas habilidades técnico-táticas. Tal como a marca e seu valor advindo do monopólio de seus produtos, o jogador de futebol seria como um produto vinculado a uma marca – neste caso, o clube. Tal como dois relógios de qualidades técnicas semelhantes terão valores diferenciados de acordo com a marca que os veicule, um jogador de futebol terá valor diferenciado de acordo com o clube pelo qual jogue. E da mesma maneira como produtos e marcas menores são adquiridos por marcas maiores, jogadores de futebol circulam globalmente por diferentes marcas, valorizando-se ou desvalorizando-se nesse processo. Nesse sentido, de nada adianta um “talento”, se ele não for descoberto por um clube que o valorize.

Evidentemente, a valorização desse jogador também é reciprocamente colaborada pelo espetáculo do qual ele faz parte. Ou seja, o jogador “talento” valorizado pelo clube também valoriza o espetáculo do qual faz parte. Não à toa, como já discutimos anteriormente, ele também pode se tornar uma imagem de sua própria marca. A partir dessa relação recíproca, entendemos como a modernização do futebol passou intrinsecamente pelo jogador de futebol, que é o que atribui valor material ao espetáculo esportivo, e que, por si, também pode ser valorizado, ou pode servir, a partir de seus capitais, para a valorização de outras mercadorias.

Contudo, para a descoberta de meia dúzia de talentos, são necessários outros tantos para serem “peneirados”. Ao desvendar o que está por trás da profissão do jogador de futebol, visualizamos um cenário que vai muito além daqueles jogadores da primeira divisão dos grandes campeonatos. Conforme nos alerta Damo (2007, p. 24, grifos nossos),

A densidade de representações de masculinidades associadas à prática do futebol, o fato de os investimentos serem preponderantemente práticos e o vedetismo de alguns atletas de talento invulgar *encobrem as mazelas da profissão*: a maioria dos jogadores é assalariada, suas carreiras são curtas, o auge é precoce, a reconversão improvável e, da mesma forma que se pode estar na capa de um jornal de grande circulação, aclamado pelo público, pode-se em questão de meses, ser esquecido e até execrado.

Damo (2007) demonstrou a existência de um mercado, por ele denominado “pés de obra”, que possui um grande poder de recrutamento entre as classes trabalhadoras, em função dos atrativos dos capitais relacionados à afirmação da masculinidade e da possibilidade de ascensão e mobilidade social pela prática da modalidade. O futebol é imputado desse poder de sedução para os jovens, porque demonstra sua aparência de carreira bem-sucedida. No entanto, este cenário oculta que os que conseguem atingir esse patamar representam um percentual muito pequeno dos que tentam ingressar na carreira. Na essência, é uma carreira bastante precarizada, como as demais, com o agravante de possuir uma duração curta e a possibilidade de reconversão mínima (DAMO, 2007).

Quando nos deparamos com os últimos dados divulgados pela CBF sobre os jogadores de futebol no Brasil, visualizamos este cenário de precarização. Os dados disponibilizados pela CBF sobre o ano de 2015 mostram que 82,04% dos jogadores, de todas as divisões no Brasil, recebem salários de até R\$1.000,00 (aproximadamente 1,5 salário mínimo daquele ano²⁶). Quando comparamos aos dados do Dieese acerca da distribuição de ocupados por rendimento salarial, notamos como a distribuição de renda no futebol é pior do que no cenário nacional. De acordo com o Dieese, cerca de 61,2% da população brasileira recebia até dois salário mínimos em 2009 (DIEESE, 2011, p. 38), enquanto na mesma época eram 84% dos jogadores de futebol que se concentravam nesta faixa (SOARES et al., 2011). Além desse contingente, em 2015, cerca de 15% dos jogadores recebem entre R\$1.000,00 e R\$10.000,00 (entre 1,5 e 14 salários mínimos) e apenas cerca 3% recebem acima de R\$10.000,00 reais por mês, conforme demonstra a tabela 4. Entretanto, é esse pequeno contingente que cria uma ideia que perpassa o imaginário do que é ser jogador de futebol. Desmistificar esse cenário é uma tarefa fundamental para entender o que é a configuração dos trabalhadores da bola.

26 O salário mínimo brasileiro em 2015 era R\$788,00.

Tabela 4. Distribuição Salarial de jogadores de futebol em 2015, no Brasil

Faixa Salarial	Quantidade de Salários Mínimos equivalente do estrato	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
		23.238	
ATÉ R\$1.000,00	1,50		82,40%
R\$1.000,01 ATÉ R\$5.000,00	1,5 - 7	3.859	13,68%
R\$5.000,01 ATÉ R\$10.000,00	7 - 14	381	1,35%
R\$10.000,01 ATÉ R\$50.000,00	14 - 69	499	1,77%
R\$50.000,01 ATÉ R\$100.000,00	69 - 138	112	0,40%
R\$100.000,01 ATÉ R\$200.000,00	138 - 276	78	0,28%
R\$200.000,01 ATÉ R\$500.000,00	276 - 690	35	0,12%
		1	
ACIMA DE R\$ 500.000,01	acima de 690		0,00%
Total		28.203	

Fonte: Relatório DRT 2015 – CBF. ²⁷

É interessante notar que essa condição de abismo entre os jogadores dos grandes clubes e dos pequenos, o que podemos dizer que configura uma *dupla condição de trabalho* no interior da categoria, não é uma novidade do período pós Lei Pelé. É importante salientar que na década de 1970, de 1980 e de 1990 essa realidade também não era diferente, conforme encontramos em diversas reportagens da revista *Placar*. A primeira delas, de 1971, demonstrou como o cenário da carreira era desigual, e que alguns jogadores conhecidos ocupavam degraus salariais não tão nobres assim, conforme demonstramos na tabela 5.

²⁷ Raio X do futebol brasileiro. CBF, 23 fev. 2016. Disponível em: < <http://www.cbf.com.br/noticias/a-cbf/raio-x-do-futebol-numero-de-clubes-e-jogadores#.VtA2AvkrJD>> Acesso Fev. 2016.

Tabela 5. Salário dos 6559 jogadores de futebol registrados no Brasil em 1971

Frequência relativa de jogadores	Frequência absoluta de jogadores	Faixa salarial em Cr\$	Valor da faixa salarial corrigido para R\$ (set.2015)	Valor da faixa salarial em Quantidade de salários mínimos da época ²⁸	Jogadores que recebiam salários nessa faixa salarial e seus respectivos clubes
59%	3869	100-500	107,52-537,59	1-2 SM	Dadá (Bahia) Trial (São Cristovão)
18%	1180	500-1000	1.075,18	3-4 SM	Alfredo (Sporting) Evaldo (Cruzeiro)
11%	721	1000-2000	2.150,37	4-8 SM	Zica (Juventus) Mirandinha (Corinthians)
9,5%	617	2000-5000	5.573,91	8-22 SM	Tupanzinho (Nacional) Erandir (Ceará)
2%	142	5000-10000	10.751,83	22-44 SM	Amorim (Bahia) Braulio (Inter)
0,5%	30	10000 em diante	10.751,83	44 SM	Rivelino (Corinthians); Pele (Santos); Tostão (Cruzeiro)

Fonte: Revista *Placar*, 1971.

Na década de 1970, eram 6.559 jogadores registrados na CBF. Notamos que cerca de 60% deles recebiam entre 1 e 2 salários mínimos da época. Além disso, quando comparamos as tabelas 4 e 5, notamos que o percentual de jogadores que recebem acima de 7 ou 8 salários mínimos diminuiu bastante. Em 1971, 12% (um total de 789) dos jogadores recebiam acima de 8 salários mínimos, enquanto em 2014, apenas 3,92% (um total de 612) recebiam acima de 7. Nota-se que na mesma medida em que o mercado se ampliou, houve uma concentração maior dos jogadores nos estratos inferiores de salário, de modo que se pode concluir que, nessas quatro décadas, o abismo entre a dupla condição de trabalho no futebol se ampliou. Além disso, o salário conseguido nesses últimos estratos também aumentou, já que ele chega a alcançar mais de 690 salários mínimos. Conforme salienta Almir Pernambuquinho, em suas memórias publicadas pela revista *Placar*, até a década de 1970, o salário não era tão exorbitante quanto se tornou, por isso boa parte dos ganhos dos jogadores profissionais advinham da premiação que recebiam por vitórias nos jogos, o que os fazia adentrar os gramados dopados, com dores, dentre outras condições pouco recomendadas para jogar (ALBUQUERQUE, 1973).

Também é importante salientar que, até a década de 1970, os jogadores não tinham direito regulamentado a luvas, ou seja, ao suporte financeiro advindo de sua

²⁸ Valor do salário mínimo em 1971 era de Cr\$225,60.

transferência. O caso de Afonsinho²⁹ foi emblemático para demonstrar como, nesse período, o jogador estava sob dominação de seu empregador: quando ele desagradou o clube, em função de sua aparência, ficou sem poder jogar por meses. Ao jogador, segundo a justiça desportiva, só restava se submeter às exigências do clube ou esperar até que este decidisse vendê-lo. Como se recusou a obedecer, o jogador ficou preso ao seu clube por meses, sem o direito de exercer sua profissão em seu emprego corrente ou de, por sua vontade, negociar um contrato de trabalho com outra equipe. Desse modo, ele foi submetido a uma relação de controle despótico do clube na medida em que foram negados ao jogador seus direitos civis de livre contrato, o que fazia com que o poder sobre seu destino no futebol estivesse concentrado na figura dos dirigentes esportivos (FLORENZANO, 1998).

Se na década de 1970 havia alguns jogadores nas faixas salariais mais altas que não faziam parte dos grandes clubes brasileiros, já na década de 1980, numa pesquisa da revista *Placar* intitulada “1º Censo do futebol brasileiro”³⁰, notou-se que a diferença das faixas salariais se estabelecia de acordo com o tamanho dos clubes. Essa pesquisa, apesar de não estabelecer explicitamente sua metodologia, abre a perspectiva para termos uma ideia do que era a configuração dos trabalhadores da bola aproximadamente dez anos depois da reportagem anteriormente citada³¹.

Como a revista *Placar* nos indicou em 1983, em meados da década de 1970, o futebol era responsável por uma fatia de 1,4% do PIB nacional, o que demonstra um mercado grande relacionado à modalidade³². Nesse grande filão da indústria cultural, concentrava-se, no ano de 1980, 7.892 jogadores profissionais, distribuídos em 425 clubes. Número expressivo que, naquele momento, equivalia a 4,5 vezes o número de clubes que disputavam as quatro divisões do campeonato inglês. Nesse caso, já se verifica no futebol brasileiro uma concentração de capital no emprego desses trabalhadores, já que 2.641, cerca de um terço deles, eram do estado de São Paulo, conforme demonstra a tabela 5. O segundo estado que mais empregava era o Rio

²⁹ Sobre Afonsinho, ver Florenzano (1998).

³⁰ 1º CENSO do futebol brasileiro. *Revista Placar*, 17 out. 1980. Caderno Especial.

³¹ A reportagem foi o único trabalho desse tipo encontrado à época, e sugere que foram recolhidos dados sobre os clubes de três divisões de todos os estados do país. A forma de associação dos dados também não nos ajuda a criar os nexos necessários, já que ela faz as associações por clubes de divisões e não por faixas salariais, influência no mercado nacional ou outras variáveis que seriam mais interessantes.

³² VAMOS mudar o futebol brasileiro, *Revista Placar*, 24. out. 1983.

Grande do Sul, com 762, quase 10% deles; seguido do Paraná, com 453, cerca de 6%; e Rio de Janeiro, 399, cerca 5%. Além da discrepância entre esses estados, ainda havia uma enorme desigualdade nacional, visto que mais da metade dos jogadores profissionais estava concentrada nos quatro estados.

Tabela 6. Salário dos jogadores de futebol no Brasil em 1981

Estados	Clubes grandes	Valor corrigido (R\$) ³³	Clubes médios	Valor corrigido (R\$)	Clubes pequenos	Valor corrigido (R\$)	Valor médio estadual	Valor corrigido (R\$)
AL	25.000,00	1.288,53	14.300,00	737,04	5.400,00	278,32	11.400,00	587,57
AM	20.000,00	1.030,82	17.500,00	901,97	13.400,00	690,95	9.350,00	481,91
BA	37.000,00	1.907,02	26.000,00	1.340,07	9.400,00	484,49	21.700,00	1.118,44
CE	23.000,00	1.185,45	18.000,00	927,74	7.700,00	396,87	15.600,00	804,04
DF	9.000,00	463,87	6.300,00	324,71	4.500,00	231,94	6.100,00	314,40
ES	20.800,00	1.072,60	9.200,00	474,18	5.700,00	293,78	10.900,00	561,80
GO	32.000,00	1.649,32	16.800,00	865,89	6.100,00	314,40	15.350,00	791,16
MA	13.500,00	695,81	7.150,00	368,52	3.200,00	164,93	8.500,00	483,10
MG	45.600,00	2.350,28	16.500,00	850,43	13.000,00	670,03	16.800,00	865,89
MS	31.800,00	1.639,01	5.000,00	257,71	3.400,00	175,24	13.050,00	672,61
MT	16.000,00	824,66	10.800,00	556,64	4.500,00	231,94	10.500,00	541,18
PA	23.500,00	1.211,22	15.700,00	809,20	4.000,00	206,16	12.700,00	654,57
PB	21.500,00	1.108,13	7.300,00	376,25	4.600,00	237,09	13.000,00	670,03
PE	37.900,00	1.951,41	15.600,00	804,04	6.100,00	314,40	19.400,00	999,90
PI	15.000,00	773,12	6.500,00	335,02	3.100,00	159,78	6.900,00	355,63
PR	35.000,00	1.803,94	22.000,00	1.133,91	13.800,00	711,27	21.400,00	1.102,98
RJ	56.600,00	2.913,23	24.300,00	1.252,45	11.400,00	587,57	27.800,00	1.432,84
RN	21.300,00	1.097,83	9.800,00	505,10	3.200,00	164,93	10.000,00	515,41
RS ³⁴	76.000,00	3.917,13	26.000,00	1.340,07	13.800,00	711,27	25.400,00	1.309,14
SC	38.100,00	1.963,72	15.200,00	783,43	12.000,00	618,49	17.400,00	896,82
SE	14.100,00	726,73	7.200,00	371,10	1.300,00	67,00	6.700,00	345,33
SP ³⁵	87.800,00	4.525,31	39.300,00	2.025,37	16.500,00	850,43	22.700,00	1.169,98

Fonte: Revista *Placar*, “1º Censo do futebol brasileiro”, 17 out. 1980.

No que concerne ao salário dos jogadores, os dados da revista *Placar* (de 17/10/1980) demonstravam uma desigualdade em função das divisões dos clubes em que os jogadores atuam. Para aqueles dos times grandes (primeira divisão), cerca de 17,4% do universo dos jogadores, a média salarial era de Cr\$31.840,00; para aqueles de times médios, cerca de 19,4%, a média salarial era de Cr\$15.290,00; e para aqueles de

³³ Todas as correções de valores dessa tabela foram realizadas de acordo com o Índice de Preço ao Consumidor (IPC-SP/FIPE), em maio de 2014, por meio da calculadora cidadã do Banco Central do Brasil. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>. Acesso: maio 2014.

³⁴ Segundo a revista *Placar*, para esse estado o cálculo só incluiu times da primeira divisão do campeonato estadual.

³⁵ Segundo a revista *Placar*, para esse estado o cálculo incluiu times das três divisões do campeonato estadual.

times pequenos, cerca de 62,8% dos jogadores, a média era de Cr\$7.750,00³⁶, conforme é possível visualizar na tabela 7. Ou seja, a faixa de jogadores que ganhava até três salários mínimos em média abarcava 82,6% dos jogadores de futebol, um total de 6.519 jogadores.

Tabela 7. Médias salariais de 1981 segundo a equivalência a salários mínimos da época

Tamanho do Clube	Média salarial do estrato	Quantidade de salários mínimos equivalente a essa faixa salarial	Frequência relativa de jogadores do estrato	Frequência absoluta de jogadores do estrato
Clubes Grandes	31.840,00	5 SM	17,4%	1373
Clubes Médios	15.290,00	3 SM	19,8%	1563
Clubes Pequenos	7550	1,5 SM	62,8%	4956

Fonte: Revista *Placar*, “1º censo do futebol brasileiro”, 17 out.1980

Ao compararmos essa média salarial de até 3 salários mínimos e o contingente de jogadores abarcado por ela, percebemos que historicamente essa quantidade só se ampliou. Em 1971, eram 5.049 jogadores que se apresentavam nessa faixa. Em 1980, conforme dissemos, 6.519, o que indica um crescimento de cerca de 30%. Em 2014, eram 23.238, o que indica, em três décadas, um crescimento de 256%. Ou seja, a amplitude deste extrato só aumentou nas décadas em que o futebol adentrou mais intensamente a indústria cultural e começou a fazer parte do mundo das marcas.

Essa comparação entre décadas, embora não contemple uma exatidão das informações, já que elas provêm de fontes muito distintas, demonstra o quanto tem se ampliado o abismo entre o topo e a base da carreira de jogador de futebol. Demonstra que apesar de a imagem geral que se tem dos jogadores de futebol seja relacionada aos milionários dos grandes clubes, conforme apontou o argumento de Damo (2007), ela encobre a situação dos 82,04% de jogadores que recebem até 2 salários mínimos.

Outra questão importante era a exportação de jogadores. O mercado global de “pés de obra”, com a crise econômica da década de 1980, foi agravado. Segundo Helal (1994), a exportação de jogadores foi um recurso largamente utilizado na primeira metade da década de 1980. Isso porque a venda de jogadores era a forma como os clubes brasileiros lidavam com a crise financeira pela qual passavam. Até o fim da Lei do Passe, mesmo após a larga intensificação do marketing esportivo da década de 1990 e a consolidação das transmissões das partidas pela televisão, que se deu após 1987, o

³⁶ Valores corrigidos: Cr\$31.840,00 - R\$1.622,66; Cr\$15.290,00 - R\$779,23; Cr\$7.750,00 - R\$394,96.

passse do jogador constituía-se como uma das principais fontes de recursos dos clubes. Também era considerado um dos principais aspectos de sobrevivência dos clubes ante a concorrência internacional. Não à toa, os clubes brasileiros tanto se opuseram à promulgação da Lei Pelé, como demonstraremos nos próximos capítulos.

É necessário destacar que o fim do passe no Brasil ocorreu num contexto de mudança com relação às leis europeias de circulação de jogadores, com o caso Bosman, conforme já destacamos. Por isso, para a compreensão dos efeitos da Lei Pelé sobre o mercado brasileiro de jogadores de futebol, é preciso ter em vista que sua aprovação visava também ao atendimento a um objetivo externo: participar de um mercado internacional de “pés de obra” dos atores do espetáculo esportivo, que circulam globalmente (REIS; LOPES; MARTINS, 2014).

O atendimento a esse objetivo externo fica evidente quando comparamos os números referentes à exportação de jogadores brasileiros antes e depois da aprovação da Lei Pelé. Embora esse movimento de emigração de atletas brasileiros exista desde a década de 1930, esse fator intensifica-se após essa lei, quando se retirou a fronteira da origem nacional como determinante para jogar ou não num clube, substituindo-a por fatores de ordem econômica (RIAL, 2008). Reis, Lopes e Martins (2014)³⁷ expõem a transformação desse cenário de 1997 a 2011. Se em 1997, antes da aprovação da Lei Pelé, emigraram do Brasil 553 jogadores, em 2002, um ano após a lei entrar completamente em vigor³⁸, a quantidade foi elevada em 11% – para 616 jogadores emigrantes. Sete anos após a lei vigorar completamente, em 2008, esse valor se elevou em 76% – de 616 a 1085. Em 2011, a FIFA expunha que cerca de 1.500 jogadores emigraram do Brasil apenas em 2011. De acordo com Reis, Lopes e Martins (2014), de 1997 até 2011, o número de atletas brasileiros que passaram a atuar fora do país aumentou em 171%. Segundo dados do Relatório de Transferências da CBF de 2015, foram transferidos 1.215 jogadores brasileiros, gerando uma arrecadação de R\$679.740.600,00³⁹.

De acordo com Rial (2008), a consequência foi uma grande concentração de “talentos globais” na Europa, mas tal fluxo migratório não deixou de ocorrer sem que o

³⁷ Baseados nas pesquisas de Proni (2000) e Silva et al. (2008).

³⁸ O artigo 93 da Lei Pelé estabelecia que o artigo 28 – que finalizava o vínculo do atleta ao clube ao final de seu contrato – entraria em vigor após três anos da aprovação desta lei, ou seja, em 2001.

³⁹ RAIO X do futebol brasileiro. CBF, 23 fev. 2016. Disponível em: < <http://www.cbf.com.br/noticias/a-cbf/raio-x-do-futebol-numero-de-clubes-e-jogadores#.VtA2AvkrJD> > Acesso em: fev. 2016.

Brasil lucrasse cerca de mais de US\$1 bilhão, desde 1993, quando o Banco Central começou a contabilizar esses valores. Isso significa que os clubes brasileiros não saíram completamente desguarnecidos de algum rendimento proveniente da exportação de jogadores. Apesar de acabar com o “passe”, a Lei Pelé estabeleceu alguns dispositivos que continuavam a privilegiar o clube em detrimento dos direitos dos atletas. Em especial, destacamos a instituição da cláusula rescisória de contratos e a proteção ao clube formador. A primeira diz respeito à existência de verbas indenizatórias em caso de rompimento de contrato “que, na prática, atribuem ao clube alguma parcela em dinheiro pela transferência do atleta. Isto significa que essa cláusula ainda atribui ao atleta um valor de troca no mercado de pés de obra” (REIS; LOPES; MARTINS, 2014, p. 121).

Já o segundo aspecto, de proteção aos clubes formadores⁴⁰, foi criado com a justificativa de que estes fossem incentivados a investir na formação de atletas. O artigo 29 estabeleceu que o clube formador tem direito de assinar o primeiro contrato do jogador, assim que ele complete 16 anos, com duração de até 5 anos, conforme a reformulação desta legislação em 2011. “Não é à toa que, de acordo com dados da FIFA, os clubes brasileiros são os maiores beneficiários de transferências no mundo, tendo recebido, em 2012, US\$121 milhões (WEIR, 2013)” (REIS; LOPES; MARTINS, 2014, p. 121).

Nessa cadeia de circulação internacional de jogadores, não é apenas o clube que lucra com essas transações. Além do clube, surgiu a figura do empresário ou agente, “que intermedeia as relações entre o atleta e o clube, representando, pelo menos em tese, a defesa dos direitos do primeiro, e obtendo somas financeiras significativas para tanto” (REIS; LOPES; MARTINS, 2014, p. 122). Essa dependência do empresário, ou agente, “representante dos direitos dos atletas”, também está relacionada ao fato de o salário do jogador não ter uma correlação direta com seu desempenho em campo. Como não é objetivamente mensurável, sua negociação depende de uma figura que represente o jogador nesse processo, e aí que emerge a importância do empresário (RIAL, 2008). Segundo Rial (2008), tão contraditório pode ser esse processo que o jogador inglês Beckham recebia um valor maior de salário no final de sua carreira, não em seu auge. A nosso ver, como argumentamos com apoio em Fontenelle (2002); Kehl (2004) e Paulani (2012), esse processo pode guardar relação com a negociação empreendida pelo agente,

⁴⁰ Clube formador é aquele que fornece aos atletas, entre outras coisas, treinamento nas categorias de base, complementação educacional e assistência médica (REIS; LOPES; MARTINS, 2014). Em 2015, existiam 27 clubes formadores no Brasil, de acordo com o DRT, da CBF.

mas o fator fundamental é a veiculação da imagem desses jogadores, que se tornaram “marcas”, realizando um processo semelhante ao *branding* que as grandes marcas fazem.

O agente tanto ganhou proeminência nesse cenário que é reconhecido pelos próprios jogadores como um ente necessário para sua inserção no mercado, conforme demonstrou Rodrigues (2007). Como decorrência desse papel atribuído aos empresários, 67% dos jogadores afirmaram a Rodrigues (2007) que percebem que estes últimos assumiram funções de dirigentes com o fim do passe. “Diante disto, o autor concluiu que a Lei Pelé não modificou por completo a estrutura do “passe”, pois manteve a dependência do atleta ao clube ou aos empresários” (REIS; LOPES; MARTINS, 2014, p. 122).

Sobre os agentes, por sua vez, faz-se também necessária uma investigação mais apurada sobre o caráter desses profissionais. De acordo com Ferreira (2011), os principais agentes de jogadores de futebol que atuavam no Brasil estavam concentrados nas seguintes empresas, conforme demonstra a tabela 8.

Tabela 8. Principais agentes de jogadores de futebol em atuação no Brasil

Ranking Brasil	Ranking mundial	Nome da empresa	Principais jogadores	Número de jogadores agenciados	Valor dos jogadores agenciados em milhões de euros	Valor de mercado de jogadores em milhões de reais	Agentes responsáveis
1	5	Europe Sports Group	Ganso, André Santos	264	220	537	Carmo, Israel Rolim do
2	11	MJF Publicidade e Promoção	Neymar, Hulk, Robinho, Lugano, Lucas	39	178	434	Juan Figer, Wagner Ribeiro
3	37	Eduardo Uram	Danilo, William	103	100	244	Eduardo Uram
4	41	Euro Export Assessoria e Propaganda Ltda.	David Luiz, Oscar	13	96	235	Giuliano Bertolluci
5	94	Think Ball & Sports	Jadson, Mariano, Douglas	30	45	110	Robalinho, Marcelo
6	108	Gilmar Isaias Jara Veloz	Alexandre Pato, Polga	10	42	102	Gilmar Isaias Jara Veloz
7	130	KGM Sports	Sammir, Paulinho	44	36	87	Eduardo Fonseca, Daniel de Paiva, Gustavo Nogueira
8	155	Joseph Lee	Hernanes, Rhodolfo, Roberto Carlos	7	30	73	Joseph Lee
9	158	Stellar Brazil	Jefferson, Eder Luis	58	29	70	Marcio Bittencourt, Steve Panopoulos
10	165	Gortin Promoções Ltda	Breno, Alan Kardec	29	27	67	Reinaldo Pitta, Alexandre Martins

Fonte: Ferreira (2011, p. 111) e Transfermarkt.co.uk

A figura do agente tornou-se uma peça chave fundamental nas transferências de atletas. Nas transações internacionais, o agente licenciado é uma figura praticamente obrigatória, já que se não estiver sob a jurisdição da FIFA, casos que ocorram de infração de contrato e pagamento não poderão ser arbitrados pela entidade. A consequência é que o jogador e seu agente não licenciado teriam de recorrer à justiça comum, o que pode ser particularmente complicado em casos internacionais. Recentemente, a FIFA alterou o regulamento dos agentes, não permitindo que ele fosse detentor de direitos econômicos de atletas. Essa alteração visava tornar o agente apenas um intermediador do processo de transferência e fortalecer os clubes, sobretudo os grandes europeus, que teriam toda a posse dos direitos econômicos do atleta em contrato.

Com relação aos agentes brasileiros, são figuras que possuem capital e o utilizam para facilitar a transferência de jogadores. Eles possuem contato com clubes e jogadores e negociam contratos de transferência. Interessante notar duas empresas em particular. A primeira é a MJF Publicidade e Promoção, de Juan Figer e Wagner Ribeiro, que além de agenciar jogadores, também agenciou o técnico Vanderley Luxemburgo, o que possibilitou inclusive a contratação deste pelo clube Real Madrid. No entanto, isso fez também com que surgissem denúncias de que Luxemburgo era motivado para escalar jogadores pela tentativa de promover a venda deles, pelos empresários que o representavam. Nesse sentido, percebe-se que a ação dos empresários vai além do mero arranjo contratual dos jogadores. Além disso, Juan Figer participava da transação de jogadores muito antes do fim do passe. De acordo com Yallop (2005), o empresário foi responsável pela transferência de Denílson para um clube europeu. Sua função na transação era facilitar os custos da transferência, e para isso havia arranjado uma “pseudo” transferência do jogador a um clube uruguaio, que possibilitaria a transação sem custos de imposto de renda. Outra empresa que podemos destacar é a de Giuliano Bertollucci. Ele chamou a atenção no Brasil pela polêmica transação de Oscar, do São Paulo para o Internacional, quando o jogador tinha contrato com o clube tricolor paulista, mas, por não ser aproveitado, tentou forçar uma transação pela justiça. Além disso, o agente trabalha em parceria com o empresário iraniano Kia Joorabchian,

denunciado no Ministério Público brasileiro por lavagem de dinheiro e formação de quadrilha⁴¹.

Além da dependência do empresário, outra característica que marca a profissão de jogador de futebol é a sazonalidade dos contratos. Apenas os jogadores dos grandes clubes ou as promessas possuem contratos duradouros. Na verdade, os contratos só são duradouros porque, caso outro clube tenha interesse nele, não será possível esperar que seu contrato chegue ao fim para sair sem pagar uma multa ao clube ao qual o jogador estaria vinculado. Além disso, esse fator aumenta o valor da cláusula rescisória caso o jogador seja negociado. Em um breve levantamento na Segunda Divisão do Campeonato Paulista de 2013⁴², percebemos esse cenário. Dos 1.206 jogadores registrados nas 45 equipes que disputam o torneio, notamos que 41% dos contratos são de até 6 meses. Quando tratamos dos contratos até 8 meses, encontramos 84% dos jogadores nessa faixa, que constitui aproximadamente o período de duração da competição, conforme demonstra a tabela 9.

Tabela 9. Tempo de Contrato de Jogadores da Segunda Divisão do Campeonato Paulista de 2013

TEMPO DE CONTRATO (meses)	Frequência absoluta	Frequência relativa - f(x)	Frequências relativas somadas - F(x)
3	137	11,40%	11,40%
4	102	8,50%	20%
5	77	6,40%	26,30%
6	189	15,70%	42%
7	353	29,20%	71,20%
8	149	12,30%	84%
9	20	1,70%	85,20%
10	8	0,70%	86%
11	4	0,30%	86,20%
12	35	2,90%	89%
Acima de 1 ano	132	10,95%	100,0%
Total	1206	1	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis no sítio eletrônico da Federação Paulista de Futebol.

⁴¹ ANTES inimigo, empresário de Oscar domina safra de joias do São Paulo. LANCE!NET. 23 out. 2014. Disponível em <<http://www.lance.com.br/>> Acesso em jan. 2016.

⁴² Na verdade, a chamada Segunda Divisão do Campeonato Paulista é a quarta, uma vez que antes dela existem a Série A1, Série A2, Série A3.

Apenas cerca de 10% possuem contrato acima de 12 meses, e notamos, pela tabela 10, que a maioria deles possui até 20 anos; apenas 13% têm idade superior. Isso nos permite inferir que a duração de seus contratos é maior, porque eles ainda são considerados “promessas”, uma vez que a idade é bem próxima da de realização do primeiro contrato profissional. Nesse sentido, uma vez que o jogador passa dessa fase, diminuem as chances de, jogando o contexto da segunda divisão do Campeonato Paulista, conseguir empregos estáveis pelo ano todo.

Tabela 10. Frequência de idade dos contratos de duração superior a 12 meses

Idade	Frequência absoluta	Frequência relativa - $f(x)$
16	20	15%
17	24	18%
18	27	20%
19	22	17%
20	22	17%
Acima de 20	17	13%
Total	132	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis no sítio eletrônico da Federação Paulista de Futebol.

Aliás, devido à sazonalidade da oferta de empregos no futebol, é grande o número de desempregados. O próprio cálculo do desemprego nesse ramo é complicado de se fazer, já que uma vez desempregado do futebol, muitos jogadores optam por outra ocupação até que restabeleçam as chances de arranjar um emprego na área. Além disso, existem aqueles que se profissionalizaram por poucos meses, e ainda assim tentam a carreira, mesmo em vão, sendo difícil classificá-los de fato como desempregados da carreira, dado que eles pouco a ela ascenderam.

Apesar da dificuldade no cálculo, o jornal *Folha de S.Paulo* realizou um levantamento sobre a questão no ano de 2015. Após a realização das três divisões principais do Paulista (A1, A2 e A3), dos 1.704 jogadores inscritos, 523 estão desempregados, equivalendo a 31% do total deles⁴³. De acordo com a reportagem, alguns desses jogadores tinham como alternativa os campeonatos de várzea para o momento de desemprego, que muitas vezes compensavam financeiramente mais do que

⁴³ COZENZO, L. VALENTE, R. Mais de 30% dos jogadores que disputaram o Paulista estão desempregados. Série: Desemprego no Futebol. *Folha Online*, 07 out. 15. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/desempregonofutebol/timedosindicato/timedosindicatodaesperancaparagarotosevetera nosdesempregados.Shtml>>. Acesso em: nov. 2015.

os empregos precários oferecidos pelo futebol. O depoimento do jogador Magrão é utilizado para ratificar esse argumento:

Na várzea, você pode jogar por diferentes equipes e acertar o valor que vai receber diretamente com o dono do time. Cada um negocia o próprio valor. Para mim, compensou muito mais. Recebi proposta para ganhar R\$1.000 por mês do Barueri, mas iria pagar para jogar. Só para colocar combustível no carro para ir treinar já não compensava⁴⁴.

No entanto, apesar de recusar o emprego no Barueri, o jogador afirmava que preferia continuar jogando profissionalmente, ainda que sem argumentar o porquê desse desejo. A várzea seria, nas palavras do jogador, uma forma de ocupar o tempo e manter-se em forma. Diante desse contexto, perguntamos: por que os jogadores de futebol se submetem a esse cenário? Uma vez que se dão conta que só uma minoria ascende à carreira milionária, por que continuam nessa profissão? Por que continuar nessa profissão que combina baixos salários, atrasos nos pagamentos e um período longo de desemprego? Um de nossos interlocutores da pesquisa, Uirapuru, viveu essa realidade por toda sua carreira, descrevendo que

Todos contratos, às vezes contratos só para o estadual, aí acabava o estadual e você tinha que procurar outra coisa e isso ficava dois ou três meses em casa esperando pra tentar conseguir outra coisa. Aí o salário já não era o mesmo. Pra você não ficar parado, você aceitava as condições do clube, você não poderia exigir nada, então foi a forma. Coisas que hoje o futebol tão acontecendo, né. Principalmente no segundo semestre, que tem muitos atletas no mercado e acaba aceitando o que o clube oferece pra não ficar parado pra tentar coisa melhor no primeiro semestre do próximo ano.⁴⁵

Outro interlocutor de nossa pesquisa, Inhambul, também vivia a mesma situação, de mudar de clube todo ano. Ao final do primeiro semestre, quando terminavam os estaduais, o jogador descreveu que era o momento de buscar outro clube para jogar, ou, na pior das hipóteses, disputar a Copa Paulista, um campeonato quase amador. Para tanto, acordava o recebimento de um salário baixo, que muitas vezes atrasava, buscando um clube que disputasse um campeonato profissional para ser visto por outros e conseguir um clube melhor para a disputa dos estaduais do ano seguinte. Tanto Inhambul quanto Uirapuru utilizavam o mesmo argumento para autojustificar o fato de permanecer tentando: o sonho. Uirapuru afirmou que já pensou em parar de jogar

⁴⁴ COZENZO, L. VALENTE, R. “Mais de 30% dos jogadores que disputaram o Paulista estão desempregados. Série: Desemprego no Futebol”. *Folha Online*, 07 out. 15. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/desempregonofutebol/timedosindicato/timedosindicatodaesperancaparagarotoseveteranosdesempregados.Shtml>>. Acesso: nov. 2015.

⁴⁵ Em entrevista concedida para a autora em agosto de 2015.

muitas vezes, quando ficava em casa desempregado, esperando a ligação de algum clube:

Várias vezes eu sentei com minha esposa, porque fui pai com 18 anos e a minha esposa, mãe com 15. Então nós muitas vezes paramos e analisamos os prós e os contras, mas sempre tinha uma situação que a gente colocava sempre na frente: o sonho. Então vamos prosseguir porque vai que ali na frente consegue uma coisa, mas sempre tinha uma barreira.⁴⁶

Sonho, nesse caso, é o de se tornar um jogador vedete, uma imagem admirada por todos, de ser bem remunerado, de “estourar”. Segundo ele, que já parou de jogar, a ilusão do sonho leva tempo para desfazer-se. Ele afirmou que quando o jogador se aproxima dos 30 anos, por mais que ele sonhe em “estourar”, começa ficar pouco fiável, mas mesmo assim, muitos deles continuam em função desse “sonho”. Podemos compreender esse sonho de se tornar um atleta famoso, como um daqueles venerados por eles mesmos, como a sublimação constantemente rompida, à qual se referiam Adorno e Horkheimer (1985). Sublimação que sempre se apresenta como próxima, ao mesmo tempo em que distante e improvável. Mas o fato de sempre ouvirmos as narrativas improváveis dos ídolos nos faz crer que ela não seja impossível, o que retroalimenta o sonho. Por mais paradoxal que isso pareça, é justamente nessa improbabilidade, que torna o fato especial, e na casualidade do ocorrido – isto é, nas narrativas de sofrimento, de autossuperação, de ocorrência do inexequível – que o sonho se fortalece. Segundo Uirapuru,

Eu tenho um amigo da cidade e tem proposta da segunda divisão de Brasília e o clube não quer nem pagar a passagem dele. E eu falei pra ele como, amigo, você acha que você vai receber? Se o clube nem te dá passagem? E ele me respondeu: Uirapuru, eu tenho que jogar! E aí você entra em outra historia, você vai pra jogar e se você receber ótimo, se não receber, esquece. É um sonho de toda criança ser um jogador de futebol, é só ver. Se reunir duzentas crianças e perguntar: quem quer ser um jogador de futebol? Porque ser jogador de futebol é um sonho. Por que move multidões e são questões assim que têm que mudar. Eu vejo muita coisa e se continuar do jeito que está... Faz quanto tempo que a seleção de base tá sempre penando pra passar de fase e aí quando chega no mata-mata sempre perde. Então...⁴⁷

Outro dos nossos interlocutores, Colibri, apresentou uma visão que tenta observar também o que existe por trás do sonho:

Eu acho que existe um padrão aí. A maior parte não sabe fazer outra coisa [além de jogar futebol]. Então é melhor ganhar 1.500 lá na [União] Matonense, do que ganhar 500 pra trabalhar de ajudante de alguma coisa. Há sempre aquela esperança. Por mais que as pessoas vejam que não têm tanto potencial, a pessoa sempre acredita que pode jogar um jogo incrível que

⁴⁶ Em entrevista concedida para a autora em agosto de 2015.

⁴⁷ Em entrevista concedida para a autora em agosto de 2015.

alguém possa estar vendo e que pode ter uma negociação. Sempre tem espertalhões no meio que te vendem essa ilusão. Tem o empresário, tem pai que te adora, tem o amigo que vai ver o jogo e vai te dizer que você é incrível. Isso é normal e corriqueiro em todos os níveis. Até aqui [clube grande] isso existe. Então, eu tenho muitos amigos que hoje estão chegando beirando os 28, 30 e continuam rodando o interior. Nunca ganharam mais do que 5.000 reais e passaram todos os apertos do mundo que você possa imaginar; e eu pergunto por que vocês não se prepararam para parar? Tá bom, vai lá jogar, mas vai fazer alguma coisa, não vai só se dedicar a algo que daqui a pouco vai acabar. Alguns deles já tentaram ir pra casa e não encontram o que fazer e aí não têm a formação, não tem a disciplina pra buscar uma educação formal de fato, e aí dá 6 meses ou 1 ano e voltam de novo pra jogar futebol porque é o único caminho que é mais fácil, porque é a única coisa que eles fizeram a vida inteira, porque tem um sistema que a gente vai jogar num time desses principalmente da base só ensina a jogar futebol. A escola não é uma obrigação, não é um prazer, não é uma opção. Você tem que estudar, porque o resto é treino, treino, treino, treino, treino.⁴⁸

À esteira do sonho de ser jogador de futebol localizam-se todas as horas voluntárias dedicadas a praticamente só essa atividade durante a vida. Conforme demonstra a descrição de Arlei Damo (2007), são horas e horas de dedicação a um trabalho corporal extenuante, a uma rotina de treinos, concentração, viagens, jogos, que pouco tempo deixam sobrar para outra atividade. O treino é a esperança de suas vidas, lhes dá prazer, lhes satisfaz, enquanto a escola não lhes dá a mesma satisfação. O sonho de ser jogador de futebol talvez seja a sublimação para as outras esperanças rompidas da vida. Uma escola frustrante e sem sentido, uma vida de trabalho alienado desumanizador. Por mais despótico e tirano que o mundo do futebol possa ser com o jogador, dentro de campo ele pode brilhar. Ou, pelo menos, ele acredita que um dia dentro de campo ele possa brilhar. Se, por um lado, esse sonho se apresenta como um fetiche, um desejo perverso, que encobre as relações sociais de trabalho que são predominantes no meio, por outro lado esse sonho constitui como um tênue protesto contra a situação social que temos em nosso país. Uma estratificação social demarcada e ossificada, tirânica com pobres e negros, e um mundo do trabalho cada vez mais despótico, precarizado e extenuante. Se for para sobreviver nas margens do sistema, sofrendo as consequências do capitalismo selvagem a cada dia, que seja por meio de algo que lhes dê prazer e que ainda venda a possibilidade de superação dessa condição. O sonho cumpre a ideia de que é possível viver fora da miséria. Aliás, é a única possibilidade vislumbrada de viver fora dela, da ilusão de ser protagonista da vida. O sonho é um protesto contra a situação em que esses jovens não querem se enquadrar, mas ao mesmo tempo é a compensação, a sublimação dela.

⁴⁸ Em entrevista concedida para a autora em agosto de 2015.

A apresentação do cenário econômico da modalidade visou contribuir com a reflexão sobre as condições de trabalho e as relações de produção em que se assenta a carreira do jogador de futebol. Aliás, a própria ideia de que é possível alcançar a fama e fortuna no futebol pelo mérito próprio aparece, a princípio, como antitética da ação coletiva. Entender a dinâmica da condição do sonho, do mérito pessoal possível, é fundamental para iniciar a compreensão sobre a dificuldade da ação coletiva mesmo em condições tão adversas. Para que o sonho continue fiável é necessário não desafiar os sujeitos que podem colaborar para que ele ocorra. Nesse sentido, a ação coletiva pode se colocar como um empecilho.

É evidente que, se do ponto de vista do cenário econômico no qual se desenvolve a modalidade as condições para o protesto estão dadas – baixos salários, atrasos nos pagamentos, despotismo da gestão e dos técnicos, calendário que promove o desemprego em boa parte do ano –, existe algo que não os faz protestar. Ao menos, faz com que muitos não se envolvam em protestos. Que deleguem suas vidas às decisões dos empresários, que não se importem com o que ocorre com os demais agentes da carreira. O problema que estamos tentando evidenciar é a forma pela qual a categoria se faz classe em seu processo de consciência das relações sociais em que está inserida e de compreensão da totalidade necessária para sua mudança.

Nesse sentido, cabe a nós discutirmos adiante, a partir da ação do sindicato dos atletas e de um grupo de ação coletiva que surgiu à margem do sindicato, muitas vezes desafiando a entidade, o que move esses jogadores? Por que não se movem? E o que sustenta a ação sindical da forma como ela ocorre? Essas questões serão objetivo da discussão desta tese. Antes, entretanto, vamos fazer uma retomada de como se deu a ação sindical de jogadores de futebol até o cenário apresentado nos dias de hoje, buscando evidenciar suas continuidades e descontinuidades com o sindicalismo mais amplo brasileiro, e com o sindicalismo específico em âmbito internacional.

PARTE II – Contextos, pretextos e saídas do sindicalismo no futebol

Capítulo 5. A década da rebeldia do trabalho no Brasil: o *novo sindicalismo* brasileiro e o ressurgimento dos sindicatos de futebolistas dos anos de 1980.

O sindicalismo no Brasil teve seu auge no final da década de 1970 e no início da década de 1980. Esse período foi marcado pelo grande crescimento do número de greves e pelo fortalecimento de entidades sindicais nos polos mais modernos da produção industrial brasileira, pautadas então por um discurso político que enfatizava a novidade e a autenticidade dessa experiência (SADER, 2002; SANTANA; 1999; ANTUNES, 1991; CARDOSO, 2003). Depois de viver seu auge, o sindicalismo brasileiro, nas décadas seguintes, veio experimentando diversos desafios, respondendo a eles de distintas formas. Segundo Santana (2011), as décadas de 1980 e 1990 denotam duas realidades muito distintas dentro do sindicalismo brasileiro. A primeira, marcada pelo ressurgimento das greves e das mobilizações, e a segunda, pelo arrefecimento e reorientação de estratégias e práticas sindicais.

Essa reorientação das estratégias e práticas sindicais pode ser compreendida à luz da discussão empreendida por Hyman (2001) acerca de geometria da ação sindical. Segundo o autor, os sindicatos nos países europeus passaram por um processo semelhante na segunda metade do século XX. Para compreender esse processo, o autor lança mão de um desenho explicativo chamado de geometria da ação sindical, composto de um triângulo de três vértices, em que cada um deles encara as formas organizacionais e as orientações ideológicas desses sindicatos. O primeiro vértice trabalha o sindicato como uma forma de organização dos trabalhadores para reivindicações anticapitalistas, com base em militância e mobilização política, com o intuito de obter avanços nos interesses da classe trabalhadora (HYMAN, 2001).

O segundo vértice, que aparece tanto como um rival do primeiro, quanto uma derivação dele, compreende o sindicalismo como um veículo para a integração social. Suas reivindicações fundamentam-se na coesão social, que poderia alçar graduais mudanças no bem-estar dos seus representados (HYMAN, 2001). Já o terceiro desses modelos é o de sindicalismo de negócios dos EUA, que busca a representação dos interesses ocupacionais e econômicos, estes “como descolados dos interesses políticos

mais gerais” (HYMAN, 2001, p. 3). Por isso essa concepção nega a vertente política das negociações, o que, de acordo com o autor, é falacioso, já que o Estado também intervém de forma regulatória, restringindo ou incentivando melhores condições de trabalho (HYMAN, 2001).

Esse desenho encara três modelos sindicais que dificilmente aparecem puramente na complexidade da realidade. Eles conformam o que Hyman (2001, p. 3) descreve como uma constante tensão “que se endereçam ao mercado, às relações de classe ou ao papel integrativo do trabalho na sociedade”. Nesse sentido, segundo o autor, todos os sindicatos, ao longo de sua ação e tradição, deparam-se com uma tensão entre pelo menos dois vértices do triângulo.

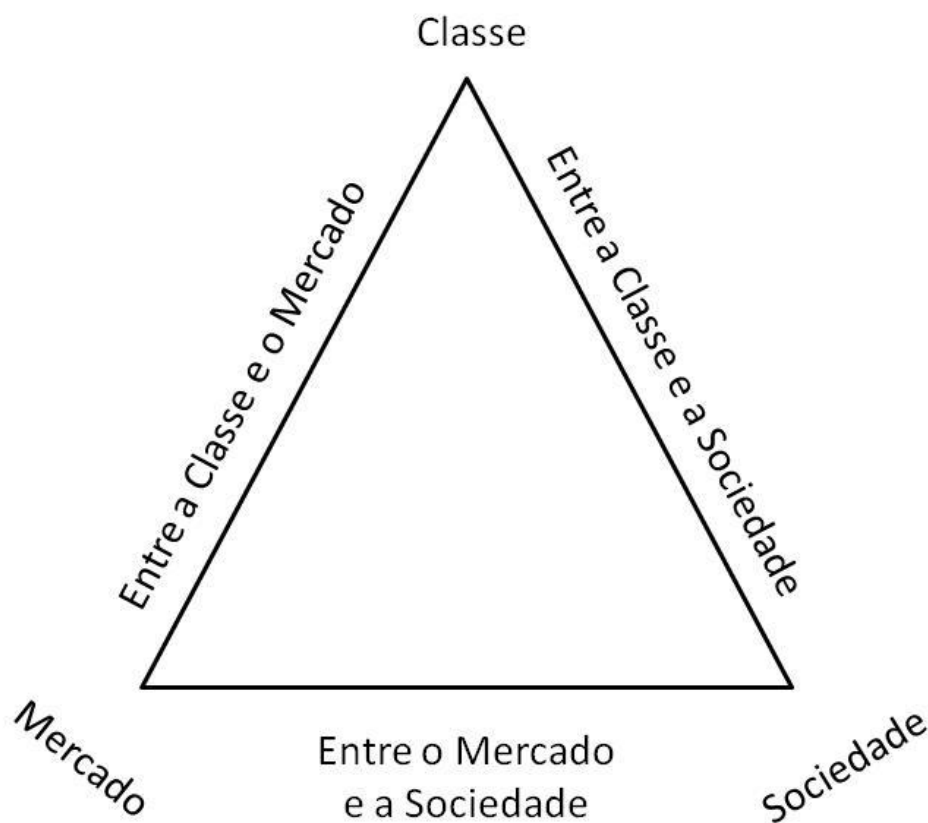


Figura 9. A geometria sindical. Fonte: Elaboração própria a partir de Hyman (2001)

A forma do triângulo ajuda a traduzir esse dilema, na realidade, essas orientações também se encontram combinadas, configurando uma tensão na ação dos sindicatos. Essa combinação faz com que a ação sindical se oriente entre um vértice e outro, ou seja, entre a classe e a sociedade, entre a sociedade e o mercado e, por fim,

entre o mercado e a classe. Por exemplo, mesmo um sindicato que possua um viés mais classista e de caráter anticapitalista, a um só tempo também é parte da sociedade e do sistema regulatório do trabalho, de modo que precisam agir no escopo da negociação econômica e também necessita coexistir com outras constelações de interesses, muitas vezes reformistas, que se encontram opostos a seus interesses revolucionários. Essa dialética da ação sindical, como fortalecedor e tensionador da ordem, incorpora a tensão descrita por Hyman (2001). Assim como, mesmo um sindicato de negócios, que nega os interesses políticos de classe, muitas vezes acaba sendo um agente destes interesses, constituindo-se a partir da divisão e do conflito entre empregadores e trabalhadores.

Segundo Hyman (2001), as tensões entre esses vértices ajudam-nos tanto a entender a ação sindical desenvolvida pelos sindicatos em determinado momento, como também, na medida em que representam tensões em disputa, podem nos ajudar a compreender as mudanças pelas quais os sindicatos passam ao longo das décadas. Essa leitura é válida na medida em que demonstra que as mudanças são fruto de tensões que já coexistiam, que disputavam anteriormente e que se substituem. Nesse sentido, quando observamos o caso brasileiro, notamos que da década de 1980 aos anos 2000, essas disputas vão delineando identidades e orientações sindicais que vão se transformando, prevalecendo umas sobre as outras⁴⁹.

Ao mesmo tempo em que podemos observar essa reorientação na cúpula sindical, devemos também atentar para a forma pela qual ela é representada na base do sindicalismo, isto é, no perfil de seus filiados, para pensar essa relação entre trabalhadores e sindicatos. Esse argumento está presente na análise de Rodrigues e Ramalho (2014), segundo a qual, por mais que a densidade sindical brasileira não tenha tido grandes alterações da década de 1990 à primeira década dos anos 2000, houve uma alteração significativa do perfil dos sindicalizados.

⁴⁹ Santana (2011) ajuda-nos a compreender essa mudança no Brasil, conforme demonstraremos mais detidamente a seguir. Segundo o autor “(...) O sindicalismo nacional viveu realidades bastante distintas quando comparamos sua atuação nos anos de 1980 e 1990. Se os primeiros anos mencionados podem ser considerados um período de ressurgimento, mobilização e ascenso do movimento dos trabalhadores, os últimos devem ser caracterizados como de arrefecimento e reorientação de práticas e estratégias” (SANTANA, 2011, p. 1). Para ele, existem nos anos 2000 sinais de retomada da capacidade reivindicativa dos trabalhadores, argumentação esta baseada nos balanços nas negociações coletivas do início da década. O autor ainda afirma que existem indicações de busca de alternativas por meio da tentativa de articulação com outros movimentos sociais, busca de abertura para outras demandas (como a questão de gênero, meio ambiente, etc), além de práticas alternativas de intervenção e negociação.

Esta mudança no perfil se expressa na reorganização geográfica desses sindicalizados, do local de moradia e do gênero. Há uma participação maior das outras regiões brasileiras, que não a Sudeste, da zona rural e das mulheres. A queda da participação do sindicalismo urbano, segundo Ramalho e Rodrigues (2014), poderia indicar mudanças no perfil político da ação sindical no Brasil, uma vez que foi esse setor que conduziu a ascensão do novo sindicalismo na década de 1990. Por essa razão, olhar para a base do sindicalismo brasileiro ajuda-nos a compreender a reorientação de suas práticas.

Esses apontamentos de Ramalho e Rodrigues (2014) ajudam a evidenciar uma nova morfologia do trabalho no país. A “classe-que-vive-do-trabalho” representa a amplitude da classe trabalhadora nos dias atuais, demonstrando que, ao invés de um fim das classe sociais, o que assistimos hoje é a sua diversificação, complexificação e heterogeneidade (ANTUNES, 2001). Segundo Antunes (2001, p. 103),

Uma noção de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, o novo proletariado dos Mc Donalds, os *trabalhadores liofizados* de que falou Juan José Castillo, os *trabalhadores assalariados* da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural.

Essa nova morfologia da classe trabalhadora, fruto das mudanças da reestruturação do padrão de acumulação capitalista, impõe desafios à organização sindical, inclusive devido ao seu caráter transnacional que traz novos desafios às formas de organização institucionais e nacionais. Esse processo, que atingiu os mais diversos tipos de trabalhadores, também se fez presente entre os atletas futebolísticos. No futebol, a heterogeneidade da categoria e o impacto da reorientação das práticas sindicais também foram significativos.

No futebol, da década de 1980 aos anos 2000 ocorreram transformações na ação sindical de jogadores que acompanham esse movimento geral, guardando algumas particularidades, evidentemente. As relações entre o contexto geral do sindicalismo brasileiro e o específico do futebol são reconhecidas pelos discursos oficiais do sindicalismo esportivo, sintetizadas no excerto de um texto de Rinaldo Martorelli, presidente do SAPESP e da FENAPAF:

Os sindicatos ganharam projeção política no País, de fato, com a mobilização dos metalúrgicos do ABC paulista a partir do ano de 1980 (...) Mas, se bem analisado, é muito pouco para um País com as dimensões continentais e com uma população trabalhadora tão volumosa. Percebe-se claramente que só nos grandes centros ainda há envolvimento no sentido em que se organizem algumas manifestações, talvez pelo fato de neles ainda existirem alguns conglomerados empresariais (...). Hoje sua luta tem sido essencialmente para preservar o que foi conquistado em quase um século de lutas sociais e que o capital, em sua fase mais destrutiva, procura subtrair. Com o quadro econômico totalmente mudado os movimentos sindicais perderam muito de suas forças. A discussão hoje consiste, prioritariamente, na manutenção do emprego. Atualmente, *nota-se um certo declínio*, um certo refluxo dos movimentos grevistas. Isso se deve ao aumento do desemprego, à diminuição da oferta de postos de trabalho (MARTORELLI, 2004, s/p, grifos nossos).

Esse certo refluxo causado pelo aumento de desemprego também atingiu o futebol. De acordo com Martorelli, apesar de ter havido um aumento no número de competições, no país, ele foi acompanhado de um arrefecimento nos investimentos, de modo que a luta pessoal pela manutenção do emprego no futebol é predominante. A consequência desse cenário é que a participação no movimento sindical é abrandada. Do ponto de vista das entidades, isso implica uma mudança de sua postura política, conforme descreve o sindicalista (MARTORELLI, 2004, s/p): “sobreviverão as entidades que conseguirem oferecer o máximo número de serviços para seus associados, caracterizando, pois, uma tentativa de mudança na tendência sindical”. A sobrevivência delas ainda poderia estar ameaçada caso o governo federal resolvesse acabar com a contribuição sindical, o que seria uma

grande incoerência deste contexto, [porque] é o trabalhador que sustenta tantas outras entidades e sistemas sistema confederativo, que não os sindicatos, através de contribuições e impostos, e não se vê discussão alguma acerca disto, como se os sindicatos fossem o grande vilão da história. Fica patente a falta de visão ou um contorno totalmente dirigido (MARTORELLI, 2004, s/p).

Essa reflexão extraída do texto “Relações sindicais na área do desporto profissional”, escrito por Rinaldo José Martorelli, no ano de 2004⁵⁰, demonstra alguns dos dilemas e questões do sindicalismo esportivo brasileiro. Apesar da crescente atenção que o esporte tem ganhado na área acadêmica, em especial nas ciências sociais, uma pequena parte dela tem sido despejada em análise sobre o poder dos jogadores de futebol, a especificidade de sua condição enquanto trabalhadores e sobre sua atuação sindical⁵¹. Um argumento que poderia justificar esse cenário seria a quase inexistência

⁵⁰ O texto foi publicado no sítio eletrônico do SAPESP.

⁵¹ No Brasil, Roberto Damatta (1994), no texto “Antropologia do óbvio”, traça um quadro explicativo para a importância do futebol na sociedade brasileira, como compensador de um cenário de desigualdade, relações

de sindicatos fortes e atuantes no âmbito esportivo, uma vez que a opinião pública sobre o esporte pouco os noticia. Contudo, um olhar mais atento demonstra que os sindicatos dessa esfera têm obtido reconhecimento institucional. No caso do futebol brasileiro, percebemos que a redação de 2011 da Lei Pelé já localiza os sindicatos dos jogadores como sujeitos políticos da definição dos rumos do esporte. No caso do futebol internacional, a existência de Comitês de diálogo social, no âmbito da União Europeia, confirma esse cenário, ao passo que o sindicato internacional de futebolistas, a FIFPro (Federação Internacional de Futebolistas Profissionais)⁵², faz parte dele.

Não é tão raro, todavia, se deparar com notícias de greve entre futebolistas. Em 2011, os jogadores espanhóis atrasaram o início de sua liga nacional; os jogadores italianos também paralisaram naquele ano. Em maio de 2015, os jogadores espanhóis novamente ameaçaram a entrar em greve. Se considerarmos ainda a possibilidade de greves isoladas por salário, esse número aumenta, mesmo no Brasil. Por fim, se contabilizarmos as greves que ocorreram em outras modalidades esportivas, em especial nos Estados Unidos da América, esse cenário avoluma-se no presente e no passado também.

Neste capítulo e nos próximos, vamos analisar a relação do sindicalismo no Brasil com o sindicalismo específico do futebol. Não o faremos de forma mecânica, mas salientando as continuidades e discontinuidades dessa relação e, igualmente, destacando as especificidades do sindicalismo no âmbito futebolístico. Para tanto, vamos revisitar

personalizadas, privatizadas e hierarquizadas. Não contempla nesse quadro o fato de, para o jogador de futebol, este ser o espaço privilegiado para a reprodução de todas essas relações. Simone Guedes (1982), em “Subúrbio: celeiro de craques”, ao abordar a forma como homens adultos desejavam ser jogadores de futebol, também não se debruçou em especificar quais são as consequências para os jovens que decidem seguir adiante nessa profissão. Arlei Damo (2007) estudou em seu doutorado a formação dos jogadores de futebol. Segundo ele, há um conjunto de práticas intramundanas às quais jogadores de futebol se submetem a fim de seguir seus sonhos. Para o autor, estes se constituem como “pés de obra”, protagonistas do espetáculo esportivo, portadores de um dom, ao qual eles sempre terão de retribuir. Em outro texto, todavia, intitulado “A magia da seleção”, Damo analisa a formação do espetáculo esportivo, descrevendo que o futebol funcionaria tal como uma metáfora da nação. Nesse caso, os jogadores de futebol “são símbolos vivos, que enfrentam outras nações, outras comunidades de sentimento, algumas muito poderosas no plano econômico e político, mas que são forçadas a se curvarem diante da nossa magia” (DAMO, 2006, p. 87). Contudo, ao mesmo tempo em que são os símbolos vivos que não se curvam, também não fazem parte do sistema político esboçado pelo autor que se configuraria como a metáfora da nação. Esse mapeamento demonstra a necessidade de nos debruçarmos mais especificamente sobre o papel desempenhado pelo jogador em nossos quadros explicativos sobre o futebol. Eles são símbolos importantes que conquistam o público e possuem um apelo considerável. Entretanto, são também sujeitos e agentes políticos dotados de capacidade de intervenção dentro do campo esportivo.

⁵² A FIFPro, Fédération Internationale des Associations de Footballeurs Professionnels, foi fundada oficialmente em 1965, mas ficou inativa até o ano de 1995. A função da FIFPro era “to bring all footballers” association in the world “regardless of their nationality, religion, political conviction, race or gender”, to increase solidarity between professional players, establish leagues, organised interest groups or various other organisations in the most suitable way, and pursue and defend the rights of the professional football players” (DABSCHECK, 2006, p. 662).

os contextos do sindicalismo brasileiro, retomando sua trajetória, relacionando-a aos fatores não somente externos que o influenciaram, tais como econômicos e políticos, mas também internos, como suas orientações e ações dos sindicatos no país.

A partir dessa revisão, buscamos traçar as afinidades desse processo mais geral com o sindicalismo no futebol, demonstrando como a ação sindical entre jogadores de futebol foi alterando suas práticas e orientações durante as décadas de 1980 e 1990. Essa contextualização permitirá que compreendamos a ação sindical durante os anos 2000, isto é, o período do pós Lei Pelé, que é o objeto específico desta tese. A razão pela qual faremos a incursão nos períodos anteriores ao do objeto da tese é que, seguindo as indicações metodológicas de Norbert Elias (1994), quando nos direcionamos à compreensão de processos históricos, em especial aqueles que denotam uma transformação, é necessário que nos debruçemos sobre o período imediatamente anterior, de modo que possamos evidenciar como a mudança transcorreu, o que se alterou e o que se confirmou. Para essa incursão, em primeiro lugar, revisitaremos literaturas clássicas do sindicalismo no Brasil, e em um segundo momento, demonstraremos a relação entre o contexto geral do sindicalismo e o específico do futebol.

5.1 A rebeldia do trabalho na década de 1980

A transição política para a democracia, na década de 1980, possibilitou aos sindicatos um espaço de atuação sem grandes repressões. Esse fator acrescido da conjuntura econômica de crise, com elevada inflação, forneceu dois grandes incentivos ao crescimento das mobilizações sociais (SANTANA, 2011). Para compreender como esse processo se deu e influenciou a constituição de uma orientação sindical radical, com práticas de mobilizações massivas, temos de olhar mais detidamente sobre o contexto político e econômico da década de 1980.

Do ponto de vista político, o início da década de 1980 foi permeado por três distintas crises (BERTONCELO, 2007). O Estado brasileiro passava por uma crise derivada da drástica redução de sua capacidade de promover o desenvolvimento capitalista e de intermediar os interesses sociais através de sua esfera corporativa. Nessa dinâmica, foi erodida a aliança política que sustentava o padrão de dominação em voga

desde o estado varguista, de incorporação das classes sociais distintas. Além disso, havia uma crise específica ao regime militar, em função de a abertura ter alterado as relações de poder na política dos principais centros e pela crescente dificuldade em reproduzir a exclusão política de amplas camadas sociais. Por fim, o governo estava numa terceira crise, marcada pelo esvaziamento da autoridade estatal e fragmentação da base de sustentação político-partidária do governo federal.

Do ponto de vista econômico, a crise também se apresentava. Segundo Cardoso (2003), a grande inflação da época tornava mais necessárias as lutas por recuperação salarial. Além disso, as taxas de desemprego estavam baixas (de 2,9% a 4%), cenário este que favorecia o poder de barganha dos trabalhadores, reduzindo o que o autor (2003, p. 36) denominou “os custos da participação”. Por fim, a crise econômica duradoura restringia “enormemente os horizontes dos cálculos dos agentes econômicos” (CARDOSO, 2003, p. 36). A falta de perspectiva de uma melhora ou de uma negociação justa fazia com que estratégias mais radicais fossem favorecidas. Essa visão, pautada pelos custos e benefícios da ação coletiva, ajuda-nos a compreender também outros fatores que contribuíram para que surgisse um auge do sindicalismo conformado como uma identidade coletiva relacionada ao “novo” e “autêntico”.

Essas crises políticas e econômicas propiciaram um cenário, conforme destaca Kowarick (1987, s.p.):

Vale dizer que, com o acirramento da crise econômica do início dos anos 80, dois ensaios apontaram para um clima de “rebelião social”, na medida em que se expandia a invasão de terras em inúmeras cidades brasileiras, que também passaram a ser palco de centenas de saques em lojas e supermercados. Em relação a esta última modalidade de explosão popular, é importante fazer referência às análises que discutiram a questão da “transgressão da ordem”, tendo em conta os massivos saques que durante três dias explodiram em São Paulo de 1983.

Além de tal conjuntura crítica, é importante ressaltar que as transformações nas estruturas sociais, como a ampliação de certas categorias profissionais, são acompanhadas de modificações no processo de construção de identidades coletivas e nos padrões associativos das diversas camadas sociais. Portanto, há nessa alteração da configuração socioeconômica uma relação com a emergência de uma nova dinâmica grevista e associativa entre as camadas médias. Isso porque o

Processo de complexificação social tenderia a reduzir a capacidade da esfera corporativa estatal de intermediar os interesses sociais e organizar a sociedade, gerando conflitos em torno da autonomização da política de certas camadas sociais que não encontravam nas instâncias corporativas do Estado

canais adequados para expressão de suas demandas (BERTONCELO, 2007, p. 58).

Se, por um lado, o *novo sindicalismo* é fruto de alterações na conjuntura política e econômica do país, por outro, ele também foi resultado de uma série de pequenas manifestações que ocorreram de 1969 a 1977 (RODRIGUES, 1997). Essas manifestações, que ocorriam principalmente na Grande São Paulo, levavam em consideração as pequenas demandas dos trabalhadores no interior da produção. Eram lutas “defensivas” por “melhorias das condições de trabalho; para conseguir a parada do café, contra o autoritarismo das chefias, por aumentos salariais, contra atrasos de pagamento, pela diminuição do ritmo de trabalho” (RODRIGUES, 1997, p. 52). De acordo com Rodrigues (1997), foram esses pequenos embates que contribuíram para forjar um padrão de ação sindical mais preocupado com os trabalhadores em seus locais de trabalho e com uma identidade operária de luta de massas. Desse modo, o *novo sindicalismo*, ao mesmo tempo em que expressa uma descontinuidade histórica e inaugura um novo cenário, um discurso de autenticidade, também foi fruto de processos que já se desenrolavam nas décadas anteriores.

Nesse contexto, esse *novo sindicalismo* abrangia setores do operariado da grande indústria recém-surgida (ABC-SP), defendendo formas mais autônomas de atuação⁵³ e postulando novas demandas. O quadro de greves desse período é bastante emblemático: em 1978, ocorreram 118 greves, das quais 101 em SP, 78% em indústrias. Em 1979, foram 246 greves, em 19 estados, e expandindo-se setorialmente, envolvendo assalariados da classe média e trabalhadores de serviços e do setor público. Em 1980-1982, apesar do aumento da repressão governamental, da conjuntura econômica desfavorável e da diminuição da quantidade de greves, principalmente entre os trabalhadores das indústrias e do setor privado (BERTONCELO, 2007, p. 71), as mobilizações continuavam fortes. Além disso, tais mobilizações se alastram por outras categorias sociais, de modo que, durante toda a década de 1980, ocorrem mais de 6.000 greves (SANTANA, 2011). De acordo com dados do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEEP) da Unicamp (ANTUNES, 1991), durante a década de 1980, em

⁵³ Nesse caso, para Sader (2002), o significado de autonomia está relacionado à contestação da estrutura corporativa de sindicalismo atrelada ao Estado. Isso difere do entendimento desse conceito presente nas análises influenciadas pelas Teorias dos Novos Movimentos Sociais, nas quais essa noção era utilizada para descrever a negação de relação com partidos políticos, sindicatos e Estado. Aliás, conforme Cardoso (2003) evidencia, embora esses movimentos muitas vezes se colocassem contra a interferência do Estado nos sindicatos, e criticassem a estrutura sindical vigente, esta mesmo serviu aos interesses do novo sindicalismo, uma vez que o dinheiro arrecadado com o imposto sindical financiou diversas mobilizações em âmbito nacional deste movimento.

especial a partir de 1983, ocorreu um aumento acelerado no número de greves nas regiões urbanas do Brasil:

Tabela 11. Número de greves por ano

Ano	Número de greves
1978	118
1979	246
1980	144
1981	150
1982	144
1983	347
1984	492
1985	619
1986	1004

Fonte: Nepp/ Unicamp, extraído de Antunes (1991, p. 17).

A observação das greves, no entanto, evidencia a complexidade do *novo sindicalismo*. A maior parte delas era caracterizada por serem circunscritas a empresas, ocorrendo inclusive um declínio das greves gerais por categoria. De acordo com Antunes (1991, p. 18), esse recurso “possibilitava recusar as ações fundadas numa política de confronto nos moldes das greves do ABC de 1978 a 1980. A greve por empresa se adequava ao relativo refluxo e tentativa de retomada do sindicalismo grevista”. Além disso, também havia greves com ocupação de fábricas, na qual os trabalhadores cumpriam sua jornada dentro da fábrica. Tais greves continham um caráter mais radicalizado e enfrentavam duras repressões.

As greves de categoria concentraram-se mais no sindicalismo público, dos professores e servidores universitários, e dos bancários. Além disso, também houve uma greve geral dos trabalhadores contra o arrocho salarial do Plano Cruzado⁵⁴. Tais greves,

com duração limitada e sem que visassem necessariamente a obtenção de uma conquista imediata para que houvesse o retorno ao trabalho, mesclaram-se com aquilo que chamou-se também de greve coercitiva, uma vez que visavam impedir o aprofundamento da política econômica fundada na superexploração do trabalho (ANTUNES, 1991, p. 30).

Essas duas perspectivas, de aumento das greves de locais de trabalho, que buscava a obtenção de resultados rápidos, e a ocorrência de algumas greves por categorias e de greve geral em 1989, demonstram o caráter plural do *novo sindicalismo*.

⁵⁴ O Plano Cruzado foi um pacote de medidas implementado pelo governo Sarney em 1986. A primeira iniciativa foi de congelar salários e preços. No entanto, com a crise de desabastecimento provocada pela insatisfação do empresariado brasileiro, o governo Sarney optou por descongelar os preços, além de redução de gastos públicos. Essas medidas ficaram conhecidas como Plano Cruzado 2 e motivaram a convocação de uma greve geral pela CUT, em 12 de dezembro de 1986, que paralisou 25 milhões de trabalhadores (MACARINI, 2007).

Isso significa que mais do que uma experiência homogênea, seu conteúdo estava em constante disputa e transição. Além disso, é possível perceber nele já o início de uma orientação política voltada aos resultados e de negação da estratégia do confronto, que caracterizará mais profundamente o sindicalismo da década de 1990. Nesse sentido, mais do que intensas rupturas, o que se percebe é um processo histórico vivo e disputado.

Como consequência desse processo, houve a consolidação do movimento sindical, com o aumento da densidade de filiação e a expansão da organização para outras categorias, como os assalariados médios (SANTANA, 2011). De acordo com Cardoso (2003), o número de sindicatos cresceu perto de 50% na década de 1980, atingindo o número de mais de 10 mil sindicatos. A taxa de sindicalização alcançava o patamar de 30% dos trabalhadores empregados formais de todo o país.

Além disso, nesse processo também surgem as centrais sindicais, com destaque para a criação da Central Única dos Trabalhadores, que buscava forjar um comando nacional ampliado, com a adesão das bases sindicais. Com o ressurgimento das greves e reoxigenação das direções sindicais, vai se ampliando a necessidade de organização, preparação e sustentação das ações, o que gera a necessidade de uma organização nacional (ANTUNES, 1991; RODRIGUES, 1997).

Em resumo, quando tratamos do *novo sindicalismo*, estamos nos referindo a um processo dentro do qual assistimos à reascensão das greves, não só nas fábricas, como entre os assalariados médios, dos serviços, do funcionalismo público, o avanço do sindicalismo rural, surgimento das centrais sindicais, as tentativas de organização dentro dos locais de trabalho e o aumento da taxa de sindicalização em geral no país (ANTUNES, 1991). Esse processo contrapunha-se, naquele momento da década de 1980, ao que ocorria nos centros de capitalismo avançado, que já presenciavam um decréscimo do sindicalismo e uma mudança na orientação das políticas sindicais em direção a estratégias mais defensivas (ANTUNES, 1991; HYMAN, 2001). A seguir nos deteremos na influência desse contexto para a compreensão do sindicalismo no futebol nessa década.

5.2 O sindicalismo no futebol na década de 1980

Uma experiência particular ajuda-nos a compreender a relação entre o novo sindicalismo e o sindicalismo no futebol: a Democracia Corinthiana. Por isso é importante localizar, na década de 1980, na conjuntura específica do futebol, a ascensão de uma forma particular de ação coletiva e reivindicação de direitos. Além disso, para compreender as motivações que fazem emergir a ação sindical, para além de mera reprodução do sindicalismo mais amplo, é importante olhar para o futebol enquanto setor de relações sociais de trabalho, a fim de compreender como essas relações sociais de produção conformaram também sujeitos que reivindicaram mudanças e agiram coletivamente para tal.

Em 1947, fundou-se o Sindicato dos Atletas Profissionais de São Paulo, com o intuito de fornecer apoio aos jogadores de futebol no estado (RIBEIRO; GÓES; MOTTA, 2007). Desde a sua fundação, sua forma de atuação é de colaboração e cooperação com os clubes e federações e não de enfrentamento, como fica explícito na “História do SAPESP”, disponível no sítio eletrônico da entidade⁵⁵. Até a década de 1970, o sindicalismo no futebol paulista era marcado por uma grande distância da base, tendo a entidade, em 1983, apenas 600 associados⁵⁶. Uma de suas maiores reuniões até então tinha sido sobre o boicote à revista *Placar*, quando esta havia denunciado a presença dos jogadores paulistas numa máfia da loteria esportiva.

Não é objetivo, neste momento, discutir o perfil político do sindicato. Entretanto, cabe destacar que nem sempre a postura do sindicato é de conciliação. Em alguns momentos, o sindicato adotou discursos de enfrentamento, especialmente na década de 1980, em que essa postura conciliatória não foi hegemônica. Em nossa visão, a existência de uma visão de confronto no sindicalismo de futebolistas da década de 1980 é fruto da influência do *novo sindicalismo*. A seguir, demonstraremos as implicações desta nas orientações ideológicas e práticas sindicais no futebol.

No futebol, a primeira metade da década de 1980 também apresentou uma crise que abalou o sistema de poder das décadas anteriores e impulsionou um modelo de modernização que viria a se concluir somente ao final da década de 1990, a partir da Lei Pelé (1998)⁵⁷. A crise econômica da década de 1980 colocou novos condicionamentos

⁵⁵ SAPESP. História do SAPESP. Disponível em: <www.sindicatosdeatletas.com.br> Acesso: jan. 2015.

⁵⁶ JOGADORES discutem sindicalismo mais forte. *Folha de S.Paulo*, 03 abr. 1983, p. 26.

⁵⁷ A noção de modernização do futebol brasileiro é entendida aqui como alta integração e incorporação deste ao circuito de valorização do capital. Isso significa que, por mais que o futebol estivesse relacionado a algum negócio,

ao futebol nacional, fazendo com que os clubes tivessem de abrir mão de seu patrimônio líquido: o “passe” dos jogadores. As formas tradicionais de administrar entraram em colapso com a queda de público e de renda dos jogos (PRONI, 2000, p. 148).

Desde meados da década de 1970, apareceu em cena o debate sobre o modelo do “futebol empresa”, que nesse momento histórico representava uma contraposição à administração voluntarista do futebol brasileiro, que tinha receitas oscilantes, com federações desorganizadas e alterações frequentes em datas e horários dos jogos (PRONI, 2000, p. 148).

Em função desse cenário, até a década de 1980, os problemas do futebol brasileiro eram vistos como falta de organização e planejamento. E para resolver tal dificuldade, a solução buscada era tentar o incremento das receitas do clube, através da contratação de profissionais de publicidade e de marketing. Com isso, não se prezava ou mesmo debatia a necessidade de uma mudança da estrutura burocrática e legal do futebol, que seria até mesmo a forma de alavancar esse aumento da arrecadação que urgia. Entretanto, quando a crise econômica brasileira de 1981-1983, que ocasionou o descontrole da inflação, afetou profundamente a rentabilidade dos clubes de futebol, gerou-se uma situação que tendia a se tornar insustentável. Por essa razão, aumentaram as despesas correntes e os custos das contratações, e a arrecadação não subiu com a inflação. A elevação dos juros bancários fez crescer o endividamento dos clubes, que precisavam vender seus melhores atletas para pagar tais dívidas (PRONI, 2000, p. 149-150). Nesse sentido, tal crise localizava o atleta como um recurso estratégico para sair do estrangulamento econômico pelo qual os clubes passavam.

A desvalorização da moeda nacional tornava corriqueira a contratação de atletas brasileiros por clubes estrangeiros (PRONI, 2000, p. 150). Junto com a inflação do valor

até o final da década de 1970, esta não tinha sido a tônica de seu desenvolvimento, momento no qual esse processo começa a se inverter. Mas antes é preciso demarcar que a utilização da palavra “modernização” é feita devido a sua larga legitimidade para tratar do assunto, mas não incorporamos um sentido ideológico que muitas vezes está implícito em seu uso. Este sentido de modernizar, que o vê ideologicamente como sinônimo de melhorar, de adequar a uma modernidade que adquire um caráter progressivo e, em última instância, até evolucionista, não faz parte da nossa leitura. Pelo contrário, os motivos que tornam, para nós, o termo “modernização” adequado são dados na medida em que se retirou dele o seu caráter único, muitas vezes apoloético, uma vez que modernização, nesse caso, se refere a desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Problematicar seu caráter de progresso como unívoco significa acabar com a lógica dual que se construiu entre modernização e atraso. Aliás, segundo Oliveira (2008), a própria modernização brasileira se deu fundamentada nos pilares mais arcaicos de nossa sociedade. Segundo o autor (2008, p. 32), “a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’”.

de custo dos passes, cresciam as exigências contratuais, até mesmo para arcar com o incremento da inflação. E tal situação se convertia num círculo vicioso, na medida em que o aumento dessas exigências agravava as dívidas do clube, que por sua vez pioravam à medida que os juros bancários também cresciam.

Por isso, por mais que na década de 1980 se discutissem soluções para a crise – restritas a uma reorganização da gestão dos clubes –, nesses novos pilares uma questão continuava intacta: a Lei do Passe. Cabe destacar que a legislação vigente naquela época, de 1976, tinha sido resultado de um processo conflitivo envolvendo um jogador de futebol: Afonsinho.

Em setembro de 1970, Afonsinho, então jogador do Botafogo, ao retornar ao time com cabelos compridos e de rosto barbado, foi impedido de treinar e jogar com aquela aparência, considerada rebelde pelo então técnico Zagallo. Após meses resistindo a essa intervenção na sua vida pessoal, e depois de quase desistir do futebol, o jogador decidiu entrar na justiça desportiva para reivindicar seu direito ao trabalho e a seu passe⁵⁸. O caso ganha repercussão e, em função disso, em março de 1971, o jogador obtém o direito a seu passe, podendo escolher para qual clube seria transferido (FLORENZANO, 1998; ANDRADE, 2006; COUTO, 2010). Afonsinho é considerado o primeiro expoente de contestação ao sistema do passe, processo que deu início a uma série de debates que tomaram os sindicatos de São Paulo e do Rio de Janeiro, em meados da década de 1980.

Nesse sentido, por mais que a crise fosse econômica, a sua saída era permeada por uma faceta política importante: a manutenção de relações de poder profundamente desiguais, em função da subordinação do atleta aos interesses do clube. Por isso, tais saídas conservadoras para a crise econômica do futebol não foram apoiadas por completo pelos jogadores de futebol. Um dos meios de contestação para essa legislação, considerada “escravagista”, foi a atuação nos Sindicatos dos Atletas⁵⁹.

⁵⁸ No momento em que Afonsinho foi à justiça desportiva lutar pelo seu passe, ainda não havia o registro da Lei do Passe para regulamentar as relações de trabalho da modalidade. Entretanto, já havia o decreto 53.820/1964, que fazia coro com as disposições da FIFA para a necessidade da carta de transferência – documento que só poderia ser emitido pelo clube ao qual o jogador estava vinculado – para que o jogador se vinculasse a outro clube (ANDRADE, 2006, p. 53).

⁵⁹ Desde 1983, quando era presidente do SAFERJ, Zico já tentara articular os três sindicatos (SP, RJ e RS) para extinguir a Lei do Passe (“O sindicalista Zico apresenta seus planos para mudar o futebol”, *Folha de S.Paulo*, 10 jan. 1983, p. 16). Também em 1983, Valdir Peres, que era presidente do SApESP, afirmara que o jurídico da entidade discutia alterações, enquanto o jogador Sócrates propunha que os dirigentes percorressem o interior do estado para descobrir com os jogadores de clubes pequenos quais as reais demandas para escrever uma lei que fosse alternativa ao passe (“Jogadores discutem sindicalismo mais forte”, *Folha de S.Paulo*, 03 abr. 1983, p. 26) (MARTINS, 2012).

No entanto, a busca pelo sindicato não foi a primeira iniciativa de contestação entre jogadores de futebol na década de 1980. Uma experiência – mais ampla que sindical – que ajudou a conferir visibilidade ao sindicalismo no futebol nessa década foi a Democracia Corinthiana. Por parte dos jogadores a Democracia Corinthiana pode ser entendida como o processo de participação deles em algumas instâncias do clube. Em suma, questões referentes ao departamento de futebol eram levadas para discussão e votação com o elenco, possibilitando algumas conquistas, como a concentração facultativa. Do ponto de vista da diretoria, foi um período de duas gestões no qual se empreendeu no clube uma visão mais empresarial de administração. Além disso, muitos jogadores participavam dos comícios pelas eleições diretas para presidente da República, movimento conhecido como Diretas-Já (MARTINS, 2012)⁶⁰. Tal como o *novo sindicalismo*, a Democracia Corinthiana também era plural e continha dentro dela diversas concepções sobre seus objetivos e demandas (MARTINS, 2012).

O SAPESP assumiu uma relação direta com a Democracia Corinthiana, ao ter como presidente o jogador Wladimir, uma das lideranças da experiência alvinegra. O jogador buscava a construção de um sindicato mais forte, colocando como um dos pontos centrais do embate que os jogadores deveriam fazer a questão da Lei do Passe. Wladimir começou a integrar o Sindicato dos Atletas de São Paulo a partir de 1978, durante a gestão do jogador Palhinha⁶¹. Na gestão seguinte, após a saída de Palhinha, em 1980, e a entrada de Valdir Peres como presidente, Wladimir foi tesoureiro e, por fim, em 1984, elegeu-se presidente. Além de Wladimir, figura do movimento alvinegro que mais ativamente atuou no sindicato, outros jogadores participaram publicamente dos debates acerca do sindicalismo no futebol, como Sócrates, Daniel Gonzalez, Leão, Casagrande e Juninho. Destes, durante o período da Democracia Corinthiana, Juninho e Casagrande foram diretores sindicais – ambos, além do próprio Wladimir, eram filiados ao Partido dos Trabalhadores, demarcando uma atuação política para além do clube alvinegro. Casagrande, por ser da gestão sindical, foi alvo de uma grande polêmica

⁶⁰ A relação da Democracia Corinthiana com o sindicalismo no futebol paulista pode ser encontrada em Reis e Martins (2014).

⁶¹ Palhinha era jogador do Corinthians também naquele momento e, segundo depoimento de Wladimir, foi ele quem o convidou para fazer parte do sindicato. Palhinha foi eleito vice-presidente do sindicato na chapa presidida por Leão, em 1978. Entretanto, como este foi transferido do futebol paulista, Palhinha assumiu a presidência (CARDOSO, Maurício. Um líder paulista, uai. *Revista Placar*, nº 459, 09 fev. 1979, p. 6-8).

dentro do clube: a diretoria corinthiana queria dispensá-lo, mas, em função do mandato que ele cumpria, isso era ilegal⁶².

Durante a Democracia Corinthiana, o sindicato dos atletas ganhou bastante publicidade nos meios de comunicação. Nesse mesmo período, o sindicalismo, de modo geral, estava num período de ascensão, marcado por greves específicas e gerais (SADER, 2002), contexto que, confluindo com um momento de politização do futebol, tal qual a experiência corinthiana, conferiu mais visibilidade para a atuação do próprio sindicato dos jogadores de futebol⁶³.

A gestão de Wladimir queria “transformar o futebol numa estrutura sindical eficiente, capaz de acabar com o paternalismo e a ingerência política dos cartolas na profissão”. Ele dizia que havia dificuldades, em especial que “infelizmente a essência do futebol profissional é o confronto; a derrota de um é a vitória de outro”⁶⁴. Segundo ele, “a gente existe para jogar contra. E isso gerava uma certa animosidade, uma certa distância, na verdade. Então, a nossa profissão tem essa peculiaridade, essa distinção com relação a outras” (MARTINS, 2012), e esse era o aspecto que tornava difícil a unidade da categoria.

Para fortalecer o sindicato, uma das medidas tomadas na gestão de Wladimir foi fazer uma campanha para aumentar o número de associados. De 600 passaram para

⁶² Em função de um afastamento temporário do técnico Jorge Vieira, por adoecimento, Casagrande teria dado uma declaração de que ele já não era mais o treinador da equipe, afirmando que o preparador físico Helio Maffia estaria exercendo o cargo. Jorge Vieira, então, tentou excluir Casagrande de uma delegação, mas não obteve o respaldo de Adilson Monteiro Alves. A consequência foi que o técnico acabou por se demitir. Nesse episódio, a diretoria decidiu punir Casagrande, suspendendo-o por dois meses da equipe e depois colocando-o à venda, desagradando o jogador (Ninguém pode mandar Casagrande embora, *Folha de S.Paulo*, 13 jun. 1984, p. 26; BERGE, Ari, Lula com Sócrates defende o sindicalista Casagrande, *Folha de São Paulo*, 14 jun. 1984, p. 28).

⁶³ Interessante é que quando perguntado sobre a Democracia Corinthiana, o atual presidente do sindicato, Rinaldo Martorelli, afirmou: “É para gente chegava que *aquilo era mais uma bagunça do que uma democracia*. Eu sempre fui muito profissional nesse negócio de treinar e tudo, e a gente sabe de histórias que os caras não treinavam, os caras voltavam da bagunça. É que para eles deu sorte porque acabaram como campeão. Mesmo com aquela zona toda foi campeão. Então, eu não sei, ninguém aqui, eu não sou, nunca vou apoiar a ditadura, mas a democracia também impõe dever e aquela democracia parece que não tinha dever, ainda mais para jogar. Então, e tem um monte de histórias, se você for na internet vai encontrar, as histórias que podem contar, tem um monte de histórias que a gente ouvia: “isso daí não dá para nós”. Não se *tratava de democracia. Democracia eu queria em 89 quando eu fiquei parado por causa do passe. Aí eu queria democracia e ninguém me deu*. O direito de trabalhar ninguém me deu. Dá o direito de trabalhar na bandalheira. Aí me parece que a coisa não funcionou. É que, voltando, foi campeão. E quando você atinge o resultado vale tudo. Esse é um dos grandes problemas do futebol. Você chega, você atinge o resultado, ninguém quer saber se você se organizou, se você treinou. Ao passo que se você está tudo organizado, está fazendo tudo direitinho, empata três partidas, você não serve. Por algum problema, porque dentro do grupo tem um que emocionalmente se abala, e ele se abalou, e por causa dele não conseguiu ganhar e empatou ninguém quer saber. O resultado do jogo é, na verdade, norte para as atitudes dos clubes. Então, é mais um aspecto complicado. E a Democracia ganhou, então parece que foi um negócio interessante. As informações que a gente tinha na época não batiam muito com isso não” (MARTORELLI, 2014c, grifos nossos).

⁶⁴ WLADIMIR quer sindicato sem paternalismos. *Folha de S.Paulo*, 02 set. 1984, p. 27.

3.000 sócios, algo que era só o primeiro passo para esse fortalecimento, visto que, além disso, era necessária uma conscientização do jogador. A taxa de adesão sindical nesse período então passara de 20% para aproximadamente 100%, demonstrando uma tentativa de envolvimento, ao menos formalmente, da entidade sindical com sua base. Tal aproximação foi fruto, segundo Wladimir, do deslocamento de um funcionário do sindicato para visitar os clubes do interior paulista.

Uma das questões mais importantes, segundo Wladimir, era a Lei do Passe, ressaltando que não bastava, entretanto, apenas extinguir o passe, já que

passe livre, na estrutura atual do futebol brasileiro, é sinônimo de instabilidade no emprego. Acharmos que a Lei do Passe tem que ser revogada, mas como uma nova forma de relacionamento entre patrão e empregado. Temos que começar com as divisões inferiores. Quando o jogador começasse em um clube teria a liberdade de aceitar ou não a sua vinculação⁶⁵.

Na fala de Wladimir fica evidente uma preocupação com a precarização da carreira de jogador de futebol, atribuindo ao passe uma segurança que o contrato livre não necessariamente atribuiria. Todavia, para este, a falsa segurança proporcionada pela vinculação por meio do passe não era motivo para sua defesa. Até porque tal sensação era custosa para o jogador: baseava-se numa relação despótica entre o clube e ele. O clube mandava em sua vida e podia retalhá-lo como quisesse, inclusive vedando seu direito ao trabalho.

Por isso, garantir estabilidade na carreira e segurança de emprego no mundo do livre contrato dependeria da própria ação do sindicato em lutar por direitos e condições mínimas básicas na profissão que proporcionassem a plena realização do direito ao trabalho como jogador de futebol. Para tanto, o passo fundamental para a extinção da Lei do Passe sem piora nas condições de trabalho deveria passar pelo fortalecimento da categoria e da entidade dos atletas. Essa discussão sobre a forma pela qual o passe deveria ser alterado, como parte de uma defesa de condições de trabalho dignas, no entanto, é perdida na década de 1990, como veremos adiante, em função da defesa intransigente do fim a qualquer custo do passe.

A onda grevista do *novo sindicalismo* também influencia o sindicalismo no futebol. Em sua gestão, em 1984, Wladimir ameaçou fazer uma greve dos jogadores

⁶⁵ O DESAFIO de um novo jogo. *Revista Placar*, 02 mar. 1984, p. 20-23.

após o não julgamento de Mário Sérgio⁶⁶. Até então, não existem registros de tentativas de greves ou paralisações organizadas coletivamente no futebol. Ainda que tal iniciativa guardasse relações com os interesses do clube corinthiano, o que a levou a ser taxada como uma manobra do Corinthians sobre o sindicato (MARTINS, 2012), ela significou, até então, o ápice de radicalidade na categoria, algo que só viria a se repetir nos anos 2000.

Portanto, o sindicalismo no futebol ganhou visibilidade na década de 1980 em função do *novo sindicalismo* e da Democracia Corinthiana, experiência essa influenciada pelos movimentos grevistas que ocorriam então. Sua pauta política era como uma resposta aos debates sobre a crise econômica, que, apesar de ser chamada de modernização, mantinha um dos pilares mais arcaicos da estrutura esportiva, o passe. O sindicato não só ganhou visibilidade, como se fortaleceu, aumentando sua taxa de filiação e contando com a adesão de jogadores famosos em sua gestão. Na esteira das greves realizadas na década, chegou a ameaçar a ocorrência de uma no futebol, destoando da postura conciliatória de gestão sindical adotada até então.

⁶⁶Em 1984, o jogador Mario Sérgio foi pego no exame antidoping. Ele jogava pelo Palmeiras, e a diretoria do clube tentava adiar seu julgamento de modo que ele pudesse continuar disputando partidas, sem que fosse punido, até o final do Campeonato Paulista. A postura do presidente do sindicato, além de oferecer a estrutura jurídica da entidade para ajudar na defesa do jogador, era também de que se paralisasse o campeonato até que o julgamento ocorresse, uma vez que proceder da forma como era feito significava atribuir validade nenhuma ao exame antidoping e descredibilizar toda a categoria que não fazia uso de substâncias ilícitas, segundo Wladimir, em entrevista concedida à autora (MARTINS, 2012).

Capítulo 6. A crise no sindicalismo brasileiro nos anos 1990: continuidades e rupturas entre o sindicalismo brasileiro e o de futebolistas

Neste capítulo, vamos analisar a relação do sindicalismo no Brasil na década 1990 com o sindicalismo específico do futebol. Para essa incursão, manteremos a estrutura do capítulo anterior. Em primeiro lugar, revisitaremos literaturas clássicas do sindicalismo no Brasil, e com base nelas intentaremos, em um segundo momento, demonstrar a relação entre o contexto geral do sindicalismo e o específico do futebol. Contudo, a partir da década de 1990, faz-se necessária a relação com o contexto global do sindicalismo no futebol, uma vez que elementos particulares da categoria demonstrados nas pesquisas internacionais se fazem presentes também no Brasil.

No caso da década de 1980, como demonstramos, o sindicalismo no futebol acompanha o movimento de ascensão do *novo sindicalismo*, relação esta mediada pelo movimento da Democracia Corinthiana. Já na década de 1990, assistimos a um arrefecimento no sindicalismo brasileiro e também no futebol, evidenciado por sua pouca visibilidade e pela ausência de participação de jogadores famosos. Contudo, demonstremos que esse esfriamento na ação sindical no futebol é singularizado pelas discussões em torno da Lei Pelé e pela decadência do “passe”, o que faz com que os sindicatos sejam um sujeito ativo. Como nossa análise demonstrará, esta particularidade se deu por duas razões: o contexto internacional e o fato de até então o passe ser a principal pauta política do sindicato dos atletas.

6.1 A institucionalização do *novo sindicalismo*: “declínio” e reorientação das práticas sindicais no Brasil

Os anos de 1990 são marcados por um desaquecimento do sindicalismo no Brasil, que pode tanto ser explicado por um declínio na atividade sindical, como argumenta Rodrigues (1999), como por uma reorientação dessas práticas, que começam

a se voltar mais à negociação e menos ao conflito classista (RODRIGUES, 1997; SANTANA, 1999).

A ideia do declínio, defendida por Rodrigues (1999), é calcada nas taxas de filiação sindical presentes na década. Essa questão é vista no quadro da redemocratização, quando as liberações instituídas na Constituição Federal de 1988 não conseguiram surtir efeitos práticos para o sindicalismo contestatório. O número de sindicatos não acompanhou o crescimento do número de trabalhadores urbanos (CARDOSO, 2003) e as taxas de sindicalização só se mantiveram estáveis em função do crescimento do sindicalismo rural (RODRIGUES; RAMALHO, 2014). Esse fato tem a ver com um dispositivo da Constituição de 1988 que possibilitou a extensão de alguns direitos previdenciários a um número maior de trabalhadores rurais. Como eram as associações de trabalhadores e sindicatos que promoviam a ajuda a esses trabalhadores para requererem esse direito, a densidade sindical deles aumentou. Como o sindicalismo combativo se apresentava nos grandes centros urbanos, do ponto de vista da organização sindical, em âmbito nacional, eles perderam importância – o que teve consequências do ponto de vista político, como o crescimento de outras centrais sindicais e de perspectiva de reorientação política da CUT.

A explicação desse declínio é também calcada numa relação com o que ocorria com o sindicalismo em âmbito internacional. Tal como no âmbito internacional, as mudanças no plano econômico, como a abertura comercial, o processo de reestruturação produtiva e o aumento do desemprego promoveram um declínio no sindicalismo contestatório. Ainda que os primeiros anos da década de 1990 tenham sido marcados por algumas fortes mobilizações, como a greve dos portuários contra a modernização dos portos em 1992 (SANTANA, 2011), essas mobilizações diminuíram. A inflexão ocorreu no ano de 1995, causada pela estabilidade financeira alcançada pelo Plano Real e as medidas tomadas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso para coibir greves, como cortes de pontos, demissões e repressão⁶⁷.

Em âmbito mundial, as mudanças na organização da produção e no advento do neoliberalismo já tomavam forma desde as décadas de 1970 e 1980. No Brasil, esse

⁶⁷ O marco desse processo foi a greve dos petroleiros em 1995, em que quase 90% da categoria paralisou as atividades, tendo o salário descontado. Para conter a greve, o governo mandou o exército ocupar as refinarias em greve. As consequências ainda foram demissões, suspensões, bloqueio de contas dos sindicatos, dentre outras ações, que demonstravam que o governo enrijeceria o tratamento frente às greves dali em diante (SANTANA, 2011).

processo acentua-se apenas nos anos de 1990, tendo consequências importantes para a organização sindical dos trabalhadores. Essas mudanças são faces fenomênicas de um processo mais amplo, dentro do qual o esgotamento do padrão de acumulação e o advento de uma tendência decrescente da taxa de lucro do capital marcaram uma crise estrutural do capital (ANTUNES, 2001).

A resposta a essa crise foi a alteração do padrão de acumulação, surgindo então o toyotismo. A reestruturação da produção apoiou-se fundamentalmente em um modelo surgido no Japão, na fábrica Toyota – ainda que existam outros modelos que também influenciaram esse processo, como o da Benetton ou do Vale do Silício, nos EUA (ANTUNES, 2001). Segundo Gounet (1999), o engenheiro Ohno, da Toyota, apoiou-se em dois aspectos para pensar a organização produtiva: o modelo de supermercados, que tem reposição após a venda e estoques pequenos, e a organização das fábricas têxteis, nas quais cada trabalhadora operava cerca de quatro ou cinco máquinas e a produção funcionava por equipes.

A partir dessas influências, o toyotismo apresenta-se com alguns princípios, que se diferenciavam do padrão de acumulação anterior: (i) a produção é diversificada e flexível, de modo que é fundamental que o trabalhador saiba operar mais de uma máquina para poder se adaptar às diferentes necessidades da produção flexível; (ii) a produção é *just in time*, descartando-se os grandes estoques ou a produção massificada e homogeneizada do fordismo; (iii) o trabalho é em equipes ou células e é mais horizontalizado; (iv) diferentemente do fordismo/taylorismo, em que a pujança da fábrica era dada em função do número de operários, no toyotismo ela se dá em função da maior produtividade por operário, sendo a fábrica enxugada, com a diminuição das forças vivas no interior dela e intensificação da exploração do trabalho; (v) organiza-se pelos círculos de controle de qualidade, para os quais o trabalhador era chamado a contribuir, buscando o envolvimento e comprometimento do trabalhador com a fábrica. Nesse sentido, a intelectualidade do trabalho é envolvida com o capital, de modo que, segundo Antunes (2001), o trabalhador se tornou um déspota de si mesmo; (vi) o trabalho no toyotismo é desregulamentado e flexibilizado, de modo que o próprio pagamento pode ser dado em função da produtividade; (vii) a fábrica toyotista produz cerca de 25% das atividades envolvidas em sua produção, de forma que esta se circunscreve apenas às atividades-foco, ficando as demais terceirizadas (ANTUNES,

2001). Segundo Harvey (1992), nessa forma de acumulação flexível, a produção é extremamente terceirizada, instaurando uma nova geografia do trabalho.

O declínio da atividade sindical radicalizada ocorreu a partir das consequências políticas que esse novo padrão de acumulação teve na organização dos trabalhadores e na disposição para a ação sindical. Em primeiro lugar, a reestruturação produtiva substituiu boa parte dos trabalhadores por máquinas e imprimiu a forma de organização da produção *just in time*, o que ampliou o exército de reserva de força de trabalho e aumentou a concentração de trabalhadores *part time* e informais, uma vez que não se trabalhava mais com grandes produções e estoques. Outra consequência dessa organização *just in time* foi a terceirização das atividades consideradas “não fins”, o que diminuiu a concentração de trabalhadores em uma empresa só. Essa nova “geografia produtiva” dispersou-se pelo mundo, uma vez que tais atividades terceirizadas poderiam ser realizadas nos locais nos quais a força de trabalho fosse mais precarizada (HARVEY, 1992), imprimindo uma nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2001).

O impacto sobre a disposição dos trabalhadores para a atividade sindical incidiu também sobre a subjetividade desses trabalhadores se deu a partir da maquinização da produção, que substituiu as antigas linhas de produção, nas quais o trabalho era dividido e repetido por toda a jornada de trabalho, por uma organização mais “coletiva”, sem a figura autoritária do gerente de produção, os Centros de Controle de Qualidade (ANTUNES, 2001). Neles os trabalhadores deveriam zelar pela qualidade de seus produtos e pensar formas de melhorar a produção, já que ela seria comparada à de outros trabalhadores da empresa, o que imprimia um clima de constante competição por resultados. Nesse sentido, o controle e a organização da produção deixam de ser aparentemente função de um chefe, autoritário e controlador, e passam a ser função de todos envolvidos com ela. De acordo com Antunes e Alves (2004), tal processo tem como consequência a apreensão da subjetividade do trabalhador, que

Na verdade, com a aparência de um despotismo mais brando, a sociedade produtora de mercadorias torna, desde o seu nível microcósmico, dado pela fábrica toyotista, ainda mais profunda e interiorizada a condição do estranhamento presente na subjetividade operária e dissemina novas objetivações fetichizadas que se impõem à classe-que-vive-do-trabalho. Um exemplo forte é dado pela necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho. Parte importante do “tempo livre” dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade”, palavra-fetice que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 347).

Esse processo gerou um refluxo do sindicalismo. A interpretação deste, entretanto, não significa corroborar com as teses do “fim do sindicalismo” nas sociedades “pós-industriais” (RODRIGUES, 1999). Em cada contexto, a resposta a essa crise se deu de uma forma diferenciada, de acordo com as tradições e identidades molduradas nos sindicatos (HYMAN *et al.*, 2015). Nesse sentido, a crise obrigou os sindicatos a reorientarem suas demandas e práticas, optando uma tática mais defensiva. Se na década de 1980, a reivindicação era pela pauta salarial, em 1990, era a garantia do emprego. Tal processo mudou o escopo de ação dos sindicatos e criou novas institucionalidades, como as câmaras setoriais, espaços que reuniam governo, empresários e trabalhadores para negociações (SANTANA, 2011).

Entretanto, apesar de cotidianamente acompanharmos essas respostas, elas não aconteceram de forma imediata, delineando décadas de crise. No caso brasileiro, a Força Sindical, criada em 1991, começou a disputar a hegemonia das orientações do sindicalismo brasileiro, bem como a promover alterações no repertório discursivo e estratégico dos demais atores, impactando a principal organização sindical brasileira, a CUT (GALVÃO, 2009).

Iram Jácome Rodrigues (1995) demonstrou a trajetória da CUT na década de 1990, delineando-a a partir do impacto da reestruturação produtiva no coração da central, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista. Segundo o autor, esse processo obrigou a central e alguns de seus sindicatos de base a adotar estratégias e discursos “mais afirmativos” (RODRIGUES, 1995, p. 124). Isso se deu a partir da experiência desenvolvida no início da década de 1990 nas câmaras setoriais, órgãos de “cooperação” e negociação entre empresários, trabalhadores e governo, o que fez com que uma parcela do sindicalismo brasileiro alterasse seu repertório estratégico de um discurso de confrontação para uma prática de “cooperação conflituosa” (RODRIGUES, 1995, p. 125). Por certo, a questão não é tão bem aceita quanto o autor propõe, de modo que a experiência suscita balanços positivos, como o do autor, que pondera a mudança de estratégia com a saída para o sindicalismo brasileiro durante a crise, como também gera balanços negativos, sendo responsável pelo próprio aprofundamento da crise do sindicalismo brasileiro, promovendo uma maior fragmentação e descentralização da organização dos trabalhadores (GALVÃO, 1996). Tal fato se dá, na visão da autora, em função da negociação nas câmaras de fragmentar as categorias – já não se trata de uma

data-base dos metalúrgicos do ABC, mas dos metalúrgicos do setor automotivo, por exemplo.

Para além da polémica em torno do sentido da modificação das estratégias do sindicalismo brasileiro, esse processo refere-se a uma institucionalização do *novo sindicalismo* da década de 1980 (SANTANA, 1999). Se naquele período os sindicatos propunham acabar com a estrutura sindical tutelada pelo Estado, na década de 1990, pelo menos uma parcela desse sindicalismo acomodou-se nela, e o discurso de enfrentamento foi se tornando cada vez mais em desuso (SANTANA, 1999), de sindicalismo *movimento* para sindicalismo *instituição*. Segundo Santana (2011), nesse processo, como resistência à difícil conjuntura do mundo do trabalho, os sindicatos buscaram formas e *institucionalidades* capazes de ampliar seus escopos de ação.

Tal processo também se vislumbra numa transformação do escopo de ação dos sindicatos, em especial os cutistas. Essa reorientação do conflito à cooperação também se manifestou como a transformação dos sindicatos de sujeitos políticos ativos e independentes a “parceiros do Estado” (ARAUJO; OLIVEIRA, 2010). Na medida em que o sindicalismo combativo já não tinha tanto espaço e que o desemprego e a flexibilização afetavam o mundo do trabalho, enfraquecendo também as mobilizações, os sindicatos passaram a trabalhar como agentes de “cidadania”, propondo políticas públicas, parceiros e executores delas, utilizando os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para realização de projetos de qualificação profissional. Isto fez emergir o denominado sindicalismo cidadão, uma reorientação das práticas e dos discursos dos agentes sindicais que ocorreu não sem polémicas.

Essa reorientação é acompanhada por uma aproximação dos sindicatos e dos sindicalistas das eleições governamentais, o que “deslegitimou as demandas revolucionárias de parte dos líderes cutistas” (CARDOSO, 2003, p. 39). Conforme relatamos anteriormente, na década de 1980, o sindicalismo brasileiro tinha a feição de enfrentamento radical, combinando greves localizadas e gerais e conseguindo pautar politicamente o contexto nacional. A eleição de 1989, com a candidatura do ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, apoiada pela CUT, demonstrou esse potencial de protagonismo político dos sindicatos brasileiros, dispostos a propor alterações mais profundas na recém-restabelecida democracia do país. Contudo, a década de 1990 demonstrará uma descontinuidade nesse processo. A radicalidade presente no discurso eleitoral esvaiu-se, assim como o protagonismo do sindicalismo em suas campanhas.

Como adiantamos, o sindicalismo de enfrentamento encarou uma encruzilhada, dado o potencial repressivo dos governos da década, e a um só tempo presenciou a criação de outras estratégias de atuação, como a negociação e a proposição. Esse paradoxo, da aproximação do Estado e da perda do protagonismo, permanecerá na década seguinte, acentuado ainda mais pela eleição de Lula à presidência da República em 2002.

No caso do futebol, ainda que os sindicatos acompanhem a crise do sindicalismo, ela é um pouco diferente, uma vez que o caso Bosman, que acaba formalmente com o passe no futebol, mudou as tendências de declínio e amplificou formalmente o papel dos sindicatos. No entanto, a reorientação das práticas em direção a um sindicalismo mais negociativo e menos radical se manteve como uma continuidade entre o sindicalismo em âmbito geral e o do futebol.

6.2 O sindicalismo no futebol nos anos 1990

A década de 1990 é marcada, no sindicalismo futebolístico, pela discussão do “passe”, até então a principal pauta política dos jogadores de futebol. Esse fator não é restrito apenas ao sindicalismo brasileiro, mas também ao sindicalismo global. Nesse sentido, antes de discutir o sindicalismo brasileiro, é necessário atentar ao cenário internacional do sindicalismo no futebol, uma vez que os fatos ocorridos na década de 1990 o impactaram de forma global, apresentando-se em primeiro momento na Europa, e depois se expandindo para outros continentes. A discussão sobre o fim do passe estabelece um novo cenário das práticas sindicais no futebol, caracterizado pela ocorrência de uma postura negociativa e, na medida em que esta se apresentava inócua, do recurso à justiça.

Por isso, para o desenvolvimento do sindicalismo no futebol em âmbito internacional, a intervenção da União Europeia foi fundamental, de acordo com Dabscheck (2003), a partir do caso Bosman. Isso se deu pelo fato de a UEFA ter resistido à alteração nos mecanismos de regulação que instituíam o passe, o que fazia com que a Comissão Europeia a pressionasse para a negociação. A UEFA, todavia, argumentava que o passe era fundamental para garantir a igualdade no esporte e para compensar os clubes dos custos da formação dos jogadores. É evidente que esse argumento pode ser facilmente contrariado, visto que o passe era vinculado ao salário

do jogador, não aos custos de sua formação. Além disso, o passe existia em toda a sua carreira, não só em sua formação (DABSCHECK, 2003).

Por isso, na medida em que foi necessário rever as práticas regulatórias do futebol em âmbito europeu, os jogadores foram chamados a participar, instituindo um fórum tripartite, entre UEFA/FIFA, representantes dos clubes e a FIFPro. Ao participar dessa negociação, a FIFPro redefiniu o espaço que possuía no âmbito da negociação coletiva. “Apenas até poucos anos atrás, nós não recebíamos nenhum reconhecimento. Agora, nós somos reconhecidos e estamos na ‘mesa principal’ e com esse reconhecimento vem as conquistas e a responsabilidade”, de acordo com as palavras de Gordon Taylor, presidente da FIFPro (DABSCHECK, 2006, p. 663). Esse impacto ficou ainda mais evidente nos anos 2000, quando, nesse contexto de reconhecimento da FIFPro, o Diálogo Social⁶⁸ no âmbito na União Europeia começou a ser posto em prática.

Esse processo de negociação entre a FIFPro e a FIFA ocorreu como uma iniciativa da última de tentar reagir às pressões da União Europeia, em 1997, sobre as relações de transferência no futebol europeu. A FIFA tentou incorporar a FIFPro, convidando-a para unir forças com a UEFA para desenvolver um documento consensual para apresentar à Comissão Europeia, já que a última havia aberto essa possibilidade. Em outubro de 2000, a FIFA apresentou um documento e o relator da Comissão Europeia disse que não havia um consenso com a FIFPro, declinando-o. As questões principais do documento: (i) restrições para movimentação dos jogadores menores de 18 anos, (ii) a volta do passe entre 18 e 23 anos; (iii) a introdução de cláusulas de indenização para quem rompesse contrato; e (iv) a criação de uma câmara arbitral para evitar a justiça comum (DABSCHECK, 2003, p. 96). Essa regulamentação reconhecia o sindicato como agente da negociação coletiva, contudo foram necessários dois meses para que se chegasse a uma proposta com a qual a FIFPro concordasse.

A razão pela qual esse processo foi demorado é explicada pelos conflitos internos à FIFPro. De acordo com Dabscheck (2003), houve um embate entre os sindicatos de futebolistas de países com grande mercantilização das ligas nacionais e os de pequena mercantilização (mais a Alemanha). Ao passo que os grandes apoiavam, em

⁶⁸ O diálogo social é uma estratégia difundida atualmente sobretudo no âmbito da União Europeia que visa tornar os agentes envolvidos em um conflito como parceiros sociais, que precisam cooperar para atingir um fim consensual (HYMAN, 2001)

sua maioria, as propostas da FIFA, afirmando que ajudariam os pequenos clubes e os jogadores em formação, os pequenos sindicatos, por sua vez, eram opostos a qualquer norma que fixasse taxas de transferência, defendendo que a formação de jogadores deveria ser financiada pelas cotas de TV. Defendiam, também, que os jogadores estavam em posição privilegiada de negociação devido à Comissão Europeia ter exigido o consenso, nesse sentido, tendo poder privilegiado nas negociações. Antes desse evento, entretanto, em 1995, Gordon Taylor, presidente da FIFPro, afirmou que o sistema de compensações e taxas rescisórias funcionava bem na Inglaterra, que “era apoiado por patrões e empregados e não havia razão para abandoná-lo” (DABSCHECK, 2003, p. 98). O presidente da FIFPro afirmou ainda que essa possibilidade de diálogo era fruto do reconhecimento da entidade e trazia também conquistas e responsabilidades, que não poderiam ser descartadas com um posicionamento radical (DABSCHECK, 2003, p. 99).

O grupo que não apoiava era composto pelos sindicatos da Noruega, Dinamarca, Alemanha, Áustria, Irlanda, Escócia e Grécia. Eles clamavam que a posição de Gordon Taylor não os representava, uma vez que a regulamentação da FIFA, na visão deles, só aumentaria o controle sobre os jogadores (DABSCHECK, 2003, p. 99). Para decidir a posição, defendiam que a FIFPro convocasse um congresso extraordinário, que foi realizado, em outubro de 2000, tendo ratificado a posição dos sindicatos menores. A carta do Congresso da FIFPro, ao final, defendeu que a norma da FIFA violava o tratado europeu e que a cota de TV fosse destinada a custear a formação de jogadores.

Após esse congresso, em fevereiro de 2001, a FIFPro remeteu uma carta à Comissão Europeia, contendo suas propostas. Paralelamente, a entidade entrou com ação legal para impedir que um órgão privado – FIFA – decidisse regras que desviassem do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia⁶⁹. Gerou-se um conflito entre a FIFA e a FIFPro que paralisou as negociações, o que fez com que a FIFPro, em agosto do mesmo ano, recuasse e aceitasse as normas da FIFA, com a condição de que as novas regras fossem discutidas após dois anos. Nessa ocasião, Gordon Taylor afirmou que

⁶⁹ Nesse caso, refere-se ao artigo 45 da versão consolidada do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, assinado em Roma, em 25 de março de 1957. Disponível em: <http://europa.eu/pol/pdf/consolidated-treaties_pt.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

É importante para o jogo que a FIFPro e a FIFA trabalhem juntas. O mundo do futebol está mudando e temos que garantir que os interesses comerciais tenham seu lugar certo. Através da boa cooperação, nós podemos conquistar um melhor futuro para o futebol. As negociações nas transferências internacionais não são fáceis, mas agradecemos a determinação da FIFA em deixar os jogadores a bordo (fala contida em DABSCHECK, 2003, p. 101, tradução nossa).

Após esses ocorridos, a FIFPro conseguiu estender sua rede de relações, uma vez que foi fixada e definida a câmara arbitral no âmbito da FIFA, para decidir os casos de disputa judicial entre jogadores e clubes, tendo a entidade direito a representação. Além disso, o diálogo caminhou, possibilitando à entidade a participação nos debates sobre regras e reivindicações, com clubes e governos esportivos. A consequência da intensificação da participação também se deu ao redor do mundo, fazendo com que a FIFPro incentivasse a criação de sindicatos por diversos países, como é o caso brasileiro: o Sindicato de Jogadores Profissionais de Portugal, em nome da FIFPro, na década de 1990, entrou em contato com os jogadores brasileiros, a fim de incentivá-los à filiação à FIFPro. No entanto, nesse momento, o fato de os sindicatos serem estaduais não possibilitou que ocorresse essa vinculação.

Esse fato, no entanto, demonstra o papel da FIFPro na promoção do sindicalismo no futebol em escala global. Segundo Dabscheck (2003), pelo fato de a FIFPro ser legitimada pela FIFA, a entidade é mundialmente reconhecida como um agente de aplicação e cobranças das leis regionais e pode encorajar a negociação coletiva entre jogadores e sindicatos. De acordo com o autor, embora a Comissão Europeia tenha ignorado as propostas de mudanças da FIFPro, o comitê de diálogo social garantiu um papel participativo importante ao sindicato de atletas para negociar e implementar as regras do futebol. E para as regras que são ainda ilegais, a FIFPro também pode acionar a justiça e isso pode trazer concessões substantivas no futuro (DABSCHECK, 2003).

A consequência desse processo foi que, desde a década de 1990, os sindicatos de futebol, em âmbito internacional, se tornaram mais numerosos, em função de a FIFPro ocupar um lugar de destaque no mundo do futebol. A FIFPro tem agido, desde então, tanto globalmente, nas negociações, como localmente no apoio e suporte dos sindicatos nacionais, os quais ela tem ajudado a fundar no mundo todo. Ela também tem tentado fechar um acordo coletivo em âmbito europeu (DABSCHECK, 2003).

6.3 O sindicalismo no futebol brasileiro na década de 1990: os embates em torno da Lei Pelé

No Brasil, do final da década de 1980 em diante, o sindicato no futebol teve pouca visibilidade pública. Se antes ele era um agente convocado a discutir o futebol brasileiro, na década seguinte, mesmo com a reformulação da Lei do Passe, sua visibilidade passou a ser menor. Dois motivos poderíamos supor que ajudariam a explicar declínio de visibilidade: a ausência de jogadores famosos (ou em exercício) na diretoria e o declínio do próprio sindicalismo brasileiro, que fez com que os sindicatos não fossem protagonistas na definição dos rumos da sociedade.

Na década de 1990, o então presidente do Sindicato de São Paulo era o jogador Toninho Cecílio, ex-jogador do Palmeiras. A gestão dele teve o jogador Raí como vice-presidente, entretanto não conseguia constituir a sua continuidade. Para tanto, Toninho foi conversar com o goleiro Martorelli⁷⁰, também ex-jogador do Palmeiras. De acordo com o último,

Recebi um telefonema do Toninho, que foi meu antecessor aqui [no SAPESP], o Toninho Cecílio. ‘Martorelli, você pode vir no sindicato, preciso falar com você?’ O sindicato não era aqui [endereço atual] né, era na Bororó, lá atrás da federação, ali na Bela Vista. Fui lá, e ele falou: “o único cara que eu vejo que tem condição de pegar isso aqui é você, eu não dou conta não, não vou ficar. Não quero ficar, isso aqui é muito desgastante”. Então, eu assumi. Peguei, consegui jogar ainda como sindicalista quase dois anos, dois anos e meio mais. Aí, começamos com umas ações mais fortes e incomodar a federação e surgiu uma determinação que nenhum clube podia me contratar em São Paulo se não ia cair. Quando eu constatei essa situação, eu parei de vez. Fui fazer o curso de Direito. Aí gente começou discutir o fim do passe. O projeto que acaba com o passe é projeto meu (MARTORELLI, 2014a).

Um dos eventos que marcou o sindicalismo no futebol na década de 1990 foi a participação dos sindicatos na formulação da Lei Pelé⁷¹, que descreveremos a seguir. Tal processo demonstra a reorientação das estratégias do sindicato, que de uma postura mais combativa e solidária, como a década de 1980, com a organização de atos políticos e relacionamento com deputados da esquerda brasileira, passa a se relacionar diretamente com os membros do governo e buscar um repertório de ação que sensibilizasse deputados ou que recorresse à justiça.

⁷⁰ Interessante é que, em 26 de maio de 1991, a *Folha de S.Paulo* fez uma matéria sobre uma escolinha de futebol que estava sendo criada em São Caetano por Rinaldo Martorelli e Luiz Pereira. Nela, o jornal traz a seguinte fala do jogador: “Queremos formar jogadores ‘pensantes’, que joguem bola e reivindiquem seus direitos que são poucos, e batalhem por eles” (TAVARES, L. Santo André terá uma nova escolinha de futebol. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 maio 1991, p. 10).

⁷¹ Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

O artigo de Hirata e Freitas Junior (2014), publicado num dossiê sobre futebol, enfocou um tema importante e pouco abordado no campo de estudos sociais do esporte. Intitulado “Bastidores do jogo: as interferências na elaboração da Lei Pelé”, o texto propõe resposta à seguinte questão: “Como os agentes e instituições ligadas ao campo futebolístico e ao campo político atuaram durante as discussões e elaboração da Lei Pelé?” (HIRATA; FREITAS JUNIOR, 2014, p. 122). A resposta à questão, direcionada pela teoria dos campos de Pierre Bourdieu, relaciona atuação e conflitos entre agentes do campo esportivo e do campo político para a promulgação dessa lei. Por mais interessante e necessária que seja a análise conduzida pelos autores, contudo, nela está ocultado um sujeito não menos importante desse processo, os sindicatos dos jogadores de futebol, com os quais as negociações para a extinção de Lei do Passe caminhavam desde 1995. Ainda é possível remontar à década de 1980, quando os sindicatos de jogadores de futebol se empenhavam na tarefa de pensar alternativas à Lei do Passe, que até 1998 regulou o contrato de trabalho dos jogadores de futebol (REIS; MARTINS, 2014). Nesse sentido, o que pretendemos demonstrar é a ação dos sindicatos dos jogadores de futebol para a conformação da Lei Pelé, a partir da participação deles nas negociações que eram conduzidas na década de 1990 sobre o fim da Lei do Passe, argumentando dentro do campo esportivo e político em favor da categoria desses jogadores.

Na década de 1990, a primeira iniciativa para acabar com a Lei do Passe, de 1976⁷², foi a Lei Zico⁷³, que não obteve êxito. No início da década, o secretário nacional do esporte Artur Antunes Coimbra, o ex-jogador Zico, começou a formular o que foi chamado de “Projeto Zico”, que visava estabelecer o clube empresa e o fim do passe. Entretanto, o *lobby* dos clubes no Congresso Nacional fez com que a lei aprovada, de número 8672/93, fosse desfigurada, já que perdeu o artigo que revogava a lei de 1976 (HELAL, 1997; PRONI, 1998, p. 218-220). Nesse caso, a oposição ao fim do “passe” era um ponto central de divergência entre Estado, clubes e sindicatos na formulação de uma legislação que modernizasse o futebol.

Após o caso Bosman, muito se especulava sobre as possíveis consequências para o futebol no Brasil. Além desse caso, no Brasil, no mesmo ano, é criado o Ministério

⁷² A “Lei do Passe”, Lei nº 6.354, foi promulgada em 2 de setembro de 1976, com objetivo de regulamentar legalmente as relações de trabalho do “atleta profissional de futebol”.

⁷³ Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993.

Extraordinário do Esporte, tendo como ministro Edson Arantes do Nascimento, Pelé. Começavam a aparecer notícias sobre a vitória de Bosman e a consequente possibilidade de alterar a legislação do passe no Brasil. O *Jornal da Tarde* noticiou que Pelé iria enviar uma legislação para alterar a Lei Zico no mês seguinte (era então setembro de 1995), propondo direito ao passe livre para o jogador que houvesse completado três anos como profissional⁷⁴. Esse mesmo jornal publicou em janeiro do ano seguinte uma previsão sobre tal mudança, enfatizando as consequências sobre os jogadores sul-americanos: “a tendência é que sul americanos e africanos tenham cada vez menos espaço”⁷⁵. O clima fatalista da notícia contribuía para gerar o desconhecimento e rejeição dessas mudanças no cenário brasileiro. Contudo, tal diagnóstico, de certa forma, mantido pelo jornal *Folha de S.Paulo*⁷⁶, foi também pormenorizado, medindo outras consequências, para as quais o futebol brasileiro teria de se preparar caso adotasse uma legislação semelhante. Segundo Silvio Lancelotti:

nesse cenário se ampliam os poderes dos empresários e dos agentes nas negociações e nas transferências e em novos contratos. Com a multiplicação de oferta em relação à procura de craques, diminuirá e bastante a média salarial dos salários de jogadores da União Europeia⁷⁷.

Ainda é ressaltado pelo jornalista o fato de jogadores europeus serem a favor da extinção da taxa de transferência, mas não da circulação irrestrita de membros da Comunidade extranacional. Nesse momento, já era notória uma campanha na mídia brasileira pela extinção da Lei do Passe, coadunada por narrativas de jogadores cujo passe se encontrava preso e por denúncias de crise financeira nos clubes e de péssimas condições de trabalho. Duas narrativas chamam a atenção nesse caso, ao demonstrarem as contradições do discurso midiático sobre o tema.

A primeira delas é a do jogador Luis Claudio, revelação do Noroeste, cujo “passe” pertencia 30% ao clube e os 70% a empresários. O contrato de tal jogador havia vencido em dezembro de 1994, mas impasses na negociação fizeram com que ele não recebesse salário e não jogasse até setembro do ano seguinte. O drama, narrado pelo jornal *A Gazeta Esportiva*, agravou-se com o adoecimento do jogador, que tinha suspeita de lúpus, doença degenerativa grave. Ele não possuía dinheiro para se tratar e,

⁷⁴ NOVA lei do passe deixa clubes em pânico. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 22 set. 95.

⁷⁵ CASO Bosman: pacto alemão. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 13 jan. 96.

⁷⁶ UEFA acaba com limites para atletas europeus. *Folha de S.Paulo*, 20 fev. 96.

⁷⁷ LANCELOTI, S. Entenda o caso Bosman. *Folha de S.Paulo*, 20 fev. 1996, p. 4.1.

sem poder trabalhar, não contou com ajuda financeira nem de clube, nem de empresários para arcar com suas despesas médicas⁷⁸. O periódico culpava seus empresários, que o seguraram, impedindo-o de trabalhar e, no momento da doença, não lhe davam nenhum suporte.

O interessante é que o drama que se direciona em críticas à Lei do Passe, que não liberou o atleta para treinar quando estava bem, também era reforçado pela narrativa de outros jogadores que enfrentaram dificuldades e para os quais os clubes, mesmo os que detinham seus passes, deram as costas, como o caso de Garrincha⁷⁹. A *Gazeta Esportiva* também apresentava como bom exemplo o caso de Jorge Mendonça, ex-jogador da seleção brasileira, que lutava contra o alcoolismo e tinha o apoio de Telê Santana para tal. O que chama nossa atenção, nesse caso, é que os apelos são ou pelo fim da Lei do Passe, como no discurso transcrito de Martorelli, na primeira reportagem, quando clama “Pelé, faça algo por nós”⁸⁰ – afirmando que se a Lei do Passe não existisse, a resultante da História seria diferente –, ou pela ajuda de empresários e clubes aos jogadores. Percebe-se que não se fala de direitos trabalhistas, afastamento por doença, dentre outras formas institucionalizadas de resolver esse problema – como seria com outros trabalhadores.

A segunda diz respeito à “crise” pela qual o futebol passava no Brasil. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que, aos olhos da imprensa, o futebol brasileiro está constantemente sendo alvo de crises. A crise, ao invés de se colocar como um estado de exceção, torna-se um estado permanente. O retrato desse estado permanente crítico está presente no livro *Passes e impasses*, em que Ronaldo Helal (1997), com base em recortes da imprensa paulista e carioca, descreve as repetidas crises vividas pelo futebol brasileiro, desde a década de 1920 até 1990, com o “fracasso” da Lei Zico. Influenciado pela linguagem jornalística, Helal retoma como, em quase todas as décadas, a iminente crise do futebol nacional aparecia e não se resolvia. Portanto, quando nos referimos à crise narrada pelos jornais, estamos aludindo a um discurso que viria também para reforçar a necessidade de reformulações no futebol brasileiro – que ainda não os sujeitos envolvidos nesse debate sequer desenhavam uma saída para ela.

⁷⁸ SIMON, L. A. Abandonado. *A Gazeta Esportiva*, São Paulo, 20 set. 95.

⁷⁹ SIMON, L. A. Empresário diz que não dá passe a Luis Claudio. *A Gazeta Esportiva*, São Paulo, 21 set. 1995.

⁸⁰ MARTORELLI, R. Pelé faça algo por nós. *A Gazeta Esportiva*, São Paulo, 20 set. 95.

Dentro desse espectro, destaca-se a série “Ilusão”, promovida pelo jornal *A Tribuna*, de São Paulo, de três fascículos dominicais (15, 22 e 29 de outubro de 1995). Nessa série, o foco da crise estava centrado nas consequências para os jogadores de futebol, que ficavam marginalizados ao fim da carreira. Eles atuavam em um mercado saturado e desvalorizado, com alto desemprego⁸¹ e clubes falidos, os quais nem possuíam dinheiro para comprar roupas para treinos. Sem alternativas no Brasil, buscavam a vida em outros países, indo jogar, por exemplo, no futebol árabe⁸². Por fim, esses jogadores ficavam marginalizados também pelo descaso usual com os ex-atletas, gerado pelo boicote dos clubes às Associações de Garantia ao Atleta Profissional (AGAP)⁸³. Ao questionar Pelé sobre a matéria, o então Ministro Extraordinário do Esporte afirmou que a solução para esses problemas se encontrava em alterar a Lei Zico, para conceder passe livre aos atletas, já que a situação precária dos clubes seria um empecilho para o progresso profissional deles. Segundo o ministro, a alteração resolveria os problemas da lei⁸⁴. O que se percebe é que a campanha para a solução da crise dos clubes se encerraria com o não atrelamento dos jogadores a eles.

Nesse momento, o debate sobre a alteração que resultaria na Lei Pelé se restringia à questão do passe dos jogadores. Essa discussão teve como protagonistas o Ministro Extraordinário do Esporte, Pelé, e os Sindicatos de Atletas Profissionais, em especial o de São Paulo e do Rio de Janeiro, este último já empenhado na construção da FENAPAF, que veio a se consolidar apenas nos anos 2000. A seguir, demonstraremos a participação desses sujeitos na negociação da Lei Pelé.

6.3.1 Negociações da Lei do Passe e a gênese da Lei Pelé

“Jogador de futebol é artista e não escravo” foi o mote de um ato na PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica) a favor da extinção da Lei do Passe, em outubro de 1995⁸⁵. A reportagem do jornal *A Tribuna*, que noticiava o ato, dizia que havia ficado evidente “que o culpado pela atual situação é o próprio jogador de futebol, que não

⁸¹ UM MERCADO saturado com salários aviltados. *A Tribuna*, Santos, 15 out. 95.

⁸² MASSA, M. Ilusão. *A Tribuna*, Santos, 22 out. 1995, p. B4.

⁸³ JORGE, M..Ilusão. *A Tribuna*, Santos, 29 out. 1995, p. B4.

⁸⁴ JORGE, M..Ilusão. *A Tribuna*, Santos, 29 out. 1995, p. B4.

⁸⁵ Cresce o debate. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 13 out. 95.

procura os sindicatos”, bem como demonstrava um debate, por vezes ocultado na grande imprensa, sobre a forma de encerrar a Lei do Passe. A fala do jogador Casagrande, um dos líderes da Democracia Corinthiana e ex-diretor do SAPESP, demonstrava isso: “a lei do passe deve ser o ponto final de uma série de mudanças. Existe muito jogador que ainda não está preparado para se virar sozinho”. Já o presidente do SAPESP, Rinaldo Martorelli, também presente naquela ocasião, dizia que o jogador deveria “mostrar sua cara”.

A participação dos sindicatos nas negociações da extinção da Lei do Passe começou a tomar mais visibilidade na mídia. Em novembro de 1995, o embrião da FENAPAF reuniu-se com o presidente Fernando Henrique Cardoso para discutir o assunto e comprometeu-se a entregar uma proposta de “legislação de contrato coletivo desportivo de trabalho” que substituiria a anterior. De acordo com Alfredo Sampaio, então presidente da FENAPAF, “o presidente (FHC) gostou da ideia do contrato coletivo, pelo qual todos os jogadores negociariam seus próprios passes, ficando desvinculados dos clubes”⁸⁶.

Pouco tempo depois, é divulgado um projeto de lei, encaminhado pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), propondo a extinção da Lei do Passe, o qual já era anunciado desde o ato promovido na PUC-SP no início do mês⁸⁷. Tal projeto contou com a ajuda do SAPESP⁸⁸, por meio de seu presidente, Rinaldo Martorelli. Tal aspecto, reforçado no discurso do deputado, afirmava que “a ideia é rever a situação dos atletas, fazendo com que eles se mobilizem e que se conscientizem de que há uma retaguarda para as decisões que forem tomadas pelo sindicato”⁸⁹. O projeto de lei de Chinaglia previa desde a extinção imediata do passe à possibilidade de dissídios, convênios coletivos e o cumprimento das 44 horas de trabalho semanais apenas dentro das quais os jogadores poderiam estar à disposição do clube. Além disso, nesse período, a FENAPAF entregou ao Poder Executivo uma proposta de contrato coletivo, que deveria então ser encaminhada ao Congresso Nacional.

⁸⁶ Boleiros vão ao presidente contra Lei do Passe. *Diário Popular*, Campinas, 10 nov. 95.

⁸⁷ Projeto prevê mudanças em 96. *A Gazeta Esportiva*, São Paulo, 22 nov. 95.

⁸⁸ “Presidente do SAPESP não deixa nenhuma pergunta sem resposta”, s/d. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=794>>. Acesso em: 05 jan. 15.

⁸⁹ Projeto prevê mudanças em 96. *A Gazeta Esportiva*, São Paulo, 22 nov. 95.

Quando Pelé anunciou as primeiras mudanças que pretendia fazer na Lei do Passe, dentre as quais figurava a proposta de fixar uma idade para que progressivamente os atletas fossem obtendo o passe livre⁹⁰, os sindicatos apareceram como um dos agentes com o qual o governo estava negociando⁹¹. Tais mudanças, que apesar de terem ocorrido institucionalmente não conseguiram *status* de lei, são as primeiras iniciativas mais concretas de alteração dessa legislação esportiva no Brasil. Algumas das propostas que comporiam o projeto da Lei Pelé começaram a ser negociadas nesse período. O fato de os sindicatos aparecerem como um dos agentes ativos nesse processo explica-se pelo motivo de as propostas dizerem respeito ao passe, à fixação de contratos, prazos e carências. Era o primeiro anúncio de que o futebol brasileiro, dessa vez, iria se adaptar às mudanças ocorridas em âmbito global.

As negociações para a alteração da Lei do Passe intensificaram-se a partir da relação do vice-presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), Helio Vianna, indicado por Pelé para conduzi-las, e os sindicatos de São Paulo e do Rio de Janeiro⁹². Deve-se ressaltar que os sindicatos concordaram com tal proposição gradativa de passe livre, conforme relato de Martorelli, segundo o qual “uma mudança brusca seria problemática, pois, infelizmente, o futebol não está preparado para isso”⁹³. Entretanto, o que os dirigentes sindicais não abriram mão foi de não existir uma carência para o dispositivo entrar em vigor. As reportagens sobre tais negociações evidenciavam a participação presente dos representantes sindicais em negociações com o INDESP, promovendo uma pressão para que o Ministério Extraordinário do Esporte não voltasse atrás na proposta inicial, cedendo aos desejos dos clubes. Em reportagem da *Folha de S.Paulo*, Martorelli declarou: “defendo a resolução como está, mas entendo que os clubes precisam de um tempo para se adaptarem”⁹⁴. Esse tempo seria constituído de alguns meses, conforme consta em tal notícia. A partir de então, os sindicatos passaram a exigir que a nova legislação entrasse em vigor em 1º de janeiro de 1997⁹⁵.

⁹⁰ O projeto previa inicialmente que jogadores sem contrato com 26 anos obteriam passe livre em 1997; 25 anos em 1998; 24 anos em 1999.

⁹¹ Pelé quer ser a Princesa Isabel. *Vale Paraibano*, São José dos Campos, 22 set. 96.

⁹² Atletas exigem Lei do Passe em 97. *Diário do Povo*, Campinas, 26 ago. 96, p. 5B.

⁹³ BRASIL, Ubiratan. Martorelli quer Pelé resistindo a pressões. *O Estado de S. Paulo*, 24 set. 1996, p. E2.

⁹⁴ LÍDER sindical aceita carência para passe. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 set. 96, p. 3-15.

⁹⁵ SINDICATOS rejeitam carência para nova resolução. *Folha de S.Paulo*, 26 set. 96, p. 3-13.

As entidades dos atletas, representadas por Rinaldo Martorelli e Alfredo Sampaio, ameaçaram naquele período recorrer na Justiça, alegando a inconstitucionalidade da Lei do Passe, a fim de pressionar o ministro para não ceder às exigências dos clubes^{96 97}. Esses argumentavam que tal lei desfavoreceria o investimento na formação de jogadores e prejudicaria financeiramente os clubes. Além deles, os empresários – até então existiam dois agentes credenciados junto à FIFA no Brasil, Juan Figer e Leo Rabello – que seriam grandes beneficiados dessa lei, também sugeriam carência de um ano para os clubes se adaptarem e para o desenvolvimento de um mercado especializado e profissionalizado de assessoria de jogadores⁹⁸.

Ainda na negociação, o ministro Pelé, como forma de conciliação com os clubes, sugere que se acabe com o prazo de renovação de contrato com os clubes, alterando a Lei Zico, que permitia o contrato livre, mas com duração máxima de três anos⁹⁹. Segundo Alfredo Sampaio, “o Pelé queria o apoio dos jogadores e nós nos solidarizamos com ele nessa luta”¹⁰⁰, demonstrando que participavam da negociação entre os clubes e o Ministério¹⁰¹.

Mesmo com essa concessão por parte dos jogadores, o Clube dos 13, representado pelo seu presidente, Fabio Koff, não aceitava a questão do passe livre sem uma carência de três anos. Isso porque, para o presidente, os clubes só se sentiriam seguros a conceder tal liberdade a seus atletas depois de poderem firmar contratos mais

⁹⁶ LÍDER sindical aceita carência para passe. *Folha de S. Paulo*, 25 set. 96, p. 3-15.

⁹⁷ SINDICATOS rejeitam carência para nova resolução, *Folha de S. Paulo*, 26 set. 1996, p. 3-13.

⁹⁸ BRANDÃO JUNIOR, Nilson, Novas regras da lei do passe saem esta semana. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 25 set. 96, p. A-9.

⁹⁹ REIS, Sebastião. Jogadores aceitam todas as propostas sugeridas por Pelé. *O Estado de S. Paulo*, 26 set. 1996, p. E5.

¹⁰⁰ REIS, Sebastião. Jogadores aceitam todas as propostas sugeridas por Pelé. *O Estado de S. Paulo*, 26 set. 1996, p. E5.

¹⁰¹ Vale dizer ainda que esse episódio de negociação entre os jogadores e Pelé foi amplamente divulgado pela mídia. O *Jornal da Tarde* publicou uma reportagem intitulada “Um pacto entre jogadores e ministros: sindicatos só fazem uma concessão aos clubes na lei do passe: acabar com o limite de duração dos contratos”; O *Vale Paraibano* publicou a nota “Jogadores de futebol se mobilizam”; A *Tribuna* publicou a reportagem “Atletas aceitam acabar com o prazo para renovação”; O *Jornal dos Sports*, a nota “Jogadores aceitam o fim do prazo de negociação”; o *Diário do Grande ABC*, “Jogador admite contrato sem limite de duração”, além daquelas já mencionadas do *Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo* (“Um pacto entre jogadores e ministro”, *Jornal da Tarde*, São Paulo, 26 set. 96, p. 8B; “Jogadores de futebol se mobilizam”, *Vale Paraibano*, São José dos Campos, 26 set. 1996, p. 1; “Atletas aceitam acabar com o prazo para renovação”, A *Tribuna*, Santos, 26 set. 1996. “Jogadores aceitam o fim do prazo de negociação”, *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 26 set. 1996, p. 5; “Jogador admite contrato sem limite de duração”, *Diário do Grande ABC*, Santo André, 26 set. 1996, p. 4).

longos¹⁰². Contudo, já nas últimas negociações, os sindicatos aparecem como bastiões da resistência a essa alteração, ao ponto de Helio Vianna, vice-presidente do INDESP, dar razão a eles: “Acho que os jogadores têm razão, porque esse assunto começou a ser discutido em 1985, ainda no governo Sarney, e, em 93, com a Lei Zico, que concedeu poderes ao Indesp para decidir sobre a Lei do Passe”¹⁰³.

O reconhecimento dos sindicatos como um dos sujeitos desse processo pode ser visto em uma carta publicada na sessão “Voz da Arquibancada”, do jornal *A Gazeta Esportiva*. O leitor intitula seu artigo “Nova Lei do Passe só irá beneficiar a classe dos jogadores”¹⁰⁴ e direciona suas críticas aos jogadores dos grandes clubes, que pensariam só no seu umbigo milionário, e a Martorelli, que “parece ter trauma de não ter sido dirigente de futebol e fica feliz em dizer que ‘agora os dirigentes não poderão mais ganhar milhões com a venda de passes’, como se isso fosse crime”.

Contudo, o desenrolar da proposta foi mais tortuoso que isso. Em reunião com os sindicatos e representantes do Clube dos 13 e Clube dos 11, ficou acertado que a proposta só entraria em vigor a partir de 1998. A esse ponto, o que os jogadores tentavam negociar era que pelo menos não entrasse em vigor ainda a extinção do fim do prazo de contratos, o que não logrou¹⁰⁵. Contudo, os sindicatos comemoraram a nota, afirmando: “consequimos evitar uma batalha judicial que poderia demorar muito mais de um ano, e ainda por cima, vamos elaborar um projeto de lei extinguindo o passe do jogador de futebol que pode ser aprovado antes dos anos 2000”. Nas palavras de Martorelli¹⁰⁶, que havia comemorado a fixação de passe livre para os jogadores com 30 anos, e não mais com 32 como antes, “o mesmo vale para aqueles que estão há seis meses sem receber. Quase quatro mil jogadores estão nessa situação”¹⁰⁷. Alfredo Sampaio corroborou com a fala, dizendo que aguardar mais um ano era irrisório para uma categoria que “aguarda mudanças há 500 anos [sic]”.

¹⁰² Lei do passe não deve sofrer alterações. *Gazeta do Povo*, Rio de Janeiro, 27 set. 1996, p. 4.

¹⁰³ REIS, Sebastião. Reunião decisiva sai até terça-feira. *O Estado de S. Paulo*, 27 set. 1996, p. E2.

¹⁰⁴ STURARO, Valmir. Nova Lei do Passe só irá beneficiar a classe dos jogadores [A voz da arquibancada] *A Gazeta Esportiva*, São Paulo, 24 set. 1996, p. 2.

¹⁰⁵ O novo projeto previsto elencava passe livre aos jogadores que finalizassem contrato com 27 anos em 1998; 26 anos em 1999; e 25 anos em 2000.

¹⁰⁶ MUDANÇA agrada a atletas e dirigentes. *O Vale Paraibano*, São José dos Campos, 17 out. 1996, p. 4.

¹⁰⁷ PARA OS ATLETAS, última resolução é boa. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 17 out. 1996, p. 8B.

O Clube dos 13, contudo, anuncia a sua relutância em aceitar o acordo. O presidente da associação, Fabio Koff, desautoriza Samir Abdul Hak, presidente do Santos, que havia participado da reunião com o ministro e que teria aceitado as alterações no documento. Os clubes participam dessa recusa à resolução do INDESP, guiados por um projeto de lei de autoria de Eurico Miranda, dirigente vascaíno e deputado federal pelo Rio de Janeiro, afirmando que tal matéria não poderia ser anunciada enquanto resolução¹⁰⁸. Esses clubes asseguram ainda que só legitimariam tal medida após a votação em plenário do PL do cartola. Nesse momento, a figura de Martorelli aparece conclamando o presidente Fernando Henrique Cardoso a publicar a resolução como medida provisória, uma vez que “já que está havendo uma intransigência de uma das partes, que não respeitou um acordo firmado com um ministro de Estado, não há outra saída a não ser baixar a medida provisória”¹⁰⁹, nas palavras do sindicalista. Tal resolução é publicada no dia 24 de outubro de 1996, já vigorando em 1997, como resolução nº 1 do Ministério Extraordinário dos Esportes¹¹⁰.

A resolução causou algum impacto no cenário futebolístico. O primeiro desfecho público da aprovação dessa resolução foi a transferência do jogador Müller, do São Paulo Futebol Clube, para o Perugia Calcio, da Itália. Apesar de um caso isolado, que tomou a atenção da mídia por cerca de dez dias, a situação era semelhante para 9,24% dos jogadores brasileiros, de acordo com o jornal *Folha de S.Paulo*¹¹¹. Müller, que já tinha 30 anos, tentava pagar a metade do valor de seu contrato, que ainda duraria mais dois anos, como multa rescisória para ser transferido para a Itália, uma vez que a resolução previa que, ao final de seu contrato, ele possuiria passe livre em função da idade¹¹². O São Paulo, por sua vez, argumentava que assinou o contrato com o jogador antes da medida da Lei do Passe e que a legislação não era retroativa. O SAPESP apareceu como agente dessa negociação, representando o atleta na justiça contra a medida do clube. Inicialmente, o jogador tinha conseguido uma liminar na Justiça do Trabalho, para que o clube concedesse seu atestado liberatório para concretizar a transferência. Entretanto, algumas reviravoltas fizeram com que essa medida fosse

¹⁰⁸ ALENCAR, Carlos. Clube dos 13 dá um bico na Lei de Pelé *Diário Popular*, São Paulo, 22 out. 1996, p. 6.

¹⁰⁹ MARTORELLI acha chiadeira normal. *Diário Popular*, São Paulo, 22 out. 1996, p. 6.

¹¹⁰ PELÉ festeja 56 anos com nova lei do passe. *A Gazeta Esportiva*, São Paulo, 24 out. 1996, p. 4.

¹¹¹ ASSUMPÇÃO, José Carlos, “Medida afeta 9% da classe”, *Folha de S.Paulo*, 01 jan. 97, p. 3.5.

¹¹² ASSUMPÇÃO, José Carlos, “‘Lei Pelé’ faz estreia e provoca discórdia”, *Folha de S.Paulo*, 01 jan. 1997, p. 3.5.

cassada, o que Martorelli considerava um golpe contra a nova Lei do Passe. “A defesa que fizemos do jogador, com base na lei do passe, está muito bem fundamentada. O mandato de segurança, acolhido pelo juiz, não contesta a nossa defesa, apela para outros problemas e não o passe”¹¹³.

Após 45 dias de negociação, um acordo foi aceito e o jogador estreou no Perugia¹¹⁴, onde realizou apenas seis jogos, para depois retornar ao Brasil, para o time do Santos Futebol Clube. Esse episódio demonstrou os percalços da implementação da nova resolução da Lei do Passe, um conflito entre clubes, jogadores, mediados pelo sindicato, em que o cumprimento dela se efetivou apenas após a interferência da justiça do trabalho¹¹⁵. Segundo a *Folha de S. Paulo*, “O ‘caso Muller’ ficou conhecido como o primeiro no Brasil a ser suscitado pela nova resolução do passe, que ‘liberta’ a partir deste ano atletas com mais de 30 anos”¹¹⁶ – fato não comentado com a mesma premência pelo *Estado de S. Paulo*, que apenas noticiou que um telefonema do jogador haveria rompido com a morosidade das negociações¹¹⁷. Contudo, meses depois, reportagens já anunciavam que Pelé havia desistido da portaria para o envio de um projeto de lei do Executivo ao Congresso Nacional¹¹⁸.

Quando o projeto de lei chegou ao Congresso Nacional, as repercussões trouxeram a opinião do sindicato a respeito. Segundo Martorelli, o projeto “Continua[va] bom para os clubes. A eliminação do trecho que criava as Juntas Trabalhistas era esperada. Tudo que vem para melhorar a organização do atleta tende a cair”¹¹⁹. Além disso, outras alterações apareceram, como a revogação dos 15% do valor de transferência a que o atleta tinha direito, e não havia um prazo máximo para o estabelecimento de contratos, o que a *Folha de S. Paulo* caracterizou como “Lei Pelé suprime direitos de atletas”¹²⁰. Nessa ocasião, Martorelli declarou que Pelé ficou de

¹¹³ MÜLLER aparece. E Treina. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 10 jan. 1997, p. 8B.

¹¹⁴ SÃO PAULO aceita a liberação de Müller. *Folha de S. Paulo*, 25 jan. 1997, p. 3.5.

¹¹⁵ MÜLLER recusa a pagar mais para ir embora. *Folha de S. Paulo*, 15 jan. 1997, p. 3.5

¹¹⁶ SÃO PAULO aceita a liberação de Müller. *Folha de S. Paulo*, 25 jan. 1997, p. 3.5.

¹¹⁷ SÃO PAULO encerra o caso Müller e acerta com Marques. *O Estado de S. Paulo*, 25 jan. 1997, p. E1.

¹¹⁸ GAVOSO, J. A. Pelé quer reduzir poder da CBF. *Correio Popular*, Campinas, 15 maio 1997, p. 2.

¹¹⁹ REPERCUSSÃO. *Folha de S. Paulo*, 16 set. 1997.

¹²⁰ DAMATO, Marcelo. Lei Pelé suprime direitos de atletas. *Folha de S. Paulo*, 17 set. 1997.

procurar os sindicatos para negociar os pontos do projeto de lei, o que não fez. Isso o surpreendeu.

É sempre a mesma coisa. Só pensam nos clubes. Vai aumentar muito o trabalho do sindicato (...). Com contratos longos e sem as proteções que existem, vai ter muito mais jogador sendo explorado pelo clube. (...) Pelo fim do passe, ainda é um avanço. Mas poderia ser muito melhor. A exclusão da vara especial da Justiça Trabalhista para esportistas precisa ser consertada. E os outros pontos também¹²¹.

Ao mesmo tempo em que também se armava um lobby da CBF, com deputados ligados ao futebol, para combater essa lei, o sindicato participava de tentativas de conciliação entre os deputados e o governo no que diz respeito à Lei Pelé. Em almoço realizado na casa do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), estavam presentes o ministro Pelé, alguns deputados contrários à lei, como Eurico Miranda, e o sindicato dos atletas profissionais, representado por Martorelli. Nessa ocasião, o depoimento do sindicalista tocou em dois pontos principalmente divulgados pela imprensa: a exigência de os clubes fornecerem escolas para seus jogadores e a extinção da Lei do Passe¹²².

Por fim, ao final daquele ano, após a aprovação da lei, em 25 de março de 1998, os debates em torno dela restringiam-se às tentativas de deslegitimações e mudanças, propostas principalmente pelo deputado Eurico Miranda. Nessa ocasião, o sindicato dos atletas pronunciou-se publicamente a favor da lei, afirmando que os jogadores não tinham críticas à Lei Pelé, mas apenas ao prazo do fim do passe, que duraria três anos¹²³. O que preocupava, então, o sindicalista era o cumprimento da lei, “porque percebemos resistências”¹²⁴. Essa opinião de apoio à Lei Pelé, divulgada com eminência até os dias de hoje pelo sindicato, contudo, não era, como atualmente, um consenso entre os jogadores de futebol. Essa condição não impedia, todavia, o sindicato de cumprir um papel de formador de opinião a respeito dessa legislação, resistindo às pressões exercidas pelos clubes para conformar uma adesão dos demais jogadores ao passe.

¹²¹ “É O ABSURDO”. *Folha de S. Paulo*, 17 set. 1997.

¹²² SATO, Sandro. Acordo pode garantir votação até o final do ano. *O Estado de S. Paulo*, 22 out. 1997.

¹²³ DIRIGENTES querem mudar “Lei Pelé” no Congresso. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 12 nov. 1998.

¹²⁴ SILVA, Sonia Cristina. Eurico quer uma lei só para o futebol. *O Estado de S. Paulo*, 12 nov. 1998, p. E2.

6.3.2 Agentes de opinião sobre o passe – a participação do sindicato na disputa das opiniões.

A extinção da Lei do Passe, por vezes, causou e ainda causa controvérsia entre os jogadores de futebol. A pesquisa de Rodrigues (2007) demonstrou que, até a segunda metade da primeira década dos anos 2000, os jogadores possuem opinião dividida sobre o benefício de extinguir o vínculo do passe – 65,6% dos jogadores entrevistados pelo autor concordaram com o fim do passe; enquanto 21,9% discordaram. Alguns deles afirmaram que havia mais segurança com o passe, na medida em que os dirigentes tinham um vínculo maior com os jogadores, os quais eram patrimônios dos clubes. A pesquisa de Rodrigues (2007) ainda indicou que há uma tendência de que aqueles jogadores com maior grau de instrução e que passaram por escolinhas de futebol concordem com a extinção do passe, porque são mais expostos a ambientes de formação e informação sobre o futebol e as possibilidades da carreira nele.

Apesar dessas opiniões divergentes, a principal reivindicação dos sindicatos de jogadores de futebol voltava-se à extinção da Lei do Passe, que, segundo eles, tornava o atleta um escravo que pertencia ao clube. Na década de 1980, todavia, o sindicato compreendia que essa extinção deveria ser bastante discutida, para que ela ocorresse de forma que não causasse uma instabilidade na carreira do jogador de futebol. De acordo com o jogador Wladimir, presidente do SAPESP na década de 1980, a extinção do passe tinha de ser planejada, em especial nas divisões inferiores, que estariam mais sujeitas a não possuírem segurança no emprego, conforme demonstramos anteriormente¹²⁵.

Correia (2010) indicou que as lutas empreendidas no Rio de Janeiro pelo passe livre, como o exemplo de Afonsinho, ajudaram a forjar uma atmosfera em que o sindicato de jogadores de futebol passou a ser uma necessidade nas reivindicações de direitos. É nesse sentido que percebemos então o protagonismo dos sindicatos em formar opinião sobre a Lei do Passe, a favor de sua extinção, o que ocorrerá na década de 1990, também. Um ano antes da aprovação da Lei Pelé, a *Folha de S.Paulo* realizou uma pesquisa com os jogadores participantes do Campeonato Brasileiro, inquirindo-os sobre as mudanças possíveis no futebol. Essa pesquisa demonstra o contexto em que os

¹²⁵ O DESAFIO de um novo jogo. *Revista Placar*, 02 mar.1984, p. 20-23.

sindicatos atuavam para defender o passe livre. Além disso, tal levantamento, ao perguntar apenas aos jogadores da primeira divisão do Campeonato Brasileiro (dos 26 clubes que então o disputavam), demonstra que o argumento de que os atletas mais famosos defenderiam a lei é duvidoso, visto que apenas 18% deles se posicionaram pela extinção do passe.

Uma das questões, se o jogador era a favor do passe, obteve 71% de respostas afirmativas e 18% de negativas; 8% dos atletas não souberam responder; 3% deram outras respostas. Além disso, 76% dos jogadores afirmavam que gostariam que existissem mudanças na lei de contratos, a transformação para clube empresa, sendo a extinção do passe a única alteração rejeitada¹²⁶.

O SAPESP, desde o início da mobilização pela extinção do fim do passe, conclamava aos jogadores a participarem ativamente do processo, como no ato organizado na PUC-SP¹²⁷. Apesar desse discurso, que separa a atuação do sindicato da forma pela qual o conjunto dos jogadores realiza suas reivindicações, podemos perceber uma iniciativa do sindicato em tentar massificar sua luta, questões que vão ficando mais explícitas, em momentos subsequentes, nos quais a entidade paulista se pronuncia na iminência de buscar novos sócios.

Rinaldo Martorelli tenta também defender a categoria do discurso da desunião, encerrando nela a questão do passe:

fala-se muito que os atletas de futebol formam uma categoria desunida. Então, como reivindicar melhores condições de trabalho, maior intervalo entre os jogos, segurança, se é sabido que ao longo do tempo, os que se atreverem sofreram retaliações amparadas pela Lei do Passe. Quase todas as outras classes profissionais são mais organizadas. Isso só acontece porque podem se manifestar contra aquilo que pensam não ser adequado. Quando não são atendidos, simplesmente, mudam de empregador. Essa é a liberdade constitucional de ir e vir que não é respeitada na esfera futebolística (...). Na Europa, o caso Bosman trouxe maior liberdade de escolha. Não havendo mais indenizações entre clubes, facilitou o transito de atletas, que viraram donos do próprio destino após o contrato¹²⁸.

Tal discurso é reforçado pela análise de Correia (2010), que imputa as dificuldades de organização sindical em função da represália que os jogadores poderiam sofrer pelo vínculo do passe. Entretanto, o que chama a atenção também é o

¹²⁶ PARA jogadores, clube-empresa é melhor. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 ago. 1997, p. 4.8. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/28/esporte/26.html>> Acesso em: 07 jan. 2015.

¹²⁷ CRESCE o debate. *Jornal da Tarde*, São Paulo. 13 out. 1995

¹²⁸ MARTORELLI, J. R. Futebol não respeita direito de ir e vir. *Folha de S.Paulo*, 01 mar. 1996, p. 4.2.

questionamento se tal empecilho – o medo – teria se extinguido após a promulgação da lei.

Contudo, alguns jogadores manifestavam ser contrários à extinção do vínculo criado pelo passe. Segundo, Alfredo Sampaio, presidente do SAFERJ, essa contrariedade ao fim do passe manifestada pelos atletas era fruto de chantagem que os clubes faziam a esses jogadores¹²⁹. Rinaldo Martorelli tentou explicar o posicionamento desses atletas, argumentando que seria uma falácia da ideia de que o passe beneficiaria os jogadores dos menores clubes:

A ideia de extinção assusta alguns atletas, o que é muito natural. Só depois perceberão o quanto é importante participarem ativamente das decisões tomadas sobre si. Outra realidade brasileira é que só os grandes clubes detêm os passes dos atletas. No interior, os clubes só têm as equipes na vigência do campeonato¹³⁰.

Ressaltamos que esse é um discurso mais direcionado à imprensa, com função de tentar o convencimento a partir da demonstração da realidade vivida pelos jogadores de futebol. Devemos evidenciar também que a fala de Rinaldo não condiz com o que temos encontrado em nossa pesquisa, visto que um de nossos interlocutores, ex-jogador de futebol, com a carreira encerrada em 1997, nos relatou episódios em que um pequeno clube do interior de São Paulo havia prendido seu passe, mesmo com ele estando afastado dos gramados, impedindo-o de retomar a carreira em outro clube após se curar da lesão¹³¹. Esse episódio demonstra que o passe se constituía, mesmo que por conveniência, numa forma de o clube segurar o atleta, impedindo sua carreira de prosseguir, independentemente da divisão em que ele constasse.

Como manifestação pública de apoio de jogadores em atividade, apareceu uma reportagem da *Folha de S.Paulo*, dizendo que “time do pré [olímpico] quer nova Lei do Passe”, informando que os jogadores da seleção pré-olímpica apoiavam a mudança. Segundo os atletas, a nova lei beneficiava-os e a legislação então vigente era um impeditivo a futuras transferências¹³².

¹²⁹ BOLEIROS vão ao presidente contra Lei do Passe. *Diário Popular*, Campinas, 10 nov. 1995.

¹³⁰ MARTORELLI, J. R. Futebol não respeita direito de ir e vir. *Folha de S.Paulo*, 01 mar. 1996, p. 4.2.

¹³¹ Entrevista concedida por interlocutor, em 2014, ex-jogador do União Barbarense na década de 1990, que tentou se transferir para outro clube de Poços de Caldas, após ficar quase um ano sem treinar ou receber salários em função de uma lesão.

¹³² LANCELOTI, Silvio. Time do pré quer nova Lei do Passe. *Folha de S.Paulo*, 20 fev. 1996, p. 4-1.

No processo de construção da regulamentação da Lei do Passe, Rinaldo Martorelli tentava também dizer que o motivo de alguns atletas serem contra a extinção do passe era transitório, afirmando que “havia muita desconfiança e não se sabia se o Pelé realmente conseguiria elaborar uma resolução que modificasse a Lei do Passe (...) Quando foi divulgado o projeto, todos ficaram mais tranquilos e passaram a comentar o assunto com mais segurança”¹³³. Corroborando essa perspectiva, Alfredo Sampaio também declarou que “O Pelé queria o apoio dos jogadores e nós nos solidarizamos com ele nessa luta”¹³⁴, evidenciando o posicionamento favorável e o apoio e o papel que o sindicato se propunha então, como “Nosso trabalho é esclarecer”¹³⁵.

Esclarecer é diferente de representar. A partir dessa diferenciação entre esclarecimento e representação, o sindicato promove uma disjunção entre sindicato e categoria, de modo que o sindicato passa a ser um órgão de informação e não uma entidade que é a expressão coletiva dos jogadores. Essa disjunção, já presente na década de 1990, é reforçada ainda nas décadas seguintes, a partir da ideia difundida por Rinaldo Martorelli de que o sindicato é forte, mas a categoria não, por ser pouco participativa (MARTORELLI, 2004). Segundo essa compreensão de sindicato, que aprofundaremos mais adiante, não são os trabalhadores organizados que definem os rumos do que a entidade fará. A própria noção de sindicato é reificada, pois o sindicato – entidade – é compreendido como um ente que tem vida própria. Essa concepção oculta que essa vida própria, na verdade, é a manipulação dos interesses de seus dirigentes. O sindicato, assim, é a institucionalização da pessoa de seu presidente, que não precisa consultar a categoria, já que ele, por meio do sindicato, é o portador da verdade do que é melhor para a categoria.

Aliás, esse papel de esclarecimento cumprido pelo sindicato era bastante conveniente com as aspirações do ministro Pelé. Em uma entrevista sobre as mudanças que ele faria no futebol nacional – neste caso, a regulamentação da Lei Zico –, os sindicatos são mencionados como um ponto importante de opinião dos jogadores de futebol: “O Alfredo Sampaio, do Sindicato de Jogadores do Rio, o Martorelli e outros

¹³³ BRASIL, Ubiratan. Martorelli quer Pelé resistindo a pressões. *O Estado de S. Paulo*, 24 set. 1996, p. E2.

¹³⁴ REIS, Sebastião. Jogadores aceitam todas as propostas da Lei do Passe. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 set. 1996, p. E5.

¹³⁵ BRASIL, Ubiratan. Martorelli quer Pelé resistindo a pressões. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 set. 1996, p. E2.

companheiros já me pediram para não mudar nada na regulamentação da Lei Zico, sobre o passe livre, porque nossa proposta é a melhor para todos os jogadores”¹³⁶.

Os sindicatos sentiram-se prestigiados com a negociação em torno da resolução da Lei do Passe, pela iniciativa de Pelé, tanto que nem criticaram os recuos realizados pelo ministro para contemplar os clubes¹³⁷. Contudo, se entre o ministério e os sindicatos, normalmente, as relações iam bem – com exceção do momento de apresentação do projeto de lei, em que os sindicatos estavam inconformados com o fato de não terem sido procurados –, com os clubes as entidades colocavam-se em um conflito aberto. Podemos dizer que o conflito que normalmente é latente, em especial quando se refere às relações mais pessoalizadas de patrão e empregado, localizadas no ambiente de trabalho (HYMAN, 1979), mas nesse caso, distante deles, a contradição se expôs de uma forma mais evidente. Rinaldo Martorelli empreendeu diversas críticas ao Clube dos 13 e aos dirigentes que argumentavam contra a extinção do passe:

Os clubes tiveram tempo suficiente para se preparar, porque isto já estava previsto desde a Lei Zico, a partir de 91 (...). Para Rinaldo Martorelli, o passe preso só pode beneficiar os atletas que têm alto poder de barganha nas transferências (...). “Se o passe preso fosse benéfico para os clubes, eles não estariam totalmente endividados”¹³⁸.

O ápice da crítica e do conflito dirigiu-se ao deputado e cartola Eurico Miranda, que se recusava a aceitar a regulamentação proposta por Pelé, agregando toda a estrutura arcaica do futebol brasileiro:

O deputado Vasco da Gama [Eurico Miranda] é um carudo. É por causa de tranqueiras como ele que não houve acordo. A democracia é uma coisa difícil¹³⁹. Os cartolas estão acostumados a serem ditadores e é por isso que a administração no futebol é arcaica (...). A própria norma que regulamenta o passe é uma resolução. E nunca ninguém falou que ela é inconstitucional. Na verdade, ela sempre cerceou o trabalho e nós não iremos mais aceitar isso¹⁴⁰.

Desse modo, ao estudar a atuação do sindicato na Lei Pelé, é notório um dos primeiros momentos de atuação mais intermitente, mais contundente e focada da entidade. Atuação esta, no entanto, realizada com pouca visibilidade. De certa forma, é

¹³⁶ TOUGUINHO, Oldemário. Uma NBA para o nosso futebol. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 set. 1996, p. E1.

¹³⁷ PARA os atletas, última resolução é boa. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 17 out. 1997, p. 8B.

¹³⁸ UM PACTO entre jogadores e ministro. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 26 set. 1996, p. 8B.

¹³⁹ Nota-se que a democracia aqui é trazida no discurso de Martorelli. Quando se trata da representação dos jogadores nas decisões do sindicato, ela está ausente, todavia, já que a categoria seria, em sua visão, pouco participativa (MARTORELLI, 2004).

¹⁴⁰ MARTORELLI acha chiadeira normal. *Diário Popular*, São Paulo, 22 out. 1996, p. 6.

a partir dessa atuação que os sindicatos começam a ser legitimados como sujeitos políticos e representantes dos jogadores de futebol, mesmo que não representassem a opinião da maioria. Essa disjunção entre sindicato e categoria intensificou-se a partir dessa década, uma vez que a atuação do sindicato cresceu, no entanto, pouco acompanhada de um processo de envolvimento da categoria. Esse crescimento deveu-se, em parte, a uma profissionalização da gestão do sindicato, formada por um ex-jogador. Nota-se ainda que o que confere reconhecimento à função do sindicato não é a sua base, mas os espaços institucionais aos quais este começou a ter acesso. Tal situação é semelhante ao cenário internacional, em que os desdobramentos do caso Bosman colocaram os sindicatos em posição de reconhecimento (DABSCHECK, 2006). Esses são os elementos que vão delineando a reorientação da ideologia e das práticas dos sindicatos de futebol, marcados pelo não envolvimento ativo da categoria e por uma prática corporativa, que descrevemos ao longo da tese. Nesse sentido, percebemos que, por mais que o declínio do interesse pelo sindicalismo combativo tenha ocorrido também no futebol, a resposta dada pelo SAPESP, possibilitada ainda pelo cenário internacional, foi de estabelecer um viés negociador para a entidade, aproveitando-se dos espaços oficiais para tal.

Capítulo 7. A década em que a imperfeição e a rebeldia saíram da moda: os desafios do sindicalismo brasileiro e de futebolistas nos governos de Lula e Dilma (2003-2014).

Este capítulo abordará o contexto atual do sindicalismo no Brasil. Os anos 2000 colocam novos desafios para o sindicalismo, com o crescimento dos espaços de negociação e um dilema com relação ao papel dos sindicatos enquanto sujeitos políticos. Impacto este sentido pelos sindicatos de futebol, mas não desenvolvido neste momento específico, já que esse faz parte do objetivo mais geral da tese, presente nos próximos capítulos. A proposta é demonstrar os desafios atuais do sindicalismo em face ao processo de reorientação de suas estratégias da década de 1980 aos anos 2000, enfatizando as continuidades e as rupturas deste processo. Neste capítulo, enfocaremos a relação dos sindicatos com os governos petistas, demonstrando como os sindicatos de uma forma geral reagiram a eles e como os do futebol, em particular, construíram esta relação.

O cenário econômico do início dos anos 2000 foi marcado pela inflação controlada a partir de medidas antissociais, pelo controle dos investimentos em áreas sociais, pelo aumento do desemprego, informalização e sindicatos fragilizados e pulverizados (ARAUJO; OLIVEIRA, 2010). Nesse sentido, este cenário contribuiu para o aprofundamento de uma heterogeneidade da classe trabalhadora, dado o aumento do emprego precário e a manutenção dos altos índices de desemprego da década anterior.

Em 2002, no entanto, a eleição do ex-metalúrgico e sindicalista Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores e com o apoio da Central Única dos Trabalhadores, dois agentes políticos responsáveis até então pelo sindicalismo no Brasil nas décadas anteriores, trouxe expectativas de mudanças sociais no país. Na medida em que essas mudanças não concretizavam, novos desafios se colocaram para os sindicatos, configurando-se em uma situação paradoxal, de combinar a defesa do governo eleito às reivindicações de interesses de trabalhadores, pontas que comumente se encontram em direções distintas (ARAUJO; OLIVEIRA, 2010). Situação esta que colocou uma parte do sindicalismo em uma encruzilhada, diminuindo seu potencial de ação contestatória. Este paradoxo se acentuou em duas grandes tensões, vividas no início do governo Lula.

Estas foram expressas pela Reforma da Previdência, de 2003, que agravou o desgaste do sindicalismo do funcionalismo público com o governo; e o Mensalão, em 2005. Esses processos levaram a uma crise no interior da CUT, forjando uma oposição ao governo e uma ruptura de setores que deixaram a Central (ARAUJO; OLIVEIRA, 2010).

A eleição de Lula também iniciou um cenário novo ao sindicalismo ao constituir com mais força os espaços de “concertação social”, como referência aos espaços de diálogo social promovidos no âmbito da União Europeia. A diferença para o governo anterior é que eles não eram vistos sob o signo da parceria social, mas como espaços de negociação entre trabalhadores, empregadores e governo (ARAUJO; OLIVEIRA, 2010). Espaços estes, como o Fórum Nacional do Trabalho, que, ao mesmo tempo em que despertaram polêmica no interior do próprio sindicalismo, acerca de sua efetividade, acabaram perdendo relevância ao final do primeiro mandato de Lula. Araujo e Oliveira (2010, p. 9) ponderam que

a questão é se teve efetivamente uma missão de favorecer o ‘diálogo social’ como base da constituição de um ‘novo contrato social’, ou que teria um efeito inverso: a intencionalidade dos setores estratégicos do governo para com ele sempre foi o de propiciar a legitimidade social às opções tomadas alhures.

Para além da discussão sobre a efetividade desses espaços, que a princípio deveriam discutir uma Reforma Sindical e Trabalhista, o fato é que eles pouco lograram um acordo. Todavia, eles possuíram um desdobramento concretizado na Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais¹⁴¹. Esta lei formalizou a existência das centrais sindicais perante a estrutura sindical brasileira, passando a garantir a elas um repasse advindo da contribuição sindical compulsória e uma representação nos espaços institucionais de diálogo social.

A aprovação da Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais, entretanto, promoveu uma pulverização da cúpula sindical. A partir da aprovação desta lei, iniciou-se uma disputa na cúpula sindical para a vinculação aos sindicatos de base, a fim de angariar mais recursos para estas centrais, criando-se uma espécie de um mercado sindical. Além disso, a disputa pela base sindical, ao invés de distanciar a CUT das outras centrais, teve seu efeito inverso, aproximando-a, do ponto de vista de sua

¹⁴¹ Lei nº 11.648, de 31 Março de 2008, que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

orientação e prática, da Força Sindical, já que sua ação voltou-se à esfera propositiva no campo das políticas sociais, e evitando maiores mobilizações, como greves e manifestações mais amplas (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2010). Segundo Araujo e Oliveira (2010), esse cenário desenhou uma perda de protagonismo político do sindicalismo, que não foi mais capaz de pautar o debate político no país.

Essa lei também aprofundou uma ambiguidade na estrutura sindical. Há a obrigatoriedade da unicidade sindical, mas o que assistimos é uma pulverização sindical. Este processo se demonstra na proliferação de seis para doze centrais sindicais e de dez para dezesseis mil sindicatos. Apesar da reforma sindical anunciada não se concretizar, a legalização das centrais adotada pelo governo e o repasse do imposto sindical a essas entidades secundárias e de servidores públicos alterou a configuração dessas entidades. As consequências foram a permanência de entidades sem reconhecimento e algumas greves que ocorriam por fora do sindicato. A estrutura sindical, então, concorre com a criação de entidades sindicais fortes e representativas, favorecendo a existência de entidades sindicais burocráticas e esvaziadas (DIAS; KREIN, 2015).

Além disso, a ascensão do governo Lula também possibilita a ascensão de sindicalistas a cargos gestores de fundos de pensão de antigas estatais brasileiras (OLIVEIRA, 2008)¹⁴². Os casos mais emblemáticos são o da Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil, e da *Petros*, fundo de pensão da Petrobras. Segundo Oliveira (2008), a presença destes antigos sindicalistas como gestores de fundo de pensão, preocupados com a rentabilidade destes fundos que financiam a reestruturação produtiva, forma uma nova classe, que “tem unidade de objetivos, formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do Estado [de desregulamentação e flexibilização de direitos], trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semiestatais e está no lugar que faz ponte com o sistema financeiro” (OLIVEIRA, 2008, p. 148).

Uma mudança no cenário dos anos 2000 se deu a partir do ano de 2004, quando o crescimento econômico, combinado à recuperação do emprego e concorrência política entre as centrais sindicais, que levaram essas entidades a uma postura que buscasse ganhos concretos, permitiram que um novo ciclo de movimentações grevistas

¹⁴² A noção de um ‘sindicalismo de serviços’, que representa a ‘transformação dos sindicatos em “patrões ou gestores capitalistas”, preocupado com a gestão de fundos de ações e de negócios, já estava presente nos anos 1990, protagonizado principalmente pelos agentes da Força Sindical (TROPICIA, 2004, p. 136).

começasse a ocorrer (BOITO JUNIOR; MARCELINO, 2010). Esta demonstração de recuperação das movimentações grevistas permitiu que alguns direitos fossem conquistados, como recuperação salarial do funcionalismo público, uma política de valorização do salário mínimo (ARAUJO; OLIVEIRA, 2010), conquistas estas que arrefeceram após o lançamento do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), em 2007, que impediu que índices de reajuste salarial recuperassem arrochos anteriores à inflação do ano em questão.

De acordo com os dados sistematizados por Noronha (2009), a média anual de greves do governo FHC era de 440. Entretanto, no governo Lula, de 2003 a 2007, a média anual era de 322, média esta que praticamente se manteve até o ano de 2008. As greves apresentaram-se, diferentemente da era FHC (NORONHA, 2009), como propositivas, pela criação de direitos e recuperação salarial (BOITO JUNIOR; MARCELINO, 2010; ARAUJO, OLIVEIRA, 2010). Além disso, as greves realizadas sob o governo Lula aumentaram as horas não trabalhadas, mudando a tendência anterior do governo FHC (NORONHA, 2009). Fato este explicado pela concentração destas greves no setor público e de serviços.

Este complexo cenário dos anos 2000, em que a existência de greves é combinada à pulverização sindical, criação de um mercado sindical, com entidades vazias de representatividade e perda de protagonismo¹⁴³ do sindicalismo significou, do ponto de vista de suas orientações e práticas, uma retração de ações dos sindicatos, que restringiram sua participação a uma agenda de negociações diretas pautada pelo governo e a participação nos espaços institucionais públicos e estatais (ARAUJO; OLIVEIRA, 2010). Os autores afirmam que essa reorientação ainda é produto da crise dos anos de 1990, em que “foram afetadas as suas capacidades de representação e mobilização, de articulação de objetivos mais específicos com objetivos mais gerais e de formulação de propostas alternativas mais amplas de condições dos trabalhadores e da sociedade brasileira” (ARAUJO; OLIVEIRA, 2010, p. 12).

¹⁴³ A perda de protagonismo pode ser vista a partir da dificuldade do sindicalismo de influenciar e de se atualizar nos seguintes âmbitos: (i) político: a interação com outros atores nos governos e nas três arenas da atividade (eleitoral, elaboração de legislação e implementação), aumento da influência na elaboração da política pública; (ii) designação social: relação do sindicato com a sociedade civil, dos pontos de vista: ideológico, da confiança na instituição sindicato (imagem que a opinião pública tem e a proximidade ou afastamento dela) e da construção das alianças sociais. Segundo Dias e Krein (2015), estas são esferas que o sindicalismo no Brasil perdeu espaço, considerando o volume e impacto da sua atuação da década de 1980 aos anos 2000.

Dias e Krein (2015) defendem que a atualidade de ação dos sindicatos no Brasil encontra-se sob um dilema: o avanço e o fortalecimento da pauta corporativa e a necessidade de reconstruir o protagonismo social mais amplo, incorporando as novas demandas e se reaproximando da mobilização social. Isso ocorre em função de uma nova geografia produtiva, nova morfologia da classe trabalhadora e nova geometria desigual da crise e da renovação do sindicalismo. Crise, neste caso, compreendida como “ruptura do equilíbrio entre os diversos elementos” (DUBAR, 2006, p. 14, apud DIAS; KREIN, 2015, p. 2).

Esta crise colocou os sindicatos sob pressão, em especial, tensionando as possibilidades da sua ação enquanto movimento social – ações estas que já se encontravam debilitadas desde a década de 1990, com a institucionalização do *novo sindicalismo* (SANTANA, 1999). Frente a esse processo de reestruturação produtiva, crescente hostilidade econômica da segunda década dos anos 2000 e crise, os debates sobre a necessidade de alargar o campo de atuação do sindicalismo se fortaleceram. Estes debates buscaram nos trabalhadores excluídos do setor produtivo e nas alianças com outras organizações de trabalhadores, como é o caso europeu, o surgimento de um sindicalismo militante, em contraposição ao sindicalismo industrial. Este alargamento demonstra que o sindicalismo não é passivo diante da crise e que novas respostas surgem (DIAS; KREIN, 2015). A forma como o sindicato responde à crise dependerá de suas tradições (HYMAN, 2001). Ou seja, respostas estas que não são unívocas. São dependentes do contexto no qual os desafios que as ensejaram foram gestados.

Nesse sentido, o balanço geral destas três últimas décadas de sindicalismo demonstrou que as mudanças conjunturais fizeram com que outros atores emergissem e prevalecessem à cena do sindicalismo, configurando novas orientações e práticas, influenciando inclusive os atores do *novo sindicalismo*. Estas alterações delineiam um complexo cenário de disputas sobre os rumos do sindicalismo no Brasil, uma vez que a pulverização da cúpula e a possível acomodação de alguns sujeitos, se combinou a uma retomada de greves. Aliás, após as manifestações de junho de 2013, um possível crescimento do ativismo nas bases sindicais é possível de ser visualizado. Um exemplo disso foi a greve dos garis, no Rio de Janeiro em 2014. Evidentemente, este tema ainda carece de pesquisas e reflexões para a sua elucidação, no entanto, ele demonstra a complexidade do momento e as possibilidades criadas diante destes dilemas.

Essa complexidade também está presente entre os jogadores de futebol, uma vez que estes também foram sujeitos dessa reorganização da cúpula, se associando à União Geral dos Trabalhadores (UGT), passam pelos mesmos dilemas de representação e reagem à precarização do emprego no setor, tentando se legitimar diante de suas bases. Esse tipo de ativismo, por fora das entidades sindicais, também ocorreu entre os jogadores de futebol, a partir da emergência do Bom Senso F.C., que abordaremos mais adiante. A seguir, abordaremos a ambígua relação entre os governos petistas e o SAPESP e a FENAPAF¹⁴⁴.

7.1 Ambiguidades do sindicalismo no futebol frente aos governos petistas

Diferentemente do plano mais geral do sindicalismo brasileiro, a eleição de Lula não representava uma esperança de mudanças, uma vez que a principal reivindicação dos sindicatos de futebolistas havia sido atendida no governo de Fernando Henrique Cardoso. Isso não significou, entretanto, que a relação com o governo Lula e Dilma não fosse complexa, permeada por ambiguidades. Aqui, vamos demonstrar como se deu essa relação, com base da percepção de Rinaldo Martorelli e da FENAPAF sobre a agenda federal relacionada ao futebol.

As ações da agenda dos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) no plano do futebol tiveram um ponto de inflexão. Em um primeiro momento, as ações eram voltadas a uma atualização do ordenamento legal, a fim de modernizar e “moralizar” o futebol¹⁴⁵. Essas ações foram aprovadas no governo Lula, embora já estivessem sendo discutidas no governo FHC, após os escândalos da CPI-CBF/Nike (REIS, 2010). Em segundo momento, visavam medidas de revitalização e apoio aos clubes (SANTOS, 2011). A inflexão, segundo Santos (2011), ocorre a partir de

¹⁴⁴ É importante destacar que a FENAPAF e o SAPESP neste caso tem suas posições interligadas. Apesar de o SAPESP ser um sindicato estadual, sua atuação política transbordou as fronteiras do Estado de São Paulo, alcançando projeção nacional. Isso se deu porque Rinaldo Martorelli, presidente do SAPESP, se construiu nos anos 2000 como o dos mais importantes sindicalistas no futebol. É o sindicalista que mais participa das comissões, que está na FIFPro e que se *especializou* na área. Ele se tornou presidente da FENAPAF a partir de 2010, também.

¹⁴⁵ Esta medida refere-se à aprovação das Leis 10.671 e 10.672 de 2003, que respectivamente dispõe sobre o estatuto do torcedor e a conversão em lei da Medida Provisória 79, de 2002, que dispunha “sobre o direito ao ressarcimento dos custos de formação de atleta não profissional e a exploração comercial da imagem do atleta profissional, impõe vedações ao exercício de cargo ou função executiva em entidade de administração de desporto profissional, fixa normas de segurança nos estádios, adapta o tratamento diferenciado do desporto profissional”.

2007, quando a prioridade governamental busca ser a realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014. Não podemos perder de vista, entretanto, que parte das ações direcionadas no primeiro momento da agenda do futebol do governo Lula vem a ser aprovada somente no governo Dilma, como é o caso das alterações na Lei Pelé¹⁴⁶.

A autora destacou que a agenda do governo Lula para o futebol demarca uma nova fase no ordenamento legal do esporte, caracterizado por

diálogo com atores tradicionais (Comitê Olímpico Brasileiro – COB, CBF, Confederações, Federações e grandes clubes); criação de Lei de Incentivo ao Esporte e da Timemania; realização de grandes eventos no país: Jogos Militares Mundiais; Copa das Confederações; Copa do Mundo FIFA e Jogos Olímpicos (SANTOS, 2011, p. 74).

Mariângela Santos (2011) afirmou que tal fase aprofunda o caráter de modernização conservadora da fase anterior, definida por Proni (2000) e Rodrigues (2007), como o momento paradigmático de mudanças na ordenação legal, com o fim da Lei do Passe e a construção das bases para a profissionalização do futebol. Contudo, ao delegar ao mercado a construção do pretendido “futebol-empresa”, desresponsabilizando o Estado de intervir nesse processo, manteve a mesma estrutura arcaica, desigual e autoritária que perpassava os clubes. Nesse sentido, ao não democratizar as relações sociais no futebol e impossibilitar, assim, mudanças mais radicais, concebe-se como modernização conservadora.

Podemos acrescentar que após a ocorrência do ciclo de protestos, em junho de 2013, a presidenta Dilma dispõe-se a alterar outras medidas, sanciona a Lei nº 12.868/2013, que altera a Lei Pelé nos artigos de transparência das entidades de prática esportiva – sendo uma das alterações a impossibilidade de reconduções ilimitadas a cargos diretivos de federações. Tal aspecto é o delineamento de mais algumas contradições no âmbito da agenda futebolística governamental, visto que a partir daí o governo se dispõe a atender às reivindicações de outros agentes do campo esportivo, como os Atletas pelo Brasil¹⁴⁷ e o grupo Bom Senso F.C. Após esse evento, a presidenta também discute novas alterações nas medidas de apoio à gestão dos clubes, no projeto

¹⁴⁶ Lei nº 12.395, de 2011.

¹⁴⁷ “Atletas pelo Brasil” é uma associação criada por ex-atletas brasileiros a fim de melhorar o acesso à prática esportiva no país. A partir da ideia de criação de um legado olímpico brasileiro, essa associação visa “a conscientização e a mobilização para melhoria da política esportiva nacional, desenvolvendo a cultura de um esporte acessível a todos, para que seus benefícios na saúde, na educação e na formação de valores façam parte da realidade de milhões de brasileiros”, ações estas promovidas via influência de políticas públicas, mobilização e sensibilização em torno do tema. Uma ação promovida pela entidade foi a emenda que altera a Lei Pelé, MP 620/2013, que proíbe reeleições indefinidas de dirigentes esportivos. Para mais informações: < <http://atletaspelobrasil.org.br/o-que-fazemos/>> Acesso em: maio 2015.

de lei conhecido como Proforte (PL 5.201/2013), que depois veio a ser nomeada Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (MP 671/2015), que foi aprovada como Profut, em 2015.

Esse breve panorama das ações dos últimos três governos servem apenas para delinear o pano de fundo do cenário esportivo brasileiro. A partir de então, nos dedicaremos a descrever a leitura empreendida pelo sindicato sobre esse contexto. Ao longo da descrição da narrativa operada pela entidade sobre as políticas governamentais, focaremos em descrever mais objetivamente as medidas implementadas.

Em entrevista concedida à autora, um sindicalista futebolista brasileiro foi taxativo em classificar os governos de Lula como um “horror”, em função das políticas que respingavam nos direitos dos atletas. Segundo o dirigente:

Principalmente há uns 8 anos pelo governo Lula, nós ficamos é trabalhando para evitar a supressão de direitos dos atletas. Foi um horror. Os 8 anos de governo Lula foram um horror. É porque ele é muito, ele é muito fanático pelo futebol; ele chegou querendo – como ele dizia – “arrumar o futebol, dar condições financeiras ao futebol”. Só que ele deixou os clubes à vontade, porque o projeto era de supressão de direito dos atletas, ia aumentar a cláusula penal ou de dar a possibilidade ao clube, mesmo depois de três meses sem pagar salário, o atleta tivesse a obrigação de notificá-lo e o clube tinha até 15 dias pra fazer o pagamento, ou seja, era uma oficialização do calote. Eu briguei muito no senado pra acabar com isso. Então, nossa energia no governo Lula foi toda gasta pra evitar a supressão de direitos. Então não teve como me alinhar com o PT (...). Os governantes não entendem a importância do esporte e, como o ministério do esporte é o menos importante, de todos, pelo orçamento, por tudo..., coloca político lá, faz uma barganha, como fez com o PCdoB, faz uma barganha que ninguém conhece nada¹⁴⁸.

O enfrentamento do sindicato às medidas do governo iniciou-se no ano de 2004, quando houve o anúncio da criação de uma lei específica para o futebol, em especial no que diz respeito à questão trabalhista. A briga da entidade, naquele momento, era de reafirmação do caráter de trabalhador do jogador de futebol, defendendo que este deveria, como os demais trabalhadores, ser enquadrado na legislação trabalhista vigente no país, como a CLT. Segundo Martorelli, os clubes tentavam regular novamente esse vínculo do atleta ao clube para tentar reinstituir o “passe”¹⁴⁹. Tal enfrentamento também é motivado por uma declaração que teria sido dada por Lula de que o jogador não é um trabalhador comum. A resposta de Martorelli é enfática: “Se disse isso, é a maior aberração da sua vida pública. Não tem preocupação com o que fala ou está mal

¹⁴⁸ Em entrevista concedida à autora em 20 out. 2014, na sede do SAPESP.

¹⁴⁹ SINDICATO é contra a nova Lei. Jornal *LANCE!*, São Paulo, 06 fev. 2004. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=660>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

assessorado”, justificando que os jogadores ficarão desprotegidos sem a CLT, uma vez que a maioria tem salários baixos¹⁵⁰.

Até então as discussões envolvendo regulamentações na Lei Pelé, e algumas possíveis alterações, eram referidas ao Estatuto do Desporto, proposta de lei apresentada em 2001, o PL 4874/2001, de autoria do deputado Silvio Torres (PSDB-SP). Naquele momento, ainda o sindicato já não era um dos sujeitos privilegiados do debate, ficando restrito apenas ao envio de algumas sugestões advindas da proposta de convenção coletiva que a entidade negociava. A partir da tramitação dela no governo Lula, o sindicato aparece mais, principalmente no momento em que ganha eminência a proposta de separar a lei em duas partes: uma para o esporte em geral, e outra para o futebol.

Contudo, a participação do sindicato não se restringe apenas a essa oposição. Uma das sugestões do SAPESP é a extinção da obrigatoriedade da cláusula penal, para o caso de ruptura de contrato entre os atletas e os clubes¹⁵¹. A proposta, contudo, gerou uma reação grande por parte dos clubes, que chegaram a afirmar que a cláusula penal deveria existir em caso de o atleta romper unilateralmente o contrato com o clube, sendo que o contrário deveria ser regido apenas pelas leis trabalhistas vigentes (o mesmo procedimento de caso de demissão qualquer) ou que o atleta receba apenas e no máximo dez vezes o restante do valor de contrato. Para o presidente do sindicato, entretanto, isso é uma posição unilateral, já que “é impossível um dispositivo da lei (cláusula penal) que não seja válido para os dois. Se passar, a Justiça não aceitará”¹⁵². Outra proposta dos clubes era reduzir ou extinguir o direito de arena. Pela lei, até então, os jogadores tinham direito a receber 20% do valor do contrato de transmissão dos jogos – o que após quase cinco anos de impasses, havia sido acordado em 5% do valor total dos contratos com as emissoras de televisão¹⁵³. Tal tentativa dos clubes era classificada por

¹⁵⁰ LULA apoia Refis para o futebol. 30 um. 2004. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=669>>. Acesso em: jan. 2015.

¹⁵¹ LOBBY dos jogadores. Jornal LANCE! São Paulo, 30 jun. 2004. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=737>>.

¹⁵² PROJETO gera racha geral. SAPESP. 05 ago. 2004. Disponível em: <http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=749>>. Acesso em: jan. 2015.

¹⁵³ HISTÓRICO do Direito de Arena. SAFERJ. Sem data. Disponível em: <http://www.saferj.com.br/index.php?pg=sessao&sub=historia&id=13> Acesso em: jan. 2015.

Martorelli como algo que não era plausível: “Não tem condição. O atleta não pagará pelo mal gerenciamento dos clubes”¹⁵⁴.

Em sua participação no Conselho Nacional do Esporte (CNE), como representante da FENAPAF, Martorelli aproveitou para trazer os protestos da entidade acerca dessas mudanças propostas pelos clubes. Em um momento anterior à reunião, o presidente disse: “o Ministério está com a filosofia patronal. Se torna ilegítima sua relação com os clubes”¹⁵⁵. De acordo com a nota oficial da Federação Nacional de Atletas Profissionais de Futebol, os sindicatos têm estado fora dessa negociação “por manobra política dos clubes e que acreditava estar no caminho certo, pois se incomodava tanto a ponto de os clubes envidarem esforços para não o ter na comissão é porque a categoria tem tido seus direitos defendidos com firmeza e obstinação”, demonstrando a “decepção da categoria com o Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, por ter cedido à pressão dos clubes”. Nessa mesma nota, o sindicato levanta a fala de José Carlos Brunoro, que informou que os direitos trabalhistas (hora extra, adicional noturno, folga semanal) eram apontados pelos clubes como responsáveis diretos pelos problemas pelos quais eles passavam. Tal argumento é rebatido por Martorelli: “se não discutirmos o gerenciamento que os clubes vêm empregando há décadas, não adianta discutirmos outros assuntos. Não são os direitos trabalhistas que causam problemas e sim a falta do pagamento de salários”¹⁵⁶.

A medida em questão contra a qual Martorelli lutava era a edição da Timemania, uma medida que visaria que a arrecadação da loteria esportiva ajudasse a sanar a dívida dos clubes. Tal proposta, contudo, era encaminhada em conjunto com outras duas propostas de alteração, que versavam sobre a valorização do clube formador e uma legislação trabalhista específica para o futebol¹⁵⁷. É nesse sentido que as falas de Martorelli costumavam enfatizar a contrariedade à violação dos direitos dos atletas, pois o primeiro texto da lei dispensaria os clubes de pagarem adicional noturno, horas extras

¹⁵⁴PROJETO gera racha geral. SAPESP. 05 ago. 2004. Disponível em: <http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=749>> Acesso em: jan. 2015.

¹⁵⁵PARA SINDICATO ME defende patrões. SAPESP. 05 ago. 2004. Disponível em: <http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=748>>. Acesso em: jan. 2015.

¹⁵⁶FENAPAF no caminho certo. Redação SAPESP. 16 ago. 2004. Disponível em: <http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=751>>.

¹⁵⁷ LOTERIA para salvar os clubes sai este ano. Ministério do Esporte, Brasília. 09 nov. 2004. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/futebol-e-direitos-do-torcedor/timemania/noticiastimemania/148-noticias-timemania/41544-loteria-para-salvar-os-clubes-sai-este-ano>. Acesso em: jan. 2015.

– dada pela obrigatoriedade de o jogador se concentrar até três vezes por semana sem que o clube tivesse de pagar qualquer encargo trabalhista – e o direito de arena¹⁵⁸.

Para tentar neutralizar essa lei, Martorelli foi a uma reunião com o então ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, numa comitiva de centrais sindicais, para apelar para que a CLT não fosse descumprida para jogadores de futebol. Tal iniciativa foi chamada pela imprensa esportiva como lobby do sindicato e obtivera sucesso naquele momento, uma vez que o ministro declarou que incluiria o direito de arena no projeto¹⁵⁹. Evidentemente, tal questão ainda foi postergada por quase um ano, até ser sancionada a Lei da Timemania, sem que nenhuma dessas alterações previstas fossem de fato aprovadas. A prorrogação da promulgação dessa lei era sempre comemorada pelo sindicato, como fica evidente nessa notícia¹⁶⁰. Além disso, os sindicatos aproveitaram a prorrogação dessa lei para tentarem incluir que a Timemania distribuisse uma parte do valor arrecadado com a loteria para saldar as dívidas trabalhistas que os clubes possuíam, o que não foi logrado¹⁶¹.

Durante o processo de tramitação dessa lei, os jogadores chegaram até a fazer um abaixo-assinado, unificando atletas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, principalmente. Além disso, o presidente do Sindicato dos Atletas do Rio de Janeiro, Alfredo Sampaio, ameaçou tomar medidas mais enfáticas:

Eles (o governo) fazem tanta bobagem que é bem provável que a categoria se una agora e possa até fazer uma greve. Vou dizer pessoalmente ao ministro Agnelo que é vergonhoso um governo eleito como de esquerda prejudicar uma categoria de trabalhadores como está fazendo agora¹⁶².

Tal discurso pode ser visto apenas como uma ameaça não concretizada, uma vez que a postura do sindicato nesses casos de negociação sempre se deu mais como pressão sobre os legisladores. De todo modo, expressa uma inconformidade com o governo eleito – de esquerda, mas que prejudica trabalhadores.

¹⁵⁸ PROTESTOS contra o fim dos direitos trabalhistas. <http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=882>

¹⁵⁹ LOBBY de sucesso. SAPESP. 15 dez. 2004. Disponível em: <http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=576> > Acesso em: jan. 2015.

¹⁶⁰ SINDICATO festeja; c13 lamenta. SAPESP. 18 dez. 2004. Disponível em: <http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=775> > Acesso em: jan. 2015.

¹⁶¹ CONGRESSO poderá incluir mais direitos para os jogadores. SAPESP. 04 jan. 2005. Disponível em: <http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=779> > Acesso em: jan. 2015.

¹⁶² IMPASSE Na Nova Lei Pelé. SAPESP. 01 dez. 2004. Disponível em: <http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=770> > Acesso em: jan. 2015.

A mesma posição foi ratificada por Rinaldo Martorelli, ao procurar o ministro da articulação política Aldo Rebelo. Com um discurso que relembra a atuação do político na CPI CBF/Nike, ratificando que a categoria de jogadores de futebol é sua base no processo eleitoral de deputado, o presidente afirmou:

precisamos alertá-lo [ao Lula], Ministro Aldo, o Presidente vendo o esporte como torcedor, tem razão em parte no que diz, porque realmente não há como se ter a mesma legislação, referindo-se à CLT, para as duas categorias de trabalhadores, o atleta tem de ter muito mais amparo, pois tem sua carreira profissional muito mais reduzida e ainda por cima em muitos clubes, a maioria deles, está sem receber salários e a Confederação e as Federações estaduais de futebol nada fazem¹⁶³.

Martorelli referia-se menos à posição política de Lula e mais a sua postura de torcedor. A articulação do discurso torcedor às medidas promovidas pelo governo Lula é analisada por Mascarenhas, Silva e Santos (2014, p. 515) como um meio que o presidente encontrou para produzir consentimentos, articulando os sentimentos do nacional, cultural e do moderno, “de carisma pop e de cultura anticrítica”. Tal postura é criticada pelo ex-jogador, uma vez que ela coloca os jogadores não numa posição de aliados, mas de subalternos às suas medidas, à paixão clubística e, por conseguinte, aos mandos e desmandos do clube.

A Timemania foi aprovada em 2006, contudo sem as mudanças na legislação trabalhista e no direito de arena, que se tornariam alvos de outro projeto de lei. No ato de aprovação da referida lei, o sindicato pronuncia-se contrariamente a ela; Martorelli escreve uma nota em direção aos torcedores, pedindo que eles não se comprometam a financiar os abusos promovidos pelos dirigentes irresponsáveis. Segundo Martorelli:

Nesse ponto o governo perdeu um importante bonde dessa história, poderia ao menos ter se esforçado para tentar mudar essa forma de gerenciamento, mas não o fez. E não fez porque *segue exatamente a mesma trilha dos clubes*. Vai arrumar um dinheiro para a distribuição que não é dele, *é dinheiro do povo que vai ser enganado em sua paixão, pois como o discurso é o da salvação, os torcedores, passionais ao extremo, se é que dá para mensurar, com certeza irão ajudar e muito*. O torcedor não pode ser explorado em sua paixão, não pode ser usado para compensar os desmandos, precisa ser advertido, informado com seriedade sobre a quem estará servindo, jogando na Timemania contribuirá para aumentar a falta de escrúpulos para a efetivação de negócios sem base financeira, negócios que só continuarão a beneficiar uns e outros e não aos clubes (grifos nossos)¹⁶⁴.

¹⁶³ MARTORELLI trata questões importantes com o ministro Aldo Rebelo. SAPESP. 04 mar. 2005. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=578>>. Acesso em: jan. 2015.

¹⁶⁴ TIMEMANIA. Um gol contra o nosso futebol. SAPESP. 11 set. 2006. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=465>> Acesso em: jan. 2015.

Não é o objetivo analisar o discurso de Martorelli acerca dos torcedores – que oscila bastante, em especial nos casos de violência contra atletas. Entretanto, é de estranhar que uma carta cujo intuito parece ser o de convencer os torcedores do abuso que é a lei os chame de “passionais ao extremo”. O significado de passional, considerado aquele que “é motivado pelo sentimento excessivo da paixão, que significa emoções amorosas fora do controle”, não se apresenta como positivo. A narrativa do sindicato parece então querer unir uma trama entre governadores e torcedores “passionais” na defesa das irresponsabilidades dos clubes. A pergunta que nos ocorre é: não seria mais interessante uma nota que explicasse mais detidamente a irresponsabilidade dos clubes e o porquê da não eficácia da Timemania?

Entretanto, a escolha do sindicato depositou-se em fazer a crítica ao governo e questionar por que, mesmo salvando os clubes, não guardavam uma pontinha para ajudar os atletas. Tal fala de Martorelli deixa evidente que

Ficamos ainda mais indignados quando um governo oriundo de um partido “tido” dos trabalhadores não tem a menor disposição em discutir o nosso pedido de que o projeto da Timemania contemplasse também os passivos trabalhistas dos clubes, mas ficar devendo, e muito, para aqueles que trabalharam para eles pode, não pode é ficar devendo para o governo. Como se a dívida do governo não fosse possível empurrar com a “barriga”, esta dívida que é de mais de 800 milhões de reais já vem se arrastando, em muitos casos, há vinte anos. E de clubes que ninguém nem dá um puxão de orelhas. Veja o caso do Flamengo, um dos beneficiados pela nova loteria, deve milhões e continua acumulando dívidas a cada dia e, mesmo devedor, é agraciado com dinheiro estatal da Petrobras. O torcedor também precisa saber que a Timemania vai brindar apenas os irresponsáveis de uma minoria de clubes. Se há quase mil clubes no Brasil, como justificar um projeto que chega apenas aos vinte da primeira divisão do brasileiro¹⁶⁵.

Outra crítica destinada ao projeto da Timemania é realizada pelo sindicato com base no exemplo do que ocorreu em Portugal, quando um projeto semelhante fora aprovado pelo governo de lá com a mesma prerrogativa de salvar os clubes da crise financeira. De acordo com o SAPESP, Portugal criou, há mais de dez anos, a Loteria Totobola, e o resultado foi que os clubes voltaram a se endividar, uma vez que tal projeto não conseguiu fazer com que fossem alteradas as formas de gerenciamento deles¹⁶⁶. Tal argumento é levantado para defender a posição da entidade, ancorada em duas questões: (i) entrada da dívida trabalhista no pacote da Timemania, para que os

¹⁶⁵ TIMEMANIA. Um gol contra o nosso futebol. SAPESP. 11 set. 2006. Disponível em <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=465>>. Acesso em: jan. 2015.

¹⁶⁶ MARTORELLI, R. O governo precisa conhecer a Timemania de Portugal. 13 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=456>>. Acesso: jan. 2015.

jogadores tivessem seus salários pagos; (ii) a imposição de “sanções esportivas caso os clubes brasileiros voltassem a contrair dívidas de qualquer ordem, seja em tributos federais, falta de pagamento de salários ou fornecedores”¹⁶⁷. Por fim, o presidente do sindicato deixa sua posição, de que a Timemania seria um “paliativo que só aumentaria a irresponsabilidade na condução financeira dos clubes”.

As grandes críticas ao projeto inicial da Timemania, entretanto, eram voltadas às mudanças na legislação trabalhista que tinham sido propostas, as quais, por sua vez, foram retiradas e apresentadas em um novo projeto de lei, o PL 5186/2005. Um dos motivos, apresentado pelo sindicato para essa desvinculação, teria sido a própria oposição, impulsionada pelo sindicato dos atletas, dentre outros, ao projeto da Timemania – que demorara com tais alterações ainda dois anos para ser aprovado¹⁶⁸. A primeira lamentação com o envio do projeto é que ele, colocado em regime de urgência em maio de 2005, atravessara as proposições do Estatuto do Desporto, em tramitação desde 2001, de autoria de Silvio Torres, deputado que contava com o apoio do SAPESP. Em segundo lugar, tal projeto retomava as desigualdades na condução das rupturas de contrato, estabelecendo critérios diferentes para os jogadores e clubes. Para Martorelli, naquele momento, seria necessário um convênio coletivo de trabalho – e não uma alteração na Lei Pelé –, algo que o sindicato tentava desde 1995. O argumento do sindicalista, que refutava os argumentos de que os clubes precisavam ser protegidos do assédio a seus jogadores, a quem teriam investido muito dinheiro na formação:

se há estabilidade contratual, com pagamento de benefícios e vantagens, é claro que o atleta ficará. A concorrência é grande, óbvio, mas o atleta tem de levar em consideração o peso da adaptação. Ele pode ir para a Ucrânia, por exemplo, para ganhar dez vezes mais que no Brasil, mas poderá sofrer com a adaptação e voltar sem ter feito nada. Ou seja, ele deu causa à quebra de contrato e voltou para casa devendo. Se esse atleta tem seus direitos trabalhistas preservados, certamente ele permanecerá no clube¹⁶⁹.

Independentemente da solução afirmada, Martorelli era bem enfático em salientar que nenhuma alteração à Lei Pelé deveria ser feita naquele momento, destacando uma leitura de que elas viriam na direção de violar os direitos dos atletas.

¹⁶⁷ MARTORELLI, R. O governo precisa conhecer a Timemania de Portugal. 13 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=456>>. Acesso: jan. 2015.

¹⁶⁸ MARTORELLI, R. O estranho apoio do governo Lula aos clubes. 31 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=586>>. Acesso em: jan. 2015.

¹⁶⁹ SÁ, Ludymilla. Liberdade Ameaçada. Diário da Tarde, Belo Horizonte, 18 maio 2005. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=783>>. Acesso em: jan. 2015.

Isso porque, em momentos anteriores, o sindicalista já havia defendido, entre outras coisas, que deveria desaparecer do texto a obrigatoriedade da cláusula penal. A questão no momento, ao que parece, seria uma avaliação política de que, a partir da correlação de forças existentes, a chance de os atletas saírem perdendo em caso da discussão do PL era grande.

O que chama a atenção é que apesar de todas as críticas ao primeiro mandato do governo Lula, mesmo assim o sindicato declara apoio oficial à candidatura de reeleição. Além disso, declara apoio ao então ministro do Esporte, Orlando Silva, candidato a deputado federal no estado de São Paulo – afirmando também que este teria uma postura muito mais respeitável que o anterior, Agnelo Queiroz¹⁷⁰. Tal fato não se concretiza como uma obviedade – algo do tipo “sindicalista vota no Partido dos Trabalhadores”, uma vez que nesse momento histórico, em que pese o grande tamanho da CUT, alguns sindicatos já se desfilavam dela –, agravado ainda pelo fato de o SAPESP por vezes apoiar partidos que faziam parte da oposição ao governo. Um exemplo marcante disso é o apoio ao deputado federal Silvio Torres, do PSDB, envolvido com a causa esportiva desde os anos de 1990, quando, em conjunto com Aldo Rebelo, foi relator da CPI CBF/NIKE.

O SAPESP e a FENAPAF também não se declaravam como oposição a Fernando Henrique Cardoso, tal como o fizeram durante o governo petista. Aliás, a nota da FENAPAF declarava que os sindicatos não foram:

mal atendidos ou que a categoria tivesse sido desrespeitada pelo governo FHC, ao contrário, fomos agraciados com várias decisões favoráveis a começar pelo ineditismo de um ex-atleta se tornar ministro do Esporte. Acumulamos importantes vitórias, muitas delas obtidas mesmo depois da saída do Rei do Futebol. O fim do passe certamente é a maior das conquistas, mas outras importantes mudanças ocorreram sempre com o propósito de equilibrar as forças no relacionamento entre as entidades de organização (confederação e federações), as de prática (clubes) e as de atletas (FENAPAF e sindicatos)¹⁷¹.

Aliás, a descrição sobre a participação do sindicato na proposição da Lei Pelé nos faz crer que, na maioria do tempo, ao longo dos anos, o SAPESP esteve bastante alinhado às proposições advindas do governo, elogiando a postura de negociação de Pelé e a tentativa de resistência ao lobby dos clubes. Resta ainda salientar que, apesar do

¹⁷⁰ MARTORELLI, R. Ao presidente Lula. 08 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=468>>. Acesso: jan. 2015.

¹⁷¹FENAPAF. Ainda há tempo. 05 jul. 2005. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=458>>. Acesso em: jan. 2015.

apoio declarado ao presidente no ato de sua reeleição, o sindicato, dias antes do pleito, soltou uma nota intitulada “Chegando de Marte: Presidente Lula errou feio ao isentar os dirigentes da culpa pela penúria da maioria dos clubes”, publicada no sítio eletrônico da entidade no dia 16 de setembro de 2006. A nota, mais do que tentar convencer o presidente da culpa que os cartolas possuíam pelo grave estado do futebol, direcionava-se a apontar os erros cometidos pelo então presidente.

E [Lula] tenciona fazê-las à custa dos atletas *obedecendo aos reclamos daqueles que gostam da ditadura esportiva*. Daquela situação que proporciona ganhos fáceis, mas não para os clubes. Daquela situação que escraviza totalmente o trabalhador. *E não esqueçamos. O presidente segue as bases do socialismo, aquela tese de proteção ao proletário, ao trabalhador. Imaginem se fosse o contrário*. Ele também saiu em defesa da organização da Copa do Mundo de 2014. Lógico que um evento deste porte seria ótimo para nós, os apaixonados pelo jogo-futebol. Mas o que isto pode custar? Não temos dinheiro para a saúde, tem gente morrendo em filas de hospital; não temos dinheiro para a educação; não temos dinheiro para a segurança; não temos dinheiro para o nosso crescimento, apoiamos a especulação em detrimento à produção, vide os balanços dos bancos. Então como justificar os bilhões de dólares que serão necessários para esta promoção?¹⁷²

Alguém que lesse essa nota desconsiderando a declaração de apoio já feita creia que o sindicato não o apoiaria, visto que a oposição a Lula vai além da tentativa de apoiar uma lei que tensiona direito dos jogadores, mas toca também na sua política de trazer a Copa do Mundo ao país. Essa matéria foi tema ao longo de várias reportagens republicadas no sítio da entidade que versavam sobre o atraso das obras, o gasto do dinheiro público, apoio à tentativa de Silvio Torres, do PSDB, em especial de 2009 em diante, de acompanhar mais de perto a organização do evento. Aliás, esta temática fez com que, durante anos, o sindicato republicasse diversas matérias do sítio eletrônico do referido deputado – até uma em que ele, ao visitar a África do Sul, despejara diversos elogios à forma como o megaevento esportivo foi realizado por lá, democraticamente e unitariamente¹⁷³.

A aliança com o PSDB é declarada como algo corrente, que teria acontecido por sete anos seguidos, visando ao atraso na tramitação e na aprovação das mudanças na Lei Pelé, em 2011, que foram promulgadas pela Lei nº 12.395, em 2011¹⁷⁴. Em um

¹⁷² MARTORELLI, R. Chegando de Marte. 16 set. 2006. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=603>>. Acesso: jan. 2015.

¹⁷³ ÁFRICA do Sul adota modelo de organização democrático da Copa. SAPESP (Retirado Assessoria do Comunicação do Dep Silvio Torres) 13 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=190>> Acesso: jan. 2015.

¹⁷⁴ DIREITO ESPORTE CLUBE, prog. 82. 04 jun. 2011.

programa televisivo organizado pelo próprio sindicato, ele demonstrava a posição da entidade sobre as alterações, que teriam vindo apenas para “ratificar a posição da patronal”, isto é, dos clubes. A proteção ao clube formador, feita à custa dos atletas, e a diferenciação entre a cláusula compensatória e a indenizatória, favorecem os clubes. Além disso, algumas coisas como as férias, que já eram conquistas obtidas pelo sindicato, e a regulamentação das 44h, que estariam lá para impedir o jogador de fazer hora-extra, seriam desnecessárias. Nessa mesma edição, entretanto, o sindicalista não culpa Dilma pelo ocorrido, fazendo menção ao “governo de um sindicalista que não defende uma categoria (a dos jogadores)”. Desse caso se evidenciam duas coisas.

A primeira é de enxergar o mundo do futebol como um espaço social de homens. Como Norbert Elias e Eric Dunning (1992) já evidenciaram, o futebol é, na maior parte do mundo, um dos últimos redutos reservados aos homens, os quais apresentam enorme resistência a sua democratização do ponto de vista de gênero. É evidente que poderíamos argumentar que o governo de Dilma tinha acabado de tomar posse quando a lei foi sancionada. Em contrapartida, como continuidade do governo petista, deveria também ter sido alvo de críticas – o que não ocorreu –, incorrendo, no máximo, na lembrança da gestão do presidente Lula a reclamação.

Em segundo lugar, a partir de nosso levantamento do banco de reportagens do sindicato, é notório que, desde 2010, quase nenhum espaço tem sido dedicado à discussão da ação governamental. De lá até hoje, apenas uma menção ao governo é feita, em julho de 2014, quando a FENAPAF lamentou o veto à participação do sindicato na reunião que discutiria a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte. A nota não atacava diretamente a presidenta, restringindo-se a dizer que lamentava a decisão de vetar o convite que já havia sido feito à “entidade que é representante legal de 17 mil jogadores no país” e tal ação não era construtiva, visto que “a pluralidade de ideias e a troca de experiência e informações podem contribuir para mudanças e melhorias no futebol brasileiro”¹⁷⁵.

A invisibilização da discussão conjuntural sobre as legislações no país, aliadas ao tom desta última nota, pouco questionadora, denotam o que pretendemos demonstrar a seguir numa mudança de postura do sindicato. Tal mudança pode ser caracterizada por

¹⁷⁵ FENAPAF. FENAPAF lamenta veto da presidente Dilma. 19 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2909>>. Acesso em: jan. 2015.

dois aspectos: (i) uma “despolitização” da ação do sindicato, no sentido de ser menos política do que era até então, bastante preocupada com as questões legais e conjunturais do futebol – que vai sendo substituída por uma faceta institucional jurídica (e não mais da política); (ii) um incremento do viés do Diálogo Social (HYMAN, 2001), com uma diminuição do aspecto radical do discurso. Ambas facetas ainda se combinam a um incremento do personalismo, centralizado na figura de Rinaldo Martorelli, que, por ser estudioso do direito desportivo e sindicalista há muitos anos, supõe que teria acumulado saber e experiência necessários para resolver os problemas do futebol brasileiro.

Até então, o que se percebeu do sindicato foi uma postura ambígua com relação ao governo, feito, por sua vez, presente em boa parte do sindicalismo brasileiro. A isso se refere a ideia de que existiram alguns momentos de tensão, mas que, de modo geral, o sindicalismo apresentou uma postura adesista. Parte dessa postura ambígua está relacionada à estratégia de ação do SAPESP, segundo a qual as negociações com os governantes são os principais meios de conseguir vitórias (aliados aos lobbys no congresso para impedir votações de leis) – estratégia essa que, como demonstraremos mais adiante, também declinou ao longo dos anos.

A esperança nas negociações é demonstrada pela tentativa de diálogo com os diversos ministros do Esporte, com o então ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, com o então ministro da articulação política do governo, Aldo Rebelo, e, como ápice, uma carta enviada ao presidente Lula, a qual pedia que o presidente o recebesse. Esse pedido já havia sido feito em outras ocasiões, e tinha o tom de registro de que o presidente não tinha todas as informações sobre a categoria dos jogadores de futebol, e por isso cedia às pressões dos clubes:

O PL 5186/2003 é uma afronta à dignidade do empregado e foi encaminhado por esse governo, eleito com extrema ideologia trabalhista e sindical, e quero crer que *o senhor não percebeu o tamanho do problema. Exatamente assim, prefiro acreditar que o senhor não tem toda informação a respeito, preciso ainda confirmar, por isso lhe escrevo (...). O senhor não sabe o número de clubes inadimplentes quanto aos salários dos atletas e porque isso realmente acontece, e pior, com essa falta de interesse acaba por dar chances de perpetuação do falso discurso de alguns irresponsáveis. Voltando ao Ministério do Esporte, queria registrar meu agradecimento e apoio ao atual Ministro Orlando Silva Junior, que diferente de seu antecessor, seu amigo, Senhor Presidente, fez um trabalho equilibrado e justo em tão pouco tempo e mereceria uma nova oportunidade. Mas o Ministro tem suas limitações e necessitaria de vosso apoio, por isso que o senhor teria de se interessar pelo*

*assunto como homem público e não só como torcedor porque assim o diálogo fica inteiramente prejudicado*¹⁷⁶.

A esperança na resolução do problema por meio de uma negociação com o presidente representa uma tentativa de, a partir de canais de comunicação empreendidos, obter algo. A via da negociação, do diálogo, da participação institucional é reforçada, participação essa reiterada pelas inúmeras notas da entidade sobre reuniões no Conselho Nacional do Esporte, nas Comissões Ministeriais, audiências públicas, conferências do esporte, dentre outras iniciativas do governo. Elas, como promovidas apenas em consonância com outros mecanismos legais, acabaram por não vingar grandes conquistas durante os governos petistas, como as falas do sindicato explicitam. É por isso que, mais do que uma opção calcada na eficiência da estratégia, esta é ideológica, parte de uma ideia de ação sindical e/ou coletiva baseada no diálogo, no individualismo, em detrimento da ação contenciosa, isto é, da ação de enfrentamento direto e conflituoso. Esse tema será mais bem especificado quando da discussão sobre as estratégias e repertórios de ação do sindicato.

Por fim, é importante mencionar que não só de críticas se fez a relação do sindicato com os governos petistas. Algumas menções de apoio já foram demonstradas, destacando uma delas o elogio à nomeação de Orlando Silva, bem como o apoio a algumas iniciativas do Ministério do Esporte, como o programa Bolsa-Atleta e a Lei de Incentivo ao Esporte. Tais aspectos demonstram o que Araujo e Oliveira (2010) destacam como postura ambígua dos sindicatos perante o governo petista. E denotam também que o sindicalismo de futebolistas está frente a um dilema parecido ao do sindicalismo brasileiro (DIAS; KREIN, 2015): o reconhecimento do sindicato para a participação nos espaços de negociação do governo não determinou que ele fosse capaz de pautar as ações aprovadas. Este fator gerou um desgaste na relação entre os sindicatos de futebolistas e o governo federal, propiciando uma relação ambígua, que se finalmente se configurou como de oposição, a partir de 2014. Tal relação foi ainda mais tensionada na medida em que o governo de Dilma indicou o Bom Senso F.C. como representante dos jogadores de futebol e interlocutor privilegiado para pautar mudanças nas legislações específicas. A seguir, abordaremos outro cenário conjuntural importante que influenciou a ação do SAPESP: o sindicalismo no futebol europeu nos anos 2000, a

¹⁷⁶ MARTORELLI, R. Ao Presidente Lula. SAPESP, 2007. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=621>>.

fim de demonstrar o fortalecimento da FIFPro e sua possível influência nos rumos do sindicalismo de futebolistas brasileiro.

Capítulo 8. O sindicalismo de futebolistas nos anos 2000

Este capítulo visa introduzir uma contextualização do sindicalismo no futebol nos anos 2000. Na década de 1990, com o caso Bosman, iniciou-se um processo de Diálogo Social no âmbito europeu e global. Esse caminho do sindicalismo do futebol foi acentuado nas primeiras décadas dos anos 2000, com a institucionalização de um Diálogo Social setorial pela Comissão Europeia. Além disso, ela chamou a FIFPro e a FIFA para acordarem uma regulação para o futebol, de modo que tal processo conferiu mais poder de negociação aos sindicatos. Em um primeiro momento, apresentamos o contexto do sindicalismo da FIFPro, e em seguida discutiremos a influência dele diante da situação do sindicalismo de futebolistas no Brasil.

8.1 O sindicalismo da FIFPro nos anos 2000

O sindicalismo europeu, desde a década de 1980, esboçava um cenário de declínio das taxas de filiação e do protagonismo político dessas entidades, marcado pela crise e subsequente reorientação das práticas e da ideologia sindical, conforme demonstrou Hyman (2001), em diversos países. Dentre essas reorientações, que substituíram uma geometria sindical mais voltada ao conflito classista, se fortalecem as estratégias voltadas à negociação e à parceria social, materializadas especialmente com a consolidação da União Europeia, com os comitês de diálogo social. Esse último aspecto, principalmente, influenciou a atuação da FIFPro nas primeiras décadas dos anos 2000. Como já afirmamos anteriormente, o diálogo entre a FIFA e a FIFPro já havia sido incentivado pela Comissão Europeia desde os anos de 1990. Todavia, os anos 2000 apresentaram a consolidação do diálogo social setorial no futebol profissional no âmbito da União Europeia, o que se deu a partir de 2008.

O Diálogo Social pressupõe que empregados e empregadores discutirão as normas de regulação do trabalho em âmbito transnacional, e foi uma estratégia que se difundiu a partir da Comissão Europeia. Esse elemento causou uma crise, porque até então as relações laborais eram discutidas no âmbito nacional, negociadas por agentes

dos empregadores, do governo e dos sindicatos locais. Na medida em que a União Europeia caminhou para a consolidação de uma Comunidade Comercial Europeia (CCE) com regulação do trabalho em âmbito transnacional, os sindicatos não conseguiram responder a isso. A unificação transnacional entre eles não aconteceu, bem como os distintos impactos da criação da CCE nos países membros dificultaria um consenso entre as entidades (HYMAN, 2002).

Segundo Hyman (2010), existem algumas possibilidades de compreensão do significado de diálogo social, das quais o autor elenca quatro. A primeira seria compreendê-lo como algo parecido ao sistema de negociação salarial clássico, utilizado para conseguir um acordo entre patrão e empregado. Em um segundo significado, ele se diferenciaria da negociação porque também envolveria uma troca de informações e de pontos de vista que sensibilizariam mutuamente os agentes a fim de facilitar um acordo. Uma terceira possibilidade compreenderia uma forma institucionalizada que visaria encorajar o consenso ou uma síntese entre os agentes. Por fim, em uma quarta acepção, denotaria uma “orientação normativa em direção à parceria social, e à esquivas do conflito” (HYMAN, 2010, p. 11).

Para além da primeira acepção, as três posteriores implicam um processo de formação de uma coesão social, a partir da formação de consensos, o que pode representar uma perspectiva bastante complexa. Na verdade, a formação de consensos vem, em geral, de comportamentos oportunistas de curto prazo, que medem o custo de uma relação muito conflituosa (HYMAN, 2010). Nesse sentido, o que ocorre não é exatamente um ajustamento de interesses, mas um consenso procedimental e não substantivo, o que torna o diálogo social possível. No entanto, o risco que se tem é dar mais ênfase à existência do diálogo social enquanto um procedimento do que aos seus ganhos em si.

No futebol em escala global, em que o conflito classista não esteve presente como uma tradição, o surgimento do diálogo social não significou exatamente uma reorientação. E na medida em que não há exatamente uma reorientação em escala global, o diálogo social teve como significado o fortalecimento do sindicalismo, e não a sua crise. Nesse sentido, o declínio do sindicalismo causado pelo surgimento da União Europeia não se aplicou ao futebol por três motivos. Em primeiro lugar, o fato de o futebol ser um setor da economia em que a força de trabalho é mais móvel que o capital investido. Um clube deve permanecer na cidade de onde ele se origina, mesmo que em

outros lugares os “pés de obra” sejam mais baratos. Isso porque eles precisam ficar em cidades populosas e com bons estádios, porque disso depende que seus fãs visitem os estádios, pressuposto que interfere na lucratividade do clube (DABSCHECK, 2003).

Em segundo lugar, os sindicatos do futebol não são integrados ao sistema de mobilização nacional, isolando-se de toda interferência local. Os pontos de apoio e solidariedade são outros sindicatos de futebol, de outros países, de modo que é desejável para eles a geração de uma lei comum. Em terceiro lugar, o futebol opera com regras de transferência entre nações e de compensação, que tornam as relações de trabalho particulares nesse ramo, por isso também o enfoque na geração de uma lei comum ao futebol em termos internacionais (DABSCHECK, 2003). Além disso, outro fator que incentivou o sindicalismo de futebolistas a partir do diálogo social foi justamente o fato de que os empregadores agiam de forma inconsistente com o Tratado da União Europeia, e por isso os sindicatos poderiam obter vantagens, já que no processo de regulação eles foram reconhecidos como sujeitos dessa negociação.

Parrish (2011) analisou a implementação do diálogo social setorial no futebol profissional a partir de uma visão que mediu os custos e incentivos para os atores políticos do futebol engajarem-se nas negociações. Vale ressaltar que não é a preocupação dele a ação coletiva, mas a predisposição à negociação. Nesse sentido, o autor analisou as disposições à construção de acordos comuns, entendendo que esse modelo de diálogo social não contemplaria plenamente nenhum dos lados. Como consequência desse modelo, os sujeitos abrem mão de seus interesses particulares para engajarem-se em negociações.

Esse comitê foi criado em julho de 2008, a partir da Comissão Europeia, mostrando como a correlação de forças no futebol mudou¹⁷⁷. “O jogador de futebol era, até pouco tempo, considerado um servo do clube, tinha sua liberdade comercial restrita pela opressão de tetos salariais e um sistema de circulação que formava parte de um mecanismo de controle da gestão sobre o jogador” (PARRISH, 2011, p. 213). As relações de trabalho ainda não são como em outros setores, uma vez que os jogadores

¹⁷⁷ O diálogo social Setorial do Futebol Profissional tem por objetivo: (i) estreitar a capacidade dos parceiros sociais de acordos futuros acerca do emprego no futebol profissional, (ii) implementar acordos autônomos, e (iii) discutir os mínimos requisitos para a estabilidade contratual e respeito aos contratos estabelecidos. É composto pela FIFPro, pela associação das Ligas de Futebol Profissionais Europeias (EPFL) e pela Associação Europeia de Clubes (ECA) e tem como convidada a UEFA, tendo em vista a sua importância para a governança esportiva (EUROPEAN COMMISSION, s/d - Sectoral social dialogue - Professional football. Disponível em: < <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=480&intPageId=1848&langId=en>>. Acesso em: fev. 2016.

ainda são presos contratualmente aos clubes e sujeitos às regras de corpos nacionais e internacionais de governança do esporte. É nesse nó que reside o conflito entre uma relação triangular entre jogadores, clubes e entidades de governança esportiva. Por isso o diálogo social entre clubes e sindicatos tem sido incentivado pela Comissão Europeia, de modo que a governança¹⁷⁸ do esporte ocorresse de forma autônoma e autorregulada¹⁷⁹. O artigo de Parrish (2011) buscou descrever como este conflito tem sido discutido no diálogo social, a partir de duas coalizões de defesas rivais, a coalizão do “negócio futebol” e a coalizão da “autonomia esportiva”.

A coalizão do “negócio futebol”, que unifica clubes e jogadores organizados, mídia e agentes, tem como seu sistema de crenças uma orientação pela ideia do mercado livre (PARRISH, 2011). Para eles, o futebol é uma atividade econômica que tem seu potencial comercial bloqueado pelas práticas restritivas empregadas pelas federações (PARRISH, 2011). O autor salienta, entretanto, que o seguimento dessas crenças não é uniforme, uma vez que os clubes não defendem um dos princípios norteadores do mercado livre, que é o passe livre – algo que iria de encontro aos interesses defendidos pela FIFPro¹⁸⁰, outra integrante da coalizão.

¹⁷⁸ “A expressão “governance” surge a partir de reflexões conduzidas principalmente pelo Banco Mundial, “tendo em vista aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente” (DINIZ, 1995, p. 400, *apud* GONÇALVES, 2005, p. 1). Ainda segundo Diniz, “tal preocupação deslocou o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública” (DINIZ, 1995, p. 400, *apud* GONÇALVES, 2005, p. 1). “A capacidade governativa não seria avaliada apenas pelos resultados das políticas governamentais, e sim também pela forma pela qual o governo exerce o seu poder” (GONÇALVES, 2005, p. 1).

¹⁷⁹ Artigo 155: 1. O diálogo entre os parceiros sociais ao nível da União pode conduzir, se estes o entenderem desejável, a relações contratuais, incluindo acordos.

2. Os acordos celebrados ao nível da União serão aplicados, quer de acordo com os processos e práticas próprios dos parceiros sociais e dos Estados-Membros, quer nas matérias abrangidas pelo artigo 153º, a pedido conjunto das partes signatárias, com base em decisão adoptada pelo Conselho, sob proposta da Comissão. O Parlamento Europeu é informado dessa adopção.

O Conselho delibera por unanimidade sempre que o acordo em questão contiver uma ou mais disposições relativas a um dos domínios em relação aos quais por força do nº 2 do artigo 153º seja exigida a unanimidade.

Disponível em: <http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/pdf/consolidated_versions_of_the_treaty_on_european_union_2012/consolidated_versions_of_the_treaty_on_european_union_2012_pt.pdf>. Acesso em: maio 2015.

¹⁸⁰ Para fazer parte do diálogo social, as instituições têm de comprovadamente representar os países membros da União Europeia. A FIFPro apresenta como dificuldade para representar todos os jogadores dos países membros da União Europeia o fato de alguns países não possuírem contrato profissional de futebol, o que faria com que não se desenvolvessem sindicatos locais. No caso da ECA, há um conflito de representação com o G14, contudo, foi essa entidade que representou os clubes no fórum de diálogo social quando da negociação da liberação dos atletas para participação dos jogos por suas seleções nacionais. O G14 foi uma associação formada no ano 2000 e extinta em 2008, a partir dos maiores clubes europeus. Foram os fundadores: Ajax e PSV (Holanda), Barcelona e Real Madrid (Espanha), Bayern de Munique e Borussia Dortmund (Alemanha), Internazionale, Juventus e Milan (Itália), Liverpool e Manchester United (Inglaterra), Porto (Portugal) e Paris Saint Germain e Olympique de Marselha (França). Até então, havia um conflito em torno de quem representaria o interesses dos clubes, o G14, ou o European

No entanto, conforme o autor ressaltou, para tais coalizões funcionarem, elas teriam de ultrapassar os obstáculos que se colocam à ação coletiva, isto é, teriam de encontrar incentivos para que fosse benéfico para tais atores agirem coletivamente, especialmente nos contextos em que nem todas as crenças são partilhadas igualmente entre eles. O que faria com que esses atores vencessem esse obstáculo, na visão de Parrish (2011), seria o desejo de usar o diálogo social como um meio de alavancar alguma influência dentro da governança do futebol, como meio de atingir as crenças partilhadas. Como esse meio requer a presença de padrões e empregados, esse seria o incentivo maior para que agissem coletivamente. Entretanto, o que dificultaria esse cenário seria a não concordância sobre quem representaria os clubes, já que existe mais de uma entidade que se propõe a isso. Enquanto o G14 representa os 18 maiores clubes profissionais europeus, o European Club Association (ECA), que integra o diálogo social setorial, representa outros 144.

Do ponto de vista de seu repertório institucional, tal coalizão utiliza-se da ameaça de litígio. Tal uso havia sido constrangido em 1974, quando a corte de justiça europeia declarou a “exceção esportiva”, transformando o esporte em ação da justiça comum somente quando se constituísse enquanto ação econômica. Esse cenário foi alterado com o caso Bosman, de modo que com a ameaça de utilizar o litígio já ajudava a coalizão do futebol negócio conseguir persuadir a outra coalizão à negociação. Ela tentou algumas medidas, com base nesse argumento, mas não obteve sucesso; dentre elas: a questão da propriedade dos clubes, os critérios para compor o selecionado nacional, a queda do uso das janelas de transferência para regular a circulação de jogadores e os critérios rigorosos da FIFA para tornar-se agentes de jogadores.

A coalizão da “autonomia esportiva”, por sua vez, é constituída pela UEFA, reunindo os representantes das federações nacionais. Tal coalizão tem o apoio da FIFA e do parlamento europeu. A matriz discursiva dela é baseada na história de 150 anos de futebol profissional – uma “atividade social que não pode ser afetada por um comissionário da União Europeia que nunca praticou esporte dizer que o jogador é um trabalhador qualquer (...) É um esporte e não um produto. É parte da nossa vida” (PARRISH, 2011, p. 216). A coalizão da “autonomia esportiva” afirma que a Comissão

Club Forum, criado a partir da União Europeia, reunindo um número muito maior de membros. A fim de resolver essa situação e autonomizar-se da UEFA, os clubes do G14 formaram a ECA, associação que unificou cerca de 208 clubes europeus, com o intuito de representar o interesse desses clubes junto à União Europeia.

Europeia deveria respeitar a autonomia esportiva e as especificidades do esporte. Argumentam ainda que essas contemplam a necessidade de promover o equilíbrio nas competições; a formação e educação de jovens atletas, que necessitariam de incentivos específicos que distinguiriam o esporte das outras modalidades econômicas em geral; a necessidade de manter a integridade e o funcionamento apropriado das competições; e a necessidade de proteger o esporte nacional que justifica a imposição de restrições de mercado que não são toleradas em outro setor produtivo (PARRISH, 2011, p. 216).

Segundo Parrish (2011), o diálogo social poderá conseguir a europeização das relações de trabalho, sobrepondo-se às regulamentações nacionais, contudo resultados ainda não são concretos o suficiente para concluir um acordo, sendo ainda uma ferramenta regulatória limitada. Segundo Parrish (2011), o diálogo social no futebol tem chances de vingar em função de as duas coalizões terem incentivos à participação nele¹⁸¹. A coalizão do futebol negócio teria como incentivo o fato de possuir e legitimar sua representação, e como um meio de fazer lobby junto à Comissão Europeia. Já a coalizão da autonomia esportiva participaria em função do risco de perder seu potencial regulatório e ficar de fora do acordo.

Neste curto período, é improvável que o comitê do diálogo social vá produzir acordos coletivos regulando a relação clube e jogador, ainda que a experiência dos EUA sugira que essa seja uma possibilidade de longo prazo. Não obstante, o diálogo social está tendo um impacto mais amplo na governança do futebol (PARRISH, 2011, p. 229).

O autor defende essa tese mobilizando dois argumentos: (i) o fato de ser usado por clubes e jogadores para influenciar as regulações promovidas pela FIFA, via lobby junto à Comissão Europeia, que legitima o acordo firmado entre os parceiros sociais; (ii) o diálogo social também oferece a oportunidade para duas coalizões distintas intervirem no sistema esportivo da União Europeia e negociar acordos para minimizar os custos que cada coalizão pode impor a outra.

Uma questão não abordada pelo autor, mas tão importante quanto, é a problemática da ação coletiva entre jogadores de futebol em âmbito internacional, tanto

¹⁸¹ Parrish (2011) define o processo de negociação do diálogo social a partir do “processo de aprendizagem de orientação política”, o que ocorre quando uma situação muda, e as coalizões têm de mudar seu sistema de crenças e valores, buscando novos desenvolvimentos que sejam razoáveis a ambas as coalizões – será esse compromisso que firmará a mudança política. As chances para que ocorra a mudança política aumentam na medida em que as negociações ocorrem privadamente, isto é, sem muitos alardes e influências da opinião pública. Isto também ocorre quando essas negociações duram mais de seis meses e quando há um ‘policy broker’ (mediador), que seja reconhecido por ambos como neutro. Além disso, é necessário que as coalizões se comprometam com a negociação, o que ocorre por meio do compromisso de seus líderes.

no que se refere à FIFPro quanto às entidades que a compõem. A ausência da discussão sobre a ação coletiva representa um limite do diálogo social no cenário futebolístico, uma vez que as coalizões que se opõem na negociação podem possuir interesses antagônicos em seu interior. A coalizão do “negócio futebol” unifica clubes e jogadores, cujas interpretações de como o futebol poderia ser um negócio divergem. O caso da greve na Espanha, em 2011, demonstrou isso. Embora a Real Federação de Futebol tentasse intervir para que os clubes associados à liga e o sindicato de jogadores negociassem o pagamento de salários e o fundo que cobriria os atrasos, não havia acordo entre essas partes. A ação coletiva, assim, se fez como uma necessidade, a fim de conseguir que a reivindicação dos jogadores fosse atendida.

Por isso, questionamos se a estratégia do diálogo social é efetiva nesses âmbitos nacionais ou apenas no âmbito transnacional. E, mesmo nesse âmbito, como se constrói a disposição em ceder dos agentes envolvidos? Segundo Parrish (2011), a coalizão da “autonomia esportiva” tem sido vitoriosa nas negociações, nos últimos anos. O autor enfatiza que após a UEFA ter aberto um escritório em Bruxelas, em 2003, ela conseguiu se comunicar melhor com o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, o que favoreceu a ocorrência em mútuos ajustes e adoção de um número de causas a favor da UEFA. Um exemplo foi a da circulação de jogadores, quando a UEFA buscava desfazer uma das decisões do caso Bosman, com a regra do “home grown player rule”. A Comissão Europeia, a partir da argumentação da proteção à educação e formação dos jovens promovida pela UEFA, decidiu que os clubes estariam impedidos de assediar jovens para mudar de país. Depois ainda, conseguiram indenização pela formação dos jogadores, caso estes quisessem firmar seu primeiro contrato profissional em outro país (PARRISH, 2011, p. 219). Percebe-se aí que a defesa do diálogo social tem sido realizada pela FIFPro, enfatizando mais os procedimentos do que seus resultados, conforme o risco descrito por Hyman (2010).

Nesse sentido, mobilizamos esses questionamentos, uma vez que a ação da FIFPro tem sido focada apenas no âmbito europeu do diálogo social, o que seria responsável inclusive por gerar tensionamentos internos à própria instituição. Essa questão apareceu nas últimas eleições para a gestão da entidade, quando um grupo opositor se candidatou, liderado por Rinaldo Martorelli, com o apoio de sindicatos latino-americanos e da Península Ibérica.

8.2 O sindicalismo de futebolistas no Brasil nos anos 2000

No caso brasileiro, a organização da FIFPro incentivou a unificação dos sindicatos estaduais em uma federação nacional. Isso porque, para fazer parte da entidade internacional, era necessário que houvesse um representante de todo o país. De acordo com o sítio eletrônico da entidade, as primeiras tentativas para fundá-la ocorreram nos anos de 1990, a partir dos jogadores do Rio de Janeiro, que estavam no SAFERJ. Eles tentaram levar a cabo um projeto idealizado por jogadores famosos, como Zé Mário, Zico, Dirceu, Paulo César Carpegiani, que, após fundarem a entidade carioca, queriam expandi-la para o âmbito nacional. Contudo, apesar de a assembleia de fundação ter ocorrido, elegendo Alfredo Sampaio como presidente e Junior, jogador do Flamengo e da seleção brasileira, como vice, a legalização junto ao Ministério do Trabalho não andou. Segundo um dos dirigentes do sindicato gaúcho, essa iniciativa foi frustrada porque para a fundação de uma Federação eram necessários cinco sindicatos com registro reconhecido pelo Ministério do Trabalho. No entanto, até aquela ocasião, só existiam os sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Os sindicatos do Paraná e de Pernambuco já existiam, mas ainda não possuíam reconhecimento do Ministério.

A entidade foi ganhando desenho concreto, a partir de 1997. Isso ocorreu em razão da assinatura de um contrato com a empresa Panini, da Editora Abril, em 1996, que realizava o álbum de figurinhas do Campeonato Brasileiro. Dessa forma, o sindicato nacional ficaria responsável de colher as assinaturas de cessão de direitos de imagens dos jogadores de futebol, sendo remunerado para tal. Esse fator ajudou a dar algum respiro financeiro para a entidade.

Outro processo que ajudou a federação a ganhar um corpo financeiro foi o processo que tramitava na justiça para obrigar os clubes a pagar o direito de arena¹⁸², o que até então não ocorria. Em 2000, foi assinado um acordo judicial entre o sindicato nacional e os clubes, afirmando que 5% desse valor deveria ser repassado aos sindicatos e esses distribuiriam aos atletas. Para tanto, cobrariam uma taxa de administração. A consequência desses eventos foi que, “com o aporte financeiro, a FENAPAF pode,

¹⁸² Isto é, 20% da cota televisiva dos clubes deveriam ser repassada aos atletas, de acordo com a Lei Pelé.

finalmente, se desenvolver e, definitivamente, se tornar uma entidade nacional estruturada, capacitada para desenvolver seu trabalho, em todo o território brasileiro”¹⁸³.

A partir daí, em 2001, com o apoio da Social Democracia Sindical – hoje União Geral dos Trabalhadores (UGT) –, com os sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco, a Federação foi fundada. Um elemento fundamental que motivou essa fundação, de acordo com um sindicalista brasileiro, foi a vinda do representante do Sindicato de Jogadores Profissionais de Futebol de Portugal, António Carraça, para incentivá-los a se filiarem à FIFPro, dada a visibilidade que o Brasil tem no cenário futebolístico global. No entanto, como não poderiam ser filiadas cinco entidades de um país só – e essa organização regional do sindicalismo de futebolistas é algo específico do Brasil –, foi necessária a fundação da Federação.

A certidão sindical dela foi obtida em 2007. A presidência da FENAPAF também tem se concentrado nas mãos dos três presidentes, dos sindicatos de Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2001, quem assumiu foi Ivo Amaral, sendo substituído em 2006 por Alfredo Sampaio; e em 2011, finalmente assumiu Rinaldo Martorelli. Tal alternância se deu porque “Rinaldo Martorelli, Ivo Amaral e Alfredo Sampaio foram os fundadores da FENAPAF e logo no início houve um acordo de cavalheiros, onde os três primeiros mandatos seriam de cada um deles”¹⁸⁴. De acordo com o jornal do SAFERJ, após esses três mandatos, qualquer presidente de sindicato do Brasil poderá se eleger¹⁸⁵.

Segundo um dos dirigentes do sindicato gaúcho, a entidade é de “segundo grau”, sendo sua função dar suporte aos sindicatos estaduais, que são independentes dela para tomar suas decisões. Em sua gestão, Ivo Amaral declarou tentar dar uma estabilidade financeira e organizá-la. Esse problema foi sanado na medida em que a Federação negociou o direito de arena, porque uma parte do repasse dessa verba ia para essa entidade. A partir desse estabelecimento, eles compraram uma sede no Rio de Janeiro e passaram a incentivar a criação de sindicatos estaduais pelo país, como nos estados do

¹⁸³ HISTÓRIA da Fenapaf. Fenapaf. Disponível em: <<http://www.fenapaf.org.br/?pg=fenapaf>>. Acesso em: maio 2015.

¹⁸⁴ ESPERON, Danielle. Rinaldo Martorelli é o novo presidente da Fenapaf. *O GoooL!* Rio de Janeiro, fev. 2011, p. 6.

¹⁸⁵ ESPERON, Danielle. Rinaldo Martorelli é o novo presidente da Fenapaf. *O GoooL!* Rio de Janeiro, fev. 2011, p. 6.

Piauí, Espírito Santo, Pará, dentre outros, para qual eles destinam um recurso “de solidariedade”, arrecadado pela Federação para sustentar estas entidades.

Conforme revelou essa breve retomada histórica da FENAPAF, estudar a história dessa entidade implica compreender os três sindicatos fundadores, já que estes foram peças chaves para que a entidade se concretizasse. Tal qual seus sindicatos fundadores, a entidade acompanha a tendência de concentração de poderes; a FENAPAF elegeu somente em 2016 – quase 15 anos depois de sua fundação – um presidente advindo de uma entidade distinta. Segundo Martorelli (2014), o processo que culminou na formação da federação tem a ver com a necessidade de esses sindicatos poderem falar em nome de todos os atletas do Brasil:

Então, quando a gente discutia lá o fim do passe, eu ouvi o Eurico Miranda falar isso duas três vezes “Você está falando só pode falar pelos jogadores de São Paulo, você não está falando pelos jogadores do Brasil”. Falei “Não, não estou falando de São Paulo, estou falando do que repercute”. Bom, aí passou aquele processo e falamos “Ó, precisamos montar uma federação que a gente possa falar pelos jogadores do Brasil, né”. Nós começamos em 2001 com cinco sindicatos, de São Paulo, Rio, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco e hoje somos 18. A gente ajuda a fundar, a reativar Paraná. Paraná estava desativado e nós reativamos. Ajudamos a fundar Goiás, Santa Catarina. Bom o resto todo veio com a gente, né. Ceará, Piauí, Pará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, enfim (MARTORELLI, 2014a).

A tendência de concentração de poder pode ser vista a partir do número de anos que Rinaldo Martorelli e Alfredo Sampaio permaneceram como presidentes do SAPESP e do SAFERJ, respectivamente, conforme demonstramos nas tabelas 12 e 13. Essa concentração de quase vinte anos de gestão relaciona-se a um esvaziamento do sindicato de atletas, que se tornou não atrativo para os jogadores em exercício. No entanto, esse processo também é retroalimentado pelo fato de que o sindicato pouco fez para inverter esse cenário. Conforme demonstraremos, as iniciativas do SAPESP, especialmente, não são de motivar outros a assumirem a gestão do sindicato, mas, ao contrário, de quererem usar a imagem de outros jogadores para promover a entidade. Como se percebe na tabela 12, até então Martorelli tem sido o presidente que mais tempo ocupou o cargo no sindicato de atletas, ultrapassando até o sindicalista fundador da entidade, Hélio Caxambu. No caso do SAFERJ, essa questão é também delicada, uma vez que Alfredo Sampaio exerce função de treinador de futebol ao mesmo tempo, afastando-se constantemente do cargo. A questão que surge é: por que em vez de se afastar, ele não renuncia de vez?

Tabela 12. Presidentes do SAPESP (1960-2015)

Anos	Presidente	Duração
1949-1960	Hélio Caxambu	11 anos
1961-1968	Gersio Passadore	8 anos
1969-1974	Gilmar dos Santos Neves	6 anos
1975-1976	Olgário Toloi de Oliveira/ Dudu	2 anos
1977-1978	Emerson Leão	2 anos
1978-1980	Palhinha	2 anos
1980-1984	Valdir Peres	4 anos
1984-1988	Wladimir	4 anos
1989-1992	Toninho Cecílio	3 anos
1993-2015	Rinaldo Martorelli	23 anos

Fonte: Elaboração própria

Tabela 13. Presidentes do SAFERJ (1980-2015)

Ano	Presidente	Duração do mandato
1980	Zé Mario	2 anos
1982	Zico	1 ano
1983	Paulo Sérgio	3 anos
1986	Gaúcho	3 anos
1989-2015	Alfredo Sampaio	26 anos

Fonte: Elaboração Própria

Rinaldo Martorelli ainda é um dos vice-presidentes da FIFPro, mandato que conseguiu lançando uma chapa de oposição à então gestão da entidade. Para sua candidatura, sua apresentação aparece como:

Rinaldo Martorelli é homem do futebol, foi jogador amador e profissional. Hoje Martorelli é presidente do SAPESP e da FENAPAF e da FIFPro – divisão Américas. Também é membro da câmara de resolução de disputas da FIFA. A formação em direito permitiu conhecer como poucos a legislação trabalhista e esportiva nacional e internacional. Esse conhecimento possibilitou a ele utilizar os melhores instrumentos para defesa consistente e intransigente dos direitos dos atletas do Brasil e por toda a América. A competência como advogado, o sucesso na área acadêmica e a experiência como sindicalista, fizeram com que fosse representante dos futebolistas nas principais comissões e fóruns, nacionais e internacionais. Ele tem a vivência prática no futebol e a capacidade de reflexão teórica. Obteve o título de mestre na área jurídica, escrevendo sobre a restrição da liberdade contratual do atleta profissional. Participa das comissões que debatem direito desportivo na OAB e é presidente do INEDD. O compromisso com os jogadores e a experiência acumulada na prática desportiva nos sindicatos, nas

universidades e nos tribunais qualificam e recomendam Rinaldo Martorelli para o cargo de presidente da FIFPRO.¹⁸⁶

A campanha de Rinaldo Martorelli para a FIFPro concentrou-se em sua figura pessoal. Seus atributos próprios, como ser advogado, sua experiência no Direito, foram mais evidenciados do que suas conquistas como sindicalista, ou o reconhecimento por sua categoria e possíveis mobilizações empreendidas. Tal personalismo ainda é visível em uma de suas falas, na qual ele trata a ação do SAPESP como sua, e a gestão do sindicato como seu grupo. Em tal fala, Martorelli havia sido perguntado se algum jogador mais famoso se aproximaria do sindicato, ao que ele respondeu que seria difícil, pois eles não entendem o papel do sindicato “porque na verdade tem que ficar aqui já para ir aprendendo. É o grupo que eu tenho [da gestão do SAPESP]. Todo mundo jogou, mas não tem ninguém de renome para isso. Mas o grupo que eu tenho sabe como fazer, o grupo está comigo há algum tempo”.

Assim, o que se depreende dessa afirmação de Martorelli é que sua forma de compreender o sindicato é a partir das iniciativas que ele tem, como se importasse pouco o que a sua categoria pensa. Não podemos sequer tratar como uma espécie de liderança carismática, uma vez que não se trata de uma liderança que se direciona à massa sem intermediação de uma entidade representativa. Na verdade, a situação é de uma liderança que se utiliza do aparelho do sindicato para tomar algumas iniciativas que considera ideais para a categoria. Entendemos, assim, que para compreender a dinâmica do SAPESP é preciso nos atentar para a figura de Rinaldo Martorelli, uma vez que ele tem tomado as decisões do sindicato e dado a tônica da entidade há mais de 20 anos. Aliás, quando perguntado sobre sua longa permanência como presidente do sindicato, sua resposta foi que:

Me preparo para estar aqui. Segundo, quantas vezes teve gente querendo pegar? Nunca. Eu nunca concorri a eleição aqui. Eu monto uma chapa e é a única que aparece. Já fui muito atrás de atletas e os caras não querem participar. E por fim, o Sindicato, na verdade, destes vinte anos, doze eu trabalhei sem receber nada. Com o tempo, você vai aprendendo, se relacionando, encontrando aberturas e atalhos. Como você vai deixar isso? Estamos discutindo seguro-desemprego de atleta desde 2004. Isso não acontece de um dia pro outro (MARTORELLI, 2014b).

Ou seja, a participação no sindicato é como um projeto pessoal para Martorelli. Quando perguntado sobre a sua trajetória e formação política para estar no sindicato, ele a princípio nega uma formação “política”, para afirmar que sua formação é humanista.

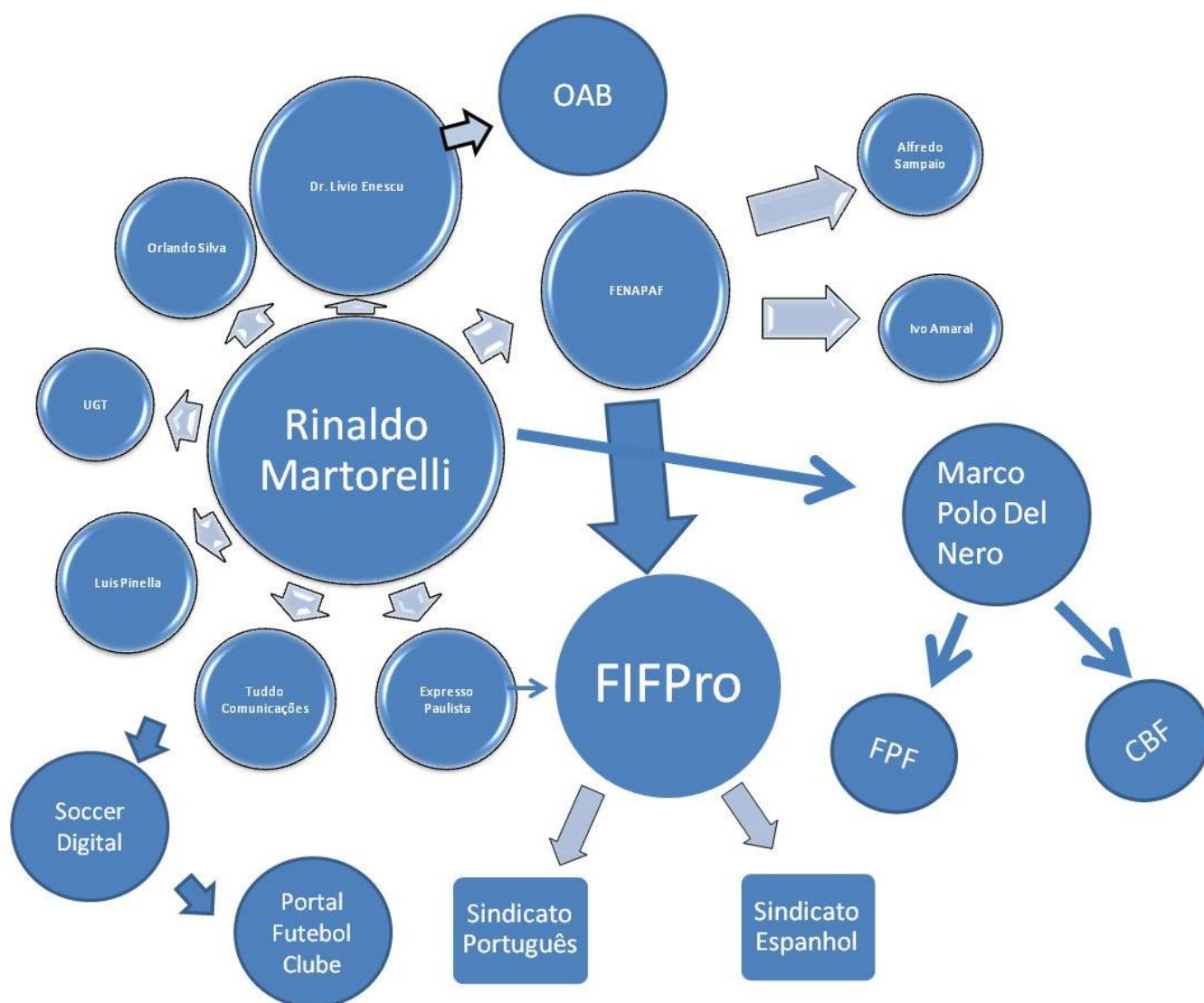
¹⁸⁶ Direito Esporte Clube. Programa 23: Rinaldo José Martorelli disputa presidência da FIFPRO. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=videos&id=145>>. Acesso em: maio 2015.

A minha formação política, ela não é política, ela é humanista. (...) Então, essa formação humanista que me faz, por exemplo, brigar ferozmente contra qualquer tipo de violação da liberdade do atleta, porque eu fui violado lá atrás, não tinha o que fazer. (...) Então, na verdade, a minha formação é humanista. *Política porque a gente aprende a lidar com as coisas.* Aprende a entender. Não sei se eu aprendi, mas enfim, tenta aprender a ver, tenta aprender a lidar, tenta lidar aprendendo (...). *É uma questão de ser humanista. De entender a vida fazendo com que as pessoas se respeitem*, como nos direitos dos vizinhos, porque eu sempre abro minhas palestras com isso mesmo. Tratando um pouco dessa coisa do respeito aos direitos. (...) Porque é muito assim: “eu quero o meu direito e ferre-se o direito do vizinho”. Aí não dá. E no futebol é assim mesmo que funciona. Eu quero muito o meu direito, eu sou corintiano, ferre-se o Palmeiras, ou o São Paulo, que se exploda (MARTORELLI, 2014b, grifos nossos).

De sua formação, Martorelli destacou a política como “aprender a lidar com as coisas” e a humanista, como “entender a vida fazendo com que as pessoas se respeitem”. O “lidar com”, significado de política para ele, é definido pelo dicionário Houaiss como “ter trato, conviver, tratar com, ocupar-se de; operar costumeiramente com; manipular, manobrar” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009). Ele esvazia seu sentido reivindicativo e coletivo, essencial para a ação que desempenha. O sentido atribuído por ele ao sindicato, como o fazer com que as pessoas se respeitem, distorce uma ideia formadora dessas entidades, segundo a qual, de acordo com Hyman (1979, p. 151), “sindicalismo é a forma institucionalizada através da qual os trabalhadores podem exercer controle sobre suas condições de trabalho e de sua situação de trabalho”.

Por fim, para compreendermos um pouco a atuação do sindicato, observar as relações empreendidas por Martorelli ajuda-nos a vislumbrar seus laços e preferências ideológicas e políticas:

Figura 10. Diagrama de relações empreendidas por Rinaldo Martorelli



Fonte: Elaboração Própria

Essa figura foi construída a partir de nosso banco de dados, com todas as reportagens do SAPESP da gestão de Martorelli. Ela demonstra os sujeitos com os quais Martorelli se relaciona. Tais relações serão mais bem esclarecidas ao longo do texto. Neste momento, interessa indicar quem são esses sujeitos, para localizar fisicamente em que espaço o sindicato dos atletas atua. Vamos, por ora, destacar quatro grandes blocos de relações: com a FIFPro, OAB, Marco Polo Del Nero e UGT. As relações que listamos são empreendidas entre pessoas e com entidades (que podem se mesclar com pessoas, como apontamos).

A relação empreendida com Marco Polo Del Nero, classificado por ele como um homem do diálogo, com o qual ele veio negociando o chamado “fair play”

financeiro, uma medida de regulamento de que tira pontos de clubes que ficarem em dívidas salariais com seus atletas por mais de três meses. A OAB, a partir de sua comissão de Direito Desportivo, por meio da figura de Lívio Enescu, com quem Martorelli apresenta um programa intitulado “Direito Esporte Clube”, confere a ele legitimidade entre os operadores do Direito. Por isso, Martorelli por vezes é convidado a palestrar em eventos sobre Direito Desportivo. A relação com a FIFPro, obtida por meio da FENAPAF, faz com que Martorelli consiga participar de espaços de decisão no âmbito da FIFA e fez com que ele se tornasse vice-presidente da entidade. Além disso, é a partir da FIFPro que ele estabelece relações com dois sindicatos da Península Ibérica e toma o sindicato espanhol como um modelo de reivindicação a ser seguido, isto é, a obtenção de uma convenção coletiva. Por fim, a UGT foi o agrupamento político que ajudou a FENAPAF a se fundar, e à qual hoje a federação é associada. As relações dessa entre Ministérios ajudam Martorelli a transitar pela política institucional brasileira.

Nos próximos capítulos, descreveremos mais detidamente a ação do SAPESP, sempre dialogando com iniciativas dos outros sindicatos estaduais, bem como da FENAPAF. Cabe destacar que o SAPESP foi ponta de lança em diversas iniciativas no âmbito do sindicalismo de futebolistas, que depois foram aderidas pela federação, sendo, por isso, uma peça chave na compreensão da ação sindical do ramo. Focaremos a atuação do SAPESP nos anos 2000, demonstrando suas concepções, estratégias de ação e pautas de reivindicação escolhidas. A partir da configuração sindical que se desenvolveu no SAPESP, um grupo opositor também se constituiu, iniciado pelo questionamento individual de algumas dessas escolhas e orientações, e posteriormente buscando a ação coletiva entre jogadores de futebol, por fora de instituição do sindicato. Esse grupo, intitulado Bom Senso F. C., será abordado posteriormente, para contemplar as críticas que surgiram de forma coletiva dentro da categoria à gestão sindical.

**PARTE III - Tessituras de [im]perfeição e avessos na ação
coletiva e sindical de jogadores de futebol**

Capítulo 9: O imperfeito aos retalhos: as funções e organização do SAPESP e a disjunção operada entre categoria e sindicato

Neste momento nos dedicaremos a evidenciar, a partir da análise dos discursos do sindicato sobre ação sindical, quais são as concepções publicizadas pela entidade sobre sua função. O objetivo desta análise é descrever como a forma pela qual o sindicato compreende a sua ação, em termos de sua função, determina sua relação com a categoria. Ou seja, objetivamos demonstrar uma tese esboçada já nos capítulos anteriores sobre a disjunção da categoria e o sindicato e seus impactos para estimular ou tolher a ação coletiva na categoria e a organização pelo local de trabalho. Esta análise é reforçada pela ideia de que a mobilização no local de trabalho aumentaria a força potencial dos sindicatos para a negociação de duas maneiras: tentando compensar a desigualdade de poder que existe entre o capital e o trabalho e legitimando as decisões tomadas nela (HYMAN, 1979). Caso a mobilização no local de trabalho não fosse bem realizada, o impacto poderia ser negativo sobre os acordos realizados, gerando desrespeito a estes e insatisfação da categoria com a gestão sindical (HYMAN, 1979).

A partir dessas análises, enfocamos dois pontos complementares e não únicos da sociologia do sindicalismo: o primeiro é o ponto de vista funcional, isto, é a função que o sindicato delinea para sua entidade perante a categoria e a sociedade. A partir do modo como ele a realiza, advém o segundo ponto de vista, o estrutural, isto é, a organização do movimento operário, que se refere à distribuição dos papéis, às hierarquias e à relação com a base (CROZIER, 1968).

9.1 O ponto de vista funcional

A primeira função elencada pelo sindicato pode ser vista na fala de Rinaldo Martorelli cedida em entrevista ao portal Cidade do Futebol (atual Universidade do Futebol), em 2006 :

Os Sindicatos são importantíssimos para auxiliar esses profissionais [jogadores] em assuntos que não são de sua área. Um trabalho de sucesso

num país que ainda vive a síndrome de vira-latas incomoda bastante os incompetentes, mas, nenhum incômodo será capaz de denegrir ou frear nossos avanços¹⁸⁷ (grifos nossos).

Desse modo, apresenta-se a função dos sindicatos como o auxílio aos jogadores em assuntos que eles não dominam. Nesse caso, percebe-se como função uma espécie de assessoria – uma das tantas outras que os jogadores podem receber ao longo de suas carreiras. A perspectiva do sindicato como uma assessoria é ainda reforçada adiante:

Vantagens para o jogador afiliado 1) Convênios: - Odontológico - médico, com psicólogos e fisioterapeutas. - Lojas de material esportivo, escolas e universidades. - Instituições da área financeira (conhecimento do mercado, investimentos e negociação de dívidas). 2) Oferecimento de locais para treinamentos (físico e técnico). 3) Recolocação no mercado de trabalho. 4) Assessoria profissional: - Instruções sobre o procedimento no ato de assinatura de contrato e das transferências (nacionais e internacionais). 5) Assessoria jurídica (específica e geral). 6) Distribuição de cestas básicas. 7) Repatriação de jogadores para os atletas que tentam contrato fora do país e ficam desamparados. 8) Entrada franca nos jogos do Campeonato Paulista. 9) Defesa do uso indevido da imagem¹⁸⁸.

Em outro momento, no início dos anos 2000, em publicação oficial acerca da função e ação do SAPESP, a nota admitiu que a entidade vinha “estabelecendo parcerias com a iniciativa privada no intuito de oferecer serviços que estejam adequados ao modo de vida do atleta”¹⁸⁹. Esse discurso coube muito bem entre os jogadores de futebol, uma vez que é comum, entre os mais famosos, sobretudo, que eles possuam assessores. Afinal, o jogador de futebol tem empresário, procurador, advogado, assessor de imprensa, médicos etc. Na medida em que os mais famosos já possuem a sua disposição todos esses serviços, esses vão interessar aos dos jogadores “desassessorados”, que seriam os da situação de trabalho mais precarizada. É a eles que o sindicato parece estar se direcionando. Segundo o ex-goleiro Velloso, que já havia sido dirigente sindical do SAPESP, “só os desempregados ou sem auxílio médico vão até o sindicato (...). Cansei de convidar jogadores [famosos ou não] para irem às reuniões do sindicato, mas ninguém participa”¹⁹⁰. Essa última fala reforçou a ideia de que o sindicato serve aos mais precarizados para fornecê-los serviços, e não para participar de atividades políticas, como reuniões.

¹⁸⁷ MELLO, W. C. Sindicato bom de bola. Cidade do Futebol. 15 fev. 2006. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=944>>.

¹⁸⁸ MELLO, W. C. Sindicato bom de bola. Cidade do Futebol. 15 fev. 2006. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=944>> Acesso em: jan. 2015.

¹⁸⁹ Disponível em: <www.sapesp.com.br> , pelo web.archive.

¹⁹⁰ LÍDER, Velloso critica jogadores. Folha de S.Paulo, 05 nov. 1996.

Outra perspectiva do SAPESP enquanto assessoria é o auxílio ao jogador desempregado para que ele consiga emprego. Como descrito no discurso sobre a situação de trabalho, o jogador de futebol é o único profissional que precisa estar trabalhando mesmo quando desempregado para superar essa condição. Tendo em vista essa perspectiva, o sindicato organiza projetos para tanto e campeonatos, onde empresários do mundo todo podem assisti-los. Sobre esse aspecto, Martorelli defende que

É um mérito enorme para a FIFPro a organização destes campeonatos, porque eles não só se preocupam com a questão da proteção dos direitos dos jogadores, mas também proporcionam a eles mostrarem as suas condições a fim de conseguir um contrato de trabalho, que é a maior felicidade para um atleta¹⁹¹.

Paralelamente à função de assessoria de serviços, o SAPESP promove-se também como um defensor dos direitos dos jogadores: “Como entidade representativa, cabe ao Sindicato dos Atletas de São Paulo lutar pelos direitos dos associados e apoiá-los em decisões coletivas, sempre respeitando *os códigos de ética e do direito desportivo* vigente no país”¹⁹². Com essa fala, o SAPESP afirma que o direito não é algo cuja definição é alvo e produto de luta política, mas como algo que já foi determinado por outros, limitando-se ao que foi previsto pela lei, seja isso interessante ou não para o agrupamento do qual é representante. Desse modo, ao “legalizar” a ideia do direito, o SAPESP também a despolitiza, tirando dos sujeitos essa definição, esvaziando o sentido político, no sentido de ser público, de ser inventado, criado e definido coletivamente (DAGNINO, 2004). Nesse sentido, o SAPESP também ignora o próprio processo de produção de leis, que nada mais é do que uma atividade eminentemente política.

Essa visão despolitizada do direito aparece quando o sindicato apresenta a greve do clube Grêmio Barueri. Apesar de se remeter a uma atividade que depende de uma ação política, de tentar responder a uma desigualdade de poder, a visão do sindicato sobre seu papel neste caso é permeada pelas questões legais: “O papel do Sindicato é apoiar e instrumentalizar toda e qualquer manifestação de paralisação da categoria. Quando algum elenco passa necessidade, damos total *respaldo* jurídico e pessoal.

¹⁹¹ “É UM MÉRITO enorme para a FIFPro a organização destes campeonatos”, afirma Martorelli. SAPESP. 11 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2515>>. Acesso em: jan. 2015.

¹⁹²SAPESP. Nota de esclarecimento: caso Guarani. SAPESP. 27 set. 2011. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2071>> Acesso: Jan. 2015 (grifos nossos)

*Brigamos por eles, independente de estrelato ou holofotes de mídia*¹⁹³. Ou seja, o sindicato não é fomentador dessas atividades. Em primeiro lugar, buscam brigar por e não “com”, em segundo lugar, se os jogadores mesmo estão brigando, aí sua função é dar respaldo, ou seja, legitimar e ajudar.

Numa perspectiva que unifica a questão assistencial com aqueles direitos estabelecidos em lei, Martorelli, ao reunir-se com o então presidente da Federação Paulista de Futebol, Marco Polo Del Nero, para reclamar das questões de inadimplência salarial, enunciou este episódio como uma das funções do sindicato:

Estes casos servem bem para mostrar aos atletas o quanto é importante *acionar o Sindicato assim que um problema for detectado*, pois uma solução adequada depende muito de uma rápida intervenção. Por estas e outras razões que o Sindicato sempre orienta os atletas a procurá-lo para que possa, cada vez mais, *exercer sua função principal que é a de servir aos atletas e estar passo a passo com todos os problemas que aflige a categoria*¹⁹⁴ (grifos nossos).

Além desse papel *principal* de auxílio, o sindicato coloca como função o papel de servir. Servir, de acordo com o dicionário Houaiss, “trabalhar em favor de, encarregar-se do funcionamento ou da atividade” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009). Esse significado, que apresenta uma relação unilateral e quase assistencial, é diferente de, por exemplo, representar, que seria: “ser a imagem ou a reprodução de; trazer à memória; figurar como símbolo; aparecer numa outra forma”, que teria uma necessária relação com a categoria.

Essas descrições ajudam-nos a compreender um aspecto derivado da forma pela qual o sindicato compreende sua função, que é esta separação entre sindicato e categoria. Separação esta cujo surgimento já demonstramos anteriormente, mas que vai ser a tônica da ação do sindicato no período pós Lei Pelé. Tal perspectiva fica explícita no texto “Relações sindicais na área do desporto profissional”, escrito por Rinaldo José Martorelli, presidente do SAPESP, no ano de 2004¹⁹⁵. Segundo Martorelli,

¹⁹³ JOGADORES do Grêmio Barueri agradecem ao SAPESP e fazem história no futebol brasileiro. SAPESP. 16 out. 2014. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2922>>. Acesso em: jan. 2015. Grifos nossos.

¹⁹⁴ INTERVENÇÕES do sindicato resolvem conflitos entre clubes e seus atletas. SAPESP. 04 maio 2005. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=1010>>. Acesso em: jan. 2015.

¹⁹⁵ O texto “Relações sindicais na área do desporto profissional” foi escrito em 2004 e possui quatro tópicos: (i) Aspectos gerais; (ii) Breve histórico; (iii) Sindicalismo e esporte; (iv) Atipicidade da categoria. Este texto é particularmente interessante para compreender o perfil político da entidade, uma vez que apresenta uma coerência interna, portanto mais isento de contradições que algumas contingências conjunturais marcavam outros discursos. Uma reconstituição analítico-interpretativa deste texto, na qual buscamos interpretar teoricamente tais discursos e analisando o perfil político ideológico do SAPESP, encontra-se no trabalho de Martins e Reis (2015).

O sindicato é instituição que, por força de lei, representa a massa de trabalhadores de uma determinada profissão. Por outro lado, quando se lida com o conjunto de empregados de determinada profissão ou em determinado ramo, diz-se categoria profissional. De forma mais simplista ainda, temos que o sindicato é o espaço físico de representatividade, enquanto que categoria são os trabalhadores que ficam entrelaçados por determinada profissão ou atividade funcional (...). Os sindicatos de atletas são, hoje, instituições com ampla representatividade, com participação política como nunca houve, com conquistas expressivas e com *respeitabilidade adquirida sem a participação*, aí sim, *da categoria, que nos leva a conclusão que é ela*, não diríamos, fraca (não cometamos o mesmo erro), mas, *não participativa* (...). A respeito, devo acrescentar ainda, por oportuno que é o tema, que esta terminologia (sindicato forte, fraco etc.), qualquer seja o contexto, é totalmente inapropriada, pois, não é a entidade, mas, a atuação independente é que pode ser avaliada em melhor ou pior (MARTORELLI, 2004, s/p, grifos nossos).

O resultado final desse argumento é reforçar e positivar a ação do sindicato, que, a despeito de uma categoria pouco participativa, teria alcançado muitas conquistas para ela. Nota-se nesse argumento a disjunção da ação do sindicato da realidade da categoria. Com base nessa ideia, o SAPESP localiza-se entre aqueles que defendem um sindicalismo produzido externamente aos trabalhadores do “chão de fábrica”. Segundo Hyman (1979, p. 151), é possível pensar o sindicalismo, seja qualquer um dos modelos ideais, a partir de dois grandes polos: aquele que considera o sindicato “a forma institucionalizada através da qual os trabalhadores podem exercer controle [e poder] sobre suas condições de trabalho e de sua situação de trabalho”; e aquele que considera o sindicato uma instituição “mas ‘para’ e ‘em nome’” dos trabalhadores. Levando em conta essas visões, é possível localizar o SAPESP na segunda, que não considera o sindicato como o sujeito coletivo da classe trabalhadora, isto é, a institucionalização da representação e da tentativa de exercer poder dessa classe. Mas, ao contrário, um agente que presta serviços a ela, ou seja, o sindicato é considerado algo externo à categoria. Nesse sentido, age independente de esta ser *participativa*, ou representada, conforme o discurso presente no texto de Martorelli (2004).

Essa visão que separa a participação da categoria da ação do sindicato é que reforça a fala a seguir, segundo a qual o sindicato pode ser forte *mesmo* sem a categoria apoiá-lo:

Então, se os sindicatos de atletas conquistaram e ainda conquistam tanto espaço e sem a participação ativa da categoria, só podemos concluir que é uma entidade muito, mas, muito fortalecida, totalmente diferente de outros que só andaram por que a categoria tomou parte de forma conclusiva no processo evolutivo (MARTORELLI, 2004, s/p).

A afirmação “sindicato bom, categoria pouco participativa” desconsidera as formas pelas quais os trabalhadores/jogadores resistem em seus locais de trabalho ao controle exercido pelos patrões/clubes. Esse distanciamento operado no discurso de Martorelli é ratificado pela consideração apenas da ação reivindicativa oficial, em termos institucionais e legais, como ficará evidente quando o sindicalista define as conquistas empreendidas pela categoria, o que discutiremos nos próximos capítulos sobre o repertório de ação sindical do SAPESP. A seguir, trataremos de um dos impactos particulares sobre o modo pelo qual ele desempenha esta função, que se desdobra na organização do sindicato.

9.2 O ponto de vista estrutural

A disjunção do sindicato com a categoria tem outra consequência para a atuação desse, que se refere ao impacto da organização no local de trabalho para a negociação coletiva. Isso porque dentro de um local de trabalho se forja uma série de redes de solidariedade entre os trabalhadores que tensionam as relações sociais e a disciplina no trabalho. Segundo Hyman (1979), as negociações coletivas aparecem como formas institucionais das gerências para conseguir atingir regularidade e previsibilidade nas relações de trabalho. Ou seja, a negociação vem para resolver os problemas imediatos advindos da organização local, estabelecendo procedimentos para evitar disputas, para que o controle gerencial da força de trabalho se livrasse de pressão direta e constrangedora no local de trabalho (HYMAN, 1979, p. 158).

Porém, na medida em que as negociações são realizadas a despeito do que ocorre no local de trabalho, elas podem não ser efetivas. Essas negociações podem ser desrespeitadas, causando um sistema informal de regulações, no qual a posição do sindicato é pouco considerada pelos trabalhadores da base da categoria, representando um enfraquecimento do poder regulatório dos acordos amplos assinados pelo sindicato. Tal sistema, na visão de alguns teóricos conservadores, poderia causar descentralização, anarquia e a propensão à ineficiência, já que as greves não oficiais representariam um declínio da disciplina no trabalho. Desse ponto de vista analítico, o crescimento da ação de chão de fábrica é interpretada como um colapso do acordo normativo e da regulação, a qual é vista como essencial para relações estáveis: um processo que tende a gerar cumulativamente desordem.

De outro ponto de vista, no entanto,

as greves não oficiais refletem o uso da força dos trabalhadores para melhorarem sua situação; a baixa utilização do trabalho e a resistência em mudar representa uma autodefesa contra as prioridades do capitalismo eficiente, que possuem um alto impacto sobre o trabalho, a indisciplina é um termo pejorativo para o esforço que os trabalhadores fazem para serem tratados como seres humanos. O que é chamado é de perda da integração é, de outra perspectiva, analisado em termos de controle invadido – uma resposta às desigualdades que já não são mais consideradas e aceitas como legítimas (HYMAN, 1979, p. 157).

Essa última posição ajuda-nos a compreender a vitalidade da resistência e da rebeldia do trabalho diante da disciplina exigida e do poder despótico exercido pelo capital. Nesse sentido, quando os acordos negociados pelos sindicatos não atendem às necessidades do chão de fábrica e os trabalhadores se rebelam, mesmo que de forma desorganizada, o que eles estão tentando fazer é protestar contra uma ação sindical que não os representa. Tal posicionamento ocorreu algumas vezes entre jogadores de futebol. Um deles, que culminou no surgimento do Bom Senso F. C., uma expressão organizada desse protesto, será abordado mais adiante nesta tese. No entanto, cabe destacar neste momento aquelas expressões individuais de posicionamentos contestatórios à forma pela qual o sindicato conduz sua gestão à deriva da categoria.

Uma dessas expressões adveio de um momento em que o SAPESP buscou apoio de um jogador famoso e politizado para o projeto de previdência privada para atletas, o Esporte Prev, com o intuito de dar visibilidade a este. A reunião na qual o sindicato apresentou o projeto para o jogador foi noticiada no sítio da entidade, tendo como objetivo

esclarecer as dúvidas levantadas pelo atleta quanto as taxas cobradas pela Petros¹⁹⁶ em relação as demais instituições (...). Sanadas as dúvidas, chegamos [SAPESP e Paulo André, de acordo com a notícia publicada pelo SAPESP] ao consenso que a Petros é a melhor Fundação para desenvolver esse trabalho. Nos resta agora pôr em prática alguns temas abordados na reunião¹⁹⁷.

Contudo, em uma entrevista posterior ao portal UOL Esporte, Paulo André afirmou:

¹⁹⁶ Fundação Petrobras de Seguridade Social. De acordo com o vídeo institucional da Esporte Prev, o funcionamento dessa previdência é o seguinte: “O atleta sindicalizado poupa um pouco todo mês. E os recursos depositados serão administrados pela Petros, que os fará render. A Petros tem a possibilidade de fazer o fundo crescer, buscando recursos de outras fontes, como clubes e empresas e outros, inclusive com doações de entidades e atletas consagrados”. ESPORTEPREV. Youtube, 14 jun. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rFGb8opm7-U>> Acesso em: maio 2015. O sítio do plano de previdência encontrava-se fora do ar no momento de escrita deste texto.

¹⁹⁷ SINDICATO e Paulo André se reúnem para esclarecer EsportePrev. SAPESP, 26 abr. 2011. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=324>>. Acesso em: jan. 2015.

Logo saiu a nova Lei Pelé, e aí desgastou um pouco [a relação com o sindicato]. Aí teve o lançamento da Esporte Prev [plano de previdência para os jogadores]. Eles me procuraram para que eu falasse no evento, fosse o porta-voz. Eu expliquei que não dava porque eu não concordava com os termos propostos. Do jeito que estava não teria adesão. Eu falei: se não der não faz, mas assim ninguém vai querer. Eles falaram que era melhor lançar daquele jeito que depois tentavam melhorar. Eu achei que era melhor ir lá falar, porque de repente eu dizia alguma coisa que ajudava alguma coisa, e eles ficaram de me avisar sobre a data e o local do evento. Só que não me ligaram e passou a data. Eu liguei e perguntei se alguém foi avisado. Eles responderam que falaram com os jogadores que foram ao sindicato receber o direito de arena do Campeonato Paulista. Aí eu falei: “Pô, vocês têm de avisar formalmente, ir nos clubes. Vocês conhecem a classe com quem estão lidando, não pode ser assim”. E me disseram que nenhum jogador foi no lançamento¹⁹⁸.

Essa fala demonstra outra versão à aproximação proposta pelo sindicato, segundo a qual a entidade buscava apenas a adesão para divulgar o projeto e não uma discussão sobre a viabilidade e a pertinência dele. Aliás, essa aproximação é criticada pelo jogador, ao afirmar que a entidade sequer apresentou o projeto para a categoria anteriormente, ou se preocupou que ela participasse do evento de lançamento, nem mesmo aqueles que possivelmente estariam interessados.

Na mesma entrevista, Paulo André ainda afirmou que o sindicato seria engessado, e mesmo quando ele tentou uma aproximação dos jogadores da primeira divisão do Campeonato Paulista, para mobilizá-los, a relação com o sindicato não prosperou como desejado:

Nós procuramos o sindicato no ano passado. Eu pedi uma prestação de contas e falei que podia tentar ajudar, colocando o peso dos jogadores na decisão. Fomos muito bem recebidos [ele e William, ex-zagueiro do Corinthians]. Tentamos caminhar em temas como direito de arena, condições de gramado, clubes do interior que não pagam. (...) Eu procurei os capitães. Falei com o Kleber [do Palmeiras], o Rogério Ceni [do São Paulo], o Marco Antônio [da Portuguesa]. Falei também com muita gente do interior, amigos. *Expliquei o que a gente queria e eles nos responderam*. Os jogadores de São Paulo, Palmeiras e Santos não mandaram a carta, mas manifestaram apoio. (...) Acho que o sindicato é meio engessado. O que a gente pede não anda. Eu já pensei em criar uma associação, mas enquanto eu estou jogando não dá tempo¹⁹⁹.

A fala do jogador contrapõe-se às descrições anteriores de que a categoria era pouco participativa. Segundo ele, o que impediria a mobilização não era a categoria

¹⁹⁸ FRANCESCHINI, G. Zagueiro do Corinthians mostra postura crítica e sugere que R. Teixeira deveria sair da CBF. UOL ESPORTE, São Paulo. 02 ago. 2011. Disponível em: < <http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2011/08/02/zagueiro-do-corinthians-sugere-que-ricardo-teixeira-deveria-sair-da-cbf.htm>>. Acesso em: jan. 2015.

¹⁹⁹ FRANCESCHINI, G. Zagueiro do Corinthians mostra postura crítica e sugere que R. Teixeira deveria sair da CBF. UOL ESPORTE, São Paulo. 02 ago. 2011. Disponível em: < <http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2011/08/02/zagueiro-do-corinthians-sugere-que-ricardo-teixeira-deveria-sair-da-cbf.htm>>. Acesso em: jan. 2015.

pouco participativa, mas a direção do sindicato, que sequer teria oportunizado uma movimentação potencializada desses jogadores. Aliás, na ocasião em que Paulo André tentou essa articulação, a proposta era tentar se mobilizar em conjunto com o sindicato, com o intuito de

dar um apoio ao sindicato dos atletas profissionais de São Paulo, no sentido de fortalecer e valorizar os jogadores, para começar a ter direito a escolher ou pelo menos a votar certas decisões importantes do futebol, como calendário, horários dos jogos e inúmeras outras coisas, porque nos sentimos um pouco desprestigiados e desprotegidos²⁰⁰.

A notícia ainda dizia que os jogadores gostariam de ter voz ativa no sindicato, o que poderia ser compreendido de duas maneiras: como uma crítica ao sindicato, que não os ouvia, ou como uma proposta de se aproximarem, fazendo o *mea culpa* do distanciamento que eles mesmos, jogadores, alimentavam.

Essa segunda leitura é reafirmada em outra oportunidade, em 2012, quando o jogador relativiza a crítica, afirmando que “a nossa relação com o sindicato é um pouco distante. Falta um pouco de iniciativa para nós [jogadores]”²⁰¹. Nos excertos narrados anteriormente, notamos uma relação entre categoria e dirigentes nas quais a categoria tem pouco controle sobre o que os dirigentes fazem. Por mais que exista o *mea culpa* da categoria, em afirmar que pouco se interessou até então, os esforços da gestão sindical em mobilizar a opinião e mesmo o controle dela sobre a entidade é pequeno, o que evidencia a questão da burocracia sindical na organização dos trabalhadores (CROZIER, 1968).

Michels cunhou a ideia de uma lei de ferro das organizações de massa, segundo a qual por trás de regras formais e de uma aparência democrática se forjaria uma oligarquia burocrática que disporia de poder sobre a massa (CROZIER, 1968). Evidentemente, não concordamos com o caráter inevitável da assertiva do autor, uma vez que existem diversos tipos de burocracias e distintas relações entre elas e a massa. No entanto, percebemos a consolidação de uma burocracia sindical no SAPESP que adquiriu uma relação de empresa-cliente com a massa, na qual persistem poucos mecanismos de controle da categoria sobre a entidade. Demonstramos a gênese dessa

²⁰⁰ PADEIRO, C. Corinthians procura Ceni, Dracena, Kleber por união contra calendário. UOL Esportes, 10 jan. 2011. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=18>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁰¹ PAULO André cobra proteção sindical para jogadores do Palmeiras. Gazeta Esportiva. 07 nov. 2012. Disponível em: <http://www.meutimao.com.br/noticia/92957/paulo_andre_cobra_protecao_sindical_para_jogadores_do_palmeiras>. Acesso em: jan. 2015.

relação com base no ponto de vista funcional do SAPESP. A partir daqui, essa relação ganha um contorno mais acentuado, uma vez que vai ficando explícito esse distanciamento.

Conforme elencamos, os mecanismos que relacionam a base à categoria são mínimos, mas não inexistentes. Um deles, inclusive, fundamenta-se em leituras semelhantes à de Paulo André, segundo a qual é a categoria que não dá atenção ao sindicato. O SAPESP, ao tentar sensibilizar os jogadores à participação, procedeu ao mesmo tempo uma negação da parte da escuta, como fica explícito no caso do momento de mudanças no Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

Essa é a única forma de *passarmos* nossas experiências e anseios às pessoas encarregadas em conduzir nosso rumo, seja na vida pública, seja nas questões administrativas do esporte, por isso torço para que nossos representados não percam a oportunidade de participar. Esperamos que os atletas participem, eles têm que assumir de uma vez por todas os destinos de suas carreiras. Não adianta depois reclamar se não quer participar²⁰².

Dois aspectos merecem ser ressaltados nessa fala. Em primeiro lugar, a ênfase no esclarecimento e na experiência que o sindicato pode passar aos seus representados, de modo que não se evidencia a esfera da participação democrática na definição de quais rumos o sindicato levará, mas numa relação unilateral de *transmissão* de experiência – em vez de construção coletiva. Percebe-se a consolidação dessa burocracia, uma vez que a figura do dirigente é assumida como altamente especializada e, portanto, praticamente insubstituível, já que não haveria quem tivesse a mesma experiência (CROZIER, 1968).

Em segundo lugar, a ênfase na culpabilização do jogador, caso ele não invista seu tempo nessa participação, dizendo para que ele não venha reclamar, como se a cobrança não fosse também um direito dele. Aliás, não esclarece de que ele poderia reclamar. Essa postura do SAPESP é ainda mais grave quando confrontada com o sentimento de medo que a categoria tem a respeito da participação política. A instabilidade na carreira combinada ao constante “sonho” de tornar-se um atleta famoso fazem com que o jogador não se arrisque à possibilidade de ficar marcado como “indisciplinado” e não consiga mais emprego.

Notamos, então, que em um dos momentos em que a relação entre a categoria e a gestão sindical não é distanciada ela é de conflito. Em outro momento de conflito, a

²⁰² SAPESP convoca atletas para audiência pública. SAPESP, 24 out. 2009. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=1791>>. Acesso em: jan. 2015. Grifos nossos.

forma como o SAPESP respondeu às críticas foi justamente ratificando o papel da burocracia sindical. Esse fato ocorreu em 2009, motivado pelos incidentes de agressão a atletas do Palmeiras por torcedores, quando Edmilson, atleta do clube, declarava que “Não sei quem é o presidente do sindicato dos atletas, quem é o dono lá. Só sei que é descontado do meu pagamento. Alguma atitude tem de ser tomada. É capaz que agora (com essa declaração) queiram marcar uma reunião comigo”²⁰³. A essa crítica o SAPESP responde que tem sua representatividade crescendo a cada dia, e que isso é reconhecido pelos atletas mais precarizados.

Um segundo momento de reafirmação da burocracia sindical apareceu, novamente motivado pelas agressões aos atletas palmeirenses de 2012. Nesse caso, Paulo André tornou-se o protagonista das críticas ao SAPESP, afirmando que

Gostaria que o nosso sindicato fosse um pouco mais atuante. A gente tem visto inúmeros casos de agressão, de falta de respeito com os profissionais. É preciso que o sindicato ajude na prevenção do problema junto dos órgãos públicos. Os torcedores logicamente são apaixonados e estão buscando o melhor para o seu time, mas a classe de atletas deveria se unir para que as ameaças não sejam mais corriqueiras²⁰⁴.

Apesar de ser incisivo nas críticas, ao dizer que o SAPESP deveria ser mais atuante, Paulo André também desloca a responsabilidade para a categoria. A interpretação possível das falas dele seria que o SAPESP deveria agir para tentar fazer com que a categoria se unisse, além de contribuir para a prevenção do problema junto a órgãos públicos.

A crítica é rebatida instantaneamente por Martorelli, dizendo que Paulo André foi covarde: “você, Paulo André, pode questionar, mas participe da reunião. (...) Paulo André, você foi convidado para nos ajudar, veio duas vezes e depois não mais. E ainda fez críticas sem saber. Isso foi covarde”²⁰⁵. Após essa entrevista, o SAPESP solta uma nota imputando a crítica do atleta a um desconhecimento do campo do sindicalismo:

a manifestação do atleta Paulo André Cren Benini é característica dos pseudopolitizados, que não conhecem definitivamente *qual é o papel do sindicato* dos atletas. (...) A situação de risco vivenciada pelos atletas

²⁰³ WINCKLER, B. Edmilson pede basta na violência contra os atletas. Jornal da Tarde, 03 dez. 2009. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=183>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁰⁴ PAULO André cobra proteção sindical para jogadores do Palmeiras. Gazeta Esportiva. 07 nov. 2012. Disponível em: <http://www.meutimao.com.br/noticia/92957/paulo_andre_cobra_protecao_sindical_para_jogadores_do_palmeiras>. Acesso em: jan. 2015.

²⁰⁵ MARTORELLI diz que Paulo André foi covarde. Bandeirantes. 09 nov. 2012. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=2471>>. Acesso em: jan. 2015.

profissionais da Sociedade Esportiva Palmeiras é de responsabilidade do clube, da polícia e da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Mesmo assim, logo após o episódio envolvendo o atleta João Vitor, da S.E Palmeiras, o Sindicato de Atletas reuniu-se com o secretário de segurança de São Paulo, Dr. Antônio Ferreira Pinto, solicitando providências a respeito. Concordamos plenamente com o atleta Paulo André Cren Benini, quanto à união da categoria, mas com ressalva. Trata-se de uma ação contínua e *que depende única e exclusivamente dos atletas*. A participação nas questões sindicais vai muito além da destacada por Paulo André Cren Benini, talvez *assuntos que ele desconheça por não atuar no campo do sindicalismo*²⁰⁶.

Desse fragmento de resposta, explicitamos uma divergência principal com relação às falas de Martorelli e de Paulo André: a ideia de que a participação depende única e exclusivamente do atleta, não tendo papel nenhum, nesse caso, o sindicato. A perspectiva da culpabilização do atleta que não participa se encaixa bem nesse *framing*, visto que é apenas responsabilidade dele e de sua escolha o que acontecerá, sendo secundário ou mesmo inexistente um papel de sensibilização ou de criação de redes de solidariedade que incentivassem a participação deles.

Além desses episódios, quando surge o Bom Senso F.C., e este solta uma nota em apoio aos atletas do Náutico, que estavam com salários atrasados, a FENAPAF responde ofensivamente e ataca o movimento, demarcando que aquele não deveria ser espaço de atuação de mais nenhum coletivo além do sindicato²⁰⁷:

Surpreende muito o quão desinformado é o Bom Senso F.C., já que não entendem como funciona uma *hierarquia sindical*. A FENAPAF tem o poder de agir quando há um problema na categoria que seja nacional, com interesse coletivo. O que ocorre no Náutico é de âmbito regional. O Presidente do Sindicato de Atletas de Futebol de Pernambuco, Ramon Ramos, ex-atacante da Seleção Brasileira e do Vasco, está resolvendo essa questão com os jogadores do Náutico, nesse momento no CT do Clube para resolver a questão. O Bom Senso não tem poder sindical e jurídico para solucionar problemas nesse âmbito e nos deixa surpresos a presença do advogado do grupo em Recife. O que querem com isso? Será que isso é só um movimento esportivo mesmo?²⁰⁸

²⁰⁶ SAPESP rebate Paulo André e afirma que segurança de atletas é papel do empregador e da Segurança Pública. SAPESP, 08 nov. 2012. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=2470>>. Acesso em: jan. 2015. Grifos nossos.

²⁰⁷ A nota do Bom Senso não versava sobre a atuação da entidade sindical, mas de solidariedade ao elenco: “Nesta quinta-feira o Bom Senso F.C. tomou conhecimento dos problemas que os atletas do Clube Náutico Capibaribe estão enfrentando, em relação a atrasos de salários. Os jogadores estão cobrando o justo e o que é devido pelo clube. Sabendo da repercussão interna e das ameaças públicas sofridas pelos profissionais, o Bom Senso F.C. declara que caso exista alguma tentativa de retaliação aos atletas e o não pagamento da dívida, o Campeonato Brasileiro da Série A será paralisado IMEDIATAMENTE. Aguardamos soluções urgentes” (BOM SENSO se solidariza com atletas do Náutico e ameaça parar Brasileiro. Globoesporte.com. 28 nov. 2013. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/brasileirao-serie-a/noticia/2013/11/bom-senso-se-solidariza-com-atletas-do-nautico-e-ameaca-parar-o-brasileiro.html>>. Acesso em: jan. 2015).

²⁰⁸ FENAPAF. Nota de esclarecimento – FENAPAF. SAPESP. 29 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2796>>. Acesso em: jan. 2015. Grifos nossos.

O que se depreende das descrições anteriores é que a disjunção entre a participação da categoria e o SAPESP fez com que a atuação deste fosse questionada ou deslegitimada diversas vezes. As respostas dadas pela entidade igualmente reforçavam essa concepção. A crítica, no entanto, já foi ponderada, com uma postura de mediação. Ela aparece a fim de dizer que o Bom Senso F.C. desconhece a atuação sindical que vinha sendo feita: “A FENAPAF elogia a postura e o engajamento dos atletas nessas causas, mas salienta que algumas dessas reivindicações já foram resolvidas e outras, por meio de diálogo e de proposta de lei²⁰⁹, não obtiveram êxitos”²¹⁰.

No entanto, ela acirra-se novamente, em 2014, quando a FENAPAF soltou uma nota intitulada: “FENAPAF não se incomoda com críticas, trabalha”²¹¹. Ou seja, as críticas não foram e nem são vistas como uma atividade saudável da categoria em participar – o que até então não vinha acontecendo, e do que o próprio Martorelli se queixava. Quando alguns jogadores da categoria ultrapassaram a barreira do medo e da indiferença com relação à ação da entidade, ao invés de saudar, ou propiciar o debate, a gestão da FENAPAF criticou, afirmando que “O que neste momento nos deixa muito preocupados e perplexos é que o movimento Bom Senso poderia ser mais assertivo e colaborar definitivamente com a categoria ao invés de ficar atacando os sindicatos”²¹².

A reafirmação da burocracia sindical como autodefesa da própria burocracia demonstra o quanto encastelada em uma oligarquia de poder ela se apresenta. Sua solidez é pouco atenuada pelos desejos e controles da categoria (CROZIER, 1968), de modo tal que fica explícito o quanto a concentração de poder é patente nesse sindicato. O SAPESP tem conduzido uma forma de organização centralizada na gestão do sindicato, que possui, como já demonstramos, uma hierarquia própria, em cuja escala Rinaldo Martorelli é o grau mais alto. Esse dirigente, a partir do SAPESP e de sua especialização nos assuntos da categoria, foi galgando postos em outras entidades sindicais acima do SAPESP, como na FENAPAF e, mais recentemente, na FIFPro.

²⁰⁹ Cabe destacar que essa nota de 2013 foi contrariada. A possibilidade *de o* sindicato não acreditar *que* jogadores de futebol influenciassem a legislação em prol da categoria foi levada *a* cabo durante o segundo governo da presidenta Dilma Rousseff, em negociação com o movimento Bom Senso F.C., com a aprovação do *PROFUT*, como discutiremos no capítulo 13.

²¹⁰ SAMPAIO, A. Reivindicações de jogadores já foram discutidas e resolvidas pelo Sindicato. SAPESP, 02 out. 2013. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=2766>>. Acesso em: jan. 2015.

²¹¹ FENAPAF não se incomoda com críticas, trabalha. SAPESP, 11 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2917>>. Acesso em: jan. 2015.

²¹² FENAPAF não se incomoda com críticas, trabalha. SAPESP, 11 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2917>>. Acesso em: Jan. 2015.

Nesta última, ainda, demonstramos que sua campanha foi construída em torno de seus saberes especializados sobre o tema. Essas subordinações de diferentes escalões, com responsabilidades perante superiores e escadas de promoção ante especialização, são típicas da burocracia de administrações públicas e privadas (CROZIER, 1968), mas que, no entanto, se demonstrou o *modus operandi* do sindicalismo de futebolistas no Brasil.

Em outra oportunidade ainda, a fim de desmerecer a atuação do Bom Senso F.C., a FENAPAF utilizou-se de agitação e movimentos de outros jogadores. Um exemplo foi quando os atletas do Icasa, do Ceará, entraram em campo com uma faixa com os dizeres: “Viemos a campo em respeito ao torcedor. Mais que calendário, nós precisamos de salário em dia”. Tal faixa direcionava uma crítica ao foco do movimento Bom Senso, isto é, o calendário. De certa forma, essa foi uma das divergências, que não necessariamente foram encampadas pelo movimento, mas que o sindicato tentou evidenciar, afirmando que o Bom Senso F.C. se preocuparia somente com o calendário para facilitar as transferências dos jogadores dos grandes clubes à Europa, enquanto o sindicato buscava se preocupar com os jogadores precarizados do Brasil, que não recebiam salários em dia – cumprindo a sua função de assegurar seus direitos. A questão foi enfatizada quando, ao mesmo tempo em que os jogadores do Bom Senso F.C. faziam suas manifestações pela mudança do calendário, o Icasa ia com a faixa descrita anteriormente e os jogadores do Grêmio Barueri não entravam para jogar uma partida, com o apoio do sindicato²¹³.

Percebe-se nesse caso que a aproximação que o sindicato fez com a categoria, de modo que a tornasse “mais participativa”, teve relação direta com um conflito que se desenvolvia dentro dela também. Por isso, dá para notar que é possível o sindicato agir com a categoria de forma participativa, entretanto essa não parece ser a tônica de suas ações cotidianas. Esse exemplo demonstra que, apesar de uma atuação

²¹³ Esse evento foi notificado como a primeira greve do futebol brasileiro, algo que é passível de discussão, visto que diversas paralisações ocorrem em treinamentos, como já evidenciamos. Mesmo quando nos referimos a greves oficiais, há possibilidade de discussão, uma vez que, conforme consta no relatório do DIEESE sobre o balanço das greves, tanto de 2007, quanto de 2008, aparecem greves em clubes de futebol, 9 e 5, respectivamente. Contudo, não se discrimina quais são os funcionários do clube que entraram em greve (se foram os jogadores ou outros trabalhadores de manutenção e conservação). Quando perguntei ao Martorelli sobre esses relatórios do Dieese, ele me respondeu: “Eu tive com pessoal do DIEESE um tempo atrás, porque eu queria fazer um levantamento estatístico da minha categoria. Os técnicos desistiram porque não tem como. Quem é o futebolista desempregado, quem é? Está desempregado onde? Porque tem muitos que chegam aqui, sabem do nosso núcleo de treinamento e o cara chega, com 24/25 anos, e fala ‘ó, to desempregado’, e perguntamos ‘mas você jogou onde?’. ‘Nunca joguei’. Respondemos, ‘Você não tá desempregado, você nunca foi profissional’. E quantos tem assim? Entendeu? Então não tem, não tem no DIEESE, o DIEESE não é nada confiável nesse posicionamento, mas eles podiam esclarecer, né?” (MARTORELLI, 2014a).

predominantemente restrita à burocracia sindical, em momentos em que parte da base da categoria está colidindo com a gestão do SAPESP, este volta à própria categoria, promovendo a escassa agitação dela, para responder e deslegitimar as críticas. São, evidentemente, movimentos pontuais. A partir da análise ideológica que faremos da atuação do SAPEPS, no próximo capítulo, se explicitará o caráter excepcional desse tipo de ação, já que não faz parte das concepções políticas defendidas pelo sindicato.

Aliás, a aproximação com a categoria, dada por outros motivos que não um entrelaçamento entre as aspirações dela e da entidade, aconteceu também por outras circunstâncias. Em meados da década de 1990, o sindicato começou uma campanha de sindicalização, na qual o ex-jogador Zé Maria começaria a visitar os 48 clubes das três primeiras divisões do futebol paulista. Isso era parte de uma movimentação já em curso na década anterior. Se no início da década de 1980 o SAPESP contava com cerca de 600 sindicalizados (de um total de 3 mil, ou seja, 20%), em 1995 já eram 3 mil filiados, de um universo de 6 mil jogadores em São Paulo, ou seja, 50%. Naquele momento, o valor de filiação era R\$7,00 para quem ganhasse mais de 10 salários mínimos, e R\$3,50 para quem ganhasse menos, descontados mensalmente do ordenado do atleta²¹⁴. No início dos anos 2000, a anuidade custava R\$180,00, valor que poderia ser parcelado em seis vezes. Valor este que subiu, em 2005, para R\$240,00²¹⁵. Em 2014, Martorelli declarou que não cobrava anuidades dos jogadores para se associarem.

Segundo Martorelli, presidente da SAPESP já naquele momento, “o objetivo da campanha é fortalecer a categoria a aumentar a arrecadação de dinheiro”²¹⁶ proveniente da campanha de sindicalização para a entidade. Nessa época, a entidade ainda passava por algumas situações financeiras difíceis, buscando, para além da sindicalização, firmar convênios e conseguir o repasse da contribuição sindical compulsória para estabelecer-se. Ou seja, mais do que tornar a entidade participativa, o que se desejava era fortalecer o sindicato, a despeito da categoria. Isso significa: fortalecer a burocracia do sindicato.

O financiamento do SAPESP, então, seria o primeiro passo para a criação de uma entidade forte, uma vez que ter recursos seria imprescindível para contratar

²¹⁴ SAPESP conta com 3 mil filiados. *Jornal Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 23 out. 1995.

²¹⁵ SAPESP. Disponível em: <webarchive.org.sapesp.com.br> Acesso em: jan. 2015.

²¹⁶ SINDICATO começa a “caçar” novos sócios. *Folha de S.Paulo*, 19 mar. 1997, Caderno Esporte, p. 13.

funcionários, pagar o aluguel do prédio, dentre outras coisas. Tal como em outros momentos, mesmo quando se referindo a uma aproximação da categoria, o tom não é desejando uma mobilização dos jogadores, uma maior participação da categoria, mas o fortalecimento da entidade como pré-requisito, fato este descrito em uma fala de Martorelli:

Claro que a legislação sindical [de contribuição] vale pra gente, mas trabalhamos para atrair recursos. Nós fazemos intermediação de empresas com atletas e o sindicato acaba sendo remunerado por isso. Atuamos também como facilitadores de eventos comerciais. Essa remuneração facilita e fortalece a condição financeira do sindicato. Mas nem sempre foi assim. Quando eu assumi, em 93, o sindicato devia três meses de aluguel e as máquinas de escrever eram alugadas. Hoje o sindicato tem sede própria, tem um terreno de 200 mil metros, em Perufé, com um projeto pronto e pago para construir um Centro de Treinamento (CT). Ou seja, *colocamos gestão no sindicato*²¹⁷.

Este fortalecimento é visto como uma “gestão” no sindicato, algo que aproximaria o repertório de ação e de compreensão da função do sindicato a uma empresa privada, que trabalha captando recursos no mercado, facilitando contatos e contratos com jogadores. Essas intermediações possibilitariam ao sindicato adquirir e acumular capital.

Até os anos 2000, os provimentos do sindicato vinham só dessa contribuição sindical, sendo que as AGAPs²¹⁸ recebiam verba federal, proveniente da transferência dos atletas.

A única entidade que pode brigar pelas garantias dos atletas é o sindicato. Então, porque as AGAPs têm representação federal e o sindicato não? Não temos a subvenção de ninguém e nossa despesa é maior que a receita. Atualmente estamos tendo que promover eventos para poder empatar despesa e receita²¹⁹.

É nesse sentido que, após a realização do I Congresso de Sindicatos da FENAPAF, a carta de reivindicações aprovada continha como último ponto: “Pela

²¹⁷ OS JOGADORES que a TV não vê. Correio Sindical. 18 jul. 2006. Disponível em: <http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=1058> Acesso em: jan. 2015. Grifos nossos.

²¹⁸ Associação de Garantia ao Atleta Profissional e Federação de Associações de Atletas Profissionais. De acordo com a FAAP, a função dessas entidades é “a criação de um sistema de assistência social e educacional para os atletas profissionais, visando sua profissionalização alternativa e readaptação ao exercício de uma nova atividade”. HISTÓRICO da entidade. FAAP. Disponível em: <http://www.faatpatletas.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=3>. Acesso em: maio 2015.

²¹⁹ SAPESP conta com 3 mil filiados. *Jornal Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 23 out. 1995.

extinção da destinação de verbas decorrentes da Lei 9615/78, para a FAAP”²²⁰. Tal briga se desdobrou até o ano de 2011, quando, ao alterar diversos pontos da Lei Pelé, se tocou neste ponto:

No passado, todo novo contrato de trabalho de atleta gerava o pagamento de 1% do seu valor total à FAAP. Tal valor era pago integralmente no momento da assinatura do novo contrato de trabalho. Porém, isso gerava uma das maiores discrepâncias do direito desportivo, pois além de o valor de 1% ser abusivo, o seu recolhimento integral adiantado gerava enriquecimento ilícito da FAAP nos casos de rescisão antecipada do contrato. Com a nova lei, essa discrepância não ocorrerá mais, já que a taxa passou para 0,5% e seu recolhimento será feito mensalmente. Quanto à taxa paga sobre as transferências operadas, antes os clubes recolhiam 1% para a FAAP, agora, 0,2% será destinado à Fenapaf, enquanto que o restante (0,8%) permanecerá devido à FAAP. Os pagamentos relativos à arrecadação e às penalidades, também devidos à FAAP, foram extintos²²¹.

Desse modo, apesar de tais alterações na Lei Pelé serem reconhecidas pelo sindicato como, em geral, prejudiciais aos atletas, elas também encerraram um problema de reconhecimento legal e financeiro antigo da entidade. Legitimou o sindicato como indicante do representante dos jogadores de futebol na justiça desportiva e oficializou um repasse financeiro proporcional às transferências para a entidade nacional.

Para além dessa questão financeira, que viria a se estabilizar nos anos 2000, as visitas aos clubes começaram a se tornar um assunto mais corrente nas ações do sindicato. Já na década de 2000, o sindicato começava a almejar a ideia de visitar todos os clubes paulistas. No entanto, esse projeto foi ganhar corpo a partir de 2005, quando o SAPESP visitou os clubes da capital e entornos; em 2006, iniciou o planejamento para visitar todos os clubes do Estado, distribuindo o informativo “Toque de Primeira”²²².

Na década de 2010, o SAPESP conseguiu ter um “funcionário”²²³ dedicado só à visita de clubes, Mauro Costa, cuja descrição no sítio da entidade é como “diretor de relacionamentos”. A ideia de que um diretor do sindicato é um funcionário demonstra o quanto hierarquizada é a gestão sindical e ratifica sua aproximação a de uma burocracia.

Segundo a entidade, “a ênfase que se busca nessas ocasiões [visitas] é *o total*

²²⁰ FENAPAF. Carta do Rio. Deliberações do I Congresso dos Sindicatos dos Atletas Profissionais de Futebol. 11 set. 2004. Disponível em: < <http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=755> > Acesso out. 2015.

²²¹ CONFIRA o resumo das últimas alterações e seus benefícios. SAPESP. 29 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2264>>. Acesso em: jan. 2015.

²²² SAPESP cada vez mais próximo dos atletas. SAPESP. 21 fev. 2006. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=953>>. Acesso em: jan. 2015.

²²³ A enunciação de “funcionário” é produzida pelo próprio Martorelli, em entrevista.

esclarecimento das dúvidas que a relação de trabalho suscita como também todos os cuidados que se deve tomar para evitar que a imagem do futebolista seja merecedora da *depreciação popular*, como muitos desavisados tentam deixá-la”²²⁴. Desse fragmento depreendem-se duas funções das visitas aos clubes: esclarecer dúvidas sobre a relação de trabalho e descrever cuidados da imagem do jogador. Essas duas funções, relacionadas ao assessoramento do jogador, algo que seu agente poderia fazer, ainda se soma à função descrita anteriormente, de sindicalização para a saúde financeira do sindicato²²⁵. Tal função é reforçada a seguir:

É certo que o Sapesp trabalha muito mais pelos atletas que trabalham em clubes pequenos, são eles que precisam constantemente de apoio jurídico, pois não dispõem de advogados, empresários e tantos outros que cercam os atletas dos grandes clubes, há também os que depois da frustração das falsas promessas de jogar no exterior, não tem condição nem de retornar ao país, estes nunca se esquecem do Sindicato²²⁶.

Elencar as funções para o trabalho do sindicato junto à categoria ajudou a entender que sua prioridade é, em geral, tornar o sindicato forte para que ele consiga assessorar bem os jogadores que não possuem bons agentes. Dissemos “em geral” porque em alguns momentos, de maior conflito explícito, como quando os torcedores ameaçam jogadores, o discurso sobre a relação com a categoria se complexifica.

Outro exemplo que ilustra essa complexificação da relação, mas igualmente ratifica a prioridade da gestão a despeito da categoria é quando o SAPESP decidiu criar um Conselho Consultivo de Atletas Profissionais, composto por atletas representantes dos 20 clubes da primeira divisão do estado e alguns da segunda e terceira divisões. A primeira ação deliberada foi um protesto pacífico na última rodada do Campeonato Paulista de 2013 e uma campanha contra a violência de torcedores. De acordo com Martorelli, a função da comissão seria “gerenciar as crises e proporcionar melhorias ainda mais efetivas para a categoria”.

Tal ação, uma das primeiras nas quais o sindicato aposta na mobilização da base, em especial de jogadores bastante famosos, é aproveitada pelo departamento de

²²⁴ DIRETORES do Sindicato visitam atletas do Mirassol FC. 20 abr. 2011. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=316>> Acesso em: jan. 2015. Grifos nossos.

²²⁵ Como fica evidente na fala a seguir, “Não tenho palavras para agradecer a todos do sindicato. Pude sentir de perto a atenção e o respeito que tratam nós, atletas profissionais, que muitas vezes não sabem como agir em determinadas situações” elogiou Gabriel Magrão, que utilizou a ajuda do SAPESP para realizar uma cirurgia no joelho.

²²⁶ DIRETORIA do SAPESP. Sindicato não é fraco nem esquecido. 03 dez. 2009. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=182>>. Acesso em: jan. 2015

imprensa da entidade para tentar dar visibilidade à ação dela. Segundo Gianelli, responsável pela imprensa do sindicato: “A comissão será permanente e discutirá melhorias e ações em prol dos atletas. Há um entusiasmo muito grande entre os jogadores com a nova medida e faremos de tudo para que eles tenham respaldo em suas necessidades e reivindicações”²²⁷. Tal ação ratifica a aposta de disjunção entre categoria e sindicato, uma vez que esse conselho é *consultivo* e não *deliberativo*, como é possível esperar de um canal de participação da base da entidade. Nesse sentido, em vez de proporcionar alguma forma de democracia sindical, o conselho consultivo buscou propiciar um espaço de diálogo e de legitimação do SAPESP, já que a presença dos jogadores vedetes poderia acumular uma visibilidade para a entidade. A aposta poderia lograr, uma vez que as constantes ameaças de agressões a atletas por parte de torcedores sensibilizariam os primeiros a agir.

O conselho consultivo não logrou e expôs a segunda consequência da disjunção entre categoria e entidade. Se a primeira era a não legitimação dos acordos acertados por parte da categoria, o segundo diz respeito à falta de democracia sindical, que contribui para distanciar ainda mais os trabalhadores que se dispuserem a agir coletivamente. Não à toa, surgem manifestações por fora das vias oficiais, como é o caso do Bom Senso F.C.

* * *

Os pontos de vista funcional e estrutural no SAPESP se complementam. Como demonstramos, a função que o SAPESP vislumbra perante a sociedade e a categoria, de ser um prestador de serviços, administrador de fundo de previdência e de ser uma assessoria jurídica²²⁸, é bem implementada na medida em que o sindicato promove uma disjunção entre categoria e gestão, conformando o que a literatura sobre sindicalismo enuncia como uma burocracia sindical. Desse modo, percebemos que o SAPESP age como uma empresa que presta serviços especificamente à categoria dos jogadores de futebol. Essa forma de perceber a ação sindical, pouco politizada e voltada ao mercado, pode ser encaixada na geometria de Hyman (2001) como o vértice de um sindicalismo

²²⁷ SINDICATO cria conselho consultivo de atletas para gerenciar crises e melhorias para a categoria. SAPESP. 05 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2625>>. Acesso em: jan. 2015.

²²⁸ Assessoria jurídica que influencia a legislação, em alguns momentos, para que a Constituição seja cumprida no futebol, como no caso da Lei Pelé, que demonstramos anteriormente.

de mercado, que é influenciado, no Brasil, tanto pela estrutura sindical corporativista, quanto pelas próprias acepções da gestão do SAPESP.

Esse sindicalismo de mercado pode ser compreendido pela literatura dos Estados Unidos, país onde o *business unionism* foi forte. Nesse modelo, a representação da categoria era operada sem a sua participação ou demanda, buscando essencialmente a aplicação lei e do direito ou a negociação coletiva por salário (no caso dos jogadores de futebol, como veremos, será acerca do pagamento desses salários) e não a disputa por poder (MOODY, 1988).

No Brasil, o sindicalismo de negócios foi uma face da Força Sindical, que pregava um sindicalismo apolítico, defensor da ordem capitalista, que não visava tomar o poder, mas barganhar melhores negociações, conhecido inicialmente como sindicalismo de resultados (GIANNOTTI, 2002; CARDOSO, 1992). O desdobramento desse modelo também representou uma renovação do assistencialismo tradicional na esfera sindical brasileira, mas acentuado pelo desmonte dos serviços públicos na era neoliberal. Nesse sentido, o oferecimento de plano de saúde, plano odontológico, clubes de lazer, bem como o discurso sobre a empregabilidade, segundo o qual para conseguir um emprego o trabalhador deve se qualificar, o que justifica a incursão dos sindicatos como agentes promotores de cursos de formação profissional, faz com que esses sindicatos se tornem gestores capitalistas (TROPIA, 2004). Aliás, promovem dentro das categorias profissionais a adesão dos trabalhadores à lógica neoliberal (TROPIA, 2004), de competição, de meritocracia e de descartabilidade do público.

Essas podem ser identificadas como influências no sindicalismo de futebolistas no Brasil. As afinidades são evidentes e justificam a escolha da central sindical à qual a FENAPAF se vinculou desde a sua fundação. Como já demonstramos, a Social Democracia Sindical, corrente da UGT, auxiliou o sindicato desde sua fundação, em 2001. Em 2011, após o reconhecimento das centrais, a FENAPAF se vinculou formalmente a ela. A justificativa para a filiação à UGT foi:

A participação [na UGT] tem como objetivo a união de forças na defesa geral dos trabalhadores do Brasil, condição em que se propõe mudanças na educação, faz sugestões para as reformas política, sindical, trabalhista e tributária e previdenciária. Outro ponto considerado importante para o sindicalista é a forma específica na busca por apoio político, principalmente em relação às medidas que visam melhorias para a categoria, como uma alteração na lei do seguro desemprego, questão que será discutida no Supremo Tribunal Federal – STF e na OIT. (...) [A UGT foi] construída para defender os trabalhadores brasileiros através de um *movimento sindical, amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador*. A

UGT defende a unidade no sindicalismo e o direito à livre associação e organização, visando a construção de um projeto social pacífico, justo e democrático, centro no ser humano, capaz de oferecer respostas e propostas aos problemas nacionais²²⁹.

Apesar de essa citação elencar mais o caráter de integração societal da central, quando observamos sua atuação, notamos que ela se encontra entre esses dois vértices de Hyman (2001): mercado e sociedade, conforme demonstrou Lemos (2014). Segundo a autora, a UGT veio organizando categorias com pouca ou nenhuma tradição de mobilização. Sua atuação política combina o diálogo social à negociação pragmática por categorias, o que demonstra a tensão entre os dois vértices de Hyman (2001), confluindo para a defesa da ideia de parceria social, com críticas pontuais ao neoliberalismo, mas adesão a ele enquanto programa, e com o fortalecimento da fragmentação da classe trabalhadora.

A adjetivação de cidadão, então, não é daquele que se engaja na construção e defesas de direitos, tal como ficou conhecido o movimento pela nova cidadania no Brasil. Conforme Dagnino, esse movimento propunha uma concepção de cidadania radicalmente democrática, que vinha de baixo para cima (DAGNINO, 2004). Entretanto, a cidadania proposta por esse sindicalismo era fruto do que a própria autora definia como *confluência perversa*, um discurso sobre a cidadania apropriado pelo neoliberalismo. Essa apropriação esvaziava o aspecto radicalmente democrático presente nos movimentos da década de 1980, características essas presentes na central sindical em questão.

No próximo capítulo, adentraremos as concepções ideológicas do SAPESP, a fim de verificar quais são os motores de ação desse sindicato (CROZIER, 1968), bem como testar se suas orientações para a ação se relacionam com seus pontos de vista funcional e estrutural.

²²⁹ SAPESP e FENAPAF oficializam suas associações junto à UGT. SAPESP, 31 maio 2011. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=350>>. Acesso em: jan. 2015.

Capítulo 10. A perfeição como meta ideológica: disputas e acomodações ideológicas na prática sindical do SAPESP

As análises sobre o ponto de vista ideológico dos sindicatos têm permeado historicamente os estudos sobre o sindicalismo (CROZIER, 1968). Para nós, esse ponto de vista torna-se relevante, uma vez que pensamos a ideologia como uma manifestação dos interesses sociais que historicamente se desenvolvem conflituosamente no plano da consciência social e que possuem orientação para a prática, isto é, com consequências sobre a concretude das ações e processos sociais (MÉSZÁROS, 2004). Por esse viés, pensamos a ideologia como uma “forma específica de consciência social” que se apresenta também como uma “consciência prática” (MÉSZÁROS, 2004, p. 65), que tem implicações concretas na pauta política e no repertório de estratégias adotadas por um sindicato.

Para MéSZáros (2004), essa consciência prática não é descolada da materialidade da sociedade. E na medida em que é materialmente sustentada numa sociedade internamente dividida, é consciência prática dessa sociedade de classe, “relacionada com a articulação de conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus aspectos principais” (MÉSZÁROS, 2004, p. 65). Ideologia, portanto, é a consciência prática por meio da qual as classes se relacionam e se confrontam. Isso porque as ideologias representam interesses sociais conflituosos, que representam tanto posições “totalizadoras” sobre a realidade social, quanto se apresentam como alternativas estratégicas umas às outras.

Essa visão de ideologia, que será o fio condutor da análise que faremos neste capítulo, é sustentada por um conflito fundamental, que “refere-se à própria estrutura social que proporciona o quadro regulador das práticas produtivas e distributivas de qualquer sociedade” (MÉSZÁROS, 2004, p. 66). Significa, em termos gerais, a adesão ou a negação ao modo dominante de controle sobre o metabolismo social, nos termos do autor. Nesse sentido, “a natureza da ideologia é determinada pelo imperativo de se tornar consciente na ação prática do conflito social fundamental” (MÉSZÁROS, 2004, p. 66). Consciência prática essa que terá implicações na filosofia, teoria social e cultura, dentre outras esferas da vida. Além disso, esse tipo de orientação prática também implica um tipo de racionalidade apropriada ao discurso ideológico sustentado. Neste

capítulo, abordaremos estes dois pontos: a consciência social orientada para a ação do SAPESP, a partir de sua concepção sobre o conflito social no futebol; e, em segundo lugar, a racionalidade específica desse discurso ideológico, que congrega, de uma forma geral, o que é apropriado enquanto estratégia de ação para essa entidade.

10.1 O conflito capital *versus* trabalho no âmbito do futebol na visão do SAPESP

A natureza do conflito no terreno sindical, expressão utilizada por Martorelli, é que a “atipicidade da profissão (...) traz dificuldades para que a relação patrão-empregado se equilibre”. Ao dizer que a relação patrão-empregado pode ser equilibrada, o sindicalista expressa sua concepção acerca da natureza do conflito sindical: uma relação que, embora tensa, pode ser harmonizada. É importante ressaltar que o sindicato não nega o conflito, apenas esvazia seu conteúdo político, como fica evidente no excerto a seguir:

Em meio a todas estas conturbações não era para se esperar uma relação patrão empregado (sindicato) no esporte sem conflitos. Inimaginável qualquer deslinde nesta confrontação de interesses sendo definido de forma que não haja grandes divergências entre as partes. *Sem nenhum apego desmedido ao socialismo, mesmo porque anacrônico e na prática mostrou que a teoria só era filosofia*, essa convivência, que tem de um lado o patrão com o capital e a oportunidade, e do outro o empregado com a mão de obra e a necessidade, não tem como se equilibrar, ainda mais numa condição de escassez de recursos financeiros que nos encontramos. A corrida pela e para a sobrevivência transpõe todo e qualquer tipo de ideologia que ainda possa existir. Poucos são os que ainda fincam o pé em seus ideais quando eles comprometem sua condição social (MARTORELLI, 2004, s/p, grifos nossos).

Ao que parece, o sindicato desejaria o equilíbrio da relação patrão-empregado, contudo é cético sobre a possibilidade de que ela exista. Nessa perspectiva de conflito, é visto como inerente à realidade social, uma vez que diferentes atores possuem diferentes motivações, interesses individuais, com a ação racional fundada em fins que não podem ser deduzidos ou resolvidos consensualmente. A luta é “uma relação social na medida em que a atividade é orientada pela intenção de fazer triunfar sua própria vontade contra a resistência do parceiro” (BIRNBAUM, 1996, p. 256). Uma visão sobre o conflito que é derivada dessa pode ser encontrada nos autores fundadores da escolha racional, como Marcus Olson, Kenneth Arrow, Anthony Downs:

A principal problemática desse modelo analítico é entender as inter-relações causais entre a racionalidade no plano micro (individual) e suas consequências coletivas. É o chamado paradoxo da “lógica da ação coletiva”, que resumidamente pode ser posto nos seguintes termos: a ação racional dos indivíduos no nível micro (atores individuais ou coletivos de escala reduzida) parece resultar em consequências irracionais em nível macro, gerando a frustração individual e coletiva. “Racionalidade individual significa perseguir nossos objetivos da maneira mais eficiente. Mas os homens vivem em uma sociedade e num mundo de recursos escassos, então, quando cada um persegue seus próprios objetivos, suas ações afetam outros homens. Além disso, estes homens nunca têm precisamente os mesmos objetivos que ele. Portanto, conflitos entre os homens surgem inevitavelmente. Política é o sistema de resolver estes conflitos, de modo que cada indivíduo possa atingir alguns de seus objetivos. Os homens não podem chegar a atingir todos os seus objetivos simultaneamente, porque quando algum homem o faz, suas ações impedem que outros o façam; isto é o que *conflito* significa. Portanto, a própria natureza da sociedade coloca limites à racionalidade individual - nem todos os indivíduos podem atingir a pura racionalidade ao mesmo tempo” (DOWNS, 1965, p. 161; sem grifo no original apud GAMA NETO, 2011, s/p).

Os indivíduos agem de acordo com a racionalidade que todos supostamente têm, deixando de lado aspectos como a solidariedade e os valores, que fazem com que os indivíduos se movam. Essas visões sobre o conflito servem para estruturar nossa discussão sobre a visão do sindicato acerca do conflito no meio do futebol. Esse tipo de racionalidade explica, na visão de Martorelli, a relação entre patrão e empregado. Ou seja, por mais que o conflito seja inerente à sociedade, ele não é advindo de uma condição estrutural desses agentes, tal como seria numa visão “socialista” (conforme suas próprias palavras), à qual ele afirma não ter apego. O conflito é advindo de sujeitos que possuem recursos e objetivos distintos, cuja resolução dependeria de um deles impor seus desejos ao outro.

Essa visão de conflito é bastante semelhante, conforme vimos anteriormente, ao modo de funcionamento do “diálogo social” (PARRISH, 2011). Cada coalizão, apesar de possuir interesses distintos, estaria disposta a negociar, tendo em vista que a não negociação seria mais custosa ainda. Nesse sentido, abrir mão de algum de seus interesses era menos custoso do que a situação de conflito em si. Essa visão aproxima, então, o SAPESP das estratégias adotadas pela FIFPro, de participar do diálogo social setorial, no âmbito da União Europeia. Nesse sentido, denota também uma concepção sindical com orientação voltada à integração social e não à classe, conforme a geometria da ação sindical de Hyman (2001).

Outro aspecto, na visão do SAPESP, que ajudaria a compreender por que, mesmo fruto de uma ação racional calcada em fins, o conflito pouco aparece no futebol

brasileiro é a questão cultural. A despolitização do cidadão brasileiro, segundo o texto de Martorelli, ao afetar também os dirigentes dos clubes, concretiza-se em práticas pouco democráticas, segundo as quais as reivindicações dos jogadores são vistas como choro e o conflito é despolitizado. Em função de os dirigentes do futebol brasileiro não compreenderem que as relações precisavam ser negociadas, surgiram dificuldades para firmar-se um convênio coletivo, o que seria um atraso, já que

nossos vizinhos sul-americanos como Argentina e Uruguai têm Convênio Coletivo desde o início da década de 1970. A questão é cultural ou não? Portanto, embora mais madura e evoluída, temos que a relação sindical no esporte está num patamar muito abaixo do que gostaríamos e necessitaríamos. Como o processo de crescimento intelectual é gradual no nosso país, contamos que ele nos envolva a todos e, num futuro próximo poderemos participar das melhorias que trará consigo. É a nossa esperança (MARTORELLI, 2004, s/p).

É nesse contexto de “atraso cultural” tanto dos atletas quanto dos dirigentes que o SAPESP direciona como alvo do conflito a CBF e as federações que “deveriam intermediar e equilibrar essa relação jogador/clube, empregado/empregador. Mas fazem o contrário; colocam mais peso para o lado do patrão. Até porque só os patrões votam para formar a diretoria dessas entidades” (MARTORELLI, 2004, s/p). O conflito, nesse momento, é ensejado em direção à CBF, de forma mais incisiva do que com relação aos clubes. A visão da mediação do diálogo que a entidade deveria cumprir, de integração entre as partes, funções que ela não executa, gerou um conflito, uma vez que ela se apresenta como representante dos interesses dos patrões.

Portanto, na visão do SAPESP, a CBF não deveria possuir interesses no meio desse conflito, uma visão que parece um tanto quanto ingênua, uma vez que, enquanto uma federação que conduz politicamente o futebol, ela e seus dirigentes tomam parte neste processo. De acordo com Yallop (2005), são as federações igualmente que levaram o futebol ao patamar de mercantilização e corrupção a que chegou na contemporaneidade. Ainda que os interesses sejam complexamente articulados, já que existe também uma disputa de poder entre as federações e os clubes – e entre as federações também –, elas se comportam como frações de classe, que na medida do necessário se articulam, bem como se confrontam entre si.

Esta esperança do SAPESP em relação à CBF desempenhar um papel distinto explica os diferentes posicionamentos da entidade com relação a seus dirigentes. O conflito principal nesse caso foi direcionado à figura de Ricardo Teixeira, presidente da

CBF de 1989 a 2012, que deixou uma “herança maldita” (MARTORELLI, 2014a, s/p). Na visão de Martorelli, ainda, há diferenças entre os dirigentes, de modo que:

Nós discutíamos com Havelange. O Havelange era um cavalheiro. (...) Agora o Ricardo Teixeira é insuportável. (...). Trabalho de mafioso mesmo. Ou faz o que ele quer ou você tem que morrer. Você pode até ficar muito tempo, mas faça, prove. Teve uma época em que ele (Ricardo) queria fazer uma série D mata-mata. Eu tive que bater feio nele, mandar carta... Fica aí pô, mas se preocupa, faça a coisa melhor, tenta fazer (MARTORELLI, 2014b, s/p).

A visão de Martorelli é bem distinta daquela apresentada por David Yallop (2005), na qual Ricardo Teixeira nada mais era do que um discípulo de João Havelange. Talvez essa diferença de visão seja justificada pela diferença de enfoques. Se o enfoque for baseado nos interesses e na forma pela qual conduz e contribui para a FIFA ir para um determinado rumo, a visão de Yallop (2005) faz todo sentido. Mas numa visão que recusa localizar os interesses como estruturais, ou evita olhar a ideologia como uma consciência social dessa materialidade, como na de Martorelli, talvez a diferença se localize no âmbito da cordialidade. Cordialidade essa entendida como um traço característico do tipo ideal do brasileiro, que utiliza o “bom trato” em detrimento do reconhecimento das desigualdades sociais (HOLANDA, 1996).

A cordialidade e a disposição à negociação ainda justificaram sinais de mudança com relação a essa avaliação da CBF na visão do SAPESP, quando Ricardo Teixeira saiu do comando da entidade e a assumiu José Maria Marin.

O sindicato dos atletas de São Paulo acredita que terá mais trânsito na CBF com o novo presidente José Maria Marin e *seu escudeiro* Marcos Polo Del Nero. Com Ricardo Teixeira, não havia diálogo. Espera, em breve, levar propostas à entidade. Uma delas seria um pedido para que os atletas tivessem direito a voto na eleição²³⁰.

Com Marco Polo Del Nero, o SAPESP já havia participado de vitoriosas negociações, como a entrada da cláusula de inadimplência salarial nos campeonatos paulistas. Por isso, não se estranha o otimismo sobre essa relação. Além disso, a esperança é de que a CBF cumpra seu papel semelhante a um “parlamento”, em que tanto atletas quanto clubes poderiam participar e ter suas vozes representadas, diminuindo a assimetria de interesses da entidade. A gestão de Marco Polo Del Nero frente à CBF é vista como uma mudança:

Eu tenho falado isso: A administração da CBF mudou, quando se trata de contato, de abertura. Com o Ricardo Teixeira, não tinha conversa, era só

²³⁰ COM MARIN, Sapesp projeta mais espaço na CBF. LANCENET. 07 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2247>>. Acesso em: jan. 2015. Grifos nossos.

paulada, só ação judicial. Com o Marco Polo e o Marin dá pra conversar. A hora que eu quiser, eu sento com eles. Não significa que eles vão aceitar tudo o que eu falo, mas vão ouvir²³¹.

Como já vimos, o alvo do conflito do SAPESP é o clube, mas, tal como a posição sobre a CBF a respeito desse conflito, a entidade também oscilou. Em primeiro lugar, em um momento de enfrentamento, o SAPESP anunciou que a oposição feroz realizada por clube a essa entidade tinha a ver com a função desempenhada pelo sindicato, de defesa da categoria:

A tentativa desesperada, e despropositada, de o clube desqualificar o trabalho do Sindicato e de seu presidente mostra duas coisas: que o caminho tomado na defesa da categoria, desde sempre, é o melhor e reforça sua disposição de segui-lo, e que o São Paulo F.C. deveria se preparar melhor para poder tornar públicas informações que não lhe são afetas porque passa por uma posição ridícula que demonstra enorme despreparo intelectual, se nivelando, por baixo, àqueles piores exemplares de (pretenso) profissionalismo²³².

Tal percepção é visível ainda na seguinte assertiva: “O SAPESP nunca serviu tampouco servirá para atender aos interesses escusos dos patrões, por isto incomoda tanto quando dá voz à categoria”²³³. Apesar de radicalizar na exposição do conflito de interesses nas relações trabalhistas, esse enfoque coloca clubes e jogadores como opostos, algo, contudo, amenizado em outros fragmentos, como o que reproduzimos a seguir:

Ressaltamos que nosso trabalho *é sempre em parceria* com o clube. Não temos nem nunca tivemos a intenção *de ir contra o empregador*. Afinal é ele quem garante o salário dos nossos associados. *Mas a relação tem que ser clara e equilibrada*. O clube gestor, ou seu parceiro, devem provar que tem capacidade financeira para operar a agremiação²³⁴.

Esse fragmento foi tirado de uma nota do sindicato que solicitava a não inadimplência dos salários. Por mais que o sindicato tenha tido uma postura incisiva em denunciar o ocorrido, nesse momento ele ameniza a relação com o clube. De certo modo, o que o sindicato afirma é que a relação de oposição se faz por um desequilíbrio na relação, e não por uma vocação.

²³¹ Em entrevista, em outubro de 2014.

²³² SINDICATO responde à nota despreparada do São Paulo. SAPESP, 16 abr. 2010. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=169>>. Acesso em: jan. 2015.

²³³ SINDICATO responde à nota despreparada do São Paulo. SAPESP, 16 abr. 2010. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=169>>. Acesso em: jan. 2015.

²³⁴ SALÁRIOS atrasados: a luta não pode parar. SAPESP, 02 set. 2011. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=2061>>. Acesso em: jan 2015. Grifos nossos.

A ideia de que os clubes não são necessariamente “inimigos” também é reforçada quando o sindicato começou a buscar uma aproximação com alguns dirigentes e ex-dirigentes considerados mais modernos. Embasada por essa compreensão, a FENAPAF homenageou Mustafá Contursi, que além de ter sido presidente do Palmeiras, era presidente do sindicato de clubes, a representante da patronal que negociaria com o sindicato de atletas o convênio coletivo nacional. Outro homenageado foi o ex-presidente do Corinthians, Andrés Sanchez, considerado pelo programa do sindicato um ótimo gestor²³⁵. “O sindicato sempre teve um ótimo relacionamento com o Andrés e o Mustafá e isso é recíproco (...). A FENAPAF valoriza pessoas que trabalham pelo desenvolvimento do futebol, (...) são excelentes profissionais que engrandecem o mundo do futebol”²³⁶.

Devemos ressaltar também que tal percepção de que os dirigentes não estão necessariamente em polos opostos é compartilhada pela categoria. Um exemplo que demonstra essa partilha é quando os jogadores do Corinthians foram ameaçados de agressão. Nessa ocasião, cogitou-se uma greve, a qual, de acordo com Paulo André, foi apoiada pelo presidente do clube, declarando “que ele [Mario Gobbi] entende e até apoia [a greve], desde que não prejudique o clube dele. Mas a nossa ideia não é essa. A gente quer que as condições melhorem para que o espetáculo fique melhor”²³⁷.

Nesse sentido, as posições esboçadas pelo SAPESP e pela FENAPAF, apoiadas em momentos pela categoria, demonstram que essas entidades não compreendem o conflito como algo estrutural da sociedade de classes. Essa posição ideológica orienta sua prática pela resolução medida do conflito, e não pela luta constante pela supressão dessa divisão social de classes, e, portanto, pela crítica ao modo de produção capitalista. As relações sociais de produção, no futebol, então, a partir da perspectiva do SAPESP,

²³⁵ Esses dois presidentes foram eleitos como interlocutores principais do SAPESP. Mustafá Contursi ainda é presidente da SINDAFEBOL, o sindicato patronal dos clubes de futebol brasileiros. Essa aproximação ficou evidente quando, em maio de 2011, o SAPESP oficializou a criação do 1º Fórum Permanente de Debates. “A chegada do Fórum Permanente de Debates é fruto de um amadurecimento nas relações dentro do futebol. Atletas, clubes, treinadores, prestadores de serviço e até mesmo a imprensa poderão dar suas sugestões e trazer propostas de melhoria para o esporte nacional”. PROGRAMA Direito E. C. em: Hall dos presidentes. SAPESP. 07 maio 2011. Disponível em: <http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=336>. Acesso em: jan. 2015.

²³⁶ Fenapaf homenageia Andrés e Mustafá em evento na Soccerex. SAPESP. 24 nov. 2012. Disponível em: <http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=2474>. Acesso em: jan. 2015.

²³⁷ FRANCESCHINI, Gustavo. Zagueiro do Corinthians mostra postura crítica e sugere que R. Teixeira deveria sair da CBF. UOL Esportes. 02 ago. 2011. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2011/08/02/zagueiro-do-corinthians-sugere-que-ricardo-teixeira-deveria-sair-da-cbf.htm> Acesso em: jan. 2015.

não se encontram perante a crítica ao modelo de regulação existente, não se encontram em choque. O SAPESP defende o modo de produção existente, do qual o futebol profissional é um produto, e trabalha para regulá-lo melhor, a partir da Justiça do Trabalho e da negociação. Essa postura do SAPESP afasta-o do vértice classista da geometria de Hyman (2001), reafirmando sua posição de pertencimento entre o mercado e a sociedade, ou seja, entre um sindicalismo corporativo e um sindicalismo voltado à integração social, ainda que essa tensão seja menos presente em suas ações.

Em nossa visão, no entanto, o ponto central para a análise da ação sindical, seja no futebol ou em outros campos de análise das relações laborais, é a existência de conflito, que pode estar tanto agudo como latente (HYMAN, 1979). O conflito, em nossa visão, é indicativo de uma tensão que existe em nível estrutural, de uma contradição entre interesses daqueles que detêm os meios de produção e aqueles que são os produtores diretos e que vendem sua força de trabalho, e expressa-se por meios ideológicos, como uma consciência prática de ação (MÉSZÁROS, 2004).

Esse conflito faz com que essas classes se choquem, em função de interesses inconciliáveis. Apesar de o antagonismo de classe ser uma questão estrutural, conjunturalmente ele pode não se manifestar de forma explícita, pode estar adormecido, dando espaço até mesmo para a colaboração entre classes, mas isso de forma alguma significa que a contradição estrutural deixou de existir. Em termos ideológicos, igualmente, é possível, como vimos, que o conflito esteja latente, dada a adesão de uma classe à ideologia de outra. De acordo com Hyman (1979), as relações laborais são relações de dominação e exploração, fundadas nas relações de produção, mas que devem ser historicizadas e contextualizadas. Isso porque as condições materiais influenciam o desenvolvimento das relações sociais de produção, limitando o campo das escolhas dos indivíduos e grupos sociais, mas sem determinar mecanicamente as possibilidades de ação. Para esse autor, a classe trabalhadora é agente, que possui uma ação coletiva que ocorre dentro de determinados limites estruturais, mas que são condicionados igualmente pelo pertencimento e consciência de classe (HYMAN, 1979).

É importante salientar que tais dispositivos ideológicos podem influenciar a ação reivindicativa, de modo que ela ocorra por dentro do sindicato ou por fora, de forma organizada ou individualizada. Essas são duas facetas distintas, mas ambas componentes do conflito laboral, sendo a greve sua manifestação mais óbvia, mas não a única que pode definir a ação sindical. Segundo Hyman, os meios de expressão da ação

sindical são ilimitados (HYMAN, 1979, p. 186). O autor cita Kerr ao afirmar que “conflitos com os empregadores podem tomar forma de gestão da negociação e de reivindicação pacíficas, de boicotes, de ação política, de restrição de resultado, de sabotagem, de absenteísmo ou de rotatividade de pessoal” (KERR, 1964, p. 171, apud HYMAN, 1979, p. 186). Algumas dessas formas de ação podem envolver um grande número de trabalhadores e podem ser planejadas e executadas pelo sindicato ou por comitês nos locais de trabalho; outras podem ocorrer com relativa espontaneidade e representar antes um comportamento individual do que coletivo.

A amplitude dessa definição para ação de conflito laboral é porque elas podem refletir causas similares, ou representar respostas alternativas para reivindicações ou privações similares. Dessa forma, para compreender como os agentes respondem a uma situação de trabalho específica, como o conflito se apresenta nela, se é latente ou evidente, é necessário observar as lutas em torno dele, não apenas aquelas diretamente vinculadas aos sindicatos, nem mesmo apenas coletivas, mas como na sua prática individual e subjetiva compreende e responde aos interesses diversos que permeiam a esfera do futebol.

Conforme notamos, o SAPESP, ao ideologicamente ser orientado pela não aceitação do conflito estrutural, tratá-lo de uma forma individualista e aceitar a ideia de parceria social, corrobora que a faceta estrutural do conflito se torne latente. Nesse sentido, ele tende a aparecer de forma pouco visível, ou a ficar ocultado. E quando se explicita, essa visibilidade é feita de forma pouco organizada, às vezes individualizada, ou, quando coletiva, passa por fora do sindicato. Um exemplo bastante contemporâneo é do elenco do São Paulo, no ano de 2016. O conflito nesse caso foi motivado pela inadimplência salarial e dos direitos de imagem dos seus jogadores. A expressão desse conflito deu-se em campo, com desempenhos ruins da equipe – que evidentemente não se explicam somente em função disso, mas também por esse fato – e por uma tentativa de “greve de silêncio”. A estratégia adotada pela equipe, decidida nos bastidores do vestiário, era de que ninguém falaria com a imprensa, o que chocaria os torcedores, desrespeitando regras de contrato até que o clube acertasse as dívidas com os atletas²³⁸. Por ser controversa, a adoção da estratégia gerou uma polêmica nos meios de

²³⁸ RIBEIRO, Arnaldo. Atrasos de salários e prêmios calam jogadores e dividem São Paulo. ESPN. 19 fev. 2016. Disponível em: < http://espn.uol.com.br/noticia/578907_atrasos-de-salarios-e-premios-calam-jogadores-e-dividem-sao-paulo>. Acesso em: fev. 2016.

comunicação, alguns jornalistas defendendo que o atraso salarial não justificava qualquer iniciativa de movimentação²³⁹. Paralelamente a isso, Michel Bastos, identificado como a liderança do movimento, começou a ser mais criticado, até deixar de ser relacionado em partidas do São Paulo²⁴⁰.

Michel Bastos, no entanto, tentou se defender da ideia de que o mau desempenho da equipe fosse uma resposta aos atrasos salariais. Essa perspectiva de tentar negar uma ação de boicote ao patrão inadimplente é ideológica. Representa um movimento de tentar negar o conflito, de negar uma resposta organizada ao não cumprimento das obrigações contratuais por parte do patrão. Significa negar a divergência inconciliável de interesses. A motivação para tal, no entanto, é a figura do torcedor, que, nesse caso, não teria nada a ver com a história. Essa expressão encontra-se na fala de Michel Bastos:

algo que também tem me incomodado é estarem insinuando que estou jogando de má vontade. Por mais que alguns estejam fazendo um esforço enorme para tentar mostrar o contrário, não sou mau caráter ao ponto de descontar no torcedor qualquer tipo de insatisfação que eu venha a ter. Isso seria ir contra as milhares de pessoas que abrem mão do pouco que tem para ir aos jogos prestigiar o São Paulo e essa atitude não faz parte da minha índole²⁴¹.

Movimentos semelhantes a esse ocorrem quando, ao paralisar uma atividade, surge um discurso de que tal paralisação só afetaria o usuário. Como em uma greve do sistema público de transportes, cujo principal prejudicado seria supostamente o trabalhador que depende dele para chegar ao seu posto de trabalho. Como no caso do futebol o usuário que é afetado também é um usuário apaixonado, essa relação complexifica-se. A racionalidade ferida é adensada por um elemento não racional, que é a paixão. Nesse sentido, falas como essas são ideológicas, uma vez que algo ser ou não racional dependerá de seu enquadramento ideológico, elemento que discutiremos no texto a seguir. Cabe ainda uma última nota sobre a natureza ideológica desse discurso,

²³⁹ RÍMOLE, Cosme. A patética crise no São Paulo. 19 fev. 2016. Disponível em: <<http://esportes.r7.com/blogs/cosme-rimoli/a-patetica-crise-no-sao-paulo-greve-do-silencio-nasceu-da-falta-de-pagamento-aos-jogadores-movimento-rachou-o-time-em-dois-grupos-o-radical-liderado-por-michel-bastos-e-o-conservador-do-novo-cap-19022016/>>. Acesso em: fev. 2016.

²⁴⁰ SÃO PAULO afasta Michel Bastos. *Folha de S.Paulo*. Esporte. São Paulo. 20 fev. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2016/02/1741477-michel-bastos-nao-e-relacionado-para-jogo-e-confirma-pacto-de-silencio.shtml>>. Acesso em: fev. 2016.

²⁴¹ Texto escrito por Michel Bastos, extraído de: SÃO PAULO afasta Michel Bastos. *Folha de S.Paulo*. Esporte. São Paulo. 20 fev. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2016/02/1741477-michel-bastos-nao-e-relacionado-para-jogo-e-confirma-pacto-de-silencio.shtml>>. Acesso em: fev. 2016.

que é o fato de ele ser corroborado pelo SAPESP, como é notório no seguinte excerto da entrevista de um sindicalista²⁴²:

Não tem essa coisa de fazer corpo mole [quando o clube está inadimplente]. Ninguém quer entrar pra perder. O que tem sim é você estar desanimado com a direção, com o treinador, e você não tem tesão em fazer as coisas. É diferente de você estar motivado. Por exemplo, quando você tem que fazer um trabalho, e, pô, você vai ficar além do expediente trabalhando, não é? Quando você não está motivado não, você fala não, e antes de terminar o expediente, você já está louco pra ir embora. No futebol é a mesma coisa. Se está motivado, se tem que dar uma corrida, correr atrás da bola, você vai com mais vontade. Quando você não está motivado, você não vai pra conquistar. Mas corpo mole propositalmente eu não creio, nunca vi isso²⁴³.

Nesse sentido, o próprio sindicato recusa o aspecto ideológico da manifestação de não conformismo do trabalhador do futebol com suas condições de trabalho, reputando-o a uma esfera psicológica. A reação do jogador ao despotismo das relações de trabalho são políticas! Por mais que seja desorganizada e, às vezes, descaracterizada de uma maior consciência social da ação, elas não deixam de ser uma resposta política a um conflito estrutural e inconciliável. O fato de o SAPESP ocultá-las é uma demonstração de seu perfil ideológico.

Com base nas evidências das posições políticas e ideológicas do SAPESP acerca de como é compreendido o conflito e qual o grau de acirramento aceito pela entidade a seguir, analisaremos sua posição sobre a questão da greve. Isto é, como uma determinada estratégia de ação é encarada como apropriada ou não dentro de uma racionalidade específica de uma ideologia.

10.2 A (des)classificação da greve pelo SAPESP: um sindicato que paralisa o conflito

²⁴² Ou como na fala de Martorelli a seguir: “Não tenho dúvida que os vários meses de atraso no pagamento têm relação direta com a ameaça de rebaixamento. Não que os jogadores estejam fazendo corpo mole, mas é difícil entrar em campo sabendo que a conta bancária está negativa, que não dará para comprar tudo o que há na lista do supermercado, que a água e a luz estão atrasadas”. SAVAZONI, A. Sindicato antecipa direito de arena por conta de salários atrasados. *Correio Popular*, Campinas, 19 nov. 2003. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=791>> Acesso em: jan. 2015.

²⁴³ Em entrevista em outubro de 2014.

De acordo com Mészáros (2004), ideologia é, acima de tudo, uma consciência prática. E como tal, nela é definido que tipo de racionalidade é apropriada a seu discurso, uma vez que este não está associado apenas a uma proposição teórica abstrata, mas a indicadores práticos que orientam ações socialmente viáveis a sujeitos sociais (MÉSZÁROS, 2004). Desse modo, questões específicas são afetadas pelo discurso ideológico, que define se tal ação será considerada racional ou não. “Assim, a questão da racionalidade ideológica é inseparável do reconhecimento das limitações objetivas dentro das quais são formuladas as estratégias alternativas a favor ou contra a reprodução da ordem social” (MÉSZÁROS, 2004, p. 66). Nesse sentido, o SAPESP adotará estratégias apropriadas e consideradas racionais e viáveis a seu discurso ideológico.

Em função de sua visão sobre o conflito, de este não ser estrutural, de não ser inconciliável, de não ser fruto de um poder despótico do clube sobre o jogador, o sindicato tende a negar a alternativa de uma greve, como ocorreu no caso da ameaça de paralisação dos jogadores do Guarani, em 2011²⁴⁴. Por esse prisma, a nota de Rinaldo Martorelli alegava

O Sindicato *não participa e nunca participará* de nenhum movimento de paralisação dos trabalhadores, e sim luta por uma solução rápida e necessária para o bem-estar dos atletas bem como seus familiares. Por outro lado a entidade não pode cruzar os braços diante de uma situação tão crítica e prejudicial à classe²⁴⁵.

Nesse momento, o conflito com a direção do clube existia, estava saindo do estado latente para tornar-se explícito, como demonstra a descrição de Mauro Costa sobre a situação. Porém, a postura do sindicato foi de tentar acalmar os ânimos dos atletas e proferir discursos que assegurassem o pagamento das dívidas:

Não estou impaciente, estou sendo realista, é muito difícil tratar com esta situação quando um jogador liga para você chorando e falando que não aguenta mais ficar sem dinheiro, depois liga outro dizendo que está se separando da mulher, depois outro falando que o carro entrou em busca e apreensão, é uma situação que quem tem família e se envolve para saber da luta dos atletas para ter um lugar ao sol que faz o ser humano ficar um pouco impaciente. *Como sindicalista eu particularmente acredito na diretoria*, não sei se será quitado nesta semana ou na próxima, sei que eles estão correndo

²⁴⁴ Cabe ressaltar que o Guarani atrasa salários dos jogadores desde 2003 e até hoje é um dos clubes mais inadimplentes do Estado de São Paulo.

²⁴⁵ MARTORELLI, R. Nota de esclarecimento. Caso Guarani. SAPESP, 15 set. 2011. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2071>>. Acesso em: jan. 2015. Grifos nossos.

atrás para quitar e tomara que isso aconteça esta semana para não termos problemas no jogo de sábado, senão não sei o que pode ser decidido²⁴⁶.

O fato de o SAPESP ideologicamente negar a greve como um instrumento de disputa de poder dos trabalhadores se articula à sua concepção de sindicato. Conforme demonstramos no capítulo anterior, o SAPESP não considera função do sindicato a disputa pelo poder de controle sobre as relações de trabalho. Pelo contrário, considera sua função o provimento de serviços, assessoria jurídica e pessoal aos atletas. É no máximo um negociador coletivo dos jogadores, tendo em vista a não desvalorização da carreira. Essa perspectiva entra em conflito com a história do sindicalismo, na medida em que “o melhor e mais comum, mas não único, instrumento de efetivação da força do sindicalismo está na capacidade de as lideranças causarem algum tipo de prejuízo a seus empregadores (e também ao governo)”, o que seria alcançado via paralisação das atividades, isto é, “cortar o fornecimento da força de trabalho” (ROGRIGUES, 1999, p. 119).

A paralisação das atividades não é a única forma de pressão dos sindicatos, todavia. Outras formas seriam: manifestações de rua, sabotagem, boicote, ocupação dos locais de trabalho, sequestro e detenção de dirigentes das empresas, pressões diretas sobre instâncias de poder governamentais e ações destinadas a influenciar a opinião pública. É a partir da greve que se conforma o poder sindical, definido por Rodrigues (1999, p. 120) como: “capacidade de as elites sindicais²⁴⁷ imporem decisões (geralmente na forma de obtenção de reivindicações), votarem decisões ou modificarem decisões que partam do governo ou de outras elites”. Por esse ângulo, a greve pode ser considerada uma manifestação de conflito de interesses, sem que pressuponha necessariamente e inconciliavelmente uma oposição entre capital e trabalho. Isto é, a greve pode ocorrer mesmo com diferentes concepções sobre o conflito construídas histórica e culturalmente. Isso ajuda a explicar também porque, apesar de a posição em geral do SAPESP ser a de negação da greve, ela oscila contextualmente, sem que seja alterada sua visão sobre o conflito sindical. Em determinados contextos, mesmo históricos, a própria racionalidade dentro de um discurso ideológico pode ser alterada. Nesse caso, no entanto, a alteração é contingencial.

²⁴⁶ PLANETA Guarani: Sindicato não descarta paralisação. Jurandir promete pagar. Planeta Guarani, 15 set. 2011. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2077>>. Acesso em: jan. 2015. Grifos nossos.

²⁴⁷ Em nossa visão, o poder sindical dos trabalhadores também pode ocorrer por fora do sindicato, o que implicaria dizer que ele não é exclusivamente demonstrado a partir das elites sindicais.

Diante desse cenário, um ponto que merece ser tratado, ainda, é o significado que a greve possui, de modo que se compreenda se ela se traduz para a entidade sindical como uma demonstração de poder político. Nesse caso, interessa perceber se a greve é um instrumento de pressão legítimo que acena para o crescimento do poder sindical, ou se ela não é racional, legítima ou necessária. Como dissemos, o significado da greve é construído histórica e culturalmente, de modo que existem disputas sobre ele. Se para uma concepção marxista a greve representa o acirramento da inconciliável relação de oposição entre capital e trabalho, para outros, ela pode ser um instrumento de quebra de um pacto de negociação. Esse será o intuito da discussão inicial que propusemos nesse item.

A posição do sindicato sobre a greve aparece de três maneiras distintas: (i) como impossibilidade de acontecer, dada a condição da categoria (em termos ideológicos de adesão); (ii) a negação do instrumento; (iii) sua utilização quando cabível em termos legais e institucionais. Exporemos a seguir a circunstância e a produção discursiva sobre cada uma das posições.

Em 2001, quando os jogadores da Argentina entraram em greve em função de atrasos salariais, os sindicatos brasileiros foram inquiridos sobre a situação. Alfredo Sampaio, então presidente da FENAPAF, argumentou pelo viés da impossibilidade histórica no Brasil, diferença cultural e geográfica e pela diferença conjuntural, que não é tão grave.

A impossibilidade histórica tem como ponto de partida 1979, quando os jogadores terem ameaçado entrar em greve, “Só que o movimento não andou. Alguns jogadores do Rio, de São Paulo e do Rio Grande do Sul foram treinar e furaram a greve”²⁴⁸. Ainda há a dificuldade de união, que é o fator cultural que dificultaria a mobilização e o fator geográfico: “É lógico que isso é importante, mas acredito que as dimensões do Brasil dificultam qualquer movimento. Para se ter uma ideia, em países como Argentina, Uruguai, Espanha e Inglaterra, onde os jogadores são organizados,

²⁴⁸ NO BRASIL, distância compromete ação sindical. Jornal do Brasil. 02 maio 2001. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/noticias/no-brasil-disteacirc;ncia-compromete-aeccedil;eatilde;o-sindical.html>> Acesso em: jan. 2015.

existe um sindicato para todos. Aqui, temos um para cada estado”²⁴⁹. Por fim, Sampaio afirma que a situação não é tão grave no Brasil quanto era na Argentina²⁵⁰.

Nesse caso, a FENAPAF não chegou a se posicionar contrariamente à greve, mas ponderou, por um lado, a fragilidade da unidade da categoria em conseguir impor seu poder por esse meio, e, por outro, ainda reafirmou a não necessidade de um instrumento como esse. Essa última posição poderia estar associada a uma ideia de que a greve é uma atitude extrema, como explicitada no depoimento de Martorelli acerca de uma paralisação dos jogadores do clube de Marília: “Foi uma atitude extremada, mas revelou uma disposição em brigar pelos seus direitos”²⁵¹. A ideia de considerar algo extremo ou não é fruto de um discurso ideológico. Conforme demonstrou Mészáros (2004) acerca da contraposição entre a definição de “radical”, “liberal” e “conservador” contida num dicionário, a ideia de (des)classificar algo como extremo, ponderado ou libertário é parte de um discurso ideológico, calcado numa materialidade objetiva das relações de classe. Esse discurso visa desqualificar alguns sujeitos e ações, expressando como elas não são apropriadas (ou racionais) dentro de seu enquadramento ideológico, que, todavia, é ocultado a fim de fazer o argumento expandir-se, como se fosse uma única verdade.

No início de 2016, Rinaldo Martorelli concedeu uma entrevista na qual explicitou a sua posição contrária à greve ou às manifestações mais radicais utilizadas tradicionalmente pelos sindicatos para pressionar as empresas:

A gente tem que fazer uma escolha. A Justiça não dá a resposta que a gente quer. Às vezes demora um ano para julgar um pedido de embargo. Não dando a resposta que a gente quer, *a gente prefere negociar e mostrar. Buscar meios. Estabelecer mesmo um canal de confiança*, de lealdade, de mostrar que é bom para todo mundo. *Essa coisa de sindicato xiita não existe mais*. É muito fácil pegar, botar caminhão de som e impedir que o jogador entre no campo. Só que se eu for impedir, o cara fica bravo comigo. E aí a repercussão é diferente. Bancário também é impedido de entrar no banco. Eles querem trabalhar, mas são impedidos, só que eles reclamam no privado. Não vai para a imprensa, e o sindicato não fica mal visto. Tem uma série de questões que têm que ser analisadas para tomar decisões. Mas há um planejamento, sim, e há uma análise de buscar o que é melhor, da forma que

²⁴⁹ NO BRASIL, distância compromete ação sindical. Jornal do Brasil. 02 maio 2001. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/noticias/no-brasil-disteacirc;ncia-compromete-aeccedil;eatilde;o-sindical.html>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁵⁰ Se naquele momento os atrasos salariais não eram a tônica da atuação dos sindicatos e das queixas da categoria, eles tornam-se nos anos 2000, e, mesmo assim, as greves continuam não sendo uma estratégia tão apropriada ao discurso ideológico da gestão dos sindicatos de futebolistas.

²⁵¹ BRASIL, U. Martorelli quer Pelé resistindo a pressões. *O Estado de S. Paulo*, 24 set. 1996, Caderno Esporte, p. 2.

é melhor, no melhor tempo. E esse é o melhor tempo de tudo que a gente está fazendo²⁵².

Tal como no caso anterior, as manifestações mais radicais são consideradas extremas, enquadradas como “xiitas”, em alusão ao fundamentalismo islâmico, como se fosse uma simbologia que representasse as pessoas fanáticas. Esse discurso ideológico direciona o sindicato para uma ação conciliatória, isto é, de *negociar, buscar soluções, construir canais de confiança*, com o patronato do futebol.

Contudo, essa visão antigreve em outros momentos foi ponderada. No momento em que os jogadores sendo ameaçados de agressão por torcedores o sindicato retificou sua posição. Evidentemente, o contexto era distinto do caso do Guarani mencionado no início do capítulo, uma vez que a existência do movimento Bom Senso F.C., propondo outras estratégias de enfrentamento e pressionando o sindicato à mobilização, fez com que Martorelli declarasse:

O Sindicato *está de acordo* com a paralisação do campeonato para garantir a segurança dos jogadores, para tanto espera que os atletas ligados ao Bom Senso F.C. se mobilizem e também definam dessa forma. É a única maneira em que a classe pode chamar atenção para esse fato tão grave. Nesta situação há dois entes responsáveis pela preservação da integridade física do atleta, o empregador e o poder público, e é deles que temos de cobrar providências. No passado, ocorreram outros acontecimentos com ameaças e agressões, atos que refutamos com veemência. No caso da invasão ao CT do Corinthians, houve a ocorrência de vários delitos que merecem punição exemplar. De nossa parte estamos em contato com o poder público, que verdadeiramente pode resolver o problema responsabilizando criminalmente os agressores, não dá para aceitar outra resposta. Nosso apoio aos jogadores é irrestrito.

A FENPAF também reforçou essa posição, e informou que os problemas estavam acontecendo em todo o país: “É a violência das torcidas em São Paulo, o calor no Rio Grande do Sul. A CBF não quer tomar conhecimento das reivindicações sejam elas pelo Bom Senso [F.C.] ou pela FENPAF, e isso está encurralando os atletas para tomarem uma decisão, provavelmente de greve”²⁵³.

A participação na organização de uma “greve” é dada, entretanto, sem que se altere o repertório de ações e meios de reivindicação do sindicato. No programa

²⁵² CAPELO, Rodrio. “Não dá mais para ter clube de futebol que não paga salário”, diz Martorelli. Revista *Época*, São Paulo, 29 fev. 2016. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/esporte/noticia/2016/02/nao-da-mais-para-ter-clube-de-futebol-que-nao-paga-salario-diz-rinaldo-martorelli.html>> Acesso em: mar. 2016. Grifos nossos.

²⁵³ PRESIDENTE e advogado da federação dos atletas de futebol apontam greve. Rádio Jovem Pan. 03 fev. 2014. Disponível em: <<http://jovempan.uol.com.br/esportes/futebol/nacional/presidente-e-advogado-da-federacao-dos-atletas-de-futebol-apontam-para-greve.html>>. Acesso em: jan. 2015. Grifos nossos. O fato de o sindicato ponderar seu acordo (ou não) a uma decisão tomada coletivamente por um conjunto de jogadores aos quais ele representa só reforça seu distanciamento da categoria, conforme demonstramos no capítulo anterior.

televisivo do sindicato, “Direito Esporte Clube”²⁵⁴, Martorelli retoma o linguajar legalista e as preocupações institucionais. O interesse central na fala do sindicalista parecia não ser a mobilização dos atletas, mas a caracterização jurídico-institucional da paralisação. Isso se confirma com a preocupação de Martorelli em esclarecer que, oficialmente, não seria uma greve, mas uma paralisação de um dia. Além disso, Martorelli passa um terço do programa explicando como legalmente tentava dar respaldo à paralisação, junto à Justiça do Trabalho.

Na reportagem do sítio eletrônico do sindicato, também fica patente a preocupação com o ponto de vista institucional para a resolução do problema.

“A greve está articulada. Reivindicamos as providências para que cada órgão responsável cumpra o seu papel. Temos de ter garantias pela integridade física dos atletas, requeremos uma investigação detalhada do caso e a punição aos invasores no CT do Corinthians. Estamos em contato com os capitães das equipes a fim de darem um respaldo ao ato que depois se juntarão ao Bom Senso F.C. e aí definirão sobre a paralisação da competição”, declarou Martorelli. *Por outro lado*, o SAPESP oficializou ao Ministério Público Federal do Trabalho uma audiência juntamente com a Federação Paulista de Futebol e Sindicato dos Clubes de Futebol (Sindbol) *para proceder o estabelecimento de um Termo de Ajustamento de Conduta, para preservação do meio ambiente do trabalho dos atletas profissionais. O Sindicato continua na tentativa de uma reunião com o Secretário de Segurança Pública de São Paulo*, através da UGT (União Geral dos Trabalhadores), mas ainda não obteve resposta²⁵⁵ (grifos nossos).

No programa “Direito Esporte Clube” seguinte, entretanto, Martorelli declara que a paralisação não logrou não por motivos de ordem legal – sua preocupação principal anteriormente. O motivo foi uma ameaça da emissora Rede Globo ao Corinthians, que alegava quebra de contrato, já que o clube teria um contrato de transmissão de jogos com a emissora. Esse motivo fez os jogadores do Corinthians recuarem. Ora, se a perspectiva é puramente legal, do ponto de vista da organização da greve, a questão alegada pela Rede Globo seria justa, uma vez que a emissora não teria relação com a briga entre os jogadores do Corinthians, a diretoria e sua torcida. Entretanto, se a questão é política, no sentido da compreensão dos interesses diversos que estão em jogo no conflito que originou a greve, o prejuízo é uma consequência necessária e que deveria ser negociada em conjunto com a reivindicação.

Cabe ainda ressaltar que a greve foi considerada apropriada pelo SAPESP num contexto em que o Bom Senso F.C. já disputava a legitimidade e a representatividade

²⁵⁴ Programa nº 43, de 08 fev. 2014.

²⁵⁵ SINDICATO mantém apoio à paralisação do Campeonato Paulista. SAPESP. 04 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2831>>. Acesso em: jan. 2015.

com a entidade perante os jogadores de futebol. Nesse sentido, foi num contexto bastante particular e marcado por uma concorrência sindical que o discurso ideológico do sindicato foi reapropriado. Percebe-se, no entanto, na medida em que o repertório estratégico do SAPESP continua o mesmo, isto é, o depósito de esperanças na Justiça do Trabalho e na negociação coletiva, que suas posições ideológicas acerca do conflito não se alteraram. Por isso, o viés corporativo e de integração societal (HYMAN, 2001) da ação sindical do SAPESP voltam a se confirmar. Além disso, ganha contornos mais bem definidos, adensando ainda às análises empreendidas no capítulo anterior o viés corporativo da entidade e da gestão sindical, herdeiros de uma tradição corporativa brasileira, fortalecida pela estrutura sindical.

Essa tradição fez com que os sindicatos fossem compreendidos como parte de um corpo social unitário, com o qual eles deveriam colaborar (GIANNOTTI, 1987), por isso a ideia de corporativismo. Além disso, atrelou-os à aprovação do Estado, por via do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho, que tem o monopólio da determinação de qual sindicato é o representativo da categoria, além de estabelecer que apenas um sindicato por território pode ser representativo de uma categoria, a ideia de *unicidade sindical* (BOITO JUNIOR, 1991). A partir da inserção do imposto sindical compulsório pago pelos trabalhadores, sejam eles sindicalizados ou não, essa estrutura sindical corporativa garante o financiamento de entidades sindicais, sejam representativas ou não, o que favorece a existência dos chamados *sindicatos de carimbo*, isto é, sem alguma mínima representação entre os trabalhadores (GIANNOTTI, 1987). Favorece uma dinâmica de burocratização sindical, também, uma vez que o parco controle que os sindicatos teriam de sua base só se daria durante a eleição. Mas na medida em que são poucos os sindicalizados e eles não participam da vida sindical, essa também desaparece. Por fim, ainda vincula que a verba advinda da contribuição sindical compulsória deverá ser necessariamente investida em medidas assistenciais, delineando um caráter e função assistencial aos sindicatos do modelo corporativista (GIANNOTTI, 1987).

Se a década de 1980 fez com que muitos sindicatos questionassem essa estrutura, se posteriormente diversos sindicatos corporativos se reorientaram (CARDOSO, 1999), essa não foi a realidade do SAPESP, que ainda se mostrou muito aderido ao sindicalismo corporativo da primeira metade do século XX. Essa adesão, evidentemente, é permeada pelos acontecimentos conjunturais, que impulsionam o

sindicato a alguma movimentação em prol da categoria, além do contexto do sindicalismo brasileiro do século XXI, no qual o próprio corporativismo e assistencialismo ganharam uma nova roupagem, seja a partir do sindicalismo de resultados (GIANNOTTI, 2002), o sindicalismo de serviços (TROPIA, 2004) ou mesmo o novo corporativismo do sindicalismo brasileiro (CARDOSO, 1999). Nesse sentido, o SAPESP, tal qual os movimentos do sindicalismo corporativo, não se restringiu ao papel de adesão paralisada à ordem e à função assistencial: ao contrário, fez uma nova roupagem da função assistencial, como já demonstramos, marcada por parcerias com a iniciativa privada, empreendimento de um clube de futebol próprio pra qualificar jogadores desempregados e gestão de fundo de previdência privado para jogadores. Mas também demonstrou disposição de agir em prol da categoria, o que analisaremos no próximo capítulo. Nosso argumento é de que o SAPESP não é um mero *sindicato de carimbo*. Ao contrário, ele tem uma ação direcionada a uma parte da categoria, modelada pelas disposições práticas de sua natureza ideológica.

Capítulo 11. A desconstrução do imperfeito na ação política do SAPESP no período pós Lei Pelé

Após a análise sobre o perfil funcional, estrutural e ideológico do SAPESP, neste capítulo buscamos analisar seus desdobramentos práticos, na ação política da entidade. Nesse sentido, intentamos descrever e analisar a atuação do SAPESP no pós Lei Pelé. Para tanto, estruturamos o capítulo em dois momentos principais. O primeiro visa apresentar, em formato narrativo, as pautas políticas e ações levantadas pelo SAPESP no período. O formato narrativo ajuda-nos a delinear um sentido para a atuação, de modo que relacione os acontecimentos, criando um sentido de passado e presente integrados historicamente (POLLETTA, 1998). Esse formato também nos ajuda a compreender eventos cujo distanciamento temporal ainda nos é pequeno. O segundo momento é mais analítico e visa compreender a relação entre os sentidos delineados pelo perfil do sindicato, isto é, seu perfil corporativo, de orientação voltada entre o mercado e a sociedade, e a atuação da entidade, evidenciando como a ideologia do sindicato se desdobra em uma orientação prática, marcada por opções de pautas políticas a serem tocadas, e nas próprias estratégias utilizadas para reivindicá-las.

11.1 Narrativas sobre a atuação política do SAPESP

A fim de resgatar o sentido da atuação do SAPESP no período pós Lei Pelé, é necessário retomar sua posição acerca dessa legislação, bem como de suas consequências sobre o futebol brasileiro, que esboçamos no capítulo 6. Para os clubes brasileiros, o fim da Lei do Passe, decretado pela Lei Pelé, era a principal mudança e representava o início de uma crise financeira, já que o passe era o principal elemento de arrecadação deles. Representava também um domínio dos jogadores mais bem pagos, que agora poderiam chantagear os clubes por salários milionários e, uma vez que os clubes não se rendessem, eles iriam para o exterior. Essa situação deixaria os clubes fragilizados e criaria uma evasão de craques e do bom futebol brasileiro.

Para o SAPESP, no entanto, a Lei Pelé deveria representar um novo momento para o futebol brasileiro, impetrando a necessidade de os gestores mudarem sua mentalidade. Para os jogadores não saírem do Brasil, os clubes deveriam investir em promoção de estabilidade na carreira e previdência. No entanto, o próprio presidente do SAPESP não acreditava que isso aconteceria. E esse cenário confirmou-se, acentuando momentos de crise financeira no futebol brasileiro e uma evasão dos jogadores mais famosos do Brasil. Essa consequência é, portanto, um problema de gestão, e não da Lei Pelé, que continuou sendo defendida incondicionalmente pelo SAPESP. No entanto, a própria Lei Pelé teve desdobramentos sobre os direitos da categoria, regulamentando direitos que de antemão não existiam, como o direito de arena; profissionalizando obrigatoriamente todos os atletas de futebol e acentuando um mercado de trabalho precário no país. Além disso, outras demandas surgem contextualmente e o sindicato responde a elas: o direito de férias, o intervalo entre as partidas, a limitação de idade para inscrição em campeonatos e o horário de jogos. A seguir, vamos apresentar as narrativas sobre ação do SAPESP acerca de cada uma dessas pautas.

11.1.1 Direito de Arena

A Lei Pelé fixava que 20% do contrato de transmissão dos jogos deveria ser repassado aos jogadores de futebol que participassem da partida. Segundo Martorelli, no entanto, os clubes não repassavam esse montante, dando apenas “um dinheirinho e mandavam dividir entre todos os jogadores. Essa não é a maneira certa. Os atletas têm direito a 20% do total e só os que apareceram na tevê”²⁵⁶. Esse não cumprimento da legislação fez com que uma das demandas empreendidas pelos sindicatos de São Paulo, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul fosse a disputa pelo direito de arena.

Tal direito se refere a um desdobramento da lei de direitos autorais, na qual se estabelece que os jogadores de futebol que aparecem na televisão têm direito a uma parcela do que os clubes recebem pela transmissão do jogo. Em uma pesquisa realizada pela *Folha de S.Paulo*, em 1998, foi apurado que, dentre os jogadores da primeira divisão do Campeonato Paulista, apenas 25% recebiam as cotas de direito de Arena²⁵⁷.

²⁵⁶ SAPESP. Enfim o direito de Arena será pago. SAPESP, 16 abr. 2000. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=684>> Acesso Jan. 2015.

²⁵⁷ PARA JOGADORES, clube-empresa é melhor. *Folha de S.Paulo*, 28 ago. 1997, p. 4.8.

Em 2000, quando foi julgado e negociado, estabeleceu-se que os atletas têm direito a 5% do total pago pela TV para transmitir uma partida ao vivo. Essa quantia deveria ser dividida entre os que participaram do jogo, o que diferia da lei, que estabelecia que o montante seria de 20% sobre o contrato de transmissão. De acordo com Martorelli, os clubes tentavam driblar essa questão, estabelecendo cláusulas nos contratos com as emissoras que faziam com que o valor da transmissão fosse baixíssimo, a fim de evitar repassar mais verbas para os atletas. Com o acordo, que estabeleceu 5% do total, os sindicatos afirmaram que os jogadores saíam ganhando. No entanto, isso fez com que muitos atletas entrassem com ação judicial, a despeito do acordo promovido pelos sindicatos estaduais, para obter os 20% de contrato, fixados pela lei²⁵⁸.

Entre 2000 e 2011, os clubes de futebol fizeram *lobby* no Congresso Nacional para tentar tirar o direito de arena da Lei Pelé. Essa ação fortalecia a posição do sindicato de manter os 5% da forma como havia sido negociado, sendo na verdade uma estratégia para mantê-lo. Em 2011, por meio da Lei nº 12.395, de 2011, finalmente se alterou na Lei Pelé essa questão²⁵⁹.

Por fim, é importante ressaltar que como essa foi uma conquista do sindicato, ele ficou responsável por administrar essa verba, a fim de garantir que ela fosse de fato repassada aos jogadores. Isso empreendeu duas mudanças na dinâmica dos sindicatos: (i) um reconhecimento de sua existência por parte de todos os jogadores, que deveriam se relacionar com a entidade para retirar sua parcela financeira do direito de arena; (ii) um crescimento das receitas do sindicato, que passaram a receber um percentual de administração da verba que é repassada.

11.1.2 Direito de Férias

O surgimento desta pauta deu-se por uma alteração contextual no futebol brasileiro. Em 2003, com a instituição do campeonato brasileiro por pontos corridos, a questão das férias começou a ficar patente para os jogadores de futebol. Diferentemente dos anos anteriores, quando apenas duas equipes ficariam disputando jogos até o final

²⁵⁸ Para tentar minimizar essas ações, em 2010, a FENAPAF decidiu que os sindicatos não iriam auxiliar os jogadores em processos como esses.

²⁵⁹ Segundo o Art. 42, §1º, “Salvo convenção coletiva de trabalho em contrário, 5% (cinco por cento) da receita proveniente da exploração de direitos desportivos audiovisuais serão repassados aos sindicatos de atletas profissionais, e estes distribuirão, em partes iguais, aos atletas profissionais participantes do espetáculo, como parcela de natureza civil”.

do ano, a mudança na forma de disputa afetaria, agora, todas as equipes, com o agravante do aumento do número de jogos por temporada – 38, só no Campeonato Brasileiro, contra uma média anterior de 32 jogos, que seriam apenas para as equipes finalistas.

A razão para as férias aparecerem no horizonte das intervenções do sindicato, na temporada de 2003 para 2004, foi o fato de cinco atletas santistas serem convocados pela seleção brasileira, em função do campeonato pré-olímpico. Esses possivelmente teriam suas férias alteradas. Nesse caso, Martorelli declarou: “Se todos nós, trabalhadores brasileiros comuns, temos estresse e precisamos de 30 dias de férias anualmente, que dirá um atleta profissional?”²⁶⁰

No ano seguinte, essa questão entrou novamente na agenda do SAPESP. O Campeonato Paulista de 2005 começaria exatamente um mês após o encerramento do Campeonato Brasileiro. Isso traria como problema o fato de, com a pré-temporada, os jogadores terem de voltar antes dos 30 dias para prepararem-se. Por isso, naquele ano de 2005, o SAPESP propôs o adiamento do início do campeonato, reivindicando essa que se desenrolou por pelo menos um mês entre audiências e negociações na Justiça do Trabalho.

Munidos de um laudo médico, que afirmava a necessidade de férias de 30 dias para jogadores, e da narrativa dramática envolvendo a morte do jogador Serginho do São Caetano, a ação do SAPESP pedia o adiamento do Campeonato Paulista. A justificativa era de que os clubes não poderiam dar férias diferenciadas aos seus jogadores (aqueles que tivessem participado do Campeonato Brasileiro do ano passado), pois isso se configuraria como um ato discriminatório. Além disso, os atletas seriam lesados pela perda da pré-temporada, de dez dias, a qual é regulamentada por lei também.

O desdobramento do caso não fez com que o Campeonato Paulista fosse adiado, apenas diminuiu a pré-temporada dos atletas. Eles tiveram direito a 25 dias de férias coletivas e voltaram quatro dias antes do início do Campeonato Paulista de 2005. A resolução deste ponto foi comemorada como “vitória histórica do sindicato”²⁶¹. De

²⁶⁰ SAPESP. Sindicato promete intervir. SAPESP, 22 jan. 2004. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=686>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁶¹ SAPESP. Vitória histórica do SAPESP. SAPESP, 17 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=577>>. Acesso em: jan 2015.

acordo com o advogado do SAPESP, “As férias coletivas dos atletas profissionais dos sete clubes foram comemoradas pelo SAPESP, responsável por impetrar a liminar. Foi o primeiro passo de muitas outras intervenções”²⁶².

O advogado estava se referindo à reivindicação seguinte que o SAPESP tentaria conquistar, de 36 dias de férias coletivas, com dez dias para a pré-temporada²⁶³. Contudo, os clubes começaram a querer descontar a paralisação do campeonato no meio do ano como parte das férias, em especial no ano de 2006, com a realização da Copa do Mundo. Segundo Martorelli,

o Sindicato é veementemente contrário a esta posição. As férias, segundo a legislação, devem ser gozadas em período contínuo, não podem ser divididas, com a agravante de que existe a especificidade no caso do atleta que tem a condicionante de que o descanso deve ocorrer no período de recesso do futebol, o que deveria já estar previsto no calendário da CBF. Por sinal, temos sempre a promessa de que o problema será equacionado no próximo ano, e depois passamos por intransigentes por recorrer esse direito do atleta na justiça²⁶⁴.

Para o ano de 2007, o SAPESP conquistou um calendário que respeitou o direito da categoria às férias e à preparação²⁶⁵. Tal fato gerou alguns problemas, como com os dirigentes do clube E.C. Paulista, que foram surpreendidos com a notícia de que teriam de dar 30 dias de férias corridas aos seus atletas, e se não cumprissem, teriam multa de R\$10 mil reais por dia que cada jogador treinasse ou fizesse exame em férias. Eles tentariam reverter a situação a partir de contato com o Sindicato²⁶⁶.

Outra disputa com relação às férias ocorreu no final de 2013, em função da Copa do Mundo no Brasil. Em razão da realização do evento, as férias seriam fracionadas: 17 dias entre o final do Campeonato Brasileiro e 13 dias no meio do ano. Os conflitos gerados fizeram com que se trabalhasse com a proposta de 20 dias no início do ano e mais 14 dias no meio dele, que também não foi aceita.

²⁶² FUTEBOL se recupera das férias. *Folha de S.Paulo*, 15 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=780>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁶³ RUIZ, M. MATTOS, R. Jogadores, Unidos... *Lance!* São Paulo, 09 mar. 2004. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=810>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁶⁴ SAPESP. TV terra entrevista presidente do SAPESP. SAPESP, 06 jun. 2006. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=1043>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁶⁵ SAPESP. Calendário de 2007 mostra força do trabalho do SAPESP. SAPESP, São Paulo, 07 ago. 2006. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=599>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁶⁶ SINDICATO dos atletas pode estragar planos. *Globoesporte.com*. 08 dez. 2006. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=630>>. Acesso em: jan. 2015.

Dentro desse novo contexto, os futebolistas iniciaram suas férias no dia 09 de dezembro, primeiro dia após o fim do Campeonato Brasileiro 2013, e voltariam dia 02 de Janeiro de 2014 – 24 dias, e o restante – 06 dias e mais quatro dias do recesso como ganho para a categoria, seriam completados no meio do ano. Nesse formato, os futebolistas ganhariam mais tempo como uma forma de contrapartida²⁶⁷.

A FENAPAF fez essa proposta, mas ponderou que a tratativa com a CBF foi tardia, e por isso não tinha conseguido ainda visitar todos os clubes para ter o aceite dos atletas²⁶⁸. A resolução dessa questão deu-se com a definição de 34 dias de férias; 24 entre o fim de ano e início da nova temporada e dez no meio do ano. Inicialmente, o sindicato não havia aceitado, o que fez com que Alfredo Sampaio declarasse que “Ou se muda isso imediatamente ou entramos em greve. Essa é a proposta do Sindicato”²⁶⁹. Contudo, ao final, com a limitação do número de jogos por jogador, o tema deixou de ocupar a agenda das discussões do sindicato.

Além disso, essa negociação ocorreu em um momento diverso da ação da FENAPAF, uma vez que junto a ela o Bom Senso F.C. reivindicava um calendário melhor para os atletas, o que explica, como já vimos anteriormente, a postura mais firme da entidade de ameaçar uma greve. Essa ameaça é contingencial, uma vez que até então o SAPESP já havia negociado e perdido em várias oportunidades o respeito às férias de 30 dias dos atletas, nunca a tratando de forma tão contundente.

11.1.3 Intervalo entre os jogos

Desde 1991, as Normas Orgânicas do Futebol, publicadas como resolução da Diretoria da CBF (Resolução nº 01/91), em seus artigos 60 e 61 dizem que “nenhuma associação desportiva e ou atleta de futebol poderá disputar partidas de futebol sem que ocorra entre o início de uma partida e o de outra o intervalo mínimo de 66 horas”²⁷⁰.

O ponto de vista do SAPESP sobre tal questão aparece publicamente em 2005, por motivo da anulação de 11 partidas do Campeonato Brasileiro. Após o STJD confirmar a anulação, essas partidas tiveram de ser realizadas novamente,

²⁶⁷ FENAPAF. NOTA oficial: Fenapaf negocia as férias dos atletas com a CBF. SAPESP, 16 set. 2013. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=2752>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁶⁸ FENAPAF. NOTA oficial: Fenapaf negocia as férias dos atletas com a CBF. SAPESP, 16 set. 2013. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=2752>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁶⁹ FENAPAF. NOTA oficial: Fenapaf negocia as férias dos atletas com a CBF. SAPESP, 16 set. 2013. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=2752>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁷⁰ FENAPAF aguarda resposta da CBF com mudança de calendário do Brasileirão. SAPESP, 27 ago. 2013. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=2740>>. Acesso em: jan. 2015.

concomitantemente às outras rodadas que ocorriam como o programado no início do campeonato. Em função disso, os clubes Corinthians e São Paulo teriam de realizar partidas entre intervalos inferiores às 66 horas. Diante dessa circunstância, o SAPESP começou a pautar esse assunto, reconhecendo a atipicidade da circunstância, possibilitando que, caso os atletas concordassem, a partida seria realizada. Inicialmente, o sindicato começou a mover uma ação, mas logo a paralisou, uma vez que os jogadores dos dois clubes concordaram em ceder nessa situação²⁷¹.

Em 2006, tal evento se repetiu, dessa vez motivado pela realização da Copa Libertadores da América concomitante ao Campeonato Paulista. O intervalo de 66 horas também não foi respeitado, e novamente o SAPESP não poderia entrar na Justiça contra a situação, já que os atletas do Palmeiras, mais prejudicados, não aderiram:

Em matéria recente do Globo.com, a qual divulgamos no dia de hoje em nosso site, o Sindicato é indagado se agirá em função da FPF ter mudado a tabela por causa da Copa Libertadores o que acarretará uma maratona de jogos aos atletas do Palmeiras no mês de fevereiro, não se respeitando o intervalo de 66 horas entre as disputas. Acontece que determinadas situações do direito, e a que está em questão é uma delas, o Sindicato embora totalmente contrário a não obediência aos dispositivos legais e normativos que buscam preservar a integridade do atleta, somente pode tomar alguma posição neste caso se houver a manifestação de seus associados²⁷².

Esse fato também demonstrou como a posição do SAPESP acerca da disjunção entre categoria e sindicato, que analisamos no capítulo 9, é contraditória. Nos excertos demonstrados, o SAPESP considerava a categoria não participativa e imputava qualquer iniciativa à gestão sindical. Esse episódio, no entanto, evidenciou que é possível estar mais próximo à categoria, atendendo suas reivindicações ou mesmo tentando um trabalho de politização para que os atletas compreendam as consequências do que o sindicato propõe.

Para fundamentar as ações judiciais promovidas pelo SAPESP a respeito dessa reivindicação, além da normatização, ele amparava-se em estudos de fisiologia que, baseados em “laudos médico e fisiológico do Dr. Turíbio [Leite, que] atestaram que a recuperação do atleta, após uma partida, se dá em 72 horas. E, caso não exista recuperação, pode acontecer até mesmo uma lesão séria, que seria considerada acidente

²⁷¹ SAPESP. Para o bem do futebol que prevaleça o coletivo. SAPESP, 18 out. 2005. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=455>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁷² MARTORELLI, R. Sapesp não agirá contra a vontade de atleta. SAPESP, 14 dez. 2005. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=904>>. Acesso em jan. 2015.

de trabalho”²⁷³. A “proteção do físico dos jogadores”²⁷⁴ e a preservação de sua saúde tornaram-se a tônica deste debate promovido pelo SAPESP²⁷⁵, de modo que ele começou a pautar que não bastavam as 66 horas. Era necessária uma expansão do tempo desse intervalo.

Em 2014, essa reivindicação foi atendida pela Justiça do Trabalho, que determinou à CBF que concedesse o intervalo mínimo de 72 horas, em função de uma ação movida pela FENAPAF²⁷⁶. Interessante é que não aparece no argumento, mesmo nos discursos, a questão da exploração do atleta, a qual apareceu em outros contextos, como no caso da discussão sobre férias. A justificativa para a ação, além da questão legal, é a saúde de forma isolada, medicalizada, como se ela não tivesse relação com a intensa exploração das forças do trabalhador do futebol promovida nesse ambiente.

11.1.4 Horário dos jogos

Outra reivindicação relacionada à preservação da saúde do atleta é a de proibir jogos profissionais em alguns horários de calor intenso. Segundo a FENAPAF, desde 2000, já se estudava essa possibilidade. A ideia teria surgido a partir de um levantamento elaborado pelo SAPESP das médias de temperatura nas capitais brasileiras para a realização dos jogos de futebol, em determinados horários. A partir dessas médias, o SAPESP requisitou dois laudos técnicos, sobre os possíveis prejuízos à saúde dos jogadores que se submetessem a tais temperaturas. Segundo os laudos, a perda de 4% do peso corporal em água, que ocorria sob as altas temperaturas, poderia acarretar náuseas, lenta recuperação, dificuldade de raciocínio, coma e até óbito²⁷⁷.

O conflito sobre essa questão desenrolou-se com a emissora Rede Globo, que transmitia o Campeonato Brasileiro e que não desejava alterar a sua grade de programação. Segundo Rinaldo Martorelli, desde as quartas de final do Campeonato de

²⁷³ SINDICATO entra na justiça para adiar jogo do São Paulo. Portal da Band, 03 set. 2013. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=2743>>. Acesso em: jan. 2013.

²⁷⁴ SINDICATO mundial que haja intervalo de três dias entre as partidas. SAPESP, 15 maio 2012. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2289>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁷⁵ SINDICATO de atletas busca negociação contra maratona de jogos. SAPESP, 21 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2741>>. Acesso em: jan. 2015. Grifos nossos.

²⁷⁶ JUSTIÇA determina que CBF dê 72 horas de descanso entre as partidas. FENAPAF, 17 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.fenapaf.org.br/?pg=noticias¬icia=282>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁷⁷ JOGOS das 11h podem causar ação na justiça. *JB Online*, 01 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=691>>. Acesso em: jan. 2015.

2002, o horário já havia sido proposto à Globo, e como não tinha conseguido um acordo, o sindicato ingressou com uma ação judicial. A partir daí, a emissora havia concordado, e o horário da partida foi alterado²⁷⁸. A questão, entretanto, não se resolveu para os campeonatos dos próximos anos automaticamente.

O argumento é dado também a partir do direito de segurança no trabalho.

Na construção civil, há normas de segurança que se desrespeitadas causam desconforto ao empregador gerando a pronta paralisação da obra. Paralelamente no esporte, são marcadas disputas numa temperatura de 38°C, como se esta exposição não interferisse diretamente na condição de saúde do trabalhador e ocasionasse risco de término precoce da carreira profissional. E todos acham muito normal, principalmente os patrões, e ficam alardeados e irritados quando os sindicatos discutem essa questão²⁷⁹.

Em 2007, ao divulgar o calendário, a FPF mostrou-se favorável à reivindicação do sindicato de não haver jogos às 16 horas durante o horário de verão. Pediu ao sindicato, então, que enviasse um ofício à emissora que detinha o direito de transmissão do Campeonato Paulista, o que foi feito, anexando ao pedido três laudos técnicos sobre os prejuízos à saúde e à carreira do jogador, elaborados por docentes da USP e do Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (CELAFISCS)²⁸⁰.

Em 2009, o SAPESP conquistou o direito de que o Campeonato Paulista possuísse pausas para a hidratação dos atletas. No mesmo ano, após todos esses processos, a FENAPAF requereu ao Ministério do Trabalho a existência de uma Norma Regulamentadora (NR) para as condições de trabalho e insalubridade para jogadores de futebol. A recusa de uma NR deu-se “respondendo absurdamente que tais questões são de responsabilidade do Comitê Olímpico Internacional”²⁸¹.

Além disso, em 2012, o SAPESP começou uma empreitada contra os horários dos jogos da Copa no Brasil, em especial nos jogos do Centro-Oeste e do Norte e Nordeste. Em outubro desse mesmo ano, a FIFA respondeu a carta da FENAPAF,

²⁷⁸ GLOBO contesta afirmação do Sindicato. *Revista Placar*, São Paulo, 06 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=687>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁷⁹ MARTORELLI, R. Relações sindicais na área do desporto profissional. SAPESP, 05 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=466>> Acesso em: jan. 2015.

²⁸⁰ SAPESP. Calendário de 2007 mostra força do trabalho do SAPESP. SAPESP, São Paulo, 07 ago. 2006. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=599>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁸¹ SAPESP. Jogos sob calor: a verdade omitida. 22 fev. 2010. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=158>>. Acesso em: jan. 2015.

dizendo que “tomaria as precauções a fim de conservar a integridade física dos atletas”²⁸². Em 2013, o sindicato fez diversos jogos-simulação, buscando atentar para os riscos de desidratação que a realização das partidas às 13h poderiam acarretar. Não obtendo sucesso com o diálogo na FIFA, a FENAPAF chegou até a entrar na justiça, mas foi em vão. Para anunciar a derrota da medida, a entidade afirmou: “A Justiça Brasileira deu mais um sinal de acovardamento que permite que os trabalhadores corram risco de morte no Torneio Mundial a ser disputado a partir de 12 de junho no Brasil”²⁸³. Tal afirmação, justificada pela FENPAF e pela UGT, que impetraram a ação judicial, não representava, entretanto, todos os jogadores envolvidos nos jogos. À FIFA, a entidade poupou alguns comentários:

Quando a FIFA desconhece a necessidade de preservar a saúde do jogador, deixa de lado o seu papel principal na organização do futebol. O jogador é parte integrante do espetáculo e a FIFA, como ela mesma se denomina a dona do futebol, não pode, tampouco deve, deixar de *lado interesses do mais importante ator nesse contexto* (grifos nossos)²⁸⁴.

O discurso da saúde novamente prevalece, em detrimento do da exploração do jogador e dos interesses mercadológicos da FIFA. Aliás, a FIFA é entendida, nesse caso, como “dona” do futebol, mas que detém o papel de mediação dos conflitos entre os interesses dos jogadores (trabalho) e do capital. A questão, entretanto, não explicitada pelo sindicato é: quem representa os interesses do capital, uma vez que a FIFA é a mediadora? Mais uma vez poupando a entidade internacional, o sindicato direciona suas críticas ao governo brasileiro: “A FIFA repassou para o governo brasileiro a responsabilidade e indenização caso haja algum problema, com a morte de um jogador que foi aceito quando da aprovação da lei geral da Copa, o que é lamentável”²⁸⁵.

11.1.5 Limite de idade para disputa dos campeonatos da última divisão

²⁸² FIFA responde carta da FENAPAF sobre horário dos jogos da COPA 2014. SAPESP. 22 out. 2012. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=2452>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁸³ FENAPAF. Nota oficial: covardia da justiça brasileira. FENAPAF. 09 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.fenapaf.org.br/?pg=noticias¬icia=257>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁸⁴ FENAPAF. Nota oficial: covardia da justiça brasileira. FENAPAF. 09 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.fenapaf.org.br/?pg=noticias¬icia=257>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁸⁵ FENAPAF. Nota oficial : covardia da justiça brasileira. FENAPAF. 09 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.fenapaf.org.br/?pg=noticias¬icia=257>>. Acesso em: jan. 2015.

Seguindo a linha da defesa da legalidade e das condições de trabalho do jogador, uma das ações promovidas pelo sindicato que reverberou foi contra a limitação de idade na Segunda Divisão do Campeonato Paulista²⁸⁶. Nela, há uma limitação de idade para inscrição de jogadores. Apenas jogadores com até 23 anos podiam disputá-la. Desde 1996, o SAPESP já estudava solicitar o fim dessa limitação²⁸⁷. Foi apenas em 2004, todavia, que o sindicato solicitou ao Tribunal de Justiça Desportiva que intercedesse junto à Federação Paulista de Futebol (FPF) para que ela acabasse com a recomendação de que os clubes da Série B só tivessem atletas com até 23 anos, o que, por sua vez, diminuiria bastante as possibilidades de emprego dos atletas mais velhos.

O argumento do sindicato, calcado na inconstitucionalidade da recomendação e no ato discriminatório que ela proporcionava: “Constituição Federal no seu artigo 5º, caput, assegura a igualdade de todos perante a lei, e no seu artigo 7º, inciso XXX, assegura especificamente aos trabalhadores a proibição de diferenças de salário, de exercício de função e de critério de admissão, por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”²⁸⁸. Além disso, a entidade questionava o fato de ser uma recomendação, então não necessariamente precisar de intervenção da justiça²⁸⁹. Contudo, em 2005, a recomendação manteve-se no regulamento, proporcionando uma nova atitude do sindicato; “não adiantou protestarmos de forma amigável, a famigerada cláusula está lá, mantida com todas as suas letras e pontuações. E ainda nos acusam de má-fé”²⁹⁰.

Por isso em 2005, ao entrar na justiça, uma liminar foi concedida pelo não impedimento da idade para inscrição no campeonato²⁹¹. Contudo, em 2006, a situação repetiu-se, e o regulamento do campeonato continuava prevendo que os atletas cadastrados poderiam ter até 23 anos. O sindicato novamente ameaçou entrar com ação na justiça. Segundo o advogado do sindicato, “depois do ano passado, a ideia era que a

²⁸⁶ A Segunda Divisão do Campeonato Paulista é equivalente à quarta divisão de campeonatos promovidos pela Federação Paulista de Futebol, já que seriam as séries A1, A2, A3 e Segunda Divisão.

²⁸⁷ SINDICATO quer mudanças. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 25 set. 1996, p. 2B.

²⁸⁸ SAPESP. Liminar derruba restrição da idade da série B do Paulista. SAPESP, 10 maio, 2005. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=828>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁸⁹ SAPESP. Jornalismo se faz ouvindo as partes envolvidas. SAPESP, 06 jul. 2004. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=462>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁹⁰ SAPESP. Sindicato dos atletas não agiu e nunca agirá de má-fé. SAPESP, 18 mar. 2005. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=460>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁹¹ SAPESP. Liminar derruba restrição da idade da série B do Paulista. SAPESP, 10 maio, 2005. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=828>>. Acesso em: jan. 2015.

Federação nos procurasse e retirasse de vez este limite. Mas ninguém nos procurou e agora vamos entrar na Justiça novamente. Vamos pedir ao juiz para que estipule uma multa bem alta para que, enfim, a lei seja cumprida”²⁹².

A situação foi resolvida em 07 de fevereiro de 2006, quando a FPF aceitou a proposta para inclusão de até três atletas acima de 23 anos. Essa decisão, segundo Martorelli,

foi satisfatória para a categoria em função das circunstâncias e dos fatos. No ano passado conseguimos na Justiça a liberação dos inscritos sem limite de idade. Na prática observamos que mesmo com a vitória tivemos apenas dez atletas inscritos acima dos 23 anos, pelo acordo estamos garantindo a possibilidade de vaga para 150 atletas²⁹³.

Ou seja, a partir de um cálculo – quantos jogadores estavam sendo beneficiados pela ação judicial e quantos poderiam ser, caso os clubes acordassem algo –, o sindicato decidira optar pela negociação em vez do constitucionalmente definido. Em outras palavras, o sindicato fechou um acordo em que o negociado prevaleceu sobre o legislado. No levantamento que realizamos no ano de 2013, notamos que havia 157 jogadores com mais de 23 anos inscritos, num universo de 1.207, totalizando 13% dos jogadores.

11.1.6 Atrasos de salários

A questão dos atrasos salariais acentuou-se no Brasil, no período pós Lei Pelé, que obrigou a profissionalização do futebol. Em 1997, apenas 11% dos jogadores da primeira divisão do Campeonato Brasileiro reclamavam atrasos salariais²⁹⁴. Um levantamento mostra que mesmo no futebol mais rentável essa realidade se acentuou. Em 2014, três clubes na série A confessavam não pagar salários em dia, totalizando 15% dos clubes. Na série B esse número atingia 40% das equipes, um total de oito²⁹⁵.

²⁹² SINDICATO entrará com ação contra limite de idade. Agência futebol interior. 24 jan. 2006. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=929>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁹³ SAPESP. Proposta do sindicato para limite de idade na série B é aceita. SAPESP, 07 fev. 2006. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=938>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁹⁴ PARA JOGADORES, clube-empresa é melhor. *Folha de S.Paulo*, 28 ago. 1997, p. 4.8.

²⁹⁵ MOREIRA, Guilherme. Panorama de atrasos mostra que clubes sofrem para manter a folha. *Paraná On line*. Curitiba, 12 set. 2014. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/esportes/news/827571/?noticia=PANORAMA+DE+ATRASOS+MOSTRA+QUE+CLUBES+SOFREM+PARA+MANTER+FOLHA>>. Acesso em: jan. 2015.

Quadro 2. Clubes brasileiros com atrasos salariais em 2014

Salário, direito de imagem e premiação: em dia ou atrasado?			
Série A		Série B	
Atlético-MG	em dia	ABC	em dia
Atlético-PR	em dia	Atlético-GO	dois meses
Bahia	dois meses	América-MG	em dia
Botafogo	dois meses salários e seis meses de direito de imagem	América-RN	em dia
Chapecoense	em dia	Avaí	um mês e premiação atrasada
Corinthians	em dia	Boa Esporte	em dia
Coritiba	dois meses	Bragantino	em dia
Criciúma	em dia	Ceará	em dia
Cruzeiro	em dia	Icasa	dois meses
Figueirense	em dia	Joinville	em dia
Flamengo	em dia	Luverdense	em dia
Fluminense	em dia	Náutico	um mês
Goiás	em dia	Oeste	em dia
Grêmio	em dia	Paraná	dois meses
Internacional	em dia	Ponte Preta	em dia
Palmeiras	em dia	Portuguesa	um mês
Santos	em dia	Sampaio Corrêa	em dia
São Paulo	em dia/ premiação atrasada	Santa Cruz	um mês
Sport	em dia	Vasco da Gama	um mês
Vitória	em dia	Vila Nova	em dia

Fonte: *Paraná-Online*, 12 set. 2014²⁹⁶.

A fim de conhecer a situação em que se encontrava a atuação do sindicato no caso de atrasos salariais na categoria, em São Paulo, buscamos no sítio eletrônico as matérias que relatavam a intervenção do sindicato em clubes inadimplentes. De 2000 até o final de 2014, foram encontradas 26 situações de intervenção do sindicato em caso de atrasos salariais. Evidentemente, esse número não resume todas as situações de atraso – uma vez que algumas se resolvem sem a intervenção do sindicato –, bem como não necessariamente todas as situações são noticiadas. Pela frequência das descrições e pelos relatos que se repetem em mais de uma reportagem – em especial, momentos que resumem o que foi feito com relação a essa questão – é possível perceber, no entanto, que a maior parte das situações são relatadas. Além disso, é possível perceber, a partir

²⁹⁶ MOREIRA, Guilherme. Panorama de atrasos mostra que clubes sofrem para manter a folha. *Paraná On line*. Curitiba, 12 set. 2014. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/esportes/news/827571/?noticia=PANORAMA+DE+ATRASOS+MOSTRA+QUE+CLUBES+SOFREM+PARA+MANTER+FOLHA>>. Acesso em: jan. 2015.

dos relatos, como o sindicato interpreta as ocasiões e como age. No quadro 3, resumimos as 26 ocorrências, bem como o que ocasionou a resolução das mesmas.

Quadro 3. Atrasos salariais mediados pelo SAPESP

Data	Clube	Situação
18/11/2003	Ponte Preta	O sindicato adianta o direito de arena para ajudar os jogadores da ponte em situação difícil, após dois meses de atraso salarial.
2003	Guarani	Sem muitos detalhes, o sindicato afirma que a greve debelada pelo Guarani demonstra que isso pode ser uma constante.
20/09/2005	Inter de Limeira	Sindicato negociou a dívida com o clube e doou cestas básicas para os atletas necessitados.
04/05/2006	Inter de Limeira	Sindicato negociou o pagamento do salário atrasado dos atletas.
04/05/2006	União Barbarense	Comprometimento dos diretores da empresa que administra o futebol do clube de pagar os salários em até vinte dias, o que evitou que o caso fosse levado pra justiça e demorasse anos para se resolver.
17/08/2010	Ponte Preta	Sindicato entra na justiça e o clube tem que assinar Termo de ajuste de Conduta por atraso de salários
fev. mar. 2011	América FC	Sindicato atuou como negociador das dívidas salariais;
03/03/2011	Rio Claro	Sem receber salário há mais de dois meses.
fev. mar. 2011	Rio Branco	Sindicato atuou como negociador das dívidas salariais;
28/03/2011	São Bento	O Sindicato continua atento, acompanhando a situação dos atletas e se faz presente para auxiliar nas eventuais necessidades da categoria.
09/09/2011	Guarani	Atraso de três meses, ameaça de greve, caso o clube não pague. A crise se ameniza com o anúncio do pagamento de um dos três salários atrasados.
28/03/2012	Inter de Limeira	Sindicato resolve os atrasos salariais de seis meses do volante Uarati.
02/08/2012	Ponte Preta	Acordo coletivo, para evitar que atletas treinem separado, descanso após viagem, pagamento do direito de imagem.
28/09/2012	São José	Pagaram em julho, apenas 700, o que os jogadores afirmavam ser inferior ao que ele devia, e disse que só poderia compensar o cheque em novembro. Só que o dirigente deu cheques sem fundo. Sindicato vai à justiça após prazo final da diretoria do clube.
28/02/2013	Guarani	Clebinho diz que não recebe salários há seis meses.
23/04/2013	Paulista	Jogadores vão ao sindicato noticiar o atraso salarial. A FPF fez valer a regra e o assunto foi resolvido graças a intervenção do sindicato.
10/05/2013	América FC	América diz que vai pagar os atrasados, após denúncia do sindicato.
20/08/2013	Noroeste	Com salários atrasados em 5 meses, em alguns casos.
15/02/2014	São José	Dois meses de atraso salarial.
18/03/2014	Rio Branco	Atraso de salários, que se repetiu ao final do ano.
07/10/2014	São José	Além dos salários atrasados, Mauro Costa recebeu outras duas denúncias: de que alguns atletas foram coagidos a assinar recibos em branco com a confirmação do pagamento.
28/05/2014	Guarani	Com salário atrasado há mais de dois meses. Atletas podem não entrar em campo na série C do Brasileirão, após receberem pagamento com cheque sem fundos e fazem pressão para receber.
24/03/2014	Comercial	Além do atraso, formalizado por onze atletas, atletas acusaram o segurança do clube, de entrar com uma arma para ameaça-los dentro do ônibus na rodovia Anhangüera.
30/04/2012	São Caetano	Dois meses de atraso e uma situação que se repete ao longo do ano.
05/08/2014	Guaratinguetá	Após salários atrasados, Mauro Costa vai ao clube negociar. Além de uma previsão para o pagamento por parte da diretoria (ficou estipulado dia 15/08 como data limite).
14/08/2014	Gremio Barueri	Dois meses de salário, mais quatro meses de direitos de imagem atrasados. Os atletas, que exigiam 50% das dívidas quitadas, conseguiram 35% do total da dívida e já receberam o cheque de outros 15%.

Fonte: Elaboração própria com matérias disponíveis no sítio eletrônico do SAPESP

Na medida em que se acentuou nos anos 2000, essa situação motivou diversas ações do SAPESP. A primeira proposta, realizada em 2004, visava formar um fundo salarial que ajudasse os jogadores a receber seus salários nos momentos de dívidas e falências do clube. Esse modelo é usado, por exemplo, na Espanha, onde a negociação do sindicato local tem sido de aumentar esse fundo, uma vez que as dívidas se ampliam a cada ano e os clubes decretam falência para não pagá-las.

Segundo o SAPESP, o objetivo desse fundo era: “criar um programa que garanta uma quantia mínima para os pagamentos dos salários dos atletas, evitando problemas entre clubes e atletas”²⁹⁷. Esse projeto foi reenviado à FPF em 2007, reforçado pelo intuito de “assegurar o direito mais essencial à vida de um profissional, que é o de receber pelo seu trabalho em dia”²⁹⁸.

Naquele contexto, os clubes iniciaram gestões junto ao Presidente da República para promover alterações na Lei Pelé. Essas alterações visavam acabar com o pagamento de horas-extras e adicional por serviço noturno – o que viria a respingar nos direitos que os atletas já haviam conquistado²⁹⁹. Nesse momento, Martorelli responde aos dirigentes de clube e ao presidente Lula, afirmando que:

Se os atletas recebem altos salários – como muitos afirmam – é porque os clubes concordaram em lhes pagar. O que é inconcebível é que atletas, ou qualquer outro trabalhador fique sem receber salários, sequer por um mês. Os atletas, através de seus órgãos representativos de classe, estão abertos ao diálogo para tratar de uma nova legislação contemplando os direitos do clube-empregador, aqui entendido o que paga salários em dia – pois relação toda relação trabalhista baseia-se no binômio trabalho-salário. (...). A paciência dos atletas chegou ao fim. *A greve debelada pelos atletas do Guarani de Campinas foi apenas o estopim de um movimento que poderá ser uma constante em 2004, basta que os clubes deixem de honrar com sua parte na relação trabalhista: pagar os salários*³⁰⁰.

O SAPESP também denunciava os clubes que tentavam infringir a legislação. Nela, após três meses de salário atrasado, o atleta poderia romper o contrato com o

²⁹⁷ FPF propõe acordo com o sindicato. SAPESP. São Paulo, 21 jan. 2004. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=720>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁹⁸ SAPESP. Fundo de compensação salarial. SAPESP, São Paulo, 20 jan. 2007. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=419>>. Acesso em: jan. 2015.

²⁹⁹ TST defende mudanças na legislação dos jogadores de futebol. *Notícias TST*, Brasília. 20 ago. 2002. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=679>>. Acesso em: jan. 2015.

³⁰⁰ MARTORELLI, R. O presidente responde. SAPESP. São Paulo, 16 jan. 2004. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=464>>. Acesso em: jan. 2015.

clube. Segundo Martorelli, os clubes contornavam a situação, assinando na carteira de trabalho apenas 20 ou 30% do valor que pagará ao atleta – sendo que os demais encargos seriam contratos de direito de imagem, cuja interpretação legal é que sejam de natureza civil, isto é, não fazem parte dos encargos trabalhistas. Sendo assim, o presidente do sindicato protesta:

E a hipocrisia dos clubes? Eles pagam 20, 30% dos salários na carteira de trabalho. O restante dizem que é direito de imagem. E pagam em dia apenas o que está registrado na carteira... Esses clubes fazem isso para não caracterizar três meses de atrasos³⁰¹. Aí os jogadores ganhariam automaticamente aos seus direitos federativos. *Essa divisão de salário e direito de imagem é um recurso imoral, mas legal que os clubes usam. Nós estamos brigando muito para isso acabar. Salário é salário. Mas é uma briga dura, difícil.* Os clubes se unem para brigar até em Brasília por isso. Mas, não vamos desistir, não³⁰².

Outra iniciativa da gestão do sindicato para resolver esse problema foi a de criar um mecanismo regulamentar ao clube que não pagasse seus atletas em dia, algo que vinha sendo negociado com a FPF desde 2009. No início de 2011, Martorelli previa que poderia ser, como é no caso de não pagamento das taxas de arbitragem, que o clube ficasse impedido de entrar em campo, ou que as cotas de televisão daqueles que devessem salários ou direitos de imagem a seus jogadores ficassem bloqueadas³⁰³. Naquele momento, o sindicalista declarou “estar mais preocupado com os times do interior”. Segundo ele, é comum esses clubes deixarem de pagar seus atletas quando percebem que estão na rota do rebaixamento. Apesar da empolgação de Martorelli, é difícil acreditar que os cartolas permitam tal avanço³⁰⁴.

Entretanto, apesar de uma possível resistência dos cartolas, tal mecanismo foi aprovado para o Campeonato Paulista de 2012. Em primeiro lugar, foi outorgado para a

³⁰¹ De fato, a maior parte das interpretações legais confirma que o direito de imagem não é de natureza salarial, sendo outro contrato à parte, promovido entre jogador e clube, como está publicado no próprio sítio do sindicato. Para um sindicato de cunho legalista, o fato de as interpretações legais negarem a tese da gestão torna sua reivindicação um problema sem solução.

³⁰² MARTORELLI, R. RIMOLI, C. Jogador não é escravo. *Blog do Cosme Rimoli*, 05 ago. 2009. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=247>>. Acesso em: jan. 2015. Grifos nossos.

³⁰³ PERRONE, Ricardo. Sindicato tentar barrar caloteiros no Campeonato Paulista. *Blog do Perrone*, UOL, 01 jan. 2011. Disponível em: <<http://blogdoperrone.blogosfera.uol.com.br/2011/01/sindicato-tenta-barrar-caloteiros-no-campeonato-paulista/>>. Acesso em: jan. 2015.

³⁰⁴ PERRONE, Ricardo. Sindicato tentar barrar caloteiros no Campeonato Paulista. *Blog do Perrone*, UOL, 01 jan. 2011. Disponível em: <<http://blogdoperrone.blogosfera.uol.com.br/2011/01/sindicato-tenta-barrar-caloteiros-no-campeonato-paulista/>>. Acesso em: jan. 2015.

série A2 e, posteriormente, para a série A1³⁰⁵. A interpretação do sindicato é que ficou acertado que o clube que atrasar salário no Campeonato Paulista perderá três pontos.

Demorou três anos, mas agora é definitivo. Clubes que não pagarem salários em dia, no futebol paulista, poderão ser até rebaixados nas Séries A-1 e A-2 do Estadual. “É um esforço de três anos que chega para fazer história”. A entidade será responsável por fiscalizar e enviar a FPF os problemas encontrados nos clubes³⁰⁶.

Segundo o dirigente do sindicato, tal medida mexeu na organização do futebol como um todo, a começar pelo gerenciamento do clube, promovendo um equilíbrio entre aqueles que muitas vezes são campeões, mas não são capazes de honrar seus compromissos com os atletas, e os outros que ficam no meio da tabela, mas que conseguiram quitar toda sua folha salarial. Desse modo, tal mecanismo evitaria que a irresponsabilidade financeira fosse premiada. De acordo com Martorelli, o resultado da medida foi que, “Trocando em miúdos, o clube passa a gastar de acordo com suas possibilidades de arrecadação. Óbvio que não chegamos ao ponto que desejamos, mas dá pra dizer que é o começo da educação gerencial que se pretendia fazer há muito tempo”³⁰⁷.

A medida ganhou destaque no sítio eletrônico da FIFPro. Além de ser uma medida em discussão em alguns campeonatos europeus, ela estava em sintonia com o que a entidade internacional vinha pautando, a resolução das disputas entre clube e jogador. Os “litígios” resolvidos pela FIFPro poderiam tanto dizer respeito à resolução de uma quebra de contrato mal acertada, quanto da violação de direitos. A câmara de litígios da FIFA foi criada em 2002, e conta com representantes dos clubes e dos jogadores. A proposta era que as partes envolvidas participassem de um julgamento, evitando a entrada nas filas de processo trabalhistas, que ainda seriam dificultadas num caso de uma disputa entre mais de uma nação³⁰⁸.

³⁰⁵ Diz o regulamento: Art. 21 - O atraso na remuneração pactuada em contrato de trabalho, devida ao(s) atleta(s) em condição de jogo nesta Competição, sujeitará o clube à perda de 03 (três) pontos por partida a ser disputada depois de reconhecido o descumprimento por decisão da JD e enquanto perdurar a inadimplência. § 1º - A comunicação ao TJD poderá ser efetuada quando o atraso for superior ao período de 15 (quinze) dias do vencimento, a partir do início até o encerramento da Competição. § 2º - Ao conhecer da matéria, o TJD fixará prazo ao clube para liquidar a obrigação de modo a evitar aplicação da punição prevista no caput deste artigo. § 3º - Caso inexistir partida a ser disputada pelo Clube inadimplente quanto da imposição da pena, a medida punitiva consistirá em uma única perda de 03 (três) pontos

³⁰⁶ ENFIM, punição aos clubes devedores. *O Parceiro*, SAPESP, São Paulo, nº 2, mar. 2012, p. 1.

³⁰⁷ MARTORELLI, Rinaldo. Editorial do Presidente. *O Parceiro*, SAPESP, São Paulo, nº 2, mar. 2012, p. 1.

³⁰⁸ GERCHMANN, Leo. Agência Folha, Porto Alegre, 10 mar. 2002. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=792>>. Acesso em: jan 2015.

Quando nos atentamos mais especificamente ao impacto desse novo regulamento do Campeonato Paulista, que começou a punir os clubes que atrasavam salários, percebemos que apenas um caso foi anunciado com a possibilidade de intervenção da Federação Paulista de Futebol, com a perda de pontos no Campeonato: os atrasos do Paulista E.C, no início de 2013. A perda de pontos não chegou a se concretizar, apenas o pedido do TJD com prazo para o clube saldar a dívida. Sobre o caso, o sindicato declarou, por meio de seu vice-presidente Luis Eduardo Pinella:

Não podemos deixar que exista essa inversão de valores. Os atletas cumpriram sua parte, lutaram bravamente para não cair e mesmo sem receber, mantiveram a equipe na elite. São trabalhadores que têm família para sustentar e seria leviano apontá-los como culpados por algo. Quem não cumpriu foi o clube e por isso notificamos. Atrasos acima de 15 dias ou qualquer outro tipo de descumprimento de cláusulas trabalhistas podem ser denunciadas e averiguadas pelo sindicato. Temos muito respeito pelos clubes e seus administradores, lutamos pela relação sadia entre clubes e atletas, afinal, são os empregadores da nossa classe³⁰⁹.

A declaração do vice-presidente do SAPESP demonstra a noção de harmonização da relação que a medida visa tomar. Rinaldo Martorelli, por sua vez, utiliza-se do desenrolar positivo da denúncia para proferir uma mensagem que poderia ser lida como um encorajamento a que outros atletas tomem a mesma medida no futuro:

Primeiramente gostaríamos de enaltecer a atitude corajosa dos nove atletas. Se queremos que nossa profissão seja respeitada precisamos ter coragem de lutar por nossos direitos, sem medo de exposição ou retaliações. A FPF fez valer a regra e o assunto foi resolvido graças à intervenção do sindicato³¹⁰.

O fato de ser necessário que os atletas denunciem o atraso formalmente e nominalmente para FPF nos faz supor que algumas das dívidas não chegaram a ser contabilizadas porque não foram denunciadas na federação paulista. Estes atrasos, por conseguinte, são ignorados pelo sindicato, mesmo continuando a existir. A forma pela qual o SAPESP compreende a sua função diante dos atrasos é expressa conforme suas narrativas acerca deles. Um exemplo é o ocorrido no início de 2011, quando o sindicato relatou uma série de atrasos salariais intermediados por eles. Nessa oportunidade, a fim de enaltecer a importante função desempenhada pelo sindicato, em seu informativo *O Parceiro*, o texto descreve:

A maior parte dos problemas foi resolvida por meio de acordo entre atletas, clubes e sindicato. O SAPESP sabe que este tipo de intervenção faz parte de

³⁰⁹ TJD profere despacho de denúncia de atletas contra o Paulista F.C. SAPESP. 20 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2643>>. Acesso em: jan. 2015.

³¹⁰ F.P.F confirma pagamento do Paulista F.C e sindicato comemora desfecho. FENAPAF. 06 maio 2014. Disponível em: <<http://www.fenapaf.org.br/?pg=noticias¬icia=183>>. Acesso em: jan. 2015.

seu dever funcional quando atende, tanto o seu associado quanto o futebol porque preserva os direitos dos trabalhadores, além de manter intacta a integridade do esporte. O SAPESP em toda sua conduta buscou demonstrar aos dirigentes dos clubes que o cumprimento de suas obrigações é extremamente importante para a própria saúde do esporte uma vez que os atletas têm os mesmos direitos que qualquer trabalhador e as mesmas necessidades de qualquer cidadão. Procura-se trabalhar dentro de um ambiente cordial porque é sempre mais fácil resolver os problemas pendentes reconhecendo as dificuldades atuais por parte dos clubes³¹¹.

Tal excerto demonstra a interpretação da função do sindicato diante de uma situação de atraso salarial: a mediação dos conflitos advindos das dificuldades encontradas no cotidiano dos clubes. De certa forma, o impacto dessa ação é o impedimento do acirramento desses conflitos, tendo em vista que o sindicato atuou nesses episódios de atraso salarial evitando greves e processos na justiça comum³¹².

11.1.7 Convenção Coletiva de Trabalho

Em 1995, o SAPESP entrou com o pedido de um dissídio coletivo³¹³ para os jogadores de futebol. A entidade enviou a pauta ao Tribunal Regional do Trabalho, uma vez que “inexistem condições normativas específicas para regular a atividade do atleta profissional, pois que ele é extremamente conturbado pelo casuísmo que caracteriza a organização do futebol brasileiro”. Pela dificuldade de negociação, dadas as contingências que obscureciam a existência do sindicato patronal, coube à justiça trabalhista a função de, pela primeira vez no Brasil, julgar o mérito e tentar “estabelecer condições condignas de trabalho a uma categoria que, embora seja tida como de grandes privilegiados, envolve uma enorme massa de trabalhadores relegados ao desamparo jurídico”³¹⁴.

³¹¹ ACORDOS realizados quitam salários em alguns clubes. *O Parceiro*, SAPESP, São Paulo, nº 1, maio 2011, p. 2.

³¹² Essa posição confirmou-se no caso em que uma denúncia foi efetuada pelos jogadores do Noroeste. Eles, além de reclamarem salários atrasados, também se queixavam das condições de trabalho e moradia. Um representante da Federação Paulista de Futebol, Flaubert Machado, atuou junto ao diretor do sindicato, Mauro Costa. Segundo Mauro Costa: “ter o Flaubert Machado conosco foi importante. Diferentemente de outras categorias de sindicato, nosso objetivo principal é de poder tirar, solucionar o problema sem conflito, em alto nível. Claro que estamos sempre defendendo e lutando pelos direitos dos atletas, mas sem radicalismo. O trabalho em conjunto com a federação nos dá respaldo para tentar fazer dos campeonatos de São Paulo os mais justos para os atletas profissionais” (APÓS Francana, Sindicato de Atletas denuncia E.C Noroeste por precariedade. SAPESP. 22 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2735>>. Acesso em: jan. 2015).

³¹³ Existem três possibilidades de solução das negociais no Brasil. A primeira delas é o acordo coletivo, via resultado autônomo de negociações entre as partes envolvidas. É vigente entre o sindicato e a empresa envolvida. O segundo modo é a convenção coletiva, que é autônoma também, realizada entre o sindicato patronal e o sindicato de trabalhadores (também válido para federações, como é o caso da FENAPAF). Em terceiro lugar, está o dissídio coletivo, que ocorre no caso de um impasse, que pode resultar em acordo (com a Justiça do Trabalho agindo como conciliadora) ou em sentença normativa (quando a Justiça do Trabalho age como árbitra) (CARDOSO, 1999).

³¹⁴ Fonte: SAPESP. Há dez anos. SAPESP, 15 set. 2005. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=864>>. Acesso em: jan. 2015.

A pauta de demandas dos jogadores de futebol naquele ano continha 22 pontos, sintetizados pela entidade nos 15 temas que seguem no quadro 4:

Quadro 4. Propostas do dissídio coletivo dos jogadores de futebol

Propostas do dissídio coletivo dos jogadores de futebol
1. Piso salarial: Para todo atleta profissional fica estabelecido piso salarial em valor equivalente a oito salários mínimos (R\$960,00)
2. Adicional noturno: Remuneração da hora noturna, nos termos da CLT, assim consideradas as compreendidas entre 22 horas de um dia até 5 horas do dia subsequente. É comum a prática de jogos no período noturno, o mesmo ocorrendo em relação a viagens.
3. Vale-transporte: As empresas ficam obrigadas a conceder vale-transporte para o deslocamento dos empregados para jogos, treinos e excursões.
4. Vale-alimentação: As empresas fornecerão vale-alimentação, cujo valor será negociado entre o sindicato da categoria e os clubes.
5. Auxílio-creche: As empresas reembolsarão aos atletas pais de crianças de até 7 anos o equivalente a 50% do valor do pagamento à creche ou instituição equivalente, até o limite máximo de cinco salários mínimos.
6. Auxílio funeral: Em caso de falecimento de empregado, o clube pagará ao beneficiário legal o auxílio-funeral em valor correspondente a cinco salários contratuais do falecido.
7. Cesta básica: Fornecimento de uma cesta básica mensal a todos os atletas.
8. Estabilidade por um ano em caso de acidente de trabalho: Garantia de emprego e salário de um ano ao atleta que vier a sofrer acidente de trabalho que o afaste das atividades contratuais por período igual ou superior a 90 dias, e fornecimento gratuito de medicamentos.
9. Indenização por invalidez: Em caso de invalidez permanente ensejadora de aposentadoria pelo INSS, as empresas complementarão o valor do benefício, remunerando ao atleta aposentado o valor de 50% do último salário contratual.
10. Participação nas rendas: O sindicato dos atletas receberá participação de 1% da renda bruta das partidas dos Campeonatos Paulista e Brasileiro da Série A-1.
11. Seguro: Os clubes celebrarão um contrato de seguro obrigatório específico para os atletas profissionais, com o objetivo de cobrir os riscos aos quais estão sujeitos.
12. Data-base: Fica estabelecido que 1º de janeiro é o dia eleito como data-base da categoria.
13. Possibilidade de os jogadores vetarem estádios e gramados que não estejam em condições de jogo e de segurança.
14. Destinação de 0,5% da venda dos direitos de TV para atletas que estejam desempregados.
15. Convênio médico e odontológico durante o contrato profissional e por 45 dias depois do término deste.

Fonte: Elaboração própria a partir do sítio eletrônico do SAPESP³¹⁵.

Entretanto, naquele ano, a proposta não avançou na Justiça, dada a resistência dos clubes. De acordo com Rinaldo Martorelli, entre as dificuldades encontradas estava justamente a oposição dos clubes Palmeiras e o Corinthians. O São Paulo, por sua vez,

³¹⁵ SAPESP. Há dez anos. SAPESP, 15 set. 2005. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=864>>. Acesso em: jan. 2015.

teria se disposto a tentar negociar com o sindicato, ao invés de continuar com o julgamento do caso no TRT³¹⁶.

Em 1998, o dissídio foi julgado, a partir de negociação entre o Sindiclubes e o SAPESP. De qualquer forma, tinha ficado definido um piso salarial de R\$300 e um adicional noturno de 60% a partir das 22h até as 5h, seguindo as determinações da CLT. Além disso, os clubes eram obrigados a pagar vale-alimentação ou fornecer alimentação ao atleta, prover creche ou pagar auxílio-creche. Os atletas teriam estabilidade no contrato por 60 dias após a alta de um tratamento de contusão e também teriam direito a um seguro em caso de invalidez. Os clubes teriam de pagar multa de 5% do piso por empregado em caso de descumprimento de alguma norma do dissídio. A data-base da categoria passou a ser 1º de maio³¹⁷. Contudo, os clubes recorreram da decisão, alegando que não era o SINDICLUBES o representante da patronal³¹⁸. Segundo os clubes, o sindicato da patronal dos clubes de futebol era o SINDBOL, que os representava no estado de São Paulo desde 1990.

Em função dessa dificuldade de negociação, em uma reunião na FPF no início dos anos 2000, o presidente do sindicato pediu ajuda à federação para que ela intercedesse junto ao Sindicato das Associações de Futebol Profissional do Estado de São Paulo (SINDBOL) para a realização de uma Convenção Trabalhista, “que tem por objetivo criar medidas que visam propiciar melhores condições de trabalho aos atletas e assim evitar problemas entre os clubes e a categoria”³¹⁹. Reinaldo Bastos, da FPF, que também é presidente do SINDBOL, prometeu que daria uma solução ao assunto, que se encontrava pendente há vários meses. Além disso, nessa época, já se discutiam propostas de pisos salariais divididos por categorias. Segundo Martorelli, “Aqui em São Paulo são seis categorias e a gente estipula três pisos. A categoria de elite (A1) tem um piso de R\$550, o segundo piso é R\$450 e o terceiro R\$400”³²⁰.

³¹⁶ PRIMEIRO dissídio de jogadores é julgado. *Folha de S.Paulo*, 27 abr. 1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk27049823.htm>>. Acesso em: jan. 2015.

³¹⁷ TRIBUNAL define piso salarial de R\$300 para jogadores em SP. *Folha de S.Paulo*, 28 abr. 1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk28049806.htm>>. Acesso em: jan. 2015.

³¹⁸ RANGEL, S. Pobres da bola aumentam em 1998. *Folha de S. Paulo*, 14 fev. 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk14029901.htm>>. Acesso em: jan 2015.

³¹⁹ FPF propõe acordo com o sindicato. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=720>>.

³²⁰ OS JOGADORES que a TV não vê. *Correio Sindical*, 18 jul. 2006. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=1058>>. Acesso em: jan. 2015.

O comprometimento do SINDBOL – dos clubes paulistas –, entretanto, não ocorreu porque, segundo Martorelli, a presidência não obteve a adesão necessária de seus associados, o que fez com que o SAPESP mudasse a sua abordagem, tentando avançar em uma convenção coletiva nacional, a partir da FENAPAF e do Sindicato Nacional das Associações de Clubes de Futebol Profissional (SINDAFEBOL). Em âmbito nacional, entretanto, também não se avançava, o que era, na visão do sindicato, prejudicial para o próprio futebol brasileiro:

A CBF e os clubes ainda não perceberam que um Acordo Coletivo Nacional efetuado com a Federação Nacional dos Atletas poderia ser a solução para muitos dos problemas que o futebol enfrenta, inclusive o de inibir a saída dos atletas no meio da temporada, fato que também nos preocupa. O atleta quer ter a certeza de que vai assinar um contrato e receber pelo seu trabalho. Para tanto, há necessidade de montar-se um fundo de compensação para a quitação dos salários, e principalmente que os clubes apresentem uma planilha de receitas, para que se possa saber, antes do campeonato iniciar-se, se os mesmos terão condições de pagar os salários dos atletas. Como se vê, o maior problema dos clubes é a falta de planejamento³²¹.

Tal fala do dirigente demonstra que as propostas que poderiam ajudar o futebol nacional, inclusive, já haviam sido enviadas por outros meios e em outros tempos, mas mesmo assim não avançavam. Em âmbito estadual, as “dificuldades imensas” tinham como consequência que, ao invés de convenção coletiva, se desaguavam em dissídios coletivos, que não “resolvem os problemas principais”³²². Essa era uma questão central para o sindicato, promover uma convenção coletiva e não apenas um dissídio³²³.

A proposta de convenção coletiva versava sobre salários atrasados e calendário definitivo de férias, entre outros, buscando a proteção dos direitos trabalhistas dos atletas. Outra proposta seria uma cláusula que prevísse “uma indenização mediante transferência no meio de uma competição, por exemplo, poderíamos inibir as saídas dos jogadores sem danos a clubes e atletas”, conforme Martorelli afirmou³²⁴.

³²¹ SAPESP. Martorelli questiona legalidade e forma de resolução da CBF. 01 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=741>>. Acesso em: jan. 2015.

³²² MARTORELLI, R. Relações sindicais na área do desporto profissional. SAPESP, 05 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=466>>. Acesso em: jan. 2015.

³²³ Martorelli argumenta que os resultados são diferentes, pois se trata de “Discutir a suspensão do contrato de trabalho, que não tem uma previsão legal pra isso; discutir a utilização do contrato de uso e licença de imagem do atleta também. Por isso é importante eu conseguir um acordo coletivo e não um dissídio, porque o dissídio chega no tribunal, ele julga e me dá vale-transporte, vale-refeição e auxílio funeral, que são importantes também, mas são básicos. As outras questões muitas vezes o tribunal sequer toma ciência” (OS JOGADORES que a TV não vê. *Correio Sindical*, 18 jul. 2006. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=1058>>. Acesso em: jan. 2015).

³²⁴ CRISTOVÃO, D. Sindicato dos atletas questiona resolução da CBF. *Site Pele.net*. 01 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=793>>. Acesso em: jan. 2015.

A proposta da convenção coletiva foi também defendida pelo sindicato a partir do modelo espanhol vigente para os atletas profissionais:

Lá há o contrato coletivo de trabalho, que dá garantias e impede que o atleta saia aleatoriamente do clube. Esse contrato coletivo teve origem na convenção coletiva de trabalho, que cria regras e essas se tornam leis, com conceitos gerais que estabelecem a relação entre clube e jogador. Claro que cada um tem seu contrato específico, mas essas linhas gerais não podem ser desobedecidas. Sou um defensor de que a convenção coletiva seja implementada no Brasil, mas há resistência dos dirigentes. Então pergunto: os dirigentes ingleses, espanhóis, argentinos, italianos são burros?³²⁵

O fato de no futebol espanhol o modelo de convenção coletiva de trabalho funcionar para regular os conflitos trabalhistas não significa, no entanto, que essa estratégia vai ser adequada ao contexto brasileiro. De acordo com Cardoso (2003), o modelo sindical brasileiro é pouco permeado por convenções coletivas, sendo a legislação trabalhista a maior regulação à disposição dos sindicatos. Quando essas existem, normalmente, trata-se de atualizar a CLT, e não de trazer novas regulações (CARDOSO, 2003). No caso do futebol, essa característica também é patente, visto que a própria CLT é descumprida no âmbito do futebol, imputando ao SAPESP o recurso à Justiça do Trabalho para cumprimento da lei. Além disso, o fato de o sindicato patronal não estar disposto a negociar, como temos assistido, dificulta a situação.

Em 2010, o SAPESP retoma o procedimento para a convenção coletiva de trabalho, junto ao sindicato dos clubes. Em janeiro de 2014, no Congresso da FENAPAF, a participação de Mustafá Contursi, presidente do SINDAFEBOL, assinalou a possibilidade de retomar o processo de convenção coletiva. Segundo nota da FENAPAF,

entre os temas prioritários estão a regularização do período de férias de 30 dias, o período mínimo da pré-temporada, a adoção nacional do denominado *fair play* trabalhista, a limitação dos contratos de imagem, a limitação de jogos para os clubes ou de participações de jogadores em disputa, o estabelecimento de uma política salarial entre outros.

Ao final de janeiro, foi assinado um termo com Vilson de Andrade, representante dos clubes e da CBF. De acordo com Martorelli, “Esse primeiro passo, que é oficial, foi muito importante. Há tempos que defendo que somente com um

³²⁵ CIDADE do futebol entrevista presidente do SAPESP. Cidade do Futebol, 15 set. 2005. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=862>> Acesso em: jan. 2015.

diálogo franco é que conseguiremos melhorar a organização do futebol, temos bastante coisa para resolver e esse é um momento importante”³²⁶.

Quadro 5. Pontos da intenção da convenção coletiva definida entre clubes e FENAPAF - 2014

Pontos da intenção da convenção coletiva definida entre clubes e Fenapaf - 2014
1. Criação de um sistema de <i>fair play</i> financeiro e trabalhista.
2. Definição de um calendário com racionalização dos campeonatos regionais.
3. Limitação do número de partidas ou de partidas disputadas por atletas, com base em parecer de especialista da área de saúde desportiva.
4. Mecanismos de recuperação de atletas vítimas de acidente de trabalho, estudando forma dos jogadores receberem seus vencimentos.
5. Estudos econômicos para criação de uma política salarial, bem como estabelecer um piso nacional e adequação do pagamento a título de exploração de imagem, e ainda política de aproveitamento de elenco e plano de previdência privada para atletas.
6. Regulamentação de descansos intrajornada, semanal, férias e pré-temporada.
7. Punições para clubes que descumprirem leis e convenções, inclusive com a perda de pontos e suspensão dirigentes.
8. Estudos para estabelecer <i>ranking</i> de clubes, a fim de estabelecer valores de indenização de cláusula desportiva e compensatória.
9. Aperfeiçoamento do mecanismo de solidariedade nacional.
10. Manifestarem-se em apoio aos projetos de lei que tratem de recuperações econômicas e clubes.

Fonte: Elaboração própria a partir de documento assinado entre a FENAPAF e o presidente do sindicato de clubes. Disponível em: <http://www.fenapaf.org.br/arquivos/veiculos/pdf_1390228571.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

Comparando as duas propostas, a de dissídio de 1995 e a convenção coletiva de trabalho de 2014, percebeu-se que o enfoque do sindicato mudou dos benefícios para questões mais estruturais do futebol. Isso pode ter sido influenciado pela própria mudança de caráter, uma vez que a convenção coletiva, nas palavras de Rinaldo, “cria regras que passam a virar lei” (MARTORELLI, 2014). Além disso, a reincidência de atrasos salariais e a resistência dos clubes à fixação de pisos faz com que o foco também gire para a gestão e não o atleta – uma vez que tal questão seria muito polêmica. Por fim, o surgimento do Bom Senso F.C., calcado principalmente na ideia do *fair play* financeiro, também teria ajudado a deslocar esses dois enfoques³²⁷.

³²⁶ NOTA OFICIAL. FENAPAF e representantes dos clubes assinam termo de intenções em prol dos jogadores brasileiros. SAPESP. 21 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2821>>. Acesso em: jan. 2015.

³²⁷ O SAPESP e o SINDBOL acordaram uma convenção coletiva de trabalho no estado de São Paulo, em fevereiro de 2016, mas que até o fim da escrita desta tese ainda não havia sido formalizada no Ministério do Trabalho (SAPESP. Sindicato comemora articulação da Convenção Coletiva de Trabalho. Disponível em:

Além disso, um dos pontos assinados entre o sindicato dos empregados e a patronal era uma contrapartida dos atletas em apoiar projetos de lei que buscassem ajudar a recuperar financeiramente os clubes. Tal aspecto pode nos ajudar a compreender o motivo pelo qual, no início de 2015, a FENAPAF teria mandado um ofício à presidenta Dilma solicitando a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte, presente na MP 656/2014³²⁸, mesmo sem a contrapartida trabalhista, tão desejada e reivindicada pelo próprio sindicato, aspecto esse que abordaremos em outro capítulo, quando confrontarmos as estratégias adotadas pelo SAPESP à dos outros jogadores integrantes do Bom Senso F.C.

11.2. A ação política do SAPESP sob o enfoque analítico

As ações políticas do SAPESP, descritas anteriormente, demonstram um redirecionamento da atuação do sindicato, a partir da segunda metade da primeira década dos anos 2000. Até a primeira década, as pautas emergentes são contingentes ao futebol profissional espetacularizado, atendendo particularmente aos jogadores mais famosos. Já na segunda metade da década, notamos um direcionamento maior à fração da categoria mais precarizada, que é vítima de atrasos salariais, bem como a supressão de outros direitos. O quadro a seguir sintetiza cronologicamente essa mudança.

<<http://www.sindicatodeatletas.com.br/noticias/sindicato-comemora-articulacao-da-convencao-coletiva-de-trabalho.html>>. Acesso em: mar. 2016).

³²⁸ BRASIL. Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014. Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores.

Quadro 6. Síntese das ações políticas do SAPESP por ano e público-alvo

Demanda	Ano	Público-Alvo Principal
Direito de arena	1998-2000	Jogadores do futebol espetacularizado.
Direito a 30 dias de férias	2003-2004-2005 e 2013	Jogadores do futebol espetacularizado, cujo calendário dura o ano todo.
Intervalo mínimo entre as partidas	2005	Jogadores mais famosos, cujos contratos de publicidade não deixam que eles sejam substituídos.
Jogos em horários de calor intenso	2002 até 2007	Embora a demanda seja para todos os jogadores, o SAPESP pautou a questão a partir dos jogos televisionados, ou seja, afetou os jogadores dos campeonatos que são televisionados.
Idade máxima para inscrição em campeonatos*	2005-2007	Afetou os jogadores mais precarizados que são prejudicados por não poderem jogar a Segunda Divisão em função da idade
Atrasos salariais	O SAPESP começa a agir sistematicamente para isso em 2009.	O alvo inicial são os campeonatos das Séries A1 e A2, mas a perspectiva é contemplar em especial os jogadores mais precarizados, uma vez que os mais famosos têm assessoria jurídica própria para protestar.
Convenção coletiva de trabalho	2006; 2010 e 2014-2016	Híbrido, mas ainda indefinido em seus pontos.

Fonte: Elaboração própria

O quadro demonstrou que de 2005 em diante, o SAPESP começou a agir politicamente de forma sistemática e mais voltada aos atletas mais precarizados no cenário do futebol. Embora a emergência do Bom Senso F.C. tensione a gestão para dar atenção à reivindicação dos mais famosos, essa não foi a tônica das pautas políticas empreendidas pelo SAPESP nos últimos dez anos, sobretudo. Por esse motivo, o discurso do SAPESP e da FENAPAF de crítica ao Bom Senso F.C. e reafirmação de que o sindicalismo no futebol é reconhecido por aqueles que precisam faz sentido³²⁹.

³²⁹ A fala é: “Nós também não trabalhamos de acordo com o clamor público, não trabalhamos com pesquisa de marketing, fazemos o que é necessário. Acudimos, principalmente, os atletas dos clubes pequenos, encaminhamos atletas para cirurgias, damos todas as assessorias necessárias, resgatamos atletas no estrangeiro, enfim, fazemos” (FENAPAF não se incomoda com críticas, trabalha. SAPESP, 11 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2917>>. Acesso em: jan. 2015).

A atuação do SAPESP foi direcionada a pequenas demandas de dignidade no trabalho, dignidade essa que os clubes ignoraram nas duas últimas décadas. Horários de jogo sob altas temperaturas, restrição do direito de férias e do descanso, pagamento salarial, alguns benefícios mínimos, pagamento de adicional por trabalho noturno, dentre outras questões de direitos humanos ou trabalhistas que o patronato clubístico insistiu em restringir. Desse modo, o SAPESP atuou promovendo uma espécie de “cidadania do trabalho” (CARDOSO, 1999), garantindo que esses direitos sociais já estabelecidos se consolidassem no futebol. No entanto, na medida em que a precarização e a instabilidade no trabalho continuam em grande parte do futebol profissional, essa cidadania se consolidou aprofundando a heterogeneidade nele. Isso porque para quem sequer tem direito ao trabalho – uma vez que os empregos são sazonais – férias e descanso são questões que desaparecem do horizonte.

Ao não intervir nessa dinâmica de precarização, o SAPESP atuou a partir do “jogo do possível”. O discurso da realidade contundente, isto é, o que é possível fazer numa temporalidade do “aqui e agora”, deixou de questionar as regras do jogo do futebol, corroborando uma dinâmica excludente na categoria (CARDOSO, 1992; CARDOSO, 1999). Tal ação se baseou no espectro ideológico já discutido, de adesão à ordem social estabelecida e enquadramento na racionalidade apropriada a ela. Por isso, na medida em que o desemprego e a precarização são estruturais no futebol, ao não questionar essa estrutura, o SAPESP “naturaliza” a ordem vigente³³⁰.

Apesar disso, nota-se que o SAPESP não se restringe a um mero *sindicato de carimbo*. O SAPESP tem articulado as demandas da categoria a uma ideia de que o sindicato é necessário para tal, uma vez que somente essa entidade demonstra se importar com tais questões. Contudo, essas demandas são resultado, na maior parte dos casos, de momentos em que os jogadores de futebol têm seus direitos mais fundamentais burlados. O SAPESP faz esses direitos valerem a partir do apelo à Justiça do Trabalho, para obrigar o cumprimento da lei. Paradoxalmente, no entanto, o fato de

³³⁰ Um dos recursos utilizados para promover essa naturalização é dizer que a atuação na esfera do possível tem trazido resultados, como os regulamentos que tiram pontos dos clubes – que seriam a única coisa com a qual os dirigentes dos clubes se importariam. Jamais questiona seriamente a Lei Pelé, que permite três meses de atraso salarial! Não questiona também a forma como os clubes se beneficiam disso. O único apontamento neste caso, de Martorelli, é que o futebol profissional na maioria dos clubes não deveria existir. As consequências dessa proposta para o mercado do trabalho no futebol não são ponderadas. Possivelmente o deixaria ainda mais competitivo e transformaria muitos desses jogadores em amadores, ou seja, promovendo uma precarização, instabilidade e informalização ainda maiores, uma vez que, se esses jovens desajassem mesmo seguir a carreira, permaneceriam tal como estão hoje.

esses direitos não serem respeitados *a priori* se relaciona à pequena expressão política e coercitiva do próprio sindicato, que faz com que os empregadores se sintam confortáveis para burlá-los (CARDOSO, 2003). Ou seja, o SAPESP responde a um mal cuja existência é também de sua responsabilidade. Esse paradoxo não evita, todavia, que essa seja uma ação política legitimadora do SAPESP.

Tampouco pode ser caracterizado como um sindicato fundamentalmente assistencialista. Essa tônica, como já demonstramos, está igualmente presente, e é reforçada por um discurso de amparo ao jogador de futebol desprovido de direitos. Nessa medida, essa tônica serviria para reforçar uma lógica neoliberal de flexibilização de direitos, já que não precisa obrigar o empregador a fornecê-los, e mesmo de desresponsabilização do poder público em provê-los (CARDOSO, 1992; TROPIA, 2004). Os serviços prestados aos jogadores desempregados têm uma perversidade ainda maior: ao defender o recurso do treinamento para forjar a empregabilidade desses atletas, reforçam a ideia de capital humano, um discurso que imputa ao indivíduo, através de investimentos individuais, a responsabilidade por vingar ou não no mercado de trabalho. Em outras palavras, o desemprego é visto como falta de qualificação, assim como a baixa renda (CARDOSO, 2003). Apesar de poderem ser munidos de boas intenções, tais projetos de treinamento para desempregados, ao não questionarem estruturalmente a organização do mercado de trabalho no futebol, corroboram para essa visão.

A adesão dos jogadores ao SAPESP é dada, contudo, por outro aspecto, que se relaciona a esses dois, mas que também é independente. Os jogadores associam-se ao SAPESP na medida em que esse sindicato visita os clubes. No ato da visita, o diretor do SAPESP filia os jogadores, já que a adesão é gratuita e apenas parece trazer benefícios aos sindicalizados. Em outras palavras, uma das coisas que confere adesão dos jogadores ao SAPESP é o fato de ele estar presente, pelo menos uma vez no ano, nos clubes. Esse evento, todavia, não deixa de caracterizá-lo como um sindicalismo de “porta de fábrica”, já que não consegue avançar para a representação para o local de trabalho. Outro momento de adesão dos jogadores ao SAPESP é no ato do recebimento do direito de arena, uma vez que ele é facilitado caso o jogador seja filiado à entidade. Esses dois aspectos conferem ao SAPESP uma ampla densidade sindical, uma vez que, dos quase 7.000 atletas de São Paulo em atividade, 5.138 são associados (entre aposentados e ativos).

Nosso argumento é que o SAPESP trabalha para possuir o respaldo de uma parte significativa da categoria, tem uma densidade sindical alta e possui ação política em favor da categoria. Há, no entanto, uma relação estreita entre o ponto de vista funcional, estrutural e ideológico na ação prática do sindicato. Isso porque, ao passo que se dispõe a jogar dentro das regras do jogo, não disputando o poder para ter capacidade de mudá-las, não apostando na mobilização e na representatividade da categoria, se forja como um sindicato burocrático, cuja ação na base serve para amenizar outros possíveis conflitos que advenham do despotismo dos clubes com os atletas. Esse perfil de atuação do sindicato, no entanto, gerou conflitos no interior da própria categoria, que explicitaremos no capítulo seguinte.

Capítulo 12. O imperfeito ao avesso: a emergência do Bom Senso Futebol Clube

O movimento Bom Senso F.C. será tomado como uma das formas de disputa da ação coletiva entre jogadores de futebol, um sujeito coletivo que nos ajudará a compreender os desafios e as possibilidades para a organização da categoria e para o sindicalismo de futebolistas. A reflexão sobre o Bom Senso F.C., tendo como pano de fundo sua relação com os sindicatos de futebolistas, enseja algumas questões que pretendemos abordar neste capítulo: i) que condições teriam possibilitado a constituição e a gênese dessa iniciativa? ii) Como definir essa iniciativa? A natureza de suas reivindicações – políticas e econômicas – e sua forma organizativa e estratégias políticas poderiam nos fazer pensá-lo como uma oposição sindical, como um movimento social ou como um grupo de interesses? Essas questões buscam nos fazer refletir sobre os limites e possibilidades dessa iniciativa, que aponta para um horizonte maior, delineando os desafios para ação coletiva e sindical entre jogadores de futebol.

Poderíamos pensar no Bom Senso F.C. como um movimento social do futebol brasileiro, já que não se restringe apenas a uma categoria profissional, muito embora também não se oponha a ela? Com efeito, a própria gênese do Bom Senso F.C. é consubstanciada no interior dela, o que possibilitará uma relação não muito simples com os demais atores políticos do futebol brasileiro. Essa análise sobre a caracterização do Bom Senso F.C., um movimento que reivindica espaço na discussão futebolística para outros atores, será desenvolvida ao longo deste capítulo.

12.1 As condições que possibilitaram o Bom Senso F.C.

A gênese do movimento Bom Senso F.C. ocorreu em 2013, ano marcado pela imensa onda de protestos nas cidades brasileiras, ocorridos no mês de junho, iniciados com a reivindicação contra o aumento da passagem de ônibus, que avançou a diversos terrenos, incluindo a esfera do futebol. O ano de 2013 era também a véspera da Copa do Mundo no Brasil e ano da realização da Copa das Confederações. Durante os jogos desse campeonato, diversos protestos ocorriam do lado de fora dos estádios,

questionando os grandes investimentos brasileiros realizados na competição, bem como as intervenções urbanas, tornadas cada vez mais excludentes, para a realização do megaevento.

As manifestações de 2013 atualizaram perspectivas sobre a relação entre futebol e política. Nesse caso, o futebol não aparece como uma esfera celebrativa de uma unidade e identidade nacional inventada, como habitual, ou mesmo como veio a ocorrer no ano seguinte com a realização da Copa do Mundo em si. De acordo com Damo (2014), a seleção brasileira de futebol – ou time da CBF, como denominado por ele – constitui-se como um “símbolo laico” da nação, apropriado voluntariamente e ativo na resistência a outras representações que existem sobre os seus adeptos. Outra de suas características é que ele seria laico não somente por representar um declínio do papel das crenças religiosas, mas por *representar* uma arena que o Estado, a política, não controlariam (como outros símbolos, como bandeira, moeda etc). Apesar de ser gerido por uma entidade privada, cujas práticas, poderíamos acrescentar, não se contradizem ao *modus operandi* do Estado, ela não é imaginada enquanto tal. Não à toa, nas manifestações de junho de 2013, muitas pessoas não só empunhavam a bandeira do Brasil, mas a camisa da seleção, mesmo quando portando junto um cartaz contra a corrupção, prática da qual a CBF é acusada há mais de duas décadas (YALLOP, 2005).

Com isso, salientamos a eficácia deste símbolo, que consegue permanecer a despeito de todas as denúncias que existem contra ele. O que se altera em 2013 é, entretanto, a percepção de que a esfera do Estado adentraria a laicidade do futebol. O Brasil deixaria da mera condição de competidor, na qual se sairia bem, para a de organizador. Condição esta cujo imaginário predominou de forma bastante negativa

nesta Copa – não é apenas a performance do time da CBF que interessa aos brasileiros, mas também o time de políticos que, à testa do Estado, incumbiram-se da realização da Copa em parceria com a FIFA. Ocorre que o Estado gastou muito e mal, pelo menos na avaliação do público, construindo estádios de viabilidade econômica duvidosa e, sobretudo, elitizados. Ao invés de um símbolo de inclusão, como o time da CBF, os estádios se tornaram um símbolo de exclusão, e por conta disso entraram no radar dos protestos. Como os protestos estavam no calendário dos jogos, passou-se da celebração da brasilidade aos insultos contra os chefes de governo, deslizando certas formas de protestos que são características dos estádios para as ruas ou, preferindo-se, deslocando-se para o espaço da política o entusiasmo e a excitação do futebol. Não se trata de despolitizar as manifestações de junho, mas de agregar alguns ingredientes importantes, com os quais muitas facetas daqueles protestos – como é o caso do fervor nacionalista – permaneceriam incógnitas ou seriam grosseiramente interpretadas (DAMO, 2014, p. 5).

Segundo o autor, dessa vez, a impressão de que o futebol deixava de ser a arena inclusiva para tornar-se mais um foco de exclusão, produzindo uma copa que seria uma “espetacularização de privilégios” (DAMO, 2014, p. 27). Isso, porque, mais do que financiar a Copa do Mundo no país, a sua realização representava simbolicamente o não financiamento de outras áreas tão importantes para a sociedade brasileira. Nessa esteira é que surgiram os cartazes reivindicando “educação padrão FIFA” ou “saúde padrão FIFA”, dizeres com o intuito de protestar contra os altos gastos *públicos* destinados à qualidade dos estádios e que não eram reproduzidos nas esferas dos direitos sociais dos cidadãos brasileiros.

Enfocando outros sujeitos, os protestos de junho de 2013 também fizeram com que a fronteira entre futebol e política fosse reconfigurada. A Copa do Mundo no Brasil afetou não somente os brasileiros removidos de suas casas, as famílias dos operários mortos nas obras, os espectadores frustrados que “não foram convidados para a festa”. O sedimento dessa competição no Brasil afetou igualmente os jogadores de futebol, que já no segundo semestre foram informados de que o calendário do ano subsequente não contemplaria um período de 30 dias de férias. Tal notícia se acentuava quando correlacionada ao calendário do futebol brasileiro que privilegiava muitos jogos aos grandes clubes, e poucos para os pequenos, conforme foi demonstrado nesta tese.

Tal como na experiência da Democracia Corinthiana, em que as movimentações em prol das eleições Diretas para presidente da República, bem como a ascensão do novo sindicalismo, incentivavam a politização das diversas esferas da vida, as manifestações de junho de 2013 incentivavam a participação dos jogadores. Apesar de, segundo Alex, não haver uma relação direta, “o momento é propício. Alguns jogadores podem ter se inspirado”³³¹. O processo foi fruto desse encadeamento de fatores: as manifestações de junho e o calendário de jogos – ambos perpassados e agravados pelas consequências da Copa do Mundo no país. Segundo Paulo André,

São dois fatores importantes. O primeiro é que realmente há uma necessidade de mudança, todo mundo cansado, irritado, machucado, prevendo um 2014 pior e um 2015 também. A segunda contribuição foram as manifestações de junho, que nos incentivaram e nos deram coragem para nos movimentarmos. Então, quem não acreditava, concluiu que era possível fazer. Quem nunca

³³¹ MARTINS, R. “Precisamos envolver os jovens atletas”. *Carta Capital*. 04. nov. 2013. Disponível em: <<http://t.co/xrQFyDeB2h>>. Acesso em: dez. 2013.

tinha visto uma ação assim, falou: “Pô, que legal fazer isso. É pelo bem do país, pelo bem do futebol, vamos nessa”³³².

Ou seja, as manifestações de junho de 2013 foram apenas o estopim para ascender às manifestações no futebol contra um processo que já se arrastava e se acentuaria no ano seguinte, já que a realização da Copa no país iria sufocar ainda mais o calendário. Por isso, apesar de vários temas serem contemplados na primeira reunião, não à toa, o que tomou mais visibilidade foi justamente a questão do calendário a demanda patente para os jogadores nas próximas temporadas. Nesse sentido, apesar de as manifestações de junho aparecerem como um fator subjetivo que contribuiu para que uma experiência como essa acontecesse e que adquirisse o caráter de manifestações públicas, a condição objetiva de uma exploração intensa dos jogadores de futebol, que participavam de mais partidas do que o seu corpo tinha condições ou muito além do que o recomendado fisiologicamente, foi o estopim de sua mobilização. A realização da Copa do Mundo acentuou esse cenário, demonstrando os imensos lucros que a CBF e a FIFA tiveram com a organização desse evento em nosso país, num contexto em que nenhuma fatia disso seria redistribuída aos jogadores. Ao contrário, eles se encontrariam ainda mais explorados. Mesmo que diretamente não jogassem o evento, o período de descanso de todos os jogadores foi reduzido para que o calendário brasileiro não interferisse negativamente na preparação e nos jogos.

O relato de um diretor do Bom Senso F.C. também demonstrou que as manifestações de junho de 2013 conferiram a disposição inicial em tomar a ação. Segundo ele, foi a partir das manifestações, das quais participou enquanto ativista de grupos sobre reforma política, que seu contato chegou até Paulo André. O jogador convidou-o para jantar, em conjunto com outros interlocutores e jogadores de futebol. Ele acreditava inicialmente que Paulo André estava interessado nas discussões sobre voto distrital, mas pelo teor de suas conversas foi notando que o jogador o questionava mais sobre o como fazer ação coletiva e como se manifestar. Ele então se manteve em contato com o jogador, sempre dialogando sobre o Bom Senso F.C., e em novembro de 2013 começou a participar organicamente das discussões e das ações.

A narrativa da participação desse jovem que não era jogador de futebol demonstra como as manifestações de junho de 2013 foram um dos elementos que

³³² MARTINS, M. As manifestações de junho nos deram coragem. *Carta Capital*. 04 nov. 2013. Disponível em: <<http://t.co/ZXm3nahdY9>>. Acesso em: dez. 2013.

despertaram a vontade de ações coletivas entre jogadores de futebol. Não foi o único elemento, mas, de alguma forma, contribuiu para que o grupo se formasse.

Se a relação com uma experiência política do contexto externo ao futebol marca semelhanças entre a Democracia Corinthiana e o Bom Senso F.C., há, todavia, diferenças significativas. Dentre elas, destacamos o fato de o Bom Senso F.C. buscar intencionalmente sua ampliação para diversos clubes, divisões e atores políticos do futebol, alcance esse que a Democracia Corinthiana não logrou (MARTINS, 2012). A organização do Bom Senso F.C. foi se ampliando, buscando os capitães de times da primeira divisão e depois das demais. A partir daí, Alex relata que criaram uma lista de e-mails com mais de 70 jogadores, e essa mobilização culminou com as reuniões com a CBF ao final do ano (NEVES, 2015).

A partir dessas condições conjunturais – os impactos da realização da Copa no país para os jogadores profissionais em atividade e o clima propício à ação política das manifestações de junho de 2013 –, surgiu o Bom Senso F.C. Sua gênese transversa entre falas do jogador do Coritiba Alex e conversas entre jogadores em finais de partida. Em agosto de 2013, Alex declarou para o *Lance!*: “A CBF era apenas uma sala de reuniões”, evidenciando que ela apenas cuidava da seleção, enquanto toda tarefa do calendário nacional de jogos era orquestrada pela emissora de TV, Rede Globo (NEVES, 2015). Segundo Alex, o Bom Senso F.C. surgiu de uma conversa durante a troca de camisas com o zagueiro Juan, que então fazia parte do Internacional, que

comentou que não estava suportando a brutal sequência de jogos. Falou que precisávamos nos juntar. Nisso, encostaram D’Alessandro e o Lincoln. No dia seguinte, pelo Twitter, o Paulo André, do Corinthians [em 2013], me mandou uma mensagem pedindo o meu telefone. Me ligou dizendo a mesma coisa. Depois de vencermos o São Paulo em casa, dei uma entrevista falando que não dava para comemorar nada, nem vitória, nem derrota, porque já tinha jogo na quarta-feira. O Seedorf, do Botafogo, disse o mesmo no Rio, assim como o Juninho Pernambucano, do Vasco. A coisa foi tomando corpo. O Paulo André analisou a tabela do Campeonato Brasileiro e marcou uma reunião entre nós em São Paulo, em setembro. Criamos um grupo do *Whatsapp* e arregimentamos mais gente representativa de outros clubes (depoimento de Alex, em NEVES, 2015, p. 204).

De acordo com Paulo André, o contato via Twitter ocorreu por intermédio de um terceiro, Rafael Antoniutti³³³.

Sempre reclamei dos problemas do futebol brasileiro no meu blog, no meu livro. Ao conversar com o Rafael, ele me falou: “Paulo, o Juan (zagueiro do internacional) comentou que falou com o Alex (meia do Coritiba) depois do

³³³ Rafael Antoniutti é assessor de comunicação de jogadores de futebol.

último jogo, e eles estavam reclamando do número de jogos. Tudo o que você falou, eles falaram”. Eu respondi: “Pois é, eu vi o Seedorf comentando, o Juninho Pernambucano. Faz o seguinte: me consegue o telefone do Alex”. Mas eu não tive paciência, acessei o Twitter dele e mandei uma DM (mensagem direta). O Alex me passou o telefone no ato. Liguei e falei: “Acho que está na hora. Ninguém aguenta mais o que está acontecendo”³³⁴.

Alex e Paulo André declararam que, após esse contato inicial, começaram a conversar com outros jogadores, formando um grupo de cerca de vinte jogadores, quando realizaram uma primeira reunião, em São Paulo, no escritório do Washington Olivetto. Aliás, o próprio nome Bom Senso F.C., de acordo com Alex, foi uma sugestão do publicitário (NEVES, 2015). Cabe aqui uma nota relacional. O publicitário também trabalhava no Corinthians à época da Democracia Corinthiana e foi responsável por cunhar o *slogan* e transformá-lo numa marca que nomeou as gestões e a experiência (MARTINS, 2012). Chama a atenção o envolvimento tangencial do publicitário com o futebol nessas experiências de contestação. Nessa reunião, os atletas discutiram as pautas que encampariam, como pré-temporada, férias, calendário e o *fair play* financeiro, que se tornou uma das principais reivindicações, já que envolvia não somente a responsabilidade fiscal dos clubes, mas o pagamento das dívidas trabalhistas, comuns no universo do futebol.

A primeira nota oficial do grupo, antes mesmo das reuniões, conclamava todos os profissionais do futebol a brigarem por “um esporte melhor”, em função do calendário apresentado para o ano de 2014. A nota trazia que:

Estamos convictos de que dar esse primeiro passo [reunião com a CBF] significa caminhar na direção do profissionalismo, da transparência e da busca pela excelência no futebol de alto rendimento praticado no Brasil. Contamos com o apoio de outros atletas e convidamos todos os profissionais do futebol e apaixonados pelo esporte a se unirem a nós nesta iniciativa em benefício do futebol brasileiro³³⁵.

Após esse manifesto, ao final do mesmo mês, aconteceu a primeira reunião do grupo, em que se definiram os cinco pontos pelos quais o grupo se organizaria: 1) Calendário do futebol nacional; 2) Férias dos atletas; 3) Período adequado de pré-temporada; 4) *Fair play* financeiro; 5) Participação nos conselhos técnicos das entidades que regem o futebol. Desses pontos, três articulam-se à exploração que os atletas têm de seu corpo (muitas partidas seguidas, sem direito ao descanso anual, sem direito a uma

³³⁴ MARTINS, M. As manifestações de junho nos deram coragem. *Carta Capital*. 04 nov. 2013. Disponível em: <<http://t.co/ZXm3nahdY9>> Acesso em: dez. 2013.

³³⁵ BOM SENSO F. C. Nota oficial. 24 set. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/bomsensofc/?fref=nf>> Acesso em: jan. 2014.

preparação adequada ao ano); dois deles articulam-se às reivindicações por um melhor “mercado de trabalho” para a categoria – o calendário anual para todos os times, não só os da primeira divisão, e o *fair play* financeiro, que obrigaria os clubes a ficar em dia com suas dívidas trabalhistas, pagar salários e demais direitos dos atletas – e o último relaciona-se à demanda por participação democrática no futebol. Afinal, se o futebol é um patrimônio público, o que justifica investimentos e que as autoridades brasileiras se responsabilizem pelo espetáculo esportivo, todos deveriam ter direitos à participação.

As demandas do Bom Senso F.C., nesse momento de fundação, não englobam questões além do mercado de trabalho dos jogadores profissionais *de homens* e a sua participação na produção da gestão e do controle deles. A motivação dessa ênfase muito clara e precisa foi justamente para não parecer que o movimento reivindicaria muita coisa – o que poderia enfraquecer seu poder de persuasão da opinião pública. Por isso, também não consubstancia as demandas do futebol de mulheres, que apesar de, por lei, ser obrigatoriamente profissionalizado, na realidade não é tratado como tal (SOUZA JÚNIOR, 2013). Essas demandas foram fruto de debates posteriores e de algumas disputas. Em um seminário realizado em conjunto com a FENAPAF, no final de 2013, Rogério Ceni representava o grupo. Ao ser questionado sobre a presença do futebol de mulheres nas reivindicações, alegara que esse não era o foco. No entanto, posteriormente, após a Copa do Mundo de 2014, algumas jogadoras começaram a se engajar nos debates, como Aline Pellegrino³³⁶.

Cabe ainda destacar que a presença de jogadoras orgânicas não é ainda uma realidade no Bom Senso F.C., e talvez não seja nunca. Aline Pellegrino e as demais jogadoras que reivindicam melhorias para o futebol de mulheres enxergam no Bom Senso F.C. um ponto de apoio, uma organização à qual se juntam em momentos de debate sobre o futebol brasileiro. Entretanto, reconhecem que a realidade do futebol de mulheres é muito distinta e deve ser tratada à parte, não como uma extensão, ou sob o signo da igualdade. Segundo elas, discussões que reivindicam tratamento igual ao futebol de mulheres acabam por não contribuir ao seu reconhecimento e deslegitimá-lo, já que ele seria caracterizado como um futebol masculino de segunda categoria. Nesse sentido, a demanda dessas jogadoras é pelo reconhecimento da especificidade do futebol

³³⁶ CASTRO, L. Entrevista exclusiva com Aline Pellegrino. *Blog Lance!* 23 fev. 2015. Disponível em: <<http://blogs.lance.com.br/futebolparameninas/2015/02/23/entrevista-exclusiva-com-aline-pellegrino/>>. Acesso em: nov. 2015.

de mulheres. Tais mulheres se engajam em lutas feministas outras também, como o “Guerreiras Project”³³⁷, que busca compreender a situação das mulheres nos diferentes espaços e seus desafios. Nesse sentido, como jogadoras engajadas em diversos espaços de reivindicação, aderiram ao Bom Senso F.C. como fazendo parte dessa rede de solidariedade³³⁸.

Em 2015, o Bom Senso F.C. registrou-se como uma OSCIP³³⁹, buscando ter um CNPJ e ser oficializado enquanto uma entidade sem fins lucrativos que se relaciona com o futebol. A impulsão desse registro também pode ser interpretada como uma resposta ao sindicato, que questionava a organização do ponto de vista legal, uma vez que “oficialmente” ela não existia.

A partir de outras críticas recebidas, de que o Bom Senso F.C. era um grupo formado por atletas milionários e, por isso, suas reivindicações não seriam legítimas, o grupo começa a convidar jogadores das divisões inferiores para compô-lo. Engajam-se, então, jogadores como Ruy Cabeção, Thiago Gasparino, denominados por eles como “boias-frias” da bola, para descrever a realidade vivida por eles e endossarem as demandas do Bom Senso F.C. Segundo um desses “boias-frias”, o contato com o Bom Senso F.C. deu-se por intermédio do advogado João Henrique Chiminazzo:

Na verdade eu conversei com o Dr. João Henrique Chiminazzo, quando passei por um clube e deu problema. Não recebi [salário] e ele era na época o advogado que representava o Bom Senso F.C., e aí me colocou em contato com Paulo André, que precisava de um representante do interior. Como tinha contatos com várias equipes e conhecia muitos atletas, ele me fez um convite para ser um dos líderes do interior. Aí nós começamos a conversar e os pontos que precisavam ser melhorados para as equipes do interior, principalmente o do calendário³⁴⁰.

³³⁷ Segundo o sítio eletrônico da organização, o “Guerreiras Project” foi um coletivo formado por pessoas engajadas na discussão de gênero a partir de um documentário sobre o futebol de mulheres, em 2012. Esse movimento propõe-se a “usar o futebol como ferramenta para revelar, analisar e combater preconceitos de gênero. Somos uma iniciativa internacional que promove justiça de gênero, e fazemos isso através da criação de espaços nos quais se pode entrar em diálogos, que por sua vez possibilitam o desenvolvimento de formas mais equitativas e sustentáveis de ser” (SOBRE nós. GUERREIRAS PROJECT. Disponível em: < <http://www.guerreirasproject.org/pt/about-us/>>. Acesso em: nov. 2015).

³³⁸ CASTRO, L. Entrevista exclusiva com Aline Pellegrino. *Blogs Lance!* 23 fev. 2015. Disponível em: <<http://blogs.lance.com.br/futebolparameninas/2015/02/23/entrevista-exclusiva-com-aline-pellegrino/>>. Acesso em: nov. 2015.

³³⁹ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é uma forma de organização chancelada pelo Ministério da Justiça, regulada pela lei nº 9.790 de 23 de março de 1999 (Lei do Terceiro Setor). As OSCIPS têm um regulamento especial sobre a transparência administrativa que as permite estabelecer parcerias com o setor público e receber financiamento de empresas privadas que pode ser debitado no Imposto de Renda.

³⁴⁰ Em entrevista concedida à autora em agosto de 2015.

Esse grupo que se formou começou a gestar uma rede de solidariedade e a compor algumas formas de pressão, desenvolvendo ação coletiva entre jogadores de futebol, algo que, desde a década de 1980, com a Democracia Corinthiana, havia declinado. O início desse grupo demonstrou como o entrecruzar de caminhos de jogadores que questionavam o universo do futebol guardando afinidades eletivas com as manifestações de junho de 2013 pôde gerar uma semente de um movimento social do futebol. A seguir, dedicaremos um olhar mais atento aos jogadores que contribuíram para esse processo.

12.2 Vozes do gramado

Paulo André, em 2013, era jogador do Sport Club Corinthians Paulista. Segundo ele, quando foi transferido para o clube não esperava obter muito sucesso profissional, mas realizar um sonho de seu pai, corinthiano fanático. A carreira do jogador já havia despontado no Brasil, no clube Atlético Paranaense, o que lhe havia possibilitado a transferência para a França. Em sua autobiografia, publicada em 2012, o jogador relata os desafios para tornar-se jogador profissional de futebol, os empecilhos para uma escolarização de qualidade desses jogadores, as enroscadas promovidas por empresários de jogadores de futebol mal-intencionados. O livro apresenta-se como revelador do bastidor do mundo do futebol, sobre o qual o jogador demonstra ter refletido bastante. Ao final do livro, ele aponta que os jogadores deveriam se organizar coletivamente (KREIN, 2012). O jogador também possuía um sítio eletrônico, no qual alimentava reflexões particulares sobre o universo do futebol e da política. Além disso, como já relatamos, por vezes ele buscou o sindicato, tentando articular ações com seus colegas jogadores dos grandes clubes de São Paulo.

Essa inquietude diante das circunstâncias do universo do futebol profissional e a vontade de transformar esse cenário fizeram com o que o jogador fosse um dos articuladores do Bom Senso F.C. A resposta das autoridades do futebol não tardou. No ano seguinte, o Corinthians recusou-se a renovar seu contrato e o jogador, que já não estava na sua melhor fase dentro do clube, foi transferido para um clube chinês – fato que poderia ser corriqueiramente interpretado como um bem remunerado “exílio”. Em 2015, o jogador voltou ao Brasil, mas dessa vez se pronunciando menos publicamente a

respeito do Bom Senso F.C., restringindo suas movimentações ao âmbito do Congresso Nacional, para a tentativa de aprovação da lei de responsabilidade fiscal do futebol.

Considerando que está nos anos finais de sua carreira, o jogador afirma que não tem mais o que perder e, por isso, não tem medo de se posicionar publicamente. Essa condição estável é o que lhe garantiria a possibilidade de manifestação. Essa visão do jogador demonstra uma das dificuldades que relataremos sobre a ação coletiva entre jogadores: como conciliar a militância política com a “concentração” e a “disciplina” do gramado? A voz erguida contra o poder hegemônico do futebol silenciaria a arte de jogar desses jogadores?

Outro jogador que possui destaque no movimento é Alex, que retornou ao Brasil em 2013, após uma temporada de sucesso no futebol turco. Sua carreira já havia atingido o auge e o anticlímax. Belas temporadas pelo Cruzeiro e uma disputa desastrosa nos Jogos Olímpicos, que por outras circunstâncias ainda o tiraram da lista de convocados da Copa de 2002. De lá em diante, Alex dedicou-se ao futebol turco, onde teve muito sucesso (NEVES, 2015).

Sua carreira também foi marcada por tentativa de compreensão do universo do futebol. Ele e a esposa por vezes se viram sendo enganados por agentes mal intencionados e em dúvida sobre os rumos da carreira do jogador, da qual sempre tomaram as rédeas (NEVES, 2015). A crítica ao universo do futebol expressava-se abertamente e a eloquência para fazê-la contribuía para que fosse reconhecido como uma voz dissonante importante. À medida que se envolveu com o Bom Senso F.C., sua carreira foi declinando e surgiam as acusações de que se preocupava demais com a política e pouco com os gramados (NEVES, 2015). Falas como essa vão aos poucos silenciando o jogador – senão na esfera da política, na esfera do gramado. O próprio jogador reconhece que diversos fatores poderiam ter contribuído para que seu desempenho em campo declinasse. O fato de imputarem à política esse declínio é uma tentativa de dizer – não só para o jogador, mas para todos os outros – que jogador não deve se envolver com política. Política e futebol seriam artes antitéticas. Pelo menos para os jogadores.

Nessas circunstâncias, o jogador encerrou sua carreira em 2014 e dedicou-se a partir de então ao Bom Senso F.C., do qual se tornou figura pública importante, e à carreira de comentarista esportivo do canal ESPN Brasil. Essa emissora possui uma linha editorial menos fechada e mais questionadora. Durante a Copa das Confederações,

a emissora, mais do que cobrir os jogos, fazia uma cobertura detalhada das manifestações que ocorriam na frente dos estádios, difundindo a opinião daqueles que não participavam do espetáculo. Além disso, seus jornalistas fazem críticas abertas à CBF e às federações. Nesse sentido, a participação de um jogador como Alex só contribuiria para a linha editorial da emissora. Para o Bom Senso F.C., a participação do jogador significaria uma porta aberta na mídia para veicular as opiniões do grupo³⁴¹. Não à toa, no dia 08 de dezembro de 2015, é Alex quem divulga os planos do Bom Senso F.C. de disputar a presidência da CBF.

Outros jogadores também participaram, como Dida e Juan. Não adentraremos a reflexão de como as suas vidas se entrelaçam com a atuação política, porque eles não foram as figuras públicas mais presentes do movimento. No entanto, tal como os dois anteriores, eles apresentam a característica de estarem próximos de encerrarem suas carreiras. Ressaltamos esse fato por dois motivos. Em primeiro lugar, a maturidade parece ser um elemento importante para que jogadores de futebol se engajem politicamente. E, em segundo lugar, o fato de já estarem ao final de carreira, ou seja, sem depender muito de clubes para se estabelecerem³⁴², daria condições de eles se arriscarem na vida política sem que os prejuízos sejam tão grandes.

Do ponto de vista dos jogadores dos pequenos clubes, alguns também tomaram a cena pública do Bom Senso F.C. Thiago Gasparino ganhou visibilidade na mídia a partir de seu relato feito à presidenta Dilma, segundo o qual seu filho de 9 anos havia estudado em 15 escolas diferentes. Com base nisso, o jogador questionava qual a dignidade de uma profissão que obriga sua família a passar por isso. Esse foi demarcado como o relato que sensibilizou a presidenta para a situação precária pela qual passa a maioria dos jogadores de futebol. A aproximação de Thiago Gasparino com o Bom Senso F.C. ocorreu também em função de sua personalidade, que é bastante questionadora. O jogador narra que em sua vida foram vários questionamentos realizados: a dirigentes sobre mudança de técnico, aos técnicos sobre acertos táticos que

³⁴¹ Essa proximidade do Bom Senso F.C. com a emissora ESPN revolta o dirigente de um sindicato de futebolistas. Segundo ele, em entrevista concedida à autora, a emissora é responsável por qualquer iniciativa do Bom Senso F.C. ser discutida publicamente – independentemente de ela ser ou não relevante. Na visão dele, isso significava um favorecimento ao movimento, que prejudicaria, por sua vez, a atuação dos sindicatos.

³⁴² Isso não significa que já tenham segurança e estabilidade financeira. Caso esse fosse um pré-requisito, dificilmente um jogador das categorias inferiores poderia participar, o que o Bom Senso F.C. demonstra ser possível, já que houve representantes desse segmento.

não funcionavam, sobre a distribuição dos prêmios entre jogadores, dentre outras situações.

Assim como no caso dos outros jogadores, sua aproximação com o Bom Senso F.C. ocorreu muito próximo ao encerramento de sua carreira. Aliás, a própria aproximação com a Universidade do Futebol, que se deu via movimento, possibilitou que ele construísse alternativas para sua reconversão. Nesse caso, participou de um curso de gestão e, a partir dele, foi convidado para gerir o clube Arapongas-PR, momento em que encerrou sua carreira de jogador.

Outro jogador de clubes pequenos que tomou visibilidade com o Bom Senso F.C. foi Ruy Cabeção, que na época era jogador do clube Operário-MT. Por vezes, ele relata ter ficado sem clube ou disputando divisões inferiores de campeonato, em estados onde o futebol é menos desenvolvido economicamente. Como os outros, a postura questionadora era uma marca de sua personalidade, o que fez com que ele fosse reconhecido em todos os clubes pelo qual passava:

Desde que subi, sempre participei dessas questões. Quando subi no América-MG, o pessoal mais velho já me levava junto para discutir premiação. Nunca aceitava o que os dirigentes ofereciam. Batia de frente. Sempre tive um pé atrás com os dirigentes daquela época, a respeito de salário atrasado. Quando joguei no Náutico, o clube tinha fama de não pagar os últimos três meses. Em junho, julho e agosto, recebi dois salários juntos. O que aconteceu? Não pagou outubro, novembro e dezembro. Avisei a todos que meu salário estava em dia. Falei pro presidente (Maurício Cardoso), com quem me dou bem até hoje: “Presidente, você me pagou, mas não jogo bola sozinho. Pague o resto da rapaziada”. Ainda tenho que escutar dirigente vagabundo falar que não sou de grupo. Não sou de grupo para direção. Sou para o jogador³⁴³.

Segundo Ruy Cabeção, sua aproximação com o Bom Senso F.C. deu-se pela sua experiência em diversos clubes, desde a série A até as séries B, C e D. Esse conhecimento acerca dos diferentes espaços do futebol brasileiro, combinado com o fato de deixar seus contatos públicos em suas redes sociais, propiciou que diversos jogadores o procurassem para relatar situações difíceis por que passavam. Esse fator fez com que ele se tornasse um “porta-voz” sobretudo dos jogadores mais precarizados. Sua ação, segundo ele, é de: “através dos contatos que tenho, tento ajudar naquilo que nos cabe.

³⁴³ ALLIATTI, A. Líder dos pobres, Ruy Cabeção detona cartolas brasileiros: “Ladrões”. Globoesporte.com. 22 ago. 2014. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2014/08/lider-dos-pobres-ruy-cabecao-detona-cartolas-brasileiros-ladroses.html>>. Acesso em: nov. 2015.

Minha identificação com esses atletas é importante. As pessoas me conhecem, sabem meu caráter”³⁴⁴.

Ruy Cabeção não hesitava em fazer críticas ao futebol e chegou a convocar os jogadores para greve geral por meio de seu perfil no Facebook. Depois de 15 anos como profissional se aproximou do Bom Senso F.C., num momento em que sua carreira já era gerida por ele próprio. Segundo ele, seus dois últimos anos de carreira foram agenciados por ele próprio, via redes sociais. Ele deixava seus contatos públicos e oferecia-se para clubes. No meio de 2015, também encerrou sua carreira de jogador, já com 37 anos. Segundo ele, o motivo não teria sido o cansaço físico, mas o esgotamento com os dirigentes do futebol brasileiro e com a falta de comprometimento das equipes em cumprir contrato e pagar salários³⁴⁵.

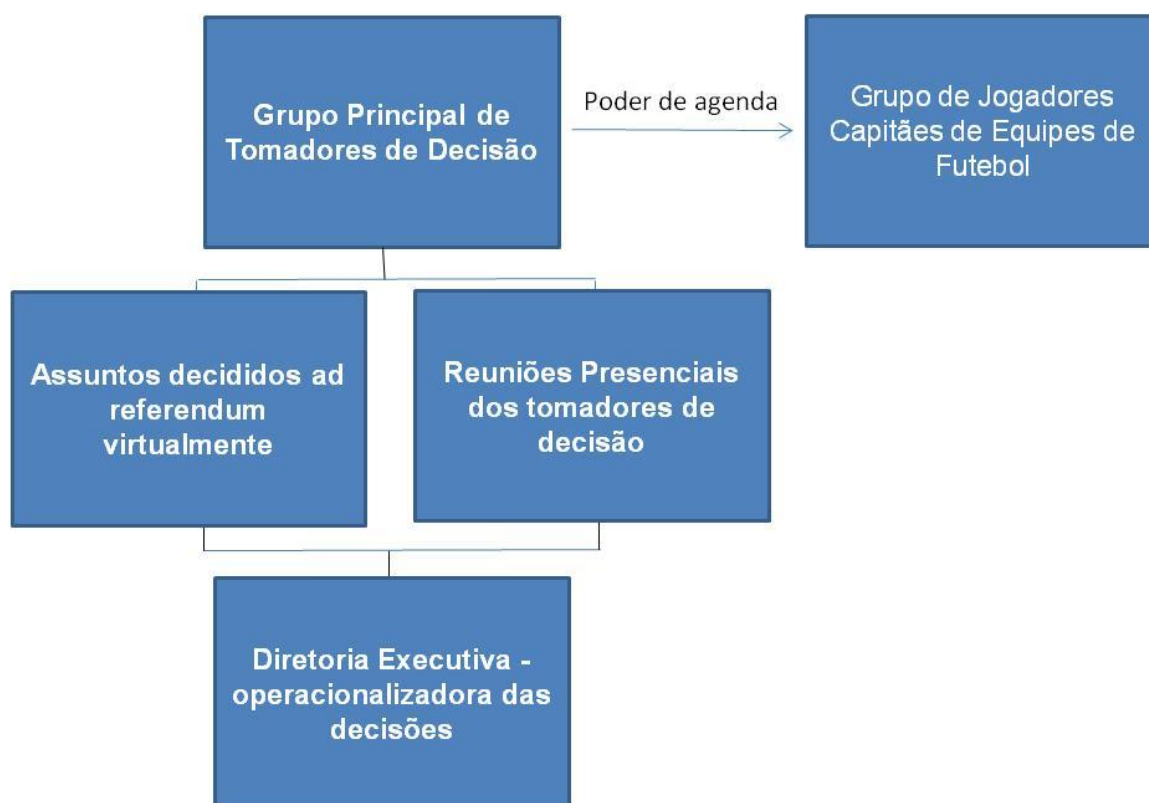
12.3 Bom Senso F.C. em seu modelo de organização: a descoberta da sociedade civil no futebol

O Bom Senso F.C. registrou-se em 2015 como uma OSCIP. Nesse sentido, possui um estatuto social e uma diretoria, algo necessário para se enquadrar nos códigos legais que regem esse modelo organizacional. Do ponto de vista prático, entretanto, o modelo de organização do Bom Senso F.C. é um pouco mais complexo, conforme demonstramos na figura 11.

³⁴⁴ ALLIATTI, A. Líder dos pobres, Ruy Cabeção detona cartolas brasileiros: “Ladrões”. Globoesporte.com. 22 ago. 2014. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2014/08/lider-dos-pobres-ruy-cabecao-detona-cartolas-brasileiros-ladroses.html>>. Acesso em: nov. 2015.

³⁴⁵ Ruy Cabeção anuncia aposentadoria: “O futebol está me fazendo mal”. Globoesporte.com. Cuiabá. 15 jun. 2015. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/mt/futebol/noticia/2015/06/ruy-cabecao-anuncia-aposentadoria-o-futebol-esta-me-fazendo-mal.html>>. Acesso em: nov. 2015.

Figura 11. Tomada de decisão no Bom Senso F.C.



Fonte: Elaboração própria

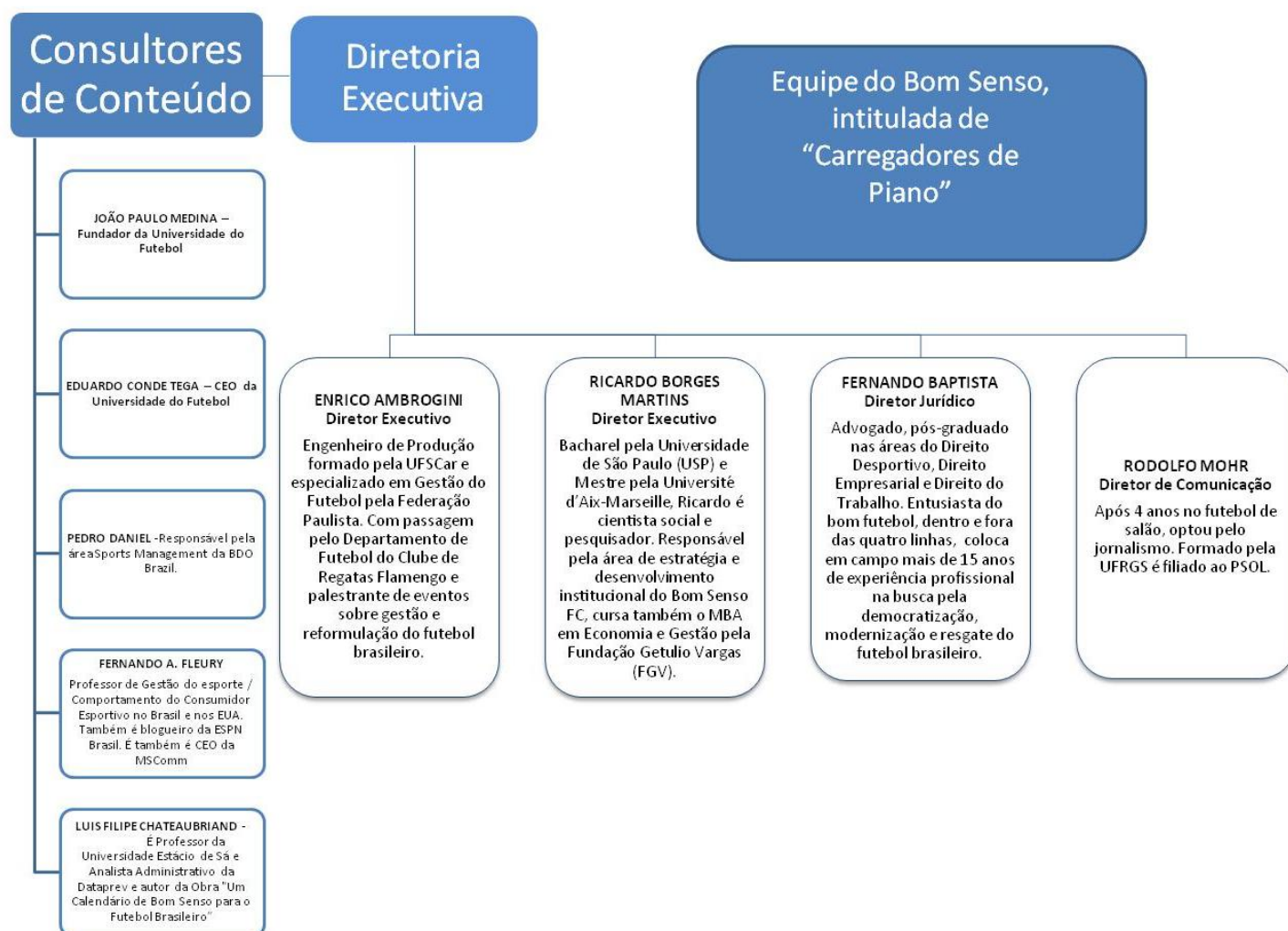
O Bom Senso F.C. é constituído por um grupo de “tomadores de decisão” de aproximadamente 30 pessoas que participam organicamente das decisões tomadas. A forma de decisão é via *ad referendum*. Algum membro posta uma ideia, uma proposta, e os outros integrantes vão referendando. Caso haja discordância, o membro apresenta o motivo e uma nova proposta é discutida. Um membro da diretoria relatou-nos que até 2016 nenhuma decisão foi tomada sem que houvesse o referendo de todos os integrantes.

A forma de decisão é feita via Whatsapp ou, quando o assunto é mais denso, por *e-mail*. As reuniões presenciais também ocorrem. Contudo, em função da dinâmica do futebol, a dificuldade com o deslocamento e a falta de tempo, elas não são a única via e, por meio das tecnologias da informação, é possível envolver mais pessoas no processo de tomada de decisão. O membro da diretoria entrevistado relatou-nos também que achava pouco provável que um movimento como o Bom Senso F.C. fosse se concretizar no futebol sem essas tecnologias.

Do ponto de vista de seus integrantes, para fazer parte do Bom Senso F.C. basta tomar contato com a rede, ser um sujeito participante do mundo do futebol e integrar-se às discussões. Segundo o movimento, a divisão em distintos grupos tem a ver com a disponibilidade e o grau de adesão ao movimento. Há um núcleo mais orgânico, que toma as decisões e que as difunde para uma rede de contatos, construída de forma pessoal. Em tese, as pessoas tornam-se lideranças na medida em que se integram organicamente ao grupo. A cooptação de pessoas da base vem a partir da rede de contatos, promovida pelos próprios jogadores ou por profissionais envolvidos no futebol. A participação em cursos, reuniões e debates faz parte do processo de tornar-se uma liderança do movimento.

Seus integrantes são relacionados ao futebol e não são apenas jogadores. São profissionais da área, empresários que investem ou querem investir no futebol, agentes de atletas, técnicos, profissionais da mídia. Um olhar à “equipe” do Bom Senso F.C., autointitulada “carregadores de piano”, demonstra essa relação que existe com os demais profissionais da área, na condição tanto de diretores executivos, como de “consultores de conteúdo”, conforme demonstra a figura a seguir.

Figura 12. Equipe do Bom Senso F.C.



Fonte: BOM SENSO F.C. Disponível em: <<http://www.bomsensofc.org.br/equipe/>> Acesso Nov. 2015

Essas pessoas juntam-se na expectativa de promover mudanças estruturais no futebol brasileiro, que dizem respeito à forma organizativa dele, nas federações, confederações e clubes, mas também na gestão do negócio futebol, para torná-lo mais organizado, rentável e com melhores condições de emprego. Essas mudanças já passaram pelo calendário, como pelo *fair play* financeiro, e atualmente enfrentam a disputa de poder na CBF.

Nesse sentido, empresários, jogadores e profissionais são compreendidos como parceiros sociais no empreendimento de mudanças na esfera esportiva. Para além de uma forma sindical, colaborativa, o Bom Senso F.C. visa ser uma *organização* de um movimento social do futebol brasileiro (DIANI, 1992). Configura-se atualmente como o início de um movimento social do futebol brasileiro, mais precisamente. Ele seria uma

das principais organizações, entretanto, que não dispensa a presença de outros parceiros e organizações que lutam por mudanças no esporte como um todo, e no futebol em específico. O exemplo do diálogo com as “Guerreiras Project”, ou mesmo com a ONG “Atletas pelo Brasil”, demonstra a relação que ele estabelece com outros setores.

Compreendemos como movimento social uma rede de solidariedade constituída por organizações e pessoas que se identificam com uma identidade coletiva, calcada em ideias e estratégias de ação (DIANI, 1992). Essas ideias e estratégias de ação ocorrem no formato movimento social e não outro, uma vez que seus componentes não têm acesso a outras vias de poder (CHAZEL, 1999). Nesse caso, a ação contenciosa, conflituosa e coletiva é um dos únicos meios de influenciar a opinião pública e os agentes legisladores e reguladores. A partir da ação coletiva é que conseguem poder influenciador, de modo que seus agentes se engajam no processo por ter consciência disso.

Compreendendo o movimento social como uma abstração analítica, uma vez que na realidade não é possível visualizar seus contornos, buscamos compreender o que unifica pessoas e organizações. Para tanto, atentamo-nos a uma rede de solidariedade que é construída a partir de relações sociais de identificação coletiva e de afetividade (MELUCCI, 2001). Nesse sentido, o papel das lideranças em cooptar novos membros ou dialogar com outras organizações é fundamental. O Bom Senso F.C. não despreza essa constatação, tanto que não se diz fechado ao diálogo com nenhuma organização. Nos primórdios do movimento, em 2013, ensaiou uma aproximação com o SAPESP e a FENAPAF, que não se concretizou por divergência de ideias e pelo fato de a entidade não aceitar ter um papel secundário nas negociações com o governo de Dilma Rousseff. Ao serem questionados sobre um possível diálogo com as torcidas organizadas, integrantes do Bom Senso afirmam que consideram algo importante. Argumentam que se tornar um parceiro depende de muitos outros fatores, mas sempre estiveram abertos ao diálogo, embora não tenham priorizado as procurarem. Segundo um de seus integrantes, logo no início do Bom Senso F.C., houve uma aproximação com a torcida Gaviões da Fiel:

Eu fui fazer duas apresentações na Gaviões [da Fiel] antes da invasão ao CT do Corinthians. Falamos nos sindicatos de torcida. Tem gente legal na torcida. Não se pode impedir que as pessoas que se reúnam em prol de alguma coisa. Mas deve haver fiscalização e deve haver ordem e quando não tem fiscalização, elas podem tornar-se núcleos de bandidagem, núcleo de drogas. Como não há fiscalização, porque todo mundo tem medo de botar a

mão, fica essa bagunça generalizada. (...) [Depois] desistimos. A torcida é muito vulnerável³⁴⁶.

Essa visão das torcidas organizadas acabou por distanciá-los dessas organizações, visão essa que se dá não somente pelo que a mídia veicula sobre elas, mas pelo fato de seus integrantes muitas vezes ameaçarem fisicamente jogadores. Na entrevista com o diretor executivo do Bom Senso F.C., ele também afirmou que a aproximação com elas não havia sido prioridade³⁴⁷. Em nossa visão, as torcidas poderiam ser um aliado potencial dos jogadores, já que tanto jogadores quanto torcedores são segmentos inferiorizados na tomada de decisões do futebol, muitas vezes localizados em situação de dominação pela estrutura futebolística e legal que regulamenta o espetáculo (REIS; LOPES; MARTINS, 2014).

Além disso, enquanto organização de movimento social, o Bom Senso F.C. também buscou parcerias com instituições privadas para promover suas ideias. Um exemplo é com a mídia esportiva *Lance!*, que ocorrerá a partir do ano de 2016. Além disso, tem como parceiros a Universidade do Futebol e uma marca de camisetas, a partir da qual lançará uma linha de vestuário do movimento. Interessante é que, nessa dinâmica espetacularizada do futebol, promover suas ideias também é promover sua marca (KLEIN, 2006). E tal como a ilusão da marca das mercadorias, no caso da política, as ideias são flutuantes, mutáveis, dinâmicas, descartáveis. Mas a marca é fixa (FONTENELLE, 2006)!

³⁴⁶ Em entrevista à autora, em 2015.

³⁴⁷ Aconteceram duas aproximações do Bom Senso F.C. com as torcidas organizadas do final de 2015 ao ano de 2016. A primeira delas ocorreu no ato OcupaCBF, que contou com a participação de torcedores organizados do Rio de Janeiro. No entanto, é importante salientar que essa aproximação não foi feita via Bom Senso F.C., mas por uma apoiadora signatária do chamado do ato público. Naquela manifestação, o discurso desses torcedores era motivado por uma pauta diferente do movimento contra a CBF: “Somos contra a modernização dos estádios, que tirou espaço dos mais pobres. Queremos um setor popular. Achemos o movimento legítimo. Mas tivemos só um rápido contato com eles (os organizadores) e viemos. Ainda vamos conversar para nos articularmos mais — disse Luís Cláudio do Carmo, o Claudinho, presidente da Associação Nacional de Torcidas Organizadas” (MASUR, C. R. Movimento divulga manifesto por eleições democráticas na CBF. *OGLOBO*. 16 dez. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/esportes/movimento-divulga-manifesto-por-eleicoes-democraticas-na-cbf-18302443#ixzz3rBBY04z>>. Acesso em: jan. 2016). Outra aproximação deu-se em fevereiro de 2016, motivada pelas faixas estendidas pela Gaviões da Fiel nos estádios contra a CBF, a Rede Globo, os altos preços dos ingressos e o deputado do PSDB-SP Fernando Capez, um opositor das torcidas organizadas, que foi denunciado por corrupção. O início dos protestos da torcida começou após ela ser punida por levar sinalizadores ao estádio no final da Copa São Paulo de Futebol Junior. Em um primeiro momento, suas ações concentravam-se na porta da Federação Paulista. Em um segundo momento, começaram a levar faixas para os estádios. A ação da Polícia Militar, inicialmente, foi de impedir tal manifestação. Essa ação que gerou uma campanha de solidariedade à Gaviões, por democracia nos estádios (MARQUES, D. Faixa contra a Globo gera tumulto entre Gaviões e PM na Arena Corinthians. *UOLesporte*, São Paulo, 11 fev. 2016. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/futebol/campeonatos/paulista/ultimas-noticias/2016/02/11/faixa-contra-a-globo-gera-tumulto-entre-gavioes-e-pm-na-arena-corinthians.htm>>. Acesso em: fev. 2016).

Como meios que utilizam para alcançar seus fins, como detalharemos mais adiante, estão a mobilização da opinião pública, a construção de propostas e tentativa de influência com os tomadores de decisão do futebol, seja a CBF ou o governo federal, como também a disputa de poder nas entidades organizativas do futebol.

Por fim, cabe destacar dois aspectos importantes sobre a natureza organizativa do Bom Senso F.C. Em primeiro lugar, o fato de ser uma associação com caráter de OSCIP não é contraditório com a sua natureza de movimento social, uma vez que não há uma fórmula organizativa única dos movimentos. Sua organização é histórica e contextual. A pressão empreendida pelo sindicato a partir do questionamento “mas quem formalmente é o Bom Senso F.C.?” impulsionou seus membros a buscar uma forma legalizada de ação. Isso foi comum entre os representantes da sociedade civil no Brasil. Se na década de 1980 sua forma histórica se enquadrava naquilo que chamamos movimentos sociais, a partir da década de 1990 proliferaram-se as ONGs e os conselhos e espaços participativos vinculados ao Estado (LAVALLE, 2003).

Em segundo lugar, é necessário que destaquemos o protagonismo dos jogadores de futebol no processo. Apesar de o Bom Senso F.C. não se reivindicar enquanto uma organização sindical, ele empreende ações de cunho sindical também. Apoiar lutas salariais e contra a exploração do trabalho, constituiu sua rede de solidariedade entre sujeitos trabalhadores do futebol, sendo esse um de seus canais específicos de ação. Ao apontarmos esse caráter também sindical em sua ação, estamos pensando que o sindicalismo também não é dotado de exclusividade em sua forma organizacional. Como ressaltou Gramsci, o fenômeno do sindicalismo também é histórico e depende das relações de classe e de força de determinado tempo (HYMAN, 1979). Além disso, o sindicalismo atual aponta como uma das saídas da crise a sua extensão para a sociedade civil (HYMAN, 2001), processo que não ocorre sem contradições e críticas. Esse processo de expansão da ação para a sociedade civil foi uma resposta à crise de legitimidade dos sindicatos empreendida entre 1990 e os anos 2000, que teve como consequência o declínio das ações negociadoras. Por isso, a sociedade civil ganhou relevância. Em função da diminuição da capacidade de mobilizar as formas tradicionais de pressão econômica e política, a sociedade civil surgiu como meio alternativo para exercer influência e mobilizar, senão na ação coletiva, ao menos na opinião pública, tornando-se uma arena de envolvimento dos sindicatos também (HYMAN, 2001).

Segundo Hyman (2001), os próprios sindicatos surgiram como movimentos sociais que desafiavam os princípios constituidores da ordem capitalista e exerciam influência sobre as condições de trabalho e de existência social. Entretanto, foram se tornando, ao longo do tempo, instituições sociais, burocratizadas. A perda de influência, no entanto, fez com que eles precisassem buscar influências em outras esferas. Uma das consequências dessa extensão dos sindicatos para a sociedade civil, compreendendo outras instituições enquanto parceiros sociais, é que na geometria do sindicalismo eles se deslocam para o vértice da sociedade, da integração, distanciando-se do vértice classista, processo esse que depende do contexto também (HYMAN, 2001). Em contextos pouco favoráveis à negociação, a lógica classista pode aparecer mais centralmente do que naqueles em que a base econômica favorável possibilita que o diálogo com o mercado seja um regulador plausível.

Esse entreolhar para as formas do sindicalismo ajuda-nos a compreender como a dinâmica de forças no futebol permite que os jogadores busquem forma de ação não classistas ou únicas da categoria. Em primeiro lugar, podemos destacar o fato de já existir um sindicato, que pouco representa os interesses desses jogadores e que é pouco permeável a que suas ideias sejam debatidas. Em segundo lugar, o fato de o futebol ser um meio bastante hermético e fechado para mudanças faz com que alguns de seus agentes de mercado também se interessem pelo engajamento para transformações. A estrutura de gestão pouco profissional obriga algumas empresas a buscarem em redes outros interlocutores que não “os donos do poder” para tentar transformá-las. Por isso, os sentidos das transformações não serão classistas ou simplesmente democráticos.

Sobre isso, uma das lideranças do Bom Senso F.C. afirmou que os interesses que defendem são em direção a um mercado melhor do futebol, que passa, inevitavelmente, por alterar sua estrutura de poder. Um mercado melhor possibilitaria direitos e emprego mais estável para os atletas, já que a gestão seria mais responsável e mais atrativa para patrocínio e investimento. Se em algum momento a lógica privada de mercado atrapalhar o ambiente democrático defendido, segundo eles, as lutas do Bom Senso F.C. serão outras. Mas, na visão dele, essa realidade ainda se encontraria muito distante.

12.4 Campos de conflitos e dissonâncias entre o Bom Senso F.C. e os sindicatos de futebolistas

A relação do Bom Senso F.C. com o SAPESP e a FENAPAF não se iniciou tranquilamente, uma vez que, como demonstramos anteriormente, um dos agentes envolvidos na criação do movimento já havia tentado se aproximar e se frustrado: Paulo André, inclusive se tornando sujeito de uma briga com a entidade, no episódio do plano de previdência. Apesar de o distanciamento já se impor, o fato de suas demandas muitas vezes se tangenciarem os colocou em diálogos em alguns momentos. Diálogo esse às vezes conflituoso, às vezes mais harmônico.

Um dos primeiros episódios de rugas entre essas duas organizações ocorreu durante a negociação do calendário de 2014. A FENAPAF encerrou as negociações em uma proposta de período de férias que não contemplava os atletas do Bom Senso F.C., o que os fez soltar uma nota não reconhecendo a legitimidade da entidade na condução da negociação coletiva dos jogadores.

em nota oficial datada de 19/09/2013, a própria FENAPAF afirmou que teria encerrado as negociações sobre as férias dos atletas, em atitude absolutamente descompassada com os interesses dos jogadores que, inclusive, levaram à própria criação do Bom Senso FC. Por isso, não há razão para agora reconhecer legitimidade da FENAPAF em retornar à mesa de negociações³⁴⁸.

Essa posição sobre a FENAPAF faz o Bom Senso F.C. compreender-se nesse momento como o interlocutor legítimo dos interesses dos atletas, disputando a representatividade com as entidades sindicais. Esse início de atuação do movimento, que era mais voltado a uma pauta sindical, uma vez que discutiam as formas de controle e gestão do trabalho inscritas no universo do futebol, fez com que ele se confundisse com um coletivo sindical. Essa posição, no entanto, é por vezes amenizada. Um dos exemplos que faz com que o Bom Senso F.C. se reafirme como “não sindical” é quando este soltou uma nota de solidariedade aos atletas do Náutico, que estavam sem receber seus salários em dia. Tal nota foi rapidamente respondida pela FENAPAF, que afirmava que o movimento não teria relação nenhuma com a história. O Bom Senso F.C.

³⁴⁸ Bom Senso FC | Comunicado Oficial sobre reunião na CBF. 22 out. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/bomsensofc/?fref=ts>> Acesso em: nov. 2015.

reafirmou sua posição de não tomar o lugar da entidade sindical, apenas se solidarizar com os atletas.

Cabe ressaltar que essa primeira pauta dos atletas do Bom Senso F.C., relacionada às férias dos jogadores, fez emergir como uma questão estrutural o calendário do futebol brasileiro. O Bom Senso F.C. elaborou um dossiê sobre o calendário brasileiro, apresentando três propostas de alteração³⁴⁹. Nessas circunstâncias, a FENAPAF também voltou sua atenção a tal aspecto, ainda que, por outros discursos e de forma menos estrutural, sobretudo a partir do SAPESP, já trouxesse demandas que se relacionariam a essa, como a questão das férias, da pré-temporada e dos intervalos entre os jogos. A grande mudança empreendida a partir da discussão do Bom Senso F.C. foi a operação de um deslocamento do foco. Se antes as discussões do SAPESP sobre o calendário enfocavam aspectos pontuais, o Bom Senso F.C. começa a tratá-lo como uma reflexão sobre o futebol brasileiro, com ênfase na responsabilidade fiscal e trabalhista dos clubes e das suas formas de regulação. Nesse sentido, o Bom Senso F.C. inaugurou um campo de tensão e de gravitação de uma conflitualidade, deslocada do pontual para o estrutural.

Por isso, quando o Bom Senso F.C., em 2013, se inseriu nessa discussão sobre o calendário e as mudanças no futebol brasileiro, a primeira reação da FENAPAF foi a de ressaltar que as demandas propostas pelo movimento já haviam sido atendidas. Para tanto, a FENAPAF elaborou uma nota respondendo a todas as demandas elencadas no dossiê elaborado pelo movimento. A seguir, sintetizamos o quadro com as demandas do movimento e a resposta da entidade.

³⁴⁹ Esse dossiê, embora pondere a necessidade de um calendário que dure o ano todo para os clubes de médio e pequeno porte, não o destrincha nesses termos (BOM SENSO F.C. Dossiê do futebol brasileiro. set. 2013).

Quadro 7. Propostas do Bom Senso F.C. e a resposta da FENAPAF

Reivindicação	Posição Bom Senso F.C.	Resposta da FENAPAF
Férias	Além da Lei Pelé e da CLT, “Além da garantia legal, há ainda, a garantia constitucional da integridade física e respeito a saúde de todo trabalhador, nesse caso, o atleta profissional. E por fim, deve ser observado o bom senso em prol de um futebol melhor, não havendo justificativa para que o atleta não goze dos 30 dias ininterruptos de férias a que tem direito”.	“A Lei Pelé determina 30 dias de férias após o término do ano esportivo. As férias estão sendo cumpridas todos os anos. Nesse ponto, a FENAPAF não vê o porquê da reivindicação”.
Pré-temporada	“O curto período de preparação não possibilita, entre outros quesitos, corrigir determinados desequilíbrios funcionais e neuromusculares dos jogadores, acumulados em temporadas anteriores ou advindos do próprio período de férias. O quadro comparativo entre os calendários europeu e brasileiro apresentado abaixo é também esclarecedor, quando observadas as diferenças de dias entre o último jogo da temporada anterior e o primeiro jogo da próxima temporada. Esta realidade deixa evidente que, em um ambiente onde as exigências de performance são enormes, é praticamente impossível manter-se altos níveis de rendimento (dos atletas e das equipes brasileiras) durante toda a temporada. A longo prazo os prejuízos acumulados são igualmente nefastos, afetando também o nível dos jogos, tornando-os menos atraentes, com jogadores mais cansados, e claro, carreiras atléticas de alto nível competitivo encurtadas”.	“Ficou estabelecida a pré-temporada de um mês a partir de 2015, quando não haverá jogos em janeiro. Essa definição foi acertada na última semana em reunião na CBF com a FERJ, Rede Globo, clubes e atletas presentes. Não há o que reivindicar se o assunto já está resolvido ”.
Fair Play Financeiro	“Nos últimos 5 anos, apesar do crescimento das receitas dos principais clubes brasileiros, suas dívidas aumentaram em 90%. Além disso, o não pagamento do salário e do direito de imagem dos atletas cujo contrato está chegando ao fim se tornou prática comum em todo o país. Este alto índice de inadimplência e de endividamento está levando os clubes não só a uma situação de risco e enormes dificuldades de gestão, como também afasta empresas e os patrocinadores do futebol. O <i>fair play</i> financeiro é um sistema de controle das finanças que obriga os clubes a gastarem apenas o que arrecadam. O objetivo é simples e visa garantir a sustentabilidade da instituição esportiva e o desenvolvimento saudável do mercado. E o mercado, por sua vez, para “jogar limpo”, tratará de regular e provavelmente reduzir o salário dos atletas para se adequar às novas regras como o pagamento em dia dos salários dos atletas e funcionários, impostos, serviços e todas as outras obrigações”.	“Ponto importante e que ao longo desses últimos anos a FENAPAF tentou criá-lo através da Lei Pelé. Infelizmente não houve êxito. Esse modelo existe na Europa, mas não foi implantado no Brasil. O mais próximo que se conseguiu foi o acordo feito pelo SAPESP que, através de acordo com a Federação Paulista, colocou no regulamento a perda de pontos para quem não cumprisse as obrigações salariais com os atletas. Esse grupo terá dois caminhos a seguir para chegar nesse ponto, através de lei, como foi proposto, ou, através do regulamento das competições feito pela própria CBF ”.
Participação no conselho técnico	“O Bom Senso F.C. solicita à Confederação Brasileira de Futebol que os atletas, treinadores e executivos façam parte do Conselho Técnico das competições e entidades. Como profissionais que atuam no ramo, é necessário que o Conselho Técnico tenha uma atuação democrática e transparente, contando com representantes que dominem aspectos políticos, técnicos e práticos cujo objetivo seja orientar e executar de forma sustentável o desenvolvimento do futebol no país”.	“De extrema importância. A Federação e os Sindicatos sempre reivindicaram a participação ativa dos atletas, mas a distância dos representantes dos atletas nos clubes sempre foi mantida, numa demonstração clara de falta de interesse de se permitir uma participação mais efetiva das entidades representativas”.
Calendário	“A maioria dos clubes do país joga em média apenas 17 partidas por ano. Cerca de 16 mil atletas ficam desempregados ao final dos estaduais por falta de um calendário mais democrático e inclusivo. Em contrapartida, os times da elite podem jogar até 85 jogos em uma mesma temporada. Este desequilíbrio traz inúmeros malefícios ao futebol brasileiro, como por exemplo a dificuldade dos clubes de menor expressão se estruturarem, se desenvolverem e se tornarem economicamente auto suficientes. Na outra ponta, o calendário faz com que os grandes clubes do país sofram com o alto índice de lesões de seus atletas e com a ausência de seus principais jogadores durante as datas FIFA. Esta confusão tem atrapalhado o aprimoramento técnico, tático e físico do futebol praticado no Brasil e, por este motivo, é necessário desenvolver um novo calendário para garantir um futebol de melhor qualidade para os grandes e de maior sustentabilidade para os pequenos”.	“Em reunião recente com a Rede Globo e os clubes, foi discutida a necessidade de se jogar menos. O argumento é que os clubes têm que jogar para obter receita. O Brasileiro e a Libertadores são obrigatórios, não há como se negar a jogar. A Copa do Brasil e a Sul-Americana são opcionais, ficando a critério dos clubes participarem ou não. Na reunião citada, a Federação ponderou exatamente isso, que os clubes deveriam decidir se querem jogar mais, receber mais ou tudo isso e render menos no campo devido ao cansaço impostos aos jogadores. Neste caso, os próprios jogadores terão de convencer seus clubes a não estarem em todas as competições, assim diminuiriam as datas de jogos ”.

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com as posições oficiais do Bom Senso F.C. e da FENAPAF, disponíveis nos sítios: <<http://www.bomsensofc.org/#propostas>> <http://estatico.globoesporte.globo.com/2013/10/07/dossie_do_futebol_brasileiro.pdf> <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=2766>> Acesso em: an. 2015.

Esse quadro chama a atenção para dois aspectos. Em primeiro lugar, devemos destacar que as ponderações do sindicato de que já vinha tratando de tais demandas não eram infundadas. Em 1996, O SAPESP preparou um documento à FPF solicitando alterações nos campeonatos da 2ª e 3ª divisão. O pedido era que, em vez de durarem quatro meses, fossem prolongados para o ano todo. O intuito era manter os jogadores por mais tempo empregados. Tal perspectiva foi reforçada em 2003, em uma reunião da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara, quando o SAPESP participou de uma audiência pública sobre o calendário do futebol brasileiro. A posição deste, contrapondo-se à CBF, que só estava preocupada com a primeira divisão, foi a da valorização dos campeonatos regionais e estaduais de futebol para “fazer com que os atletas tenham atividade, pelo menos, por 10 meses ao ano”, medida esta que contribuiria para o cumprimento do Estatuto de Defesa do Torcedor, em seu Artigo 8º³⁵⁰. Segundo Martorelli, a discussão sobre calendário não podia ficar restrita à primeira divisão, “quando existem mais de 800 clubes no país”³⁵¹. O calendário foi lembrado quando abordada a questão do desemprego no mercado do futebol, que chegaria a 30% dos jogadores brasileiros. Segundo Martorelli, “esse calendário privilegia uma pequena parcela de times. Não adianta focar somente 40 clubes. E o resto? Desse jeito é melhor acabar de vez com eles”³⁵². Ressaltamos esses episódios para demonstrar que, apesar de essa demanda não ser nova, ela esteve, sobretudo, presente no discurso do SAPESP. Como demonstramos anteriormente, ela não esteve entre as suas ações políticas – não de forma estrutural, ao menos.

Em segundo lugar, o que não fazia parte de demandas que o SAPESP e o que a FENAPAF classificava como uma demanda já atendida ou pautada representavam

³⁵⁰ “Art. 8º: As competições de atletas profissionais de que participem entidades integrantes da organização desportiva do país deverão ser promovidas de acordo com calendário anual de eventos oficiais que: I - garanta às entidades de prática desportiva participação em competições durante pelo menos dez meses do ano;” Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003.

³⁵¹ ASSUMPÇÃO, Regina Celi. Atletas querem valorizar campeonatos regionais. Agência Câmara Reportagem, Brasília, 11 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.sindicatodeatletas.com.br/?pg=noticias&id=790>>. Acesso em: jan. 2015.

³⁵² DESEMPREGO no Brasil. Futebol Total, 30 mai. 2005. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=784>>. Acesso em: jan. 2015.

reivindicações inatingíveis. Esse argumento da esfera de ação possível limita o espectro de atuação e de reivindicação dos jogadores ao que é ideologicamente considerado racional por aqueles que detêm os controles inscritos na produção e na gestão das regras do futebol. Por essa razão, ao final de 2013, a FENAPAF aceitou a proposta da CBF de não aumentar as férias, mas de reduzir o número máximo de jogos por atleta ao ano, proposta cuja aceitação foi justificada a partir de:

Para se chegar a um calendário ideal os clubes deveriam participar de menos competições, porém argumentam grande dificuldade quanto a isso por representar uma perda considerável de receita. Desde o começo se pretendia diminuir as datas dos campeonatos estaduais questão que éramos contra. No final a proposta mais bem aceita foi a da FENAPAF em que limita a participação dos atletas e o clube joga o número de partidas que entender que seja suficiente para viabilizar sua situação financeira. (...) Desta forma garante-se os 30 dias corridos de férias e 30 dias de pré-temporada. Assim teremos mais empregos para os atletas e sua condição de saúde fica preservada³⁵³.

Apesar dessas divergências, o Bom Senso F.C. ainda buscou duas outras tentativas de aproximação com o SAPESP e a FENAPAF, no final de 2013 e no início de 2014. Ambas, por distintos motivos, não vingaram. Por parte dos participantes do Bom Senso F.C., a relação com o SAPESP já não era boa antes mesmo de o movimento existir. Paulo André já havia destacado sua posição sobre o sindicato, informando que eles seriam “engessados”. Outro integrante do movimento havia tido pouco contato, apenas quando jogara no estado de São Paulo, onde vivenciou atrasos salariais. Sua posição sobre a entidade é de decepção. Em suas palavras:

eu fiquei muito decepcionado principalmente por parte de atletas de times pequenos e divisões menores. O sindicato é pra defender os atletas, nós mandamos no sindicato, porque sem nós não existiriam e foi uma forma da gente ver que eles se preocupam mais com times de elite do que com times menores que estavam divisões mais abaixo. Quando eu ia receber meus direitos de imagem na federação dava vontade de chorar. Teve campeonato que recebia R\$12,00 por jogo sendo que clubes maiores tinham jogadores que recebiam em torno de R\$130 e R\$140 mil. Que diferença faz para o atleta que tá jogando primeira divisão paulista para o jogador que está na A3? Nenhuma! É o nome do clube! É do mesmo jeito, estamos batalhando da mesma forma, então nós atletas do interior nos sentíamos muito esquecidos. Aí eles queriam nos agradar, fazendo “reuniãozinha” no clube, falava dos nossos direitos, mas eles não brigavam por nós. Eles só queriam tirar foto com atletas do Corinthians, do São Paulo, do Palmeiras, mas e o atleta lá da Série A3? É a mesma luta, brigando, lutando pelo seu espaço³⁵⁴.

³⁵³ DIRETORIA da FENAPAF avalia como positiva sua participação na reunião realizada na CBF. FENAPAF. 29 out. 2013. Disponível em: <<http://www.fenapaf.org.br/?pg=noticias¬icia=205>>. Acesso em: jan. 2015.

³⁵⁴ Em entrevista à autora, em agosto de 2015.

De acordo com esse jogador, as reuniões que ocorriam nos clubes não convidavam os atletas a participarem do sindicato. Serviam como reuniões informativas, antes das competições. Nelas, o sindicato levava algum membro da comissão de arbitragem da competição, que lhes dava algumas orientações ou apenas falava com os atletas. Essas falas, de acordo com ele, eram no sentido de que o sindicato era importante para os atletas.

Eles queriam na verdade é mostrar que estavam trabalhando. Então eles iam para o interior e “O sindicato tá aqui, esse é nosso representante”, mas quando eu tive uma situação em 2013, fiquei três meses sem receber no clube, aí nós ligamos pra ele [representante do sindicato] e [ele nos disse que] nós tínhamos que fazer uma carta com o nome assinado. Então, como que eu ia deixar assinado? Essas coisas devem ser sigilosas, eu não tenho que expor que eu estou denunciando. Eles queriam que pegasse lá mais dois atletas, e colocava o nome deles, pra denunciar e depois falar quem denunciou foi o jogador.

Essa queixa do jogador refere-se ao sistema de denúncias do sindicato, após a aprovação do *fair play* trabalhista no Campeonato Paulista. Esse foi um ponto de tensão entre o Bom Senso F.C. e o SAPESP e a FENAPAF, uma vez que, enquanto o movimento negociava uma lei que estabelecesse punição aos clubes que não pagassem salário, a FENANAF, via Rinaldo Martorelli, negociava com Marco Polo Del Nero uma mudança no regulamento para punir os clubes devedores. De acordo com outro integrante do Bom Senso F.C., esse *fair play paulista* não corresponde ao interesse dos jogadores, ao contrário,

É exatamente o que a CBF instaurou no dia 1 março [de 2015] como uma tentativa de modernização da gestão esportiva dos clubes. É vergonhoso. Não funciona. Nós temos provas que em três anos só quatro denúncias foram feitas [no estado de São Paulo]. Dessas quatro que foram feitas, os clubes pagaram. Mas no interior de São Paulo, mais de 70 clubes no período ficaram devendo. Ou seja, estamos falando de 5% dos casos que foram denunciados. É irrisório, não serve. O modelo não funciona, ponto. O sindicato não pode defender um modelo que não funciona, porque fere diretamente o atleta profissional, o salário, a estabilidade do cara.

Essa proposta do sindicato, chamada pelos atletas do Bom Senso F.C. como *fair play paulista*, estabelecia que, para ser válida, a denúncia tinha de ser assinada por três jogadores, o clube seria investigado com relação ao pagamento de salários e, caso completasse três meses de atraso salarial, perderia pontos na competição. A queixa do jogador, no entanto, refere-se ao fato de o jogador precisar se expor e depois poder ser perseguido por isso. Se fosse o caso de buscar uma exposição oficial, por que não buscar a justiça? Na visão dos jogadores do Bom Senso F.C., a função do sindicato deveria ser proteger o atleta. Conseguir investigar sem a dependência da exposição

pública dele, que pode gerar medo, conforme relatou o outro jogador, sobre os outros atletas dos clubes pequenos que passam por atrasos salariais³⁵⁵:

Tem uns que procuram [o sindicato] e outros não, porque eles têm medo de ser expostos, né? O pessoal [do sindicato] os expõe. (...) Sou muito curioso pelas coisas e entrava no site deles [do SApESP] e aí se não engano criaram um quadro de denúncias, mas como é denúncia se você tem que se expor por nome. Então vejo que não tem sentido nenhum, né?!

Por isso, a falta de confiança no veículo para realizar denúncias do SApESP, ou o próprio desconhecimento do canal, mobilizavam os jogadores a buscarem outros meios, como advogados e a justiça. Um dos nossos interlocutores, que não faz parte do Bom Senso F.C., passou por situação semelhante num clube paulista e não cogitou convocar o SApESP, mas um escritório de direito esportivo, especializado em questões trabalhistas e de atraso salarial.

Nesse contexto de desacordo entre as demandas do Bom Senso F.C. e as empreendidas pelo SApESP, começaram a surgir críticas ao funcionamento da entidade. Paulo André e Dida foram a uma assembleia de prestação de contas do SApESP na qual havia cerca de 50 jogadores associados, dentre diretores do sindicato, atletas do Clube Atlético Diadema e os dois. Foram os únicos a não votarem a favor da aprovação da prestação de contas³⁵⁶. A partir desse momento, a relação com o SApESP e com Rinaldo Martorelli se construía como conflituosa, o que veio a se acirrar no ano de 2015, quando alcançou a esfera judicial.

Esse evento foi marcado quando alguns atletas, incluindo integrantes do Bom Senso F.C., escreveram um ofício solicitando esclarecimentos ao sindicato, com base no estatuto da entidade³⁵⁷. Na medida em que o SApESP se recusou a receber o ofício, os atletas ingressaram com uma notificação extrajudicial. As denúncias a partir das quais se solicitam esclarecimentos se circunscreviam aos temas:

³⁵⁵ Ele ressaltou a dificuldade de trabalhar com esse sistema que pune o desempenho do clube no campeonato. Segundo o jogador, “imagina se eu saio na rua se o sindicato divulgasse que o clube onde eu trabalho perdeu pontos por minha culpa”, evidenciando que a reivindicação de direitos no futebol é um elemento complexo, que deve considerar que do outro lado não estão somente patrões ou usuários de um serviço, mas uma população apaixonada e, muitas vezes, “irracional”.

³⁵⁶ KFOURI, Juca. O caminho das pedras. *Blog do Juca*. 04 nov. 2014. Disponível em: <<http://blogdojuca.uol.com.br/2014/11/o-caminho-das-pedras/>> Acesso em: nov. 2015.

³⁵⁷ Os atletas signatários do ofício foram: Adrianinho (Ponte Preta); Bolívar (ex-Portuguesa); Bruno Henrique (Corinthians); Cássio (Corinthians); Douglas Friedrich (Bragantino); Elano (ex-Santos); Fernando Bob (Ponte Preta); Fernando Prass (Palmeiras); Renato (Santos); Renato Augusto (Seleção Brasileira e Corinthians); Ricardo Oliveira (Seleção Brasileira e Santos); Vagner Love (Corinthians).

Dos requisitos para se candidatar à diretoria do SAPESP: o fato de exigir 48 meses de filiação e três anos de afastamento do exercício direto da profissão de jogador de futebol.

A duração do mandato da diretoria e do conselho fiscal por cinco anos³⁵⁸.

O fato de os membros da diretoria não terem se aposentado como jogadores de futebol, mas apresentarem outras profissões, como advogado, contador, administrador.

Não existir balanço público das contas do sindicato.

Não apresentar nenhuma convenção coletiva nas duas décadas passadas³⁵⁹.

Obrigar o atleta a se filiar ao sindicato para depositar seu direito de arena e cobrar taxas de administração desse recurso, além de não repassar a valorização decorrente de aplicação bancária da quantia referente a esse direito³⁶⁰.

Esse ofício foi questionado pelo SAPESP. Um dos diretores do Bom Senso F.C., Ricardo Borges, foi ameaçado de processo judicial por estelionato após esse incidente. Esse diretor tentou levar o documento para protocolar no sindicato. Entretanto, não tendo conseguido, o levou como uma denúncia extrajudicial. Ao ser notificado, o sindicato o ameaçou afirmando que o documento continha assinaturas falsificadas ou estelionadas.

Além dessas denúncias e pedidos de esclarecimentos contidos no ofício, o jornalista que veiculou a denúncia do grupo levantou outra informação “não apurada” – devido à falta de transparência pela qual opera o sindicato – de que a entidade teria utilizado serviços de advogados não vinculados ao seu corpo jurídico para a briga judicial do direito de arena. Esse uso acarretaria descontos do valor que deveria ser destinado aos jogadores pelo direito de arena, que seriam destinados ao pagamento dos honorários advocatícios. Essa denúncia ainda foi reproduzida por Ricardo Borges Martins em entrevista à revista *Época*, na qual ele afirma que os sindicatos de futebolistas não tomam ações definitivas para acabar com a ocorrência de atrasos salariais porque isso seria conveniente para os escritórios de advocacia que são próximos a essas entidades:

Porque para os sindicatos e escritórios de advocacia que orbitam em torno dos sindicatos é relativamente importante você continuar a ter casos [de

³⁵⁸ Essas denúncias ainda não ponderaram que na última eleição do SAPESP, dos 5138 jogadores associados, apenas 130 jogadores votaram, ou seja, 2,5% dos associados, conforme consta no documento de cadastro da entidade sindical, extraído do sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego.

³⁵⁹ Apenas o SiAPERGS conseguiu realizar convenção coletiva. Isso se deu pelo fato de seu presidente, na década de 1990, ser um juiz classista no Rio Grande do Sul, e por tal condição, conseguir pressionar a Justiça do Trabalho do estado a mediar o processo (conforme declarou um membro da diretoria deste sindicato em entrevista à autora, em julho de 2015).

³⁶⁰ KFOURI, J. Sindicato paulista de atletas é alvo de denúncias graves. Blog do Juca, UOL, 07 ago. 2015. Disponível em: <blogdojuca.uol.com.br> Acesso em Ago. 2015.

atrasos salariais] para resolver. Os sindicatos nunca tomaram uma decisão que realmente fosse resolver o problema porque o problema, o atraso de salários, é a solução deles. É onde eles conseguem fazer contratos com outros escritórios de advocacia que ganham dinheiro em cima disso. Existe uma indústria da Justiça esportiva brasileira que trabalha só com atraso salarial³⁶¹.

Essa denúncia levou o SAFERJ a produzir uma nota afirmando que o diretor do Bom Senso F.C. era “pau mandado”, que não representava os interesses legítimos dos jogadores de futebol. A nota versava: “saiba que para o verdadeiro mundo do futebol você [Ricardo Borges Martins] não é nada!!! Você não representa categoria nenhuma! Você não tem autoridade para falar sobre os sindicatos. Você é mais uma invenção, e por ser bem adestrado, consegue espaço para falar”³⁶².

De acordo com um jogador vinculado ao Bom Senso F.C., a diretoria do SAPESP permanece no poder beneficiada justamente pela não fiscalização e pela não existência de oposição. A consequência não é somente relacionada às possibilidades de fraude e má administração dos recursos, mas impacta também as decisões tomadas pela gestão, que age de acordo com a opinião pessoal, particular, de seus dirigentes.

Ele [Martorelli] nunca questionou a categoria pra saber qual é a vontade pessoal de vocês. Vocês querem jogar às 4 da tarde? Vocês querem trabalhar menos? Vocês querem ganhar mais? Ou seja, nunca houve uma reunião pra se definir isso. Então, às vezes, ele vai pra defender alguma coisa, mas é uma opinião pessoal dele pra eles poderem permanecer no cargo, para eles se beneficiar com arquivos exclusivos. (...) Teve uma questão da previdência, que estavam inventando fazendo um plano (...). Enfim, resumindo, não ia ter adesão, esse negócio tá errado. Não funciona pra categoria. Não é específico. Se é pra colocar e ter rentabilidade, o jogador vai colocar num outro lugar. Não sou idiota e é isso que os atletas vão fazer. Até hoje o negócio não foi lançado e não houve adesão.

Nossa pesquisa sobre o SAPESP demonstrou que em alguns momentos a entidade buscou uma aproximação com a categoria, em especial aquela localizada na ponta de cima da carreira. Evidentemente, essa aproximação, tal como ocorreu com Paulo André, buscava também aproveitar da legitimidade e visibilidade pública desses atletas para promover a entidade. Em algumas ocasiões, consultaram os atletas para voltar atrás em alguma questão, como horário de jogos ou intervalo menor que o recomendado entre as partidas. Em outras, chegaram até a marcar reuniões, tentando a criação de um conselho consultivo que não vingou. A questão, entretanto, levantada pela fala de Paulo André é o quanto isso foi efetivo para democratizar a gestão do

³⁶¹ CAPELO, Rodrigo. "O calendário do futebol gera desemprego sistêmico", diz Ricardo Borges Martins. *Revista Época*. 22 fev. 2016. Disponível em: < <http://epoca.globo.com/vida/esporte/noticia/2016/02/o-calendario-do-futebol-gera-desemprego-sistêmico-diz-ricardo-borges-martins.html>>. Acesso em: mar. 2016.

³⁶² SAFERJ. Quem é Ricardo Borges Martins? 29 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.saferj.com.br/index.php?pg=noticias¬icia=678>>. Acesso em: fev. 2016.

sindicato. Ele exemplifica como poderia ser diferente trazendo sua experiência junto ao sindicato francês:

Então, todas as manobras [do SAPESP] são mal feitas. São impensadas. Na França, por exemplo, acontece assim: eles tinham uma questão de não jogar no final do ano, no Natal e no final de ano, porque a Inglaterra joga e ganha dinheiro. Aí os clubes vendem essa possibilidade de incremento e reserva de receita. Então é feita uma reunião com a federação com a participação do sindicato dos clubes, o sindicato dos atletas e do sindicato dos árbitros. Os sindicatos se prepararam para isso e passaram em todos os clubes da primeira, segunda e terceira divisão e questionaram o que os atletas achavam. Foi feita uma votação e tal. O resultado foi que 70 % não querem jogar durante a época de Natal e ano novo. Então o sindicato dizia nossa posição será de defender essa posição e acabou. Pronto, e qual é a dificuldade disso.

No caso do SAPESP, Martorelli justificou a forma como opera suas decisões com a afirmação de que a categoria não é participativa, conforme já discutimos nos capítulos anteriores. As críticas do Bom Senso F.C. vêm no sentido, no entanto, de se contrapor à ideia de que é possível uma ação coletiva entre jogadores de futebol, que não depende exclusivamente do protagonismo do sindicato. Conforme demonstramos neste capítulo, as manifestações de junho de 2013 acenderam a chama dessa possibilidade, a partir da articulação de jogadores insatisfeitos com as condições de exploração que o futebol brasileiro promove e contra as quais os sindicatos de futebolistas têm agido apenas pontualmente. Esses jogadores engajaram-se em formas de organização experimentais, propostas por uma vanguarda mais ativa, mas incorporadas por uma coletividade mais ampla a partir do universo virtual. Essa forma organizacional, por mais que não possibilite a participação de todos de forma igualitária, tornou possível o engajamento de jogadores, sobrepujando as distâncias e as dificuldades de liberação por parte dos clubes. Demonstraram que é possível ser um jogador em atividade e exercer a ação e organização coletiva – fator esse que o estatuto do SAPESP não vislumbra!

O Bom Senso F.C., embora tenha sua gênese voltada a reivindicações da condição de trabalho no futebol, não se comporta como uma oposição sindical, ou um grupo sindical, tal qual vemos em outras categorias profissionais. Ele declara-se como um coletivo de pessoas interessadas em mudanças no futebol brasileiro, de modo que o integram não só jogadores, como também outros sujeitos envolvidos com o futebol. Sua face pública é, na maioria das vezes, constituída pelos próprios jogadores, que, a partir da visibilidade que já possuem, se direcionam aos meios de comunicação para deflagrar as pautas defendidas pelo coletivo. O prisma analítico com que caracterizamos o Bom Senso F.C. é o do movimento social. Nesse sentido, essa experiência seria como uma

iniciativa de formar algo semelhante ao que seria um movimento social do futebol brasileiro, unificando-se a diversas outras organizações que buscam mudanças no esporte em geral, ou no futebol em específico.

Esses jogadores foram responsáveis por articular ação coletiva em diversos níveis: atos em partidas, ato em frente à CBF, notas públicas e diálogo com os legisladores brasileiros e com a presidência da República para a aprovação do PROFUT. No capítulo seguinte, descreveremos o caráter dessas ações, como elas foram se metamorfoseando com o tempo e os desafios enfrentados por esses jogadores que participaram e, sobretudo, conduziram esse processo.

Capítulo 13: Averso do avesso: (im?)perfeições da ação coletiva entre jogadores de futebol no Bom Senso Futebol Clube

Este capítulo busca analisar as formas como se desenvolveu a ação coletiva no Bom Senso F.C., a partir das seguintes questões: quais as formas de ação coletiva que se desenvolveram no movimento? Como a ação coletiva foi articulada com outros sujeitos políticos? Qual a natureza dessas ações? Quais desafios o Bom Senso F.C. enfrenta para a ação coletiva entre jogadores de futebol? Quais seus sentidos ideológicos? Qual o projeto de futebol defendido por essas ações? Verificaremos se os discursos e a prática acerca da ação coletiva diferem daqueles expressos pelos sindicatos de futebolistas, e, em caso afirmativo, como essa diferenciação ocorre. O que impede a ação coletiva é uma questão respondida de forma diferente pelos atores analisados em nossa tese. Este capítulo busca investigar que, se os dirigentes dos sindicatos de futebolistas afirmaram que a ação coletiva é muito difícil por ser uma categoria pouco participativa, sendo a via mais interessante a negociação, como o Bom Senso F.C. se diferencia dessa resposta?

Este capítulo está dividido entre três partes. A primeira expressa as formas de ação coletiva desenvolvidas no interior do Bom Senso F.C., demonstrando que foi possível articular a categoria e promover ações de caráter organizado – ações essas cuja natureza eram predominantemente sindicais. Neste mesmo item, descrevemos as dificuldades que o movimento encontrou para organizá-las, para delinear que a ação coletiva entre jogadores de futebol é um processo conflituoso, permeado por tensões e dissonâncias. Na segunda parte, analisamos a natureza dessas ações, evidenciando qual via de manifestação política foi aviltada pelo Bom Senso F.C., e quais as consequências dessa escolha para a organização coletiva de jogadores de futebol, isto é, para o plano estrutural do movimento. Na terceira parte, descrevemos a forma pela qual as reivindicações do Bom Senso F.C. deixam de ser estritamente sindicais para uma pauta que discute o poder no futebol brasileiro de uma forma mais ampla, mas que também é transversal aos jogadores. A partir dessa descrição, analisamos o caráter ideológico das ações do Bom Senso F.C., em suas peculiaridades com relação ao sindicato de futebolistas e as suas ambiguidades e hibridismos.

13.1 A ação coletiva entre jogadores de futebol

As primeiras manifestações de ação coletiva do Bom Senso F.C. ocorreram em outubro de 2013, quando o movimento soltou uma nota dizendo: “Para demonstrar publicamente sua legitimidade e representatividade, os atletas que atuam no Campeonato Brasileiro e que apoiam as iniciativas e as propostas do movimento comprovarão sua união na próxima rodada. Algo simples, mas que diz muito”³⁶³. A figura 13 demonstra uma imagem desse primeiro protesto.

Figura 13. “Queremos bom senso em todas decisões no futebol brasileiro!!!”



Fonte: Página do Facebook do Bom Senso F. C.

Nessa primeira rodada de manifestações públicas do movimento, os jogadores reuniram-se no centro do gramado antes do início da partida e abraçaram-se, demonstrando que a rivalidade ocorre apenas durante o jogo. Antes e depois, os atletas “são unidos pela mesma causa”. Segundo um integrante do Bom Senso F.C., a segunda manifestação estava combinada pelo *Whatsapp*, mas era uma incógnita se ela de fato aconteceria.

No dia do ato do Bom Senso F.C. com as faixas, torcia pro primeiro jogo mostrá-las. Por isso, todo mundo estava assistindo. Se os outros jogadores vissem o que o primeiro grupo fez, levou as faixas, as manifestações iam acontecer de forma generalizada. E foi assim: um chutou a bola pro outro e sentaram no chão. Mas tudo dependia do primeiro jogo e felizmente

³⁶³ BOM SENSO F. C. Bom Senso FC vê como positiva a movimentação após reivindicações. 18 out. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/bomsensofc/?fref=nf>>. Acesso em: nov. 2015.

aconteceu. Como conseguia organizar os 20 times? Não sabemos direito. Porque parecia organizado! Mas era uma loucura no *Whatsapp*! E a chance de dar errado era gigantesca!³⁶⁴

De acordo com o jogador, essa é uma dificuldade do futebol. É necessário que um primeiro tome as rédeas e faça acontecer. Se o primeiro fizer, os outros acompanham, mas sem deflagrar o efeito cascata nada aconteceria. Segundo ele,

Se tivesse dois de cada clube, por exemplo, o Rogério Ceni e o Pato e não entrassem em campo, os outros acompanhariam. É o efeito cascata! Assim que aconteceu a primeira greve na Espanha, na década de 1970. Eu conheço o cara que fez, inclusive até saí pra jantar com ele. Chama José Albion. Ele disse que não existia nada organizado. Aí um primeiro jogo, que não era um jogo importante, mas que abria a rodada do final de semana. Nesse jogo, eles não entraram e por eles não entrarem foi efeito cascata. Os outros não entraram e foi greve³⁶⁵.

No caso do Bom Senso F.C., esse efeito deflagrou-se e persistiu pelas rodadas seguintes. Ao não lograrem o reconhecimento da CBF³⁶⁶, os jogadores envolvidos com o movimento promoveram novas manifestações, lamentando o desinteresse da entidade e comprometendo-se a acatar o calendário de 2014, se em 2015 existissem “mudanças profundas”. No momento da segunda rodada de manifestações, a FENAPAF já havia declarado o fim das negociações, cedendo apenas ao aumento da pré-temporada de 2014, algo respondido pelo Bom Senso F.C.

O simples aumento da pré-temporada não é suficiente e atinge apenas uma parcela mínima dos clubes e atletas no país. A entidade precisa se comprometer com propostas, melhorias e ações para todos os clubes do Brasil. Enquanto não obtivermos um retorno oficial, as manifestações aumentarão a cada rodada³⁶⁷.

Na rodada seguinte, assim, além da repetição das manifestações, essas aconteceram no decorrer das partidas. Se até então alguns canais de imprensa haviam tentado descaracterizar as manifestações, definindo-as como “um minuto de silêncio”, nessa segunda rodada, elas ocorreram no primeiro minuto da partida, como uma espécie de “paralisação”, no qual os jogadores ficaram de braços cruzados e parados e se recusavam a iniciar o jogo. Além disso, apareceram as primeiras faixas do movimento, com os seguintes dizeres: “Por um futebol melhor para todos” e “Amigos da CBF: cadê o Bom Senso?”, conforme demonstramos na figura 14.

³⁶⁴ Em entrevista à autora em agosto de 2015.

³⁶⁵ Em entrevista à autora, em agosto de 2015.

³⁶⁶ Bom Senso FC se reúne e lamenta desinteresse da CBF. Facebook do Bom Senso F.C. 5 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.facebook.com/bomsenso>>. Acesso em: nov. 2013.

³⁶⁷ Bom Senso FC fará nova manifestação na rodada. Facebook do Bom Senso F.C. 12 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.facebook.com/bomsenso>>. Acesso em: nov. 2013.

Figura 14. Manifestações do Bom Senso FC “operação tartaruga”



Fonte: Página virtual do Facebook do Bom Senso F. C. 23 nov. 2013

Essas manifestações foram rapidamente respondidas pela CBF, que instruiu os árbitros da partida que aplicassem sanções disciplinares aos atletas que ficassem parados durante o jogo, caracterizando-a como uma atitude antidesportiva. Esse ato de censura da CBF é respondido pelo movimento:

Após as manifestações ocorridas nos jogos de quarta-feira no Campeonato Brasileiro, o Bom Senso F.C. reprovava toda e qualquer tentativa de se evitar que os atletas se expressem de maneira pacífica e sem prejudicar o andamento do espetáculo, como aconteceu neste meio de semana. Os jogadores não estão descumprindo NENHUM item do regulamento da competição. Em TODAS as partidas houve o pontapé inicial e o início do jogo. NINGUÉM foi prejudicado: atletas, arbitragem, torcedores, TV, imprensa, patrocinadores e todos os demais envolvidos no espetáculo.

Lamentamos a tentativa de CENSURA ocorrida no confronto entre São Paulo e Flamengo. Demonstramos nossa preocupação com os jogos restantes desta rodada, esperando que nenhum profissional ou clube seja prejudicado ou punido. Que todos tenham BOM SENSO. Caso haja a tentativa de evitar que os jogadores se expressem de forma pacífica, providências drásticas serão tomadas. Esperamos uma posição oficial, seguida de ATITUDES benéficas para o futebol brasileiro³⁶⁸.

Destacam-se também na nota as tentativas de punição. Ressaltamos aqui que os jogadores empreenderam transgressões a essas ameaças, de modo que continuavam a protestar, *driblando* as ameaças da CBF de punição. No jogo entre São Paulo e Flamengo, quando o árbitro ameaçou que caso os jogadores cruzassem os braços seriam

³⁶⁸ Bom Senso FC | Nota oficial sobre manifestações na rodada. 14 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.facebook.com/bomsenso>>. Acesso em: nov. 2013.

punidos, eles trocaram bola por quase um minuto, simulando uma espécie de “operação tartaruga”³⁶⁹ no futebol³⁷⁰. Neste caso, os jogadores atrasaram o tempo da produção do espetáculo esportivo, objetivando chamarem atenção a sua causa.

Figura 15. “Por um futebol melhor para todos!! Todas partidas da rodada serão paralisadas no primeiro minuto de jogo!!!”



Fonte: Bom Senso F. C. 13 nov. 2013

Além dos protestos em campo realizado pelos jogadores, o Bom Senso F.C. também iniciou uma chamada aos torcedores, para conquistar o apoio deles. Um exemplo ocorreu no jogo entre Boa Esperança e Palmeiras, notificando que “Na arquibancada, os torcedores do Palmeiras aplaudiram e demonstraram apoio à iniciativa dos jogadores”. Além disso, na rodada seguinte, o Bom Senso F.C. soltou uma nota tentando abrir um diálogo com os torcedores:

Torcedor brasileiro, o Bom Senso F.C realizará novas manifestações na 37ª rodada do Campeonato Brasileiro da Série A. Continuamos em busca de mudanças em prol do futebol do nosso país.

Gostaríamos que, aqueles que apoiam o movimento e estejam no estádio, cruzem os braços, aplaudam os atletas, deem seu incentivo de alguma forma.

³⁶⁹ Uma “operação tartaruga” é algo que ocorre nas fábricas, em que os trabalhadores atrasam o tempo da produção.

³⁷⁰ TIEPPO, L. Palmeiras e Boa tocam bola por 40 segundos em protesto do Bom Senso FC. UOL Esportes. 16 nov. 2013. Disponível em: < <http://esporte.uol.com.br/futebol/campeonatos/brasileiro/serie-b/ultimas-noticias/2013/11/16/palmeiras-e-boa-tocam-bola-por-40-segundos-em-protesto-do-bom-senso-fc.htm>>. Acesso em: nov. 2015.

O torcedor será um dos principais beneficiados se as propostas do Bom Senso forem atendidas.

Estamos nessa luta por todos.

Quem não concorda com as propostas e causas que o Bom Senso F.C. defende, também tem todo direito de se manifestar de forma contrária³⁷¹.

A tentativa de diálogo com os torcedores e com os patrocinadores do espetáculo esportivo continuou na última rodada do Campeonato Brasileiro de 2013, quando o movimento recuou de suas manifestações, mas manteve algum radicalismo retórico, fazendo o anúncio de uma greve para 2014 e promovendo um embate discursivo contra a CBF. Nesta nota, o movimento declarou que: “por respeito ao torcedor, aos clubes e ao futebol o Bom Senso F.C. não paralisou o Campeonato Brasileiro da Série A na sua reta decisiva e não fará nenhum tipo de manifestação nos jogos deste domingo”, mas anunciou também que não iria parar completamente as manifestações.

Além disso, anunciou “a iminente greve para o início da temporada de 2014, com apoio e respaldo da FENAPAF”³⁷². A temática da greve apareceu nesse momento como uma retórica radical, muito diferente do que até então era a postura do sindicato de futebolistas. Aliás, no ano de 2014, por conta de um enfrentamento com os torcedores organizados, como relatamos, houve a tentativa de organização de uma greve no futebol paulista, mas que não se confirmou. Todavia, isso demonstra como a greve se apresenta no horizonte da categoria naquele momento, como algo tangível, necessário, mas difícil de ser operacionalizado.

No ano de 2014, a discussão sobre o calendário continuou, apontando para a ausência de melhoras para o ano de 2015. Apesar de garantir férias dos jogadores, nada havia sido discutido com relação à criação de outro modelo de calendário futebolístico, que englobasse disputas anuais para os times das divisões inferiores. Por conta disso, o jogador Ruy Cabeção postou em seu perfil público de rede social uma convocação de greve geral contra a CBF:

Rapaz, vou me controlar para não falar besteira, esse Calendário de 2015 é uma vergonha, descaso. Ou seja, uma merda! A CBF mostrou mais uma vez que está pouco se lixando para os mais de 12.000 jogadores desempregados hoje. Quero ver qual o presidente que vai acabar com a fome e miséria do futebol, porque são muitos jogadores passando dificuldade. O futebol é

³⁷¹ BOM SENSO F. C. 30 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.facebook.com/bomsenso>>. Acesso em: nov. 2013.

³⁷² NOTA Do Bom Senso F. C. 7 dez. 2013. . Disponível em: <<http://www.facebook.com/bomsenso>> Acesso Dez. 2013.

patrimônio nacional e não de uma empresa privada. Quem faz o espetáculo são os jogadores e a torcida, não a CBF. Temos que nos mobilizar e parar o futebol no Brasil o quanto antes e pedir que esse Marin e Del Nero larguem a presidência, porque fazem as mesmas coisas que o Ricardo Teixeira, que simplesmente fugiu do Brasil. GREVE GERAL NO FUTEBOL!!!!³⁷³

Nesse momento, além das reivindicações de calendário, o Bom Senso F.C. havia tornado pública uma campanha por democracia na CBF. Vários jogadores de futebol e, depois pessoas que apoiavam a causa, postaram fotos publicamente pedindo democracia na entidade que rege o futebol brasileiro. O objetivo da campanha era divulgar que em muitas federações e na própria CBF os dirigentes ocupavam cargos há várias décadas. O estopim para a veiculação dessa campanha foi uma nota da CBF dizendo que a derrota sofrida na Copa do Mundo de 2014 por 7 a 1 para a Alemanha colocava a necessidade de um técnico que representasse a modernização do futebol. O jogador Paulo André postou em sua rede social um “desabafo”, no qual pedia que a principal mudança ou reformulação necessária não era o técnico, mas na própria CBF.

Eu também quero uma reformulação. A começar por eles. E outra, será que dá pra me explicar por que esses senhores (na lista abaixo) estão no poder das federações estaduais há 20, 30, 40 anos?

José Gama Xaud, 40 anos no poder da Federação de Roraima; Carlos Orione, 33 anos no poder da Federação de Mato Grosso; Delfim P. Peixoto Filho, 29 anos no poder da Federação de SC; Antonio Aquino, 26 anos no poder da Federação do Acre; Francisco C. Oliveira, 25 anos no poder da Federação do MS; Rosilene A. Gomes, 25 anos no poder da Federação da Paraíba; Heitor da Costa Jr., 25 anos no poder da Federação de Rondônia; Antonio C. Nunes da Silva, 24 anos no poder da federação do Pará; José C. de Souza, 24 anos o poder da Federação do Sergipe; Dissica V. Tomaz, mais de 20 anos no poder da Federação do Amazonas; Leonar Quintalha, 19 anos no poder da Federação do Tocantins.

Esses são onze dos 47 caras que comandam o futebol nacional (27 presidentes das Federações e os 20 presidentes dos clubes da Série A). São eles que escolhem o presidente da CBF e que definem os regulamentos das competições da entidade. Só eles, mais ninguém. E alguém acha que um novo treinador vai conseguir reformular alguma coisa?³⁷⁴

Essa campanha apresentou pelo menos dois aspectos que merecem ser ressaltados. Em primeiro lugar, uma demonstração de que o problema do calendário brasileiro não é uma questão de mera negociação com a CBF. Se em 2013, um dos integrantes do Bom Senso F.C. já havia se pronunciado de que os interesses da Rede Globo se perpetuavam sem que a CBF tivesse força para intervir, em 2014 o que eles

³⁷³ RUY Cabeção dispara contra CBF e convoca greve geral no futebol. Cuiabá. Globoesporte.com. 07 ago. 2014. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/mt/noticia/2014/08/ruy-cabecao-dispara-contra-cbf-e-convoca-greve-geral-no-futebol.html>>. Acesso em: nov. 2015.

³⁷⁴ ANDRE, Paulo. Desabafo. Facebook. 28 jul. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pauloandreoficial/posts/710164425723812?fref=nf>>. Acesso em: out. 2015.

indicaram é que não é somente uma questão de força, mas de vontade política. A CBF não estaria interessada em fazer alteração do futebol brasileiro, porque para eles a perpetuação no poder valeria a manutenção de qualquer estrutura arcaica, conforme versava a nota de Paulo André. Por isso o movimento começava uma campanha para mudar a CBF. Na visão do movimento, a democratização da estrutura de poder da CBF, cujo início estaria em impedir que seus dirigentes se perpetuassem por décadas a fio nela, seria um pré-requisito para que algumas mudanças pudessem ocorrer.

A campanha por democracia na CBF acentuou-se ainda mais quando José Maria Marin foi preso na Suíça durante a eleição da FIFA, em maio de 2015. Nesse episódio, o então vice-presidente da CBF foi preso pela inteligência policial dos EUA (FBI) pela descoberta de fraude, corrupção e compra de votos na escolha do Catar como sede da Copa do Mundo de 2022. Escolha essa que já havia sido investigada pela própria FIFA, sem que nenhuma irregularidade fosse apurada. Além dessas denúncias, a própria Copa do Mundo de 2014, no Brasil, também foi investigada pelo FBI por fraude na venda dos direitos de transmissão e marketing³⁷⁵. Esse fato acrescentou força à campanha por democracia na CBF, demonstrando que a perpetuação desses dirigentes no poder envolve muito mais do que vaidade. As acusações de corrupção contra Marin e as denúncias com relação a Marco Polo Del Nero, que fizeram o presidente não sair do Brasil pela possibilidade de ser preso pelo FBI, acentuaram na opinião pública a ideia de que a CBF precisava ser mudada. A prisão de Marin foi comemorada, pelo Bom Senso F.C., com a música “Cartomante”, de Elis Regina: “Cai o Rei de espadas, Cai o Rei de ouros, cai o rei de paus, cai não fica nada!”³⁷⁶ O movimento utilizou dessa ocasião para demonstrar que

Um dia como hoje mostra quão válidas são as nossas lutas e os nossos ideais. Sim, porque quando grandes dirigentes e operadores de corrupção são investigados ou presos, é a chance de surgir um futebol melhor para todos.

É chegada a hora de discutir e investigar o comando do futebol brasileiro. O ambiente é de combate à corrupção estatal no Brasil e de investigação ao grande poder do futebol. É hora de democracia e transparência no futebol. Medidas concretas neste sentido estão presentes na MP 671, a MP do

³⁷⁵ BBBC Brasil. Entenda tudo sobre o escândalo de corrupção na FIFA. 27 maio 2015. Disponível em: <<http://esportes.terra.com.br/futebol/entenda-o-escandalo-de-corrupcao-na-fifa,ea859feabcf4811ad096d7f3cb4a624bg0u3RCRD.html>>. Acesso em: out. 2015.

³⁷⁶ BOM Senso usa música para comemorar prisão de Marin. *Folha de S.Paulo*. 27 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2015/05/1634343-bom-senso-usa-musica-para-comemorar-prisao-de-marin.shtml>>. Acesso em: out. 2015.

Futebol, que refinancia a dívida dos clubes. Por isso, é urgente e necessária a sua aprovação³⁷⁷.

Em segundo lugar, a campanha por democracia na CBF apareceu como um elo de criação de solidariedade de outros segmentos às causas do Bom Senso. Muitas mulheres atletas de futebol postaram fotos com o dizer #democracianaCBF, além de atletas do Beach Soccer. A campanha demonstrou que mudar o comando do futebol é visto como necessário não apenas para os atletas de futebol masculino, mas de várias outras modalidades correlacionadas, administradas pela CBF e deixadas de lado, ou por uma entidade de *modus operandi* semelhante.

Nesse sentido, tal campanha pode ser interpretada como uma espécie de ciclo de protestos contra a CBF por mudanças na entidade e na organização dos diferentes “futebóis” que existem no Brasil. O interessante é pensar nesse caso como um movimento social não apenas do futebol de “matriz espetacularizada”, de homens, de acordo com a classificação de Damo (2007). Aliás, para pensar esse movimento social do futebol é necessária a expansão das matrizes. Se o autor até então pensara as matrizes – espetacularizada, da bricolagem e da várzea –, essa campanha demonstra que essas três versões dizem respeito apenas ao futebol de homens jogado em campos (ainda que de várzea). Há ainda outras modalidades de futebol, como o de mulheres e o *beach soccer*, que são alvos de lutas. Ainda que devamos reconhecê-los como modalidades independentes, hoje em dia são futebóis que passam pela gestão da CBF ou da FIFA.

A campanha por democracia na CBF retomou sua força na última rodada do Campeonato Brasileiro de 2015, quando os jogadores realizaram um ato em quatro das dez partidas disputadas. Essas ações apareceram com o *slogan* #CBFfichalimpa, dando visibilidade às denúncias de corrupção e às tentativas de eleger um vice-presidente da CBF, o que seria uma manobra para manter o grupo de Del Nero no comando da entidade. A proposta do grupo de Del Nero era eleger um novo vice-presidente, o Coronel Nunes, da Federação do Acre, que seria o vice-presidente mais velho da entidade. Segundo o estatuto dela, se o presidente, então Marco Polo Del Nero, perdesse o mandato, o assumiria o vice-presidente mais velho da entidade. Nesse sentido, a eleição de um novo vice-presidente, próximo ao então presidente, garantiria a permanência do mesmo grupo no comando da CBF. O Bom Senso F.C. soltou uma nota

³⁷⁷ BOM Senso F.C. 27 maio 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/bomsensofc/?fref=nf>>. Acesso em: out. 2015.

intitucionalada³⁷⁸: “Vamos usar a hashtag #CBFfichalimpa contra a manobra do grupo de Del Nero que quer se manter no poder a qualquer custo”³⁷⁹.

Nos atos do dia 06 de dezembro de 2015, os jogadores permaneceram após o início de jogo com os braços cruzados, protestando. Os objetivos dos protestos eram três. O primeiro deles era o combate à eleição do Coronel Nunes para o comando da CBF, considerada pelo grupo como uma forma de corrupção. O segundo era chamar a atenção dos torcedores para essa “manobra”. O terceiro era levantar a bandeira da convocação de novas eleições para a presidência da CBF, alterando artigos do estatuto da entidade que impediam o surgimento de oposições, como a cláusula de barreira para lançar candidatos³⁸⁰. Após essas ações, o jogador Alex declarou em entrevista que o Bom Senso F.C. desejava lançar um candidato de oposição à presidência da CBF. Segundo o jogador:

O plano é lançar alguém como candidato à presidência da CBF na próxima eleição. Em 2017 ou 2018. Mas a gente briga com esse sistema. Com esse efeito dominó que chegou à cúpula da CBF nos dá esperança que tudo mude. Até o sistema de eleição. Eles estão fragilizados. Porque Cosme, não sumimos, não paramos de trabalhar nos bastidores. Por exemplo, a MP (Medida Provisória) que passou e não é ainda a solução do futebol brasileiro, o Bom Senso participa efetivamente dessa situação. Eu mesmo tive encontro em Brasília, na CBF, na Globo. Sentamos com o Aloizio Mercadante (ministro da Educação), com a Dilma. Na época, o pessoal tentava marcar com o Eduardo Cunha, mas não houve o encontro. As pessoas precisam reconhecer que na história do futebol brasileiro não houve um momento como esse. Com a participação dos jogadores. *Mas o Bom Senso não executa. Não tem o poder de execução.* Vivemos em um sistema político complicadíssimo. Neste domingo os jogadores fizeram protesto de novo, pedindo a saída do Marco Polo del Nero. (...) O que é maior é quebrar esse sistema de votação³⁸¹.

O Bom Senso F.C., então, objetivou tentar construir outro comando para a CBF, porque disso dependeria a execução de suas propostas. Para tanto, começou essa campanha contra a suposta “manobra” de Del Nero e uma campanha contra a cláusula

³⁷⁸ A FENAPAF não se posicionou oficialmente sobre essa eleição em específico. No entanto, em uma nota sobre a participação no Conselho Técnico dos Campeonatos Brasileiros, “Martorelli também enfatizou o processo positivo de mudanças da nova direção da CBF, que vem facilitando essa evolução pela forma inteligente como capitaneia o processo”, demonstrando o alinhamento que este possuía com o grupo de Del Nero, na CBF (MARTORELLI participa dos Conselhos Técnicos das Séries A e B do Campeonato Brasileiro 2016. SAPESP. 13 mar. 2016. Disponível em: < <http://sindicatodeatletas.com.br/noticias/martorelli-participa-dos-conselhos-tecnicos-das-series-a-e-b-do-campeonato-brasileiro-2016.html>>. Acesso em: mar. 2016).

³⁷⁹ BOM Senso F.C. Facebook. 06 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/bomsensofc/?fref=nf>>. Acesso em: dez. 2015.

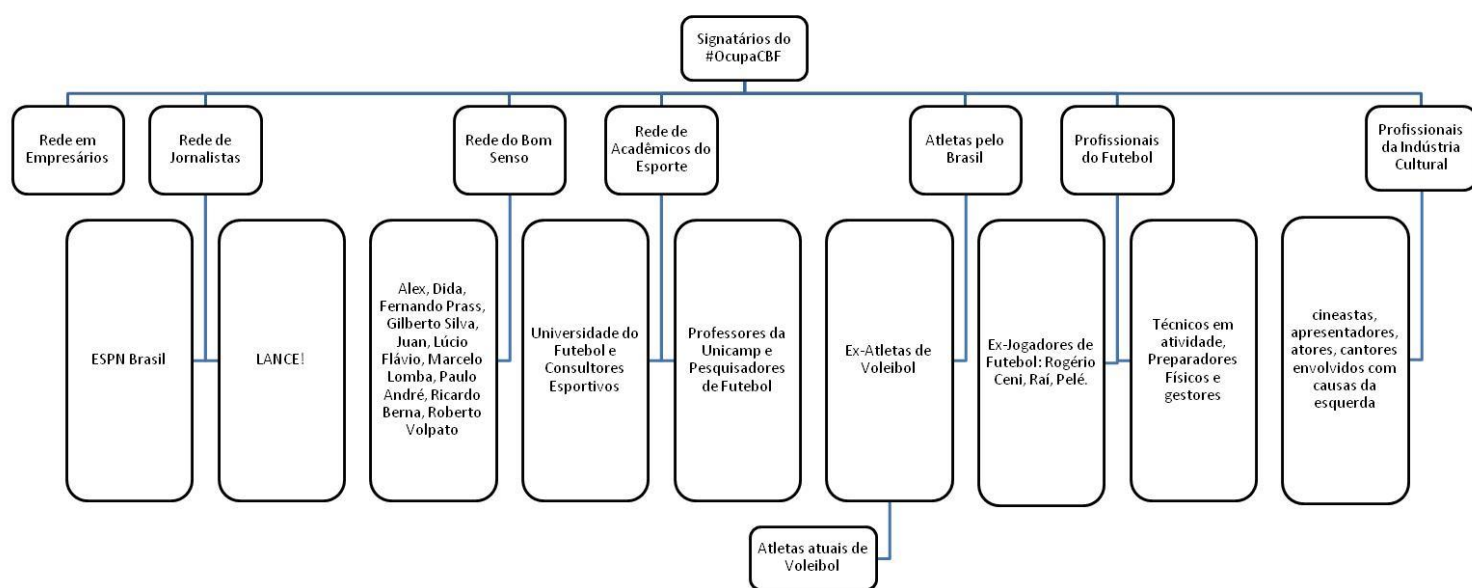
³⁸⁰ BOM Senso F.C. #CBFfichalimpa. 06 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/bomsensofc/?fref=nf>>. Acesso em: dez. 2015.

³⁸¹ RIMOLE, Cosme. Alex: “vamos lançar candidato à CBF”. 07 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.bomsensofc.org.br/blog/>>. Acesso em: dez. 2015. Grifos nossos.

de barreira para o lançamento de um candidato à CBF. Como forma de dar continuidade às manifestações, uma série de atletas, alguns deles ligados ao Bom Senso F.C., chamaram o ato de #ocupaCBF, que ocorreu dia 15 de dezembro de 2015. Seus antagonistas afirmaram que não passava de um protesto organizado por funcionários da ESPN³⁸². Ainda que a emissora estivesse envolvida e fizesse uma cobertura minuciosa da manifestação, estando seus funcionários incluídos na lista de signatários do ato, ela é mais ampla, representando diversos setores, como demonstra a figura a seguir. O movimento “OcupaCBF” descreve-se como um

movimento da sociedade civil que se organiza para lutar por mais democracia, transparência e compromissos com o futebol. O movimento tem o apoio de organizações que trabalham pela evolução do esporte brasileiro, como a Atletas pelo Brasil, a Universidade do Futebol e o Bom Senso Futebol Clube³⁸³.

Figura 16. Signatários do #OcupaCBF



Fonte: Elaboração própria a partir do sítio Eletrônico do #OcupaCBF. Disponível em: <<http://www.ocupacbf.com/>> Acesso: Jan. 2016

³⁸² Andres Sanches dispara contra o Bom Senso. 26 dez. 2015

³⁸³ OCUPACBF. O que é o #ocupaCBF? Disponível em: <<http://www.ocupacbf.com/#o-que-e>>. Acesso em: jan. 2016.

Nota-se pela figura que a rede construída a partir do ato #OcupaCBF agrega diversos setores, como empresários, jornalistas, atletas vinculados ao Bom Senso F.C., à ONG Atletas pelo Brasil, ex-atletas de futebol e atletas em atividade do futsal, acadêmicos relacionados ao futebol, profissionais da área e demais profissionais da indústria cultural. Chamou a atenção o fato de não conter jogadoras de futebol que se envolveram em 2014 no movimento #DemocracianaCBF. O ato convocado contou com a participação de alguns ex-jogadores, como Raí, Sorín e Alex, alguns jornalistas, entre eles Juca Kfourir, e um grupo de pessoas simpatizantes ao ato. Segundo a nota:

O Bom Senso F.C. apoia a mobilização #OcupaCBF. A ocupação é simbólica. Será um manifesto pacífico por mudanças urgentes na CBF. Alex, Afonsinho, [Paulo] Autuori, Raí, Paulo André, Simoninha, Jorginho do futebol de praia, Paulo Sérgio e muita gente boa já confirmada. Acreditamos que a mobilização de todos é fundamental na luta por transparência, democracia e profissionalismo no futebol³⁸⁴.

Dentre essas pessoas presentes no ato, estiveram alguns torcedores organizados, que, ao serem entrevistados, apresentavam em sua fala uma reivindicação contra a o futebol moderno – algo que destoava do discurso dos organizadores da ação, segundo a figura 17. A faixa do torcedor organizado dizia o seguinte: “A CBF precisa ser democratizada. Não são nenhum desses [presentes no ato] que brigam pelo poder [na CBF]. (...) Não ao futebol moderno e essas novas arenas”³⁸⁵. Esse episódio deu início a uma relação entre o Bom Senso F.C. e os torcedores organizados, mas, nesse caso, com reivindicações distintas. Essa relação estreitou-se, de forma mais planejada, com a proibição das faixas da torcida Gaviões da Fiel nos estádios em São Paulo. Em função desses episódios, o Bom Senso F.C. soltou uma nota contra a censura no futebol brasileiro, aproveitando-se desse fato para criticar a CBF.

³⁸⁴ Página oficial do Bom Senso do Facebook. 14 dez. 2015.

³⁸⁵ NEVES, M. Protesto do Bom Senso em tempo real #OcupaCBF. VAVEL – The international Sport Newspaper. Disponível em: < <http://www.vavel.com/br/futebol/579437-protesto-do-bom-senso-em-tempo-real-ocupacbf.html>>. Acesso em: dez. 2015.

Figura 17. presentes no ato #ocupaCBF



Fonte: Neves, Marcello. VAVEL.³⁸⁶

Apesar de o ato #ocupa CBF ser uma manifestação pública mais próxima ao que seria um ato de rua, ela foi marcada mais pela presença de poucas pessoas de grande visibilidade do que uma presença massiva de pessoas, conforme demonstra a figura 18. Esse elemento demonstra como, mesmo quando se utilizando de ações comuns ao que os movimentos sociais utilizam, elas são particularizadas para o contexto do futebol espetacularizado, como discutiremos mais adiante no capítulo.

Figura 18. Manifestantes presentes no ato #ocupaCBF



Fonte: Foto de Celso Pupo/Fotoarena/LANCE!Pres³⁸⁷.

³⁸⁶NEVES, M. Protesto do Bom Senso em tempo real #OcupaCBF. VAVEL – The international Sport Newspaper. Disponível em: < <http://www.vavel.com/br/futebol/579437-protesto-do-bom-senso-em-tempo-real-ocupacbf.html>> Acesso Dez. 2015.

13.1.1 As dificuldades e possibilidades de ação coletiva entre atletas de futebol

Apesar de o Bom Senso F.C. não ser um movimento apenas de atletas ou com um caráter estritamente sindical, suas movimentações atravessam a mobilização e a ação coletiva entre jogadores de futebol, razão pela qual ele se torna um objeto interessante para a investigação das possibilidades e limites para ação coletiva entre os membros da categoria. Nesse sentido, neste item, vamos examinar, a partir das ações empreendidas pelo movimento, as possibilidades, os limites e os desafios para mobilizar jogadores de futebol. Evidentemente, essa reflexão se faz circunstanciada pelas escolhas feitas pelo movimento, de modo que se essas fossem outras, provavelmente outros desafios e limites se explicitariam. No entanto, mesmo circunstanciada, a reflexão se faz importante, pois nos permite um quadro que, quando confrontado com os limites e possibilidades propiciados pelo SAPESP, nos permitem compreender o quadro desse processo no Brasil, nos dias de hoje.

As escolhas do Bom Senso F.C. podem ser resumidas a três grandes estratégias: (i) as ações em partidas da primeira divisão do Campeonato Brasileiro, (ii) uma campanha nas redes sociais a partir do Facebook, sítio eletrônico e campanhas publicitárias com os principais jogadores da categoria e (iii) tentativa de influenciar democraticamente os deputados, senadores e governantes do país a mudarem parte da legislação sobre futebol. Como já evidenciamos, não lograram a organização de greves ou atos públicos que envolvessem massivamente jogadores.

Do ponto de vista das ações no Campeonato Brasileiro, um integrante do Bom Senso F.C. relatou que, apesar do planejamento, não tinham certeza de que funcionaria, pois não havia nenhuma confirmação de que os jogadores realizariam o ato, conforme já demonstramos. Esperaram até a hora do jogo, e a partir do primeiro deles, em que os jogadores se abraçaram no centro do gramado, o ato correu como um efeito dominó, aparecendo em mais partidas e outras rodadas. Em 2015, entretanto, o fato de o Corinthians não ter aderido às manifestações na última rodada, campeonato do qual era o campeão, fez com que a ação não tivesse tanta visibilidade. Por isso, a equipe

³⁸⁷Presente no #OcupaCBF, Alex destaca necessidade de mudanças na CBF. Lancenet. 15 dez. 2015. Disponível em: < <http://www.lance.com.br/futebol-nacional/presente-ocupacbf-alex-destaca-necessidade-mudancas-cbf.html> > Acesso Jan. 2016

corinthiana tornou-se alvo de questionamento por parte de integrantes do Bom Senso F.C. Em entrevista, Alex ponderou:

O Corinthians não fez. Provavelmente por culpa do Andrés Sanchez. Reza a lenda que o Andrés quer ser presidente da CBF. Perguntei para as pessoas e ouvi que o Andrés não pode nem ouvir falar o nome do Bom Senso. Aí se torna pequeno, pessoal. Se ele nos enxerga como concorrência não é o mais importante³⁸⁸.

O medo dos jogadores em manifestar-se por poder desagradar a diretoria é relatada por Alex em outra entrevista. Nesta, ele é perguntado sobre uma manifestação que ele e outros jogadores fariam contra a diretoria do Coritiba, que atrasava salários:

Eu, o Robinho [meia, hoje no Palmeiras] e o Julio Cesar [atacante, atualmente no Ceará] entramos no caso em uma condição corporativa, para ajudar aquele pessoal a pressionar para receber. Mas existe um fator cultural no Brasil de que o jogador pode ficar sem receber. Pensam que, como o cara ganha muito, pode ficar sem dinheiro. Por isso, fica dividido. Algumas pessoas enxergam que somos trabalhadores e temos de receber. E outros acham que, como temos salários altos, podemos passar três meses sem receber. Eu não aceito, mas você vai assimilando essa cultura conforme vai vivendo no futebol (...) A própria sociedade não entende. Você imagina se o seu time resolve fazer greve e perde um jogo no domingo porque não treinou durante a semana. O cara teve total razão para não trabalhar. O clube deve sei lá quantos meses e ele só foi pro jogo para não perder por WO. E aí perde o jogo por causa de um escorregão do zagueiro no último minuto e o torcedor não quer saber. O futebol é a única atividade, pelo menos aqui no Brasil, em que o sujeito troca de emprego por melhores situações de trabalho e é tratado como se fosse mercenário. Você trabalha numa revista A, aparece uma revista B, que vai lhe pagar mais e dar melhores condições para você exercer seu trabalho. O dono agradece pelos serviços prestados e você vai pra lá. No futebol não, é mercenário, trocou isso aqui por dinheiro... Nesse sentido, é complicado³⁸⁹.

A ação coletiva entre jogadores de futebol então os colocaria em uma situação de desagrado à diretoria, aos torcedores e prejudicaria sua “imagem”, o que lhe poderia dificultar obter um novo emprego. Outro líder do Bom Senso F.C., em entrevista à autora, relatou a dificuldade e o medo para conseguir a colaboração de seus colegas, atletas de clubes pequenos, para as reuniões do movimento com a presidenta Dilma. Para a primeira reunião, esse líder desejava reunir 15 atletas desempregados para ir com ele, para mostrar o ponto de vista dos atletas de clubes pequenos, mas isso não foi possível. O motivo, relatado por ele em entrevista à autora, foi:

³⁸⁸ RIMOLE, Cosme. Alex: “vamos lançar candidato à CBF”. 07 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.bomsensofc.org.br/blog/>>. Acesso em: dez. 2015. Grifos nossos.

³⁸⁹ FURHMAN, L. ANJOS, A. B. Globo é pagadora de contas da CBF. 24 horas news. 12 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.24horasnews.com.br/esportes/ver/globo-e-a-pagadora-das-contas-da-cbf.html#sthash.ATVeUVMf.dpuf>>. Acesso em: dez. 2015.

Consegui dois. Por quê? Porque eles têm medo! “Vou participar de uma coisa, o Bom Senso F.C., e depois estou brigando contra o governo, contra federação, contra CBF e vão fechar as portas pra mim”, eles pensam. Pra mim, no entanto, depois que comecei a participar do Bom senso F.C., que essas coisas começaram a melhorar. Porque as pessoas começaram a olhar pra mim como quem está brigando por melhorias no futebol. Então é uma coisa que surgiu num momento bom pra mim, então é uma situação que eu levo muito a sério.

Eles têm muito medo, que não sei o que é, mas cada um tem uma maneira de pensar. E gente explica, a gente fala o que realmente é o Bom Senso F.C., quais são os pontos de vista e a gente tem que respeitar cada um deles. A gente não pode obrigar, mas também tem aquela maneira de como muitos amigos meus estão desempregados e me ligam e falam “você não tá sabendo de alguma coisa pra mim?” e também não posso falar nada e nem posso ajudar porque a gente precisa de ajuda precisa agregar valores e valores são quem? São os atletas. Então são coisas que se você não está apoiando, então não reclame da atual situação do futebol brasileiro. Porque senão brigar por melhorias, pode ficar pior que está³⁹⁰.

A dificuldade de organização dos jogadores de futebol advém de suas dinâmicas de vida, marcadas por jogos todos os finais de semana, folgas nas segundas, e a quase que impossibilidade de marcar um encontro entre todos. Outro líder do Bom Senso F.C. relatou-nos que em uma oportunidade havia saído do treino às 17h, fretado um voo particular para ir a uma reunião do Bom Senso F.C. e voltado em seguida. No dia seguinte, os membros de seu clube viram na imprensa a notícia de sua presença na reunião e foram cobrá-lo por ter ido num momento atribulado de jogos. O jogador argumentou que isso não afetou sua dedicação aos treinos, já que no dia seguinte ele estava lá como todos os outros. No entanto, o fato de ele ter ido aos treinos normalmente, sem apresentar faltas, não impediu os membros da diretoria de seu clube de lhe pressionarem para não frequentar mais tais reuniões.

Esse episódio – que pode ser visto como uma espécie de assédio moral ao direito de organização do jogador – demonstra como os clubes, técnicos e gestores de futebol acreditam ser necessário o controle da vida particular dos jogadores, em qualquer que seja sua esfera – na alimentação, consumo de entorpecentes, lazer, política, no âmbito sexual, dentre todas outras. A justificativa é que qualquer desvio pode afetar seu desempenho em campo, pode desconcentrar o jogador, interferir em seu corpo, em seu jogo. O controle é feito por esses próprios gestores, uma vez que, na visão e na ação deles, o jogador não tem responsabilidade, maturidade e conhecimento para gerir seu próprio corpo, sua vida, suas passagens aéreas. Nesse sentido, além de controlar a vida dos jogadores, ainda se cria um atleta heterônomo e dependente para

³⁹⁰ Segundo entrevista concedida à autora em agosto de 2015.

tudo na sua vida – até para fazer um *check in* em um voo, como nos relatou um dos integrantes do movimento. Em meio a esse cenário, como não esperar que alguns jogadores tenham medo?

Interessante notar que esse assédio não se deu só com o jogador que o relatou para nós. E também não se deu somente por parte da diretoria. O próprio jogador nomeia a imprensa e a torcida como sujeitos que cobraram seu desempenho em campo, justificando que ele havia sido afetado negativamente por suas atuações pelo Bom Senso F.C. Se o jogador cometia alguma falha, esse erro era atribuído à sua participação política e não às suas habilidades ou deficiências técnico-táticas. O jogador emendou a descrição da situação dizendo: “eu errei porque sou ruim, não por causa do Bom Senso”, uma fala que ultrapassa as idiossincrasias das vaidades individuais, em defesa do projeto político defendido, que de maneira alguma, na visão do jogador, o afetaria em campo. O jogador Alex, em sua biografia, também atestou passar por situação semelhante. Já em fim de carreira e de temporada, a imprensa e a torcida diziam que sua queda de desempenho se daria em função de seu gasto de energia com as questões políticas (NEVES, 2015). Esses agentes da opinião pública – imprensa e torcidas – fazem a gestão do controle da vida do jogador de futebol e sua distância da política. Essa dificuldade de atuação política já havia sido identificada em estudos sobre a Democracia Corinthiana. Uma fala do jogador Wladimir é heurística dessa situação:

O universo do futebol é paternalista e autoritário. A torcida se acha dona, acha que tem que pôr e tirar; a imprensa se acha dona, só porque ela divulga e prestigia quando o cara está bem – ela acha que o cara tem que atender quando ela solicita. Um universo de autoritarismo em que o atleta é o ponto mais fraco da questão (MARTINS, 2012, p. 162).

Essa dificuldade da ação sindical do contexto do futebol foi demonstrada na tentativa de greve organizada por atletas vinculados ao Bom Senso F.C. em 2014, quando alguns torcedores invadiram o Centro de Treinamento de um clube, ameaçando jogadores da equipe. Naquela ocasião, os jogadores optaram por greve, conforme descreveu um dos jogadores, Colibri, envolvido na manifestação:

Eles [jogadores] estavam lá dentro [do vestiário do CT]. Eles se esconderam, baixaram, três ficavam segurando a porta. Os caras [torcedores que invadiram] passavam com faca, pedaço de pau [gritavam] “nós vamos cortar o pé do Juriti; nós vamos matar o Quero-quero”. Nisso [sic], eles [jogadores] definiram “não vamos jogar e não vamos jogar. Isso não existe! Onde já se viu! [exclamações de indignação com a invasão do CT]”, então já estava definido e foi tão simples quanto isso.

(...)

Quando cheguei, os outros estavam dentro do vestiário. Já estava decidido que nós não jogaríamos. Eu não participei da decisão, mas evidentemente eu apoiei. A gente, depois de um bom tempo, teve a reunião com todo mundo e a nossa posição foi clara. Fui o terceiro a falar. As duas pessoas que falaram antes, “nós não vamos jogar”. E o presidente falou “pelo amor de deus, vamos jogar” e o técnico pedindo “pelo amor de deus” pra gente jogar, que as coisas não se resolviam assim, e que a gente tinha que ter calma. Como a gente ficou firme, eles deram folga pra gente e disseram “olha, vão embora e amanhã às onze da manhã voltam e vocês pensam, ficam mais tranquilos e vê o que acontece”. Quando foi o dia seguinte, eu fui dormir no CT sozinho porque estava sem o apartamento. Aí chegamos de manhã e aí falei “qual é a posição de vocês?” Porque era o capitão do time e tinha que pronunciar. Reuni todo mundo. Veio presidente, diretor, treinador, papa... Aí, eles vieram com mais informação de que a casa iria cair, e que tem um problema gigantesco, que a empresa não vai patrocinar, e que a [Rede] Globo vai multar, porque não sei o que lá. Aí só eu falei porque tem que falar “olha, a posição é a mesma. Vocês estão olhando pro lado negativo e vocês não estão olhando pelo lado positivo. Porque eu se fosse a empresa e a Globo, eu pagaria ainda mais para que o clube lutasse contra a violência. Pagaria mais se fosse pensar nisso e pra Globo também porque está na hora de acabar com isso. Então todos os problemas que vocês estão vendo, eu vejo como oportunidade então discordo de vocês e a nossa posição se mantém...” Aí, pressão, pressão e pressão. Eles saem e os diretores de futebol ficam. O Tico-Tico e Pardal, que eram ex jogadores, tinham um pouco mais de afinidade de conversar com os jogadores mais abertamente. O Tico-Tico pede pelo amor de Deus pra jogar porque tá difícil e não sei o que lá. O outro também e aí já começa a aparecer outro ali e outro lá “vamos pensar, vamos conversar”, “o que vocês acham” e tal e vai outro vai outro vai outro e chega no final ... e aí a gente já fala... e o pior que era na carta que o clube tinha soltado. Eles expunham ainda mais os atletas (...). Ou seja, quem não viu o que aconteceu, estava achando que a culpa era mais nossa ainda, então solta uma nota que o clube não quer jogar e que a Globo está obrigando e que aconteceu “isso... isso... isso...” (...). Fomos pro jogo e aí já tinha ligado pro Andorinha, pro Rouxinol, pro Coleiro, pro Trigueiro, talvez eu não lembro. E o Andorinha e o Rouxinol, que eram os mais fortes, naquele momento diziam assim: “Colibri se a sua diretoria não se posicionar pra parar, como é que eu vou falar pro meu clube isso?” Ou seja, tem uma noção errada política que não tinha nada a ver... É o atleta! Assim como no dia que os torcedores foram bater em vocês na porta do seu clube, eu fui e falei tava errado, que o Ministério Público e que a Polícia tinha que ir atrás; dentro do clube... Mas eu não ia discutir com os caras. Passei: “só vão se posicionar se a diretoria do clube defender a posição” e a diretoria não defendeu e aí eles não se posicionaram e aí a gente não conseguiu³⁹¹.

A dependência da aprovação da diretoria para que a ação coletiva se efetivasse foi o marco da [não] realização dela. Apesar de, em primeiro momento, ser uma decisão autônoma dos jogadores, de até ser mantida entre os atletas do clube mesmo sob pressão – afinal, a situação à qual eles foram expostos anteriormente podia representar um medo ainda maior, uma vez que não comprometia apenas seu emprego, mas sua própria integridade física –, não se manteve exteriormente. A própria ideia de que era viável uma ação coletiva em harmonia com a diretoria – uma greve que prejudica seus “patrões” com o consentimento deles – representa uma ideia de conciliação possível, o

³⁹¹ Segundo o jogador Colibri, em entrevista à autora, em agosto de 2015.

que Teresa Sales (1994) chamou de “fetiche da igualdade”. Para a autora, subsiste uma forma de cidadania proveniente da Primeira República que faz com que as relações de classe sejam mediadas por uma suposta ideia de igualdade, de encurtamento das distâncias sociais, que contribuem para que “as situações conflitivas frequentemente não resultem em conflitos” (SALES, 1994, p. 37). No caso do futebol, em que o paternalismo e a cultura da dádiva subsistem fortemente – as relações profissionais são vistas de forma bastante paternalista, em torno de favores –, essa cultura política é mais difícil de ser rompida, mesmo com a dependência podendo ser amenizada, ao menos financeiramente.

Por isso, essa situação de medo e despolitização, na visão jogador Colibri, também deve ser compreendida à luz do contexto político brasileiro. Isso não ocorre só no futebol. Esse olhar contextualizado possibilita-nos evitar a criação de uma ideia de que os jogadores são ignorantes e despolitizados, alimentando uma visão muito preconceituosa da categoria. Segundo ele, não é apenas o jogador de futebol que é um analfabeto funcional no país; a questão é que apenas esses profissionais são expostos diariamente a entrevistas.

Além disso, não são todos os jogadores iguais. Não são todos que têm medo, nem todos que seriam despolitizados. De acordo com Uirapuru, justamente aqueles que se envolveram com o Bom Senso F.C. em primeiro momento eram aqueles que não precisavam, do ponto de vista de suas demandas corporativas. Eles já tinham sua carreira consolidada e não precisariam se expor, a não ser se fosse por um ideal maior, um projeto, que transbordasse a esfera das suas demandas particulares. Segundo Colibri, foi justamente essa condição de estabilidade na carreira que lhes permitiu dar esse passo adiante, o não precisar temer o futuro. Mas tais atletas, fruto do futebol espetáculo de ponta, não são os únicos envolvidos, conforme a própria presença de Uirapuru atesta.

Porque são atletas que querem melhorias no futebol brasileiro. Atletas que estão brigando por melhorias porque se continuar do jeito que está nós podemos até ficar fora da Copa do Mundo. Eles já passaram por essa realidade, mas, graças a Deus, conquistaram espaço na modalidade, estão no fim de carreira, outros no meio. Estão brigando por melhorias. Não é fácil. A gente sabe que órgão máximo do futebol é complicado de entrar – eles são blindados, junto com a emissora de televisão. Mas é uma briga que vamos ter que ficar ainda em cima, porque é uma situação que busca melhoria e o pessoal tem que entender que afeta muitos atletas³⁹².

³⁹² Em entrevista concedida à autora em agosto de 2015.

Segundo Colibri, também, os jogadores evitam paralisar jogos, porque pensam nos torcedores, “no cara que comprou o ingresso na semana... mas aí já vendeu o ingresso não dá pra parar!”³⁹³. Segundo ele, os jogadores não conseguem pensar como as outras categorias que compreendem que suas reivindicações são justas. Ele afirma que os atletas estão “preocupados com o ingresso”, o que seria um contrassenso, uma vez que esses que estão preocupados com os torcedores, a quem eles prejudicariam caso paralisassem, são os mesmos que são taxados de

Baladeiros, são “putaneiros”(sic), são cachaceiros, são tudo “eiros”. É assim que é a visão que se tem de fora. Mas quando você entra, se tem três cachaceiros é muito. O resto tem família, tem irmão, é evangélico, não fala palavrão. Quer fazer o melhor de si, morre de medo de fazer errado, que morre de vergonha. Mas só que a imagem que fica é a dos baladeiros³⁹⁴.

Evidentemente, a preocupação com a torcida poderia ser interpretada como uma necessidade para a valorização do jogador. A boa relação seria o fundamental para que o jogador permanecesse no clube. Essa afirmativa é parcialmente verdadeira, uma vez que existem jogadores que permanecem no clube mais em função do agrado à torcida e da tradição do que de seu desempenho técnico. Entretanto, a relação com a torcida, na maior parte dos casos, é sempre ambígua. Conforme o próprio jogador afirmou, “quando ganha é uma delícia, quando perde, você é feio”, posição essa fruto do que o jogador considera uma “adoração doentia”, prejudicial em qualquer segmento da vida, para além do futebol. No item a seguir, desdobraremos essa relação entre a participação política dos jogadores e a constituição de uma “imagem de marca” em torno das mesmas. Isso significa que, na medida em que a imagem do atleta é um dos elementos que o valoriza e precisa ser preservado a despeito da sua posição política, o Bom Senso F.C. buscou a (re)construção dessa imagem a partir da política. Examinaremos, a seguir, como se deu esse processo e quais suas consequências para a ação coletiva entre jogadores de futebol.

13.2 A política como uma imagem

Quando nos debruçamos sobre as estratégias políticas de demonstração das posições e reivindicações do Bom Senso F.C., notamos que elas são integradas ao

³⁹³ Em entrevista concedida à autora em agosto de 2015.

³⁹⁴ Em entrevista concedida à autora em agosto de 2015.

universo do futebol espetáculo, pois mesmo na medida em que subvertem a lógica, “paralisam” ou “atrasam” o jogo, também o constituem. Elas são mais uma das imagens que constituem os jogos, de modo que essas manifestações ocorrem nas partidas de grandes clubes, não em toda e qualquer rodada, de qualquer divisão, por exemplo. Além disso, as manifestações apresentam-se dentro do “politicamente correto”, de contestação não absolutamente conflitiva ou contenciosa. As tentativas de censura da CBF é que se tornaram o abuso.

São imagens que aparecem como mais uma forma de consumo no espetáculo esportivo. Ao mesmo tempo, elas também se apresentam como outra realidade sendo apresentada. Isso porque tais imagens disputam os imaginários sobre como é a carreira dos jogadores e sobre como funciona o próprio futebol, contribuindo para que os sujeitos participantes desse espetáculo construam outras representações sociais sobre seu mundo do trabalho. Nesse sentido, as imagens são a forma de existir na sociedade contemporânea (FONTENELLE, 2002, p. 23).

O recurso da imagem na política não é exclusivo do universo do Bom Senso F.C. Na medida em que cresceu o impacto das tecnologias da informação, em especial a televisão, mas também a internet, o sistema político passou a integrar-se a esse sistema de comunicação. Essa transformação, que pode ser exemplificada na eleição de Fernando Collor de Mello, no Brasil, ou de Silvio Berlusconi, na Itália, demonstra o potencial dessas tecnologias na transformação da política. Uma política que não necessariamente passa a ascender por dependência dos tradicionais sujeitos políticos coletivos, como os partidos e os sindicatos (RODOTÀ, 2000), mas constitui-se como uma nova espécie de populismo, na qual os sujeitos políticos se estabelecem como sujeitos de outros gêneros do entretenimento – do drama, da novela, da comédia.

Esse fenômeno registra a face contemporânea da lógica empresarial adentrando a política. Não que a relação entre economia e política fosse uma novidade. O registro atual dela é que faz com que a oferta política esteja se apresentando como uma oferta de produtos, próxima à lógica do consumo, como intercâmbio de produtos políticos. A consequência é que a própria política se esvazia, na medida em que tem de se adaptar à lógica da produção de mercadorias, das imagens e do consumo. A política é apresentada como uma imagem: de identidade compacta, simplificada e sem questionar ou criticar, já que a discussão ou o conflito são considerados negativos para a comunicação com o público (RODOTÀ, 2000).

Evidentemente, nossa análise não quer dizer que o Bom Senso F.C. é mais um movimento de marketing visando promover algum produto ou algum político posteriormente. Como já demonstramos, o Bom Senso F.C. é um movimento de jogadores de futebol e de outros sujeitos do meio, insatisfeitos com o *status quo*, e que buscavam uma forma de se manifestar que considerassem legítima e efetiva. Nesse sentido, a própria busca pelas imagens como meio pode ser relacionada à realidade da qual esses sujeitos são parte. Eles, em seu meio de trabalho, constituem o espetáculo esportivo. Não é algo forçoso ou uma estratégia de marketing político construída exteriormente a esses sujeitos, que buscaria colocá-los em um gênero televisivo diferente daquele do qual eles fazem parte. Entretanto, cabe registrar que a forma como eles movem seus interesses e motivações políticas publicamente é uma apropriação crítica do que Rodotà (2000) chamou de tecnopolítica, que descrevemos anteriormente.

O próprio nome Bom Senso F.C. foi cunhado pelo publicitário Washington Olivetto, o mesmo que criou o *slogan* da Democracia Corinthiana, na década de 1980. Este publicitário, desde a década de 1980, já conseguia interseccionar os pertencimentos político, empresarial e futebolístico que materializaram algumas das aspirações da experiência corinthiana. Por mais que sua faceta mais lembrada seja a política, de participação no movimento das Diretas-Já, a Democracia Corinthiana foi um projeto de marketing para o futebol do clube. Ele utilizava de estratégias de “melhorar a imagem” da marca do Corinthians associada a nomes empresariais legitimados socialmente, como o empresário Abílio Diniz, e à disputa política que existia entre democracia e ditadura (MARTINS, 2012). Isso evidentemente não anulou as posições políticas e aspirações de transformações de seus sujeitos. Apenas apontou uma confluência entre essas duas esferas e entre dois projetos, que em alguns pontos divergiam. Demonstramos com isso que o objetivo não é julgar, mas analisar as estratégias políticas adotadas.

Contudo, diferentemente da Democracia Corinthiana, cujo nome é cunhado a partir de uma disputa política explícita, o nome Bom Senso F.C. não apresenta nenhum conflito evidente nele. Aliás, a ideia de *bom senso* pode se remeter a muitas coisas, como um senso positivo, algo oposto ao *senso comum*, esse compreendido, de acordo com o dicionário Houaiss, como “conjunto de opiniões, ideias e concepções que, prevalecendo em um determinado contexto social, se impõem como naturais e necessárias, não evocando reflexões ou questionamento”. Nesse sentido, *bom senso* poderia ser compreendido como algo que pretende desnaturalizar o estado de coisas no

futebol. A questão é: como se estranharia esse estado de coisas? Em que sentido o desnaturalizaria?

Segundo o dicionário Houaiss, *bom senso* é uma locução que indica “capacidade, poder ou aptidão de distinguir o verdadeiro do falso, o bom do mau, o bem do mal, em questões corriqueiras, que não careçam de soluções técnicas, científicas ou não exijam raciocínio elaborado” e também “julgamento correto e equilibrado, em oposição aos estados perturbados de alma, por paixão, loucura, enlevo etc.”. No entanto, conforme indicamos em nossa discussão sobre o perfil ideológico do SAPESP, o enquadramento como positivo ou negativo, ou racional ou não, depende do ponto de vista ideológico adotado. Nesse sentido, não é algo consubstanciado em si mesmo, que só é possível de ser explicado com a explicitação de seu projeto ideológico. A definição do projeto defendido para o futebol brasileiro, que extrapola amplamente a expressão, é que indicaria qual o sentido e o significado objetivo do *bom senso* defendido pelo movimento. A ideia gramsciana de *bom senso* nos levaria a refletir nesse sentido: *bom senso* é a crítica e a superação do senso comum, não sendo ele propriedade de uma camada de intelectuais. Para Gramsci, na medida em que as classes populares constituam coletividades e consigam elaborar sua própria visão de mundo, como um todo unitário e coerente elas constituem seu próprio *bom senso* (GRAMSCI, 1999). Por isso, a constituição de um novo *bom senso*, partindo dos jogadores, dependeria da organização desse projeto ideológico sobre o futebol.

Esse projeto é pouco explicitado, em geral. Existe um dossiê sobre o futebol brasileiro, que expõe algumas críticas ao calendário brasileiro, e alguns dizeres que não explicitam sua natureza. Um desses dizeres é “um futebol melhor para todos”. Ao questionarmos um dos diretores do Bom Senso F.C. sobre como é esse “futebol melhor para todos” e quem o definiu, ele respondeu que o movimento representa a ideia de um grupo de jogadores. Não buscam, ou são capazes, de representar a totalidade da categoria ou mesmo do mundo do futebol. Representam uma parte dele, mas uma parte que pretende defender um projeto que seria melhor para todos. Poderíamos fazer uma metáfora com a ideia de hegemonia de Gramsci, como um projeto de uma classe que se pretende como ideal para as outras, mesmo não sendo originário delas, mas que, à medida que obtém hegemonia, se estabelece como projeto que detém o consentimento ativo das demais classes (GRAMSCI, 1999). Não que estejamos dizendo que se possa falar em hegemonia no campo esportivo exclusivamente, por isso tratamos como

metáfora. Ressaltamos a ideia de que é um projeto de um setor que quer se estabelecer para os demais.

E esse projeto é veiculado de forma compacta via imagens televisivas, que não o delineiam, além de textos curtos pela página virtual da rede social Facebook. O sítio eletrônico o veicula de forma mais elaborada, com notas oficiais, cartilhas e vídeos. Além desses, uma série de imagens de jogadores de futebol famosos, de braços cruzados, exigindo *bom senso* no futebol. Nota-se então que a politização das demandas varia entre as formas tradicionais de veiculação de ideias dos movimentos sociais – textos, panfletos e vídeos informativos – para o uso das imagens de jogadores famosos, a fim de conferir visibilidade ao movimento. Interessante é que, mesmo contendo alguns jogadores não famosos, como o caso de Thiago Gasparino e Ruy Cabeção, as imagens se centram naqueles que foram ou são vedetes dos grandes clubes.

Aliás, quando lançamos o olhar à forma de organização e de ação coletiva, notamos que ela se diferencia com relação aos jogadores dos grandes clubes, que têm jogos televisionados, e dos jogadores dos pequenos clubes. Se os jogadores não famosos são recrutados para a reunião com a presidenta Dilma para demonstrar que o movimento tem base na realidade da maioria dos jogadores – como forma ainda de expor essas condições precárias de trabalho, que são desconhecidas para boa parte do público e para os políticos do país –, os jogadores famosos se mobilizam e agem pela televisão. Nesse sentido, para estes a ação coletiva não é realizada a partir do local de trabalho em geral, ou do vestiário, mas de um local de aparição pública específica, que é a televisão, que não é acessível a todos os trabalhadores da categoria. Essa forma de ação coloca a seguinte questão: como agir politicamente se o jogador não for televisionado? Como agir politicamente se suas lideranças não estiverem mais nas transmissões televisivas? Como disputar esse projeto do futebol sem a aparição na mídia?

As respostas a esse desafio vêm também da necessidade de tentar concretizar seu projeto para o futebol brasileiro. Por isso, o Bom Senso F.C. arriscou movimentações bem-sucedidas da política institucional, a partir da influência na legislação sobre o PROFUT. Aliás, essa iniciativa pode ter contribuído negativamente, no sentido da imagem do Bom Senso F.C., uma vez que ela o aproximou da presidenta Dilma Rousseff, cuja aprovação pública era baixa. Evidentemente, a própria presidenta buscou essa aproximação para tentar em alguma medida uma minimização desse quadro, o que não significa que ele não tenha impactado negativamente sobre o movimento de

jogadores. Uirapuru relatou que em um encontro com a presidenta entregou a ela uma camisa do clube em que trabalhava. Quando retornou a ele, foi criticado pela imprensa local, dizendo que o clube, ao ser associado à presidenta, teria sua imagem prejudicada. Esse relato demonstra um desafio da condução da ação política a partir da imagem. Um desafio na medida em que o uso da imagem para a condução da ação política relega as decisões importantes e conflitivas para a esfera não visível dela (RODOTÀ, 2000). Quando se opta pela transparência em todos os momentos, a imagem pode ser conduzida de uma forma que venha a desagradar o público, o que faz a estratégia escolhida ser pouco eficiente.

Aliás, a própria condição desses jogadores famosos, como esboçamos na primeira parte desta tese, entre vender sua força de trabalho, ser uma imagem de uma marca, e sua imagem mesmo se tornar uma marca, não interferiria na sua ação política? E a ação política, em especial vinculada a um movimento social, expressando um conflito, não seria prejudicial à imagem desse jogador e a quem se associasse a ela? O Bom Senso F.C. tenta lidar com essa situação, a partir da tentativa de transformar a ação política em algo que poderia confluir para uma imagem positiva, seja do movimento social, como parte de disputar o sentido público de suas reivindicações, mas como parte da própria estratégia política adotada. Nesse sentido, a ação política se tornaria viável a esses jogadores, já que o prejuízo não seria tão manifesto. Evidentemente, essas opções têm consequência, como a subjugação dos jogadores menos famosos. O Bom Senso F.C. tentou construir um híbrido entre a estratégia da imagem e a estratégia de influência dos atores que ditam a política no nosso país, e para isso se utilizou deles. Como já descrevemos, a relação com os jogadores dos pequenos clubes foi bastante conturbada, já que esses também não toparam se expor em conjunto com o movimento. Nesse caso, não é sua imagem que está em jogo, mas a possibilidade de retaliação pelos clubes, dos quais eles dependem para conseguir emprego – que se torna cada vez mais incerto e difícil para esses jogadores, conforme vão envelhecendo.

Nesse sentido, o Bom Senso F.C. flutuou entre as duas esferas – da imagem e da influência política –, mas sempre se apoiando na imagética para conseguir apelo público e disputar as representações sociais sobre futebol. Entretanto, essas se mostraram insuficientes para a disputa que o movimento desejava realizar, e para tanto foram forjando alianças e tentando construir um estilo competitivo de ação política, para a disputa da CBF. Cabe salientar que esse estilo continuou privilegiando a imagem, já que

o próprio ato #OcupaCBF, que tentou se aproximar das estratégias dos movimentos sociais de conflito, a ocupação, também foi amenizada pela palavra “simbólica”, apresentando-se como um ato de rua pouco volumoso, mas com jogadores famosos que chamaram a cobertura midiática. Por mais que o Bom Senso F.C. se aproxime de outras estratégias mais clássicas de atuação de movimentos sociais, o apelo à imagem não se perde. Esse hibridismo demonstra a forma pela qual o Bom Senso F.C. lidou com os desafios da ação coletiva entre jogadores de futebol, como associar a imagem e a ausência de uma tradição de ação política entre eles a uma forma semelhante à de movimento social. A imagem, nesse caso, foi uma resposta à ausência de acesso de recursos que lhes permitiriam a disputa política por outros meios, seja o institucional, seja o econômico. No entanto, nem sempre o uso dos recursos imagéticos predominou. A seguir, analisaremos outro momento de hibridismo, em que os jogadores do Bom Senso F.C. adentraram a esfera política institucional, a fim de tentar aprovar uma legislação sobre o futebol.

13.3 Da ação coletiva entre jogadores de futebol para a disputa de projetos para a gestão do futebol

“O Raí foi bem claro. Não é do Bom Senso, ou algo assim. É um apelo civil, público, da sociedade”.

Essa fala de Alex demonstra o sentido que o Bom Senso F.C. quis imprimir às manifestações do #ocupaCBF. Embora o movimento #ocupaCBF já tenha sido enfocado como um momento em que os participantes do Bom Senso F.C. se envolveram em ações que ampliaram o escopo de jogadores de futebol e alcançaram a sociedade civil, demonstraremos mais detidamente como se deu esse processo, a fim de descrever e analisar a forma como o movimento atingiu esse patamar.

O desenvolvimento da narrativa do Bom Senso F.C. ajudou-nos a compreender a gênese do movimento e as mudanças pelas quais ele passou nesses pouco mais de dois anos de existência. Polletta (1998) demonstra como as narrativas são uma importante ferramenta analítica para a interpretação de movimentos sociais em ascensão, cujo desfecho ainda não é um dado acabado. De acordo com a autora, as narrativas permitem integrar passado e presente e os acontecimentos subsequentes, para evidenciar as

ambiguidades, as transformações por que passam. Isso significa que ao invés de analisá-los a partir de uma imagem congelada, nos detemos a fazê-lo considerando-os em movimento, dando ênfase justamente aos conflitos, ao processo, às negociações que esses sujeitos enfrentam ao longo de sua constituição. Contar uma história, nesse caso, é também explicar o que esse movimento é no presente, é constituí-lo.

A narrativa que descrevemos do Bom Senso F.C. demonstrou como uma iniciativa *a priori* de jogadores, mobilizada pelas condições de trabalho exploratórias de um contexto de Copa do Mundo que pouco os beneficiava diretamente, transformou-se em algo com contornos mais amplos. Se o incentivo inicial era o ciclo de protestos de junho de 2013, os conflitos enfrentados nessa dimensão readequaram o caráter sindical das primeiras manifestações do movimento. O conflito de representação enfrentado com a FENAPAF – acentuado no episódio de solidariedade aos atletas do Náutico que não recebiam salário – os fez perceber como a tutela do Estado na ação sindical, calcada na unicidade e nos privilégios conferidos pela estrutura sindical brasileira aos sindicatos oficiais, dificulta a existência de movimentos que transgridam a fronteira da Justiça do Trabalho e do Estado.

Além disso, o movimento Bom Senso F.C. enfrentou mais uma barreira, a dificuldade de negociar com a CBF qualquer mudança no futebol brasileiro. Isso significou que, a um só tempo, o movimento percebeu os dois lados do engessamento do futebol brasileiro: uma administração sem a menor disposição ou condição de mudança, já que além de autoritária ela também seria bastante controlada pela Rede Globo; e um sindicato de futebolistas adaptado a isso, cuja ação ocorre pelas beiradas que a CBF permitia, e que estava pouco disposto a mudar seu padrão, já que isso poderia fazer tremer sua base de poder. A partir daí, a ação do Bom Senso F.C. passou a se redirecionar para outro âmbito, o da mudança da regulação institucional do futebol, de forma que se garantisse, via legislação, o pagamento de salários dos jogadores de futebol. Esse momento é de inflexão do movimento, pois, ao mesmo tempo em que direciona suas demandas para tentar tornar o futebol um negócio mais transparente, também enfoca que isso deve passar por alguma condição de dignidade na profissão para os jogadores. Consideramos inflexão porque, a partir dessa movimentação, o Bom Senso F.C. começa a incluir os jogadores de clubes pequenos em suas demandas, uma vez que um dos pontos centrais da alteração da legislação era justamente a necessidade de comprovação, por parte dos clubes, do pagamento dos salários dos atletas, correndo

risco de rebaixamento, caso não o fizessem. Nesse sentido, a legislação diferenciou-se da proposta do SAPESP e da FENAPAF ao incumbir o clube de fazer a prova do pagamento, e não o atleta de expor o não pagamento.

A proposta, evidentemente, foi costurada também a partir da proposta de outros setores para a gestão “saúdável” do futebol brasileiro. O nó para tal foi o do refinanciamento das dívidas dos clubes de futebol, algo já em tramitação desde 2013. Até então, a tramitação continuava no rumo de um aprofundamento da Timemania, com refinanciamentos inacabáveis aos clubes, e sem contrapartida alguma (REIS; LOPES; MARTINS, 2013). A inovação da entrada do Bom Senso F.C. foi a incorporação de uma responsabilidade com o pagamento dos salários e direitos de imagem como contrapartida.

Essa entrada do Bom Senso F.C. na negociação do refinanciamento das dívidas não foi exatamente planejada, mas fruto da combinação de três circunstâncias: o fato de já estar em discussão uma proposta intitulada Proforte, de refinanciamento de dívidas; um apelo social por mudanças no país causado pelas manifestações de junho de 2013 – sem, no entanto, querer deixar nas entrelinhas que algumas delas foram realizadas, fato foi que a presidenta Dilma começou a atuar em algumas frentes; em função de a Copa do Mundo se avizinhar, e o futebol ter sido uma das vitrines de críticas das manifestações de 2013, um dos setores escolhidos foi o futebol. Além disso, o futebol tem grande popularidade, por isso tal medida poderia conferir visibilidade e trazer alguma aprovação popular à presidenta. Não por outro motivo, a associação ao Bom Senso F.C. poderia render uma imagem positiva ao movimento; Dilma, aliada a jogadores populares e bem vistos, poderia ter a sua reprovação pública minimizada.

Não é nosso intento aqui afirmar que o movimento foi usado pela presidenta. Os atletas que fazem parte dele têm ciência desse processo. Queremos, todavia, demonstrar que a iniciativa do Bom Senso F.C. de começar a intervir na legislação sobre futebol no Brasil não foi a primeira estratégia planejada pelo movimento. Fruto dos caminhos que foram se desenhando para ele, e das circunstâncias que se abriram. Porque sem essa confluência, por mais que o movimento tivesse um projeto de lei escrito, a chance de ele tramitar seria baixa, uma vez que o tempo de tramitação de um projeto de lei que não é de iniciativa do poder executivo costuma levar muitos anos.

A primeira reunião com a presidenta, realizada em 2014, é relatada pelos integrantes do Bom Senso como a apresentação de uma realidade até então

desconhecida para a presidenta da república deste país. Segundo um dos integrantes do Bom Senso F.C., seu relato chamou muito a atenção dela,

o que mais chamou atenção dela foi a minha história em relação ao meu filho. Nesse mundo do futebol existe muita instabilidade e meu filho, com 10 anos de idade, já tinha mudado de escola 15 vezes! Foi a parte que mais chamou atenção pra gente seguir nos pontos que nós estávamos querendo que fossem aprovados, como o calendário, e, aí foi até agora nesse último encontro com ela, semana passada [em agosto de 2015], ela lembrou do caso e voltou a citá-lo³⁹⁵.

O diálogo começou antes da eleição de 2014, e se firmou durante os anos subsequentes. Segundo os integrantes do movimento, o diálogo é com a Casa Civil, que firmou o compromisso com esses atletas de tentar alterar a legislação do PROFORTE³⁹⁶, que deu origem ao PROFUT. Segundo outro integrante do Bom Senso F.C., foram “22 meses de luta para influenciar democraticamente a legislação do país, [que o fizeram notar] o quanto é impossível fazer isso”³⁹⁷. Nesse caso, o jogador descreveu o trabalho do movimento de apresentar o projeto de lei aos deputados e senadores. A apresentação rendia aos jogadores diversas tardes transitando pelo Congresso Nacional para conversar com os legisladores. E mesmo assim, o projeto sofreu diversas mudanças, fruto da atuação de deputados ligados às entidades do futebol – clubes e federações. Segundo a nota oficial do movimento,

Foram necessárias dezenas e dezenas de audiências públicas. Viagens pra cá e pra lá. Reuniões, almoços, cafés etc. A minha impressão é de que vivi em um grande circo, com a exposição e a explanação de todos os tipos de bichos e artistas, uns perigosos, outros assustadores e até uns engraçadinhos. Assisti a apresentações e atuações jamais imaginadas e vi aplausos e gritarias sem motivo algum. Descobri, inclusive, com certo pesar, que na maior parte das vezes eu é que era o palhaço da história. Chegava, falava 5 minutos, escutava por 2 horas e ia embora. Perdia uma tarde, perdia um dia inteiro e, no fim, a sensação era sempre a mesma, meu poder de influência era quase nulo.

A maior parte dos deputados e senadores desconhecia o tema que seria tratado. A quantidade de achismos é absurda e cansativa. Chega a dar ânsia de vômito. O desperdício de tempo é colossal. Constata-se, depois de não muito tempo, que seus interesses nasceram bem antes daquela discussão, suas ideias não se movem um milímetro nem pra lá, nem pra cá; estão estagnadas em algum ponto crucial de suas biografias³⁹⁸.

³⁹⁵ Em entrevista concedida para a autora, em agosto de 2015.

³⁹⁶ Projeto de Lei nº 5.201, de 2013. Altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, para modificar a destinação dos valores arrecadados no concurso de prognóstico denominado Timemania com o objetivo de torná-lo mais atraente para seus apostadores e de aumentar a capacidade de pagamento das entidades desportivas quanto às suas dívidas fiscais junto à união, e dá outras providências. Autor: Deputado André Figueiredo (PDT-CE).

³⁹⁷ Em entrevista concedida para a autora, em agosto de 2015.

³⁹⁸ BOM SENSO, nota oficial de 13 out. 2015. Disponível em: <<http://www.bomsensofc.org.br/blog/?offset=1435112220000>>. Acesso em: nov. 2015.

Esta legislação, a Lei nº 13.155 de 2015, não toca na questão do calendário, restringindo-se a pontos como pagamento de salários, manutenção de uma responsabilidade administrativa dos clubes que aderirem a esse refinanciamento, a obrigatoriedade de investimentos nas categorias de base e feminina e limitação de mandatos de presidentes de clubes e federações. Ainda que não promova mais avanços, ela foi fruto de uma intensa disputa entre a CBF, clubes e o Bom Senso F.C. Disputa essa que, em determinada medida, até a FENAPAF integrou.

Durante a discussão dessa legislação, em 2014, apareceu como conteúdo introjetado na Medida Provisória nº 656 de 2014³⁹⁹, cujo tema era outro, o refinanciamento das dívidas dos clubes sem contrapartidas trabalhistas ou administrativas. Tal medida provisória foi apoiada pela CBF, que via nela a possibilidade de ajuda aos clubes de futebol. A partir dessa ideia, a CBF escreveu um ofício à FENAPAF pedindo que a entidade apoiasse a MP, já que as contrapartidas trabalhistas não seriam necessárias, pois estavam contempladas no regulamento dos campeonatos – o *fair play* defendido pela FENAPAF e pelo SAPESP, cuja polêmica com o Bom Senso F.C. já foi explicada. A FENAPAF respondeu ao ofício da CBF diretamente à Casa Civil apoiando a medida. Esse tornou-se um ponto de polêmica grande entre o movimento e os sindicalistas. No entanto, em função do compromisso assumido pela presidência com o Bom Senso F.C., o artigo 141 da MP, que tocava nessas questões, é vetado⁴⁰⁰.

³⁹⁹ Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014. Reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores, prorroga benefícios, altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada, e dá outras providências.

⁴⁰⁰ Dizia o artigo 141: “As entidades desportivas poderão, nos termos e nas condições desta Lei, parcelar em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais os débitos, tributários ou não tributários, com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e o Banco Central do Brasil, vencidos até a data de publicação desta Lei, com redução de 70% (setenta por cento) das multas isoladas, de 30% (trinta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor de encargo legal. § 1º A entidade desportiva constituída como sociedade empresária poderá, para quitação da dívida consolidada nos termos deste artigo, liquidar valores correspondentes a multas de mora ou de ofício, a juros moratórios, após as reduções de que trata o caput, e até 30% (trinta por cento) do valor principal do tributo, inclusive inscrito em dívida ativa, com utilização de créditos decorrentes de prejuízos fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre lucro líquido próprios, cujo valor a ser utilizado será determinado mediante aplicação, sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa, das alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9% (nove por cento), respectivamente. § 2º Os percentuais de redução previstos no caput deste artigo serão aplicados sobre o valor do débito atualizado a época do depósito e incidirão sobre o valor das multas de mora e de ofício, das multas isoladas, dos juros de mora e do encargo legal efetivamente depositados. § 3º A pessoa jurídica que, após a transformação dos depósitos em pagamento definitivo, possuir débitos não liquidados pelo depósito poderá obter as reduções de que trata o caput e utilizar créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, nos termos do § 1º deste artigo”.

Além disso, a própria aprovação da Lei nº 13.155 de 2015, e posterior sanção presidencial, dependeu da relação entre o Bom Senso F.C. e o poder executivo. Segundo um dos integrantes do Bom Senso F.C., no final da tramitação na Câmara, o relator Otavio Leite, do PSDB, alterou o artigo que mudava a cláusula compensatória em caso de interrupção de contrato por parte do clube empregador. Até então, o clube que o fizesse deveria pagar 100% do valor de salário do restante do contrato para o jogador o qual ele desempregou. No entanto, apareceu um artigo no projeto de lei aprovado no Congresso Nacional que diminuía esse valor para um piso de 50% do valor contratual restante do contrato. Quando se deparou com essa mudança, o jogador relatou que

Eu ligava pra o Otavio Leite pedindo pra tirar isso. Falava “pelo amor de Deus”, pro Otavio, “tira isso do texto; isso é uma porcaria. Não é justo, não tava na discussão. Vocês estão enfiando por trás”. Ele respondia “Ô Colibri pra tirar isso, eu preciso mandar de volta para a Câmara”. Nós nos pronunciamos, então, e já tivemos o ok na Casa Civil, que se comprometeu a vetar esse ponto.

Esse relato apresentou a dependência da relação com o governo federal para a apresentação desta legislação de uma forma mais próxima ao que o Bom Senso F.C. desejava e sem prejudicar explicitamente os atletas. O jogador ainda nos afirmou que não tinha relação com o Partido dos Trabalhadores, que sua relação era com a presidenta Dilma, a partir dos acordos firmados para a aprovação dessa lei. Interessante é notar como se repete o que ocorria na Lei Pelé, isto é, uma dependência do executivo para que mudanças desejadas por alguns sujeitos do mundo do futebol ocorressem. Podemos ainda extrapolar e vislumbrar que todas as iniciativas de modernização do futebol no país, desde a profissionalização do jogador, a construção de estádios, regulamentação da profissão, dentre outras, foram mediadas não pelo mundo do futebol, mas pelo poder executivo – seja em tempos de ditaduras ou de democracia.

A disputa por um projeto de futebol na esfera legislativa ainda teve repercussões na esfera privada e de gestão do futebol. A participação do grupo na influência para legislar sobre o futebol rendeu visibilidade a ele e relação com outros clubes. Outro fator também que confluiu com a aprovação dessa legislação e foi positivo para o diálogo do Bom Senso F.C. com alguns clubes foi a criação de uma liga autônoma à

A mensagem de veto da presidente justificava-o: “O Governo vem discutindo há meses com representantes de clubes, atletas, entidades de administração do desporto e com próprio Congresso Nacional a construção de uma proposta conjunta que estimule a modernização do futebol brasileiro. O texto aprovado não respeita este processo e prevê apenas refinanciamento de débitos federais, deixando de lado medidas indispensáveis que assegurem a responsabilidade fiscal dos clubes e entidades, a transparência e o aprimoramento de sua gestão, bem como a efetividade dos direitos dos atletas”.

CBF, a Primeira Liga ou Liga Sul-Minas-Rio. A ideia dessa liga surgiu em julho de 2015, por iniciativa do Coritiba, que tentava retomar a Copa Sul-Minas. Os clubes Flamengo e Fluminense, por sua vez, ao enxergarem nessa competição a chance de um boicote à FERJ, federação com a qual estavam brigados, optaram por fortalecê-la também⁴⁰¹. A autonomização da liga com relação à CBF ocorreu em outubro do mesmo ano, quando a entidade nacional demonstrou que tomaria o lado da FERJ. A partir daí, a liga começou a tramitar independentemente da aprovação da CBF⁴⁰².

Além de apoiar e ser um articulador dessa liga, o Bom Senso F.C. também ponderou alguns elementos de sua criação, como o risco de ela acabar com a possibilidade de existência dos clubes pequenos, como informou a nota de outubro de 2015:

Criar a Liga Sul-Minas-Rio apenas para romper com as federações estaduais, arrecadar mais por meio da venda dos direitos de transmissão de jogos para a TV e competir com os desinteressantes campeonatos estaduais é sacramentar de uma vez o fim dos clubes do interior nesses estados.

A empreitada da criação da Liga só vale se for o embrião de algo maior, de uma Liga Nacional que seja capaz de reorientar o futuro do esporte mais popular do país. Uma Liga que possa em médio prazo desenvolver um campeonato de ponta para os clubes de elite e, ao mesmo tempo, estabelecer novos parâmetros às competições dos clubes do interior⁴⁰³.

A nota tenta se isentar das críticas feitas de que a liga acabaria com os estaduais, mas não esboça como ela poderia contribuir para o fortalecimento deles. Nesse sentido, aparece como um alerta vago. Apesar de a preocupação ser condizente com as pautas do Bom Senso F.C., o fato de ela aparecer sem uma clara alternativa faz aparentar mais um tom discursivo do que propositivo.

Cabe salientar ainda que a liga fortaleceu duas iniciativas pelas quais o Bom Senso F.C. lutava, por isso faria sentido a ele apoiá-la. Em primeiro lugar, permitiu que os jogadores possuíssem voz e voto no conselho técnico dela. Apesar de ser uma decorrência da aprovação da Lei do PROFUT, ela restringiu-se nesse momento à liga⁴⁰⁴.

⁴⁰¹ GOEBEL, A. H. Coxa convida, e clubes discutem volta da Copa Sul-Minas com a dupla Fla-Flu. GloboEsporte.com. 16 jul. 2015. Disponível em: < <http://globoesporte.globo.com/pr/futebol/noticia/2015/07/coritiba-tenta-resgatar-copa-sul-minas-no-lugar-dos-estaduais.html>>. Acesso em: jan. 2016.

⁴⁰² PVC. Feldman diz que Primeira Liga não é problema se seguir modelo do Nordeste. Blog do PVC. 20 out. 2015. Disponível em: < <http://pvc.blogosfera.uol.com.br/2015/10/20/feldman-diz-que-primeira-liga-nao-e-problema-se-seguir-modelo-do-nordeste/>>. Acesso em: jan. 2016.

⁴⁰³ BOM SENSO F.C. Apoio à primeira Liga, mas que não pare por aí. 21 out. 2015. Disponível em: <<http://www.bomsensofc.org.br/blog/>>. Acesso em: jan. 2016.

⁴⁰⁴ Em março de 2016, a CBF convidou Martorelli, representando a FENAPAF, para compor o conselho técnico dos campeonatos brasileiros da série A e B. Nessa ocasião, Martorelli declarou: “Os jogadores, tido como craques não

Aliás, a indicação de quem seriam esses atletas foi destinada ao Bom Senso F.C. e não às entidades oficialmente representativas da categoria. Para escolha do atleta, o movimento fez uma consulta a todos os capitães das equipes filiadas à liga, que decidiram por Lúcio Flávio e Wallace. Segundo o primeiro, “essa indicação representou uma conquista aos atletas, de modo que todas as partes interessadas devem buscar uma integração e um futebol melhor para todos. Penso em contribuir e em representar bem a classe”⁴⁰⁵.

Em segundo lugar, a liga representou a concretização do enfrentamento à CBF como entidade que tem a responsabilidade de organizar o futebol brasileiro. A CBF protagonizou no início de 2016 uma batalha para o não reconhecimento da Liga enquanto campeonato, sem lograr uma vitória. Para o Bom Senso,

Com a cúpula da CBF enfraquecida e novamente tentando impedir o desenvolvimento do nosso futebol, o momento é propício para que os clubes rompam de vez com o modelo arcaico que teima em se manter no futebol brasileiro.

A organização e o protagonismo do futebol brasileiro precisam se desvencilhar da estrutura corrompida e ineficiente que os domina há tanto tempo⁴⁰⁶.

Nesse sentido, a concretização da liga, por mais que demonstrasse as dificuldades dos clubes em romperem com a CBF e com as federações estaduais – já que nos últimos meses diversos desistiram, outros resolveram disputar os campeonatos estaduais e a liga –, ainda assim conseguiu representar um enfrentamento à entidade. Evidentemente, a liga acontece não sem contradições. O fato de os clubes cariocas disputarem, além dela, o campeonato estadual, a pressão da emissora Rede Globo para que esse último não fosse disputado com equipes reservas e a forma desigual de divisão dos recursos televisivos entre os clubes demonstraram que uma mudança na gestão do futebol brasileiro não é algo tão iminente que possa ser vislumbrado a partir da gestão da Primeira Liga.

precisam de leis, tampouco de sindicato. Como os clubes os querem de qualquer forma, eles negociam suas próprias condições de trabalho. Nosso foco é pensar e trabalhar pelos que não atingiram essa condição”. Tal declaração pode ser compreendida como uma resposta ao apelo do Bom Senso F.C. em participar desses conselhos técnicos, do qual já são representantes na Liga. (MARTORELLI participa dos Conselhos Técnicos das Séries A e B do Campeonato Brasileiro 2016. SAPESP. 13 mar. 2016. Disponível em: < <http://sindicatodeatletas.com.br/noticias/martorelli-participa-dos-conselhos-tecnicos-das-series-a-e-b-do-campeonato-brasileiro-2016.html>>. Acesso em: mar. 2016).

⁴⁰⁵ BOM SENSO. Bom Senso FC indica Lúcio Flávio e Wallace ao Conselho Técnico da Primeira Liga. 25 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.bomsensofc.org.br/blog/>>. Acesso em: jan. 2016.

⁴⁰⁶ BOM SENSO. Todo apoio à Primeira Liga. 26 Jan. 2016. Disponível em: <<http://www.bomsensofc.org.br/blog/>>. Acesso em: jan. 2016.

A disputa de projeto para o futebol brasileiro no início do ano de 2016 têm se manifestado numa disputa pela CBF, como aponta a fala de Alex: “Vamos lançar candidato para a CBF”⁴⁰⁷, conforme já descrevemos anteriormente. Um projeto que não é somente gestado por jogadores, mas por empresários de setores diversos que investem em futebol, alguns empresários e clubes de futebol, acadêmicos e jornalistas. Esse projeto não tem seus contornos tão bem definidos, e ainda está no processo tortuoso de elaboração. O quão positivo ele será para a categoria de jogadores de futebol só o tempo dirá, seja enquanto proposta ou enquanto projeto implementado. Até o momento atual, a grande novidade é a participação de jogadores de futebol em sua implementação. O legado mais positivo, por ora, será essa conscientização sobre a importância de os jogadores serem protagonistas neste processo. Um legado que não será facilmente mantido, já que as condições não são as mais favoráveis, como para qualquer movimento social. Segundo um dos integrantes do Bom Senso F.C.,

Porque custa caro esse negócio. Essas lutas são e estão resumidas a duas palavras, três palavras: você é um IRON MAN [em alusão à maior competição de triatlon do mundo]. Um *Iron Man com gincana*. Pois é isso o que posso falar. Ou seja, não sei se vale a pena. Porque a gente entrou como se fosse uma corrida de 100 metros, mas não parou por aí. E tem uma hora que você cansa. Corre quilômetros, não aguenta. E começa a ter que ir devagarzinho. Não dá pra ser um movimento crítico, porque fecha muitas portas e aí você não consegue movimentar a sociedade pra bancar todas as suas causas, porque mesmo os patrocinadores querem as mudanças, mas não querem se desgastar, porque às vezes dependem da sua imagem.

Esse relato demonstra o desgaste sofrido pelos integrantes do movimento Bom Senso F.C. ao tentarem promover alguma mudança. Ele explicita que algumas concessões nas pautas são feitas – um movimento crítico, em suas palavras, fecha as portas – para que consiga minimamente expor um projeto de mudança. Nossa análise sobre o Bom Senso F.C. demonstrou que à medida que o movimento foi crescendo, seus integrantes começaram a dar respostas a outros setores. De uma demanda puramente sindical, que envolvia majoritariamente jogadores dos grandes clubes, foi incorporando solidariedade aos atletas de clube pequenos, de modo que estes integrassem com o movimento e que suas demandas por pagamento de salários fossem uma das reivindicações principais do movimento. Além disso, durante esse processo, o movimento notou que um dos principais entraves para mudanças era a estrutura arcaica e de difícil penetração do poder no futebol brasileiro. Essa constatação fez o movimento

⁴⁰⁷ RIMOLE, Cosme. Alex: “vamos lançar candidato à CBF”. 07 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.bomsensofc.org.br/blog/>>. Acesso em: dez. 2015. Grifos nossos.

direcionar seus esforços para a disputa de poder no futebol – terreno até então não penetrado por jogadores organizados coletivamente. Todavia, para promover essa disputa, foi necessário tecer redes diversas, com outros setores do futebol que também tivessem interesse na mudança do poder na CBF. A partir dessa rede tecida, se fez um projeto para o futebol brasileiro, sintetizado na ideia de um mercado mais profissional do futebol e representado, ainda que precariamente, pela aparição da Primeira Liga. Esse grupo do qual o Bom Senso F.C. faz parte, que disputa o poder na CBF, é heterogêneo nos seus interesses, mas organiza-se coletivamente para que sejam menos asfixiados pelos dirigentes atuais do futebol brasileiro.

Do ponto de vista da diversidade de interesses, o próprio Bom Senso F.C. é um exemplo: são jogadores de pequenos e grandes clubes, cuja reivindicação é distinta, além de profissionais de diversas áreas envolvidos com o futebol. Sua reivindicação mira que esses sujeitos tenham mais condição de permanência no setor econômico do futebol, que configura um mercado instável e de estrutura bastante corrupta. Nesse sentido, por mais que, para os jogadores de futebol a entrada no movimento tenha significado o fim de suas carreiras, como demonstramos no capítulo anterior, e que os ganhos imediatos tenham sido pequenos, o movimento vai caminhando em direção a algumas mudanças. Um breve exemplo dessas mudanças veio com a aprovação na Lei do PROFUT, que estipulou a responsabilidade trabalhista, um estímulo a uma gestão dos clubes transparente e equilibrada financeiramente, a proibição dos mandatos ilimitados nas federações de futebol, bem como a inclusão dos clubes nas eleições da CBF e dos jogadores nos conselhos técnicos dos campeonatos.

Os outros setores do futebol que apoiaram essas mudanças compraram, a partir desse apoio, um conflito com a CBF. Um exemplo é a relação instaurada com a Primeira Liga, que não só consolidou um conflito entre Flamengo e Fluminense com a federação local do Rio de Janeiro, a FERJ, como colocou outros clubes em pé de guerra com a CBF, como o Atlético Mineiro. A pressão que eles sofreram da Rede Globo em não deixá-los entrar em campo com equipes reservas, e mesmo a confusão de jogos que valiam pelos dois campeonatos, demonstram o quanto adentrar essa disputa desestabiliza a organização desses clubes.

Por esse emaranhado de relações que permeiam o futebol, que o fazem ser hermético a outros sujeitos e a outras propostas, tornou-se um imperativo para o Bom Senso F.C. articular-se com esses outros setores. A relação com a presidenta e com os

legisladores, ainda que promovesse mudanças, não bastou para fazê-las efetivas. Era necessário disputar o poder no futebol, e para tanto, se fizeram necessárias as alianças com outros setores. Para esses, a relação com o Bom Senso F.C. ajudou a promover prestígio e apelo público a suas pautas, já que a principal forma reivindicativa do movimento era bastante visível, o recurso dos atos durante as partidas. Os sindicalistas do futebol pouco apareceram nesse processo, uma vez que a relação deles tanto com o poder executivo, quanto com a CBF divergia do Bom Senso F.C. Os sindicalistas agiam como negociadores perante a CBF, enquanto o Bom Senso F.C. se tornava uma oposição. São relações distintas que emaranham ainda mais o quadro de relações do futebol brasileiro e demonstram a complexidade que é a organização de jogadores de futebol e a disputa de poder no campo esportivo.

Capítulo 14: Remate final

As [im]perfeições, desafios e possibilidades da ação sindical entre jogadores de futebol no Brasil

(...) o futebol inglês, o soccer, pela singularidade da sua formulação, abre-se, mais do que os demais esportes, a uma margem narrativa que admite o épico, o dramático, o trágico, o lírico, o cômico, o paródico (WISNIK, 2008, p. 19).

A utilização desse excerto do livro de Wisnik (2008) sobre o futebol – *Veneno remédio* – elucida o caráter do futebol enquanto um fenômeno social que enseja, a um só tempo, diversas contradições e serve também como uma espécie de promotor de coesão social. O excerto também demonstra que dentre os elementos que compõem essa cola social, cujas contradições são inúmeras, a política é frequentemente ocultada, muito embora, como parte do tecido social, esteja constantemente presente. Esta tese, por contraste, tentou expor à luz justamente a face oculta do futebol, sua política – uma política mais esquecida ainda, aquela que envolve jogadores de futebol.

Nesse sentido, o tema central deste trabalho foi a ação coletiva entre jogadores de futebol, enfocando um de seus vértices históricos: o sindicalismo. Buscamos analisar a ação sindical entre jogadores de futebol no Brasil, explicitando os diálogos, conflitos e disputas que transversalizam esse objeto. O objeto central de nossa análise foi o SAPESP, sindicato organizado há mais tempo e cujo presidente é participante de todas as outras esferas que compõem a configuração dos sindicatos de jogadores de futebol no Brasil e no exterior: a FENAPAF e a FIFPro. Nesse sentido, ao passo em que enfocamos o SAPESP, também atravessamos essas entidades e outras estaduais, como o SAFERJ e SiAPERGS, que dialogaram e construíram movimentos conjuntamente aos sindicalistas paulistas.

Para analisar a política entre jogadores de futebol em sua face sindical, é necessário, *a priori*, olhar as condições de trabalho presentes no meio. O olhar à configuração dos “pés de obra” mostra-nos que há uma dupla condição de trabalho presente no ramo. Em primeiro lugar, aparece a minoria que disputa os campeonatos televisionados, cuja imagem, por conseguinte, compõe a indústria cultural, tornando-os vedetes e veículos para valorização de marcas e produtos no capitalismo contemporâneo. Esses sujeitos têm a sua vida sugada pelo capitalismo das imagens, de modo que se tornam parte integrante deste sistema: a própria imagem do jogador torna-

se uma marca, integrada de forma subordinada a esse circuito de valorização de capital. Em segundo lugar, aparece a maioria da categoria, composta por “pés de obra” cujo reconhecimento é apenas local. São jogadores que dificilmente aparecem na televisão, que se dedicam cotidianamente a uma carreira precarizada, sazonal e de baixa remuneração à espera da consolidação dos sonhos: ser descoberto e tornar-se jogador de elite do futebol. Algumas narrativas fortalecem a ideia de que esse sonho pode se tornar realidade, de modo que esses jogadores se tornam vítimas e cúmplices dessa narrativa. Isso os afasta de qualquer contestação às suas condições de trabalho, uma vez que essa contestação pode pôr em risco a possibilidade de o sonho se concretizar. Esse circuito compõe um fetiche em torno da carreira de jogador de futebol, implicando empecilhos para a manifestação de uma ação coletiva e sindical entre os jogadores. A esse circuito da carreira fetichizada os sindicalistas do futebol esboçam respostas cotidianamente.

Os sindicatos de futebol são influenciados pela estrutura sindical e pelas mudanças e reorientações nas práticas sindicais no Brasil. Na década de 1980, o *novo sindicalismo* marcou a conjuntura brasileira, com a ascensão de greves e o fortalecimento das entidades sindicais. A ênfase no sindicalismo permeou o futebol a partir do surgimento da Democracia Corinthiana e sua integração ao sindicato de futebolistas de São Paulo. Nesse momento, o SAPESP visava uma modernização do futebol brasileiro, com a pauta principal pela extinção do passe, vínculo que aprisionava o jogador ao clube. O SAPESP fortaleceu-se, incrementando sua densidade na filiação sindical, bem como obtendo a adesão de jogadores famosos, que participavam da Democracia Corinthiana. Durante esse período, pela primeira vez, em São Paulo, o SAPESP ameaçou a realização de uma greve, causando um ponto de ruptura na postura conciliatória de gestão sindical adotada até então.

Na década de 1990, o arrefecimento do sindicalismo no Brasil marcou o futebol de modo que os jogadores famosos não encontravam na entidade sindical uma possibilidade viável de obter conquistas na categoria. Os sindicatos começam a ter gestões de duração extensa, dado o desinteresse e a dificuldade da entidade em promover a sua renovação de quadros. Por consequência, a entidade passa a oficialmente apostar na negociação e no diálogo, em detrimento de qualquer possibilidade de mobilização da categoria. No entanto, um grande acontecimento conjuntural, o fim do passe a partir do caso Bosman, traz alguma visibilidade aos sindicatos no futebol. Os sindicatos de futebolistas passam a ser agentes da negociação

desse processo. Se por um lado isso institucionaliza o sindicato no campo esportivo como um agente negociador, por outro lado, a via da negociação passou a ser valorizada em detrimento das conquistas obtidas por ela. Essa perspectiva é ainda mais acentuada a partir dos anos 2000. Com a eleição para a presidência da República, em janeiro de 2003, do sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, os sindicatos postularam a esperança de mudança e de possibilidade de serem atendidos em suas reivindicações. Essa esperança foi frustrada no caso do futebol, uma vez que a gestão do presidente promoveu inúmeros retrocessos na pauta, em favor dos clubes e não dos atletas ou do sentido público que poderia ter o espetáculo futebolístico. No entanto, apesar das constantes derrotas sofridas no plano legal nos anos 2000, os sindicatos de futebolistas passaram a apostar na via da negociação por uma questão ideológica, de modo que promoveram uma reorientação em suas práticas.

A questão ideológica no SAPESP é vislumbrada em três planos: nas funções elencadas para a entidade por sua gestão, a estrutura organizacional e a forma como os sindicalistas do futebol encaram a disputa de poder no futebol brasileiro – se compõe um projeto alternativo ou se enquadram no projeto vigente. Do ponto de vista da função do sindicato, o SAPESP vislumbra ser um prestador de serviços, administrador de fundo de previdência e de ser uma assessoria jurídica. Nesse sentido, percebe-se uma influência presente da estrutura sindical brasileira, que estimula os sindicatos a serem órgãos assistencialistas. No entanto, essa visão é acentuada no futebol, uma vez que existe um mercado muito precarizado, com o direito mais fundamental violado, isto é, o pagamento dos salários, o que faz com que assessoria jurídica para a maioria da categoria se coloque como uma agenda política de luta, quase se confundindo com um enfrentamento sistemático aos clubes. Nesse caso, a palavra “confusão” não é aleatória: o sindicato trabalha para amenizar esse conflito, ainda que para tanto precise promover de tempos em tempos alguma ação de enfrentamento aos clubes inadimplentes. Esse tipo de ação sustenta politicamente o sindicato. Além disso, a esquiva do conflito é algo constante na atuação do SAPESP e da FENAPAF. Tais entidades não compreendem o conflito como algo que estrutura as relações entre capital e trabalho numa sociedade de classes. Pelo contrário, sua posição ideológica é orientada pela resolução mediada do conflito, e não pela luta constante pela supressão dessa divisão social de classes, e, portanto, pela crítica ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, sua posição é de ajustamento à ordem social vigente no futebol, posição essa que afasta as duas entidades

do vértice classista da geometria de Hyman (2001), reafirmando sua posição de pertencimento entre o mercado e a sociedade. Isto é, entre um sindicalismo corporativo e um sindicalismo voltado à integração social, ainda que essa tensão seja menos presente em suas ações.

Tal ação ainda é reforçada pela forma pela qual o sindicato vislumbra sua estrutura organizacional, ou seja, pela promoção de uma disjunção entre categoria e gestão, conformando o que a literatura sobre sindicalismo enuncia como uma burocracia sindical. Em outras palavras, por mais que o SAPESP aja, a seu ver, em favor da categoria, ele o faz sem a presença dela. Essa forma de realizar a ação sindical permite que o SAPESP tenha uma orientação prática semelhante a uma empresa que presta serviços especificamente à categoria dos jogadores de futebol. A assessoria a jogadores de futebol é algo presente no meio. A diferença é que como a maioria da categoria não tem acesso a ela, o SAPESP compensaria de alguma forma essa desigualdade. Essa forma de perceber a ação sindical, pouco politizada e voltada ao mercado, pode ser encaixada na geometria de Hyman (2001) como o vértice de um sindicalismo de mercado, que é influenciado, no Brasil, tanto pela estrutura sindical corporativista, quanto pelas próprias acepções da gestão do SAPESP.

Por essas posições ideológicas e organizacionais o SAPESP tem como repertório de ação a Justiça do Trabalho e a negociação coletiva, evidenciando a herança de um modelo corporativo de ação sindical, que é fortalecido pela estrutura sindical brasileira, a qual permite que uma entidade sobreviva sem a adesão de sua base. No entanto, apesar de essa tradição influenciar o SAPESP, demonstramos que ele não é simplesmente um *sindicato de carimbo*, isto é, uma entidade que não tem ação nenhuma com a base. Ao contrário, ele tem uma ação direcionada a uma parte da categoria, a mais precarizada, modelada pelas disposições práticas de sua natureza ideológica. Quando observamos a sua atuação política nos anos 2000, percebemos que o SAPESP trabalha para possuir o respaldo de uma parte significativa da categoria, tem uma densidade sindical alta e possui ação política em favor da categoria.

Nesse sentido, buscamos demonstrar a relação estreita entre o ponto de vista funcional, estrutural e ideológico na ação prática do sindicato. Ela pode ser vislumbrada na medida em que o SAPESP se enquadra no projeto vigente do futebol brasileiro, isentando-se de disputar poder para ter capacidade de mudá-lo. Por isso, não precisa apostar na mobilização e na representatividade da categoria. A consequência é a

consolidação de um sindicato burocrático, cuja ação na base serve para amenizar outros possíveis conflitos que advenham do despotismo dos clubes com os atletas. Um sindicato que não busca alianças com outros setores, restringindo-se a negociar acordos mínimos com a CBF e as federações locais. Essa posição consolida-se de tal forma que o sindicato respondeu de forma evasiva às dificuldades de mobilização entre os jogadores de futebol. Não tenta mobilizá-los, aposta num sindicalismo distante da base, que pode ter sucesso *a despeito* dela, na visão de seus dirigentes. Nesse sentido, retorce a ideia de sindicato enquanto um sujeito coletivo, para afirmá-lo como uma representação distante.

Dessa forma, os sindicatos de futebolistas encaram nesse momento um dilema parecido com o enfrentado pelo sindicalismo brasileiro: participar de espaços de negociação não significou conquistas para a categoria. Aliás, como parte do sindicalismo brasileiro, os dirigentes futebolistas afastaram-se do governo federal, configurando-se como oposição a ele. Além disso, foram demonstrando-se incapazes de pautar um projeto político e sofreram as consequências do ciclo de protestos que surgiu em junho de 2013. A partir do momento em que outros sujeitos ascendem à cena da política brasileira, emergem também outros sujeitos políticos coletivos à margem das estruturas consolidadas. A greve dos garis de 2014 foi heurística: demonstrou pessoas dispostas a reivindicar seus direitos a despeito das formas já institucionalizadas para esse fim.

Nesse sentido, analisar a ação sindical entre jogadores de futebol implica olhar outras formas de reivindicação coletiva que transbordam as fronteiras das gestões dos sindicatos de futebolistas. O olhar a essas outras formas de ação coletiva que possuem, por vezes, caráter sindical, demonstra-nos outras possibilidades de responder aos dilemas de organização da categoria. Além disso, o olhar a elas torna-se ainda mais relevante à medida que se chocam com os sindicatos. O exemplo com desfecho mais interessante e coletivo é o movimento Bom Senso F.C.

O Bom Senso F.C. tem sua gênese relacionada às manifestações de junho de 2013 em dois sentidos. O primeiro deles é que o clima político favorável à manifestação política incentivou o engajamento de jogadores de futebol. E em segundo lugar, tal como as manifestações, a reivindicação que emergiu se relacionou à realização da Copa do Mundo no país. Essa iniciativa surgiu com um caráter sindical, de reivindicar o

direito de férias, que seria corrompido pela necessidade de elaborar um calendário ajustado à realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014.

No entanto, essa reivindicação por condições de trabalho menos exploratórias adquiriu contornos mais amplos, de modo tal que os atletas envolvidos com o Bom Senso F.C. começaram a se solidarizar a outros jogadores que também questionavam as condições de trabalho, em especial o atraso salarial. Essa natureza sindical logo deflagrou um conflito de representação entre o Bom Senso F.C. e o SAPESP, junto à FENAPAF, acentuado no episódio de solidariedade aos atletas do Náutico que não recebiam salário. Os atletas do Bom Senso F.C. perceberam o poder da estrutura sindical brasileira, que, ao forçar a unicidade e a partir dos privilégios conferidos aos sindicatos oficiais, dificulta a existência de movimentos que transgridam a fronteira da Justiça do Trabalho e do Estado.

A resposta a esse dilema foi a reorganização do movimento, que iniciou um processo de construção de um movimento social no futebol brasileiro. O Bom Senso F.C. foi a primeira organização a levantar a bandeira, e depois construiu solidariedade com outras organizações, de modo que hoje irrompem à cena pública diversas manifestações de questionamento do *status quo* do futebol: seja dos futebóis marginalizados (de mulheres, futsal, *beach soccer*), dos torcedores organizados, das mulheres consumidoras e dos que lutam por diversidade no futebol. Esse processo nasceu de ações coletivas entre jogadores de futebol – atos políticos realizados não sem dificuldades, enfrentando desafios e as tentativas de silenciamento.

O Bom Senso F.C. sustentou a sua existência política a partir da própria condição desses jogadores, que, por um lado, são força de trabalho do espetáculo futebolístico e, por outro, são imagem de veiculação de marcas dele. Desse modo, eles buscaram inverter a negatividade relacionada à participação política sob suas imagens. Isto é, o Bom Senso F.C. tentou transformar a ação política em algo que poderia confluir para uma imagem positiva, seja do movimento social, como parte de disputar o sentido público de suas reivindicações, seja como parte da própria estratégia política adotada. A ação coletiva era, portanto, realizada como mais uma das imagens veiculadas pelo espetáculo esportivo. Por essa via, a ação política se tornaria viável a alguns jogadores, já que o prejuízo não seria tão manifesto. Em especial àqueles que se encontravam em fim de carreira e para os quais a participação política poderia significar o engajamento com o futebol por outros meios, como a gestão e a mídia esportiva.

Paradoxalmente, essas opções tiveram como consequência a subjugação dos jogadores menos famosos. A relação com os jogadores dos pequenos clubes, por isso, foi difícil, já que eles também tinham receio em se relacionar com o movimento. A motivação para esse receio era a possibilidade de retaliação pelos clubes, dos quais eles dependiam para conseguir emprego – preocupação corrente no meio futebolístico, uma vez que o mercado de trabalho é instável e sazonal. Nesse momento, como só havia visibilidade as ações do Bom Senso F.C. que fossem veiculadas pelas televisões, esses jogadores ainda não possuíam espaço no movimento. A partir dessa situação, corroborada pela acusação de que era um movimento de “milionários”, o movimento acenou para a construção de um híbrido entre a estratégia da imagem e a estratégia de influência dos atores que ditam a política no nosso país. Quando os jogadores decidem agir coletivamente, eles influenciam o processo legislativo do país e passam a incorporar em sua organização os jogadores de pequenos clubes, que serviriam também para sensibilizar os agentes políticos da necessidade de mudanças. Esse processo concretizou-se porque o movimento conseguiu desenvolver uma relação com o Poder Executivo distinta da que possuía o SAPESP e a FENAPAF.

Apesar de a ação política do Bom Senso F.C., assim, construir-se na fronteira entre as duas esferas – da imagem e da influência política –, em determinado momento foi necessário alterar as estratégias a fim de conseguir concretizar suas demandas. Conforme a ação política se transformou, esses sujeitos começaram a enfocar a disputa de poder no futebol brasileiro, uma vez que, na percepção deles, só a partir da mudança da CBF seria possível o que eles almejavam. Para tanto, eles fortaleceram a estratégia de alianças com outros setores, incluindo empresários do ramo esportivo, a mídia especializada, acadêmicos e outros jogadores. Essa estratégia política delineou a reorientação em direção à sociedade civil, a fim de construir um outro projeto para o futebol brasileiro. Esse redirecionamento de sua ação implicou também uma readaptação de suas reivindicações, que enfatizavam a criação de um mercado mais profissional para o futebol brasileiro.

Apesar de o impacto dessa mudança na orientação ter atenuado o caráter sindical do movimento e, por conseguinte, alguma demanda proveniente de um viés classista, é possível perceber nele uma diferenciação em relação à ação dos sindicatos de atletas. Diferentemente desses últimos, que têm baseado a sua ação na conformidade da legalidade e na negociação, o Bom Senso F.C. tem agido em prol da transformação,

materializada na luta por mudanças da legalidade que rege o futebol e das relações de poder que cristalizam as desigualdades no meio. Pode-se questionar a radicalidade desse projeto, ou mesmo que, na medida em que ele é um projeto alinhado com o mercado, ele pode vir a se chocar com os interesses específicos da categoria e com um sentido democratizante que se atribui a ele. No entanto, ao olharmos para ele diante dos desafios da organização coletiva da categoria, notamos que suas contradições também são produtos da predominância de uma dupla situação de trabalho nela, que constitui uma heterogeneidade na relação de classe. Alguns de seus jogadores se alinham à classe que vive do trabalho por uma opção, e não por uma condição material, já que seus ganhos reais de salário são exorbitantes e eles têm uma condição de vida semelhante à da burguesia. Em contrapartida, outra parcela de jogadores é precarizada.

Essa dupla situação de trabalho é negociada pelos jogadores em sua ação coletiva. Se, por um lado, os discursos da gestão do SAPESP informavam que jogadores são pouco participativos e, por isso, uma vez que optam por não participar, são responsáveis pela situação precarizada em que vivem, o Bom Senso F.C. agiu diferente. O contraponto do Bom Senso F.C. ao discurso do SAPESP foi realizado na medida em que este demonstrou ser possível a organização dos jogadores de futebol. A forma como se articulou essa organização ainda é bastante hierarquizada, uma vez que alguns participam muito mais do que os outros, no entanto as discussões e as decisões conseguem alcançar um número maior de jogadores. Ao mesmo tempo em que ampliou as discussões para além da vanguarda que tem o poder de decisão, o movimento conseguiu fazer ações públicas que repercutiam suas pautas, bem como influenciar outros jogadores a se aproximarem dele.

Por esse emaranhado que permeia o futebol é que a ação sindical se torna uma necessidade mas também uma dificuldade. Ela é possível, apesar e também por, todas essas relações desiguais, hierárquicas e despóticas, pelo fetiche de tornar-se uma vedete e a submissão a todas essas condições desumanizadoras. Negociar com esse desafio tem sido uma árdua luta, comprada por alguns jogadores, que arriscam para tal o silenciamento de sua arte de jogar futebol. Desse modo, para os atletas, política e futebol têm se constituído como artes antitéticas, condição essa reforçada pelo sindicato da categoria, que promove ações a despeito da categoria, mas de alguma forma desafiada pelo grupo do Bom Senso F.C. Se os símbolos da perfeição no futebol são representados por Pelé, que durante o exercício da profissão pouco contribuiu para o

questionamento de todas as desigualdades que permeiam o emaranhado do futebol – de classe, de raça, por exemplo –, essa perfeição não é uma meta buscada por esses jogadores contestadores. Tal como o Afonsinho, da música de Gilberto Gil, eles seguem desprezando a perfeição e construindo o imperfeito. A ação política, o avesso da perfeição para esses jogadores, é aperfeiçoada dia a dia, reivindicação por reivindicação. Não há fórmula exata, não há jogada ensaiada. Há um constante debate e uma ação prática para conseguir negociar e resistir aos desafios que dificultam essa ação política. Mas eles seguem resistindo, aperfeiçoando o imperfeito, aproximando-se da área e marcando gols. Ainda que *fazer gol nessa partida não seja fácil, meu irmão!*

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALBUQUERQUE, Almir. **O futebol e eu**. São Paulo: Ed. Biblioteca Esportiva da Placar, 1973.

ANDRADE, André Gil Ribeiro. **Sobre a disciplina no futebol brasileiro**. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ARAÚJO, Ângela; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. El sindicalismo brasileño en la Era de Lula. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Mexico: ALAST, v. 5, n. 8, p. 83-112, 2011.

ARAÚJO, Ricardo Augusto Benzaquem de. **Os gênios da pelota**: um estudo do futebol como profissão. 1980. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.

AZEVEDO, Aldo Antônio de. A imaterialidade do trabalho do jogador de futebol: uma interpretação teórica. **Sociedade e Cultura**, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, v. 11, n. 2, p. 305-313, jul./dez. 2008.

BAERT, Patrick. Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e na sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, v. 12, n. 35, 1997.

BALANÇO DAS GREVES EM 2007. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo: DIEESE, n. 41, jul.2008.

BALANÇO DAS GREVES EM 2008. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo: DIEESE, n. 45, jul. 2009.

BDO. **8º Valor das marcas dos clubes brasileiros**: finanças dos clubes. BDO Publicações, 2015.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BERTONCELO, Edison. **A campanha das diretas e a democratização**. São Paulo: Humanitas, 2007.

BIRNBAUM, Pierre. Conflito. In: BOUDON, Raymond. (1996). **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996 (p. 247-261).

BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Editora Hucitec, 1991.

BOITO JUNIOR, Armando. **Classe média e sindicalismo**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2004.

BOITO JUNIOR, Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **Cadernos do CRH**, Salvador: Universidade Federal da Bahia, v. 23, n. 59, p. 323-338, 2010.

BOUDENS, Emile. **Relações de trabalho no futebol brasileiro**: Lei do Passe, a tentativa de sua extinção (PL n. 1.159/95) e a proposta de regulamentação do INDESP. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Deporte y clase social. In: BROHM, Jean-Marie *et al.* **Materiales de sociología del deporte**. La Piqueta: Madrid, 1992. p. 47-55.

BRASIL. Lei n. 6.354, de 2 de setembro de 1976. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. **Diário Oficial [da]**

República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 set. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6354.htm#art26>. Acesso em: jul. 2012.

_____. Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 mar. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm>. Acesso em: ago. 2012.

_____. Lei n. 10.671 de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 maio 2003a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.

_____. Lei n. 10.672, de 15 de maio de 2003. Altera dispositivos da Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 maio 2003b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.672.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.

_____. Lei n. 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 dez. 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Lei 11.345, de 14 de setembro de 2006. Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; altera as Leis n. 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 set. 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11345.htm>. Acesso em: jul. 2014.

_____. Lei n. 12.395, de 16 de março de 2011. Altera as Leis n. 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei n. 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 mar. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12395.htm#art1>. Acesso em: jan. 2014.

_____. Lei n. 12.868, de 15 de outubro de 2013. Altera a Lei n. 12.793, de 2 de abril de 2013, para dispor sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV); constitui fonte adicional de recursos para a Caixa Econômica Federal; altera a Lei n. 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990; altera as Leis n. 12.761, de 27 de dezembro de 2012, n. 12.101, de 27 de novembro de 2009, n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e n. 9.615, de 24 de março de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 out. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12868.htm#art19>. Acesso em: jan. 2014.

_____. Projeto de Lei n. 5.201-A, de 2013. Altera a lei n. 11.345, de 14 de setembro de 2006, para modificar a destinação dos valores arrecadados no concurso de prognóstico denominado Timemania com o objetivo de torná-la mais atraente para seus apostadores e de aumentar a capacidade de pagamento das entidades desportivas quanto às suas dívidas fiscais junto à união, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-6753-13-proforte/arquivos/parecer-28-04.14>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. *Medida provisória n. 656, de 7 de outubro de 2014*. Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores, prorroga benefícios, altera o art. 46 da Lei n. 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 1, 8 out. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Mpv/mpv656.htm>. Acesso em: jan. 2016

_____. Lei n. 13.155, de 4 de agosto de 2015. Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela união, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a loteria exclusiva – Lotex. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 1, 5 ago. 2015a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13155.htm>. Acesso em: jan. 2016

_____. *Medida provisória n. 671, de 19 de março de 2015*. Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 2,

20 mar. 2015b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Mpv/mpv671.htm>. Acesso: jan. 2016.

BROHM, Jean-Marie. **Sociología política del deporte**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1982.

_____. 20 Tesis sobre el deporte. In: _____. *et al.* **Materiales de sociología del deporte**. Madrid: La Piqueta, 1992. p. 47-55.

CAMARGO, Silvio Cesar. **Modernidade e dominação**: Theodor Adorno e a teoria social contemporânea. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.

CARDOSO, Adalberto. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal** a Era Vargas acabou? Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. O pragmatismo impossível. **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, v. 32, p. 165-182, 1992.

CHAZEL, François. Movimentos sociais. In: BOUDON, Raymond (Org.). **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999 (p. 283-296).

CORREIA, Carlus Augustus Jourand. As vozes do gramado: relato de ex-atletas sobre a formação do Sindicato de Futebolistas Profissionais do Rio de Janeiro (1971-1982). **Esporte e Sociedade**, Niterói: NEPESS, ano 5, n. 15, jul./out. 2010.

COUTO, Euclides de Freitas. A esquerda contra ataca: rebeldia e contestação política no futebol brasileiro (1970-1978). **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro: Sport – PPGHC/IH/UFRJ, v. 3, n. 1, jun. 2010.

CROZIER, Michel. Sociologia do sindicalismo. In: RODRIGUES, Leôncio Martins (Org.). **Sindicalismo e sociedade**. São Paulo: DIFEL, 1968.

DABSCHECK, Braham. The wage determination process for sportsmen. **Economic Record**, v. 51, n. 1, p. 52-65, 1975.

_____. Beating the off-side trap: the case of the Professional Footballer's Association. **Industrial Relations Journal**, v. 17, n. 4, p. 350-361, 1986.

_____. Playing the Team Game: Unions in Australian Professional Team sports. **Industrial Relations Journal**, v. 38, n. 4, p. 600-628, 1996.

_____. The Socceroos Strike a Deal. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 37, n. 1, p. 79-95, 2002.

_____. International Unionism's Competitive Edge: FIFPro and the European Treaty. **Relations Industrielles**, v. 58, n. 1, p. 85, 2003.

_____. The imperfect market for players. **Economic Papers: a Journal of Applied Economics and Policy**, v. 23, n. 4, p. 345-354, 2004.

DABSCHECK, B. 'At the top table': players unions in soccer. In: ANDREFF, Wladimir et al. **Handbook on the economics of sport**. Edward Elgar Publishing Ltd, London, 2006.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. LOZADA, Mireya; MARTÍNEZ, Gildardo; KOZAKI, Tomomi; DAGNINO, Evelina; CONTRERAS, Miguel A.; CAÑIZÁLEZ, A. *et al.* **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES; Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DAMATTA, Roberto. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: _____. **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakothke, 1982. p. 19-42.

_____. Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol brasileiro. **Revista USP**, São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 22, p. 10-17, 1994. Dossiê Futebol.

DAMO, Arlei Sander. **Futebol e identidade social**: uma leitura antropológica da rivalidade entre torcedores e clubes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. A Copa das Manifestações – afinidades eletivas entre megaeventos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2014, Águas de Lindoia. **Anais...** Águas de Lindoia: ANPOCS, 2014.

_____. A magia da seleção. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre: CBCE, v. 28, n. 1, p. 73-90, 2006.

_____. **Do dom à profissão**: formação de futebolistas no Brasil e na França. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editora, ANPOCS, 2007.

DIANI, Mario. The concept of social movements. **The Sociological Review**, v. 40, n. 1, p. 1-25, Feb. 1992.

DIAS, Hugo; KREIN, José Dari. Sindicalismo brasileiro na encruzilhada? Fortalecimento da ação corporativa vs protagonismo social e político. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2015.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011**: mercado de trabalho. 3. ed. São Paulo: DIEESE, 2011.

DUNNING, Eric. **El fenómeno deportivo**. Madrid: Paidotribo, 2003.

DUNNING, Eric; CURRY, Graham. Escolas públicas, rivalidade social e o desenvolvimento do futebol. In: GERBARA, Ademir; PILATTI, Luiz Alberto (Org.). **Ensaio sobre história e sociologia nos esportes**. Jundiaí: Editora Fontoura, 2006.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. v. 1.

FERREIRA, Fernando Pinto. 1º **Painel Pluri Futebol 2011**: estudo de mercado. Curitiba: Pluri Consultoria, 2011.

FERREIRA, Pedro Tiago da Silva. **O impacto do Acórdão Bosman na estrutura desportiva europeia**. Lisboa, 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Programa de Pós-Graduação em Gestão Europeia, Lisboa, 2008.

FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mensuração socioeconômica e financeira do futebol**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

FLORENZANO, José Paulo. **Afonso e Edmundo**: a rebeldia no futebol brasileiro. São Paulo: Musa Editora, 1998. (Musa Antropologia).

FONTENELLE, Isleide Arruda. **O nome da marca**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. O trabalho da ilusão: produção, consumo e subjetividade na sociedade contemporânea. **Interações**, São Paulo: Universidade São Marcos, v. 10, n. 19, p. 63-86, 2005.

GALVÃO, Andréia. **Participação e fragmentação**: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90. 1996. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1996.

_____. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. 2003. 384 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003.

GALVÃO, A. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Outubro**, São Paulo, v. 18, p. 175-197, 2009.

_____. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, Campinas: UNICAMP, n. 32, p. 107-126, 2011.

GAMA NETO, Ricardo Borges. Minimalismo schumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, v. 19, n. 38, fev. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 fev. 2015.

GARCÍA, Borja; MEIER, Henk Erik. Limits of interest empowerment in the European Union: the Case Of Football. **Journal of European Integration**, London: Taylor & Francis, v. 34, n. 4, p. 359-378, 2012.

GATTI, Luciano. Theodor W. Adorno: indústria cultural e crítica da cultura. In: NOBRE, Marcos. **Curso livre de teoria crítica**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2011.

GIANNOTTI, Vito. **Força sindical**: a central neoliberal de Medeiros a Paulinho. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

_____. **O que é estrutura sindical**. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMM, Cynthia L. SCHNELL, John F. Difficult choices: crossing the picket line during the 1987 national football league strike. **Journal of Labor Economics**, v. 12, n. 1, p. 41-73, 1994.

GONÇALVES, Alcindo Fernandes. O conceito de governança. In: CONGRESSO NACIONAL CONPEDI, 14., 2005, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: CONPEDI, 2005.

GUEDES, Simoni Lahud. Subúrbio: celeiro de craques. In: DAMATTA, Roberto; FLORES, Baêta Neves; GUEDES, Simoni Lahud; VOGEL, Arno (Org.). **Universo do futebol**: esporte e sociedade. Rio de Janeiro: Pinakothke, 1982.

GURGEL, Anderson. **Futebol S/A**: a economia em campo. São Paulo: Saraiva, 2003.

HALGREEN, Lars. **European sports law**: a comparative analysis of the European and American models of sport. Forlaget Thomson, 2004.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HELAL, Ronaldo. **Passes e impasses**: futebol e cultura de massa no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1997.

HILL, James Richard; TAYLOR, Jason E. Do professional sports unions fit the standard model of traditional unionism? **Journal of Labor Research**, v. 29, n. 1, p. 56-67, 2007.

HIRATA, Edson; FREITAS JUNIOR, Miguel Arcanjo. Bastidores do jogo: as interferências na elaboração da Lei Pelé. **Projeto História**, São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 49, p. 119-155, abr. 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HYMAN, Richard; BERNACIAK, Magdalena; McCORNICY, Rebecca Gumbell. El sindicalismo europeo: ¿de la crisis a la renovación? Madrid: Fundación 1 de Mayo, 2015. (Colección Cuadernos, n. 40).

HYMAN, Richard. Inequality, ideology and industrial relations. **British Journal of Industrial Relations**, v. 12, n. 2, p. 171-190, 1974.

_____. Pluralism, procedural consensus and collective bargaining. **British Journal of Industrial Relations**, v. 16, n. 1, p. 16-40, 1978.

_____. **Industrial relations**: a marxist introduction. Houndmills: Macmillan, 1979.

_____. Trade Unions and the Disaggregation of the Working Class. **Management Research News**, v. 14, n. 10, p. 5-6, 1991.

_____. Strategy or structure? Capital, labour and control. **Work, Employment & Society**, v. 1, n. 1, p. 25-55, 1987.

_____. Theory and industrial relations. **British Journal of Industrial Relations**, v. 32, n. 2, p. 165-180, 1994.

_____. **Social dialogue and industrial relations during the economic crisis: innovative practices or business as usual?** International Labour Organization, 2010.

_____. **Understanding European trade unionism:** between market, class and society. London: Sage, 2001.

_____. Europeização ou erosão das relações laborais?. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 62, p. 07-32, 2002.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo:** lógica cultural do capitalismo tardio. Campinas: Editora Ática, 1997.

KAHANE, Leo. The reverse-order-of-finish draft in sports. In: SZYMANSKI, Stefan. **Handbook on the Economics of Sport**, United Kingdom: Edward Elgar Publishing, 2005.

KAHN, Lawrence M. The sports business as a labor market laboratory. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n. 3, p. 75-94, 2000.

KEHL, Mari. Rita. O espetáculo como meio de subjetivação. In: KEHL, Maria Rita; BUCCI, Eugênio. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.

KÉSENNE, Stefan; GARCÍA, Jaume. **Governance and competition in professional sports leagues**. Asturias: Universidad de Oviedo, 2007.

KLEIN, Naomi. **Sem logo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

KOWARICK, Lúcio. Movimentos sociais urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS v. 1, n. 3, 1987. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_03.htm. Acesso em: fev. 2013.

KREIN, Paulo André Beni. **O jogo de minha vida**. São Paulo: Ed. Leya, 2012.

LAVALLE, Adrián Gurza. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**, São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 66, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LE MOS, Patrícia Rocha. **Entre o mercado e a sociedade**: o sindicalismo da União Geral dos Trabalhadores (UGT). 2014. 134 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014.

LEONCINI, Márcio Pereira; SILVA, Márcia Terra. Entendendo o futebol como um negócio: um estudo exploratório. **Gestão & Produção**, São Carlos: UFSCar, v. 12, n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2005.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do Governo Sarney: o colapso do Plano Cruzado (1986-1987). **Texto para Discussão**, Campinas: IE/UNICAMP, n. 128, ago. 2007.

MARTINS, Mariana Zuaneti. **Democracia corinthiana**: sentidos e significados da participação dos jogadores. 2012. 206 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2012.

MARTINS, Mariana Zuaneti; REIS, Heloisa Helena Baldy. Braços cruzados, rodadas paradas: a greve dos jogadores de futebol espanhol. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE DO FUTEBOL, 2., 2014, São Paulo. **Resumos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

MARTINS, Mariana Zuaneti; REIS, Heloisa Helena Baldy. A ideologia meritocrática e o sindicalismo no futebol paulista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2015.

MARTORELLI, Rinaldo. **Relações sindicais na área do desporto profissional**. São Paulo: SAPESP, abr. 2004. Disponível em: <<http://sindicatodeatletas.com.br/arquivos/imprimir.php?noticia=466>>. Acesso em: jan. 2015.

_____. Entrevista concedida à Mariana Zuaneti Martins. 20 out. 2014a.

_____. Entrevista ao site **Ludopédio**. São Paulo, 8 jan. 2014b. Disponível em: <<http://www.ludopedio.com.br/entrevistas/rinaldo-jose-martorelli/>>. Acesso em: jan. 2015.

_____. Entrevista ao site **Ludopédio**. São Paulo, 22 jan. 2014c. Disponível em: <<http://www.ludopedio.com.br/entrevistas/rinaldo-jose-martorelli-parte-2/>>. Acesso em: jan. 2015.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARENHAS, Fernando; SILVA, Silvio Ricardo da; SANTOS, Mariângela Ribeiro dos (2014). Lulismo e futebol: os discursos de um torcedor presidente. **Movimento**, Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. 2, p. 495-517, 2014.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOODY, Kim. **An injury to all**: the decline of American unionism. San Francisco, MI: Verso, 1988.

NEGRINE, Airton. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva; MOLINA NETO, Vicente (Org.). **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS; Sulina, 2004.

NETO, Ricardo Borges Gama. Minimalismo schumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, v. 19, n 38, p. 27-42, 2011.

NEVES, Marcos Eduardo. **Alex, a biografia**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2015.

NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização no Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n.76, p.119-168, 2009.

OLIVEIRA, Francisco M. C de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PARRISH, Richard; McARDLE, David. Beyond Bosman: The European Union's influence upon professional athletes' freedom of movement. In: GIULIANOTTI, Richard; McARDLE, David (Eds.). **Sport, civil liberties and human rights**. London: Routledge, 2005. p. 111-127.

PARRISH, Richard. Social dialogue in European Professional Football. **European Law Journal**, v. 17, n. 2, p. 213-229, 2011.

PAULANI, Leda Maria. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 27., 2012, São Bernardo do Campo. **Anais...** São Bernardo do Campo: Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), 2012.

POLLETTA, Francesca. "It was like a fever..." Narrative and identity in social protest. **Social Problems**, v. 45, n. 2, maio 1998.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Marketing e organização esportiva: elementos para uma história recente do esporte-espetáculo. **Conexões**, Campinas: UNICAMP, v. 1, n. 1, p. 74-84, 1998a.

_____. **Esporte espetáculo e futebol-empresa**. 1998. 262f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 1998b.

_____. **A metamorfose do futebol**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 2000.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

REIS, Heloisa Helena Baldy. Futebol e sociedade: uma análise histórica. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas: UNICAMP, v. 10, 2003.

_____. Lazer e esporte: a espetacularização do futebol. In: BRUHNS, Heloísa (Org.). **Temas sobre o lazer**. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 131-143.

_____. O espetáculo futebolístico e o estatuto de defesa do torcedor. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre: CBCE, v. 31, n. 3, 2010.

REIS, Heloisa Helena Baldy; MARTINS, Mariana Zuaneti. A democracia corinthiana e ação sindical: a narrativa da integração entre o movimento alvinegro e o sindicato dos jogadores de futebol. **Movimento**, Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. 4, p. 1.351-1.371, set. 2014.

REIS, Heloisa Helena Baldy; LOPES, Felipe Tavares Paes; MARTINS, Mariana Zuaneti. Políticas públicas voltadas para atletas e torcedores de futebol: argumentos para dissidentes. **Motrivivência** Florianópolis: UFSC, v. 26, p. 115, 2014.

_____. La crisis del fútbol brasileiro. **Revista Polemika**, Quito, ano 4, n. 10, 2013.

RIAL, Carmen. Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: UFRGS, v. 14, n. 30, p. 21-65, dez. 2008.

RIBEIRO, André; GÓES, Denise; MOTTA, Laís Duarte. **Uma ponte para o futuro**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2007.

RODOTÀ, Stephano. **Tecnopolítica**: la democracia y las nuevas tecnologías de comunicación. Buenos Aires: Losada, 2000.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. **O fim do passe e a modernização conservadora no futebol brasileiro (2001-2006)**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo. Novas configurações do sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos: UFSCar, v. 4, p. 381-403, 2014.

RODRIGUES, Iram Jácome. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação SEADE, v. 9, n. 3, p. 116-126, 1995.

_____. **Sindicalismo e política**: a trajetória da CUT. São Paulo: Scritta/FAPESP, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. O sindicalismo corporativo no Brasil. In: _____. **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 38-65.

SADER, Eder. **Quando os novos personagens entram em cena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SAES, Décio Azevedo Marques. Classe média e políticas de classe: uma nota teórica. **Contraponto**, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Noel Nutels, n. 2, nov. 1977.

_____. **A formação do Estado burguês no Brasil: (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, n. 25, p. 26-37, jun.1994.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, v. 14, n. 41, p. 103-120, out. 1999.

_____. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-2000: do ressurgimento à reorientação. **Revista da RET**. ano V, n. 11, p. 1-17, maio 2011.

SANTOS, Mariângela Ribeiro dos. **O futebol na agenda do governo Lula: um salto de modernização (conservadora) rumo a Copa do Mundo FIFA 2014**. 2011. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SCHIMMEL, Kimberly S. Deep Play: sports mega-events and urban social conditions in the USA. In: HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram (Ed.). **Sports mega-events: social scientific analyses of a global phenomenon**. New York: Wiley-Blackwell, 2006. p. 160-174. (Special issue: The Sociological Review Monograph Series, v. 54).

SCHIMMEL, Kimberly. **Os grandes eventos esportivos: desafios e perspectivas**. Campinas: UNICAMP/CEAv/Universidade e Esporte, 2013. [Major sport events: challenges and outlook. Edição bilíngue].

SCOTT, Frank A.; LONG, James E.; SOMPPI, Ken. Free agency, owner incentives, and the national football league players association. **Journal of Labor Research**, v. 4, n. 3, p. 257-264, 1983.

SIEKMANN, Robert. Some Thoughts about the European Club Association's Possible Participation in a Social Dialogue in the European Professional Football Sector. **The International Sports Law Journal**, London: Springer, v. 1, n. 2, 2008.

SIMMONS, Richard. Implications of the Bosman ruling for football transfer market. **Economics Affairs**, v. 17, n. 3, p. 13-18, 1997.

JENNINGS, Andrew (Ed.); SIMSON, Vyv. **Os senhores dos anéis: poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas Modernas**. São Paulo: Editora Best Seller, 1992. (Círculo do Livro).

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade**. 2013. 329 p. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2013.

SZYMANSKI, Stefan. **Handbook on the economics of sport**. United Kingdom: Edward Elgar Publishing, 2005.

TAYLOR, Matthew. Trade unionism in British sport, 1920-1964. **Labor History**, v. 55, n. 5, p. 622-637, 2014.

TRÓPIA, Patrícia Viera. **Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo**. 1994. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1994.

_____. **O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2004.

VAZ, Alexandre Fernandez. Na constelação da destrutividade: o tema do esporte em

Theodor W. Adorno e Max Horkheimer. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, v. 7, n. 1, p. 65-108, 2000.

VIANA, Silvia. **Rituais de sofrimento**. São Paulo: Boitempo, 2012.

VIEIRA, José Jairo. **Impactos e visões dos jogadores sobre as mudanças no futebol: o Estatuto do Torcedor, o passe e o clube empresa**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 11., 2003. Campinas. **Anais...** Campinas, 2003. GT 23 - Sociologia do Lazer e do Esporte.

WALTERS, Geoff. **The Professional Footballers Association: a Case Study of Trade Union Growth**. Football Governance Research Centre, 2004.

WHITE, Michael D. Self-interest redistribution and the National Football League Players Association. **Economic Inquiry**, v. 24, n. 4, p. 669-680, 1986.

WISNIK, José Miguel. **Veneno remédio**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008.

YALLOP, David. **Como eles roubaram o jogo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ANEXOS

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você, _____, está sendo convidado a participar da pesquisa referente à tese de doutorado desenvolvida na Faculdade de Educação Física da Unicamp sob o título "Aperfeiçoando o imperfeito: situação de trabalho, reivindicações, resistência e sindicalismo no futebol". A qualquer momento antes da conclusão desta você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. O objetivo deste estudo é analisar os fatores que condicionam a situação de trabalho dos jogadores de futebol, bem como as que dificultam e favorecem a ação sindical e a reivindicatória. Sua participação neste estudo consistirá em conceder uma entrevista ao pesquisador, permitindo que seus relatos sejam descritos na tese de doutorado e outros textos de caráter científico. Sua participação na pesquisa pode implicar algum desconforto, na medida em que você emitirá opiniões que podem ser de descontentamento e reivindicação com relação às condições oferecidas por seu clube ou com as instituições que fazem a gestão do futebol. Para garantir sua proteção em relação a quaisquer represálias que poderia sofrer em virtude destes depoimentos, salientamos que seu nome e da instituição a que está vinculado serão mantidos em sigilo. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os dados documentais e o contato do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o desenvolvimento da pesquisa, agora ou até a conclusão da mesma. Abaixo consta o contato do Comitê de Ética em Pesquisa, órgão ao qual você poderá recorrer caso tenha alguma reclamação ou denúncia referente aos aspectos éticos dessa pesquisa.

Pesquisadora: MARIANA ZUANETI MARTINS

(RG: 282.922.22-2 / CPF: 355.172.258-70 / Contato: marianazm@uol.com.br; (19)99787-6771)

Orientadora: Prof. Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis
FEF-Unicamp

Declaro que entendi os objetivos, ausência de riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

_____, ____ / ____ / ____.

Nome do(a) participante da pesquisa:

(RG: _____ / CPF: _____ / Tel.: _____)

Comitê de Ética em Pesquisa – Faculdade de Ciências Médicas/Unicamp
Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126 - Caixa Postal 6111 13083-887 Campinas – SP
Fone (019) 3521-8936 Fax (019) 3521-7187 e-mail: cep@fcm.unicamp.br